JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Arenápolis 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 6
Camara Municipal de Diamantino 7
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 8
Camara Municipal de Salto do Céu 20
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste 21
Camara Municipal de São José do Rio Claro 21
Camara Municipal de União do Sul 21
Camara Municipal de Vale de São Domingos 22
Camara Municipal de Várzea Grande 23
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 23
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 23
Prefeitura Municipal de Acorizal 24
Prefeitura Municipal de Água Boa 24
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 28
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 30
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 31
Prefeitura Municipal de Apiacás 32
Prefeitura Municipal de Araguaiana 48
Prefeitura Municipal de Araguainha 48
Prefeitura Municipal de Araputanga 48
Prefeitura Municipal de Arenápolis 48
Prefeitura Municipal de Aripuanã 51
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 55
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 55
Prefeitura Municipal de Cáceres 60
Prefeitura Municipal de Campinápolis 64
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 68
Prefeitura Municipal de Campo Verde 68
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 81
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 84
Prefeitura Municipal de Canarana 88
Prefeitura Municipal de Carlinda 91
Prefeitura Municipal de Castanheira 91
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 94
Prefeitura Municipal de Cláudia 95
Prefeitura Municipal de Colíder 96
Prefeitura Municipal de Colniza 108
Prefeitura Municipal de Comodoro 114
Prefeitura Municipal de Confresa 117
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 117
Prefeitura Municipal de Cuiabá 122
Prefeitura Municipal de Curvelândia 122
Prefeitura Municipal de Diamantino 123
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 138
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 155
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 162
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 166
Prefeitura Municipal de Itanhangá 166
Prefeitura Municipal de Itiquira 206
Prefeitura Municipal de Jangada 206
Prefeitura Municipal de Jauru 206

Prefeitura Municipal de Juara 238
Prefeitura Municipal de Juruena 240
Prefeitura Municipal de Juscimeira 243
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 243
Prefeitura Municipal de Luciara 245
Prefeitura Municipal de Marcelândia 252
Prefeitura Municipal de Matupá 256
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 257
Prefeitura Municipal de Nobres 258
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 267
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 275
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 278
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 279
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 282
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 282
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 284
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 284
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 298
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 299
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 307
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 308
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 309
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 309
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 310
Prefeitura Municipal de Paranatinga 311
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 322
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 325
Prefeitura Municipal de Poconé 329
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 336
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 339
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 339
Prefeitura Municipal de Poxoréu 340
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 344
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 344
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 345
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 346
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 346
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 347
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 349
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 349
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 350
Prefeitura Municipal de São José do Povo 355
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 356
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 357
Prefeitura Municipal de Tabaporã 394
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 396
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 396
Prefeitura Municipal de União do Sul 398
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 398
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 398
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 401
Prefeitura Municipal de Vila Rica 405
União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - UCMMAT 407

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº. 01-2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01-2019

Validade: 11 (onze) meses

Por este instrumento particular de Contrato, nesta e na melhor forma de direito, tem justo e acordado, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ de nº 24.977.894/0001-32, com sede na Rua do Comércio, nº. 238, na cidade de Arenápolis – MT, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. **VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG: 11697759 SSP/MT e CPF: 835.566.721-20, residente e domiciliado na Rua Messias Cassemiro Barbosa, nº. 822-E – Bairro Bela Vista, nesta cidade de Arenápolis - MT, neste ato denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **LUIS FERNANDO GODOI-MEI (LFG IMPRENSA E ASSESSORIA)** – pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.850.029/0001-19, com endereço na Rua Travessa Diamante, nº. 981-E – Bairro Primavera, nesta cidade de Arenápolis – Estado de Mato Grosso, neste ato denominada **CONTRATADO**, resolvem celebrar entre si o presente Contrato de prestação de serviços, que será regido pela Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelo dispostos nas cláusulas seguintes:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação, sob a forma execução indireta, em regime de empreitada por preço global, de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de suporte, planejamento e assessoria de imprensa, relacionamento com entidades públicas e profissionais.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DA EXECUÇÃO:

2.1 – A Assessoria de Imprensa incumbe assistir diretamente à Presidência da Mesa Diretora no desempenho de suas atribuições, referentes à seleção de matérias jornalísticas dos trabalhos legislativos e dos vereadores, promovendo a divulgação das mesmas na imprensa escrita, falada ou televisiva;

2.2 – A redação, revisão e encaminhamento das notícias, resumo das sessões plenárias e demais textos pertinentes ficam a cargo do Assessor de Imprensa deste Poder Legislativo, que deverá realizar a alimentação do site institucional através de meio próprio fornecido pela Contratada;

2.3 – Elaborar, manter atualizado e divulgar os boletins informativos das sessões plenárias;

2.4 – Apurar e elaborar sugestões de pauta sobre temas, fatos e acontecimentos pertinentes ao Poder Legislativo Municipal, para serem dirigidas aos veículos de comunicação, levando-se também em consideração, para esta finalidade, os temas de maior demanda e interesse por parte dos veículos de comunicação;

2.5 – Implementar e divulgar a identidade visual do Poder Legislativo Municipal de acordo com a orientação da Presidência da Casa, associando-a às mudanças institucionais e organizacionais que serão implementadas nos próximos anos;

2.6 – Organizar a lista de e-mails de veículos de comunicação mantendo-a constantemente atualizada, classificada por veículo, regiões de abrangência, mídias e outras informações relevantes, disponibilizando-a para a Presidência da Casa;

2.7 – Registrar em áudio todas as entrevistas conferidas pela Câmara, podendo eventualmente, mediante solicitação prévia da Câmara, efetuar o referido registro também em vídeo;

2.8 – Atender aos pedidos de informações e de entrevistas feitos pelos veículos de comunicação, informando sobre a viabilidade ou não de fornecer os dados e/ou contatos solicitados;

2.9 – Agendamento e acompanhamento de entrevistas coletivas, facilitando o trabalho do entrevistado e do entrevistador;

2.10 – Formular, integrar e coordenar a política de comunicação da Câmara Municipal de Arenápolis;

2.11 – Coordenar as relações da Presidência da Câmara e Vereadores com os emais setores e veículos de comunicação e assessorá-lo quanto ao processo de funcionamento dos veículos de comunicação;

2.12 – Programar e promover a organização de solenidades públicas relacionadas diretamente à Presidência da Câmara;

2.13 – Pesquisar matérias veiculadas pela mídia, de interesse da Câmara Municipal;

2.14 – Manter arquivo de documentos, matérias, reportagens, fotografias e informes publicados na imprensa local e nacional e em outros meios de comunicação social, abarcando o que for noticiado sobre o Poder Legislativo Municipal; e

2.15 - Orientar o Presidente, Vereadores e demais servidores da Câmara sobre normas protocolares e cerimoniais, recepcionar convidados, manter relação atualizada de autoridades federais, estaduais, municipais e outras, organizando e promovendo a solenidade e eventos diversos, inclusive o registro de presença de autoridades e empresários quando de visita dos mesmo ao Município e à Câmara;

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO IRREAJUSTAMENTO E DA FORMA DE EXECUÇÃO.

3.1 – Receberá o **CONTRATADO** pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância de **R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)** valor bruto, a serem pagos mensalmente, até o 5º. (quinto) dia útil ao mês subsequente, distribuído por todo o contrato em **11 (onze) parcelas mensais de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).**

3.2 - O valor do Contrato é fixo e irreajustável, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que a autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.3 - Caso o dia do pagamento coincida com Sábados, Domingos e feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subseqüente sem qualquer incidência de correção monetária.

3.4 - O valor do Contrato é fixo e irreajustável, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que a autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.5 - Caso o dia do pagamento coincida com Sábados, Domingos e feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subseqüente sem qualquer incidência de correção monetária.

3.6 – Os pagamentos ficarão sempre condicionados à disponibilidade de caixa.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 – O prazo do presente contrato iniciar-se–á na data de assinatura no dia **01/02/2019**, extinguindo-se em **31/12/2019**, prorrogável nos termos da Lei.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

5.1 – Fica o **CONTRATADO** responsável pela execução dos serviços conforme na Cláusula 2ª, se responsabilizando por qualquer eventualidade que venha ocorrer, no cumprimento do contrato, respondendo civil e criminalmente, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer responsabilidade.

6 – CLÁUSULA SEXTA– DA VINCULAÇÃO DAS PARTES

6.1 – A presente contratação prescinde de licitação, visto que seu valor está dentro do limite do inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93 e **Lei Municipal nº. 1204/2014, de 20 de outubro de 2014,** que dispõe sobre a correção dos valores que trata o inciso I e II do Art. 23 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 pelo índice do IGP-M, com fundamento no Art. 120 c/c os Arts. 1º e 118 da Lei Federal nº. 8.666/93, e de acordo com a **Resolução de Consulta do TCE-MT, nº. 17/2014-TP.**

7 – CLÁUSULA SÉTIMA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

7.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

7.2 – Aplica-se ainda, no que couber, a Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município de Arenápolis/MT.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

8.2 – Constituem motivos para rescisão:

8.3 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato;

8.4 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

8.5 – o cometimento reiterado de falta na sua execução;

8.6 – a decretação de falência ou insolvência civil;

8.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento devidamente justificada pela máxima autoridade do **CONTRATANTE** e exarada no processo administrativo e que se refere ao Contrato;

8.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

9 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 - O contratado que não cumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeita às penalidades previstas na Lei 8666/93, quais sejam:

9.2 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ainda, sujeitará a proponente às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

9.3- MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus ao CONTRATADO, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

9.4 - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

9.5 - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.6 - A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso.

9.7 - Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida

uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

9.8 - As sanções de que tratam os itens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração.

9.9 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.10 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo;

9.11 – Se o CONTRATADO não recolher ao CONTRATANTE o valor da multa que

porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será esta encaminhada para inscrição na Dívida Ativa.

9.12 - Será considerado valor total deste Contrato, para efeitos de aplicação das multas previstas nos itens desta cláusula, o somatório dos valores constantes nas Notas Fiscais emitidas pelo CONTRATADO até a data da aplicação da respectiva penalidade.

9.13 - O prazo de apresentação de recurso referente à aplicação das penalidades será de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

10.1 – Fica expressamente vedada a empresa CONTRATADA a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto do contrato, a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte, salvo com autorização expressa da CONTRATANTE, podendo sub-contratar o objeto contratado, porém, mediante o expresso consentimento da Câmara, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

10.2 – O CONTRATADO não terá vínculo empregatício com a **CONTRATANTE** ou

ainda por sua iniciativa, somente no término do presente contrato.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01.CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

UNIDADE: 001. CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

FUNCIONAL: 01.122.0001.2001. MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.05.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

12.1 – DO CONTRATADO:

a) Prestar os serviços em conformidade com disposto neste Contrato e demais documentos regulamentadores de obrigações;

b) Permitir a fiscalização e informar ao Presidente da Câmara de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado neste contrato.

c) Arcar com outras despesas tais como, impostos, taxas, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, lucro, taxa de administração, etc.

d) Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte cinco por cento) do valor contratual corrigido.

e) Manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.

f) Credenciar um representante junto a Câmara Municípal para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

g) Indicar, a pedido do Município, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

h) Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem dano a terceiros, seja por culpa ou dolo.

i) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

12.2 – DA CONTRANTE:

a) Convocar o contratado, em conformidade com o art. 64 da Lei nº 8.666/93, para retirar a Nota de Empenho, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação;

b) Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

c) Fornecer ao Contratado, todas as informações relacionadas com o objeto deste contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, o cumprimento do contrato a ser assinado com o contratado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do contratado;

e) Efetuar o pagamento ao contratado, na forma e prazos estabelecidos no Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

f) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei;

g) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto contratado;

h) Advertir ao CONTRATADO, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória;

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1 – O Presente contrato é celebrado, tendo como base legal o processo de **Dispensa de Licitação nº 01/2019**, tendo sido observadas as disposições na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, na **Lei Municipal 1204/2014** considerando:

13.2 - A competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2º e no art. 30, II ambos da CF/88;

13.3 - Que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentarem as normas gerias e editarem normas específicas.

13.4 - O disposto no artigo nº 120 da Lei 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

13.5 - A resolução de Consulta nº 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo nº 23 da Lei nº 8.666/1993 é uma norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios estabeleçam novos valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 – O gerenciamento e fiscalização serão feitos pelo Fiscal de Contrato, na pessoa da Servidora Pública **Ednilson Martins Barbosa, conforme Portaria nº. 003/2019.**

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 – Toda e qualquer alteração deste contrato será feita mediante Termo Aditivo de comum acordo entre as partes **CONTRATANTES**, devendo o referido contrato ser publicado de forma resumida conforme **Art. 61 Parágrafo Único da Lei 8.666/93.**

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 – As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, na forma da Lei Nacional de Licitações, art. 55, § 2º.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – E assim sendo, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO EM 31 DE JANEIRO DE 2019.

CONTRATANTE ..... **CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS** **VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS** ***Presidente da Câmara*** **TESTEMUNHAS:**	**CONTRATADO** ..... **LUIZ FERNANDO GODÓI (LFG IMPRENSA E ASSESSORIA** **CNPJ: 27.850.029/0001-19**

....

GILSON PORTELA OLIVEIRA IRISVALTER ALVES MORAN

RG nº.: 0695275-5 SSP/MT RG nº.: 092331201 SSP/MT

CPF nº.: 825.528.941-00 CPF nº.: 814.367.001-59

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
INTIMAÇÃO COMISSÃO PROCESSANTE

Ofício nº 013/2019/Comissão Processante.

Em 05 de fevereiro de 2019.

Ilmº Sr.

PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA AMORIM

Rua Itiquira, nº 459, bairro Santa Fé

Campo Grande - MS

Através do presente **INTIMO** Vossa Senhoria a comparecer na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, no próximo dia **25/02/2019 (segunda-feira) as 10h00 para ser ouvido na qualidade de testemunha arrolada pela Srª THELMA DE OLIVEIRA (Prefeita Municipal), perante a Comissão Processante que apura ato por infração politico-administrativa.**

Atenciosamente.

JOAIR LARA DE SIQUEIRA

Vereador Presidente da Comissão Processante

Ofício nº 014/2019/Comissão Processante.

Em 05 de fevereiro de 2019.

Ilmº Sr.

JORGE LUIZ MARTINS DEFANTI

Rua Espatódias, bairro Jardim das Palmeiras

Cuiabá - MT

Através do presente **INTIMO** Vossa Senhoria a comparecer na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, no próximo dia **25/02/2019 (segunda-feira) as 11h00 para ser ouvido na qualidade de testemunha arrolada pela Srª THELMA DE OLIVEIRA (Prefeita Municipal), perante a Comissão Processante que apura ato por infração politico-administrativa.**

Atenciosamente.

JOAIR LARA DE SIQUEIRA

Vereador Presidente da Comissão Processante

Ofício nº 015/2019/Comissão Processante.

Em 05 de fevereiro de 2019.

Ilmº Sr.

HERMES EDUARDO DE SOUZA E SILVA

Rua Fernando Correia, Centro – Telefone (65) 999811250

Chapada dos Guimarães - MT

Através do presente **INTIMO** Vossa Senhoria a comparecer na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, no próximo dia **25/02/2019 (segunda-feira) as 13h00 para ser ouvido na qualidade de testemunha arrolada pela Srª THELMA DE OLIVEIRA (Prefeita Municipal), perante a Comissão Processante que apura ato por infração politico-administrativa.**

Atenciosamente.

JOAIR LARA DE SIQUEIRA

Vereador Presidente da Comissão Processante

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 025/2019

Portaria nº. 025/2019

Nomear a senhora Amanda Lislye Costa de Matos para ocupar o Cargo em Comissão de Assistente de Redação.

O Vereador Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia a Senhora Amanda Lislye Costa de Matos, portador do CPF 044.163.231-90 e RG nº. 2326339-3 SSP/MT para ocupar o Cargo em Comissão de Assistente de Redação em conformidade com a Lei nº. 824/2011.

Art. 2º - A remuneração mensal será correspondente ao anexo XIV nível CC-III, acrescida de 100% de gratificação da Lei referenciada.

Art. 3º - As atividades na Câmara Municipal se inicia no dia 18 de fevereiro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 12 de fevereiro de 2019

Edson da Silva

Presidente Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 029/2019

Portaria nº. 029/2019

Concede o gozo das férias do período aquisitivo 2017/2018 a servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira.

O Vereador Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Oficio nº. 015/2019/ZE07 – solicita o registro de férias da servidora cedida Lanusa Geórgia Souza Vieira.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira, férias do período aquisitivo de 2017/2018, nas seguintes datas:

? 10 dias – de 08/04/2019 a 17/04/2019

? 10 dias – de 10/06/2019 a 19/06/2019

? 10 dias – de 02/10/2019 a 11/10/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 20 de fevereiro de 2019

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 027/2019

Portaria Nº. 027/2019

Concessão de direito de férias do período aquisitivo 2018/2019 a servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira

O Vereador Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o que dispõe o Capitulo III das Férias do Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira, férias do período aquisitivo 2018/2019 por haver adquirido o direito para o gozo total.

Parágrafo Único – O gozo das férias será em data a combinar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 12 de fevereiro de 2019

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 026/2019

Portaria Nº. 026/2019

Concessão de direito de férias do período aquisitivo 2018/2019 a servidora Aline Simony Stella.

O Vereador Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o que dispõe o Capitulo III das Férias do Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Aline Simony Stella, férias do período aquisitivo 2018/2019 por haver adquirido o direito para o gozo total.

Parágrafo Único – O gozo das férias será em data a combinar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 12 de fevereiro de 2019

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 028/2019

Portaria Nº. 028/2019

Concede a servidora Aline Simony Stella a licença maternidade.

O Vereador Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o atestado e a certidão de nascimento apresentado pela servidora

RESOLVE:

Art. 1° - Concede a servidora Aline Simony Stella, licença maternidade de 180 dias no período de 18 de fevereiro a 16 de agosto de 2019, com retorno as atividades em 17 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 15 de fevereiro de 2019.

Edson da Silva

Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL	**NUMERO: 002/2019**

NOME/RAZÃO SOCIAL:

CIDADE: ESTADO:

TELEFONE: FAX: E-MAIL

PESSOA PARA CONTATO:

Recebi(emos) através do acesso à página www.camarapeixotodeazevedo.mtgov.br, nesta data,

cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

LOCAL: DATA:

ASSINATURA:

Objetivando a comunicação futura entre a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT e essa Empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra, à Equipe Pregoeira, por via postal, pelo fone (66) 3575 1809 ou pelo e-mail licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br
O não encaminhamento do recibo exime a Comissão de Licitação, a Pregoeira e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório como de quaisquer informações adicionais.

Peixoto de Azevedo – MT DATA: 20/02/20019
Dayanne Ferreira da Silva

Pregoeira – Portaria nº 022/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019

1. PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT** representada legalmente pelo Sr. **Gilmar Santos de Souza**,e mediante a Pregoeira Sra. **Dayanne Ferreira da Silva** e Equipe de Apoio a servidora **Márcia da Silva Sobrinho** e **Cristiane Macedo Lima** designadas pela Portaria nº 022, de 17 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais das Leis n° 10.520/02, n° 8.666/93, e alterações posteriores.

Data: **07 de março de 2019**.

Credenciamento: As 13h45 (Horário de Mato Grosso).

Abertura das Propostas: As 14h00 (Horário de Mato Grosso).

Local: Sala de Licitação da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, sito à Av. Lions Internacional Oeste, nº 2021, Centro, Peixoto de Azevedo – MT.

Os Envelopes referentes à **PROPOSTA DE PREÇOS** e aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão recebidos pela Pregoeira em Sessão Pública marcada para o dia, hora e endereço supramencionado.

2. DO OBJETO

2.1. Prestação de serviços de caráter continuado de Assessoramento Contábil e Patrimonial perante a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo visando o cumprimento da legislação contábil, lei de responsabilidade fiscal e normas regimentais do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme especificações detalhadas e constante no Termo de Referência (**Anexo I**) e Minuta de Contrato (**Anexo VI**), *com as seguintes condicionantes:*

2.1.1. Assessoramento Contábil e Patrimonial:

a) Abertura e Encerramento de Exercícios Contábeis;

b) Elaboração e análise de balancetes mensais;

c) Acompanhamento e avaliação do balanço anual;

d) Orientação na Gestão do Controle Patrimonial;

e) Análise preventiva e orientação técnica, in loco, e atendimento eletrônico por acesso remoto, aos documentos contábeis, patrimoniais;

2.1.2. Atendimento junto ao TCE:

a) Elaboração de defesas e recursos das representações internas, desde que, originárias dos serviços contábeis.

2.1.3. Atendimento presencial e a distância:

a) Disponibilizar profissional graduado em Ciências Contábeis, com o devido registro, para acompanhar as tarefas in loco;

b) Realizar visitas mínimas quinzenais;

c) Demais atendimentos: Telefonemas; Chat; Messenger; e-mails e WatsApp.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2003.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes a aquisição do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

4.1.1 Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública em todas as esferas

4.1.2. Que não estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

4.2. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente pregão deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório.

4.2.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

4.2.2. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

4.2.3. A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

4.2.4. Os documentos em cópias simples poderão ser autenticados pela Pregoeira ou Membros da Equipe de Apoio durante a sessão de licitação, desde que acompanhados dos originais.

4.3 A validade para os documentos apresentados serão aquelas que constantes de cada documento ou estabelecidos em lei.

4.3.1. Nos casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade o de **60 (sessenta)** dias contados da data de sua emissão.

4.4. As licitantes participantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

4.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.5.1. Empresa que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora coligada ou subsidiária entre si;

4.5.2. Pessoas Jurídicas que foram penalizadas administrativa ou criminalmente em função de infrações ambientais;

4.5.3. Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.5.4. Empresa ou firma cujos diretores, responsáveis legais técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo ou sócio figure como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

4.5.4.1. Caso constatado, ainda que a posteriori tal situação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 90 da Lei 8.666/93.

4.5.5. Empresas que entre seus sócios figure como sócio de outra empresa participante desse mesmo certame;

4.5.6. Pessoa Física ou Jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação como subcontratada de outro licitante;

4.5.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.5.8. Sociedades Cooperativas.

4.6. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na Proposta de Preços, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.7. A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente de Licitação do disposto no Art. 97 da Lei 8.666/93.

4.7.1. Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.

4.8. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:

4.8.1. Estar ciente das condições da licitação;

4.8.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

4.8.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Pregoeira;

4.8.4. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. Consideram-se Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) para efeitos de participação no presente certame, àquelas que se enquadrem no disposto no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se encontrem em nenhuma das vedações descritas no §4° do citado artigo.

5.2. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

5.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 5.2.1, implicará decadência do direito ao registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fornecimento, ou revogar a licitação.

5.4. Será assegurado, como critério de desempate, em sendo e caso, procedimento de sorteio.

5.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n° 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4° do artigo 3º desse mesmo diploma (Anexo II).

6. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao edital serão recebidos até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, mediante protocolo na Câmara Municipal ou encaminhados ao e-mail: licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br, dirigida a Pregoeira, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem causarem vicio ao mesmo.

6.1.2. As petições deverão ser protocoladas devidamente instruídas com a identificação da impugnante (assinatura, endereço, razão social e telefone

para contato) e serão respondidas pela Pregoeira no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.

6.2. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame.

6.3. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7° da Lei Federal 10.520/02 e legislação vigente.

6.4. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia, hora e local designados para o recebimento dos envelopes, cada licitante deverá se apresentar aa Pregoeira e à Equipe de Apoio para o seu credenciamento, ato que precede a entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação.

7.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF ou documento oficial que contenha foto do representante/procurador da empresa na sessão (apresentado em cópia autenticada ou simples, desde que junto esteja o original);

b) Cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial (acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva) ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Se empresa individual: o registro comercial. **E cópia da cédula de identidade de todos do(s) sócio(s) proprietário(s**). (Os documentos deverão ser apresentados em cópia autenticada ou simples, desde que junto esteja o original);

c) TERMO DE CREDENCIAMENTO (Modelo Anexo III), assinado pelo Sócio Administrador da empresa, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta Licitação, notadamente para formular proposta, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, com firma reconhecida em cartório, via original. (Se o representante for o Sócio Administrador da empresa ou procurador com poderes para representação é dispensado o referido **TERMO DE CREDENCIAMENTO - Modelo Anexo III);**

d) DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Modelo Anexo IV)

e) MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: As empresas que pretenderem fruir das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar, no Credenciamento, documento conforme modelo **ANEXO II**.

g) cartão de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);

7.3. A não entrega da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigido, implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar n° 123/06, no Decreto 8.538/2015.

7.4. A licitante que não apresentar representante legal na sessão pública ou que o identificar erroneamente não será inabilitada, mas este ficará impedido de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e ficará impossibilitado de responder pela empresa, além de não poder interpor recurso em qualquer fase, nem praticar quaisquer atos relativos à presente licitação para os quais seja exigida a presença de representante legal da empresa. Somente será aproveitada a proposta escrita apresentada.

7.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena da exclusão sumária das representadas.

7.6. Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada,

7.7. Caso haja a substituição do representante, deverá o novo representante, exibir documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.

7.8 A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.

7.9. O credenciamento da licitante implica a responsabilidade legal desta e de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão presencial.

7.10. Os documentos exigidos para o credenciamento deverão vir FORA DOS ENVELOPES de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sendo apresentados aa Pregoeira quando solicitados.

7.11. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Pregoeira e equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.

7.12. As empresas que enviarem envelope sem representante presente na abertura do certame deverão encaminhar a declaração do **Anexo IV**, dentro do envelope de habilitação.

8. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

8.1. Declarada aberta a sessão pela Pregoeira, o representante da licitante entregará os dois envelopes não transparentes e lacrados, um contendo a proposta de preços e outro os documentos de habilitação, independentemente de credenciamento, não sendo aceita, a partir desse momento, a participação de novos licitantes.

8.2. O envelope contendo a Proposta de Preços deverá ter expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

PROPOSTA DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE, TELEFONE E E-MAIL

8.3. O envelope contendo os Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE, TELEFONE E E-MAIL

8.4. Inicialmente, será aberto o Envelope das Propostas de Preços e, após, o Envelope dos Documentos de Habilitação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta deverá ser emitida em papel timbrado da licitante conforme item 9.1.1 e subitens, suas folhas devem ser numeradas rubricadas e carimbadas, sendo a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário), redigida com clareza, sem emendas, rasuras, res-

salvas ou entrelinhas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado e, ainda, contendo:

9.1.1 A proposta deverá ser apresentada, impressa por meio eletrônico, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

9.1.2. Uma única cotação, contendo preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (**duas casas decimais após a vírgula**) e por extenso. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;

9.1.2.1. Descrição dos SERVIÇOS conforme especificação contida no Termo de Referência;

9.1.2.2. Prazo de execução dos SERVIÇOS de acordo com o estabelecido no Termo de Referência deste Edital a contar da emissão da Autorização de Serviços.

9.1.2.2.1. A não indicação dos prazos de execução/entrega na proposta, não desclassificará a licitante, mas indicará que a mesma se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

9.1.3. Folha de identificação da licitante, contendo:

9.1.3.1. Razão ou denominação social;

9.1.3.2. Endereço completo;

9.1.3.3. Telefone/fax e e-mail;

9.1.3.4. Número do CNPJ/MF;

9.1.3.5. Se possível, número da conta corrente, agência, e respectivo banco, praça de pagamento.

9.1.4. O prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação;

9.1.4.1. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de (60) sessenta dias a contar da data de sua apresentação.

9.1.4. Declaração de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluídos frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

9.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser executado, sem ônus adicionais;

9.3. A não identificação na proposta do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo está informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

9.4. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta;

9.5. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

9.6. A Pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

9.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

9.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas àquelas quanto ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas aa Pregoeira.

9.9. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

9.9.1. Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;

9.9.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.9.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.9.4. Que os preços estiverem acima dos preços (unitários, totais), do Termo de Referência - **ANEXO I**.

9.10. A simples participação neste certame implica em:

9.10.1. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

9.10.2. Comprometimento da empresa vencedora em executar os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

10. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DISPUTA DE LANCES VERBAIS

10.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**;

10.2. Nos termos do Decreto nº 5.450/2005, somente haverá a desclassificação do licitante, na hipótese de incompatibilidade entre a proposta apresentada e o valor estimado, ou seja, quando encerrada a etapa de lances e a Pregoeira examinar a proposta classificada e verificar a habilitação do licitante. Assim também dispõe o Acórdão nº 2.131/2016, do Tribunal de Contas da União – TCU, que deu ciência ao órgão público de que a desclassificação das licitantes, antes da fase de lances, em decorrência da apresentação de propostas cujos valores são superiores ao valor estimado afronta à Lei nº 10.520/2002 e ao Decreto nº 5.450/2005;

10.3. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, as propostas serão classificadas, pelo respectivo tipo de julgamento, em ordem decrescente, e passarão para a fase de lances;

10.4. No decorrer da sessão todos os autores serão convidados, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os valores oferecidos nas propostas iniciais, desde que distintos dessas, onde a partir do autor da proposta classificada como de Menor Preço, será a proclamação do vencedor;

10.5. Caso ocorra a apresentação de duas ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, todos os proponentes com o **MESMO PREÇO** serão convidados a participar dos lances verbais e caso as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão;

10.6. O(A)Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva,.

10.6.1. Será vedado, portanto a oferta de lance com vista ao empate;

10.6.2. O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço e os demais lances deverão cobrir o lance de menor valor;

10.6.3. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

10.6.4. Os lances serão recebidos sucessivamente, na proporção nunca inferior a 0,5% sobre o valor do item apurado após cada lance.

10.7. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita;

10.8. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante da licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de telefone celular e outros;

10.9. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas;

10.10. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

10.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

10.11.1. Ocorrendo a hipótese acima e havendo empate na proposta escrita, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão;

10.12. Declarada encerrada a etapa de lances serão classificadas as ofertas na ordem decrescente de valor, consubstanciado nos descontos oferecidos;

10.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados;

10.14. A Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta, quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito, podendo, para tanto, requerer a analise da área demandante para dar mais segurança no processo de aprovação de proposta;

10.15. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação da licitante que a tiver formulado;

10.16. Se a oferta não for aceitável, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências;

10.17. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será declarada desclassificada pela Pregoeira.

11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:

11.1.1. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais;

11.1.2. Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação, prevista no subitem 11.1.2.4:

11.1.2.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

11.1.2.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento;

11.1.2.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo contido em Lei vigente e deste Edital ou um de seus Anexos;

11.1.2.4. Os documentos necessários à habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pela Pregoeira ou um dos membros da equipe de apoio, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

11.1.2.5. O envelope referente aos documentos de habilitação **DEVERÁ** conter os documentos **ORIGINAIS** atualizados, ou cópia de cada documento individualmente **AUTENTICADA**, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pela Pregoeira ou sua Equipe de Apoio no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet;

11.1.2.5.1. Somente será autenticada por servidor desta Câmara, cópia fiel de documento original, se apresentado o documento ORIGINAL.

11.1.2.6. Todos os documentos da licitante deverão estar com número do CNPJ e com o endereço respectivo da mesma, salvo os casos onde a licitante é filial e que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.3. As certidões e/ou documentos que pela própria natureza exigem prazos e que não consta data de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, anterior a data da abertura do certame.

11.2. Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, de forma numerada, sequencial e inseridos no Envelope nº 02, são os seguintes:

11.2.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93. (**Anexo V**);

a) A microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º da mesma Lei Complementar. (**Anexo II**);

11.2.2. Declaração de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (**Anexo V**);

11.2.3. Declaração de sujeição e concordância com as condições estabelecidas no Edital. (**Anexo V**);

11.2.4. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93. (**Anexo V**);

11.2.5. Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade do objeto licitado caso venha a vencer o certame (**Anexo V**);

11.2.6. Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão. (**Anexo V**);

11.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA: As empresas interessadas deverão apresentar cópias das seguintes documentações: (apresentado em cópia autenticada ou simples, desde que junto esteja o original);

11.3.1. Cédula de Identidade, do representante da empresa proponente ou do proprietário, ou responsável pela empresa e assinante da proposta;

11.3.1.1. Fica dispensado no caso de Sociedade Anônima.

11.3.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.3.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.3.3.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.4. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.4.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão de Tributos e a Dívida Ativa da União;

11.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (sede da licitante) por meio da Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais;

11.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;

11.4.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

11.4.6. Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

11.4.7. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

11.5. Relativos à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE**:

11.5.1. 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público comprovando aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

11.6. Relativos á **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

11.6.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa com validade na data da licitação ou se não constar data de validade emitida em no máximo 60 (sessenta) dias anterior ao lançamento do edital do certame**.**

12. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a fase de lances para o objeto licitado, a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, verificando sua regularidade;

12.2. Constatado o atendimento das exigências deste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos;

12.3. Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, a Pregoeira examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital;

12.4. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Pregoeira poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o Art. 48, §3° da Lei nº 8.666/93, mantendo-se a classificação das propostas e lance verbais;

12.5. Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio.

13. RECURSOS

13.1. Os recursos deverão ser manifestados, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pela Pregoeira, devendo a licitante interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata;

13.2. A Pregoeira indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata;

13.3. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitante poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão;

13.4. As demais licitantes, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo local e no mesmo lapso do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

13.5. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, podendo a Pregoeira prosseguir com o certame;

13.6. Preenchidas as condições da admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

13.6.1. A Pregoeira aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contrarrazões;

13.6.2. Encerrados os prazos acima, a Pregoeira irá analisar o recurso impetrado por escrito, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

13.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, este declarará o licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

13.9. O resultado do recurso será intimado diretamente a empresa interessada, ficando a decisão retida nos autos;

13.10. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo quanto à disputa.

13.11. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no Art. 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente;

13.12. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo sede da Câmara Municipal – Departamento de Licitações, sito à Av. Lions Internacional Oeste, 2021, centro – Peixoto de Azevedo MT.

13.13. A parte que interpuser recurso por meio de e-mail deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14. HOMOLOGAÇÃO

14.1. A declaração de vencedor para a contratação ao objeto licitado, feita pela Pregoeira, ficará sujeita a homologação da autoridade competente desta Câmara de Vereadores.

15. CONTRATAÇÃO

15.1. Todas as condições e obrigações objeto deste procedimento licitatório estão contidas na minuta do Contrato **(Anexo VI)** a qual fica fazendo parte integrante deste edital**;**

15.2. Após, adjudicada e homologada a presente licitação, a Proponente vencedora deverá comparecer à Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo para firmar contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for convocada para tal;

15.2.1 A minuta do Contrato conterá os dados da Proponente vencedora que apresentar o Menor Preço Global

15.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa vencedora, mediante apresentação do ato constitutivo, contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório;

15.4. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas em Edital.

16. DA VIGÊNCIA

16.1 O Contrato terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

17. DA TRANSFERÊNCIA, SUB-CONTRATAÇÃO OU SUB-ROGAÇÃO

17.1. A contratada não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente o objeto contratado, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização da contratante;

17.1.2 Não será permitido sub-contratação ou sub-rogação do fornecimento do objeto deste certame, em hipótese alguma

18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 Prestar os serviços de acordo com as especificações contida no termo de Referência (**Anexo I**) e minuta de Contrato (**Anexo VI**)

18.2. A Prestadora deverá:

18.2.1 Assessoramento Contábil e Patrimonial:

a) Abertura e Encerramento de Exercícios Contábeis;

b) Elaboração e análise de balancetes mensais

c) Acompanhamento e avaliação do balanço anual;

d) Orientação na Gestão do Controle Patrimonial;

e) Análise preventiva e orientação técnica, in loco, e atendimento eletrônico por acesso remoto, aos documentos contábeis, patrimoniais;

18.2.2. Atendimento ao TCE:

a) Elaboração de defesas e recursos das representações internas, desde que, originárias dos serviços contábeis.

18.2.3. Atendimento presencial e a distância:

a) Disponibilizar profissional graduado em Ciências Contábeis, com o devido registro, para acompanhar as tarefas in loco;

b) Realizar visitas mínimas quinzenais

c) Demais atendimentos: Telefonemas; Chat; Messenger; e-mails e Watsapp.

18.3. A Câmara Municipalrejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com a Ordem de Serviços, Termo de Referência e demais condições deste Edital;

18.4. Nos termos do Art. 3˚ combinado com o Art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor é vedada a execução de serviços em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, cujos Conselhos fiscalizadores são: CRC Conselho Regional de Contabilidade.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Pela fiel e perfeita prestação de serviços do objeto desta licitação, a Câmara pagará o preço correspondente à quantia solicitada em Reais (R$), mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor dos serviços prestados;

19.2. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, serviços, fretes, enfim todas as despesas necessárias à execução do objeto licitado;

19.3. Os pagamentos serão efetuados em até o 5º (quinto) dia útil, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável e encaminhada para a Câmara Municipal.

19.3.1. A nota fiscal deverá conter o atestado firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento dos serviços prestados

19.4. A Prestadora deverá indicar no corpo da nota fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

19.5. O pagamento será feito exclusivamente por meio de ordem bancária, endereçada ao banco e conta discriminada na nota fiscal.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

20.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Contrato no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

20.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços prestados:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

20.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

20.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

20.3.1. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, por prazo de até 02 (dois) anos;

20.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 02 (dois) anos.

20.4. A Prestadora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser

declarada inidônea pelo prazo de até 02 (dois) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

20.5. A multa, eventualmente imposta à Prestadora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Prestadora não tenha nenhum valor a receber desta Câmara de Vereadores, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados a Fazenda Pública Municipal para que seja inscrita na dívida ativa, podendo proceder à cobrança judicial da multa;

20.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Prestadora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Câmara de Vereadores;

20.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultado a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

21.2. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

21.2.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Prestadora, de boa fé, ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no decorrer da execução do objeto;

21.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que a Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o primeiro dia útil subsequente, ao mesmo horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em outro sentido;

21.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT;

21.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Presencial;

21.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do processo;

21.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a prestação dos serviços;

21.9. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n.º 10.520/2002, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

21.10. Poderá a Pregoeira no interesse da administração, relevar omissões puramente formais, desde que:

21.10.1. Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação;

21.10.2. Possam ser sanadas, no prazo determinado pela Pregoeira;

21.11. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pela Pregoeira e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

21.12. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Declaração ME e EPP

Anexo III – Carta de Credenciamento

Anexo IV – Requisitos de Habilitação

Anexo V – Declarações Diversas

Anexo VI –Minuta de Contrato

Peixoto de Azevedo/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Dayanne Ferreira da Silva

Pregoeira – Portaria nº 022/2019

Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores **ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 003 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002

Categoria de Investimento: Prestação de Serviço Técnico Profissional

Projeto Atividade: Atividade a cargo da Presidência da Câmara Municipal

1. DO OBJETO E DAS CONDICIONANTES

1.1. Objeto: Prestação de caráter continuado de Assessoramento Contábil e Patrimonial perante a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo visando o cumprimento da legislação contábil, lei de responsabilidade fiscal e normas regimentais do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme especificações a seguir:

1.2. Assessoramento Contábil e Patrimonial: a) Abertura e Encerramento de Exercícios Contábeis; b) Elaboração e análise de balancetes mensais c) Acompanhamento e avaliação do balanço anual; d) Orientação na Gestão do Controle Patrimonial; e) Análise preventiva e orientação técnica, in loco, e atendimento eletrônico por acesso remoto, aos documentos contábeis, patrimoniais; **1.3. Atendimento junto ao TCE:** a) Elaboração de defesas e recursos das representações internas, desde que, originárias dos serviços contábeis. **1.4. Atendimento presencial e a distância:** a) Disponibilizar profissional graduado em Ciências Contábeis, com o devido registro, para acompanhar as tarefas in loco; b) Realizar visitas mínimas quinzenais; c) Demais atendimentos: Telefonemas; Chat; Messenger; e-mails e Watsapp.

2. Justificativa: Necessidade em contratar assessoramento profissional para prestação de serviços junto a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo no Departamento de Contabilidade visando orientação ao setor, acerca dos procedimentos contábeis a serem desempenhados no trâmite da execução contábil, orientação permanente ao contador para a conferência dos feitos, orientação para a elaboração dos balancetes mensais, acompanhamento do sistema Aplic e balanço anual.

3. DAS CONDICIONANTES:

3.1. Executar os serviços contratados, rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste Termo de Referência, obedecendo integralmente as normas técnicas vigente ou fornecidas pela Câmara Municipal, e

ainda responsabilizar-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

3.2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas.

3.3. Responsabilizar pelos prejuízos causados a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;

3.4. Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer ônus e solidariedade da Câmara Municipal, os funcionários necessários, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados no contrato em anexo, em decorrência da sua condição empregadora.

3.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.6. Manter a CONTRATANTE informada de todos os detalhes dos serviços em execução, bem como de quaisquer irregularidades que possam colocar em risco a continuidade do trabalho.

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos serviços;

3.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara de Vereadores;

3.9. Indenizar terceiros e/ou a própria Câmara, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, exceto em caso de ausência ou omissão pela CONTRATANTE, que venha a gerar os fatos, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.10. Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas a Contratante por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de Lei ou regulamento aplicável à espécie, quando se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

3.11. Tratar como confidenciais as informações e os dados contidos nos documentos da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros**.**

3.12. M**anter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

3.13. A**ceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;**

4. DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

4.3. Fiscalizar os serviços prestados e quando necessário, notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades, multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

4.4. Notificar a CONTRATADA, sempre por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação do serviço.

4.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DOS PRAZOS

5.1. Os Serviços licitados deverão ser executados pelo período de 11 (onze) meses e de acordo com as necessidades da Câmara Municipal para o período de 2019, com inicio dos trabalhos a partir da assinatura do contrato e término no dia 31 de Dezembro de 2019, podendo ser renovado até 60 (sessenta) meses caso haja interesse entre as partes.

5.2. O contrato terá vigência a partir do dia de sua assinatura até **31 de Dezembro de 2019** e será contado em dias consecutivos, podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes à licitações e contratos públicos, bem como poderá ser prorrogado por termo aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57 §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa.

5.3. O prazo para assinatura do contrato pelo licitante vencedor será de até 05 (cinco) dias úteis após a homologação dos resultados da licitação, sujeitando-se o infrator ás sansões previstas na Lei nº 8.666/93.

5.4. Caso se façam necessárias algumas alterações contratual, as mesmas serão objeto de estudos pelas partes, e só efetivadas de mútuo acordo.

6. CUSTO ESTIMADO

6.1. O valor máximo admissível para a execução dos serviços do presente termo, elaborado com base na média dos preços praticados no mercado, mediante pesquisa efetuada junto a fornecedores do ramo, é de **R$ 6. 183,33 (seis mil cento e oitenta e três reais e trinta e três centavos)** por mês, perfazendo o valor total de **R$ 74.200,00 (setenta e quatro mil e duzentos reais)**.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido, mediante a execução dos serviços e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela administração.

7.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.3. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

8. Resultados Esperados: Otimizar os serviços com acompanhamento de profissionais especializados oferecendo ao gestor segurança nas execuções, compromissos com a gestão e dedicação incontesti, **para que a administração do município possa suprir a demanda com pontualidade e transparência visando atender a legislação vigente, buscando cada vez mais, melhores resultados, com maior economia e poder efetuar investimentos nas áreas afins das atividades da Câmara de Vereadores.**

9. Local da prestação dos serviços: Os serviços serão prestados na sede da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo no Departamento de Contabilidade, diretamente ao contador e aos demais envolvidos no setor de contabilidade e setor de licitações, também através de acesso remoto no servidor da Câmara, bem como, orientação por Telefonemas; Chat; Messenger; e-mails e Watsapp.

10. Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado em parcelas mensais, iguais e subsequentes mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada e Liquidada pelo Setor competente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, devidamente acompanhada do relatório das atividades desenvolvidas pela empresa e seus subordinados, e ainda, com o atestado de veracidade do Fiscal de Contratos. **11.** O contrato firmado entre as partes terá vigência anual a partir da data de sua assinatura, sendo portanto, prorrogado anualmente, respeitando os limites de reajustes previstos neste termo, e atenda integralmente aos pré-requisitos exigidos nesse procedimento licitatório e no desempenho do labor diário por

parte dos profissionais que atuarão na jornada contratada, e ainda, que seja de comum acordo entre as partes, sem prejuízos ao erário público.

Peixoto de Azevedo/MT, 13 de fevereiro de 2019.

Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara

ANEXO II

Modelo da Declaração para ME e EPP

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel Timbrado da Empresa)

A Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo- MT

Ref. Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n° **002/2019**.

Para fins de participação na licitação (Indicar o n° da licitação), a(o) (Nome Completo do Proponente), CNPJ n° (N° do CNPJ), sediada na (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

CPF

Carimbo de CNPJ da Empresa

ANEXO III

Modelo dE TERMO DE CREDENCIAMENTO

(Papel Timbrado da Empresa)

PREGÃO PRESENCIAL N.º **002/2019**

Por meio do presente, credenciamos o (a) Sr.(a)..... ..., portador(a) do RG n.º.....e do CPF n.º..... ., a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – Estado de Mato Grosso, na modalidade Pregão n.º **002/2019**, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa....., bem como rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta de Preço, formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, interpor ou desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Informação Importante:

CNPJ n°:

Inscrição Estadual n°:

Razão Social:

Nome de Fantasia:

Local e data,

_____

Diretor ou Representante Legal

Carimbo da Empresa

(Obs. Firma Reconhecida em Cartório)

OBS: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.

ANEXO IV

Modelo da Declaração DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa , CNPJ n° , reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital de Pregão Presencial n° **002/2019**.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

CPF

Carimbo de CNPJ da Empresa

OBS: No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, será flexibilizado os efeitos desta declaração, estando a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte obrigada a apresentar o documento com restrição junto ao envelope de habilitação, sob pena de desclassificação.

ANEXO V

Modelo dE DeclaraçÕES DIVERSAS

Em cumprimento as determinações da Lei, **DECLARAMOS**, para fins de participação no **Pregão Presencial n° 002/2019** que:

1. Até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores;

2. Recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3. Concordamos e sujeitamo-nos com as condições e teor estabelecidos no Edital;

4. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

5. Sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas; e

6. Não possuem em seu quadro de pessoal, funcionários públicos pertencentes ao quadro da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei 8666/93.

Por ser a expressão da verdade, representante legal desta empresa, firmo a presente.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

CPF

Carimbo de CNPJ da Empresa

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º _____/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E A EMPRESA XXXX, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/ MT** inscrita no CNPJ/MF sob n.° 37.499.373/0001-69, estabelecida à Av. Lions Internacional Oeste nº 2021, centro, Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor **Gilmar Santos de Souza,** brasileiro, vereador, portador do RG n° 0742513-9 SSP/MT e CPF n° 559.152. 641-15, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** com sede na xxxxxxxx, s/n. °, Centro, CEP xxxx, xxxxxxxxx, inscrita no CNPJ n.° XXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo senhor **XXXXXXXX**, xxxx, empresário, portador do RG n.° xxxxxxxxxxx SSP/MT e CPF n.° xxxxxxxxxxxx, têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com o Edital de Pregão Pre-

sencial n°**.** 002/2019 e dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1. **Objeto:** *Prestação de Assessoramento Contábil e Patrimonial perante a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo visando o cumprimento da legislação contábil, lei de responsabilidade fiscal e normas regimentais do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com as seguintes condicionantes:*

2.1.1. Assessoramento Contábil e Patrimonial:

a) Abertura e Encerramento de Exercícios Contábeis;

b) Elaboração e análise de balancetes mensais;

c) Acompanhamento e avaliação do balanço anual;

d) Orientação na Gestão do Controle Patrimonial;

e) Análise preventiva e orientação técnica, in loco, e atendimento eletrônico por acesso remoto, aos documentos contábeis, patrimoniais;

2.1.2. Atendimento junto ao TCE:

a) Elaboração de defesas e recursos das representações internas, desde que, originárias dos serviços contábeis.

2.1.3. Atendimento presencial e a distância:

a) Disponibilizar profissional graduado em Ciências Contábeis, com o devido registro, para acompanhar as tarefas in loco;

b) Realizar visitas mínimas quinzenais;

c) Demais atendimentos: Telefonemas; Chat; Messenger; e-mails e WatsApp.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor global para a execução do contrato é de R$..... (_____).

3.2. O valor contratado será pago em 10 (dez) parcelas iguais mensais, no valor de R$..... (_____).

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços; **b)** existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo de execução do presente contrato é até **31 de dezembro de 2019**, tendo início a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pela **CONTRATANTE** em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo **Fiscal de contratos** determinado através de Portaria específica para acompanhamento dos trabalhos.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 02 (dois) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Câmara Municipal de Vereadores, alocados na dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2003.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

a) cumprir fielmente os termos do presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória; **b)** observar na execução dos serviços contratados, os regulamentos e a ética profissional; **c)** aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93. **d)** receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período; **e)** suspender o atendimento das solicitações do **CONTRATANTE** quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 90 (noventa) dias. **f)** Executar os serviços contratados, rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste edital, obedecendo integralmente as normas técnicas vigente ou fornecidas pela Câmara Municipal, e ainda responsabilizar-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; **g)** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas. **h)** Responsabilizar pelos prejuízos causados a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos; **i)** Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer ônus e solidariedade da Câmara Municipal, os funcionários necessários, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados no contrato em anexo, em decorrência da sua condição empregadora. **j)** Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; **k)** Manter a **CONTRATANTE** informada de todos os detalhes dos serviços em execução, bem como de quaisquer irregularidades que possam colocar em risco a continuidade do trabalho. **l)** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos serviços; **m)** Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara; **n)** Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas a **CONTRATANTE** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de Lei ou regulamento aplicável à espécie, quando se der por culpa exclusiva da **CONTRATADA**. **o)** Tratar como confidenciais as informações e os dados contidos nos documentos da **CONTRATANTE**, guardando total sigilo perante terceiros. **p)** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; **q)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;

6.2. São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**; **b)** intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei; **c)** homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato; **d)** cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento; **e)** fiscalizar a execução dos serviços por intermédio do Departamento de Contabilidade; **f)** cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução; **g)** efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização; **h)** aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato. **i)** efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; **j)** modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO; **k)** rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita. **b)** multas. **c)** declaração de inidoneidade e, **d)** suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços; **b)** 2% (dois por cento) do valor contratual na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa; **c)** suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT por prazo não superior a dois anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a **CONTRATADA** poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

7.7. O CONTRATADO não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) o CONTRATADO não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE; **b)** o CONTRATADO, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte; **c)** o CONTRATADO atrasar por mais de 07 (sete) dias o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE. **d)** o CONTRATADO não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição ou utilização inadequada das informações; **e)** as multas aplicadas ao CONTRATADO atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato; **f)** o CONTRATADO deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes; **g)** ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da **CONTRATADA**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências: assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

a) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93; **b)** retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 002/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1. A **CONTRATADA** deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de exigidas para habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo contador efetivo da Câmara Municipal, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo juízo.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a **CONTRATADA** serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a **CONTRATADA** recorrer a **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. O CONTRATADO não poderá em hipótese alguma subcontratar total ou parcialmente a execução dos serviços objeto desse contrato.

13.3. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.4. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Peixoto de Azevedo, ____ de _____ de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

EMPRESA CONTRATADA

Representante da Empresa contratada

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

_____ _____

Fiscal do Contrato Irineu Paiano Filho

CPF: OAB/MT 6097 – visto

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 003/2019

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO

CONTRATO Nº 003/2019

Objeto: Contratação direta de Prestação de serviços de fornecimento de energia.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT

CONTRATADO: ENERGISA MATO – GROSSO – DISTRUBUIDORA DE ENERGIA S.A

VALOR: R$4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

PRAZO: 01/02/2019 A 31/12/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 001/2019

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO

CONTRATO Nº 001/2019

Objeto: Contratação para Fornecimento de Combustíveis: 4.270 litros de gasolina aditivada, 1.000 litros de etanol hidratado, 12 litros de óleo lubrificante, 03 unidade de filtro de ar, e 03 unidade de filtro lubrificante para Câmara Municipal de Salto do Céu.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT

CONTRATADO: B. ROSA BISPO - EPP

VALOR: R$23.995,50 (VINTE E TRES MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

PRAZO: 01/02/2019 A 31/12/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 002/2019

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO

CONTRATO Nº 002/2019

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e hospedagem de homepage (pagina de internet) e locação de sistema de ouvidoria On-line da Câmara Municipal de Salto do Céu.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT

CONTRATADO: A. D. TECNOLOGIA E SOLUÇOES EIRELI

VALOR: R$17.668,68, (**dezessete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos**)

PRAZO: 01/02/2019 A 31/12/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 004/2019

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO

CONTRATO Nº 004/2019

Objeto: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa e Internet Via Dsl.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT

CONTRATADO: OI S/A

VALOR: R$6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 01/02/2019 A 31/12/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 004/2019

PORTARIA N° 004, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Designa o Vereador, VALDEIR APARECIDO BASTOS para acompanhamento da execução dos contratos referente exercício de 2019 da Câmara Municipal de Salto do Céu - MT, e da outras providências"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT, no uso das atribuições legais exaradas no art. 29, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o Vereador **VALDEIR APARECIDO BASTOS**, para em cumprimento a Instrução Normativa de Contratos – SCL n.º 002/2010, acompanhar a execução dos Contratos referente exercício de 2019, celebrado por este Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º - Não caberá nenhuma remuneração ao Vereador, sendo-lhes assegurado todos os direitos funcionais pertinentes, quando em exercício de suas funções indispensáveis a execução dos serviço específico.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, em Salto do Céu - MT, 01 de fevereiro de 2019

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PORTARIA Nº.012/2019

PORTARIA Nº 12/2019

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO COM A FINALIDADE DE APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO AVANÇO FUNCIONAL DA SERVIDORA GUELLY URZEDA DE MELLO – Auditora Pública Interna.

A Mesa Diretora, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 31, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, e

CONSIDERANDO: o Ofício Nº 33/2019/1PJCPVA, relacionado ao Simp 002172-013/2017 do Ministério Público Estadual, que investiga possível candidatura fraudulenta ao cargo de vereadora de forma irregular e uso pela servidora de bens públicos da câmara para fins particulares;

CONSIDERANDO: a ausência de regulamentação do parágrafo único do artigo 23 da Lei Municipal Nº 257/2008, que trata da qualificação profissional dos servidores da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO: que o avanço funcional da Auditora Pública Interna ocorreu em desacordo com o que determina a norma em apreço;

CONSIDERANDO: a requisição do Ministério Público sobre quais ações serão adotadas para a correção da ilegalidade;

CONSIDERANDO: que a Câmara Municipal, sob o manto da autotutela, pode e deve rever seus próprios atos, quando eivados de vícios, **anulando os ilegais** e revogando os inconvenientes ou inoportunos ao interesse público, consoante as Súmulas 346 e 473, do STF, e artigo 53 da Lei nº 9. 784/99.

CONSIDERANDO: o Parecer Jurídico Nº 009/2019, da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis;

RESOLVE:

Art. 1º - com supedâneo no art. 25 da Lei Orgânica Municipal, bem como no art. 31, inciso XI, do Regimento Interno, instaurar o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO,** tendo como objeto de investigação os avanços funcionais por qualificação profissional da servidora **GUELLY URZEDA DE MELLO – Auditora Pública Interna**.

Art. 2° - O respectivo registro deste procedimento, com Publicação no mural desta Casa de Leis, bem como em imprensa oficial;

Art. 3° - Requisite-se do setor responsável toda documentação relacionada ao avanço funcional da servidora para análise da Mesa Diretora;

Art. 4º - Notifique-se a servidora **GUELLY URZEDA DE MELLO – Auditora Pública Interna**, para tomar ciência da instauração do presente, bem como **apresentar defesa**, querendo, **em 10 (dez) dias**, acostando ao procedimento os documentos comprobatórios do que alegar;

Art. 5º - O presente procedimento deve ser concluído em 30 (trinta), designando, para oficiar como secretária no presente expediente administrativo, a Servidora Sandra Emiliana Santana.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na da data de sua publicação.

Sala da Presidência, em 20 de fevereiro de 2019.

ALDIDENES JOSÉ DA SILVA

PRESIDENTE DA MESA DIRETORA

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO Nº 004/2019

EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO Nº 004/2019

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, Vereador **JOÃO MARTINS DE SOUZA FILHO,** na forma da lei:

FAZ SABER, a todos quanto o presente **EDITAL** vierem ou dele tiverem conhecimento, que se encontra á disposição de qualquer contribuinte o **PROCESSOS Nº** 7.541-8/2017, que tratam das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT, relativas ao exercício de 2017, Gestão do Prefeito Municipal VALDOMIRO LACHOVCZ.

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, 20 de fevereiro de 2019.

JOÃO MARTINS DE SOUZA FILHO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2019

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT

Extrato de Contrato nº 005/2019

Contrato de prestação de serviços nº ....assinado em 15/2/2019 , Vencimento: 31/12/2019, contratada: ÚTIL PROVEDOR DE INTERNET LTDA – ME CNPJ SOB Nº 13.829.793/0001-06, : **OBJETO:** Contratação de Empresa cuja prestação é de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) , na velocidade de 20 MB mensal, que deverão ser entregues instalados e em perfeito funcionamento, os materiais necessários para atender às necessidades da Câmara Municipal de São José do Rio Claro- Dotação Orçamentária: 01.001.01.031.0001.2002.33.90.39 – **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.** Valor R$ 4.398,90 (Quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, 15 de fevereiro de 2019

JOÃO MARTINS DE SOUZA FILHO – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 04/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de União do Sul

CONTRATADA: MARIA APARECIDA LIMA SALES

OBJETIVO: Contratação Temporária de Auxiliar de Serviços Gerais

VALOR GLOBAL: R$ 5.988,00

VIGENCIA: 01.02.2019 à 30.07.2019

CÓD.ORÇAMENTÁRIO: 01.001.01.031.0028.2.072-3390.36.00.00.00

DATA: 01.02.2019

SIGNATÁRIOS:

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ

Vereador Presidente

MARIA APARECIDA LIMA SALES

Contratada

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 09/2019

Nomeia Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de União do Sul-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Marilda Gislaine dos Santos para Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Contrato nº 04/2019, partes: Câmara Municipal de União do Sul e Maria Aparecida Lima Sales, que trata contratação temporária de auxiliar de serviços gerais em decorrência de afastamento de licença maternidade da servidora efetiva no cargo de Zeladora na Câmara Municipal, Srª LUCIANA DIAS DOS SANTOS, conforme consta na Portaria nº 04, de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 18 de fevereiro de 2019

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ

Ver. Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 549/2019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Altera os valores constantes do anexo II da Lei Complementar nº 313/2012, o qual dispõe sobre a Tabela de Funções Gratificadas do Plano de Carreira dos Servidores da Câmara municipal de Vale de São Domingos/MT".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei

Art. 1º. O Anexo II da Lei nº 313/2012 passa a vigorar da seguinte forma:

Anexo II	
Tabela de Funções Gratificadas	
FG-3	R$ 220,00
FG-2	R$ 200,00
FG-1	R$ 140,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias respectivas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos/MT, em 18 de Fevereiro de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 548/2019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Legislativo do Município de Vale de São Domingos/MT".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei

Art. 1º. Ficam reajustados em 3,43% (três vírgula quarenta e três pontos percentuais), a partir de 1º de fevereiro de 2019, a remuneração dos servidores do Poder Legislativo Município de Vale de São Domingos/MT.

Parágrafo único: O índice de reajuste previsto no caput deste artigo corresponde à revisão geral para reposição das perdas ocorridas relativas ao exercício de 2018, utilizando-se como fator de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado no período, na forma do que dispõe o art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias respectivas, aprovadas para o orçamento de 2019.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos/MT, em 18 de Fevereiro de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 550/2019.

brazao do municipio

"Altera o Anexo I do Lotacionograma da Lei Complementar nº. 09/2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Vale de São Domingos e dá outras providências".

GERALDO MARTINS DA SILVA, prefeito do Município de Vale de São Domingos - MT, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído a inclusão no Lotacionograma da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, de mais 01 (um) Cargo de Coordenador de Fazenda, passando a vigorar o novo Anexo I – Lotacionograma - (Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar Municipal nº. 09/2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos - MT, em 18 de Fevereiro de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

ANEXO I LOTACIONOGRAMA COMPLEMENTAR

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO COMISSÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT	Anexo II	Exercício: 2011

CATEGORIA FUNCIONAL	Cargos Existentes			Lotação				Cargos Vagos		
	Efetivos	Comiss	Total	Efetivos	Comiss	Carg. H	Total	Efetivos	Venc.	Escol.
COORDENADOR DE FAZENDA	00	02	02	00	01	40:00	01	0	1.871,79	E.M

LEGENDA: ALFA – ALFABETIZADO **EFI -** ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO **EFC -** ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO **EM** – ENSINO MÉDIO **EMP** – ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE **ES** – ENSINO SUPERIOR

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 547/2019 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PARCELAMENTO DE DÍVIDAS PARA COM O MINISTERIO DO TURISMO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei

Artigo1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a contratar o parcelamento no valor global estimado de **R$ 97.342,26 (Noventa e Sete mil Trezentos e Quarenta e Dois reais e Vinte e Seis centavos),** podendo haver acréscimo, que será dividido da seguinte forma:

R$ 97.342,26 (Noventa e Sete mil Trezentos e Quarenta e Dois reais e Vinte e Seis centavos) em 24 (Vinte e Quatro) parcelas no valor estimado de R$ 3.687,20 (Três mil Seiscentos e Oitenta e Sete reais e Vinte centavos) e 1 (Uma) parcela estimada FUNJUS que se refere ao Requerimento de Parcelamento PGE nº 249/2010.

Artigo 2º - O pagamento das parcelas mencionadas no artigo 1º, serão efetuadas mensalmente mediante aos pagamentos via boletos emitido pelo Estado de Mato Grosso Procuradoria Geral do Estado.

Artigo 3º - O Poder Executivo Municipal consignará nos orçamentos anuais e plurianual do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o parcelamento, dotação suficiente a amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, 07 de Fevereiro de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019 COM REGISTRO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 07 DE MARÇO DE 2019, ÀS 08h30m (horário local)**, no Administrativo da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT localizado à Avenida Castelo Branco, s/n, Bairro Jardim Imperador no complexo do ABRASSA, Município de Várzea Grande - MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais cláusulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), solicitar pelo e-mail: licitacaocmvg@hotmail.com ou pelo site www.camaradevarzeagrande.mt.gov.br.

Várzea Grande/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Ivan Sebastião da Silva

Pregoeiro Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Processo de Licitação nº 01/2019 - Dispensa de Licitação Nº 01/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados de advocacia, mensal.

Reconheço e Ratifico, em todo os seus termos, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais especializados de advocacia, mensal, na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93. Cujo objeto e valor total foram dispensados de licitação em conformidade com Inciso II e Parágrafo Único do Art. 24 da Lei 8.666/93 e Resolução Normativa nº 041/2017/CIDESAT de 26 de maio de 2017, que "Aprova a aplicabilidade da Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017 no âmbito do Consórcio. Sendo que a proponente ATALA e LOBO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ nº 22.183.590/0001-78, apresentou a menor proposta com valor mensal de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

São José dos Quatro Marcos, 20 de fevereiro de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2017

Distratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07.

Distratada: AMÓS MEDEIROS DOS SANTOS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ: 27.309.544/0001-96.

Objeto: Rescisão do Contrato nº 09/2017, de comum acordo nos termos do Inciso II do Artigo 79 da Lei 8.666/93.

São José dos Quatro Marcos-MT, 01 de fevereiro de 2019.

PAULO REMÉDIO – Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 296 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

ATO NORMATIVO Nº 296 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORA DE NUTRIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear A Senhora **ZENILDA DE FATIMA SILVA CARVALHO DE ANDRADE,** para exercer o cargo de COORDENADORA DE NUTRIÇÃO do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, do qual

assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços para o qual foi nomeado.

Art. 2º - O presente nomeado cumprirá as ações designadas do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto e no Art. 8 do estatuto do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 03/2019

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n. 03/2019

Contratante: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Acorizal – ROSÁRIO-PREVI.

Contratada: Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social contratante, conforme descrição contida no Anexo I, parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

Vigência: 06 meses.

Valor Total: R$ 32.731,14 (trinta e dois mil setecentos e trinta e um reais e quatorze centavos);

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Data de Assinatura: 20/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº. 009/2019 AO CONTRATO Nº. 033/2016

TERMO ADITIVO Nº. 009/2019 ao Contrato n°. 033/2016 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 028/2015

LICITAÇÃO: Concorrência nº. 003/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA

OBJETO: Prorrogação da Vigência da Obra

DATA: 14/02/2019

VIGÊNCIA: Fica alterada à Cláusula Quarta – Do Prazo, Condições e Entrega do Objeto; fica prorrogada o prazo de execução da obra pelo período de 120 (Cento e vinte) dias, até o dia 14.06.2019.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 003/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3273/2019; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 14/02/2019 licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 003/2019, que teve como vencedora a empresa: Luasi Papeis e Livros LTDA - EPP, CNPJ: 08.371.036/0001-93.

Água Boa - MT, 20 de fevereiro de 2019.

Marcos da Silva

Pregoeiro

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO COMPLEMENTAR Nº 001/2019

De 04 de fevereiro de 2019.

AUTORIA: Mesa Diretora da Câmara Municipal

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ESTÁGIO E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, MATO GROSSO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária de 18 de fevereiro de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Considerando a necessidade de normatizar, no âmbito desta Casa Legislativa, o estágio curricular de estudantes regularmente matriculados em instituições vinculadas ao ensino público e particular.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 O estágio na Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, nos termos da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, obedecerá ao disposto nesta Lei.

§**1º** O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§2º O estágio deverá propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração, em termos de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 2 O estágio na Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso será efetivado mediante convênios com agentes de integração públicos e privados ou diretamente com as instituições de ensino, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Art. 3 Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Parte concedente: Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso;

II – Instituição de ensino: instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do

ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

III - Agentes de integração: empresas que oferecem vagas de estágio para conveniados. O aluno deve se inscrever na Instituição dos Agentes de Integração para ser encaminhado para as oportunidades.

Art. 4 O estágio de que trata esta Lei poderá ser:

I – Obrigatório: é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

II - Não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 5 O estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme disposto no art. 3º da Lei n. 11.788/2008.

Art. 6 Em qualquer hipótese, somente poderão ser admitidos como estagiários alunos que tiverem, no mínimo, 16 (dezesseis) anos completos na data de início do estágio.

Art. 7 O Secretário Geral promoverá a operacionalização das atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do estágio, em articulação com os agentes de integração, se for o caso, e com as instituições de ensino, cabendo-lhe:

I - Definir o quadro de vagas e de lotação de estagiários, observado o disposto no art. 8º, submetendo-os à aprovação prévia do Presidente da Câmara Municipal.

II - Orientar o departamento requisitante quanto à formulação do pedido de contratação de estagiários;

III - Proceder, junto aos agentes de integração e/ou instituições de ensino conveniadas, o recrutamento de estudantes;

IV - Selecionar, mediante procedimento próprio, os estudantes recrutados;

V - Promover a integração do estagiário no âmbito da Casa Legislativa, através de treinamento específico de ambientação e integração;

VI - Encaminhar os termos de compromisso para serem assinados pelo Presidente da Câmara Municipal;

VII - Encaminhar à Casa Legislativa os estudantes selecionados;

VIII – Enviar a folha de pagamento dos estagiários à Contadoria da Câmara Municipal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização do estágio;

IX - Controlar mensalmente os relatórios de frequência e avaliação dos estagiários;

X - Expedir certidões ou certificados de estágio;

XI - receber as solicitações de desligamento, providenciando a formalização da desistência junto às entidades conveniadas;

XII - propor atualização dos valores da bolsa de estágio;

XIII - Controlar os períodos de duração dos estágios;

XIV - dar instruções a respeito do funcionamento do programa e procedimentos correlatos às instituições conveniadas, aos departamentos da Câmara Municipal e aos estagiários.

Art. 8 A seleção de candidatos ao estágio será realizada pela parte concedente, Câmara Municipal.

§1º A autorização para contratação de estagiários dependerá da disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal.

§2º Quando se tratar de vagas para estudantes de nível médio não profissionalizante, de escolas especiais e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos deverá ser atendida a proporção em relação ao quadro de pessoal de que cuida o art. 17, caput, incisos I a IV, §§ 1º a 3º da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§3º Não se aplica o disposto no §2º deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§4º Para fins de aplicação da legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, o estagiário selecionado será submetido à inspeção do serviço médico oficial da parte concedente ou, em sua falta, de quem esta indicar.

§ 5º Excepcionalmente, com autorização da Presidência e devidamente justificado, poderá ser ultrapassado o percentual previsto no § 2º, desde que respeitados os limites orçamentários do exercício.

Art. 9 A Câmara Municipal de Água Boa, do Estado de Mato Grosso poderá receber estagiários, desde que observados os seguintes requisitos:

I – Celebrar convênio com os agentes de integração e/ou instituições de ensino**, nos termos da lei;**

II – Celebrar termo de compromisso com os agentes de integração, instituições de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

III – Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

IV – Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar, no máximo, 10 (dez) estagiários simultaneamente;

V – Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

VI – No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso V do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

Art. 10 Os departamentos da Casa Legislativa, através do seu supervisor de estágio, deverão encaminhar ao Secretário Geral relatório mensal de frequência e de atividades do estagiário, devidamente assinado, até o 1º dia útil do mês subsequente ao da realização do estágio.

Parágrafo único. O responsável pelo departamento deverá comunicar ao Secretário Geral, imediatamente e por escrito ou meio eletrônico, qualquer irregularidade constatada em relação ao estagiário.

CAPÍTULO II

DOS ESTAGIÁRIOS

Seção I

Da Duração e da Jornada do Estágio

Art. 11 A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

§1º Considera-se portador de deficiência o estudante que se enquadra nas definições do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, devendo a deficiência ser comprovada mediante apresentação de atestado médico que conste o CID, a espécie, o nível ou grau de deficiência.

§2º As atividades a serem desempenhadas pelo estudante portador de deficiência deverão ser compatíveis com a sua condição.

Art. 12 A jornada de atividade em estágio será de:

I - 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§1º A carga horária, duração e jornada do estágio deverão constar do termo de compromisso e deverá ser compatível com as atividades escolares e com o horário de funcionamento da Câmara Municipal**;**

§2º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§3º Se a instituição de ensino adotar avaliações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

§4º É responsabilidade da instituição de ensino comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

§5º O estagiário, está sujeito ao desconto proporcional das eventuais faltas, na forma do art. 25.

§ 6º Nos períodos de férias escolares, a jornada do estágio poderá ser estabelecida em comum acordo entre o estagiário e Câmara Municipal.

Art. 13 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§1º O recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Seção II

Do Recrutamento, Seleção e Lotação do Estagiário

Art. 14 O estagiário será recrutado previamente pelos agentes de integração ou pelas instituições conveniadas, após solicitação do Secretário Geral.

Art. 15 Realizado o procedimento de recrutamento, os estagiários deverão apresentar-se ao Secretário Geral com os seguintes documentos:

I -Declaração da instituição de ensino de que está regularmente matriculado e com frequência regular no curso e nas disciplinas de interesse;

II -Histórico escolar;

III -Duas fotografias 3x4;

IV -Cópia da cédula de identidade;

V -Cópia do CPF;

VI - Comprovante de endereço;

VII – Exame de admissibilidade

Art. 16 O responsável pelo departamento onde será lotado o estagiário, por meio de entrevista pessoal, realizará a seleção final dos estudantes encaminhados.

Art. 17 O Secretário Geral, após a seleção final, promoverá a lotação do estagiário no departamento respectivo.

Art. 18 A assinatura do termo de compromisso obriga o estagiário a cumprir as normas disciplinares de trabalho estabelecidas pela Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

Seção III

Do Acompanhamento e da Avaliação

Art. 19 O estagiário será avaliado pelo responsável do departamento ou servidor designado por este, doravante denominado supervisor do estágio, a quem competirá, além das atribuições previstas no art. 10:

I -Orientar o estagiário sob aspectos de conduta funcional e normas da Câmara Municipal;

II -Acompanhar e orientar o estagiário, observando a existência de correlação entre as atividades desenvolvidas e as constantes no plano de estágio.

Art. 20 O estagiário será avaliado objetivamente pelos resultados alcançados, por meio de conceitos a serem definidos pelo Secretário Geral, devendo obter rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento).

§ 1º O Relatório de Avaliação de Estagiário (RAE) será emitido trimestralmente pelo supervisor de estágio, devendo ser encaminhado ao Secretário Geral para ciência e providências, se for o caso.

§ 2º O estagiário que obtiver por duas vezes consecutivas conceito abaixo do esperado será desligado do Programa de Estágio da Câmara Municipal.

§ 3º O Secretário Geral procederá à qualificação do supervisor de estágio para os procedimentos de acompanhamento e avaliação do estagiário.

Art. 21 A frequência do estagiário e o respectivo registro das atividades desenvolvidas deverão ser consignados em ata ou por sistema informatizado.

Seção IV

Da Bolsa de Estágio

Art. 22 O pagamento da bolsa de estágio será efetuado mensalmente através de recursos orçamentários próprios da parte concedente.

Parágrafo único O pagamento dar-se-á em folha de pagamento específica, sem que isso crie vínculo empregatício, de qualquer natureza ou para qualquer fim, entre o estagiário e a Administração Pública.

Art. 23 Os valores da bolsa de estágio serão:

I - Estudante de nível superior, inclusive tecnólogo: R$ 600,00 (seiscentos reais).

II - Estudante de nível médio: R$ 500,00 (quinhentos reais).

III – Estudante de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos: R$500,00 (quinhentos reais)

Parágrafo único. Na hipótese de a jornada de estágio ser de 20 (vinte) horas semanais, o valor da bolsa será diminuído em 30% (trinta por cento).

Art. 24 A despesa decorrente da concessão de bolsa de estágio fica condicionada à existência de dotação orçamentária, constante do orçamento da Câmara Municipal de Água Boa.

Art. 25 Será considerada, para efeito de cálculo da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas.

§ 1º Para cada dia de falta não justificada será descontado 1/30 avos do valor total da bolsa, independentemente da efetiva quantidade de dias que o mês possuir.

§ 2º As faltas justificadas e aceitas pelo supervisor do estágio deverão ser compensadas até o mês subsequente ao da sua ocorrência, sob pena de desconto do valor correspondente na bolsa de estágio.

Art. 26 O pagamento da bolsa será suspenso a partir da data de desligamento do estagiário, informada ao Secretário Geral pelo supervisor do estágio, qualquer que seja a causa.

Art. 27 É vedada a acumulação, por um único estudante, de duas ou mais bolsas de estágio.

Art. 28 O estagiário não terá direito a vale-transporte, auxílio alimentação ou benefício de assistência à saúde.

Parágrafo único. Ao estagiário será devido, junto com o pagamento da bolsa, o seguro contra acidentes pessoais.

Seção V

Do Desligamento

Art. 29 O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - Automaticamente, ao término do prazo de validade do termo de compromisso, ou quando atingido o limite de 02 (anos) a que se refere o art. 11 desta Lei;

II - Por descumprimento, por parte do estagiário, das condições estabelecidas no termo de compromisso;

III - Por interesse ou conveniência da Câmara Municipal;

IV - Por rendimento insatisfatório do estagiário, conforme previsto no art. 20;

V - A pedido do estagiário, manifestado mediante comunicado ao Secretário Geral;

VI - Pela ocorrência de 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não, no período de trinta dias, ou de 10 (dez) faltas injustificadas, consecutivas ou não, durante o estágio;

VII - Por interrupção ou conclusão do curso e/ou desvinculação com o agente de integração;

VIII - Por decorrência de tratamento médico superior a 15 (quinze) dias, desde que haja interesse da administração em dispensá-lo, podendo, todavia, apenas suspender o contrato;

IX - Por comportamento funcional ou social inadequado aos padrões e regulamentos internos da Câmara Municipal.

Parágrafo único. No caso de desligamento, que não seja por término de contrato, do curso, desvinculação com o agente de administração ou a pedido do estagiário, este deverá ser oficializado ao Secretário Geral, pelo supervisor do estágio.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 O Secretário Geral deverá divulgar aos departamentos da Câmara Municipal as normas constantes desta Lei, a fim de orientar os respectivos procedimentos.

Art. 31 Será emitido certificado somente quando o estudante obtiver aproveitamento satisfatório e, nos demais casos, declaração comprobatória do período de estágio.

Art. 32 O Presidente da Câmara Municipal poderá baixar atos complementares necessários à execução desta Lei.

Art. 33 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 34 As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei serão acobertadas pelas dotações orçamentárias.

Art. 35 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 36 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de fevereiro de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administraçã

DECRETO MUNICIPAL N° 3290, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia contribuintes por Substituição Tributária e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista o disposto no art. 128 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), art. 6° incisos e parágrafos da Lei Complementar Federal 116/2003 e Lei Complementar 123/2017 (Código Tributário Municipal).

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da data de vigência deste, Sujeito Passivo por Substituição Tributária, os seguintes tomadores de serviços:

03.306.578/0025-36 - ADUBOS ARAGUAIA IND E COM LTDA

10.515.785/0045-00 - AGREX DO BRASIL S.A.

10.515.785/0044-29 - AGREX DO BRASIL S.A.

04.854.422/0018-23 - AGRICOLA ALVORADA S.A.

60.746.948/1350-42 - BANCO BRADESCO S.A.

00.000.000/2305-10 - BANCO DO BRASIL SA

00.360.305/3867-03 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

00.964.924/0001-08 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA BOA

00.080.671/0031-25 - CARAMURU ALIMENTOS S/A

60.498.706/0038-49 - CARGILL AGRICOLA S A

02.427.361/0001-44 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DE MEDIO ARAGUAIA

33.021.064/0015-23 - COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU

34.028.316/0184-01 - EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS

03.467.321/0001-99 - ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

13.642.059/0001-25 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS

25.961.568/0001-08 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FMMA

03.871.331/0001-95 - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS

11.802.719/0001-62 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

17.766.863/0001-77 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNCRIANÇA

77.941.490/0099-69 - GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA

02.916.265/0103-94 - JBS S/A

47.067.525/0143-20 - LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S/A

04.747.794/0011-84 - MANTIQUEIRA ALIMENTOS LTDA.

15.023.898/0001-90 - MUNICIPIO DE AGUA BOA

23.783.708/0001-61 - NADIANA ARMAZENS GERAIS LTDA

65.993.453/0041-07 - RODOBENS COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA

14.476.526/0003-19 - RURAL CANARANA LTDA

08.788.547/0002-96 - VALE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA

Art. 2º - O contribuinte substituto tributário nomeado pelo Art. anterior deverá efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todos os serviços por ele contratados.

§ 1º - O contribuinte substituto tributário irá reter na nota fiscal a maior alíquota, quando o prestador enquadrado no Regime de Tributação do Simples Nacional deixar de informar a alíquota correspondente ao seu faturamento, conforme disposições da Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e posteriores alterações.

§ 2º - O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deverá ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador, assim como a sua alíquota.

§ 3º - Estão isentos da retenção por substituicão tributaria contribuintes pessoa fisica autonôma, estimada, empresas enquadradas no regime tributário micro empreendedor individual ou que tenha a exigibilidade do ISSQN isenta, imune ou não incidente.

Art. 3º - O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota para o respectivo serviço e definida no CTM e legislações respectivamente atinentes e correlatamente aplicáveis.

§ 1º - A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço total do serviço.

§ 2º - Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislação tributária do município.

§ 3º - A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá conter a observação " ISSQN Retido "SIM" em campo específico para esta exigência.

Art. 4º - O contribuinte substituto tributário, deverá repassar aos cofres públicos municipais os valores retidos até o 20º (Vigésimo) dia do mês subsequente ao do fato gerador.

Art. 5º - O sistema irá conceder ao contribuinte substituto tributário 01 (uma) via do Comprovante de Retenção do Imposto, que deverá, o tomador, entregar 1 (uma) cópia ao prestador de serviços no qual lhe servirá de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor, a partir de 01 de março de 2019, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº. 2958 de 18 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, em 15 de fevereiro de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 15 de fevereiro de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A EMPRESA STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA - ME.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº 975 – Vila Real, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALTUIR CANDIDO DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Goiás, n° 364, setor Campinas, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG 0346065-9 emitida pela SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº 429.449.881-15, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Boa Vista – MT, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA - ME**, estabelecida à Rua Campinas - 21 - quadra 03 - Empresarial Center - sala 08 - CPA I MORADA DA SERRA, na cidade de CUIABA, Estado de MATO GROSSO, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 19.335.762/0001-77, neste ato representada pelo Sr. **ANDERSON MARCELO DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, portador do RG n 874619 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n 793.443.481-20 de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o Quarto Termo Aditivo ao contrato n° 023/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 09 (nove) meses, devido aos serviços prestados serem de ótima qualidade e atenderem a contento as necessidades da Contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contato nº 023/2016. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois os serviços oferecidos pelo CONTRATADO são de ótima qualidade, e atendem a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 09 (nove) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Outubro de 2018 a 30 de Junho de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 74.812,50 (setenta e quatro mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), devendo ser pagas em 09 (nove) parcelas mensais e iguais no valor de R$ 8.312,50 (oito mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 28 de Setembro de 2018.

valtuir candido da silva

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Nome: Nome:

R.G. n° R.G. n°

C.P.F. n° C.P.F. nº

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 003/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E O SR JOÃO MARINHO DA SILVA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **VALTUIR CANDIDO DA SILVA,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Goiás, n° 364,

setor Campinas, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 0346065-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 429.449.881-15, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. **JOÃO MARINHO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 855.609 emitida pela SSP-DF e inscrita no CPF sob o nº 188.555.041-34, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato N° 003/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do **CREAS**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 003/2017. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE e o aditivo de valor estar de acordo com o praticado no mercado. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 17 de Janeiro de 2019 a 16 de Janeiro de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), devendo ser pagas em 12 (doze) parcelas de R$ 800,00 (oitocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 15 de Janeiro de 2018.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**JOÃO MARINHO DA SILVA** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 007/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A SRA CELIA RITA MARANHÃO FONSECA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **VALTUIR CANDIDO DA SILVA,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Goiás, n° 364, setor Campinas, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 0346065-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 429.449.881-15, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATANTE,**

e de outro lado a Sra. **CELIA RITA MARANHÃO FONSECA,** brasileira, solteira, autônoma, portadora do RG sob o nº 443638 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 406.387.581-49, residente e domiciliada na Av. 03 de Outubro, n° 602, setor Mãe Maria, no município de Alto Boa Vista-MT e o Sr. **ALDECIDES MILHOMEM DE CIRQUEIRA,** brasileiro, separado judicialmente, pecuarista, portador do RG sob o nº 2338683-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 141.149.251-04, residente e domiciliado a Av. Moises Dorneles Montiel, nº 845, Centro, no município de Alto Boa Vista-MT, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADOS**, resolvem celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato N° 007/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 007/2017. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 10 de Fevereiro de 2019 a 09 de Fevereiro de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), devendo ser pagas em 12 (doze) parcelas de R$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 08 de Fevereiro de 2019.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**CELIA RITA MARANHÃO FONSECA** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 – REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decreto Municipal 019/2009 e 001/2010, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE REGIONAL DE REPRODUÇÃO DA ESPÉCIE PIRARUCU DO PROJETO PILOTO DE MANEJO SUSTENTÁVEL DO PIRARUCU DA REGIÃO NORTE ARAGUAIA CONFORME CONVÊNIO N° 0588-2017 SEAF/MT". Abertura no dia 11 de Março de 2019, às 13:00 horas, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT, qualquer informação pelo fone:66 3539-1113.

Alto Boa Vista/MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro/Port: 001/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A SRA. CAMILA SILVA BORGES.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **VALTUIR CANDIDO DA SILVA,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Goiás, n° 364, setor Campinas, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 0346065-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 429.449.881-15, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Sra. **CAMILA SILVA BORGES,** Pessoa Física, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2590644-5 emitida pela SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 046.251.081-60, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato N° 001/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SALAS DE AULA**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 001/2017. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADA é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 17 de Janeiro de 2019 a 16 de Janeiro de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), devendo ser pagas em 12 (doze) parcelas de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 15 de Janeiro de 2019.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**CAMILA SILVA BORGES** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 062/2019

PORTARIA 062/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar, economizar, dinamizar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010 que Dispõem sobre o Estatuto e os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Alto Paraguai – MT.

Considerando os princípios constitucionais e a necessidade de cumprimento do limite de gastos com pessoal em conformidade ao art. 19, da Lei 101 de 04/05/2000 – LRF;

RESOLVE:

Art. 1º - Transpor a Servidora Pública Municipal, conforme lotação descrita abaixo.

Ø DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Depto do Gabinete do Secretário de Educação.

LUMARA SANTOS DA SILVA- Técnico Administrativo Escolar

Ø PARA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO – Depto da Creche Municipal "Vovó Nizinha".

LUMARA SANTOS DA SILVA- Técnico Administrativo Escolar

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 – EDITAL RESUMIDO

Nas Publicações do dia 07/03/2019 no Diário Oficial dos Municípios, Diário de Cuiabá e Diário Oficial de Contas, onde se lê: 05/03/2019 – HORÁRIO 07:30 horas (horário de Mato Grosso), deve-se ler: 07/03/2019 – HORÁRIO 13:00 horas (horário de Mato Grosso), as demais informações permanecem inalteradas. Alto Taquari – MT, 20 de fevereiro de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos –**Pregoeira.**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019 - RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO – DEFERIDOS E INDEFERIDOS

Código	Nome	Função	Tipo Isenção	Deferido	Motivo do Indeferimento
00118	ALEXANDRE GONCALVES DIAD	03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE Z. URBANA	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	NÃO	NIS não é da Pessoa Informada
00134	ALEXANDRE GONCALVES DIAD	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	NÃO	NIS não é da Pessoa Informada
00151	ANDRESSA PRISCILA GUALBERTO	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00143	BEATRIZ CRISTINA LOFIEGO DE BARROS	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00103	BRUNNA BÁRBARA GOUVEIA BRITO	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00106	CLAUDETE DE MELO SILVA	03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE Z. URBANA	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00016	DAISE DE OLIVEIRA	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	NÃO INFORMADO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00129	DANIELA RAMOS DA SILVA MOTA	04 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE - Z. RURAL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00081	DANIELLE MATHIAS DE CARVALHO SILVA	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00135	DAVID AUGUSTO GUIMARAES	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00035	DÉBORA ALVES MARTINS	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	NÃO INFORMADO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00152	DULCINEIA DA SILVA NOGUEIRA	03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE Z. URBANA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00085	GUILHERME VINICIUS DE SOUZA CARVALHO	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00045	JESSICA MILHOMEM AZEVEDO	03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE Z. URBANA	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00059	JOANA DARC ALVES DA SILVA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	SIM	
00137	JOZIVANIA MOREIRA DA SILVA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00069	LIRIZ LAURA GOUVEIA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00015	LUANA VIEIRA DOS SANTOS SOBREIRA	03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE Z. URBANA	NÃO INFORMADO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00156	LUS HENRIQUE DE SOUZA	02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA AMARELA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00067	MARIA ALESSANDRA DA SILVA DOS SANTOS	01 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERMELHA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura (Faltou folha do registro de emprego, apresentou somente página com fotografia e dados pessoais).
00019	MARIA CECLIA REYNA	03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERDE Z. URBANA	NÃO INFORMADO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00155	MARIA MARKLEIA DE SOUZA BRITO	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00127	MARIA ROSILENE DA SILVA	01 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - AREA VERMELHA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	SIM	
00122	MAURO DAL PIVA BORBA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura (Faltou folha do registro de emprego. Apresentou somente página com fotografia e dados pessoais).
00147	MAYARA SILVA DOS SANTOS	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

00084	MIRELLI DUARTE	02 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA AMARELA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00086	MURIELCRISTIANO DE SOUZA SCHVAN	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	
00077	NAIARA DA SILVA	02 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA AMARELA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	SIM	
00116	NAIZA ALVES DOS ANJOS	01 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA VERMELHA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00131	OLESIA RODRIGUES DE SOUZA SILVA	02 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA AMARELA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00095	PATRICIA LOPES PEREIRA	01 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA VERMELHA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura (Faltou folha do registro de emprego. Apresentou somente página com fotografia e dados pessoais).
00065	RAFAELA FERREIRA LOPES DA SILVA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00102	RIVIA DAMIANA DA SILVA COSTA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00013	SHIRLEY SANTOS DA SILVA	05 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	NÃO INFORMADO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

A Senhora Ivonete de Lima, Presidente da Comissão Examinadora, nomeada pela Portaria nº 011 de 23 de janeiro de 2019, em conformidade com o item 16.6 do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2019, torna público o que segue:

1. FICA DIVULGADO O RESULTADO DAS **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS,** CONFORME **ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.**

Fica aberto o prazo de recurso relativo à divulgação das **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO,** a partir das 00h do dia **20/02/2019** até às 23h59 do dia **21/02/2019**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura Municipal - www.altotaquari.mt.gov.br e site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso/

Alto Taquari-MT, 19 de fevereiro de 2019

Ivonete de Lima

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE DE AUDIÊNCIA PUBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 3º RGF QUADRIMESTRAL/2018, 6º RREO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito do Município de Apiacás, o Senhor **Adalto José Zago**, convida a população em geral para participar da Audiência Pública de Prestação de Contas do 6º Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO/2018e 3º Relatório de Gestão Fiscal RGF/2018.

Ressalta-se a importância da discussão com a população para o conhecimento das aplicações dos recursos públicos do município.

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Endereço: Av. Ludovico da Riva Neto nº 206

Data do Evento: 25 de fevereiro de 2019

Horário: a partir das 19:00horas

Apiacás MT, 19 de fevereiro de 2019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial 003/2019 no dia 08/03/2019 às 08:00 horas (oito horas). (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/200, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO PARA MANUTENÇÃO DOS ONIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL**.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –228

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.119.895,25	1.041.707,10	1.156.470,50	1.059.797,42	1.108.995,11	243.943,98	1.138.179,16	1.111.731,66	1.121.688,30	1.148.921,00	10.669.631,04	1.603.974,82	13.880.353,37	0,00
Pessoal Ativo	1.113.772,41	1.035.584,26	1.150.347,66	1.053.674,58	1.102.872,27	237.821,14	1.132.056,32	1.107.708,82	1.117.665,46	1.144.898,16	10.665.608,20	1.599.951,98	13.817.379,29	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	972.962,72	900.972,94	1.007.676,45	915.576,15	948.803,00	90.830,63	974.403,91	956.503,66	965.467,16	989.821,81	10.513.535,20	1.396.257,08	11.988.228,71	
Obrigações Patronais	140.809,69	134.611,32	142.671,21	138.098,43	154.069,27	146.990,51	157.652,41	151.205,16	152.198,30	155.076,35	152.073,00	203.694,90	1.829.150,58	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	4.022,84	4.022,84	4.022,84	4.022,84	4.022,84	62.974,08	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	6.122,84	4.022,84	4.022,84	4.022,84	4.022,84	4.022,84	62.974,08	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.119.895,25	1.041.707,10	1.156.470,50	1.059.797,42	1.108.995,11	243.943,98	1.138.179,16	1.111.731,66	1.121.688,30	1.148.921,00	10.669.631,04	1.603.974,82	13.880.353,37	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	31.940.891,83	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	31.940.891,83	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	13.880.353,37	43,46
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.248.081,59	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	16.385.677,51	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.523.273,43	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 01321850000154
	Exercício: 2018
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (**I**)	455.437,40	274.713,71	118.468,13
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	455.437,40	274.713,71	118.468,13
DEDUÇÕES (**II**)	3.873.275,05	6.630.289,79	6.547.914,71
Disponibilidade de Caixa	3.873.275,05	6.630.289,79	6.547.914,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.060.980,55	7.846.087,91	6.777.957,78
(-) Restos a Pagar Processados	187.705,50	1.215.798,12	230.043,07
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (**III**) = (**I** - **II**)	-3.417.837,65	-6.355.576,08	-6.429.446,58
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	29.401.821,50	29.819.367,61	31.940.891,83
% da DC sobre a RCL (**I**/RCL)	1,55	0,92	0,37
% da DCL sobre a RCL (**III**/RCL)	-11,62	-21,31	-20,13
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	35.282.185,80	35.783.241,13	38.329.070,20
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF)	31.753.967,22	32.204.917,02	34.496.163,18
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	10.987.108,29	10.987.108,29	10.987.108,29
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	14.927,64	174.836,29	15.145,45
RP Não-Processados	689.963,97	2.279.480,24	958.829,80
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	29.401.821,50	29.819.367,61	31.940.891,83
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	6.468.400,73	6.560.260,87	7.026.996,20
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	5.821.560,66	5.904.234,78	6.324.296,58
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	107.890,62	107.890,62
Interna	107.890,62	107.890,62
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	107.890,62	107.890,62
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	107.890,62	107.890,62

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.940.891,83	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.110.542,69	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	4.599.488,42	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.235.862,43	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	466.348,12	466.348,12
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	466.348,12	466.348,12
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa									
	Disponibilidade de Caixa									
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	6.466.788,07	865,30	159.599,00	291.578,26	48.526,62	0,00	5.966.218,89	409.056,76	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação									
Transferências do FUNDEB 60%									
Transferências do FUNDEB 40%									
Outros Recursos Destinados à Educação									
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde									
Outros Recursos Destinados à Saúde									
Recursos Destinados à Assistência Social									
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário									
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro									
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	6.466.788,07	865,30	159.599,00	291.578,26	48.526,62		5.966.218,89	409.056,76	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	309.448,36	26.817,08	42.761,69	0,00	-33.381,17	0,00	273.250,76	182.311,60	0,00
Recursos Ordinários	309.448,36	26.817,08	42.761,69	0,00	-33.381,17	0,00	273.250,76	182.311,60	0,00
Outros Recursos não Vinculados									
TOTAL (III) = (I + II)	6.776.236,43	27.682,38	202.360,69	291.578,26	15.145,45	0,00	6.239.469,65	591.368,36	0,00

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2018
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	31.940.891,83
Receita Corrente Líquida Ajustada	31.940.891,83

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.880.353,37	43,46
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	19.164.535,10	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	18.206.308,34	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	17.248.081,59	54,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-6.355.576,08	-6.429.446,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.329.070,20	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.026.996,20	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.110.542,69	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.235.862,43	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	591.368,36	6.239.469,65

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO:87831155104 Date: 2019.02.20 15:46:40 AMT Perfil: Contador Responsável Instituição: Prefeitura Municipal de Apiacás - MT
Assinatura: 2
Digitally signed by ADALTO JOSE ZAGO:54562538953 Date: 2019.02.20 18:00:54 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Apiacás - MT
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **JOSIANE GONÇALVES FERREIRA,** portadora da cédula de identidade 1817307-1 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 020.517.471-05, cargo efetivo de **Enfermeira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** que encontrava-se de Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 20 de Fevereiro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
SICONFI- 2º SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (MT)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	2º semestre
Exercício:	2018
Assinatura(s):	• Nome: ADALTO JOSE ZAGO *Titular do Poder Executivo* CPF: 545.625.389-53 Data: 20/02/2019 18:01:43 • Nome: MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO *Contador Responsável* CPF: 878.311.551-04 Data: 20/02/2019 15:47:42

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **20/02/2019, às 18:02:08** , é:

02.M5.CF-G

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 20/02/2019 18:02:08 Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 01/2019

CONTRATO Nº 01/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA

CONTRATADO: MACHADO E CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME

OBJETO: REFORMA DE PONTE NO CÓRREGO GRANDE - REGIÃO LAMBARI

VALOR R$32.647,54

DATA: 09/01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DISPENSA Nº. 004/2019

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DISPENSA Nº. 004/2019

Processo Administrativo: 06/2019

Dispensa: 004/2019 **Objeto:** O objeto da presente Dispensa destina – se a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA EM PINTURA PREDIAL PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA PINTURA DA ESCOLA MUNICIPAL , BIBLIOTECA E CENTRO DE REFERENCIA DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT. **Base legal**: art. 24, inciso IV, da Lei 8666/93. **Contratada**: **VALDUMIRO DORADO DA SILVA 00188656154 CNPJ**: **32.181. 906/0001-46 Valor**: R$ 16.076,63 (Dezesseis Mil, Setenta e Seis Reais e Sessenta e Três Centavos).

Araguainha/MT, 20 de Fevereiro de 2019.

WASHINGTON CESAR NAVES DE SOUZA

Presidente da Comissão de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA 08/2019 DRH, LIBERAÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE FERIAS A SERVIDORA RENATA BORGES BATISTA, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT PARA O MÊS DE FEVEREIRO DE 2019.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar afastamento de Férias a Servidora Renata Borges Batista da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, do dia 18/02/2019 á 19/03/2019, referente ao período aquisitivo de 28/06/2016 á 27/06/2017.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 15 de fevereiro de 2019.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Portaria 07/2017

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Finanças e Planejamento e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Jurídico do Município, no processo de Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Marmoraria com Instalação de Pedras para Construção de Bancadas e Prateleiras no Centro de Educação Infantil Flor de Romã, mediante o valor total de R$ 7.930,00 (sete mil, novecentos e trinta reais), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 003/2019, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 20 de fevereiro de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Administração e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES À ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE RETRANSMISSÃO DO SINAL DE TV,mediante o valor total de R$ 10.312,67 (dez mil e trezentos e doze reais e sessenta e sete centavos), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 004/2019, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 20 de fevereiro de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIAS 016 ATÉ 025.2019

P O R T A R I A Nº. 016/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Srª. ***Julielly de Oliveira Lima***, brasileira, Nutricionista, portadora do **Rg. Nº.** 1577189-0 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 008.230.911-63, residente e domiciliada nesta Cidade, como **Nutricionista** do Município de Arenápolis/MT, junto a Secretaria de Educação, conforme DAS do PCCS do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 017/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Srtª. ***Carolina Brant Carvalho***, brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 2419946-0 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 048.320.281-97, residente e domiciliada nesta Cidade, como **Chefe de Seção**, junto a Secretaria de Educação, conforme DAS do PCCS do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 018/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Srª. ***Letícia de Souza Pedrosa***, brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 2293292-5 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 044.011.691-07, residente e domiciliada nesta Cidade, como **Chefe de Seção**, junto a Secretaria de Educação, conforme DAS do PCCS do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 019/2019

INSTITUI A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM (SAE), REGIMENTO INTERNO DE ENFERMAGEM, PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO DA ENFERMAGEM E PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES E PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA MUNICIPAL E DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO.

José Mauro Figueiredo, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão para elaboração da proposta do Protocolo de Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), Regimento Interno de Enfermagem, Procedimentos Operacionais Padrão e Protocolo de Solicitação de Exames e Prescrição de Enfermagem daAtenção Básica Municipalcomposta pelos seguintes membros:

- Jaqueline A. de Moraes Pasini – Coren/MT:146583

- Sulany Bezerra Sampaio– Coren/MT: 341520

- Liniker W. O. Pacheco– Coren/MT: 358983

- Luiz Marcio Leite de Oliveira – Coren/MT:278953

Art. 2º. As reuniões acontecerão na sala de reunião da Secretaria Municipal de Saúde, todas as sextas-feiras, no período matutino.

Art. 3º.O prazo para conclusão dos trabalhos desta comissão é de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, contados da data da publicação desta Portaria.

Art. 4º. Os casos omissos deverão ser submetidos à análise da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Arenápolis, em 01 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A 020/2019

INSTITUI A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM (SAE), REGIMENTO INTERNO DE ENFERMAGEM, PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO DA ENFERMAGEM NO PRONTO ATENDIMENTOMUNICIPAL E DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO.

José Mauro Figueiredo, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão para elaboração da proposta do Protocolo de Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), proposta do Regimento Interno de Enfermagem e Procedimentos Operacionais Padrão do Pronto Atendimento Municipalcomposta pelos seguintes membros:

– Andressa Pires da Silva BiavaCoren/MT 431971

– Adriana Antunes de Matos Coren/MT 495069

– Camila Porfirio da Silva Coren/MT:484103

– Cristiangylis de Freitas Schurig C. KorpasCoren/MT:429038

– Lara ZampronioBronholiCoren/MT:218163

– Lilian Izidio F. S. Cardoso Coren/MT: 514153

– Jusciely Costa Curitiba Coren/MT: 393592

– Maria Isabel Peres Castilho Coren/MT: 358384

– Taine Isaura Scarpatt Gonçalves Coren/MT: 458020

Art. 2º. As reuniões acontecerão na sala de reunião da Secretaria Municipal de Saúde, todas as terças-feiras, no período matutino.

Art. 3º.O prazo para conclusão dos trabalhos desta comissão é de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, contados da data da publicação desta Portaria.

Art. 4º. Os casos omissos deverão ser submetidos à análise da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Arenápolis, em 01 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 021/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A Srª. ***Antonia de Fátima Roella Santos***, brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº.** 632.267 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 377.902.001-78, residente e domiciliada nesta Cidade, conforme Benefício de aposentadoria por Idade nº. 182773993-0, a partir de 01 de Fevereiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 022/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A Srtª. ***Andrea Oliveira Barroso***, brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 1531175-9 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 003.737.771-08, residente e domiciliada nesta Cidade, do Cargo de Coordenadora de Vigilância Sanitária concedido da Portaria 032/2013, a partir de 12 de Fevereiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 12º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 023/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Srtª. ***Andrea Oliveira Barroso***, brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 1531175-9 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 003.737.771-08, residente e domiciliada nesta Cidade, PARA exercer o **Cargo de Coordenadora de Laboratório**, a partir de 12 de Fevereiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 12º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 024/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR à Comissão de Transporte Escolar deste Município, conforme previsto no art.42 da Lei Estadual nº 8469/2006 de 07 de abril de 2006, composta pelos seguintes membros:

1.REPRESENTANTES DOS PAIS:

Dorotéia Rabelo CPF: 797.022.449-00

Márcia Arruda dos Santos CPF: 006.096.241-05

2.REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:

Dayana Patrícia Vieira da Silva Dorilêo CPF: 967.664.921-04

3.REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL:

Lucia Ferreira Damacena CPF: 487.682.271-91

4.REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

Edmilson Pereira dos Santos CPF: 089.637.568-40

6.REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

Sandra Regina Nunes de Araujo Leal CPF: 487.768.751-04

8.REPRESENTANTE DO FUNDEB:

Dulcinéia Maria Souza Dias CPF: 330.343.381-04

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 12º dia do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 025/2019

Nomeia Comissão de Vistoria dos Veículos Destinados ao Transporte Escolar do Município de Arenápolis e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

Art. 1º. Os seguintes servidores para comporem a comissão de vistoria de veículos de transportes escolares que prestam serviços para o Município:

Danilo Cordeiro de Barros CPF nº. 009.849.411-26

José Alves de Oliveira CPF nº. 227.116.519-91

Nilton Bueno dos Santos CPF nº. 253.966.681-72

Art. 2º. A Comissão de vistoria que trata o artigo anterior emitirá parecer de vistoria individual de cada veículo, autorizando ou não o transportes de alunos, de acordo com a vistoria emitida pela CIRETRAN.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, refogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 13 dias do mês de Fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.712/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior no valor de R$ 119.236,36 (cento e dezenove mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

09.002.10.301.0017.2082 – Manutenção da Ações do PSF
3390.3000 – Material de Consumo – R$ 101.236,36 (cento e um mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos).
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Art. 2º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro de exercício anterior, referente repasse do Ministério da Educação – sob a fonte de recursos 03.42 – Recursos de Exercícios Anteriores- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 003/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior, tendo em vista o repasse recebido do Governo do Estado destinado a atender a Manutenção das Unidades de Saúde da Família, Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado.

O crédito ora solicitado ira reforçar o orçamento da Secretária Municipal destinado a atenção básica, conforme plano de trabalho 001/2019 – SEMUSA (anexo).

Os recursos financeiro objeto deste Projeto de Lei esta disponível na agência bancária 01471-0, contas bancárias:

23.611-X

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pelo repasse de exercício anterior em conta com vinculação especifica, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 003 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.626/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº.001/99, Art. 33, Inciso I;

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária efetiva Srª. **ALZIRINHA CRISTINA DA ROSA** Matricula **n° 2479**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 823148 SSP/MT e do CPF nº. 522.321.821-34, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C", Nível 2**, para exercer sua função como auxiliar aos alunos e professores, na Biblioteca Municipal Erico Verissimo, em conformidade com o que determina o laudo Médico Pericial emitido pelo medico perito do FAPEMA, Dr. Helder W B Saraiva CRM/MT nº.2570, a partir de 12/02/2019**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº.001/99.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 dias de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.710/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior no valor de R$ 438.739,36 (quatrocentos e trinta e oito mil setecentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

07.003.12.361.0009.2041 – Ensino Fundamental – FUNDEB 60%
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 374.957,34 (trezentos e setenta e quatro mil novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos)
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA – R$ 63.782,02 (sessenta e três mil setecentos e oitenta e dois reais e dois centavos)
Art. 2º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro de exercício anterior, referente repasse do Ministério da Educação – sob a fonte de recursos 03.18 – Recursos de Exercícios Anteriores- Transferência do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício).

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 001/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior, tendo em vista o repasse recebido do Ministério da Educação, e neste âmbito figura como Transferência do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício).

O crédito em pauta é oriundo de repasses no exercício anterior e visa a aplicação do recurso conforme art. 21 da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007:

§ 2o Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1o do art. 6o desta Lei, poderão ser utilizados no 1o(primeiro) trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

Os recursos financeiro objeto deste Projeto de Lei esta disponível na agência bancária 01471-0, contas bancárias:

15476-8;

30.906-0.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pelo repasse de exercício anterior em conta com vinculação especifica, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 001 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.509/2019.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art 1º - Ficam nomeados em substituição os membros para compor o Conselho Municipal de Cultura, modificando o **Decreto nº 3.446/2018**, que passa a constar com a seguinte formação:

I – Representantes do Governo Municipal

Titular: Claudionaldo de Souza Aguilar

Titular: Alessandra Andrade da Silva

Titular: Leticia Caroline dos Santos Leal

Suplente: Ana Carla Morais Botoni

Suplente: Alzirinha Cristina da Rosa

Suplente: Lindete P. Arruda Andrade

.....

III – Representantes da Sociedade Civil Organizada

Titular: Raimundo Nonato Andrade da Silva

Titular: Caique Alves Rocha Dutra

Titular: Izaurinha Moreira de Azevedo

Suplente: Jair Silva Cabral

Suplente: Rubens Oliveira Sedor

Suplente: Bruno Emilio Fadel Daschieri

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Mun. de Administração

Designada

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 004/2019 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã Sr. **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que estabelece as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde, **CONVIDA** a população do Município para **Audiência Pública** com a finalidade de **Apresentar Relatório de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde Referente ao 3º Quadrimestre de 2018.**

Nomeado como Presidente da referida Audiência Pública o Senhor **Romildo de Paiva,** no local, data e horário, a saber:

Local – Câmara Municipal de Aripuanã

Rua: Antônio Paulo da Costa Bilego nº 168 – Centro.

Data – 26 de Fevereiro de 2019

Horário – 19h:00min

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

LSS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.711/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior no valor de R$ 42.329,95 (quarenta e dois mil trezentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

07.003.12.361.0009.2040 – Ensino Fundamental - FUNDEB 40%

3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – R$ 36.177,44 (trinta e seis mil cento e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA R$ 6.152,51 (seis mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos)

Art. 2º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro de exercício anterior, referente repasse do Ministério da Educação – sob a fonte de recursos 03.19 – Recursos de Exercícios Anteriores- Transferência do FUNDEB 40%.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 002/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior, tendo em vista o repasse recebido do Ministério da Educação, e neste âmbito figura como Transferência do FUNDEB – (transferência do FUNDEB 40%).

O crédito em pauta é oriundo de repasses no exercício anterior e visa a aplicação do recurso remanescente conforme art. 21 da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007:

§ 2o Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1o do art. 6o desta Lei, poderão ser utilizados no 1o(primeiro) trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

Os recursos financeiro objeto deste Projeto de Lei esta disponível na agência bancária 01471-0, contas bancárias:

15476-8;

30.906-0.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pelo repasse de exercício anterior em conta com vinculação especifica, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 002 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.510/2019.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMHa, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº. 730/2007 E ALTERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de habitação– CMHa, em atendimento a Lei Municipal nº. 730/2007 e Alteração, devidamente regulamentada através do Decreto nº. 1.612/2009, conforme segue:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Finanças

Wanderson Lisboa Panta – Titular

Rejane de Oliveira Moura – Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Edson Junior Pinheiro de Oliveira - Titular

Joílson Santos da Silva- Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Ionar Aparecida Magalhães da Costa - Titular

Reginaldo Gonçalves Ramos – Suplente

d) Representantes do Poder Legislativo

Geraldo Martins da Silva **-** Titular

Audison da Silva Lima – Suplente

II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da Associação Comercial e Industrial de Aripuanã-ACIA

Seluir Peixer Reghin - Titular

Cleunice Arnutti Battisti - Suplente

b) Representantes da Associação dos Produtores Rurais

Gilberto Roberto de Souza - Titular

Isaias Tubaroski - Suplente

c) Representantes da Associação Boa Esperança

Claudiney da Silva Gonçalves– Titular

Andreia de Amorim Gonçalves – Suplente

b) Representantes da Associação dos Idosos de Aripuanã

Nelson Bigaton - Titular

Celinda Schier – Suplente

ARTIGO 2º Os membros ora nomeados exercerão um mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

ARTIGO 3º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Mun. de Administração

Designada

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.627/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº.001/99, Art. 33, Inciso I;

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária efetiva Srª. **ALZIRINHA CRISTINA DA ROSA** Matricula **n° 1713,** portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 823148 SSP/MT e do CPF nº. 522.321.821-34, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C", Nível 2**, para exercer sua função como auxiliar aos alunos e professores, na Biblioteca Municipal Erico Verissimo, em conformidade com o que determina o laudo Médico Pericial emitido pelo medico perito do FAPEMA, Dr. Helder W B Saraiva CRM/MT nº.2570, a partir de 12/02/2019**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº.001/99.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 20 dias de fevereiro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento vem tornar público que recebeu as contas da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço do exercício de 2017, e que se encontra à disposição da população pelo prazo de até 60 dias, a partir do dia 20 de fevereiro de 2019, na Câmara Municipal de Barão de Melgaço, das 08:00 as 13:00 horas.

Sendo Assim colocamos este edital para conhecimento de toda a população.

Barão de Melgaço-MT, 20 de fevereiro de 2019.

Ver. Pedro Domingos da Silva

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CONTRATO N° 027/2019 TOMADA DE PREÇOS N° 024/2018

O Município de Barra do Garças/ MT torna público a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA - ME,** Objeto: Confecção dos projetos, visando a construção de uma praça de múltiplo uso no bairro Santo Antônio. Valor Global: R$ 38.500,00 **Validade: o presente contrato irá viger a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019 podendo ser prorrogado, conforme o Artigo 57 da lei 8.666/93**. Barra do Garças - MT, 11 de fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 14.482 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e

Artigo 1º – Designar a servidora, **Larisse Christina Garcia dos Santos** portadora do RG nº 261.7803 SSP/DF e CPF nº 009.177.681-32, Matrícula Funcional nº 11704, para acompanhamento e fiscalização da para reforma de pontes de madeiras sobre os córregos: CAPA, PORTÃO, ARIADO, BETINHO, PORTEIRO, BOQUEIRÃO e Construção de bueiro triplo celular (BTCC) sobre p córrego sem nome rodovia não pavimentada MT 336.

Artigo 2º - Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal**, portadora do RG nº 904698/SSP/MT e CPF nº 569.096.401-87, Matrícula Funcional nº 101**,** para proceder como suplente do fiscal de contrato acima citado.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT 15 de fevereiro de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.107 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre declaração de ponto facultativo nas repartições públicas municipais, os dias que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, e nos termos do art. 78, inc. VI da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando que o Carnaval se constitui na mais tradicional festa popular do país;

Considerando que, os festejos carnavalescos se estendem por cinco dias (da noite de 6ª feira à madrugada/manhã de 4ª feira de cinzas);

Considerando a responsabilidade de implementar medidas de racionalização, monitoramento, contenção e contingenciamento de despesas administrativas, no âmbito do Poder Executivo Municipal, sem que isso implique em qualquer prejuízo para o atendimento aos munícipes, e também, ao andamento regular dos trabalhos imprescindíveis para o cumprimento da missão institucional;

Considerando o dever de manter os serviços básicos e essenciais de atendimento à população nos dias em que haja ponto facultativo;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado **ponto facultativo** nas repartições públicas do Município, os dias 04 e 05 de março, período integral e no dia 06 de março de 2019 até o meio dia, para que os servidores e munícipes possam participar e abrilhantar com suas presenças nos festejos carnavalescos do corrente ano.

Art. 2º - Excetuam-se das medidas a que menciona o artigo anterior os servidores lotados em atividades essenciais, definidas pelos chefes de suas respectivas Secretarias, tais como: Saúde (Pronto Socorro e UPA), Urbanismo e Paisagismo (Limpeza Urbana) e Turismo (Parque Municipal das Águas Quentes, CAT e Aeroporto).

Art. 3º - As atividades educacionais que possuam carga horária mínima deverão observar a adequação do calendário escolar, conforme exigências legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.480 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Dispõe sobre designação de Engenheiro para a fiscalização da obra/serviço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor público, Harley Pereira Branco Junior, Engenheiro Civil – CREA 034.445/MT, RG: 1724279-7/SSP/MT, e CPF: 039.185.401-11, Matricula Funcional nº 11993-2, para acompanhamento e fiscalização da contratação de empresa para reforma de pontes de madeiras sobre os córregos: CAPA, PORTÃO, ARIADO, BETINHO, PORTEIRO, BOQUEIRÃO e Construção de bueiro triplo celular (BTCC) sobre p córrego sem nome rodovia não pavimentada MT 336.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.472 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de fevereiro de 2019, 03 (três) meses de licença-prêmio, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **ROSIMEIRE ALVES BRITO CAFÉ**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.473 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de fevereiro de 2019, 03 (três) meses de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo jan2012/dez2016, ao servidor **MARCELO ARRUDA DE JESUS,** lotado no cargo de Auxiliar Administrativo, junto ao Gabinete do Prefeito, atualmente cedido para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.477 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre concessão de licença sem remuneração à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, licença sem remuneração à servidora **MIRIÃ SILVA BRITO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Enfermeira, pelo período de 02 (dois) anos, **a partir de 01 de fevereiro de 2019,** para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.476 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre designação de servidores para atuarem como fiscal e suplente nos contratos administrativos, junto à Procuradoria Geral Municipal. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando que a execução de contratos administrativos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante do órgão contratante, especialmente designado para tal fim, conforme disposto na Súmula nº 5, 20/12/2013, expedida pelo TCE/MT,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar os servidores municipais, Sra. **HENDILLY DA COSTA ALVES TEIXEIRA e NELSON TAKASHI ICHIKAWA JÚNIOR**, para atuarem, respectivamente, como fiscal e suplente, nos contratos administrativos, junto à Procuradoria Geral Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.475 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre elevação de Nível, permanecendo na mesma Classe, ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o Art. 40, §§ 1º, I, 3º e 17 da Constituição Federal de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003, c/c o artigo 12, inciso I, alínea "a" e 14-A ambos da Lei Complementar nº 083/2004, bem como Lei Complementar nº 096/2006 e Lei Federal nº 10.887, de 18 de julho de 2004,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder elevação de Nível, permanecendo na mesma Classe, em virtude do advento da aposentadoria por invalidez, ao servidor abaixo:

NOME	CLASSE/ NÍVEL	CARGO	SECRETARIA
GEOVAN CARMO DE ASSIS	A / 4	Auxiliar Administrativo	Finanças

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.474 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre elevação de Nível, permanecendo na mesma Classe, à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e,

Considerando o parecer favorável exarado pela Procuradoria Geral do Município, no processo protocolado sob nº 0063/2019;

Considerando, ainda, que dispõe a Lei Complementar nº 091/2005;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder elevação de Nível, permanecendo na mesma Classe, em razão de nova habilitação, à servidora abaixo:

NOME	CLASSE/ NÍVEL	CARGO	SECRETARIA
ELKA ROSA DE JESUS ESTEVES	D / 6	Agente de Saúde	Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.469 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre conversão em abono pecuniário de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 105 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, c/c o Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Converter, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio em abono pecuniário, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **IÊDA VIEIRA DE BASTOS,** lotada no cargo de Apoio Administrativo Educacional-AAE, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.470 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como Fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Ezequiel Sanches Peres,** portador do RG nº 22421360 – SSP/MT e CPF nº 046.310.171-55, Matrícula Funcional nº 11765, para acompanhamento e fiscalização do contrato relativo à ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/18 DO P.E. Nº 072/18 DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT, referente a Aquisição de insumos (leite, dietas líquidas e suplementos) para atendimento de Liminares Judiciais, para atender a Sec. Mun. de Saúde em Barra do Garças.

Artigo 2º - Designar o servidor, **Fernando Cardoso de Oliveira**, portador do RG nº 23256352002-5 – GEJSPG/MA e CPF nº 024.292.423-97, Matrícula Funcional nº 11763**,** para proceder como suplente do fiscal do contrato acima citado.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, 15 de fevereiro de 2019

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.468 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre conversão em abono pecuniário de férias vencidas do servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais;

Considerando os termos do Art. 108 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

R e s o l v e:

Art. 1º – Converter, a pedido, as férias regulamentares vencidas do servidor **NIVALDO MARQUES EVANGELISTA**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, no cargo de Auxiliar Administrativo, em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 486/2015– TP N° 011/2015

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada: **ASSECON – ASSESSORIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP,** que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução até 31 de dezembro de 2019 e de vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2019.** Barra do Garças - MT, 27 de Dezembro de 2018.

DECRETO Nº 4.104 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONVOCA A 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE OCORRERÁ NESTE MUNICÍPIO, NOS DIAS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Decreto Federal nº 9.463, de 03 de agosto de 2018, o qual convoca a 16ª Conferência Nacional de Saúde;

Considerando a Resolução nº 005/2019 do Conselho Municipal de Saúde de Barra do Garças,

DECRETA:

Art. 1° - Fica CONVOCADA a 7ª Conferência Municipal de Saúde de Barra do Garças, com o tema "**Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS**", a ser realizada nos dias 28 e 29 de março de 2019.

Art. 2° As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Saúde.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

JOSÉ NETO DA SILVA

Presidente do Conselho Mun. Saúde

PORTARIA Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2.019.

"APROVAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI - ELABORADO PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019."

O Auditor Interno de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. JONE CÉSAR DUTRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Resolução Normativa nº 33/2012;

R e s o l v e:

Art. 1º - Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2019 e seu anexo, elaborado e a ser executado pelo Sistema/Unidade de Controle Interno, em que dispõe sobre procedimentos para realização de Auditoria Interna para o ano de 2019, no âmbito da Administração do Poder Executivo, Fundo Municipal de Previdência Social e Consórcio Municipal de Saúde do Município de Barra do Garças – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Barra do Garças, 02 Janeiro de 2019.

JONE CÉSAR DUTRA

Auditor Interno

Portaria N° 12.966 de 23/08/2017

PORTARIA Nº 14.471 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre prorrogação de Licença sem remuneração à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Prorrogar, a pedido, a partir de 01 de janeiro de 2019, licença sem remuneração à servidora **MARIA GLÓRIA DA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, pelo período de 02 (dois) anos, compreendido entre **01 de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2020,** para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.478 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre retificação da Portaria nº 14.293, de 27 de dezembro de 2018".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o servidor em tela já foi enquadrado no nível/classe 4/C, através da Portaria nº 11.612, de 25 de abril de 2016;

Considerando o parecer jurídico favorável, às fls. 23/24, referente ao Processo protocolado sob nº 0970/2013,

R E S O L V E:

Art. 1º – Retificar o Art. 1º da Portaria nº 14.293, de 27 de dezembro de 2018, referente ao enquadramento do servidor **ELIAS PEREIRA DE LIMA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Combate à Endemias, devendo ser enquadrado no **Nível/Classe 06 / C**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.483 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Torna sem efeito a Portaria nº 14.400, de 28/01/2019."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 14.400, de 28 de janeiro de 2019, que exonerou do cargo comissionado de Diretor de Divisão de Frota (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a Sra. Maria Raquel Vieira Sarmento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 14.400, de 28 de janeiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.484 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Torna sem efeito a Portaria nº 14.401, de 28/01/2019."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 14.401, de 28 de janeiro de 2019, que nomeou para exercer em comissão o cargo de Diretor de Divisão de Frota (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, o Sr. Almiro Alves Pereira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 14.401, de 28 de janeiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de fevereiro de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISTRATO MÊS JANEIRO/ FEVEREIRO/ 2019 DATA DA PUBLICAÇÃO 19/02/2019

DISTRATO DO CONTRATO 068/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Srª. ROBERTA BRONDY VILLAS DA CRUZ no cargo de Técnico em Enfermagem junto a Secretaria Municipal de Saúde, **desligado a partir de 01/02/2019**

DISTRATO DO CONTRATO 073/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Srª. ALBAROSA DOPNAWA WA ADAHITE no cargo de Técnico Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Saúde, **desligado a partir de 01/02/2019.**

DISTRATO DO CONTRATO 321/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. FLAVIO PEREIRA CANDIDO no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, **desligado a partir de 31/01/2019**

DISTRATO DO CONTRATO 330/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. WILTON ALVES DA SILVA no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, **desligado a partir de 31/01/2019**

DISTRATO DO CONTRATO 354/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª ANANDA MARQUES FEITOSA no cargo de Auxiliar Administrativo junto a Secretaria Municipal de Finanças, desligada **a partir de 31/01/2019**

DISTRATO DO CONTRATO 365/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. CRISTIANE MARIA BARBOSA no cargo de Auxiliar Serviços Gerais junto a Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, desligada **a partir de 31/01/2019**

DISTRATO DO CONTRATO 457/2019

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sr. ANESIAN ROCHA no cargo de Vigia junto a Secretaria Municipal de Ação Social, desligada **a partir de 01/02/2019.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - FRACASSADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 03-2019

INTERESSADA: Todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Cáceres.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para aquisição e instalação de vidros em excelente qualidade com objetivo de atender a demanda das Secretarias da Prefeitura de Cáceres

REALIZAÇÃO: 30 de janeiro de 2019 às 09:00 Horário de Brasília.

RESULTADO: Considerando que não houve êxitos na licitação, fica este processo FRACASSADO.

OBSERVAÇÃO: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e http://bll.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 20 de fevereiro de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 025/2019

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL

Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

C O N V I T E

A PREFEITURA DE CÁCERES convida a população para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2018.

Data: 27/02/2019 (quarta-feira)

Horário: 8h30min

Local: Câmara Municipal de Cáceres, Rua Coronel José Dulce, esq. General Osório, s/n.º Centro, Cáceres.

A referida Audiência Pública tem por finalidade apresentar ao público a movimentação orçamentária e financeira da Prefeitura, nos meses de **setembro a dezembro de 2018**, conforme artigo 9º, § 4º, e artigo 48, § Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000).

A vossa presença será de grande importância para que alcancemos o objetivo do evento.

Atenciosamente.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

AGUAS DO PANTANAL ERRATA DA PORTARIA N°. 001/2018 - SSAAP

No Extrato da **Portaria N°. 001/2019 - SSAAP**, publicado no dia 30 de Janeiro de 2019, Ano XIV/ Nº 3.156 e páginas 113, constatou erro material, no Art. 2º e 3º, especificamente no §2º de ambos artigos**,** assim:

***Onde se lê*:**

"§2º. Cada entidade da Administração poderá adquirir no máximo XX copos ao preço de R$ 0,20 (vinte centavos), conforme estudo contido no anexo II desta portaria."

Leia-se:

"§2º. Cabe ao Diretor Executivo delimitar, quando não for possível atender à solicitação na sua integralidade, fixar o quantitativo a ser entregue dentro das limitações desta Autarquia Municipal"

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL, CÁCERES-MT, 20 de fevereiro de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES PORTARIA N.º 057/2019

PORTARIA N.º 057/2019 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Ornely Pereira Leite".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria de Admissão nº 85 de 16/04/1980; Decreto de Enquadramento nº 113 de 22/09/1987; Decreto de Estabilidade nº 529 de 02/12/2004; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de

maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017 e Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Ornely Pereira Leite**, Brasileiro, Casado, portador do RG nº 245.106 SSP/MT, CPF nº 207.916.901-72, PIS/PASEP nº 1700582265-8, Estável no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível "II", classe "J", matriculado sob o n.º 1.294, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 001/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 058/2019

PORTARIA N.º 058/2019 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Manoel Irão Ferreira da Cruz".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria de Admissão nº 74 de 14/04/1980; Decreto de Enquadramento nº 113 de 22/09/1987; Decreto de Estabilidade nº 529 de 02/12/2004; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017 e Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Manoel Irão Ferreira da Cruz**, Brasileiro, Casado, portador do RG nº 0244994-3 SSP/MT, CPF nº 241.398.661-87, PIS/PASEP nº 1700582257-7, Estável no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível "II", classe "J", matriculado sob o n.º 215, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 005/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 093 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 4020, de 25 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os senhores abaixo relacionados para comporem a Junta Administrativa de Recurso de Infração – **JARI**, Órgão Colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pela Coordenadoria Municipal (Executiva) de Trânsito, no período de **22.02.2019 à 22.02.2021**.

Representantes do Executivo Municipal

Presidente: Vitor Miguel de Oliveira

Suplente: Fernando Henrique de Souza Lino

Representantes da Coordenadoria Executiva de Trânsito

Titular: Lucas José Lente

Suplente: Fredolino de Araújo Neto

Representantes do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviário de Cáceres-SCAVER

Titular: Pedro Lúcio Cardoso

Suplente: Milton Lopes Coelho

Representantes do 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

Titular: 1º Tenente PM Daniel Stefano

Suplente: 1º Tenente PM Caio César Maia Silva

Representantes da Polícia Rodoviária Federal

Titular: Lucinei Buss

Suplente: Mário Antônio Barros de Assis

Secretária da JARI

Sirlei Lourenceto Silva

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 19.02.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 092 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII

da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 8189 de 18 de fevereiro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear as senhoras relacionadas abaixo, para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**, para o biênio 2017/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Fernanda Dias Figueiredo em substituição à senhora Ana Lúcia Faria Ortiz Lopes.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de fevereiro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

Afixado em: 18.02.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 087 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 6746, de 08 de fevereiro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **MARCOS DOS SANTOS** – Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Logística, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de fevereiro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de fevereiro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 11.02.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 089 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal ea **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE FAZENDA**, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 7279, de 12 de fevereiro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **JAQUELINE CONCEIÇÃO CARDOSO**, do cargo em Comissão de Gerência de ISSQN**,** concebido através do Decreto nº 025 de 18 de janeiro de 2018, da Secretaria de Fazenda, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 11 de fevereiro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de fevereiro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal Interina de Fazenda

Afixado em: 12.02.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 091 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 8187, de 18 de fevereiro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a senhora relacionada abaixo, para compor como membro representante do **CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH**, biênio 2018/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Mariolan Lara Garcia em substituição a titular Paula Balduina Rocha dos Santos

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de fevereiro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

Afixado em: 18.02.19

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 47428 de 19 de novembro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2018;

RESOLVE:

I - CONVOCAR os candidatos Classificados no Processo Simplificado nº 001/2019, para comparecerem na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **21/02/2019 (quinta-feira)**, **às 9:00 horas** para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste Edital;

II - INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme AnexoII.

Cáceres, 20 de fevereiro de 2019.

Arci Rezende Pereira da Rosa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Simplificado

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
00081	ALEXANDRA MARIA DE LIMA DISTACIO	191251153	09/03/1981	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO
00082	GILSA JOANA DA SILVA	191856141	27/03/1981	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
00008	JOSÉ NUNES ORTIZ	19409103	15/11/1969	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
00014	MARIANA DA SILVA	192754115	22/09/1970	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO
00015	SUELI DAS DORES GASPAR	19667105	12/11/1971	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
00003	MARLIZA MARTINS DA SILVA	192451140	14/01/1967	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO

NÚCLEO SADIA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	INST	FORM	TOTAL	SITUAÇÃO
00001	CREUZA NUGUEIRA MARTINS	19895125	28/12/1961	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO
00002	LUCIANA ALVES DOS SANTOS	191011142	30/07/1981	10.00	5.00	15.00	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 005 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº 2.2218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153 de 01 de abril de 2003, e:

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, para compor a ***Comissão para Reformulação da Proposta Continuada para Coordenadores, Diretores, Professores e ADIs da Rede***.

Aline Rejane Caxito Braga Amanda Lemes Lusting Ana da Guia Magalhães Ana Lucia Faria Ortiz Lopes Edmir Laurentino Silva Ignis Marcielle Vieira Sobral Macedo Jocinéia Miranda da Cruz Maria de Fátima Pereira Couto Renilda Conceição da Silva Rodrigues Roseli do Nascimento Moreira Sandra Regina Silva da Cunha Sueli Aparecida Santos Silva Valquíria Soarez de Souza Wanclea Matos Sobrinho Brandalize

Art. 2º - Sob a Coordenação da primeira servidora, a Proposta de Formação Continuada para Coordenadores, Diretores, Professores e ADIs da Rede será estudada e reformulada, objetivando uma Proposta de Formação Continuada que atenda às necessidades da rede.

Art. 3º - Até 27/02/19, deverão apresentar cronograma de estudos, atendendo o disposto no PDI/19.

Art. 4º - Essa Portaria Interna entra em vigor a partir desta data.

Secretaria Municipal de Educação, 04 de fevereiro de 2019

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2019-SME

Dispõe sobre a normatização do cardápio e dos beneficiários da Alimentação Escolar no âmbito do município de Cáceres-MT

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Resolução/FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013 e:

Considerando a necessidade de regulamentar a execução da Alimentação Escolar no âmbito das escolas municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer normas para execução do cardápio e definir a clientela a ser atendida pela Alimentação Escolar nas escolas municipais.

Art. 2º - A alimentação escolar no âmbito das escolas municipais é direito dos alunos da educação básica, devidamente matriculados, e será promovida pela administração pública municipal.

Art. 3o - Para os efeitos desta normativa, entende-se por Alimentação Escolar todo alimento oferecido aos alunos no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 4o - Os beneficiários da Alimentação Escolar fornecida pela administração pública municipal, são exclusivamente os alunos, portanto não devem participar da alimentação escolar: servidores, voluntários e amigos da escola.

Art. 5o – A alimentação escolar deve ser preparada de acordo com os cardápios elaborados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: Na falta de algum item necessário para a preparação do cardápio, a gestão da unidade escolar deve oficializar a Coordenadoria de Logística e Alimentação Escolar com prazo mínimo de 03 (três) dias de antecedência.

Art. 6o - Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pela nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

Art. 7o - Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas.

Art. 8o - Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos, segundo Legislação vigente, e, pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9o - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Cáceres-MT, 20 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019/ CONCURSO PÚBLICO 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019/ CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o encerramento do Concurso Público nº 001/2018;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 001/2018(Decreto nº 3.027/2019);

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Ofício nº 018/SMS-GAB;

Considerando o Ofício nº 040/SEMEC-GAB;

RESOLVE

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018 elencado no Anexo I e II deste Edital, para apresentação das documentações constante do item 2 deste Edital para a respectiva nomeação e posse.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 20/03/2019, em 02(duas) vias, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocopia autenticada).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que concorreu(fotocopia autenticada).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil - fotocopia autenticada**)**.

g. Comprovante de quitação eleitoral (fotocopia autenticada e/ou certidão de quitação/ TSE).

h. foto 3x4 colorida e recente;

i. Declaração de bens (modelo em anexo).

j. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

k.Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Atestado de aptidão mental do candidato expedido por Psiquiatra (original). (Itém inserido de acordo com o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 do Itém 17.2)

m. Relação de exames médicos a serem realizados constam no Anexo III deste Edital.

n. Cópia da primeira parte da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

o. Cartão PIS/PASEP (fotocopia autenticada).

p. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocopia autenticada).

q. Declaração contendo endereço residencial.

r. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária.

s. Carteira Nacional de Habilitação para os Cargos de Apoio Administrativo Educacional-Transporte Escolar e Motorista (categoria “D”,- fotocopia autenticada).

t. Comprovante de escolaridade /Certificado e Histórico Escolar para o Cargo de Professor em que se habilitou (fotocopias autenticadas).

u. Os candidatos ao cargos – Médico Clínico Geral, Bioquímico, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista, Odontológo e Psicólogo, deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no Conselho Regional da respectiva categoria.

v. Os candidatos ao cargos de Técnico do SUS – Técnico de Enfermagem, deverão obrigatoriamente comprovar Curso Técnico em Enfermagem com Registro no Conselho de Classe.

2.1.O atestado admissional constante da alínea “j” será expedido por Médico do Município nomeado para esse fim.

2.1.1. Após a realização dos exames constantes do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018, o candidato deverá agendar perícia médica para apresentação dos resultados.

a) após a apresentação dos resultados dos exames, estando conforme, o Médico Periciador expedirá atestado admissional.

2.1.2. No resultado dos exames/laudos, das consultas e/ou exames deverá obrigatoriamente ser grafado as seguintes informações:

a) o nome do candidato;

b) o número do CPF e /ou o número do RG e/ou a data de nascimento do candidato.

2.1.3. O candidato agendará a perícia referenciada no item anterior, de segunda a sexta – feira, das 13:00h as 17:00h, pelo telefone (66)34371992 – Ramal 215.

2.1.4. Cada candidato terá direito apenas a um agendamento, salvo se exames complementares forem solicitados pelo Médico Periciador.

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Concurso Público nº001/2018 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Concurso Público nº 001/2018, por parte do candidato, deverá, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados no item 2, deverá se apresentar imediatamente na Secretaria de Lotação.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

7. Integra o presente Edital, o anexo I e II – Relação de candidatos convocados, Anexo III – Relação de exames médicos a serem realizados, Anexo IV - Modelo de declaração de bens; Anexo V - Modelo de Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de fevereiro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Cargo: 33 - Professor de Educação Infantil - Distrito São José do Couto		
01	MARINEZ LINDENMAYR	14/06/1986
Cargo: 35 - Professor de Educação Infantil - Sede Município		
01	LÍGIA CARUZO LOZANO	20/05/1993
02	LINDALVA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA	14/03/1991
Cargo: 36 - Professor de Geografia - Sede Município		
01	THIAGO MENEZES RIBEIRO	18/10/1984
Cargo: 39 - Professor de Língua Portuguesa - Sede Município		
01	CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	19/01/1987
Cargo: 37 - Professor de História - Sede Município		
01	WANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	15/09/1990
Cargo: 42 - Professor Ensino Fundamental - Rural Santa Célia		
01	MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR	16/03/1980
	IVETE ALVES DE OLIVEIRA SOARES	20/01/1981
Cargo: 43 - Professor Ensino Fundamental - Sede Município		
01	MARIA MARGARETH FERREIRA DE OLIVEIRA	26/02/1975
02	ARMANDA GUEDES PARREIRA	13/11/1971
03	SIMONE DIAS SOARES	12/09/1985
04	ONEIDE DOS SANTOS DE PAULA	14/06/1976
05	ROBSON LOPES CARDOSO	02/06/1982
06	ANA VITÓRIA PIMENTEL ALVES	20/08/1980
07	ERMELINDA MARIA DA GLÓRIA BARBOSA	10/05/1963
08	MARCILENE APARECIDA SILVA	29/09/1973
09	ELISÂNGELA SAMIRA PEREIRA	21/05/1985
Cargo: 41 - Professor Ensino Fundamental - Distrito São José do Couto		
01	PABIO HENRIQUE PORTO	01/06/1985

ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ord	**Cargo: 13 - Assistente do SUS - Atendente - Sede Município**	**Data de Nascimento**
01	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	11/05/1981
02	PAMELA DA SILVA TEIXEIRA 20/01/1993	20/01/1993
Cargo: 44 - Profissional de Nível Superior do SUS I - Médico Clínico Geral- Sede Município		
01	MARCOS HIROSHI CARDOSO SASAKI	08/09/1983
Cargo: 57 - Técnico do SUS - Técnico em Enfermagem - Sede Município		
01	ANDRESSA PEIXOTO LITRAN	04/05/1985
Cargo: 01 - Agente de Fiscalização da Vigilância Sanitária Sede Município		
01	MARCOS VINICIUS DA CRUZ CARDOSO	05/07/1989
02	PERECLIS SILVA DE OLIVEIRA	20/03/1992

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames por área do cargo	**Exame**
Para todos os cargos	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna.
Profissionais da Saúde	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Hepatite B; § HIV; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.

Motorista de Máquinas Pesadas	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Audiometria; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.

ANEXO IV

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, XXX de fevereiro de 2019.

_____

Declarante

ANEXO V

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de nomeação e posse, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Por ser a expressão da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, xxx de fevereiro de 2019.

_____

Declarante

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8218 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA DE Nº 8218 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o término do contrato.

CONSIDERANDO o fim da licença maternidade**.**.

RESOLVE: I – Exonerar a servidora abaixo que exercia sua função junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO
Bruna Karoline Borges de Almeida	Auxiliar Técnico de Saúde

II – Revogar a portaria 7612 de 07 de Março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de Fevereiro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8215 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 002/2018;

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações**.**

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Altieres Silva dos Santos	AAE/Transporte Escolar	Sede
Mario Eduardo Queiroz Franco	AAE/Transporte Escolar	Sede
Weney Diogo Cardoso	AAE/Transporte Escolar	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 20 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 20 de fevereiro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8216 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

*"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **GESIANE BAOTODZAIPE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: o teor do atestado médico datado de 06 de fevereiro de 2018.

RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora *GESIANE BAOTODZAIPE*lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de Professor Interino, no período de 120 dias, no período de 06.02.2019 a 05.06.2019. II - Esta portaria entra em vigor na data de 20 de fevereiro de 2019.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 20 de fevereiro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

AVISO DE EDITAL PP RP 013/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2019

ABERTURA: 11 de março de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 11 de março às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 20 de fevereiro de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2019

***Contrato de Rateio nº** 01/2019*

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Região Do Médio Norte Mato-Grossense (Cismnorte, CNPJ/MF sob o nº 02.451.265.0001-31.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto o repasse do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, conforme expressa autorização legislativa constante da na **Lei Municipal nº 553 de 04 de setembro de 1997** e em consonância com o capítulo II art. sétimo, do Estatuto do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO - GROSSENSE**, a título de repasse financeiro que possibilite sua aplicação nas ações administrativas e operacionais.

Valor: 301.347,00

Prazo: 12 (meses)

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

AVISO DE EDITAL PP RP 014/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

ABERTURA: 12 de março de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 12 de março às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios visando atender as escolas de educação básica da rede pública municipal de ensino fundamental, educação infantil e indígena, como demais repasses atendidos pelo FNDE e recurso livre.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 20 de fevereiro de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 07/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ sob o n.° 61.198.164/0001-60.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a Contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros, **a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**.

Dotação Orçamentária

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.301.0009.20088.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.46.008000 – Transf. Fundo a Fundo de Recurso Do Sus Proven. do Gov. Federal - Bloco De Custeio - Atenção Básica

Valor: 7.400,00

Prazo: 12 (meses)

Data: 20/02/2019

Procedimento Licitatório: Pregão presencial nº 008/2019, da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 121/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 003/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 120/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 002/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 119/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 001/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 003/2019 DE 21/02/2019, PARA LIMPEZA DE LOTES VAZIOS E SUJOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05 DIAS.

A Titular da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do decreto 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1°, 2°, 3°, da lei complementar n° 045/2014 de 19/12/2014, artigo 331, tabela de serviço – VI, § Único, e da lei complementar 018/2009, que altera artigo 26 da lei complementar 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII; **Notifica** o sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionado, para que proceda a LIMPEZA DOS LOTES E TERRENOS BALDIOS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste edital.

O não atendimento ao disposto neste EDITAL, e no prazo previsto, a Prefeitura, executará a limpeza dos respectivos lotes e terrenos baldios, e em sequencia efetuará a cobrança da taxa de limpeza de 1,2 UPF/CV por M² de cada lote, além da multa de 5 UPF/MT por lote, aos proprietários, ficando os mesmos sujeitos a inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

O presente edital intima o sujeito(s) passivo(s) a comparecer em dia útil, e no horário normal de atendimento, na sede Secretaria Municipal de Fazenda, deste município no prazo de 5(cinco) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no quinto dia após a publicação deste edital.

SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Nome	CPF	Quadra	Lote	Bairro	Área (m²)
Iranilson Gomes dos Santos	021.123.131-26	31	10	São Miguel	240
Gilberto Teixeira da Silva	013.378.001-60	30	19	São Miguel	240
Olimar Antonio Gotens	896.281.361-00	31	15	São Miguel	240
Keila Paula da Silva	005.829.581-05	29	05	São Miguel	384
Vania Carla	019.631.819-05	29	03	São Miguel	280,66
Edilma Nonato Santana Fonseca	002.001.911-44	29	02	São Miguel	315,21
Rovilson Lopes Silva	023.512.031-60	28	06	São Miguel	437,57
Nivaldo Antunes	159.722.321-20	28	04	São Miguel	334,20
Valdeci Pacheco da Silva	455.485.601-15	28	03	São Miguel	290,30
Marco Aurelio Bezerra do Nascimento	045.839.303-72	09	06	Campo Real II	450
Marco Aurelio Bezerra do Nascimento	045.839.303-72	28	01	São Miguel	464,98
Eduardo Rodrigo Eckert	915.357.511-34	27	03	São Miguel	240
Andreia Rosa de Souza	013.230.531-31	27	12	São Miguel	240
Lourdes Regina Reami Bexiga	890.913.317-68	27	28	São Miguel	240
Gilmar Ribeiro da Silva	925.672.311-53	27	21	São Miguel	240
Maria Rodrigues da Silva	267.807.471-49	26	15	São Miguel	240
Jose Francinaldo Silva	195.980.683-15	23	21	São Miguel	240
Jaymir Fonseca Moraes Junior	103.852.227-77	25	03	São Miguel	240
Eduardo Gonçalves	006.915.271-30	25	16	São Miguel	240
Rozaria de Fatima Longati	424.505.351-87	24	01	São Miguel	319,20
Dianaru Costa Barros	428.001.021-87	24	28	São Miguel	240
Jose Ednaldo Dos Santos	932.038.531-91	23	25	São Miguel	240
João Modolon	318.322.761-91	23	23	São Miguel	240
Rosangela Da Silva Matos	021.529.041-09	35	03	São Miguel	295,20
Laila Fabiula Da Silva	037.903.691-60	25	28	São Miguel	240
Silene Felipe dos Santos	259.337.588-41	10	18	Belvedere	450
Carlos Antonio Blank	631.586.471-68	10	08	Belvedere	450
Jessica Harume Matsui	030.646.801-88	10	09	Belvedere	450
Jessica Harume Matsui	030.646.801-88	10	10	Belvedere	450
Isabel Pinto Silva	151.050.178-97	10	19	Belvedere	450
Isabel Pinto Silva	151.050.178-97	10	20	Belvedere	450

TITULAR DO ORGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

NOME: Patrícia Alves Da silva

PORTARIA: 410/2014

CARGO: Secretaria de Fazenda.

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.

NOME: Natanael Silva Azevedo.

MATRICULA: 6703

CARGO: Fiscal Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 127/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 007/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 128/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 009/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 114/2019, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA BEATRIZ AMARO ROCHA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 094/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 113/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORAFABIANE FLORENCIO DA SILVA REZENDEPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 012/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 112/2019, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA LUCIANA ROTA LISBOA E SILVAPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 011/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 111/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR ALMIR JOSE DE OLIVEIRA, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 010/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 110/2019, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RAFAELA MIRANDA FORESTIPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 009/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 109/2019, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA ROSELI REJANE SCHMIDT PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 008/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 108/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 007/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 129/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 011/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 107/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 006/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 106/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 005/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2019

FORNECEDOR: D. R. COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ nº 09.308.251/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLPA DE FRUTAS - PREGÃO Nº 012/2019.

DATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 20/02/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE	ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	1.0	POLPA DE ABACAXI	7.500 KG	INCOFRUT	R$ 8,50	R$ 63.750,00
02 (Exclusivo ME/EPP)	1.1	POLPA DE ABACAXI	2.500 KG	INCOFRUT	R$ 8,50	R$ 21.250,00
03	2.0	POLPA DE MARACUJÁ	7.500 KG	INCOFRUT	R$ 11,90	R$ 89.250,00
04 (Exclusivo ME/EPP)	2.1	POLPA DE MARACUJÁ	2.500 KG	INCOFRUT	R$ 11,90	R$ 29.750,00
05	3.0	POLPA DE CAJU	7.500 KG	INCOFRUT	R$ 8,50	R$ 63.750,00
06 (Exclusivo ME/EPP)	3.1	POLPA DE CAJU	2.500 KG	INCOFRUT	R$ 8,50	R$ 21.250,00

07	4.0	POLPA DE ACEROLA	7.500 KG	INCOFRUT	R$ 9,15	R$ 68.625,00
08 (Exclusivo ME/EPP)	4.1	POLPA DE ACEROLA	2.500 KG	INCOFRUT	R$ 9,15	R$ 22.875,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 380.500,00 (TREZENTOS E OITENTA MIL E QUINHENTOS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 105/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 004/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 130/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 013/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado em 29 de Janeiro de 2018, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogadas por igual período, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.317 de 09 de Novembro de 2017, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 13 de Fevereiro de 2019.

Cargo:**020 - Auxiliar Administrativo**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
31	0000001364	MURILO CONCEIÇÃO VICOCAL	27/07/1991	68,00
32	0000000127	JORDANA VALÉRIA ANSELMO DA SILVA	10/06/1982	68,00
33	0000001258	EDLAINE SAMPAIO KLEIN	03/06/1984	68,00
34	0000000395	BIANCA ANDRADE DE MELO	01/06/1996	68,00
35	0000001983	TAILYNE SANTANA BARBOSA	14/10/2000	68,00

Cargo:**023 - Motorista - Veículos Leves**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
5	0000000975	MARCO ANTONIO DE PAULA	23/05/1985	90,00

Cargo:**030 - Técnico em Enfermagem**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
8	0000002269	**HELAINE SILVA DE OLIVEIRA COSTA**	20/12/1982	56,00

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 104/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORAANA MARIA BAUM PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 003/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS N° 001 A 030 DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 001/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: TIAGO DA SILVA DIAS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM INFORMATICA

VALOR: R$ 2.242,38 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REIAS E TRINTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 07 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 07 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 002/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: BRUNA EVELYN DE JESUS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

VALOR: R$ 1.308,06 (HUM MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 07 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 07 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 003/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: NILSON JOSE DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE OPERADOR DE MAQUINAS

VALOR: R$ 2.765,60 (DOIS MIL, SETESSENTOS E SESSENTA E CINCO REIAS E SESSENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 17 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 17 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 004/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: NAIARA TEIXEIRA DA ROCHA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

VALOR: R$ 2.242,38 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REIAS E TRINTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 16 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 005/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: URICHELLY MARIANE PEREIRA RONDON

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ATENDENTE DE FARMÁCIA

VALOR: R$ 1.158,58 (HUM MIL, CENTO E CINQUENTA E OITO REIAS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 18 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 006/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANGELINA ENEAS DE MOURA AZEVEDO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PSICOLOGO.

VALOR: R$ 5.232,22 (CINCO MIL, DUZENTOS E TRITA E DOIS REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS) MENSAIS

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 28 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 28 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 007/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANA LEIA DE SOUZA SILVA GUARESCHI

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 29 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 29 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 008/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: IZABEL DA CONCEIÇÃO SOUZA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 29 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 29 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 009/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ADRIANA DA SILVA SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

VALOR: R$ 1.308,06 (HUM MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 29 DE JANEIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 29 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 010/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: DILMA LEITE DA CUNHA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE COZINHEIRO

VALOR: R$ 1.569,67 (HUM MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 011/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELIZAMA PEREIRA LIMA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 012/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MATHEUS HENRIQUE DE MORAIS MOLETA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 013/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LUCAS DJHAN LOPES BRESSAN

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM INFORMATICA

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 014/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: REVERSON SILVA ARANDO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 015/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARLENE TEREZINHA GARIBOTTI

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE COZINHEIRO

VALOR: R$ 1.569,67 (HUM MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 016/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LUIZ AURI BRESSAN

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 017/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: IVAN CESAR DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 018/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LEONARDO WILLERS LORENZATTO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 019/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GLEICE FIDELIS DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 020/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: EDUARDO DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 021/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: VANEA AMARAL MARQUES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 2.862,54 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REIAS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 07 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 022/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELISANGELA BERNARDO DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 08 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 08 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 023/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JESSIA MORELLI VIEIRA SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 08 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 08 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 024/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARIA NORA SANTANA DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VALOR: R$ 1.908,36 (HUM MIL E NOVECENTOS E OITO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 025/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: FABIO SISCONETO DE FREITAS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE FISIOTERAPEUTA 30H.

VALOR: R$ 3.924,22 (TRÊS MIL E NOVECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 026/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: BIANCA ANRADE DE MELO BAUM PEREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 15 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 15 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 027/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALCIDILEIA MENDES DE LIMA ALMEIDA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 028/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: TAILYNE SANTANA BARBOSA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 1.457,57 (HUM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 029/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SIDNEIA GOMES ARAUJO DE ALMEIDA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.242,38 (DOIS MIL E DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 25 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 25 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 030/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SANDRIELLE DO AMARANTE DE OLIVEIRA FERREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE

VALOR: R$ 1.308,06 (HUM MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 FEVEREIRO DE 2019 E COM TÉRMINO EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 135/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 021/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 131/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 015/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 103/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA JACIANI SCHMEDIKEPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 002/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 102/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORAJAQUELINE GUARESCHI MAI GONÇALVES PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 001/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 101/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR THIAGO BELLO KIRCHESCH, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 104/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 065/2019, 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR GABRIEL BARBIERIPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 103/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 132/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 016/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 133/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 017/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 134/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 019/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 124/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 004/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 125/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 005/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 021/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 021/2019** a se realizar no dia **11/03/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 20 de fevereiro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS N° 232 A 238 DE 2018.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 232/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: WEBERTON SILVA DE SOUZA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE GARI.

VALOR: R$ 1.494,94 ((HUM MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 13 DE NOVEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 233/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ISMAEL MOREIRA DO AMARAL

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE OPERADOR DE MAQUINAS

VALOR: R$ 2.719,65 (DOIS MIL, SETECENTOS E DEZENOVE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 234/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ZILOMAR FERNANDES DA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM INFORMATICA

VALOR: R$ 2.242,38 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 22 DE NOVEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 22 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 235/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANDRE FELIPE AULER

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE FARMACEUTICO.

VALOR: R$ 5.232,22 (CINCO MIL, DUZENTOS E TRITA E DOIS REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 07 DE DEZEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 07 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 236/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.308,06 (HUM MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 21 DE DEZEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 21 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 237/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CICERO APARECIDO NOGUEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.308,06 (HUM MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 21 DE DEZEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 21DE DEZEMBRO DE 2019.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 238/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALINE ALVES DE FREITAS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.121,19 (HUM MIL, CENTO VINTE E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE DEZEMBRO DE 2018 E COM TÉRMINO EM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

CHAMADA PÚBLICA: 001/2018

NOTIFICADO: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA - COOPERSAF

CNPJ: 19.630.659/0001-50

CAMPO VERDE - MT

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NAD(s) – referente ao item feijão carioca tipo 01, conforme **prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante o Contrato Administrativo nº 056/2018, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 8. 666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 20 de fevereiro de 2019.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME

Supervisora de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 002/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 002/2019 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLPA DE FRUTAS: a empresa D. R. COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ Nº 09.308.251/0001-02, sagrou-se vencedora do certame, totalizando R$ 380.500,00 (trezentos e oitenta mil e quinhentos reais). Campo Verde, 20 de fevereiro de 2019. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 123/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 003/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 020/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET ATRAVÉS DO RECEBIMENTO DE DADOS POR TRANSMISSÃO DE FIBRA ÓPTICA, VELOCIDADE DEDICADA 50 MPS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 020/2019** a se realizar no dia **11/03/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 20 de fevereiro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS 001 Á 100 DE 2019.

EXTRATO DA PORTARIA N° 001/2019

PORTARIA Nº 001, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARIA LOPES BUSANELLO DO CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 002/2019

PORTARIA Nº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA MARCILEI CAMPOS DA SILVA SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE VISITADORA HOSPITALAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 003/2019

PORTARIA Nº 003, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA INES SIMONE BARBIERI DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE AMBIENTE DE TRABALHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 004/2019

PORTARIA Nº 004, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL CRISTIANY MOREIRA SOARES PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 005/2019

PORTARIA Nº 005, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR ESMERALDO ALVES DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 006/2019

PORTARIA Nº 006, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR DEYVID ENDRYW COSTA NOGUEIRA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 007/2019

PORTARIA Nº 007, DE 11 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR LUCAS FERNANDO ROSA DO COORDENADORIA DE MECÂNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 008/2019

PORTARIA Nº 008, DE 11 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL MARLENE SILVANA DA FONSECA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 009/2019

PORTARIA Nº 009, DE 11 DE JANEIRO DE 2019.

TRANSFERE A SERVIDORA MUNICIPAL NAARA ZANATTO SANTOS DE LOTAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 010/2019

PORTARIA Nº 010, DE 11 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL ELISMAR DUARTE PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 011/2019

PORTARIA N.º011, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CAMPO VERDE/MT, CONFORME LEI N.º 82/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 012/2019

PORTARIA Nº 012, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR WARLEY JUNIOR BRAS DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE LIQUIDAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 013/2019

PORTARIA Nº 013, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELISANGELA SILVENTE SPIGUEL REAMI DO CARGO DE DIRETORIA DE AUDITORIA PUBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 015/2019

PORTARIA Nº 015, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR DELUBIO JEAN PARREIRA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 016/2019

PORTARIA Nº 016, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

TRANSFERE A SERVIDORA MUNICIPAL MARIANNE PAULA SANTOS DA COSTA DE LOTAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 017/2019

PORTARIA Nº 017, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA O SENHOR HENRIQUE PAULO BARBIERI DOS REIS PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 018/2019

PORTARIA Nº 018, DE 15 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA VANIELI MESSIAS DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DA AGENCIA TRANSFUSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 019/2019

PORTARIA Nº 019, DE 15 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A PRESTADORA DE SERVIÇOS DO MUNICIPIO ADRIANE APARECIDA TRENTIN PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 020/2019

PORTARIA Nº 020, DE 15 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLENE TEREZINHA GARIBOTTI APOSENTADORIA POR IDADE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 021/2019

PORTARIA Nº 021, DE 15 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA DAYANE APOLONIA MARQUES DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 024/2019

PORTARIA Nº 024, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL KEILY STEFANNI ORDONES NERY MENDES PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 025/2019

PORTARIA Nº 025, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA JAQUELINE DA SILVA CAETANO DO CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 026/2019

PORTARIA Nº 026, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA LEILIANE DEISY BRITO DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DO PARQUE DAS ARARAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 027/2019

PORTARIA Nº 027, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA URICHELLY MARIANE PEREIRA RONDON DO CARGO DE CHEFE DE NUCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 028/2019

PORTARIA Nº 028, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA SOLANGE SOARES VILELA ORTEGA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 029/2019

PORTARIA Nº 029, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 030/2019

PORTARIA Nº 030, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 031/2019

PORTARIA Nº 031, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA O SENHOR WARLEY JUNIOR BRAS PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORIA DE AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS-APLIC DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 032/2019

PORTARIA Nº 032, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA ELISANGELA SILVENTE SPIGUEL REAMI PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 034/2019

PORTARIA Nº 034, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

REINTEGRA A SENHORA ZORAIDE ITACARAMBY FURTADO AO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 035/2019

PORTARIA Nº 035, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

REINTEGRA A SENHORA VALDIRENE DA SILVA AO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 036/2019

PORTARIA Nº 036, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL HEDVANIA XAVIER DE MORAES, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 037/2019

PORTARIA Nº 037, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

REINTEGRA A SENHORA MARTA FRARES AO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 038/2019

PORTARIA Nº 038, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARTA FRARES DO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 040/2019

PORTARIA Nº 040, DE 23 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 041/2019

PORTARIA Nº 041, DE 23 DE JANEIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA NADIR DO PRADO COSTA MATEUS DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EXTRATO DA PORTARIA N° 044/2019

PORTARIA N.º044, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CAMPO VERDE/MT, CONFORME LEI N.º 82/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 045/2019

PORTARIA Nº 045, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA DEVANA OLIVEIRA SALES PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 046/2019

PORTARIA Nº 046, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA CARMELITA KREMER LIMBERGER BOZZA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 047/2019

PORTARIA Nº 047, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA JUCILENE MARIA DE MORAIS PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 048/2019

PORTARIA Nº 048, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA THAISMARA PEREIRA BEBIANO PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

EXTRATO DA PORTARIA N° 049/2019

PORTARIA Nº 049, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL CARLOS EDUARDO DA SILVA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 050/2019

PORTARIA Nº 050, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ALMIR DA SILVA LIMAS DO CARGO DE DIRETOR DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 051/2019

PORTARIA Nº 051, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL LUCIANA ALVES DE SOUZA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 052/2019

PORTARIA Nº 052, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA SILVANYA PEREIRA CRUZ PARA EXERCER O CARGO DE ENFERMEIRO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 053/2019

PORTARIA Nº 053, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA FABIANA RAMOS SILVA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 054/2019

PORTARIA Nº 054, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR KELVIN VANJURA DO NASCIMENTO DO CARGO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 055/2019

PORTARIA Nº 055, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELAINE APARECIDA DE LIMA DO CARGO DE DIRETOR DE RECURSOS E CONVÊNIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 056/2019

PORTARIA Nº 056, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA O SENHOR KELVIN VANJURA DO NASCIMENTO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE RECURSOS E CONVÊNIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 057/2019

PORTARIA Nº 057, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA ELAINE APARECIDA DE LIMA PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE REGULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 058/2019

PORTARIA Nº 058, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA RAQUEL DA COSTA RODRIGUES CAMPOS PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 059/2019

PORTARIA Nº 059, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR ALMIR DA SILVA LIMAS PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 060/2019

PORTARIA Nº 060, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR PAULO HENRIQUE EVANGELISTA DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 061/2019

PORTARIA Nº 061, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL DEYVID ENDRYW COSTA NOGUEIRA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT

EXTRATO DA PORTARIA N° 062/2019

PORTARIA Nº 062, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA TEREZINHA DE JESUS ROSA LOPES PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 063/2019

PORTARIA Nº 063, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

TRANSFERE O SERVIDOR MUNICIPAL BENEDITO MOREIRA DOS SANTOS DE LOTAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 064/2019

PORTARIA Nº 064, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL SIMONI PEREIRA BORGES, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 066/2019

PORTARIA Nº 066, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA O SENHOR ALESSANDRO TIARAJU PALMEIRA DA COSTA PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE SEVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 067/2019

PORTARIA Nº 067, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA SANDEAMARA LOBELEIN PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N° 068/2019

PORTARIA Nº 068, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA O SENHOR JOSE RAMOS DE CASTRO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N° 069/2019

PORTARIA Nº 069, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SENHOR MARCOS JOSÉ DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE ESCOLINHAS ESPORTIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N° 071/2019

PORTARIA Nº 071, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA MARIA CLARA FONTEQUE SCACHETTI PARA DELIBERAÇÃO DE ATOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 073/2019

PORTARIA Nº 073, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR KELLYTON ATOS DE CARVALHO SANTOS DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 074/2019

PORTARIA Nº 074, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA BEATRIZ BADE PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 075/2019

PORTARIA Nº 075, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA CLEIDE APARECIDA RODRIGUES SCHAWRZ PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DO CENTRO DO IDOSO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 076/2019

PORTARIA Nº 076, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

TRANSFERE O SERVIDOR MUNICIPAL ARTHUR DA COSTA LIMA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 077/2019

PORTARIA Nº 077, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELISANGELA GONÇALVES DOS SANTOS DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 078/2019

PORTARIA Nº 078, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA A SENHORA NAYARA SILVA SOUZA MATOS DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 079/2019

PORTARIA Nº 079, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

REINTEGRA A SENHORA ROSANA SILVERIO DE OLIVEIRA AO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 080/2019

PORTARIA Nº 080, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

REINTEGRA O SENHOR MARCELO REZENDE DA GAMA AO CARGO DE MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 081/2019

PORTARIA Nº 081, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL SANDRA YOKO HAYAKAWA ITO, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 082/2019

PORTARIA Nº 082, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL JESSICA LAIS VILHAME ARAGAO, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 083/2019

PORTARIA Nº 083, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL LUZINETE OLIVEIRA ALVES, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 084/2019

PORTARIA Nº 084, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL MARIELE FERREIRA DE ARRUDA LIMA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 085/2019

PORTARIA Nº 085, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

REINTEGRA O SENHOR RODRIGO OLIVEIRA CORREA AO CARGO DE DENTISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 086/2019

PORTARIA Nº 086, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

TRANSFERE A SERVIDORA MUNICIPAL ELIVANE RAMOS DA SILVA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 090/2019

PORTARIA Nº 090, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR RODRIGO OLIVEIRA CORREA DO CARGO DE DENTISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 091/2019

PORTARIA Nº 091, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 092/2019

PORTARIA Nº 092, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR KELLTON RODRIGUES DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 093/2019

PORTARIA Nº 093, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SENHOR ALMIR DA SILVA LIMAS PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 094/2019

PORTARIA Nº 094, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SENHOR DIEGO HENRIQUE SANTOS LOPES PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE MECANICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 095/2019

PORTARIA Nº 095, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL KAREN PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS FERRAREZE PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 096/2019

PORTARIA Nº 096, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR NATANAEL RIBEIRO DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 097/2019

PORTARIA Nº 097, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA O SENHOR ROSVALDO JOSÉ SILVINO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE ASSISTENCIA DOMICILIAR DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 098/2019

PORTARIA Nº 098, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA O SENHOR DARCI ECKERT DO CARGO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS EXTERNOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 099/2019

PORTARIA Nº 099, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA EDIANE PAVESI PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE OPERADOR MASTER DO CADASTRO ÚNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 100/2019

PORTARIA Nº 100, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR DARCI ECKERT PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 126/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 006/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 122/2019, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 001/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS 70 E 72 DE 2019.

EXTRATO DA PORTARIA N° 070/2019

PORTARIA Nº 070, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COM A FINALIDADE DE APURAR OS FATOS NOTICIADOS NO OFÍCIO N. º 006/2019-SMS E 017/2019-SMAD, EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES JANINE PATRICIA DA SILVA E VAGNER FERNANDO DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 072/2019

PORTARIA Nº 072, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA COM A FINALIDADE DE APURAR OS FATOS NOTICIADOS NO OFÍCIO N.º 230/2018 - SEMFAZ, EM RELAÇÃO A QUEBRA DE SIGILO FISCAL DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, com sede na Avenida Valdir Masutti, 779-W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para CREDENCIAMENTO as empresas que tenham interesse na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Leocyr Lazarette, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá no período de **22/02/2019 até 31/12/2019,** das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, com a Comissão Especial de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800, pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br; licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 20 de fevereiro de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

DECRETO: Nº 012/2019

PORTARIA Nº.020, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO	010/6/2017 a 31/5/2018
MARIA NEUSA DE MELLO	01/02/2011 a 31/01/2012

Art. 2º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ALINE HEINZ	01/12/2016 a 30/11/2017
DELONEI VALMORBIDA	19/4/2017 a 18/4/2018
EDIGAR CAVALCANTI LAGOA	13/12/2017 a 12/12/2018
JOEL DOS SANTOS	01/01/2018 a 01/01/2019
VIVIANE DUARTE MAILHO CASSOL	22/12/2017 a 21/12/2018

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADILSON MOLINÁRIO	02/01/2017 a 01/01/2018
ANÍSIO BULHÕES CIRQUEIRA	3/01/2017 a 02/5/2018
ANTONIO MARTINS	02/01/2018 a 01/01/2019
JORGE THADEU ALVES COSTA	02/01/2017 a 01/01/2018
JOSÉ APARECIDO DE FRANÇA JUNIOR	3/11/2017 a 02/11/2018
JOSE ROBERTO PEREIRA SANTOS	5/01/2017 a 4/01/2018
MILTON ROQUE SCHMITZ	02/01/2018 a 01/01/2019
ROZANGELA GRANDI DE MOURA	19/6/2017 a 18/6/2018

Art. 4º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
CAETANO CLAUDIO PEREIRA SOARES	4/4/2017 a 3/4/2018
DENIZE MARIA DA SILVA	5/5/2017 a 4/5/2018
ELIANI APARECIDA SILVA	02/01/2018 a 01/01/2019
FATIMA CRISTINA CARLOTO INGLEZ	19/7/2017 a 18/7/2018
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA	21/3/2017 a 20/3/2018
JOSIANE DE SOUZA BEZERRA	3/12/2016 a 02/12/2017
JOSIANE RIBEIRO DA SILVA	9/9/2016 a 8/9/2017
JUSSIMAR OLIVEIRA LIMA	20/4/2017 a 19/4/2018
KATHIA REGINA PINTON SCHULZ	24/5/2017 a 23/5/2018
LEDIANE APARECIDA HORBACH	10/01/2016 a 9/01/2017
LUCIA SOUZA DA SILVA	6/5/2017 a 5/5/2018
LUCIANE APARECIDA TOLOTI	21/7/2017 a 20/7/2018
MARLENE PEREIRA DA SILVA	20/9/2017 a 19/9/2018
MARILZA DE SOUZA	7/4/2017 a 6/4/2018
MARLI DE FÁTIMA DA ROCHA	01/5/2016 a 30/4/2017
RAQUEL MARCIA INÁCIO	01/5/2017 a 30/4/2018
SANDRA LIBERATORRE ARDAIA	3/6/2017 a 02/6/2018
SUELEN DIAS PEREIRA DOS SANTOS	01/12/2016 a 30/11/2017
VALDIR VENANCIO DA CRUZ	02/02/2017 a 01/02/2018
ZILDA LEMES	02/02/2017 a 01/02/2018
ZULEIDE TAVARES DE OLIVEIRA TELES	01/6/2017 a 31/5/2018

Art. 5º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
DEJANIRA PELLICIOLI	02/01/2018 a 01/01/2019
ELIZABETH DA SILVA CARDOSO	01/5/2016 a 30/4/2017
MARLI SALETE MARAFON	02/01/2018 a 01/01/2019
NELSA GONÇALVES CARDOSO	02/01/2018 a 01/01/2019
SUZANA DA SILVA FARIAS BARBIERO	02/01/2018 a 01/01/2019

Art. 6º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADRIANA PEREIRA DE SOUZA	21/12/2017 a 20/12/2018
ADRIANO PEREIRA MARTINS	22/12/2017 a 21/12/2018
ALBERTO OLIMPIO LUSTOSA	22/12/2017 a 21/12/2018
ALBERTO RAMPANELLI	22/12/2017 a 21/12/2018
ALEXANDRINA MARIA PEREIRA DE FARIAS	22/12/2017 a 21/12/2018 e 02/01/2018 a 01/01/2019
ALICE RAMOS BUENO	22/12/2017 a 21/12/2018
ALINE LEMES DE MORAES	15/02/2018 a 01/01/2019
ANDREIA CRISTINA DE CARVALHO DE SOUZA	02/01/2018 a 01/01/2019
ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS	21/12/2017 a 20/12/2018
ANTONIO TELES MENEZES NETO	21/12/2016 a 20/12/2017
APARECIDA DOS SANTOS PFEIFER	01/8/2017 a 31/7/2018
APARECIDO VIEIRA DE CASTRO	21/12/2017 a 20/12/2018
ARCILEI DA SILVA	21/12/2017 a 20/12/2018
AURICEIA FERNANDES DOS SANTOS OLIVEIRA	31/7/2017 a 30/7/2018
BENEDITA FÁTIMA DE CAMARGO	02/01/2018 a 01/01/2019
BRUNO FERNANDES BRUGNHAGO	22/12/2017 a 21/12/2018

CARLINA DOS SANTOS CRUZ	01/8/2017 a 31/7/2018
CARMELINDA DALEMOLLE PIENIZ	22/12/2017 a 21/12/2018
CELIA ALVES DE SOUZA	21/12/2017 a 20/12/2018 e 02/01/2018 a 01/01/2019
CELINA APARECIDA GAMBA	16/02/2018 a 15/02/2019
CELITA DONAT	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
CÍCERO AMARO DA SILVA	02/01/2018 a 01/01/2019
CINTIA NORBERTO	22/12/2017 a 21/12/2018
CLAIR ZAMO PAGLIARINI	02/01/2017 a 01/01/2018
CLAUDEMIR GOMES LISBOA	22/12/2017 a 21/12/2018
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
CLAUDIA MONEZ CHAGAS	22/12/2017 a 21/12/2018
CLEIDES FERREIRA DOS SANTOS LIMA	5/01/20108 a 4/01/2019
CLENILDA FILOMENA LOPES	22/12/2017 a 21/12/2018
CLENILDE DA SILVA SANTOS	02/01/2018 a 01/01/2019
CRISELDA DA SILVA SANTOS	01/01/2018 a 31/12/2019
CRISTIANE DOS SANTOS FLAUZINE	01/3/2017 a 28/02/2018
CRISTINI SANTOS SILVA	12/5/2017 a 11/5/2018
CRISTIMAR CARVALHO DUARTE	22/12/2017 a 21/12/2018
CRISTINA MARIA DOS SANTOS	01/02/2018 a 01/01/2019
CRISTINA MIOTTO JANUARIO	02/01/2018 a 01/01/2019
DAMARES CAMPOS DE LIMA SILVA	27/5/2017 a 26/5/2018
DANIELA MARTINS DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
DAYANE MIRANDA ROMEIRA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 02/01/2018 a 01/01/2019
DELOIR JOSÉ DE MORAES	02/01/2018 a 01/01/2019
DIANA SILVA DE MELLO	25/6/2018 a 01/01/2019
DIANALEIA SCHMITZ PEREIRA	20/3/2018 a 19/3/2019
DAIANE MARCIA BORGES CHAGAS	22/12/2017 a 21/12/2018
DIONE PEREIRA BEZERRA	21/12/2017 a 20/12/2018
DIONETE FATIMA CARVALHO DUARTE	22/12/2017 a 21/12/2018
DOUGLAS MAURICIO DE ALMEIDA	26/5/2017 a 01/01/2018
EDIJANE AVELINO DOS SANTOS	22/12/2017 a 21/12/2018
EDIVANI GONÇALVES DA SILVA	02/01/2018 a 01/01/2019
EDNALVA APARECIDA FERREIRA MILITÃO	22/12/2017 a 21/12/2018
ELIANE VANESSA DOS SANTOS LIMA GONÇALVES	21/12/2017 a 20/12/2018
ELDIVA SCHILKE	22/12/2017 a 21/12/2018
ELEIDA MARIA DA SILVA FRONZA	22/12/2017 a 21/12/2018
ELENA RANGELA SCHIMITZ	24/6/2017 a 23/6/2018
ELIANE MARTINS MEDEIROS	22/12/2017 a 21/12/2018
ELIANE RAMOS DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
ELICIA GOMES TOME DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
ELINALVA FRAZAO DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
ELISANGELA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
ELIZA ISABEL DE ALMEIDA MOURA	22/12/2016 a 21/12/2017
ELIZABETE MARAFON	22/12/2017 a 21/12/2018
ELIZANDRA RAMPANELLI	22/12/2017 a 21/12/2018
ELOITA TEREZA DE ARRUDA	22/12/2017 a 21/12/2018
ERENIR DA COSTA DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 21/12/2017 a 20/12/2018
ERICA MARIANO TAVARES	26/02/2018 a 25/02/2019
ERINALDA FRAZÃO DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
ESTELLA MARLI DANELUZ	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
EVANILDA RAMOS DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
EVANIR DA COSTA COMIRAN	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
FABIANA MENDONÇA HEGNER SOSSAI	21/12/2017 a 20/12/2018
FABIANA SATURNINO DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
FERNANDA BARBOSA FELIX SOARES	21/12/2016 a 20/12/2017 e 20/3/2017 a 19/3/2018
FERNANDA FERREIRA TAVARES	21/12/2017 a 20/12/2018
FERNANDA SCHAF	02/01/2018 a 01/01/2019
FERNANDO ALVES DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 02/9/2017 a 01/9/2018
FLAVIO LIMA DA MOTA	21/6/2018 a 20/6/2019
FRANCISMERE RODRIGUES DEPIERI GRANDIS	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
GENESIO BRITO DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
GENI MARIA MACHADO DERIVIANI	22/12/2017 a 21/12/2018
GERALDA PEREIRA	22/12/2017 a 21/12/2018
GIANE PATRICIA SANTOS DE LIMA	19/7/2017 a 18/7/2018 e 02/01/2018 a 01/01/2019
GILDETE GOMES DE OLIVEIRA CINTRA	31/8/2017 a 30/8/2018
GILMAR VALENTIN RODRIGUES DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
GILVANA SOARES DO NASCIMENTO LIMA	10/10/2018 a 01/01/2019
GIOMARA CAMARGO DOS SANTOS	22/12/2017 a 21/12/2018
GISELE VITORIANO LIDORIO	22/12/2017 a 21/12/2018
GISLAINE ORTOLAN PARZIANELLO	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
GLORIA MAGNA FERNANDES BALIERO BRUGNHAGO	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
GREICI AMANN	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
HELENA PAVLAC ZUCATTO	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
IDACI DA APARECIDA MARIANO	22/12/2017 a 21/12/2018
IDALINA DE SOUZA PEIXOTO	22/12/2017 a 21/12/2018
IDONETE RODRIGUES DE FRANÇA	22/12/2017 a 21/12/2018
INES ALVES DE LIMA	20/02/2017 a 19/02/2018
INGRID RIBEIRO BATISTA	02/01/2018 a 010/01/ 2019
IONE ALVES DE SOUZA SALAPATA	22/12/2017 a 21/12/2018
IONICE DE OLIVEIRA SANTOS	22/12/2017 a 21/12/2018
IRES CASSOL TOMÉ	22/12/2016 a 21/12/2017
IRINEU ANTONIO DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
IRONE SALETE DA SILVA VERDI	01/3/2017 a 28/02/2018
IVANICE ELLVANGER CHALITO	22/12/2017 a 21/12/2018 e 02/01/2018 a 01/01/2019
JACIRA TOLIN MACHADO	19/7/2017 a 18/7/2018
JANE REGINA PIZZI CELSO	15/11/2017 a 14/11/2018 e 21/12/2017 a 20/12/2018
JANET MIRANDA DE CAMPOS	22/12/2017 a 21/12/2018
JAQUELINE SCHITINI DONIZETI	22/12/2017 a 21/12/2018
JESSICA AMANN FROEHLICH	21/12/2017 a 20/12/2018
JOCELIA DUARTE ARAUJO CARDOSO	01/9/2017 a 31/8/2018
JOSÉ APARECIDO DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
JOSÉ AUGUSTO SOARES ABREU	22/12/2017 a 21/12/2018
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	22/12/2016 a 21/12/2017
JOSÉ CARLOS FROEHLICH	22/12/2017 a 21/12/2018
JOSÉ RAMOS DE SOUZA NETO	01/02/2018 a 01/01/2019
JOSÉ ZUCATTO	22/12/2017 a 21/12/2018
JOSEANE LUIZ BARBOSA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
JOSEANE AVILA HENRIQUE	3/9/2018 a 01/01/2019
JOSIANE DA SILVA ANDRADE	22/12/2017 a 21/12/2018
JOSIANE GINELI DOS SANTOS	14/10/2017 a 13/10/2018
JOSILAINE AVELINO MERGENER CARDOSO	02/01/2018 a 01/01/2019
JULIANA DE ALMEIDA MACHADO CORTEZ	22/12/2017 a 21/12/2018
JULIANA DE FATIMA DE PAULA HORBACH	22/12/2017 a 21/12/2018
JULIANA DO NASCIMENTO PISKI CONDACK	22/12/2017 a 21/12/2018
JULIANA FERREIRA DE CASTRO	22/12/2017 a 21/12/2018
KENIA APARECIDA SILVA DE MORAES	22/12/2017 a 21/12/2018
LAERCIA ELIANE BOLONINE	8/6/2017 a 7/6/2018
LAURA MELO MACHADO JESUS	10/7/2017 a 9/7/2018
LEIDIANA CASTELANS VIEIRA EVANGELISTA	22/12/2017 a 21/12/2018
LEILA CARVALHO VIEIRA DE MEDEIROS	22/12/2017 a 21/12/2018
LEILA PAULUS BORGES	22/12/2017 a 21/12/2018
LENILZA INACIO	22/12/2017 a 21/12/2018 e 21/12/2017 a 20/12/2018
LISIANE DA SILVA MENDES	22/12/2017 a 21/12/2018
LORENI LIESCH PALHARINI	22/12/2017 a 21/12/2018
LUCICLEIA RIBEIRO BATISTA	22/12/2017 a 21/12/2018
LUCINEIA RAMOS	3/01/2018 a 02/01/2019
LUZIA VELANI NOGUEIRA	22/12/2017 a 21/12/2018
MAICON LENON OTENIO DE BRITO	02/01/2018 a 01/01/2019
MÁRCIA ALVES DE SOUSA LARA	20/3/2018 a 01/01/2019
MÁRCIA CRISTINA FASSBINDER ZONATTO	02/01/2018 a 01/01/2019
MÁRCIA OLIVEIRA MELLO	19/7/2017 a 18/7/2018

MARIA APARECIDA CALISTO DE CARVALHO	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIA APARECIDA EDUARDO	02/01/2018 a 01/01/2019
MARIA APARECIDA FERREIRA TORRES	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIA BETHANIA INACIO DOS SANTOS	20/01/2017 a 19/01/2018
MARIA DAIZA DA SILVA	01/02/2018 a 01/01/2019
MARIA DO CARMO SOUZA	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIA HELENA DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIA LUZIA BEZERRA	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIA NUNES FREIRE	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIA SUELY ALVES DA SILVA LAGOA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 3/01/2017 a 02/01/2018
MARIANA APARECIDA RODRIGUES	02/01/2018 a 01/01/2019
MARINES DA SILVA VARGAS	22/12/2017 a 21/12/2018
MARIO MARCIO RIBEIRO	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
MARLEI JUNGES	22/12/2017 a 21/12/2018
MARLENE DA SILVA PANHOSATO	22/12/2017 a 21/12/2018
MARLENE GONÇALVES DE AGUIAR	22/12/2017 a 21/12/2018
MARLI TERESINHA MAITO TOMÉ	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
MARTA GONÇALVES DA SILVA	16/3/2017 a 15/3/2018
MAURO FLÁVIO DE SOUZA	22/12/2017 a 21/12/2018
MAUROCIR SILVA	22/12/2016 a 21/12/2017
MAVIANE RAMALHO MACHADO SOUZA	22/12/2017 a 21/12/2018
MAXIMA GRAZIELLA ORTOLAN SCHIMIDT	22/12/2017 a 21/12/2018
MAYRES DA SILVA ARAUJO	22/12/2017 a 21/12/2018
NADIA TALAL NEJEM	3/01/2016 a 02/01/2017
NADIR MORARA	26/10/2017 a 25/10/2018
NARGIWRE NAGLY KENADS TEODORO	22/12/2076 a 21/12/2018
NELI DE ABREU RODRIGUES	22/12/2017 a 21/12/2018
NEULIZIANE SAMPAIO DE LARA OLIVEIRA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
NILZA NEVES SANTANA	22/12/2017 a 21/12/2018
NILZA SCHITINI DE SOUZA	02/02/2017 a 01/02/2018
NOELI FATIMA RITTER DE CHISTO VALMORBIDA	5/9/2017 a 4/9/2018
ODILA N. KRAMPE DONAT	21/12/2017 a 20/12/2018 e 16/3/2018 a 01/01/2019
ODIRLEI PEREIRA DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
OLINDA TERESINHA RAUTA	22/12/2017 a 21/12/2018
PATRICIA MARTINAZZO	01/02/2018 a 01/01/2019
PAULA PATRICIA ALVES DA SILVA	16/01/2018 a 15/01/2019
PAULO VICTOR DA ROSA	22/12/2017 a 21/12/2018
QUEILA MATHEUS	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
RAIELI CAMILA DA SILVEIRA	6/3/2017 a 01/01/2018
REGIANE DA SILVA VIEIRA	02/5/2018 a 01/01/2019
REGIANE SANTOS SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS	22/12/2017 a 21/12/2018
REGINA LUCIA SERAFIM MOREIRA DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018
RODRIGO ALVES DE SOUZA	7/3/2018 a 01/01/2019
ROMEU PEREIRA FELIX	22/12/2017 a 21/12/2018
ROSA ALVES RIBEIRO	21/12/2017 a 20/12/2018
ROSANA GOMES DE BRITO	22/12/2017 a 21/12/2018
ROSANGELA APARECIDA VERONEZI	22/12/2017 a 21/12/2018
ROSELI DE OLIVEIRA	16/10/2017 a 15/10/2018
ROSENILDA SILVA ARAUJO	22/12/2017 a 21/12/2018
ROSILENE RENI ALESSI	16/01/2018 a 15/01/2019
ROSIMEIRE CONCEIÇÃO FÁVERO	21/12/2017 a 20/12/2018
SANDRA CRISTINA SANTOS MARTINS	8/5/2016 a 7/5/2017
SANDRA MARIA DA SILVA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA	22/12/2017 a 21/12/2018
SILVANA APARECIDA ALESSI RAMOS	22/12/2018 a 01/01/2019
SILVANA CARNAUBA DOS SANTOS	01/8/2017 a 31/7/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
SILVANA PAULA DA CUNHA CASTRO	02/01/2018 a 01/01/2019
SIMONE GONÇALVES DA SILVA	02/3/2018 a 01/01/2019
SIRLENE GOMES FERREIRA GRAVA	22/12/2017 a 21/12/2018 e 22/12/2017 a 21/12/2018
SIRLENE PERUCH PEREIRA	26/6/2018 a 01/01/2019
SOLANGE BERNARDO BRITO DOS SANTOS	02/01/2018 a 01/01/2019
SONIA SAMARI	27/4/2017 a 26/4/2018
TANIA MEIRE DE MELLO RIBEIRO	01/12/2017 a 30/11/2018
TATIANE MARTA LUIZ	22/12/2017 a 21/12/2018
TEREZINHA DE FATIMA ANDRADE GOMES DE OLIVEIRA	01/10/2017 a 30/9/2018
THIARA DA SILVA NUNES	22/12/2017 a 21/12/2018
VALDOMIRO DOS SANTOS	22/12/2017 a 21/12/2018
VANESSA CRISTINA DE ALMEIDA	02/6/2017 a 01/6/2018
VANIA LUCIA PECCIUTO	22/12/2017 a 21/12/2018
VANILDA RODRIGUES PINTO EVANGELISTA	18/01/2018 a 01/01/2019
VERA LUCIA PINHEIRO	21/12/2017 a 20/12/2018
VERONEIDE SANTANA	22/12/2017 a 21/12/2018
VILMA DA SILVA BERLESI	02/01/2018 a 01/01/2019
VIVIANE DA SILVA MENDES	22/12/2017 a 21/12/2018
ZILDA DE OLIVEIRA	22/12/2017 a 21/12/2018
ZULEIDE APARECIDA MICHELS	21/12/2017 a 20/12/2018

Art. 7º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ALEXANDRE MICHELON	02/01/2018 a 01/01/2019
LURDES DE FATIMA LUCAS	9/6/2017 a 8/6/2018
NEUZA GOUVEA MOLEIRO	02/01/2018 a 01/01/2019
OLIVIA FERNANDES DA SILVA	02/7/2017 a 01/7/2018
RENATO DOS SANTOS PFEIFER	02/01/2018 a 01/01/2019
RONAIR RAMOS DA SILVA	02/01/2018 a 01/01/2019
THAIS SILVA MACIEL	10/10/2017 a 9/10/2018

Art. 8º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
FELIPE GABRIEL WASTOWSKI PIRES	02/01/2018 a 01/01/2019

Art. 9º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADEVALDO ALVES VIANA	01/3/2017 a 28/02/2018

Art. 10. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2019, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
CINTYA VIEIRA SOUTO	01/7/2017 a 30/6/2018
RICARDO WASTOWSKI PIRES	01/7/2017 a 30/6/2018

Art. 11. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de janeiro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CPL 043/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º37.465.200/0001-20, com sede na Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96; e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **Viação Araés Ltda – EPP**, inscrita no CNPJ com o nº 03.515.370/0001-50, localizada na Rua Valdir Rabelo nº 229 Bairro São Benedito Barra do Garças – MT, doravante designada **CONTRATADA**, representada, neste ato, por Umberto Teixeira dos Santos, portador do RG nº 1.283.418/2ª. Via DGPC/GO, e do CPF nº 252.172.591-91, residente e domiciliado na Rua 04 nº 412, Setor Sul – na cidade de Vila Rica - MT, tem entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente aditivo é: 1.1.1 Prorrogação do Prazo de Vigência por mais 90 (noventa) dias, que tem o seguinte objeto: contratação de empresa para a prestação de serviço de fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Finanças; 1.1.2 Acréscimo quantitativo de 6% (seis por cento) nos valores dos bilhetes em decorrência do grande aumento nos valores do diesel nos últimos meses do ano de 2018. 1.2 A vigência passará a ser do dia 01/01/2019 a 31/03/2019; 1.3 O Termo Aditivo será empenhado no dia 02/01/2019;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração;
Unidade Administrativa: 001 Gabinete do Secretário;
Projeto Atividade: 2010 Manutenção – Secretaria de Administração;
Código Reduzido: 038;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 0100 Recursos Ordinários;

Objeto	Quant. Original	Valor R$ Anterior	Total Valor Anterior	% Aditivado	Valor Atual	Valor Total Atual
Passagem Rodoviária de Canabrava do Norte / Barra do Garças	5	R$ 134,65	R$ 673,25	6%	R$ 142,61	R$ 713,05
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Canabrava do Norte	5	R$ 139,05	R$ 695,25	6%	R$ 147,78	R$ 738,90
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Cuiabá	5	R$ 134,21	R$ 671,05	6%	R$ 142,61	R$ 713,05
Passagem Rodoviária de Cuiabá / Barra do Garças	5	R$ 135,26	R$ 676,30	6%	R$ 143,46	R$ 717,30
					R$ 2.882,30	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração;
Unidade Administrativa: 001 Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica;
Projeto Atividade: 2028 Manutenção da Coordenadoria da Assistência Técnica e Pedagógica;
Código Reduzido: 068;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 0100 Recursos Ordinários;

Objeto	Quant. Original	Valor R$ Anterior	Total Valor Anterior	% Aditivado	Valor Atual	Valor Total Atual
Passagem Rodoviária de Canabrava do Norte / Barra do Garças	5	R$ 134,65	R$ 673,25	6%	R$ 142,61	R$ 713,05
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Canabrava do Norte	5	R$ 139,05	R$ 695,25	6%	R$ 147,78	R$ 738,90
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Cuiabá	5	R$ 134,21	R$ 671,05	6%	R$ 142,61	R$ 713,05
Passagem Rodoviária de Cuiabá / Barra do Garças	5	R$ 135,26	R$ 676,30	6%	R$ 143,46	R$ 717,30
					R$ 2.882,30	

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Órgão: 05 Secretaria Municipal de Saúde;
Unidade Administrativa: 001 Fundo Municipal de Saúde;
Projeto Atividade: 2046 Manutenção – Gestão SUS;
Código Reduzido: 130;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 0102 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos;

Objeto	Quant. Original	Valor R$ Anterior	Total Valor Anterior	% Aditivado	Valor Atual	Valor Total Atual
Passagem Rodoviária de Canabrava do Norte / Barra do Garças	27	R$ 134,65	R$ 3.635,55	6%	R$ 142,61	R$ 3.850,47
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Canabrava do Norte	27	R$ 139,05	R$ 3.754,35	6%	R$ 147,78	R$ 3.990,06
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Cuiabá	27	R$ 134,21	R$ 3.623,67	6%	R$ 142,61	R$ 3.850,47
Passagem Rodoviária de Cuiabá / Barra do Garças	27	R$ 135,26	R$ 3.652,02	6%	R$ 143,46	R$ 3.873,42
					R$ 15.564,42	

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Órgão: 08 Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social;

Unidade Administrativa: 001 Fundo Municipal de Assistência Social;
Projeto Atividade: 2103 Manutenção Proteção Social Básica;
Código Reduzido: 285;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 0129 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social;

Objeto	Quant. Original	Valor R$ Anterior	Total Valor Anterior	% Aditivado	Valor Atual	Valor Total Atual
Passagem Rodoviária de Canabrava do Norte / Barra do Garças	18	R$ 134,65	R$ 2.423,70	6%	R$ 142,61	R$ 2.566,98
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Canabrava do Norte	18	R$ 139,05	R$ 2.502,90	6%	R$ 147,78	R$ 2.660,04
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Cuiabá	18	R$ 134,21	R$ 2.415,78	6%	R$ 142,61	R$ 2.566,98
Passagem Rodoviária de Cuiabá / Barra do Garças	18	R$ 135,26	R$ 2.434,68	6%	R$ 143,46	R$ 2.582,28
					R$ 10.376,28	

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Órgão: 10 Secretaria Municipal de Finanças;
Unidade Administrativa: 001 Secretaria de Finanças;
Projeto Atividade: 2012 Manutenção – Secretaria de Finanças;
Código Reduzido: 343;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 0100 Recursos Ordinários;

Objeto	Quant. Original	Valor R$ Anterior	Total Valor Anterior	% Aditivado	Valor Atual	Valor Total Atual
Passagem Rodoviária de Canabrava do Norte / Barra do Garças	5	R$ 134,65	R$ 673,25	6%	R$ 142,61	R$ 713,05
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Canabrava do Norte	5	R$ 139,05	R$ 695,25	6%	R$ 147,78	R$ 738,90
Passagem Rodoviária de Barra do Garças / Cuiabá	5	R$ 134,21	R$ 671,05	6%	R$ 142,61	R$ 713,05
Passagem Rodoviária de Cuiabá / Barra do Garças	5	R$ 135,26	R$ 676,30	6%	R$ 143,46	R$ 717,30
					R$ 2.882,30	

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal na clausula quarta, Parágrafo Único do contrato original CPL nº 043/2018.

2.2 Este termo aditivo está fundamentado no artigo 62, parágrafo 3º, Inciso I, da Lei 8.666/93 com o parágrafo único do artigo 56 da Lei 8.245/91.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – Ficando valor Global do aditivo de R$ 34.587,60 (trinta e quatro mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DE VALORES

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município para o exercício 2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canabrava do Norte – MT, 31 de Dezembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Contratante

VIAÇÃO ARAÉS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues

CPF: 983.429.751-34

Zenilton Augusto da Silva

CPF: 030.767.051-13

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 052/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 052/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora**NATALINA CARDOSO DA SILVA**, matrícula funcional n. 1936 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 021.678.781-50, com e-mail: nattycontabilidade2016@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato 009/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. - ME,** Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.05.870.713/0001-20, que tem por objeto a contratação de empresa que ofereça a Municipalidade Gestão e Gerenciamento de rotas por sistema de gestão automotiva, o qual reúna diversos módulos operacionais capazes de prestar serviços de controle e intermediação de consumo de combustível, monitoramento e localização via satélite, fiscalização de manutenção preventiva e corretiva de frotas com gerenciamento de fornecimento de peças e serviços por intermediação em rede credenciada, acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos órgãos de controle, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças, pelo período de 12 meses, oriundo do Processo Licitatório n. 3347/2018.

Art. 2º. Designar o servidor**OZÉIAS TRINDADE VALVERDE**,matrícula funcional n. 2080e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 031.594.651-28, com e-mail: ozeiasvallverde@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a exe-

cução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 19 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

NATALINA CARDOSO DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 061/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 061/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **CLENISVALDO SIQUEIRA DA CRUZ**, matrícula 1764, ocupante do cargo de Operador de Máquina Pesada, lotado na Secretaria Municipal Infra - Estrutura, Serviços Públicos e Urbanismo.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/08/2017 Á 31/07/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 062/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 062/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **JAIRO PRIMO DE RESENDE**, matrícula 1763, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Infra - Estrutura, Serviços Públicos e Urbanismo

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/08/2017 Á 31/07/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 063/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 063/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal,Sr.ª **ALETÍCIA BARROS DE MELO** matrícula 287, ocupante do cargo de ACS - Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/06/2017 Á 31/05/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 064/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 064/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal,Sr.ª **TEREZINHA DIAS DOS SANTOS** matrícula 1796, ocupante do cargo de ACS - Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
02/02/2017 Á 01/02/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 065/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 065/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **MARIA DE LURDES PEREIRA DA MOTA** matrícula 164, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/06/2017 Á 31/05/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 066/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N. 066/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **FABIANA ANEZI ALMEIDA**, matricula 443, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal De Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/01/2017 Á 31/12/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº109/2019

Portaria Nº109/2019

De 19 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Wilson Pinheiro Medrado, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Trânsito, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, e alterada pela Lei Complementar n° 156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 04/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 19 de fevereiro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 078/2018

TERMO ADITIVO N. º 001AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 078/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNI-

CIPAL DE CANARANA E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO.

I - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.023.922/0001-91, com sede na Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana/MT, CEP 78640-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Fábio Marcos Pereira de Faria**, portador (a) da carteira de identidade nº. 3671142 SSP/GO e do CPF n.º 888.448.461-87, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**;

II - SEBRAE/MT - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, sociedade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.534.450/0001-52, sediada à Av. Rubens de Mendonça, 3.999, Cuiabá-MT, neste ato representado por seu Diretor Superintendente **Sr. José Guilherme Barbosa Ribeiro**, portador da Carteira de Identidade nº 2.342.563, expedida por SSP/RJ e do CPF nº 056. 933.227-34 e por sua Diretora **Sra. Eliane Ribeiro Chaves**, portadora da Carteira de Identidade nº 042281-SSP/MT, e do CPF nº 137.756.931-49, doravante denominado **CONTRATADA**.

As partes acima qualificadas vêm de comum acordo, celebrar o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem como finalidade, **AJUSTAR** a **FORMA DE PAGAMENTO** constante na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 078/2018, que passa a ter a seguinte redação:

1.1.1 – O saldo devedor deverá ser pago em **10 (dez) parcelas de mensais R$ 12.848,00 (doze mil e oitocentos e quarenta e oito reais) cada**, através de depósito bancário identificado em conta corrente do SEBRAE/MT – Banco do Brasil Agência nº 4205-06, Conta Corrente nº 119. 078-4, com vencimento nos dias: 25/02/2019, 25/03/2019, 25/04/2019, 25/ 05/2019, 25/06/2019, 25/07/2019, 25/08/2019, 25/09/2019, 25/10/2019 e 25/11/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1 – Para o período ora aditado, não haverá acréscimo de valores, perfazendo o **valor global de R$175.200,00 (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 – Devido a existência de parcelas em atraso e com objetivo de regularizar, optou-se pela diluição das parcelas vencidas junto às vincendas e alterar o número de parcelas afim de manter-se o valor mensal o mais aproximado do negociado anteriormente, sendo o encerramento dos vencimentos coincidindo com o prazo de execução dos serviços, em novembro de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 - Todas as demais cláusulas do Contrato Administrativo **nº 078/2018** ficam inalterados. E, sendo assim, estando às partes firmes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo 001 ao Contrato Administrativo nº 078/2018, o qual fica fazendo parte integrante e indissociável do contrato retro citado, em duas vias de igual teor, para um só fim, na presença de duas testemunhas, que a tudo assistiram.

Canarana-MTMT, 05 de fevereiro de 2019.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO ELIANE RIBEIRO CHAVES

Diretor Superintendente – SEBRAE/MT Diretora Técnica – SEBRAE/MT

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

REGISTRO DE PREÇOS

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP ''

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público o ***Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para* execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município e de acordo com as especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/03/2019 às 15h30min** (**Horário Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00-min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 20 de Fevereiro de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA Pregoeiro Oficial

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº 001/2019 - CONTRATO Nº 103/2018

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 001/2019

CONTRATO Nº 103/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº. 023/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018

PROCESSO Nº. 045/2018

VIGÊNCIA: 13/06/2019

Através do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE CANARANA-MT**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, **RESOLVE** registrar aumento nos preços da empresa **MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº 03.233.805/0001-73, estabelecida na cidade de Assis Chateurbriand à Rua Presidente Costa e Silva nº 231, bairro centro, neste ato representada por **EMERSON AMANCIO DE MELO**, Carteira de Identidade nº 5.532.598-7 SSP/PR, CPF nº 869.947.279-04, de acordo com o presente termo de apostila nos termos das clausulas abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude do aumento excessivo nos preços de mercado para o fornecimento do medicamento **Ceftriaxona 1G pó para suspensão injetavel**, fica alterado o valor unitário para o fornecimento do medicamento acima indicado, alterando o valor unitário constante do contrato e Ata de Registro de Preços, ficando os novos preços, que serão praticados a partir do dia 14 de fevereiro do corrente ano e nos valores abaixo descritos:

LOTE 10 - ANTIBIÓTICOS CEFALOSPORINAS

Item	Unid.	Descrição	marca	Valor Anterior (R$)	Valor Alterado (R$)	Acrescimo (R$)
04	UNID.	Ceftriaxona 1g pó para suspensão injetável	BLAU	2,3259	**8,87**	6,5441

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrá por conta das dotações orçamentárias para o exercício 2019 conforme orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se noArt. 65, inciso II, alínea “d” c/c § 8º também do Art. 65, da Lei 8.666/93 e ainda clausula contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **Ata de Registro de Preços nº 023/2018** e **contrato nº 103/2018**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

EMERSON AMANCIO DE MELO

CONTRATADA:

LÉDIO DA SILVA SANTOS

PORTARIA Nº 233/2018 15/05/2018

FISCAL DO CONTRATO

RUBERLAN DA SILVA REZENDE

Secretario Municipal de Saúde e Saneamento

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

2ª NOTIFICAÇÃO - CONTRATO Nº 001/2019

2ª NOTIFICAÇÃO

Ø **NOTIFICANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Ø NOTIFICADA: TATIANA CAPITANIO VEÍCULOS - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 09.103.941/0001-25 estabelecida na cidade de Água Boa–MT à Avenida Júlio Campos nº 58, Sala B, CEP 78.635-000, neste ato representada por **CARLOS AUGUSTO COSTA DE PEREIRA SOUZA**, Carteira de Identidade nº. 700554 SSP/MT e CPF nº 604.212.151-00.

Ø **MOTIVOS:** ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO

Ø **PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

Ø ***OBJETO:*** fornecimento de **de 01 (uma) van com capacidade de minimo de 15 passeiros + 01 motorista**,de acordo com as especificações constantes na proposta de preços e ata de registro de preços.

Ø **CONTRATO Nº:** 001/2019

Ø **ATA REG:** 028/2018

Através da presente, fica esta empresa **NOTIFICADA** quanto à inexecução do contrato decorrente da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 025/2018. Nos termos da legislação vigente, em especial pelo contido no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração Municipal poderá aplicar ao contratado as sanções Administrativas, previstas em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

E para o conhecimento de VOSSA SENHORIA, esta empresa deixou de entregar no prazo estipulado no Edital, bem como na clausula 3ª, inciso 3. 7.1 do contrato mencionado nesta notificação **conforme contrato assinado em 11/01/2019, onde o prazo para a entrega encerrou-se no ultimo dia 11/02/2019.**

A Lei nº 10.520/2002, em seu art. 7º, preceitua, “***verbis”***

art. 7º - Quem, convocado deixar de entregar ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das MULTAS previstas em EDITAL e no contrato e das demais cominações legais.

Desta forma, fica esta empresa **NOTIFICADA** para que, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas,** contados do recebimento desta notificação, e após a sua publicação na imprensa oficial, para que querendo, **apresente defesa escrita e com justificativa legal do atraso,** que será submetida à análise da Autoridade Superior e a Procuradoria Jurídica para tomada das medidas legais cabíveis.

O edital de licitação, que é a regra da licitação, em seu paragrafo 18, incisos 18.1 à 18.8, estabelece as sanções a serem aplicadas no caso de inadimplemento, que vai desde a ***ADVERTENCIA, MULTA, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***

Por fim vejamos também que a clausula 3ª, inciso 3.7.1 do contrato, menciona que:

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

(...)

3.7.1 - O veículo deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias, após a autorização, podendo caso necessário e mediante justificativa ser prorrogado;.

(...).

Diante de todo o acima exposto, fica **NOTIFICADA** a empresa **TATIANA CAPITANIO VEÍCULOS - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 09.103.941/0001-25 estabelecida na cidade de Água Boa–MT à Avenida Júlio Campos nº 58, Sala B, CEP 78.635-000, por ter negado a cumprir o que determina o edital, termo de referencia e clausulas contratuais.

Ressaltamos que a mesma terá um prazo de **02 (dois) dias uteis** para efetuar a entrega do objeto, sob pena de serem aplicadas as sanções administrativas constantes no Edital e contrato.

Canarana-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

FÁBIO MARCOS PERERA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

RUBERLAN SILVA REZENDE

Secretario Municipal de Saúde e Saneamento

Órgão gerenciador

IVONE ALVES

PORTARIA Nº 297/2018

FISCAL DO CONTRATO

CÓPIA ENVIADA POR E-MAIL – COMPROVANTES EM ANEXO

COM PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL PARA QUE SURTA OS EFEITOS LEGAIS.

GABINETE
PORTARIA Nº 110/2019

Portaria nº 110/2019

De 19 de fevereiro de 2019.

Nomeia Equipe Técnica de Gestão Ambiental Municipal de Canarana-MT e dá outras providencias.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidores da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, abaixo descritos, para compor a Equipe Técnica de Gestão Ambiental Municipal de Canarana-MT, que atuará no controle, monitoramento, licenciamento e fiscalização de atividades de impacto ambiental local, de acordo com a Resolução CONSEMA nº 85/2014, ou outras que vierem a substituí-la.

A) Licenciamento Ambiental:

Rosana Wisch – Engenheira Ambiental - CREA/MT 6907712-10; Luiz Fernando Tonini – Médico Veterinário - CRMV 4125; Gustavo Henrique Machado Alves – Engenheiro Civil – CREA/MT 133255;

B) Fiscalização:

Gleicekele Rodrigues Lima – Fiscal Ambiental;

C) Assessoria Jurídica:

Guilherme Leite Rodrigues - Procurador Geral do Município - OAB/MT 20.724.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 690/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 19 de fevereiro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO - ERRATA

Referente ao Processo Seletivo Simplificado 001/2018, para o cargo de professor por tempo determinado com base na Lei Municipal 907/2015, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, com data de inicio da vigência 11/02/2019 e termino 20/12/2019, são eles:

Onde se lê

Contrato 001/2019 – Aline Aparecida Barbosa de Oliveira– Classe B 20hs

Leia-se

Contrato 001/2019 – Aline Aparecida Barbosa de Oliveira– Classe B 30hs

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO QUARTO TERMO DE CONVENIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Extrato Quarto Termo de Convenio - MUNICÍPIO DE CARLINDA / ESCOLA ESTADUAL MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS DOM PEDRO II

FUNDAMENTO LEGAL: LEI MUNICIPAL N.º 1.136/2018

OBJETO: O presente TERMO DE CONVÊNIO tem por objeto o repasse de recursos financeiros, para complementar as despesas que serão destinadas exclusivamente para custear transporte escolar dos alunos, do município de Carlinda ao município de Alta Floresta.

VALOR TOTAL: R$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais por aluno.

VIGÊNCIA: 20/02/2019 a 31/12/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO Nº 07/2019

DECRETO Nº 07/2019

Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Municipal Dos Direitos da pessoa Idosa e dá outras Providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA – MT, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições legais, cumprindo o Art. 2º, da Lei Municipal 432, de 8 de dezembro de 2003, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Castanheira/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, com fim de avaliar os desafios de envelhecer no século XXI e o papel das políticas públicas.

$1º - A IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizar-se a em Castanheira, Mato Grosso, no dia 14 de março de 2019.

$2º - A IV Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa terá como tema: "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas" e como eixos:

I - Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.

II - Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

III - Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

IV - Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizada, coordenada pela Presidente e vice-Presidente e com composição paritários com representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, a ser definida em Resolução do COMDIP de Castanheira, para organização da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo Único:

Apoiará a Organização da Conferência, representantes das Unidades vinculadas a Secretaria municipal de Assistência Social (SMAS).

Castanheira/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

Josiane Nunes Fernandes

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

_____

Mabel de Fátima Melanezi Almici

Prefeita de Castanheira

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº039/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 039/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:SUZANA ARRASSEN, CNPJ/MF sob o n. º 29.508.899/0001-30, CI RG n. º 1730320-6 SSP/MT, CPF/MF sob o n. º 014.498.651-51.

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviço de Instrutor de arte e cultura em geral para atender a necessidade da Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Castanheira – MT.

VALOR ALTERADO: *ficando acrescido* a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 013/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL N. º 13/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** Objetivando:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTO BETUMINOSO: IMPRIMAÇÃO (EIA), EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C E EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C, CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS PARA O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT., com sessão no dia 16/04/2019 às 14:00 horas.** Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com, ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, **21** de **Fevereiro** de **2019**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº 060/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 060/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:JUCILENE LAZZAROTTO, CNPJ/MF sob o n. º 29.683.130/0001-58, **CI RG n. º 2174733-4 SSP/MT**, **CPF/MF sob o n. º 052.602.521-28.**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviços Gerais como digitador (Secretaria Municipal de Saúde) atendendo a necessidade do Município de Castanheira - MT

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº058/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 058/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:LUCINEIA TEOFILO CNPJ/MF sob o n. º 29.717.184/0001-97, CI RG n. º 2027570-6 SSP/MT, **CPF/MF sob o n. º 039.053.201-00**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviços Cozinheira (Secretaria de Assistência Social) *atendendo a necessidade do Município de Castanheira – MT*

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº038/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 038/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:ELIZETE TEÓFILO DA SILVA, CNPJ/MF sob o n. º 29.503.924/0001-92, **CI RG n. º 2247284-3 SSP/MT** e do **CPF/MF sob o n. º 046.113.531-09.**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviço de Instrutor de arte e cultura em geral

para atender a necessidade da Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Castanheira – MT.

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº 041/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 041/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:LUZIANE MARIANO AMARAL FERREIRA, CNPJ/MF sob o n. º 29.569.797/0001-24, CI RG n. º MG-13.412.043 SSP/MG e do **CPF/MF sob o n. º 062.103.956-00.**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviço de cozinheiro *para atender a necessidade da Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Castanheira – MT.*

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº 061/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 061/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:KAUANE GABRIELLY DE ARAÚJO SANTOS, CNPJ/MF sob o n. º 29.601.778/0001-38, **CI RG n. º 2.609.799-0 SSP/MT**, **CPF/MF sob o n. º 058.765.171-78.**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviços Gerais como digitador (Secretaria Municipal de Saúde) atendendo a necessidade do Município de Castanheira - MT

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

DECRETO N° 08, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECRETO N° 08, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

SÚMULA: DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR UMA FORTE PRECIPITAÇAO DE CHUVA, CODIFICADO PELO COBRADE- TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI n°02/2016.

A Senhora MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI, Prefeita do Município de Castanheira, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I. Que as chuvas intensas que atingiram o Município de Castanheira, nos últimos 90 (noventa) dias que devido à intensificação e aumento considerável das chuvas e ainda devido ao fato de o solo encontrar-se totalmente encharcado várias pontes e bueiros acabaram sendo destruídos, tornando precária e interrompida a trafegabilidade nas estradas que cortam o Município;

II. Com essas chuvas os níveis aumentaram drasticamente os rios e córregos da zona rural atingindo a BR 174, a MT 420 , linha são Roque Comunidade São Sebastiao , Linha Joao Paulo , distrito de Novo Horizonte, P.A vale de Seringal Setores I, II III E IV, nas seguintes comunidades: Comunidade Nova Conquista , Comunidade Lambari, Comunidade Santa Eliza, Comunidade São Lourenço, Comunidade São Rafael, Comunidade São Paulo, Comunidade São Jorge e Comunidade Santa Rita. III. Que o parecer COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **situação de emergência** como razão dos eventos do tipo **CODIFICADO PELO COBRADE- TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI02/2016**.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como razão dos eventos do tipo tempestade local/convectiva – chuvas intensas, tipificado pelo COBRADE 1.3.2.1.4. **CONFORME IN/MI n°02/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desas-

tres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, Castanheira, 20 de Fevereiro l de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº 062/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 062/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:ADALBERTO ALVES DUTRA CNPJ/MF sob o n. º 29. 595.780/0001-41, **CI RG n. º 2765270-0 SSP/MT**, **CPF/MF sob o n. º 058. 915.921-69.**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviços Gerais como digitador (Secretaria Municipal de Saúde) atendendo a necessidade do Município de Castanheira – MT.

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

EXTRATO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO Nº 063/2018

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR AO CONTRATO N. º 063/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO:CRISTIELLY ALVES PEREIRA, CNPJ/MF sob o n. º 29. 601.940/0001-18, **CI RG n. º 2.765.232-7 SSP/MT**, **CPF/MF sob o n. º 063.566.971-48.**

OBJETO: Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviços Gerais como digitador (Secretaria Municipal de Saúde) atendendo a necessidade do Município de Castanheira – MT.

VALOR ALTERADO: ficando acrescido a Correção Anual de Valores no percentual de 4,62% (quatro pontos sessenta e dois por cento), passando o valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) para R$ 998,07 (novecentos e noventa e oito reais e sete Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO Nº.: 040/2019.

ATO Nº.: 040/2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO SECRETÁRIO INTERINO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** interinamente o Sr.**EDUARDO ROBERTO JABRA ANFFE,** para exercer o cargo em comissão de Secretário Interino de Esporte e Lazer do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.797 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

LEI Nº 1.797 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.791/2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 1791/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.507.415/0001-44, representado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, órgão do Poder Judiciário Estadual, inscrito no CNPJ nº 03.535.606/0001-10, com endereço localizado no Centro Político Administrativo, S/Nº, em Cuiabá - MT, CEP; 78. 050-970, uma área de terreno com 13.758,22 m², destacado de uma área maior denominada "área de equipamentos públicos" averbada na matricula nº 3.936, livro 2-AA, no Cartório do 1º Ofício de Chapada dos Guimarães/MT, com os seguintes limites e confrontações:

"Partindo do marco M01, cravado no vértice formado pela Rua das Flores e terras da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – Equipamento Público, segue com o azimute de 284°33'07" na distância de 82,25 m, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – Equipamento Público até o marco M02; Daí segue com o azimute de 14°52'08" na distância de 163,89 m, confrontando com o Parque Municipal da Quineira até o marco M03; Deste marco segue com o azimute de 98°28'30" na distância de 18,16 m, confrontando com a Área Não Edificante até o marco M04; Daí segue com o azimute de 98°28'30" na distância de 63,64 m, confrontando com terras de Jurandir Spinelli até o marco M05; Deste marco segue com o azimute de 194°33'07" na distancia de 172,55 m, confrontando com a Rua das Flores até o marco M01, marco inicial deste perímetro."

Art. 2º. Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de fevereiro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ATO Nº.: 041/2019.

ATO Nº.: 041/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **FERNANDO HERON DE PAULA GUERREIRO,** do cargo em comissão de Assessor Técnico do Gabinete da Prefeita do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.796 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

LEI Nº 1.796 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

AUTORIA: PLENÁRIO

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N° 1.447 DE 27 DE MAIO DE 2011.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - O artigo 2º da Lei Municipal n° 1.447 de 27 de maio de 2011, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 2º -O valor da verba indenizatória será de até R$ 4.000,00 (quatro mil reais), mensal, aos Vereadores, e de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mensal, ao Presidente da Mesa Diretora.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 1447/2011 passa a viger com a seguinte redação:

Art. 3° - Os Vereadores, o Superintendente, Assessor Jurídico, Contador e o Assessor Especial da Presidência do Poder Legislativo, bem como o Prefeito Municipal, receberão verba indenizatória para cobrir as seguintes despesas:

I - Viagens dentro do Estado de Mato Grosso;

II - Demais despesas do exercício do cargo, excluídas as despesas com auxilio jurídico e material de expediente.

Parágrafo 1° - Os cargos de Superintendente, Assessor Jurídico, Contador e Assessor Especial da Presidência vinculados ao Poder Legislativo, no exercício das atividades do cargo, farão jus a Verba

Indenizatória nos seguintes percentuais:

a) Superintendente e Assessor Especial da Presidência: até 70% (setenta por cento) do valor fixado para o cargo de Presidente previsto no artigo 2° da Lei nº 1.447/2011;

b) Assessor Jurídico e Contador: até 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor fixado para o cargo de Presidente, previsto no artigo 2° da Lei nº 1. 447/2011.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de fevereiro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ATO Nº.: 042/2019.

ATO Nº.: 042/2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETEDA PREFEITA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **ISIS SOARES DUTRA MARTINS,** para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica do Gabinete da Prefeita do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 007/2019

OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DA ESPÉCIE ITAUBA E CEDRINHO DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO NA PONTE SOBRE O RIO RENATO, NA ESTRADA MUNICIPAL DEVANIR, BEM COMO SUBSTITUIR ALGUNS POSTES DE SINALIZAÇÃO EM RUAS E AVENIDAS DA CIDADE, E PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DAS PASSARELAS EXISTENTES NA RESERVA FLORESTAL PAULO VIRIATO CORREA DA COSTA, E FORRO DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO QUIOSQUE DA PRAÇA QUE HOJE ABRIGA A BIBLIOTECA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 2º, da Lei Municipal nº 679/2017.

CONTRATADA: **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNADO LTDA – ME**

CNPJ: 12.317.757/0001-92

End: Estrada Dilma, Km 03, Industrial

Cláudia/MT

VALOR GLOBAL: R$ 20.060,00 (vinte mil e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2019.

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

Objeto: Alienação de Imóveis Urbanos, de propriedade do Município de Cláudia-MT, localizado no Perímetro Urbano.

A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público através de sua Presidente que, considerando não haver interessados no certame, fica prorrogada para o dia 18 **de Março de 2019, às 08H00min,** o recebimento

das propostas e abertura da referente licitação, para a alienação supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia - MT, 20 de Fevereiro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

HEMILIN FERNANDA TIEDT

Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2016

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 248/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: ALCIONE PINTO DA SILVA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº **248/2017**, com fundamento na Clausula Sétima, **por término de contrato.**

VALOR RESCISÓRIO: R$7.897,42 (sete mil e oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos)

DATA: 26/01/2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3036/2019 "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Nº 015/2019 Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil reais), destinados à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra e Urbanismo.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar no Orçamento Programa 2019, as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO		
UNIDADE: 001 GABINETE DA SECRETARIA		
FUNÇÃO: 26 TRANSPORTE -- SUBFUNÇÃO: 782 TRANSPORTE RODOVIARIO		
PROGRAMA: 0048 RENOVACAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS		
AÇÃO: 10610 EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS – SINFRA.		
RED	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
876	4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Fonte: 0.1.24 – Transferências de Convênios	200.000,00
877	4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários	191.000,00
VALOR TOTAL		391.000,00

Artigo 3º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO: 10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO		
UNIDADE: 001 GABINETE DA SECRETARIA		
FUNÇÃO: 15 URBANISMO -- SUBFUNÇÃO: 451 INFRAESTRUTURA URBANA		
PROGRAMA: 0032 SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA		
AÇÃO: 10570 PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES.		
RED	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
831	4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES Fonte: 0.1.24 – Transferências de Convênios	200.000,00

ÓRGÃO: 10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO		
UNIDADE: 001 GABINETE DA SECRETARIA		
FUNÇÃO: 15 URBANISMO -- SUBFUNÇÃO: 452 SERVIÇOS URBANOS		
PROGRAMA: 0046 DESENVOLVIMENTO URBANO		
AÇÃO: 20560 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS URBANOS.		
RED	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
845	3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários	191.000,00
TOTAL GERAL		391.000,00

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3021/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 20 de fevereiro de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000000147/2019	MARIA ROSANGELA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	575,7200	12/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000148/2019	VANIA DOS SANTOS SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.302,8900	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000149/2019	JULIANA MACHADO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000150/2019	ROSEMARY JULIANI FERREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.727,1700	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000151/2019	RENATA CRISTINA VIEIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.302,8900	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000152/2019	NOABE NUNES CAMARGO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000153/2019	ELDER ALBERTO NASCIMENTO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR, JUN A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.439,3100	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000154/2019	ROSANIA LIMA DE SANTI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.015,0300	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000155/2019	DIANE SEHNEM MAFRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ARRelatorio_Contratos_Servidores Página: 1 / 10

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000000156/2019	SANDRA PEREIRA MOTA GOMES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.151,4400	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000157/2019	EYLA MARTINS JACOME	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.727,1700	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000158/2019	ROSANGELA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000159/2019	ROSENILDA MULINARI FERREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000160/2019	MARIA SOCORRO SILVA PEREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000161/2019	CLAUDINEA ALVES PEREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000162/2019	PATRICIA MARIA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000163/2019	ROSSIMARA APARECIDA DUARTE	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA,	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000000164/2019	ANDREIA RODRIGUES VIANA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000165/2019	EREZA BARBARA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000166/2019	EILA FERREIRA COSTA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000167/2019	ANIA ROSA BATISTA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000168/2019	NA LUCIA DE OLIVEIRA KOPSEL	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000169/2019	UCILENE LUIZ GOMES SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000170/2019	REICIELE VOLPATO DE SANTANA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000171/2019	LEUSA DE FATIMA EZEQUIEL	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000000172/2019	EDINALVA DA SILVA CASTRO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRO), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000173/2019	ELEICE QUELI FERNANDES BENVINDO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRO), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000174/2019	FRANCIELE DA COSTA MARQUES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000175/2019	GALDINEIA TEIXEIRA DIAS RUBENS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000176/2019	GALDILENE DA SILVA FERREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	12/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000177/2019	GAIANE DE SOUZA MADRUGA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000178/2019	GISIELE CONTINI FRAGOSO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.					
00000000179/2019	JAQUELINE DE SOUZA MACHADO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000180/2019	REGIANE JOSINA DA SILVA GARCIA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000181/2019	KEITIANE PAZIM	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000182/2019	KERLIS BARBIERO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000183/2019	SUZANA NAGADORI MIZOTE	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000184/2019	REGICIELE DOS SANTOS ALVES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,0000	12/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000185/2019	RENATA FERNANDA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER					
00000000186/2019	19 JENNIFER MONTEIRO GOMES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000187/2019	19 ANIA APARECIDA RICEZI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	12/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000188/2019	19 NCOLN MOREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR, JUN A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.734,6800	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000189/2019	19 ARISSA PEREIRA DIAS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	11/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000190/2019	19 ATIANE CRISTINA BARRETO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRO), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	13/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000191/2019	19 NDREIA FERREIRA DO CARMO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRO), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000192/2019	19 MENIA THAISA GUIMARAES NAZARIO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000193/2019	19 ERIKA CRISTINA NETO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER					
00000000194/2019	ANAINA DE SOUZA PINTO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.288,7500	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000195/2019	PAOLA DA SILVA RUFINO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000196/2019	IDIA MARIA NERES CAON	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000197/2019	NA SELMA DOS SANTOS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000198/2019	DRIANA ALVES ARAUJO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000199/2019	ESSICA OLIVEIRA PIRES DA SILVA BRIT	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000200/2019	AURA DOS SANTOS LIMA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000201/2019	TEFFANY SANTOS SOUTO DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER					
00000000202/2019	6 NA CAROLINA DA SILVA CORREA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000203/2019	9 HAIS CRISTINA PARRON SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000204/2019	8 ELMA PLACIDO OLIVEIRA PRETO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000205/2019	9 AUANE DE PAIVA MORISSO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000206/2019	5 DNA APARECIDA DE OLIVEIRA SAMPAIO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.288,7500	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000207/2019	9 ANOEL BRANDAO DE ALMEIDA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000208/2019	4 DENY ROSA DO CARMO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000209/2019	9 ANESSA APARECIDA MENOSSI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.546,5000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000000210/2019	TATIANE DA SILVA DIAS DUTRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000211/2019	MARIA SUZIELIDA ARAUJO DE ASSIS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.031,0000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000212/2019	LILIANE LEILA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	1.277,7500	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000213/2019	JESSICA JANAINA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TDI (TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER	618,6000	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000214/2019	MARIA APARECIDA CAMANHO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	18/02/2019	17/04/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000215/2019	FLAVIA LIRANCO DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000216/2019	DAIANE JESSICA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	14/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000217/2019	GRACIELI CRISTINA BETARELLI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	15/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000218/2019	VALDETE GOUVEIA DOS SANTOS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS	2.878,6200	15/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 19 de Fevereiro de 2019

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000000219/2019	EUNICE CELERINO DA FONSECA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	18/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000220/2019	MARIA TEREZA FIGUEIRA MARTINS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	18/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000221/2019	LEUSA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.878,6200	19/02/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

Total: 75

ARRelatorio_Contratos_Servidores Página: 10 / 10

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2019 CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E A GUARDA MIRIM DE COLÍDER-MT.

Em 18 de fevereiro de 2019, na sede do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.023.930/0001-38, neste ato representando por seu Prefeito Municipal, Senhor **NOBORU TOMIYOSHI,** brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 15.462.376 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n° 074.079.168-02, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **GUARDA MIRIM DE COLIDER MT,** instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 04.359.843/0001-30, estabelecida na Rua Apucarana, nº. 10 Setor Norte, na cidade de Colíder, neste ato representado por sua Presidente, Sr.ª. **ROSALI ANA MIRANDA DOS SANTOS,** brasileira, portador da CI/RG n° 868113 SSP/MT e inscrito no CNPF/MF sob o n° 604.443.981-04, doravante denominada de **GUARDA MIRIM,** celebram o presente Termo de Convênio, observando as disposições legais vigentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente convênio foi autorizado pela Lei Municipal n°. 3031 de 08 de fevereiro de 2019 e será regido por esta, no que couber e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO, após análise do Plano de Trabalho e sanção da Lei autorizativa.

CLAUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto o apoio financeiro a título de ajuda de custo que foi autorizado ao **MUNICÍPIO** prestar para a **GUARDA MIRIM**, e esta por sua vez se responsabiliza pela aplicação de tais recursos para a manutenção da instituição, conforme Plano de Trabalho.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O **MUNICÍPIO** se obriga a efetuar a contribuição financeira de que trata a Cláusula Terceira deste Convênio a quantia equivalente a R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) para o exercício de 2019, promovendo as transferências à **GUARDA MIRIM** de tais recursos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA GUARDA MIRIM

a) A **GUARDA MIRIM** deverá apresentar o plano de trabalho, o qual uma vez aprovado fará parte integrante deste convênio.

b) A **GUARDA MIRIM** seobriga a empregar a integralidade dos recursos que lhe são destinados por força deste Convênio, exclusivamente nas metas e objetos do presente ajuste consoante especificado na Cláusula Terceira, bem como prestar contas dos valores recebidos em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

b.1) Considerando que o Município de Colíder, firmou Termo de Compromisso Mínimo de Ajustamento Conduta, com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, no sentido de se abster de ceder servidores públicos para quaisquer instituições, públicas ou privadas com ônus para o Município e, por interpretação extensiva, não se poderia utilizar os recursos públicos para pagamento de pessoal das entidades beneficiárias; apenas 33.33% (Trinta e três ponto trinta e três por cento) do valor da contribuição financeira destinada à Guarda Mirim, ou seja, a importância de R$ 60. 000,00 (sessenta mil reais), poderá ser utilizada para cobrir despesas com pessoal e encargos no exercício corrente, conforme previsto no Plano de Trabalho.

c) A **GUARDA MIRIM** deverá prestar contas mensalmente dos termos deste convenio, conforme dispõe o item 4.1. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009, bem como deverá no prazo de 60 (sessenta) dias, após o término do convênio, prestar as contas finais, na forma do que dispõe o item 2.2. 2. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

d) A **GUARDA MIRIM** deverá efetuar a abertura de uma conta corrente, em banco oficial para a movimentação dos recursos, objeto deste convênio.

e) A **GUARDA MIRIM** deverá efetuar a aplicação no mercado financeiro de eventuais saldos financeiros objeto do convênio, enquanto não utilizados, quando a previsão de uso for igual ou superior a um mês.

f) A **GUARDA MIRIM** deverá efetuar a devolução de saldos financeiros remanescentes, inclusive de encargos que não forem utilizados na execução do convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

g) A **GUARDA MIRIM** deverá apresentar comprovantes de gastos, representados por notas fiscais, faturas ou recibos, em conformidade com o fornecedor, referentes ao respectivo período do convênio e ainda toda a documentação fiscal.

h) A **GUARDA MIRIM** deverá apresentar a documentação institucional e sua regularidade fiscal, cujos documentos passam a fazer parte integrante deste.

i) A inexecução parcial ou total deste convênio, por parte da **GUARDA MIRIM** implicará na suspensão imediata das transferências das demais parcelas vincendas.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

Para a consecução do objeto deste Convênio, o **MUNICIPIO** concorrerá com despesas na ordem de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em 11 (onze) parcelas, sendo a primeira parcela no valor de R$ 16. 500,00 (Dezesseis mil e Quinhentos reais) e as demais no valor de R$ 16. 350,00 ((Dezesseis mil Trezentos e Cinquenta reais), cujas transferências deverão ser efetivadas, respectivamente, em conta corrente bancaria da **GUARDA MIRIM** e por conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÂO 09-Secretaria Municipal de Ação Social

UNIDADE 001-Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO 244 - Assistência Comunitária PROGRAMA 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social.

AÇÃO 20520 - Apoio e Parcerias com Entidades Sociais e Filantrópicas

REDUZIDO 757 -Elemento de Despesa 3.3.50.41.00.00 Contribuições

FONTE DE RECURSO – 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

Parágrafo único - O valor de que trata o caput da cláusula acima, será repassado a **GUARDA MIRIM**,após a assinatura do Convênio e respectivo empenho, junto à Tesouraria do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, e terminará em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

O presente Convênio poderá ser reincidido por qualquer dos participes, resguardada a responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que estava em vigor, bem como os benefícios adquiridos nesse período.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer momento por mútuo consentimento entre as partes, através de instrumento aditivo, com exceção do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO providenciará as suas expensas a publicação do extrato do presente Convênio em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DIVERGÊNCIAS

Os participes elegem o foro da Comarca de Colíder, Estado de Mato Grosso, sede do **MUNICÍPIO**, com expressa renuncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser, para apreciar e julgar as divergências oriundas do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COPIAS

Serão extraídas as seguintes cópias do presente Convênio.

a) Duas para o **MUNICIPIO**; b) Uma para a **GUARDA MIRIM**; c) Uma em extrato, para publicação

E por assim acordarem, os participes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Convênio que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos o ato presente.

Colíder-MT, em 18 de fevereiro de 2019.

MUNICIPIO DE COLIDER

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

GUARDA MIRIM DE COLIDER

ROSALI ANA MIRANDA DOS SANTOS Presidente

Testemunhas:

_____

_____

NOME: NOME:

RG: RG:

CPF: CPF:

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 179/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: TELMA PLACIDO OLIVEIRA PRETO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº **179/2018**, com fundamento na Clausula Sétima, **por término de contrato.**

VALOR RESCISÓRIO: R$1,896,93 (hum mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos)

DATA: 06/01/2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 83/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SANDRA TEREZA DE PAULA TSKAMOTO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº **83/2018**, com fundamento na Clausula Sétima, **por término de contrato.**

VALOR RESCISÓRIO: R$3.377,49 (três mil e trezentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

DATA: 02/01/2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 37/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSANGELA JIZUATO DE PAULO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **37/2018**, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.597,87 (três mil e quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos)

DATA: 31/01/2019

SECRETARIA: Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2016

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 149/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSA CRISTINA MARINELLI

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº **149/2017**, com fundamento na Clausula Sétima, **por iniciativa do empregado.**

VALOR RESCISÓRIO: R$4.290,53 (quatro mil e duzentos e noventa reais e cinquenta e três centavos)

DATA: 10/01/2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2016

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 120/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DALVA ANGELITA DA SILVA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº **120/2017**, com fundamento na Clausula Sétima, **por término de contrato.**

VALOR RESCISÓRIO: R$6.075,80 (seis mil e setenta e cinco reais e oitenta centavos)

DATA: 26/01/2019

SECRETARIA: Municipal de Educação

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE RESCISÃO DE PESSOAL – POR MANDATO ELETIVO –

RESCISÃO AO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR MANDATO ELETIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SUELY DE OLIVEIRA ALVES FIGUEIREDO

MOTIVO: Fica rescindido sem justa causa do Cargo de Conselheira Tutelar do Mandato Eletivo, por iniciativa do Empregador.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.273,89 (três mil e duzentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos)

DATA: 23/01/2019

SECRETARIA: Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 925/ADM/2019

PORTARIA Nº 925/ADM/2019, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Marciana Teodoro de Souza**, lotada no Gabinete do Prefeito, Matricula nº 6328 por um período de 147 **(Cento e Quarenta e Sete) dias a contar de 04 de fevereiro de 2019,** conforme Artigo 110 e 111 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **04 de fevereiro de 2019,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza / MT, em 18 de fevereiro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/02/2019 a 18/03/2019

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 030/GP/2019

DECRETO Nº 030/GP/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

SUMULA: Dispõe sobre a Regulamentação do Sistema de Registro de Preços no Município de Colniza/MT e dá outras providências.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaisque lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Capítulo I

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Seção I

Do Âmbito da Aplicação

Art.1º - O Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens e de contratações de serviços, para atendimento aos órgãos da Administração direta, indireta do Município de Colniza/MT, obedecerão às normas fixadas neste Decreto.

Seção II

Do Uso do Sistema de Registro de Preços

Art.2º- O Sistema de Registro de Preços será utilizado, quando:

I **-** for conveniente, para aquisição de bens, que tenham significativa expressão em relação ao consumo ou prestação de serviço frequentes pelas unidades da administração referidas no art. 1. º deste Decreto,

II **-** for conveniente a aquisição de bens ou serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

III **-** em razão das características da necessidade da Administração a ser satisfeita, não for possível prever os quantitativos a ser demandado.

Parágrafo único - Os bens e serviços de informática poderão ser adquiridos por meio do Sistema de Registro de Preços, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

Seção III

Dos Conceitos

Art.3° - Para os efeitos deste Decreto, são adotados os seguintes conceitos:

I **- Sistema de Registro de Preços - SRP:** conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de bens, prestação de serviços, para contratações futuras;

II **- Ata de Registro de Preços - ARP:** documento vinculativo que registra os órgãos e entidades participantes, os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, os preços e as condições a serem praticadas, conforme as propostas apresentadas e as disposições contidas no instrumento convocatório, como compromisso para futura contratação;

III **- Órgão Gerenciador:** órgão ou entidade da Administração Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

IV **- Órgão Participante:** órgão ou entidade da Administração Municipal que pode utilizar o Sistema de Registro de Preços para realizar as suas contratações;

V **- Órgão não-participante ou Carona:** órgão ou entidade da Administração Pública que, inicialmente, não tenha participado do certame licitatório, e que adere a Ata de Registro de Preços durante sua vigência;

VI **- Administração:** Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

VII **- Administração Pública:** A administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público, e as fundações por ele instituídas e mantidas;

VIII **- Preço Registrado:** o menor preço obtido na licitação para registro de preços;

IX **- Detentor da Ata:** licitante que, respeitando a ordem de classificação das propostas e após assinatura da Ata de Registro de Preços, encontra-se apto a fornecer para a Administração Pública Municipal.

X **- Termo de Adesão:** instrumento pelo qual a autoridade competente do órgão ou entidade não participante ou carona, solicita a utilização do registro de preços e concorda com as condições estabelecidas pelo órgão gerenciador, e por meio do qual informa as quantidades pretendidas para consumo.

Parágrafo único - Caberá ao Departamento de Compras e do Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração o exercício das atribuições de que trata o inciso III deste artigo, com apoio no que couber dos demais Departamentos no âmbitos das Secretarias Municipais

Capítulo II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS AOS ÓRGÃOS ATUANTES NO SISTEMA DE

REGISTRO DE PREÇOS

Seção I

Da Competência do Órgão Gerenciador do Sistema

Art.4º - Caberá ao Órgão Gerenciador, em conjunto com as Secretarias Municipais, a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, em especial:

I **-** definir o objeto, os itens e os lotes de material ou de serviço que farão parte do registro de preços e demais informações necessárias para subsidiar a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso;

II **-** convidar os órgãos e entidades da Administração Municipal para participarem do Sistema de Registro de Preços;

III **-** consolidar todas as informações relativas à estimativa total de consumo dos bens, materiais ou produtos utilizados e serviços executados pelos órgãos e entidades, de forma a se obter a quantidade mensal de consumo de cada item, incluindo Termo de Referência ou Memorial Descritivo;

IV **-** especificar os bens, materiais ou produtos e os serviços;

V **-** promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição de competição for admissível pela legislação vigente;

VI **-** realizar todo o procedimento licitatório, bem como todos os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII **-** gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a solicitação, junto aos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII **-** indicar aos órgãos não-participantes ou caronas, sempre que solicitado, os fornecedores segundo a ordem de classificação;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados, a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços e os procedimentos de anotações em registro cadastral dos Fornecedores deste Município das sanções em geral aplicadas;

X - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades e operacionalização do Sistema de Registro de Preços.

Seção II

Dos Órgãos e Entidades Participantes do Sistema

Art.5° - Caberá ao Órgão Participante, atendendo à convocação do Órgão Gerenciador, manifestar o interesse em participar do Sistema de Registro de Preços, tomando as seguintes medidas:

I - encaminhar as especificações técnicas dos bens ou serviços pretendidos, a estimativa de consumo e o cronograma de consumo ou contratação;

II - providenciar para que a aquisição utilizando o Sistema de Registro de Preços atenda aos seus interesses;

III - informar ao Órgão Gerenciador, eventuais desvantagens dos preços registrados relativamente aos valores praticados no mercado;

IV - informar ao Órgão Gerenciador quando o fornecedor não atender às condições estabelecidas em edital ou recusar assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho o documento equivalente no prazo estabelecido ou descumprimento de cláusulas contratuais, para a devida aplicação de penalidades;

V - requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou contratação, que será formalizada pelo Órgão Gerenciador dentro do prazo máximo de sete dias úteis, através da emissão da Ordem de Utilização da Ata;

VI - controlar os atendimentos de suas demandas por Ata de Registro de Preços, através de controle das suas solicitações, as ordens de utilização deferidas, as notas de empenhos e notas fiscais/faturas recebidas e pagas;

VII - fiscalizar o cumprimento da Ata de Registro de Preços.

Seção II

Do órgão não participante ou Carona

Art.6° - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

§1°Os órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse mediante consulta dirigida ao Prefeito Municipal, contendo a informação do item e a quantidade desejada, que posteriormente encaminhará ao órgão gerenciador da Ata, para que este verifique a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços, com os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos à ordem de classificação.

§2° Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no limite máximo de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§3º O Edital preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§4º Fica, expressamente, vedado autorizar Adesões quando atingir o teto de 100% (cem por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata.

§5° Caso o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços não concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando a impossibilidade de atender, sendo então comunicado ao órgão não-participante ou carona a impossibilidade de sua adesão à Ata de Registro de Preços. Caso ele concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando,devendo ser anexado uma cópia da correspondência no processo.

§6° Caberá ao órgão gerenciador providenciar o Termo de Adesão do carona e o respectivo apostilamento em Ata de Registro de Preços dos órgãos não-participantes ou carona, para futuro acatamento dos pedidos.

§7°Após assinatura do Termo de Adesão, deverá ser providenciada cópia do documento para ser anexado ao processo que originou o registro de preços.

§8°A responsabilidade do órgão carona é restrita às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento licitatório.

§9° Mediante solicitação do Órgão não-participante ou Carona, deverá o Órgão Gerenciador, providencias as cópias de parte ou da integralidade do Processo Administrativo que gerou a Ata de Registro de Preços.

§10 O Município de Colniza/MT, através do órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão carona.

Capítulo III

DAS REGRAS PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Seção I

Da Pesquisa de Preços

Art.7° - Na utilização do Sistema de Registro de Preços será obrigatória a prévia pesquisa de preços, anterior ao processo licitatório, que será da responsabilidade do órgão gerenciador, objetivando estimar os valores dos bens, materiais ou produtos e serviços, de modo a serem obtidos parâmetros para julgamento das propostas, e posteriormente quando do seu gerenciamento, para acompanhamento dos preços registrados.

Art. 8° - O Gerenciador do Sistema deverá, sempre que possível, realizar pesquisas de preço nos termos do art. 15 da Lei 8.666/1993, atendo-se a preços aceitáveis (Cesta de Preços): preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas com no mínimo de três cotações em fornecedores ou prestadores de serviços, mantendo no processo a via da pesquisa realizada e/ou enviada ao fornecedor, devendo a via conter a assinatura e carimbo do fornecedor desde que devidamente detalhadas e justificadas.

§1° As pesquisas de preço poderão ser encaminhadas aos fornecedores ou prestadores de serviço por e-mail, pelo correio ou pessoalmente e deverão solicitar a remessadas cotações até o prazo de cinco dias corridos.

§2° Em casos de dificuldade de obtenção de cotações, demora ou desinteresse do fornecedor em realizar a cotação ou não atendimento no prazo de 05 (cinco) dias, poderão ser adotados um ou vários dos seguintes procedimentos com o objetivo de não atrasar ou dificultar o processo licitatório:

I - Servidor da prefeitura poderá pesquisar os preços in loco nos estabelecimentos comerciais, fato que deverá ser justificado no processo, e o servidor que realizou a pesquisa deverá assinar o documento com os preços por ele pesquisado, informando o nome e endereço do estabelecimento;

II - Servidor da prefeitura poderá pesquisar o preço por telefone em estabelecimentos fora da cidade, fato que devera ser justificado no processo e o servidor que realizou a pesquisa deverá assinar o documento com os

preços por ele pesquisado, informando o nome do estabelecimento e da pessoa que forneceu os preços, o telefone utilizado na Prefeitura e o do estabelecimento, a data e o horário da ligação e o endereço do estabelecimento;

III - Servidor da prefeitura poderá utilizar os preços publicados em jornais, folhetos, sites, revistas, ou outras publicações, fato que devera ser justificado no processo e o servidor que realizou a pesquisa deverá assinar o documento com os preços por ele pesquisado, anexando a publicação utilizada;

§3º - Se houver dificuldade ou impossibilidade de obter três pesquisas de preço ou a Cesta de Preços (§1° do art. 6º deste Decreto), no prazo solicitado, poderão ser utilizado como parâmetro apenas duas ou uma cotação de preços, fato que deverá ser justificado o não interesse do fornecedor, anexando no processo o comprovante de encaminhamento das solicitações de pesquisa de preço.

§4º - No caso do §1º deste artigo deverá ser considerado como preço médio apenas o valor de duas ou uma pesquisa de mercado, que será considerada válida.

Seção I

Da Realização da Licitação

Art.9º - A licitação para registro de preços poderá ser realizada na modalidade concorrência, nos termos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ou pregão, conforme Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, tipo menor preço.

§ 1° - Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - O procedimento licitatório para registro de preços quando for julgada pelo critério do menor preço unitário, poderá ser realizada por itens ou por lote.

§ 3º - A quantidade total do item a ser adquirido poderá ser subdividida em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade.

§ 4° - A subdivisão de itens ou grupamento em lotes não poderá admitir a prestação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de mesmo serviço em uma mesma localidade.

§5º - O procedimento licitatório para registro de preços será iniciado mediante autorização do Prefeito e terminará com a classificação das propostas e subsequente homologação pela mesma autoridade.

§ 6º - Para aumentar a competitividade, poderá ser admitida a participação de consórcios nas licitações para registro de preços.

Seção III

Do Edital

Art.10 - O edital de licitação para o Sistema de Registro de Preços conterá necessariamente:

I - os órgãos participantes do respectivo Sistema de Registro de Preços;

II - a descrição do objeto, a especificação dos itens ou lotes, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de seus bens ou serviços, inclusive definindo as unidades de medidas usualmente adotadas;

III - a estimativa de quantidades a serem adquiridas durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

IV - as condições de aceitação do preço unitário admitido para registro;

V - a admissão de cotação de item em quantidade inferior à demandada na licitação, quando não prevista no edital;

VI - os locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, no caso de licitação de prestação de serviços, quando cabíveis, a frequência, a periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VII - os modelos de planilhas de custos, quando cabíveis, minuta de Ata de Registro de Preços e de contrato, quando necessário e, no que couber;

VIII - condições para registro de preços de outros fornecedores, além do primeiro;

IX - as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das condições estabelecidas no edital e Ata de Registro de Preços;

X - o prazo exigido para validade da proposta.

XI - previsão de prorrogação da Ata, para o caso de Ata seja feita para prazo inferior a 12 (doze) meses.

§1° - O edital poderá admitir, também, como critério para aceitação de oferta, a de menor preço apresentado ou relativamente à de maior desconto ofertado.

§2° - Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, poderá ser facultada a apresentação de proposta diferenciada por região, modo que os preços cotados possam incorporar custos em função da variação de região ou localidade.

Seção IV

Da Ata de Registro de Preços

Art.11 - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para assinatura da Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, na qual serão fixados os preços, os fornecedores, com observância da ordem de classificação, as quantidades, os critérios de fornecimento, de conformidade com o edital da concorrência ou pregão que a integrará.

§1º - Ao preço da primeira colocada poderão ser registrados tantos fornecedores tantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

§2° - As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas detentoras da ata de registro de preços, após a assinatura da mesma.

§3º- O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados a imprensa oficial do Município e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

§4º - Após a conclusão de todo o procedimento licitatório, o órgão gerenciador divulgará as unidades da administração a relação dos materiais, produtos ou gêneros com preços registrados.

§5º - Quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada à ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

§6° - Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

§7° - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações desde que obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993;

§8° - As detentoras serão obrigadas a fornecer a quantidade prevista na ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pela administração, e o não- cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do registro de preço, acarretará sanções administrativas.

§9° - Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada à vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art.12 - Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecidos a ordem de classificação.

§1° **-** Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

§2° **-** Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

§3º**-** Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

Art.13 - A existência de preços registrados em ata não obriga a administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor da ata, preferência em igualdade de condições.

Parágrafo único: O direito de preferência, de que trata o caput deste artigo, poderá ser exercido pelo detentor da ata, quando a Administração optar pela aquisição por outro meio legalmente permitido e o preço cotado for igual ou inferior ao registrado, mantido as demais condições de especificações, prazo de entrega e pagamento.

Seção V

Do Prazo

Art.14 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a um ano a contar da data da assinatura da ata, computadas dentro deste prazo, as eventuais prorrogações.

§1° **-** Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei n° 8. 666, de 1993.

§2° **-** É admitida a prorrogação da vigência da Ata, desde que em hipótese alguma ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, no caso de existir saldo na Ata, poderá ser feito Contrato antes do seu vencimento, sendo que este deve ser feito para o prazo suficiente ao seu cumprimento e quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

Seção VI

Da Revisão de Preços Registrados

Art.15 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

§1° **-** Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

§2° **-** Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata o art. 18, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

§3° **-** A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

§4° **-** O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

§5° **-** No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

§6° **-** No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

Art.16 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

I **-** convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

II **-** frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III **-** convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Art.17 - Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

I **-** estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

II **-** permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida no inciso I, observada às seguintes condições:

a) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

§1° **-** A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

§2° **-** Não havendo êxito nas negociações, de que trata este artigo e o anterior, o fornecedor será formalmente desonerado do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento do eu preço registrado, sem aplicação das penalidades.

Seção VII

Das Sanções

Art.18 - Se a detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito,

no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

Parágrafo único - Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações do art. 17 deste Decreto, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

Art.19 - O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

I **-** Pela Administração, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentado.

II **-** Pela detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

§1º **-** Nas hipóteses previstas no inciso I deste artigo, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

§2° **-** O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

§3º A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Colniza/MT ou por Email, neste ultimo caso o documento deve ser assinado, scaneado de forma legível e enviado no formato PDF para o email fornecido pelo Órgão Gerenciador e/ou Departamento de Licitação, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

§4º Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

Art.20 - Competirá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

I **-** pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

c) cancelamento do preço registrado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

Parágrafo único – As sanções previstas neste inciso poderão ser aplicadas cumulativamente.

II **-** Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

III **-** por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas falta leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§1° **-** A penalidade prevista na alínea “b” do inciso III poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sempre juízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

§2° **-** Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral do Município de Colniza/MT, solicitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002 e Lein° 8.666, de 1993.

§3º **-** O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

§4° **-** A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III,será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

§5° **-** Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

§6° - As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores do Município de Colniza/MT.

§7º**-** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.21 - O Município de Colniza/MT poderá utilizar as Atas de Registro de Preços de entes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e demonstrados a vantagem econômica da adesão.

§1° **-** A autorização para utilização da Ata de que trata o caput será concedida pelo prefeito municipal, mediante solicitação apresentada pelo titular do órgão gerenciador e deverá divulgar no portal da internet do Município o aviso de intenção, com antecedência de quarenta e oito horas, para eventual impugnação, comprovando a sua divulgação.

§2° **-** A adesão à Ata de Registro de Preços de que trata o caput obedecerá as regras que disciplinam o procedimento licitatório que lhe deu origem.

Art.22 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o preço registrado em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado,

mediante petição protocolada na Secretaria de Planejamento e de Finanças, que deverá conter informações circunstanciadas sobre o fato.

Art.23 - Será dada publicidade dos preços registrados em ata, no site oficial do município e afixado, em extrato, sob a forma de Aviso, em quadro próprio da Prefeitura.

Art.24 - Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem como na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições do órgão gerenciador e participante.

Art.25 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 19 de fevereiro de 2019.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 072/GP/2019

PORTARIA Nº 072/GP/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Desina a servidora efetiva **Lucimeire de Souza Neves,** matrícula nº. 2166, portadora da Carteira de Identidade RG. nº MG-10.603.506 SSP/MG e CPF n° 035.799.556-24, como 1ª Secretária da 201ª Junta de Serviço Militar.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 19 de fevereiro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 19 de fevereiro de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2019

CONTRATO Nº: 002/2019

DATA: 04/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS:

LINHA – 08: ZAMBAM – CDO (RESERVA)

CHEGADA NA ESCOLA: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: 06:45H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:00H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 04/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 78 KM (CENTO E VINTE QUILÔMETROS E QUINHENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 (VINTE E CINCO) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

LINHA – 08: ZAMBAM – CDO (RESERVA)

CHEGADA NA ESCOLA: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: 06:45H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:00H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 04/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 20,3 KM (CENTO E VINTE QUILÔMETROS E QUINHENTOS METROS), POR VIA ASFALTADA.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 (VINTE E CINCO) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

LINHA – 09: FAZENDA ESTRELA DO GUAPORÉ

CHEGADA NA ESCOLA: THIAGO ELIAS FERNANDES NA GLEBA COLÔNIA DOS MINEIROS: 07:30H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:30H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 04/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 148 KM (CENTO E QUARENTA E OITO QUILÔMETROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 29 (VINTE E NOVE) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

LINHA – 09: FAZENDA ESTRELA DO GUAPORÉ

CHEGADA NA ESCOLA: THIAGO ELIAS FERNANDES NA GLEBA COLÔNIA DOS MINEIROS: 07:30H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:30H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 04/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 8 KM (OITO QUILÔMETROS), POR VIA ASFALTADA.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 29 (VINTE E NOVE) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

DOTAÇÃO: 06.08.1.052. 33.90.39.00.00.00.00 2019 (341)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2019

CONTRATO Nº: 001/2019

DATA: 04/02/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: ANTONIO MARCOS ALVES TRANSPORTES - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS:

LINHA – 10: FAZENDA SÃO JOÃO

LOCAL: FAZENDA SÃO DOMINGOS: 06:45H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 12:00H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 04/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 126 KM (CENTO E VINTE E SEIS QUILÔMETROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 (VINTE E DOIS) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

DOTAÇÃO: 06.06.1.161. – 33.90.39.00.00.00.00 2025 (314)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2019

CONTRATO Nº: 009/2019

DATA: 07/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 06.07.2.027. 3.3.90.39.00.00.00.00 -2015 (333) – 07.06.2.034. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (426) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00 -2002 (595) – 07.06.2.279. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2002 (623) – 08.06.2.058. 3.3.90.39.00.00.00.00 -2000 (669) – 09.03.2.130. 3.3.90.39.00.00.00.00 -2030 (898) – 10.02.2.213. 3.3.90.39.00.00.00.00 (826)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2019

CONTRATO Nº: 010/2019

DATA: 07/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ADRIANO DOS REIS EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO – MT

DOTAÇÃO: 02.01.2.004. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (21) – 06.02.2.019. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2001 (273) – 06.07.2.027. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2015 (333) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2002 (595) – 08.05.2.127. 33.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (653) – 09.03.2.130. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2030 (898)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2019

CONTRATO Nº: 011/2019

DATA: 07/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: GILSON ALBERTASSE ALVES - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO – MT

DOTAÇÃO: 06.07.2.027. 3.3.90.39.00.00.00.00 -2015 (333) – 09.03.2.130. 3.3.90.39.00.00.00.00 -2030 – (898)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019

CONTRATO Nº: 012/2019

DATA: 13/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: TRANSPORTADORA MACUCO EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS:

LINHA – 03 – GLEBA PORTUGUÊS (COPO SUJO)

CHEGADA NA ESCOLA: JOÃO MEDEIROS CALMON, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ROSA FRIGGER PIOVEZAN, CORA CORALINA – 06:45 H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:30 H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 13/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS

PERCURSO DIÁRIO 151,6 KM (CENTO E CINQUENTA E UM QUILÔMETROS E SEISCENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

LINHA – 04: GLEBA MACUCO I

CHEGADA NA ESCOLA DARCY RIBEIRO - 06:45, 12: 45H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:00 H, 17:00H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 13/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 117,3 KM (CENTO E DEZESSETE QUILÔMETROS E TREZENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 (TRINTA E OITO) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

LINHA – 11: GLEBA ZAMBAM

LOCAL: ESCOLA DARCY RIBEIRO: 06:45H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 12:00H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 13/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 120,5 KM (CENTO E VINTE QUILÔMETROS E QUINHENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 (VINTE E DOIS) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

DOTAÇÃO: 06.07.2.027. 33.90.39.00.00.00.00.2015 (333) – 06.08.1.052. 33.90.39.00.00.00.00 2019 (341)

EXTRATO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, EDITAL n° 001/2019, tendo como objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 48 METROS LINEARES DE PONTES E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA NUM TOTAL DE 14,5 METROS LINEARES, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA DE LOCALIZAÇÃO, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 08/03/2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 20 de fevereiro de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 008/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, EDITAL n° 008/2019, tendo como objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLÃO E TECLADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 11/03/2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 20 de fevereiro de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2019

CONTRATO Nº: 007/2019

DATA: 07/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: NATHALIA S. CHIOCHETTA EIRELI EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICA EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONFORME ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (CONSULTAS AMBULATORIAIS, AVALIAÇÕES E ACOMPANHAMENTOS E OUTROS) PERFAZENDO UMA JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS.

REALIZAR PLANTÕES DE SOBRE AVISO DE VIAGENS (ACOMPANHAR PACIENTE EM URGÊNCIAS/EMERGÊNCIA QUANDO NECESSÁRIO PARA REFERENCIA DA ALTA COMPLEXIDADE FORA DO MUNICÍPIO

DOTAÇÃO: 07.06.2.037. 3.3.90.39. 00.00.00.00.2000 (475) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00.2002 (595)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2019

CONTRATO Nº: 006/2019

DATA: 05/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: REFRIPLEX REFRIGERAÇÃO LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E REFRIGERAÇÃO

DOTAÇÃO: 03.04.2.102. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (132) – 06.02.2.019. 3.3.90.39.00.00.00.00 2001 (273) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00 2002 (595) – 02.1.2.004. 3.3.90.39.00.00.00.00. 2000 (21) – 08.06.2.058. 3.3.90.39. 00.00.00.00 2000 (669) – 10.02.2.213. 3.3.90.39. 00.00.00.00 2000 (826) – 11.02.2.028. 3.3.90.39. 00.00.00.00 2000 (883)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2019

CONTRATO Nº: 005/2019

DATA: 05/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: RODRIGO NAZARIO MARTINS DUARTE 90434110191

OBJETO: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE FRETES DE ENCOMENDAS E PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COMODORO

DOTAÇÃO: 02.01.2.004. 3.3.90.33.00.00.00.00 2000 (20) – 02.01.2.004. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (21) – 03.04.2.102. 3.3.90.33.00.00.00.00 2000 (130) – 03.04.2.102. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (132) – 06.02.2.019. 3.3.90.33.00.00.00.00 2001 (271) – 07.06.2.275. 3.3.90.33.00.00.00.00. 2002 (591) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00 2002 (595) – 08.06.2.058. 3.3.90.33.00.00.00.00 2000 (667) – 11.02.2.028. 3.3.90.33.00.00.00.00 2000 (881)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2019

CONTRATO Nº: 004/2019

DATA: 05/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ABILIO IZAIAS LINHARES 36688223104 - MEI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COMODORO

DOTAÇÃO: 06 – 02 – 2.019– 3.3.90.39.00.00.00.00. 2001 (273) **–** 07.06.2.037. 3.3.90.39.00.00.00.00.2000 (475) – 08.06.2.058. 3.3.90.39.00.00.00.00. 2000 (669) – 11.02.2.028. 3.3.90.39.00.00.00.00. 2000 (883)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2019

CONTRATO Nº: 003/2019

DATA: 05/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: M. PEREIRA TRANSPORTES – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS:

LINHA – 01: DISTRITO NOROAGRO I

CHEGADA NA ESCOLA CARLOS POMPERMAYER - 06:45, 12: 45H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:00 H, 17:00 H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 05/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 230,7 KM (DUZENTOS E TRINTA QUILÔMETROS E SETECENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 35 (TRINTA E CINCO) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

LINHA – 02: DISTRITO NOROAGRO II

CHEGADA NA ESCOLA: CARLOS POMPERMAYER – 06:45 H, 12: 45 H.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:00 H, 17:00 H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 05/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 259,9 KM (DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE QUILÔMETROS E NOVECENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 35 (TRINTA E CINCO) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

LINHA – 05: GLEBA MACUCO II

CHEGADA NA ESCOLA DARCY RIBEIRO - 06:45, 12: 45H E.

SAÍDA PARA RETORNO DOS ALUNOS: 11:00 H, 17:00H.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 11/02/2019, ATÉ O TÉRMINO DO ANO LETIVO, OBEDECENDO AO CALENDÁRIO ESCOLAR QUE PERFAZ UM TOTAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) DIAS LETIVOS.

PERCURSO DIÁRIO 150,50 KM (CENTO E CINQUENTA QUILÔMETROS E QUINHENTOS METROS), POR ESTRADA DE CHÃO.

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

DOTAÇÃO: 06.06.1.161. 33.90.39.00.00.00.00 2025 (341) – 06.06.2.020. 33.90.39.00.00.00.00 2015 (316) – 06.07.2.027. 33.90.39.00.00.00.00. 2015 (333)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2019

CONTRATO Nº: 008/2019

DATA: 07/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: A.F. DA SILVA REIS - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 02.01.2.004. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (21) – 06.02.2.019. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2001 (273) – 06.07.2.027. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2015 (333) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2002 (595) – 08.06.2.058. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (669) – 08.07.2.061. : 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (710) – 09.03.2.130. 3.3.90.39.00.00.00.00.2030 (898) – 09.04.2.102. 3.3.90.39.00.00.00.00 – 2000 (132)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 006/2019

EDITAL N° 006/19

DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO ART. 83, INCISO 17º.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Prefeito, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Janeiro 2019. O Balanço Mensal do Mês de Janeiro 2019.** Ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS N.º 001/2019

Contrato De Prestação De Serviços De Assistência e Consultoria de Investimentos

N.º 001/2019

Contrato particular de Prestação de Serviços de Assistência e Consultoria Investimentos, que firmam entre si, o **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COTRIGUAÇU-MT,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.070.835/0001-31, com sede social na Av. 20 de dezembro, nº 725, Bairro Centro, **COTRIGUAÇU-MT**, neste ato representado pelo Diretor(a) Executivo(a), **Sr(a) Sandra Parmejane,** brasileiro(a), casado(a), portador do CPF nº 857920801-78, residente e domiciliado em **COTRIGUAÇU-MT,** aqui denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e **I. F. GARCIA E CIA LTDA EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **10.541.510/0001-20,** com sede social à **Rua Monsenhor Trebaure, 210, Bairro Centro, Cuiabá-MT, CEP 78.005-380**, neste ato representada pelo seuSócio Diretor, Sr.**IGOR FRANÇA GARCIA**, brasileiro, casado, portador do CPF nº **013.475.576-60**, residente e domiciliado na **Rua Monsenhor Trebaure, nº 210, Bairro Centro Norte, CEP 78.005-380, Cuiabá–MT, Fone (65) 3621-8267, (65) 9242-8876, e-mail igor_atuario@hotmail.com,** denominado simplesmente **CONTRATADO**, mediante as disposições expressas nas cláusulas á seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços de "Realização de reavaliação atuarial 2019 do PREVI-COTRI, conforme Portaria MPS 403/2008; Realização de projeção, nos termos do inciso I, art. 1º, da Lei nº 9.717/98; Realização do fluxo atuarial, conforme orientação da SPPS; Preenchimento do DRAA, conforme Portaria MPS 402/2008; Realização de uma palestra/reunião, com entrega de Certificado, aos responsáveis pelo Instituto Previdenciário, seu Comitê de Investimento e demais Conselhos de Deliberação e Fiscalização, realizada na sede da CONTRATANTE, apresentando os resultados da Reavaliação Atuarial e seu impacto sobre o Plano de Custeio, em reunião definida conforme cronograma da CONTRATADA, sem ônus adicional."

CLAUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

Os trabalhos serão realizados na sede da contratada e consistem em:

1.1. Realização de Reavaliação Atuarial, nos termos do inciso I do art. 1º, da Lei n.º 9.717/98, da Portaria MPS Nº 403, de 10 de dezembro de 2008 e Lei Complementar n.º 101, nos termos do Art. 4.º, § 2.º, inciso IV, alínea "a", visando a verificação de viabilidade de funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, sem necessidade de resseguro. **1.2. Realização de Projeção Atuarial, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal nos termos do Art. 53, § 1.º, inciso II; 1.3.** Preenchimento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, previsto no Art. 23 da Portaria 403 do MPS; **1.4.** Elaboração do Anexo de metas fiscais, estabelecida no Art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a" da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias; **1.5.** Elaboração de Anteprojeto de Lei, visando a modificação de custeio da previdência municipal, caso necessário; **1.6.** Realização de uma palestra/reunião, com entrega de Certificado, aos responsáveis pelo Instituto Previdenciário, seu Comitê de Investimento e demais Conselhos de Deliberação e Fiscalização, realizada na sede da CONTRATANTE, apresentando os resultados da Reavaliação Atuarial e seu impacto sobre o Plano de Custeio, em reunião definida conforme cronograma da CONTRATADA, sem ônus adicional.

CLÁSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços e os prazos descritos serão executados conforme explicitados na cláusula anterior, desde que disponibilizado as informações necessárias pelo cliente para a elaboração dos pareceres descritos. Os serviços terão início na data de assinatura do presente contrato até 31/12/2019.

CLÁSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela execução dos trabalhos será do profissional Igor França Garcia, atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária sob o registro MIBA /RJ 1.659, certificado pela ANBIMA CPA – 10 e ANBIMA CPA – 20 e Consultor de Valores Mobiliários credenciado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O valor do presente contrato com relação ao Cálculo Atuarial é de R$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), que serão pagos após a entrega do serviço que é de pleno conhecimento das partes.

5.2 - Que serão pagos à contratada em uma única parcela, caracterizado pela nota fiscal.

5.3 - Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA POR ATRASO

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela PREVI-COTRI.

6.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “d” e “e”, da cláusula quatorze, caberá recurso no prazo de05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido ao Diretor do PREVI-COTRI, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

6.6 - O PREVI-COTRI poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

a) por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao PREVI-COTRI;

d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

e) mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O PREVI-COTRI poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correm por conta da dotação orçamentária:

ORGÃO: 11 Inst. Mun. De Prev. Social Previ - Cotri

UNIDADE: 001 Divisão de Previdência Social

FUNÇÃO 09 Previdência Social

SUB/FUNÇÃO 272 Previdência do Regime Estatutário

PROGRAMA: 023 Regime próprio de Previdência

PROJETO/ATIVIDADE 2094 Manutenção dos Encargos com o Previ

ELEMENTO 3390-35 Serviços de Consultoria

CLÁUSULA OITAVA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento contratual advém da Dispensa nº 001/2019, por não atingir a Tabela de Licitação, conforme Limite de Dispensas. Lei Federal n° 8.666 de 21.06.93 (art. 23, 24 e outros) Lei n° 9.648 – DOU de 20. 05.1998, Lei Municipal nº 957/2017.

CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações da ***Contratante:***

Efetuar os pagamentos previstos na cláusula terceira deste instrumento. Fornecer os dados pertinentes e necessários para a Avaliação Atuarial, sempre que solicitados pela ***CONTRATADA***.

II - São obrigações da ***Contratada***:

Proceder às alterações concernentes a mudanças na legislação; Manter sigilo absoluto dos resultados apurados; Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENOVAÇÃO

O presente contrato poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo e atualizado pelo IGP-M/FGV por acumulação positiva.

CLÁSULA ONZE – DA RESCISÃO E PENALIDADES

11.1 - Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

11.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela PREVI-COTRI.

11.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “d” e “e”, da cláusula quatorze, caberá recurso no prazo de05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

11.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido ao Diretor do PREVI-COTRI, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

11.6 - O PREVI-COTRI poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

a) por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao PREVI-COTRI;

d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

e) mais de 2 (duas) advertências.

11.7 - O PREVI-COTRI poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de **COTRIGUAÇU–MT** para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, e considerando o presente Contrato juridicamente perfeito, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para os mesmos efeitos legais, na presença das testemunhas signatárias.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

COTRIGUAÇU-MT, 20 de fevereiro de 2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE COTRIGUAÇU-MT

Sandra Parmejane

CONTRATANTE

I. F. GARCIA E CIA LTDA EPP

Sr.IGOR FRANÇA GARCIA

Sócio Diretor

CONTRATADO

Testemunhas:

_____

_____

CPF: CPF:

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 001/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 001/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 001/2019

b) Licitação Nr.: 001/2019-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 20/02/2019

e) Objeto da Licitação: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA NO CENTRO E ASSISTÊNCIA EMERGÊNCIAL NA ESTRADAS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

010098 – IRACEMA LOURENCO FRANCA - ME (1 ITEM) totalizando (01) item no valor global de **R$ 126.000,00**(Cento e vinte e seis Mil Reais).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 DA APRESENTAÇÃO DO GABRITO OFICIAL

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2019

A Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Público, Senhora Valdete Veronez França da Silva, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no que tange ao cronograma dos trabalhos conforme preceitua o Anexo III do Edital de Abertura, e ainda...

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 006 de 18 de fevereiro de 2019, o qual apresenta o Gabarito Prévio para conferência dos candidatos.

Considerando o transcurso normal do prazo de recursos contra o Gabarito Prévio e contra questões das provas objetivas

Considerando que nenhum recurso foi apresentado,

Resolve, apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, em ordem de cargos, o Gabarito Oficial para a conferência dos candidatos.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital Complementar apresenta o Gabarito Oficial por ordem de cargos.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Público autoriza a empresa a iniciar o processo de correção das provas objetivas e apresentar o Resultado Prévio para apreciação dos candidatos concorrentes ao certame.

Cotriguaçu - MT, 20 de fevereiro de 2019.

Valdete Veronez França da Silva

Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Público

ANEXO I

DO GABARITO OFICIAL

Agente Comunitário de Saúde - Nível Fundamental Completo	

Questões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
PROVA 1	C	C	A	A	D	C	C	C	A	D	B	B	C	A	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	A	A	C	B

Agente de Combate a Endemias - Nível Fundamental Completo																														
Questões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
PROVA 1	C	C	A	A	D	C	C	C	A	D	B	B	C	A	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	C	A	A	C	D

Cotriguaçu - MT, 20 de fevereiro de 2019.

Valdete Veronez França da Silva

Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Público

RESULTADO DO PREGÃO 001/2019 PROCESSO 001/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 001/2019 obteve os seguintes resultados:

A empresa **IRACEMA LOURENCO FRANCA - ME,** CNPJ 09.245.758/0001-64, foi vencedora do item **01**, com valor global de **R$ 126.000,00**(Cento e vinte e seis Mil Reais).

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 20 de Fevereiro de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2019 PROCESSO Nº 024/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é**

ASSUNTO **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONSULTORIA JUNTO A OI PARA UPGRADE DE LINK DE INTERNET PARA 20MBIT/S",** com fulcro no artigo 24da Lei no 8.666/93 e lei municipal 1.006/2017, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: SUPERNET COM. E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 19.175.586/0001-53

ENDEREÇO: RUA CLEMENTINO LIMA DA SILVA, 70, CENTRO, NOVA MONTE VERDE - MT

VALOR GLOBAL: R$1.996,00 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).

VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 14 de Fevereiro de 2019

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 011/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 009/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 011/2019

b) Licitação Nr.: 009/2019-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 20/02/2019

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PLANEJADOS PARA ESTRUTURAÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

010098 – MARCENARIA BRASIMOVEIS LTDA (4 ITENS) totalizando (04) itens no valor global de **R$ 15.714,00**(Quinze Mil setecentos e quatorze reais).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 024/2019 - DISPENSA 003/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 024/2019

b) Licitação Nrº: 003/2019- DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 19/02/2019

e) Objeto da Licitação**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONSULTORIA JUNTO A OI PARA UPGRADE DE LINK DE INTERNET PARA 20MBIT/S**"

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

012049 – **SUPERNET COMERCIO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA** – CNPJ: **19.175.586/0001-53,** item (1) Totalizando 01 (UM) item no valor global de R$1.996,00 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 013-2019

Contrato que entre si celebram prefeitura municipal de Cotriguaçu/MT e Empresa **SUPERNET COM. E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - MECNPJ: 19.175.586/0001-53** PARA **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONSULTORIA JUNTO A OI PARA UPGRADE DE LINK DE INTERNET PARA 20MBIT/S"** O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados a partir de 21 de Fevereiro de 2019, podendo ser prorrogado. O regime de execução do presente contrato é global, de acordo com a necessidade da Secreta-

ria Municipal de Infraestrutura. O valor da contratação é de R$ **R$1.996,00 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).** Incluindo todas as despesas, fiscais, trabalhistas e encargos sociais e profissionais.

VALERIA DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 052/2015

Termo Aditivo de Valor, no – Contrato nº 052/2015, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e a empresa SILVANA INES FUHR-ME, CNPJ: 16.464.867/0001-38, oriunda do Processo de Compra 043/2015 – Pregão Presencial 031/2015. O presente termo tem por objeto a Paralização/Suspenção da Ordem de Serviços referente ao Contrato nº 052/2015, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUE DISPONIBILIZE UM ENGENHEIRO AGRÔNOMO, UM TÉCNICO AGROPECUÁRIO OU AGRICOLA, COM O OBJETIVO DE DISSEMINAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE SINOP (EMBRAPA- SINOP), PARA A IMPLANTAÇÃO DE 06 UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE RESTAURAÇÃO E MANEJO DE PASTAGEM, GADO DE CORTE E LEITE, DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, PERÍODO DE 36 MESES, NO VALOR DE ATÉ R$ 283.140,00, E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUE DISPONIBILIZE UM ENGENHEIRO FLORESTAL E UM TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, COM O OBJETIVO DE RECUPERAR CERCA DE 600 HECTARES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS (APPDs), SENDO 570 HA EM PROPRIEDADES RURAIS COM ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS QUE TENHAM INSCRIÇÃO NO CAR E 30 HA DE ÁREAS PÚBLICAS (COM PREVISÃO DE CINCO NASCENTES), COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM PRAZO DE 36 MESES, NO VALOR DE ATÉ R$ 283. 140,00, RECURSOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL Nº 14.2.0619.1 DE 02 DE DEZEMBRO/2014, DO BNDES/FUNDO AMAZONIA"**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, inciso II da Lei nº 8.666/93.

2.2 – A Administração Municipal se viu obrigada a Paralisar/Suspender a Ordem de Serviços de execução da obra referente ao contrato nº 052/2015, por acordo com a Empresa Silvana Ines Fuht-me

CONTRATADA

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

CONTRATANTE, devido ao fato do crédito do recurso Projeto Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu (PSNR) não ter sido repassado ao Município até o presente momento, pois O Certificado de Regularidade da Previdência – CRP, seja expedida e caso em tempo, seja desbloqueada esse certificado, o contrato 052/2015 poderá prosseguir caso necessário e aceitação das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O prazo de execução do contrato original fica suspenso por tempo indeterminado, enquanto aguarda nova ordem de serviços para a continuidade dos trabalhos.

Cotriguaçu, 20 de Fevereiro de 2019

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 009/2019 PROCESSO 011/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 009/2019 obteve os seguintes resultados:

A empresa **MARCENARIA BRASIMOVEIS LTDA,** CNPJ 09.244.581/0001-81, foi vencedora do item **01, 02, 03, 04**, com valor global de **R$ 15. 714,00**(Quinze Mil setecentos e quatorze reais).

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 20 de Fevereiro de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 05/2019

PORTARIA N.º 05/2019

Dispõe sobre a designação de servidor para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras providências.

A Diretora Executiva do PREVI-COTRI, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª SANDRA PARMEJANE, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 73 da Lei Municipal nº 692/2011 de 02 de maio de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Designar a Senhora GISLAINE DE SOUZA SILVESTRE KRIEZER, CPF 058.863.287.26 RG 19242433 SESP MT, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato do contrato nº 001/2019 e do contrato nº 004/2019 .

OBJETO	DATA DE ASSINATURA	Nº do Contrato	PRAZO DE VALIDADE	CONTRATADO
"Realização de reavaliação atuarial 2019 do PREVI-COTRI, conforme Portaria MPS 403/2008; Realização de projeção, nos termos do inciso I, art. 1º, da Lei nº 9.717/98; Realização do fluxo atuarial, conforme orientação da SPPS; Preenchimento do DRAA, conforme Portaria MPS 402/2008; Realização de uma palestra/reunião, com entrega de Certificado, aos responsáveis pelo Instituto Previdenciário, seu Comitê de Investimento e demais Conselhos de Deliberação e Fiscalização, realizada na sede da CONTRATANTE, apresentando os resultados da Reavaliação Atuarial e seu impacto sobre o Plano de Custeio, em reunião definida conforme cronograma da CONTRATADA, sem ônus adicional."	20/02/2019	01-2019	31/12/2019	IF CONSULTORIA ATUARIAL LTDA EPP

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cotriguaçu-MT, 20 de Fevereiro de 2019

SANDRA PARMEJANE

DIRETORA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 112/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº130.771/2018)

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 11 de março de 2019 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações/Auditório localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 013/2018

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e com fulcro no inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **ADJUDICA e HOMOLOGA** a **CONCORRÊNCIA N.º 013/2018** do procedimento licitatório nº 120.840/2017 - cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE RIBEIRÃO DA PONTE – LOTE 01, FRANCISCA LOUREIRA BORBA – LOTE 02, NILCE PAES BARRETO – LOTE 03 E MORADA DOS NOBRES – LOTE 04, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, COMPLEMENTARES, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS ANEXOS.**

CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 01	R$ 1.180.587,88
CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 02	R$ 1.179.928,76
CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 03	R$ 1.172.335,49
CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 04	R$ 1.186.505,86

Cuiabá, 20 de fevereiro de 2019.

Luiz Antonio Possas de Carvalho

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE RESULTADO FINAL

CONCORRÊNCIA Nº 013/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria 1.991/2018 SMGE, de 01 de outubro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade Concorrência n° 013/2018 que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE RIBEIRÃO DA PONTE – LOTE 01, FRANCISCA LOUREIRA BORBA – LOTE 02, NILCE PAES BARRETO – LOTE 03 E MORADA DOS NOBRES – LOTE 04, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, COMPLEMENTARES, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS ANEXOS**.

CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 01	R$ 1.180.587,88
CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 02	R$ 1.179.928,76
CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 03	R$ 1.172.335,49
CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-EPP	LOTE 04	R$ 1.186.505,86

Cuiabá, 18 de fevereiro de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os **munícipes curvelandenses** a participarem da Audiência Pública, referente à Avaliação do Cumprimento de Metas do **Terceiro Quadrimestre de 2018** em conformidade ao Art. 9º, § 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lc 101/00, a ser realizada no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado na Rua Cicero Vitorino, nº 2987, centro de Curvelândia/MT, **no dia 27 de Fevereiro de 2019**, às **14:00h**

Curvelândia – MT, 15 de Fevereiro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 002/2019, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar para os alunos das escolas da rede pública de ensino deste município, cujo certame teve como vencedora as empresas: K. M. FERRARI & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 15.363.074/0002-40, para os itens: 01 R$ 4,99; 02 R$ 3,39; 03 R$ 3,59; 04 R$ 5,30; 05 R$ 4,05; 06 R$ 3,80; 07 R$ 17,50; 08 R$ 4,59; 09 R$ 13,55; 11 R$ 5,40; 12 R$ 4,00; 13 R$ 4,05; 15 R$ 4,10; 16 R$ 4,88; 17 R$ 5,49; 18 R$ 4,59; 21 R$ 18,55; 22 R$ 13,29; 23 R$ 3,89; 24 R$ 4,16; 26 R$ 3,29; 27 R$ 3,85; 28 R$ 5,90; 29 R$ 3,70; 30 R$ 3,65; 32 R$ 3,20; 34 R$ 3,69; 37 R$ 3,49; 38 R$ 3,60; 39 R$ 3,45; 40 R$ 6,13; 41 R$ 6,19; 42 R$ 5,99; 43 R$ 3,70; 44 R$ 4,89; 45 R$ 3,99; 47 R$ 2,62; 48 R$ 5,51; 50 R$ 1,55; 52 R$ 6,65; 54 R$ 3,90; 55 R$ 6,57; 57 R$ 3,35; 59 R$ 5,42; 60 R$ 3,50; 61 R$ 6,69; 62 R$ 3,72; SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 10.688.030/0001-96, para os itens: 19 R$ 11,00; 20 R$ 23,00;

31 R$ 7,20; 35 R$ 12,10; 36 R$ 2,10; 46 R$ 4,90; 49 R$ 2,70; 51 R$ 3,40; 56 R$ 15,10; 58 R$ 1,50; perfazendo o valor total do pregão em R$ 260. 341,90 (duzentos e sessenta mil e trezentos e quarenta e um reais e noventa centavos), os demais itens foram desertos ou fracassados.

Curvelândia/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os munícipes curvelandenses a participarem da Audiência Pública da Saúde, com apresentação do **Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2018,** no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, localizado na Rua Cicero Vitorino, nº 2987, Centro de Curvelândia MT, as 15 horas no dia 27 de fevereiro de 2019. Na ocasião, será apresentado o montante e fontes de recursos aplicados na saúde e a produção de serviços do referido quadrimestre.

Curvelândia – MT, 20 de fevereiro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 011/2019

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: G M N EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: 11.264.133/0001-91

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de apoio e logística, para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura e pecuária do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 04/02/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. IGOR SIQUEIRA MARIANO, Proprietário.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 012/2019

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA-ME

CNPJ: 08.282.971/0001-83

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de acadêmicos para o ano letivo de 2019, saindo de Curvelândia até as universidades de Cáceres - MT.

VALOR: R$ 156.074,00 (Cento e cinquenta e Seis Mil e Setenta e Quatro Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 11/02/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. MARIO GALIASSI, Representante Legal.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 11/03/2019 às 08h30min, a Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 005/2019, do tipo “Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais para serem utilizados na manutenção da rede de iluminação pública deste município. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 001/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito em exercício, o **Srº. CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI**, brasileiro, casado, Empresário, portador da Cédula de identidade RG n.º 0604839-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 537.381.521/72, residente e domiciliado Rua Petrolina, s/n, Bom Jesus, Diamantino/ MT, resolve:

Considerando o Contrato nº 001/2018, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-ME;**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 02(dois) VEICULOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT;**

Considerando que na clausula décima segunda estabelece que o contrato supracitado resulta da Adesão nº 001/2018, e que fazem parte da Adesão o Edital do Pregão nº 006/2017 da Defensoria Publica do Estado de Mato Grosso, e a sua Ata de Registro de Preços nº 021/2017, quais encontram-se nos autos do processo e estritamente vinculados ao contrato supracitado, bem como as cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Considerando que a contratada vinha cumprindo o objeto deste contrato, no entanto quando da substituição do veiculo para o exercício de 2019 por outro de ano de fabricação compatível com o objeto do contrato, foi constatado que o veiculo não se encontrava em nome da empresa contratada;

Considerando ainda que a contratada apresentou um contrato de sublocação do veiculo fornecido a este Município;

Considerando que a Ata de Registro de Preços nº 021/2017 aderida por esta Prefeitura em seu item 8.2.4 e item 9.2.3 impõe que não será permitida no todo ou em parte a sublocação;

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-ME**, inscrita no CNPJ nº 13.243.387/

0001-59, para que o mesmo tome as devidas providencias para sanar o problema, não ultrapassando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e, caso não seja atendido dentro deste prazo, poderá o Município de Diamantino, aplicar as sanções previstas na Ata, no contrato e no processo licitatório, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento desta NOTIFICAÇÃO.

Diamantino - MT, 19 de Fevereiro de 2019.

CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI

Prefeito em Exercício

GABINETE
PORTARIA Nº 26/2019

CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI, Prefeito Municipal de Diamantino em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **EMANOELLE DE CAMPOS DIAS,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 1825758-5 SSP/MT e CPF N.º 033.119.731-60, como Fiscal do Contrato **nº 008/2019**, cujo OBJETO é: Credenciamento de Pessoas Jurídicas Especializadas na Prestação de Serviços de Exames com Finalidade Diagnóstica em Citopatologia, de Forma Complementar aos Serviços Oferecidos no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 19 de fevereiro de 2019.

CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
LEI Nº 1268/2019.

Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Senhor **CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R$ 275.600,00 (duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos reais), por conta da inserção dos seguintes elementos de despesa na dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 26 – TRANSPORTE

SUB-FUNÇAO 534 – ESTRADAS VICINAIS

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10353 – RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PADRÃO ALIMENTADORA

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....265.000,00

FONTE 0.1.24.00 – TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAUDE/ASSISTENCIA

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....10.600,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no Artigo Nº 43, §1º, inciso III, da Lei 4.320/64, resultantes da Anulação Total ou Parcial das dotações do orçamento abaixo discriminadas:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 15 – URBANISMO

SUB-FUNÇAO 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10037 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEPIPEDOS E MEIO FIOS

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....265.000,00

FONTE 0.1.24.00 – TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAUDE/ASSISTENCIA

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 15 – URBANISMO

SUB-FUNÇAO 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10038 – MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO, RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEPIPEDO, MEIO FIOS

3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA.....10.600,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações nas Leis Orçamentárias para adequá-las às modificações acima apontadas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 12 de fevereiro de 2019.

Claudimar Antonio Barbacovi

Prefeito Municipal em exercício

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 07 Março de 2019, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 21 de Fevereiro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º 013/2019.

Dá nova redação aos Artigos 89, 97, 99 e 123, da Lei Orgânica Municipal de Diamantino e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - Ficam alterados o art. 89, caput, o inciso I do §3º do art. 97, o art. 99 e o art. 123, que passam a viger com a seguinte redação:

"*Art. 89 - A administração Pública direta ou indireta, de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte:"*

(...)

"*Art. 97 - (Omissis)*

(...)

§3º (Omissis)

I – licença prêmio de três meses, adquirida em cada período de cinco anos de efetivo exercício no serviço público do Município, podendo ser fracionada em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias, ficando a sua conversão em espécie autorizada no caso de excepcional interesse público e/ou por motivo de doença do servidor, de seus descendentes, antecedentes, do cônjuge ou companheiro, ou de quem detenha relação de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral, até terceiro grau ou por afinidade até o segundo grau."

(...)

"*Art. 99 - A criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções dos serviços e a fixação da respectiva remuneração de seus servidores é de competência privativa do Poder Executivo Municipal, observado os parâmetros estabelecimentos na lei de diretrizes orçamentárias.*"

(...)

"*Art. 123 - Os bens imóveis do município não podem ser objetos de doação, nem de utilização gratuita por terceiros, salvo e mediante ato do Prefeito autorizado pela Câmara Municipal se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade competente de sua Administração Pública Indireta ou sociedade civil sem fins lucrativos, ou no caso de doação para formação de moradia popular à população de baixa renda, mediante Lei Específica aprovada pelo Poder Legislativo."*

Art. 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 07 de Fevereiro de 2019.

Ver. Edson da Silva – PSD Verª. Gonçalina Maria Viegas de Almeida/ PSDB

Presidente Vice-Presidente

Verª. Maria Eugênia dos Santos Vasconcellos – PSB

Secretária

GABINETE
LEI Nº 1269/2019.

Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências.

O Senhor **CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R$ 444.500,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), por conta da inserção do seguinte elemento de despesa na dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 15 – URBANISMO

SUB-FUNÇAO 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10046 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIARIO

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....444.500,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo nº 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, resultantes da Anulação Total ou Parcial das dotações do orçamento abaixo discriminadas:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 16 – HABITAÇÃO

SUB-FUNÇAO 482 – HABITAÇÃO URBANA

PROGRAMA 0012 – MORADIA COM DIGNIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10287 – CONSTRUÇÕES DE CASAS POPULARES

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....206.000,00

FONTE 0.1.24.00 – TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAUDE/ASSISTENCIA

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....4.000,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 26 – TRANSPORTES

SUB-FUNÇAO 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10289 – DUPLICAÇÃO DA SERRA ENTRE DIAMANTINO E NOVO DIAMANTINO

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....11.000,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS.

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....93.000,00

FONTE 0.1.24.00 – TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAUDE/ASSISTENCIA)

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUB-FUNÇAO 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10329 – CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA PÓLITEC

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....12.000,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS.

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....92.000,00

FONTE 0.1.24.00 – TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAUDE/ASSISTENCIA)

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇAO 15 – URBANISMO

SUB-FUNÇAO 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0010 – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIFICAÇÃO E QUALIDADE

PROJETO/ATIVIDADE 10046 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIARIO

4.4.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....13.000,00

FONTE 0.1.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....13.500,00

FONTE 0.1.24.00.00 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações nas Leis Orçamentárias para adequá-las às modificações acima apontadas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de fevereiro de 2019.

Claudimar Antonio Barbacovi

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

O Prefeito Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, em especial a Lei Municipal nº 1013/2014, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** para Contratação e formação de cadastro de reserva de servidores, para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37 IX da Constituição Federal/88, sob o Regime Estatutário, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social, conforme abaixo discriminado:

1. DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será organizado e executado pela KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA sob a supervisão da Comissão nomeada nos termos da **Portaria nº . 022/2019**.

1.1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de vagas e formação de CR – Cadastro de Reservas.

1.1.2. O programa das provas objetivas encontra-se no Anexo I deste Edital.

1.1.3. O requerimento para solicitação de Isenção da taxa de inscriçãoencontra-se no Anexo II deste Edital.

1.1.4. Não serão fornecidas informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, por telefone ou e-mail. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações nos endereços eletrônicos **www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.

1.2. NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

Nomenclatura	C/H	Venc. (R$)	Vagas	Requisitos Mínimos
ZONA URBANA				
Agente Comunitário de Saúde	40	1.316,37	02 + CR	Ensino Fundamental completo, residir na área da comunidade em que atuar e haver concluído com aproveitamento curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Saúde.
Agente de fiscalização de Serviços Públicos	40	1.503,69	02 + CR	Ensino médio completo e CNH categoria "AB".
Agente de Higienização e Saúde	40	1.234,57	02 + CR	Ensino Fundamental incompleto.
Agente de Saúde Ambiental (ASA)	40	1.316,37	01 + CR	Ensino Fundamental completo e curso básico de saúde ambiental e combate a dengue.
Assistente Social (Saúde e Vigilância Sanitária)	30	3.609,16	01 + CR	Graduação em Serviço Social e Registro no Conselho de Categoria.
Assistente Social (Assistência Social)	30	3.609,16	01 + CR	Graduação em Serviço Social e Registro no Conselho de Categoria.
Atendente de Cidadania	40	1.234,57	01 + CR	Ensino Fundamental completo.
Auxiliar de Consultório Dentário	40	1.402,11	01 + CR	Ensino médio completo com registro no CRO.
Dentista	40	4.717,30	01 + CR	Graduação Superior em Odontologia, especialização na área de atuação e Registro no Conselho de Categoria.
Enfermeiro	40	4.717,30	02 + CR	Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho de Categoria.
Farmacêutico Bioquímico	40	4.717,30	CR	Graduação em Farmácia e registro no Conselho da Categoria ou Graduação em Farmácia com especialização em bioquímica e registro no Conselho da Categoria.

Fisioterapeuta	30	3.609,16	01 + CR	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho de Categoria.
Fonoaudiólogo	40	4.717,30	CR	Graduação em Fonoaudiologia e Registro no Conselho de Categoria.
Motorista	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "D" ou "E".
Motorista de Veículos Pesados	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "E".
Motorista de Ambulância	40	1.503,69	02 + CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "D" ou "E".
Operador de Motoniveladora	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "D" ou "E".
Operador de Pá Carregadeira	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "D" ou "E".
Operador de Escavadeira	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "D" ou "E".
Pedreiro	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo
Professor(a) Educação Infantil	20	2.251,52	12 + CR	Pedagogia – Licenciatura plena para educação infantil
Professor(a) Ensino Fundamental	20	2.251,52	16 + CR	Pedagogia – Licenciatura plena para os anos iniciais do ensino fundamental.
Psicólogo (Assistência Social)	40	4.717,30	01 + CR	Graduação em Psicologia e Registro no Conselho de Categoria.
Psicólogo (Saúde e Vigilância Sanitária)	40	4.717,30	01 + CR	Graduação em Psicologia e Registro no Conselho de Categoria.
Técnico(a) Administrativo Educacional – Não Profissionalizado.	30	1.376,06	02 + CR	Ensino Médio completo.
Técnico(a) de Desenvolvimento Infantil	30	1.389,72	15 + CR	Habilitação em ensino médio completo.
Técnico em Enfermagem	40	1.793,92	CR	Ensino técnico completo em Enfermagem, com registro no COREN.
ZONA RURAL				
Agente Comunitário de Saúde - Deciolândia	40	1.316,37	CR	Ensino Fundamental completo, residir na área da comunidade em que atuar e haver concluído com aproveitamento curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Saúde.
Agente Comunitário de Saúde - Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)	40	1.316,37	CR	Ensino Fundamental completo, residir na área da comunidade em que atuar e haver concluído com aproveitamento curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Saúde.
Agente de Higienização e Saúde - Deciolândia	40	1.234,57	CR	Ensino Fundamental incompleto.
Agente de Higienização e Saúde Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)	40	1.234,57	CR	Ensino Fundamental incompleto.
Agente de Saúde Ambiental (ASA) - Deciolândia	40	1.316,37	CR	Ensino Fundamental completo e curso básico de saúde ambiental e combate a dengue.
Atendente de Cidadania - Deciolândia	40	1.234,57	CR	Ensino Fundamental completo.
Atendente de Cidadania - Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)	40	1.234,57	CR	Ensino Fundamental completo.
Auxiliar de Consultório Dentário - Deciolândia	40	1.402,11	CR	Ensino médio completo com registro no CRO.
Auxiliar de Consultório Dentário - Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)	40	1.402,11	CR	Ensino médio completo com registro no CRO.
Dentista - Deciolândia	40	4.717,30	CR	Graduação Superior em Odontologia, especialização na área de atuação e Registro no Conselho de Categoria.
Dentista - **Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)**	40	4.717,30	CR	Graduação Superior em Odontologia, especialização na área de atuação e Registro no Conselho de Categoria.
Enfermeiro - Deciolândia	40	4.717,30	01 + CR	Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho de Categoria.
Enfermeiro - **Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)**	40	4.717,30	CR	Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho de Categoria.
Motorista de Ambulância - Deciolândia	40	1.503,69	CR	Ensino fundamental completo e CNH, categoria "D" ou "E".
Motorista Educacional – Não profissionalizado	40	2.003,50	01 + CR	Ensino fundamental incompleto e CNH, categoria "D" ou "E".
Professor(a) Educação Infantil - (EMEI – Tania Mara Dreher)	20	2.251,52	01 + CR	Pedagogia – Licenciatura plena para educação infantil
Professor(a) Ensino Fundamental - Comunidade Rural de Deciolândia (EMEI – Décio Furigo)	20	2.251,52	01 + CR	Pedagogia – Licenciatura plena para os anos iniciais do ensino fundamental.
Professor(a) Ensino Fundamental – EMEI Maria Euzébia Ferreira	20	2.251,52	03 + CR	Pedagogia – Licenciatura plena para os anos iniciais do ensino fundamental.
Técnico em Enfermagem - Zona Rural (Caeté, Bojuí e Posto Gil)	40	1.793,92	01 + CR	Ensino técnico completo em Enfermagem, com registro no COREN.
Técnico em Enfermagem - Deciolândia	40	1.793,92	CR	Ensino técnico completo em Enfermagem, com registro no COREN.
Técnico(a) de Desenvolvimento Infantil - (EMEI – José Francisco Krohling)	30	1.389,72	01 + CR	Habilitação em nível médio completo.
Técnico(a) de Desenvolvimento Infantil - (EM Décio Furigo)	30	1.389,72	01 + CR	Habilitação em nível médio completo.
Técnico(a) de Desenvolvimento Infantil - (EMEI – Tania Mara Dreher)	30	1.389,72	CR	Habilitação em nível médio completo.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições ficarão abertas:

Entre às **09 horas do dia 20 de fevereiro até às 23 horas e 59 minutos do dia 07 de março de 2019, através do endereço eletrônico www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**. **(horário de Brasília).**

2.2. Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico **wwww.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**., durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Processo Seletivo Simplificado e efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

2.2.1. Ler e aceitar o requerimento de inscrição, preencher o formulário de inscrição, transmitir os dados via Internet e imprimir o boleto bancário;

2.2.2. O vencimento do pagamento das inscrições, para ter sua validade, será até o dia **08 de março de 2019.**

2.2.2.1. O valor da Taxa de Inscrição constante deste edital são as seguintes:

ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM R$
Fundamental (incompleto/completo)	25,00
Ensino Médio	45,00
Ensino Superior	65,00

2.2.3. O boleto bancário, com vencimento para o dia **08 de março de 2019**, disponível no endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**., **somente poderá ser impresso até as 23h59min do dia 07 de março de 2019**.

2.2.4. As inscrições efetuadas via Internet somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição;

2.2.5. As solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após o dia **08 de março de 2019**, não serão aceitas;

2.2.6. A empresa KLC – Consultoria em Gestão Pública não se responsabiliza por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

2.2.7. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente, bem como, indicar o cargo e o local para o qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

2.2.8. O descumprimento das instruções de inscrição via Internet implicará a não efetivação da inscrição.

2.2.9. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento.

2.2.10. Ao inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas.

2.2.11. As informações prestadas no formulário de inscrição via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.2.12. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração do cargo.

2.2.12.1. O candidato que realizar mais de uma inscrição, em cargos diferentes, deverá no dia da prova, comparecer ao local e sala de prova da opção que privilegiar e realizar a prova a ela correspondente, caso haja coincidência do dia e do horário de realização das provas, sendo assim, considerado faltoso nas demais opções.

2.2.13. Haverá devolução da importância paga a título de taxa de inscrição nos seguintes casos: pagamento realizado em duplicidade, a maior, fora do prazo, não realização, suspensão ou anulação do Processo Seletivo Simplificado.

2.2.14. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile, transferência de conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

2.3 - O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

2.3.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal.

2.3.2. Estar em gozo de direitos políticos.

2.3.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral.

2.3.4. Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

2.3.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da admissão.

2.3.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do trabalho indicado pelo município.

2.3.6.1. Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

2.3.7. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

2.3.8. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor.

2.3.9. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado;

2.3.10. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal;

3. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. Terão direito a isenção da taxa de inscrição:

I - Os candidatos inscrito no Cadastro Único- CadÚnico – para famílias de baixa renda, que serve de base para os programas sociais do Governo Federal, devendo comprovar com o número de inscrição do NIS até a data de publicação do Edital de abertura do certame.

II - Os maiores de 60 anos na forma lei, completo até a data de publicação do Edital de abertura do certame, devendo anexar junto à solicitação de isenção um documento oficial com foto.

III - Os doadores de Sangue, que fizeram doação de, no mínimo, 03 vezes no período de 12 meses até a data de publicação do Edital de abertura do certame devendo anexar documento comprobatório padronizado (Declaração de Regularidade) de sua condição de doador regular, expedido por Banco de Sangue, público ou privado contendo a data de doação.

IV - Os Portadores de necessidade especiais, que comprovarem a situação mediante apresentação de Laudo Médico Pericial, na forma do Decreto Federal nº 3.298/1999, até a data de publicação do Edital de abertura do certame.

3.2. Os candidatos deverão solicitar a isenção da taxa de inscrição no período de **20 a 22 de fevereiro de 2019**, através do preenchimento da Ficha de Solicitação de Isenção que será disponibilizada no site **www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.. Essa ficha preenchida, impressa e assinada, deverá ser protocolada, junto a Prefeitura Municipal de Diamantino – MT em envelope endereçado à Comissão de Processo Seletivo Público**, juntamente com os documentos solicitados no item 3.1**.

3.3. A não apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV do item 3.1 ou a apresentação dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.

3.4. O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no dia **27 de fevereiro de 2019**, pelo site **www.klcconcursos.com.br**.

3.5. Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada desde que tenham realizado sua inscrição dentro do prazo estipulado neste Edital. Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição, deverão providenciar no site a impressão do boleto para pagamento dentro do prazo estipulado.

4. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em Processo Seletivo Simplificado, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7.853/89, fica reservado aos Portadores de Necessidades Especiais 5%(cinco por cento) das vagas ofertadas para cada cargo.

a) se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais;

b) se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), este será arredondado, de modo que o numero de vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subseqüente.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais concursados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. As pessoas portadoras de necessidades especiais, após a realização da sua inscrição, deverão encaminhar via email – klcconsultoria@gmail.com -, até o dia **07/03/2019**, os seguintes documentos:

a) Laudo médico original e expedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da prova, informando também o seu nome, documento de identidade (R.G) e opção de cargo;

4.1.6. Os candidatos que necessitarem de condição especial para realização da prova, deverão encaminhar a solicitação de “condição especial”, via email – klcconsultoria@gmail.com -, até o dia **07/03/2019**, devendo anexar ao pedido um atestado médico recente informando a espécie e o grau ou nível de deficiência da qual é portador.

4.1.7. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.8. Aos deficientes visuais (**amblíopes**) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não PNE e não terão prova especialmente preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

4.1.10. O candidato PNE que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.1.11. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos PNE, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

5. DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo Simplificado será de provas escritas objetivas, prova de títulos e provas práticas.

5.1.1. A duração da prova será de até 3h (três horas), já incluída o tempo para preenchimento da folha de respostas.

5.1.2. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

5.1.3. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C e D). Cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta. Na prova escrita será atribuída pontuação 0,0 (zero) a questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção, com rasuras ou preenchidas a lápis.

5.1.4. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

5.1.5. Durante as provas não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, "WALKMAN" ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos "celulares" deverão ser desligados e deixados sob a mesa do fiscal da sala até o término da prova.

5.1.6. O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado utilizando qualquer um dos objetos especificados acima será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

5.1.7. É vedado o ingresso de candidato portando arma nos locais de realização da prova, exceto policiais em serviço.

5.1.8. Será, também, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que incorrer nas seguintes situações: deixar o local de realização da prova sem a devida autorização; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do Processo Seletivo Simplificado.

5.1.9. As respostas deverão ser assinaladas, pelo candidato, com caneta de tinta azul ou preta, na Folha de Respostas. Não serão computadas questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada, mesmo que uma delas esteja correta.

5.1.10. **A Folha de Respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal de sala.**

5.1.11. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta.

Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas, por erro do candidato.

5.1.12. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala;

5.1.13. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após transcorrido, no mínimo, 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente Edital, devendo entregar ao Fiscal da Sala a respectiva folha de respostas.

6. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. Será divulgado no dia **13 de março de 2019 a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, assim como o local de realização das provas. A relação será afixada em Edital na Prefeitura Municipal de Diamantino – MT e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do** Processo Seletivo Simplificado**www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**. É de responsabilidade do candidato o acesso e verificação dos locais de prova.

7. DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS E NÚMERO DE QUESTÕES

7.1**.** Para os cargos de **Assistente Social, Dentista, Enfermeiro, Farmacêutico Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Professor(a) Educação Infantil, Professor(a) Ensino Fundamental e Psicólogo** aavaliação constará de prova escrita objetiva e prova de títulos. A prova escrita objetiva será composta por 40 (quarenta) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	20	3,0	60,0 pontos
Conhecimentos Gerais	05	2,0	10,0 pontos
Língua Portuguesa	10	2,0	20,0 pontos
Matemática	05	2,0	10,0 pontos

A classificação final será efetuada pela somatória de pontos de cada candidato nas duas provas (prova escrita e prova títulos).

7.2. Para os cargos de**Agente de fiscalização de Serviços Públicos, Auxiliar de Consultório Dentário, Técnico(a) Administrativo Educacional – Não Profissionalizado,Técnico(a) de Desenvolvimento Infantil e Técnico em Enfermagem** aavaliação constará de prova escrita objetiva. A prova escrita objetiva será composta por 30 (trinta) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	15	4,0	60,0 pontos
Conhecimentos Gerais	05	2,5	12,5 pontos
Língua Portuguesa	05	3,0	15,0 pontos
Matemática	05	2,5	12,5 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

7.3. Para os cargos de **Motorista, Motorista de Veículos Pesados, Motorista de Ambulância e Motorista Educacional – Não profissionalizado, Operador de Motoniveladora, Operador de Pá Carregadeira e Operador de Escavadeira,** a avaliação constará de prova escrita objetiva e prova prática. A prova escrita objetiva será composta por **25** (**vinte e cinco**) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Língua Portuguesa	10	4,0	40,0 pontos
Matemática	10	4,0	40,0 pontos
Conhecimentos Gerais	05	4,0	20,0 pontos

A classificação final será efetuada pela média aritmética de pontos de cada candidato nas duas provas (prova escrita e prova prática).

7.4. Para os cargos de**Agente Comunitário de Saúde, Agente de Higienização e Saúde, Agente de Saúde Ambiental (ASA),Atendente de Cidadania e Pedreiro** a avaliação constará de prova escrita objetiva. A prova escrita objetiva será composta por **25** (**vinte e cinco**) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Língua Portuguesa	10	4,0	40,0 pontos
Matemática	10	4,0	40,0 pontos
Conhecimentos Gerais	05	4,0	20,0 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. Os documentos relativos aos Títulos, para os cargos de**Assistente Social, Dentista, Enfermeiro, Farmacêutico Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Professor(a) Educação Infantil, Professor(a) Ensino Fundamental e Psicólogo,**deverão ser entregues, EXCLUSIVAMENTE, no dia da aplicação das provas, ao fiscal da sala de prova.

8.2. A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos não é obrigatória. O candidato que não entregar o Título não será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.3. Os documentos comprobatórios dos Títulos deverão ser acondicionados em ENVELOPE LACRADO, contendo na sua parte externa, o nome do candidato, cargo para o qual está concorrendo, bem como, o número do documento de identidade, devendo os referidos documentos serem apresentados em CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.

8.3.1. O candidato deverá numerar sequencialmente e rubricar cada documento apresentado.

8.3.2. Não serão analisados, sendo automaticamente desconsiderados, os envelopes que estiverem em desacordo com os itens 8.3. e 8.3.1. deste Edital.

8.3.3. Não deverão ser enviados documentos ORIGINAIS, pois os mesmos não serão pontuados.

8.4. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

8.4.1. Os documentos de Títulos que forem representados por declarações, certidões, atestados, e outros documentos que não tenham o cunho definitivo de conclusão de curso, deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

8.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

8.6. É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

8.7. Não será aceito entrega ou substituições posteriores ao período determinado, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.

8.8. A pontuação da documentação de Títulos se limitará ao valor máximo de 10,0 (dez) pontos.

8.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

8.10. Somente poderá ser apresentado 01 (um) Título, sendo pontuado o de maior grau.

8.11. A prova de títulos terá caráter classificatório.

8.12. As cópias autenticadas dos documentos entregues não serão devolvidas e farão parte integrante da documentação do Processo Seletivo Simplificado.

8.13. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela a seguir:

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	COMPROVANTE
a) Doutorado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido.	10,0	Cópia autenticada do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação (MEC) ou declaração de conclusão de curso, acompanhado da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.
b) Mestrado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido.	7,5	
c) Pós Graduação Latu Sensu (especialização) relacionada à áreado cargo pretendido, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	5,0	Cópia autenticada do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação (MEC) ou declaração de conclusão de curso, acompanhado da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.

9. DA DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1. **A Prova Escrita Objetiva, bem como, a Prova Prática** está prevista para o dia **24 de Março de 2019.**

9.1.1. O horário e local de realização das referidas provas será divulgado quando da publicação do Edital de Homologação das Inscrições, previsto para o dia **13 de Março de 2019**.

9.2. **EXCEPCIONALMENTE**, dependendo do número de candidatos inscritos as datas previstas no item 10.1. poderão ser alteradas.

10. DAS NORMAS

10.1. As provas escritas objetivas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

10.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

10.3. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas e após o fechamento dos portões não será permitida a entrada de candidatos retardatários.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Simplificado, os quais serão afixados também nos quadros de aviso do Município, devendo ainda manter atualizado seu endereço.

11. DA PROVA PRÁTICA

11.1. **Serão convocados para a Prova Prática os candidatos, conforme abaixo especificado:**

11.1.1.**Motorista – os 10 (dez) primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;**

11.1.2.**Motorista de Ambulância –** os **10 (dez)** primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;

11.1.3.**Motorista de Veículos Pesados –** os **10 (dez)** primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;

11.1.4.**Motorista Educacional – Não profissionalizado –** os **10 (dez)** primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;

11.1.5.**Operador de Escavadeira – os 06 (seis) primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;**

11.1.6.**Operador de Motoniveladora – os 06 (seis) primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;**

11.1.7.**Operador de Pá Carregadeira –** os **06 (seis)** primeiros classificados na Prova Escrita, em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita;

11.2. Em caso de empate será aplicado o seguinte critério:

a) que tiver mais idade considerando-se, caso necessário, o horário de nascimento;

11.3. Os candidatos classificados na prova escrita que não forem convocados para a prova prática, estarão automaticamente eliminados do teste seletivo simplificado.

11.4. A prova prática constará em dirigir o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontram, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

11.4.1. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 06 (seis minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

11.5. No decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

ATEGORIA DA FALTA	PONTOS A SEREM DESCONTADOS
Falta Grave	7,0
Falta Média	5,0
Falta Leve	3,0

Obs: A tipificação das faltas acima mencionadas encontra-se discriminada nos incisos II, III e IV, Artigo 19 da Resolução 168/2004-CONTRAN.

11.5.1. O candidato que durante a realização da Prova Prática cometer qualquer tipo de falta prevista no inciso I, artigo 19, da Resolução 168/2004-CONTRAN, será automaticamente eliminado do teste seletivo simplificado.

11.5.2. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, no mínimo, a **carteira de habilitação categoria "D"**, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova:

11.6. A Prova Prática terá caráter eliminatório, e serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 100,0 (cem) pontos, devendo o candidato obter 50,0 (cinquenta) pontos ou mais para ser considerado aprovado.

11.7. Para os candidatos aos cargos de **Operador de Escavadeira, Operador de Motoniveladora e Operador de Pá carregadeira,** a prova prática constará em ligar o equipamento, efetuar as verificações necessárias e dirigir até local determinado e executar tarefas próprias do equipamento, de acordo com o caso apresentado pelo examinador técnico da área, com duração máxima de 06 (seis) minutos. (valor 100,0 pontos).

11.7.1. O candidato que não conseguir ligar e movimentar o equipamento em, no máximo, 01 (um) minuto, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

11.7.2. O candidato que não realizar a tarefa solicitada no prazo acima estipulado estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

11.7.3. O melhor tempo, desde que a prova seja realizada corretamente, servirá como parâmetro para calcular a nota dos demais participantes da referida Prova Prática.

11.7.4. Cada falta cometida será descontado 5,0 (cinco) pontos.

11.7.5. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, no mínimo, a carteira de habilitação categoria "D" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

11.7.6. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

11.7.7. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

11.8. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0,00 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

11.9. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela KLC o qual será realizado de forma aleatória.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência o seguinte:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos temos da Lei Federal nº 10741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada;

b) que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (se houver);

c) que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

d) que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática (se houver);

e) que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

f) que tiver maior idade.

13. DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

13.1. O gabarito preliminar da prova escrita objetiva será divulgado no **primeiro dia útil após a realização da referida prova**, a partir das 17h00min, mediante edital afixado **naPrefeitura Municipal de Diamantino – MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do** Teste Seletivo Simplificado**www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a empresa KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do primeiro dia subseqüente à data de publicação do objeto de recurso contra:

a) Inscrições não homologadas;

b) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;

c) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.

14.2. O pedido de recurso deverá ser encaminhado via internet, junto ao **endereço eletrônico www.klcconcursos.com.br, no campo específico "RECURSO"** com as seguintes especificações:

− nome do candidato;

− número de inscrição;

− número do documento de identidade;

− cargo para o qual se inscreveu;

− a questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;

− a fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

14.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

14.4. Não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax e/ou por e-mail, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

14.5. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

14.6. O resultado dos recursos interpostos será afixado no site **www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.

15. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

15.1. A prova escrita objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos.

15.1.1. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

15.1.2. As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos fazem parte do Anexo I, parte integrante deste Edital.

16. DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL

16.1. O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no **dia 02 de abril de 2019, a** partir das 17h00min, mediante edital afixado naPrefeitura Municipal de Diamantino - MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Processo seletivo simplificado**www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br.**

17. DO RESULTADO FINAL PRELIMINAR

17.1**.** O resultado final preliminar está previsto para ser divulgado no dia **03 de abril de 2019, a partir das 17h00min, mediante edital afixado na** Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Processo seletivo simplificado**www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.

18. DO RESULTADO FINAL

18.1**.** O resultado final está previsto para ser divulgado no dia **08 de abril de 2019, a partir das 17h00min, mediante edital afixado na** Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Processo seletivo simplificado**www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo Simplificado, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

20.2. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

20.3. O órgão realizador do presente certame não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado.

20.4 - Após 120 (cento e vinte) dias da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo Simplificado, as folhas de respostas serão incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de cinco anos.

20.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

20.6. A validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de "1" (um) ano, contado da homologação final dos resultados, podendo haver prorrogação por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Diamantino - MT.

20.7. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à contratação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Prefeitura Municipal.

20.8. Ficam impedidos de participar do certame os sócios da KLC Consultoria em Gestão Pública Ltda, ou aqueles que possuam a relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil. Constatado o parentesco a tempo o candidato terá sua inscrição indeferida, e se verificado posteriormente à homologação o candidato será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

20.9. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Prefeitura Municipal de Diamantino – MT e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos.

20.10. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital, Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis serão resolvidos pela empresa organizadora com a anuência da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, nomeados através da **Portaria 022/2019**.

20.11. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 19 de fevereiro de 2019.

Prefeito Municipal

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO

Leitura e interpretação de texto. Noções gerais de gramática. Fonologia - ortografia - acentuação gráfica - estrutura e formação de palavras - verbos: tempo, modo, cargo - substantivos: classificação e cargo – flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau e cargo – numeral: tipos e cargo - pronomes: conceito, classificação - preposição - conjunções - interjeições - Sintaxe: frase, oração, período - pontuação - tipos de frases - complementos verbais e nominais - vozes verbais – orações subordinadas - orações coordenadas - concordância verbal e nominal - regência verbal e nominal - Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões - crase - Derivação prefixal e sufixal – Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos – figuras de linguagem - figuras de palavra - figuras de pensamento – significação das palavras – vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA – FUNDAMENTAL

Alfabeto da Língua Portuguesa; Ordem Alfabética; Ordenação de Frases; Ortografia; Divisão Silábica e Classificação quanto ao número de sílabas; Frases:- Interrogativa - Exclamativa - Afirmativa - Negativa; Classes de Palavras; Comparação de palavras entre si: Sinônimos e Antônimos; Acentuação Gráfica; Sinais de Pontuação; Concordância dos Nomes (substantivos) e dos Verbos; Análise e Interpretação de Textos.

MATEMÁTICA – NÍVEL MÉDIO

Números Radicais: operações - simplificação, propriedade - racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução -problemas de 1º grau; Equações fracionárias; Relação e Função: domínio, contradomínio e imagem; Função do 1ºgrau - função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica - operações; Expressões fracionárias - operações - simplificação; PA e PG; Sistemas Lineares; Números complexos; Função exponencial: equação e inequação exponencial; Função logarítmica; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Trigonometria da 1ª volta: seno, cosseno, tangente, relação fundamental; Geometria Analítica; Geometria Espacial; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema Monetário Nacional (Real); Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

MATEMÁTICA – FUNDAMENTAL

Conjunto de números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, operações, expressões (cálculo), problemas, raiz quadrada; MDC e MMC - cálculo - problemas; Porcentagem; Juros Simples; Regras de três simples e composta; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume; Sistema Monetário Nacional (Real); Equações: 1º e 2º graus; Inequações do 1º grau.

INFORMÁTICA – NÍVEL SUPERIOR - NÍVEL MÉDIO

Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Noções básicas de operação de microcomputadores em rede local. Operação do sistema operacional MS-Windows 7 e MS-Windows XP: uso de arquivos, pastas e operações mais frequentes, uso de aplicativos e ferramentas, uso dos recursos da rede e Painel de controle. MS Word 2007 – Utilização de janelas e menus; Barras de Ferramentas; Faixa de opções; Estilos; Operações com arquivos; Layout da página; Impressão de documentos e configuração da impressora; Edição de textos; Voltar e repetir últimos comandos; exibição da página (características e modos de exibição); Utilização de cabeçalhos e rodapés; Formatação no Word; Criação e manipulação de tabelas e textos multicolunados; Correspondências; Revisão; Referências; Proteção de documentos e utilização das ferramentas. Operação da planilha MS-Excel 2007: Utilização de janelas e menus; Barra de ferramentas; Operações com arquivos: Layout da página; Confecção, formatação e impressão de planilhas; Comandos copiar, recortar, colar, inserir, voltar e repetir; Revisão; Gráficos; Características e modos de exibição; Utilização de cabeçalhos e rodapés; Dados; Utilização de mesclagem de células, filtro, classificação de dados. Operação do apresentador MSPower Point 2007: conceitos básicos; principais comandos aplicáveis às lâminas; modelos de apresentação; ferramentas diversas, temas e estilos. **Correio Eletrônico**: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. **Internet:** Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

CONHECIMENTOS GERAIS

Tópicos relevantes de diversas áreas: geografia, história, política, cultura, economia, esportes, saúde, educação, sociedade e atualidades, tanto na esfera nacional quanto internacional. Aspectos Históricos e Geográficos do Estado do Mato Grosso e do município de Diamantino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigos 1º a 17 e 193 a 232); Lei Federal nº. 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2012); Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS 2006); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Orientações Técnicas sobre o PAIF volume 1: “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, e volume 2: “Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF”; Seguridade Social no Brasil; A questão social no Brasil; Pobreza, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade so-

cial; História, Fundamentos Teóricos e Éticos do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; Estratégias de ação em serviço social e os instrumentos de intervenção do profissional; Serviço Social e Interdisciplinaridade; Serviço Social na Contemporaneidade; Serviço Social e Família; Projeto ético político do Serviço Social; Lei Federal nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Lei Federal nº. 8.842/1994 e Decreto Federal nº. 1.948/1996 - Política Nacional do Idoso; Lei Federal nº. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Lei de Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente; Lei Maria da Penha - Lei nº. 11.340/2006; Ética em Serviço Social; Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social - Lei nº. 8.662/93; Código de Ética Profissional; Supervisão em Serviço Social; Lei Federal nº. 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei nº. 8.142/90; Conhecimentos acerca da história da saúde pública no Brasil; Lei Federal nº. 10.216/2001 - Política Nacional de Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental no Brasil; Humanização em Saúde; Lei Federal nº. 7.853/1989 e Decreto Federal nº. 3.298/1999 - Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Políticas Sociais públicas, cidadania e direitos sociais no Brasil; Participação e controle social; Direitos Humanos; Movimentos sociais. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90) e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

DENTISTA

Biossegurança em Odontologia. Controle de infecção. Odontologia Social e Preventiva. Odontologia em Saúde Coletiva. Anatomia bucal e dentária. Patologias e semiologia da cavidade oral. Doenças sistêmicas com repercussão na cavidade oral. Cariologia. Dentística Restauradora. Endodontia. Periodontia. Odontopediatria. Odontogeriatria. Exodontia. Disfunção Têmporo-Mandibular e Dor-Orofacial. Prótese Dentária. Farmacologia e Anestesiologia em Odontologia. Radiologia Odontológica e Imaginologia. Materiais dentários, instrumentais e acessórios odontológicos. Clínica Integral. Exame do paciente. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. Odontologia Legal e Bioética. Lei 8080/90 e Lei 8142/90.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90) e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

ENFERMEIRO

Enfermagem Geral: Técnicas Básicas - SSVV, higienização, administração de medicamentos, preparação para exames, coleta de material para exames, cálculo de medicação. Ética Profissional/Legislação: Comportamento Social e de Trabalho. Enfermagem em Saúde Pública: Programas de Saúde (mulher, criança, idoso), Doenças Sexualmente Transmissíveis, Noções de epidemiologia, vacinação, doenças de notificação compulsória, patologias atendidas em saúde pública. Enfermagem Hospitalar: Terminologias, centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica e central de material, esterilização e desinfecção, infecção hospitalar e CCIH. Socorros e Urgência: PCR, choque, hemorragias, ferimentos, afogamento, sufocamento, acidentes com animais peçonhentos, fraturas e luxações, queimaduras, desmaio, crise convulsiva e histérica, corpos estranhos, acidentes decorrentes da ação do calor e do frio, politraumatismo. Pediatria: Crescimento e desenvolvimento, amamentação, berçário e alojamento conjunto, alimentação, patologias mais comuns, assistência de enfermagem à criança hospitalizada. Atualidades em Enfermagem; Funcionamento e Manuseio de Equipamentos e Materiais das Ambulâncias, Linguagem de Radiocomunicação, Conhecimento da Portaria MS 2048, Atendimento ao Politraumatizado, Reconhecimento de Sinais de Traumas (Trauma Raquimedular, Trauma de Tórax, Trauma Abdominal, Trauma de Extremidades, Trauma de Face), Queimaduras, Choque Elétrico, Crise Convulsiva, Intoxicações Exógenas, Acidentes com Produtos Perigosos, Acidentes com Múltiplas Vitimas, Reconhecimento de Sinais de Doenças Respiratórias/Circulatórias e Metabólicas, Noções de Anatomia, Fisiologia, Exame Físico, Urgências Psiquiátricas, Urgências Obstétricas, Técnicas Básicas, desinfecção, Limpeza de Materiais e Aparelhos das Ambulâncias. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90) e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Farmacoeconomia. Farmacovigilância. Farmacologia aplicada. Legislação ética e bioética em Farmácia Hospitalar. Assistência Farmacêutica. Seleção e padronização de medicamentos. Programação e aquisição de produtos farmacêuticos. Logística, recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos. Métodos de controle de estoque. Sistema de distribuição de medicamentos. Prescrição e dispensação de medicamentos. Atenção Farmacêutica. Registros de produtos sujeitos a controle especial. Formas farmacêuticas. Vias de administração de medicamentos. Absorção, metabolização e eliminação de medicamentos. Farmacotécnica: fórmulas magistrais, oficinais e especialidades farmacêuticas sólidas, semi-sólidas e líquidas. Formas farmacêuticas estéreis. Cálculos em Farmácia Hospitalar. Portarias, normas e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Métodos de coleta e preservação de sangue, fezes, urina, secreções e outros líquidos biológicos. Meios de transporte. Tipos de anticoagulantes. Métodos de armazenamento e manipulação de amostras biológicas. Parasitas responsáveis pelas endoparasitoses e ectoparasitoses humanas, existentes no Brasil; Diagnóstico laboratorial, técnicas e procedimentos laboratoriais aplicados ao diagnóstico das doenças parasitárias de interesse humano. Bioquímica Clínica, métodos e técnicas de ensaios laboratoriais para a determinação de: proteínas plasmáticas; carboidratos; lipídeos, lipoproteínas e dislipidemias; ácido úrico, uréia e creatinina; enzimologia clínica; função hepática; função renal e equilíbrio hídrico, eletrolítico e ácido-básico e função cardíaca. Exames físico, químico e citológico da urina e líquidos corporais. Automação em bioquímica clínica. Erros inatos do metabolismo. Hormônios e suas funções metabólicas. Correlações de resultados de exames bioquímicos com a fisiopatologia. Microbiologia clínica: métodos e técnicas de isolamento e identificação de microrganismos. Técnicas e práticas laboratoriais para o diagnóstico microbiológico das sindromes infecciosas; Principais doenças infecciosas de interesse clínico causadas por bactérias, fungos e vírus. Testes de sensibilidade aos antimicrobianos. Princípios de destruição térmica de microrganismos, desinfetantes e antissépticos; Esterilização química e física. Mecanismos de defesa específicos e inespecíficos na espécie humana. Reações antígeno anticorpo. Estudo do tipo de reação, fundamentos do método e desenvolvimento prático dos ensaios de imunodiagnóstico. Avaliação das respostas imunes humoral e celular por métodos de imunodiagnóstico e de funções celulares. Técnicas laboratoriais de imunohematologia. Marcadores Tumorais. Metodologia geral de laboratório para o estudo hematológico. Anemias. Hemoglobinopatias. Hemostasia e coagulação; Patologia dos leucócitos. Neoplasias hematológicas, leucemias ou leucoses. Interpretação clínica do hemograma. Biossegurança laboratorial. Controle de qualidade em laboratório de análises clínicas. Gerenciamento da qualidade, calibração de vidrarias e equipamentos. Desenvolvimento de procedimento operacional padrão em análises clínicas. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90) e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia em: pneumologia, geriatria, cardiologia, traumato-ortopedia, pediatria e neurologia. Conhecimentos de anatomia e fisiologia dos sistemas: cardiovascular, respiratório, neurológico, renal e endócrino. Conhecimentos de clínica relacionados às patologias cardiorrespiratórias, neurológicas, pe-

diátricas, geriátricas e traumato-ortopédicas. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90) e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

FONOAUDIÓLOGO

Sistema do Aparelho Auditivo: Bases Anatômicas e Funcionais; Audiologia Clínica: Procedimentos Subjetivos e Objetivos de Testagem Audiológica - indicação, Seleção e Adaptação do Aparelho de Ampliação Sonora Individual; Audiologia do Trabalho: Ruído, Vibração e Meio Ambiente. Exame Oto-neurológico, Otoemissões Acústicas; Audiologia Educacional; Neurofisiologia do Sistema motor da Fala; Funções Neurolingüísticas; Desenvolvimento da Linguagem; Estimulação Essencial; Deformidades Craniofaciais: Características Fonoaudiológicas – Avaliação Miofuncional - Tratamento Fonoaudiológico; Distúrbios da Voz: Disfonias - Aspectos Preventivos, Neurológicos, Psiquiátricos, Psicológicos e Sócio-Ambientais; Desvios Fonológicos; Sistema Sensório - Motor - Oral – Etapas Evolutivas; Fisiologia da Deglutição, Desequilíbrio da Musculatura Orofacial e Desvios da Deglutição - Prevenção, Avaliação e Terapia Miofuncional; Disfagia; Distúrbios da Aprendizagem da Linguagem Escrita: Prevenção, Diagnóstico e Intervenção Fonoaudiológica. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e Legislação profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90) e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

PROFESSOR(A) EDUCAÇÃO INFANTIL -PROFESSOR(A) ENSINO FUNDAMENTAL A

Fundamentos da educação. Bases legais da educação nacional: Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, PCNs, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas. Função sociocultural da escola. Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural. Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto políticopedagógico. Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação. Currículo e construção do conhecimento. Processo de ensino-aprendizagem. Relação professor/aluno. Bases psicológicas da aprendizagem. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90)e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

PSICÓLOGO

Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. Psicologia do desenvolvimento. Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. Principais teorias e autores da psicologia clínica. Teorias da personalidade. Abordagens psicoterápicas. Processo psicodiagnóstico. Testagem e Avaliação Psicológica. Psicologia da Família. Psicologia Escolar e da Aprendizagem e suas relações com a infância e a adolescência. Epistemologia e Psicologia genéticas. Psicologia Social. Psicologia da Saúde. Psicologia do Envelhecimento. Transtornos Psicológicos, seu diagnóstico e tratamento. Psicologia do Trabalho e Organizacional. Políticas Públicas de Saúde Mental. Psicodiagnóstico. Psicoterapias. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90. CID – 10; DSM IV. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90)e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise); Prevenção de úlceras de pressão; Sondagens gástrica e vesical; Coleta de material para exames laboratoriais; Oxigenioterapia; Curativo; Administração de dieta oral, enteral, parenteral. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético; Preparo, acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância. Enfermagem em Saúde Pública: Processo saúde – doença; Imunizações; Vigilância em saúde; Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso. Noções de administração aplicada à enfermagem. Atenção Psicossocial; saúde mental, álcool e outras drogas; Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 006/90)e suas alterações. Lei Orgânica Municipal.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, solicito a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

NOME:	
CARGO PRETENDIDO:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CEP:
CIDADE/UF:	TELEFONE:
CPF:	RG:
CTPS / SÉRIE	DATA EXPEDIÇÃO:
E-mail:	
NÚMERO DO NIS	

OBSERVAÇÃO:
Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo, seja qual for o motivo alegado. Somente o preenchimento da solicitação de isenção não implica na efetivação da inscrição.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA FINANCEIRA E/OU DOADOR REGULAR DE SANGUE
Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição ao Processo Seletivo Simplificado, que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Diamantino Estado de Mato Grosso, em especial quanto às disposições do item 3.1 deste Edital.

Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de inteira responsabilidade minha, podendo a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, podendo adotar as medidas cabíveis contra a minha pessoa. Diamantino / MT, ____de_____de 2019. Assinatura Candidato

PROTOCOLO	Para uso exclusivo da Comissão Examinadora do Teste Seletivo ( ) Deferido ( ) Indeferido

ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Data	Evento
19/02	Divulgação do Edital de Abertura do Teste Seletivo Simplificado.
20/02 a 07/03	Período de Inscrições.
20 a 22/02	Período da solicitação de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição
27/02	Resultado da solicitação de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição.
08/03	Último dia para efetuar o pagamento do Boleto Bancário.
08/03	Último dia para envio de documento comprobatório de pessoas portadoras de necessidades Especiais.
12/03	Divulgação da relação de inscritos e divulgação do Local de Prova.
13/03	Período para interposição de recursos das inscrições.
19/03	Homologação complementar das Inscrições.
24/03	**Data de realização da Prova escrita objetiva e da Prova Prática.**
25/03	Divulgação do gabarito preliminar.
26/03	Período para interposição de recursos do gabarito preliminar.
02/04	Divulgação do gabarito Oficial.
03/04	Divulgação do resultado Preliminar
04 e 05/04	Período para interposição de recursos contra o resultado Preliminar.
08/04	Resultado – recursos contra resultado Preliminar.
08/04	**Resultado final do Processo Seletivo Simplificado.**

- Este cronograma tem caráter orientador, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT em acordo com a KLC – Consultoria em Gestão Pública Ltda.

- Todos os atos inerentes ao prosseguimento do Processo Seletivo Simplificado serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, publicado na internet, no diário oficial do município e no site **www.klcconcursos.com.br** e **www.diamantino.mt.gov.br**.

- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma, os comunicados e os editais referente ao andamento deste Processo Seletivo Simplificado, divulgados nos meios acima mencionados.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 08 Março de 2019, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TABELA DE BASQUETE HIDRÁULICA E TABELA DE BASQUETE FIXA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 21 de Fevereiro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008-2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES COM FINALIDADE DIAGNOSTICA EM CITOPATOLOGIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 209.100,00 (DUZENTOS E NOVE MIL E CEM REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: LABORATÓRIO SÃO JOÃO BATISTA EIRELI

CONTRATANTE: CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DIAMANTINO/MT, 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

DECRETO N.º 100/2018 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1540/2018 de 17/01/2018.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de 951.000,00 (Novecentos e cinquenta e um mil reais) destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação						
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL		
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa		
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa		
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO		
01.001.01.031.0001.1.001.				Aquisição de equipamentos permanentes para Câmara Municipal		
1	-	4.4.90.52.00.00		100000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.690,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL		
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa		
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa		
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO		
01.001.01.031.0001.2.001.				Manutenção e encargos com a Câmara Municipal		
6	-	3.3.90.30.00.00		100000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL		
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa		
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa		
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO		
01.001.01.031.0001.2.001.				Manutenção e encargos com a Câmara Municipal		
8	-	3.3.90.39.00.00		100000	OUTROS SERVIÇOS DE P. JURIDICA	2.500,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL		
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa		
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa		
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO		
01.001.01.031.0001.2.001.				Manutenção e encargos com a Câmara Municipal		
9	-	3.3.90.95.00.00		100000	INDENIZAÇÃO PELA EXEC. TRAB. DE CAMPO	13.900,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL		
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa		
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa		
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO		
01.001.01.031.0001.2.038.				Pagamento de Pessoal e encargos com a Câmara Municipal		
11	-	3.1.90.11.00.00		100000	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.910,00
02.000.00.000.0000.0.000.				GABINETE DO PREFEITO		
02.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DO PREFEITO		
02.001.04.000.0000.0.000.				Administração		
02.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral		
02.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.001.04.122.0003.2.002.				Manutenção e encargos com o Gabinete do Prefeito		
4	-	3.3.90.30.00.00		41	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
02.000.00.000.0000.0.000.				GABINETE DO PREFEITO		
02.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DO PREFEITO		
02.001.04.000.0000.0.000.				Administração		
02.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral		
02.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.001.04.122.0003.2.002.				Manutenção e encargos com o Gabinete do Prefeito		
7	-	3.3.90.39.00.00		41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.500,00
02.000.00.000.0000.0.000.				GABINETE DO PREFEITO		
02.002.00.000.0000.0.000.				UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
02.002.04.000.0000.0.000.				Administração		
02.002.04.122.0000.0.000.				Administração Geral		
02.002.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.002.04.122.0003.2.094.				Manutenção das atividades do Sistema de Controle Interno		
11	-	3.1.90.11.00.00		41	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.100,00
02.000.00.000.0000.0.000.				GABINETE DO PREFEITO		
02.004.00.000.0000.0.000.				ASSESSORIA JURIDICA		
02.004.04.000.0000.0.000.				Administração		
02.004.04.122.0000.0.000.				Administração Geral		
02.004.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.004.04.122.0003.2.005.				Manutenção e encargos com a Assessoria Jurídica		
35	-	3.3.90.35.00.00		41	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.100,00
03.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
03.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001.04.000.0000.0.000.				Administração		
03.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral		
03.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL		
03.001.04.122.0003.2.008.				Pagamento de pessoal e encargos com a Sec da Administração		
40	-	3.1.90.11.00.00		41	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	28.779,86
03.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
03.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001.04.000.0000.0.000.				Administração		
03.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral		
03.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL		
03.001.04.122.0003.2.008.				Pagamento de pessoal e encargos com a Sec da Administração		

42	-	3.3.90.18.00.00	41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	300,00
03.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
03.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
03.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
03.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
03.001.04.122.0003.2.042.			Outras despesas com a Secretaria de Administração		
45	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	12.900,00
03.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
03.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
03.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
03.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
03.001.04.122.0003.2.042.			Outras despesas com a Secretaria de Administração		
47	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	8.664,56
03.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
03.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
03.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
03.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
03.001.04.122.0003.2.042.			Outras despesas com a Secretaria de Administração		
49	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.001.10.122.0000.0.000.			Administração Geral		
05.001.10.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
05.001.10.122.0003.2.044.			Outras despesas com a Secretaria de Saúde		
74	-	3.1.90.11.00.00	43	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	114.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.001.10.122.0000.0.000.			Administração Geral		
05.001.10.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
05.001.10.122.0003.2.044.			Outras despesas com a Secretaria de Saúde		
77	-	3.3.90.14.00.00	43	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	6.100,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.001.10.122.0000.0.000.			Administração Geral		
05.001.10.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
05.001.10.122.0003.2.044.			Outras despesas com a Secretaria de Saúde		
79	-	3.3.90.30.00.00	43	MATERIAL DE CONSUMO	16.996,80
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.001.10.122.0000.0.000.			Administração Geral		
05.001.10.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
05.001.10.122.0003.2.044.			Outras despesas com a Secretaria de Saúde		
81	-	3.3.90.36.00.00	43	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.700,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.001.10.122.0000.0.000.			Administração Geral		
05.001.10.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
05.001.10.122.0003.2.044.			Outras despesas com a Secretaria de Saúde		
82	-	3.3.90.39.00.00	43	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.301.0000.0.000.			Atenção Básica		
05.002.10.301.0075.0.000.			ATENCAO BASICA		
05.002.10.301.0075.2.046.			Manutenção do Prog. de Agentes Comunitários de Saúde - ACS		
87	-	3.1.90.11.00.00	48	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	36.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.301.0000.0.000.			Atenção Básica		
05.002.10.301.0075.0.000.			ATENCAO BASICA		
05.002.10.301.0075.2.047.			Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF		
98	-	3.3.90.30.00.00	46	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.301.0000.0.000.			Atenção Básica		
05.002.10.301.0075.0.000.			ATENCAO BASICA		
05.002.10.301.0075.2.047.			Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF		

101	-	3.3.90.39.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	15.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.301.0000.0.000.			Atenção Básica		
05.002.10.301.0075.0.000.			ATENCAO BASICA		
05.002.10.301.0075.2.050.			Manutenção do Programa Saúde Bucal		
106	-	3.1.90.11.00.00	47	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.301.0000.0.000.			Atenção Básica		
05.002.10.301.0075.0.000.			ATENCAO BASICA		
05.002.10.301.0075.2.050.			Manutenção do Programa Saúde Bucal		
110	-	3.3.90.36.00.00	43	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.301.0000.0.000.			Atenção Básica		
05.002.10.301.0075.0.000.			ATENCAO BASICA		
05.002.10.301.0075.2.063.			Manutenção de Despesas com Pessoal e Encargos/Fundo Municipal de Saúde		
116	-	3.1.90.11.00.00	45	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.302.0000.0.000.			Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
05.002.10.302.0146.0.000.			MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
05.002.10.302.0146.2.110.			Manutenção e encargos com Média e Alta Complexidade		
140	-	3.3.90.39.00.00	52	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	48.303,20
05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde		
05.002.10.303.0000.0.000.			Suporte Profilático e Terapêutico		
05.002.10.303.0076.0.000.			ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		
05.002.10.303.0076.2.055.			Manutenção do Programa Farmácia Básica		
145	-	3.3.90.32.00.00	43	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB GRATUITA	9.200,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.122.0000.0.000.			Administração Geral		
06.001.12.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
06.001.12.122.0003.2.041.			Outras despesas com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.		
164	-	3.3.90.30.00.00	42	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.122.0000.0.000.			Administração Geral		
06.001.12.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
06.001.12.122.0003.2.041.			Outras despesas com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.		
165	-	3.3.90.36.00.00	42	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.700,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.122.0000.0.000.			Administração Geral		
06.001.12.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
06.001.12.122.0003.2.041.			Outras despesas com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.		
166	-	3.3.90.39.00.00	42	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	3.300,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.122.0000.0.000.			Administração Geral		
06.001.12.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
06.001.12.122.0003.2.041.			Outras despesas com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.		
168	-	4.4.90.52.00.00	42	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.100,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.361.0000.0.000.			Ensino Fundamental		
06.001.12.361.0035.0.000.			TRANSPORTE ESCOLAR		
06.001.12.361.0035.2.037.			Manutenção e encargos com o QSE Fundo Salário Educação		
181	-	3.3.90.30.00.00	55	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.361.0000.0.000.			Ensino Fundamental		
06.001.12.361.0035.0.000.			TRANSPORTE ESCOLAR		
06.001.12.361.0035.2.128.			Manutenção de Veículos Escolares da Frota Municipal		

192	-	3.3.90.30.00.00	79	MATERIAL DE CONSUMO	1.880,14
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.001.12.361.0000.0.000.			Ensino Fundamental		
06.001.12.361.0035.0.000.			TRANSPORTE ESCOLAR		
06.001.12.361.0035.2.128.			Manutenção de Veículos Escolares da Frota Municipal		
195	-	3.3.90.39.00.00	79	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	400,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.002.00.000.0000.0.000.			FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA		
06.002.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.002.12.361.0000.0.000.			Ensino Fundamental		
06.002.12.361.0144.0.000.			EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		
06.002.12.361.0144.2.089.			Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - 60% - Ensino Fundamental		
238	-	3.1.90.11.00.00	28	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	66.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.002.00.000.0000.0.000.			FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA		
06.002.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.002.12.361.0000.0.000.			Ensino Fundamental		
06.002.12.361.0144.0.000.			EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		
06.002.12.361.0144.2.090.			Manutenção e Encargos do FUNDEB - 40% - Ensino Fundamental		
243	-	3.1.90.11.00.00	29	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37.000,00
245	-	3.1.90.11.00.00	42	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.002.00.000.0000.0.000.			FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA		
06.002.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.002.12.365.0000.0.000.			Educação Infantil		
06.002.12.365.0144.0.000.			EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		
06.002.12.365.0144.2.138.			Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - 60% - Ensino Infantil		
254	-	3.1.90.11.00.00	28	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.200,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.002.00.000.0000.0.000.			FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA		
06.002.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.002.12.365.0000.0.000.			Educação Infantil		
06.002.12.365.0144.0.000.			EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		
06.002.12.365.0144.2.139.			Manutenção e Encargos do FUNDEB - 40% - Ensino Infantil		
259	-	3.1.90.11.00.00	29	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	66.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.002.00.000.0000.0.000.			FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA		
06.002.12.000.0000.0.000.			Educação		
06.002.12.365.0000.0.000.			Educação Infantil		
06.002.12.365.0144.0.000.			EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		
06.002.12.365.0144.2.139.			Manutenção e Encargos do FUNDEB - 40% - Ensino Infantil		
265	-	3.3.90.39.00.00	42	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.003.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA DE ESPORTES		
06.003.27.000.0000.0.000.			Desporto e Lazer		
06.003.27.122.0000.0.000.			Administração Geral		
06.003.27.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
06.003.27.122.0003.2.021.			Manutenção e encargos com Diretoria Esporte e Lazer		
274	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	3.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.003.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA DE ESPORTES		
06.003.27.000.0000.0.000.			Desporto e Lazer		
06.003.27.812.0000.0.000.			Desporto Comunitário		
06.003.27.812.0044.0.000.			INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER		
06.003.27.812.0044.2.096.			Manutenção Ampliação e Conservação de Unidades Esportivas Públicas		
281	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	700,00
06.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER		
06.003.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA DE ESPORTES		
06.003.27.000.0000.0.000.			Desporto e Lazer		
06.003.27.812.0000.0.000.			Desporto Comunitário		
06.003.27.812.0044.0.000.			INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER		
06.003.27.812.0044.2.150.			Manutenção de atividades Esportivas nas Unidades Escolares, Associações Esportivas e etc.		
284	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	500,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		
07.001.08.122.0096.2.023.			Manutenção do Lar dos Idosos Tomé da Silva Guedes		
292	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		

07.001.08.122.0096.2.053.			Manutenção do Conselho Tutelar		
301	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		
07.001.08.122.0096.2.123.			Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação		
314	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.700,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		
07.001.08.122.0096.2.123.			Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação		
316	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		
07.001.08.122.0096.2.123.			Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação		
317	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		
07.001.08.122.0096.2.123.			Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação		
318	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO		
07.001.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.001.08.122.0000.0.000.			Administração Geral		
07.001.08.122.0096.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL		
07.001.08.122.0096.2.156.			Atendimento e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social		
325	-	3.3.90.32.00.00	41	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB GRATUITA	2.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.002.08.244.0000.0.000.			Assistência Comunitária		
07.002.08.244.0090.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		
07.002.08.244.0090.1.100.			Programa Criança Feliz		
334	-	3.3.90.36.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.900,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.002.08.244.0000.0.000.			Assistência Comunitária		
07.002.08.244.0090.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		
07.002.08.244.0090.2.083.			Manutenção do Programa PAIF		
351	-	3.3.90.36.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.002.08.244.0000.0.000.			Assistência Comunitária		
07.002.08.244.0090.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		
07.002.08.244.0090.2.124.			Manutenção do Programa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo.		
358	-	3.3.90.30.00.00	61	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.002.08.244.0000.0.000.			Assistência Comunitária		
07.002.08.244.0090.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		
07.002.08.244.0090.2.124.			Manutenção do Programa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo.		
359	-	3.3.90.36.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	14.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.000.0000.0.000.			Assistência Social		
07.002.08.244.0000.0.000.			Assistência Comunitária		
07.002.08.244.0090.0.000.			ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		
07.002.08.244.0090.2.126.			Manutenção do PACI - Piso de Alta Complexidade do Idoso.		
366	-	3.3.90.36.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.200,00
08.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE		
08.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE		
08.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
08.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
08.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		

08.001.04.122.0003.2.103.			Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente		
377	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.800,00
08.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE		
08.003.00.000.0000.0.000.			GERENCIA DE CULTURA		
08.003.13.000.0000.0.000.			Cultura		
08.003.13.392.0000.0.000.			Difusão Cultural		
08.003.13.392.0048.0.000.			INCENTIVO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS		
08.003.13.392.0048.2.079.			Manutenção de Atividades Culturais		
395	-	3.3.90.31.00.00	41	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	2.400,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
10.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
10.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.001.04.122.0003.2.069.			Pagamento de pessoal e encargos com a Secretaria de Obras		
426	-	3.1.90.11.00.00	41	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.100,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
10.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
10.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.001.04.122.0003.2.070.			Reforma e manutenção de máquinas e equipamentos		
428	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	300,00
429	-	3.3.90.30.00.00	44	MATERIAL DE CONSUMO	30.300,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
10.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
10.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.001.04.122.0003.2.070.			Reforma e manutenção de máquinas e equipamentos		
430	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.020,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
10.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
10.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.001.04.122.0003.2.070.			Reforma e manutenção de máquinas e equipamentos		
431	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	5.300,00
432	-	3.3.90.39.00.00	44	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	22.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
10.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
10.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.001.04.122.0003.2.108.			Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras		
436	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	27.480,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.			GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.04.000.0000.0.000.			Administração		
10.001.04.122.0000.0.000.			Administração Geral		
10.001.04.122.0003.0.000.			ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.001.04.122.0003.2.127.			Aquisição de combustíveis e lubrificantes		
440	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	40.300,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.002.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA URBANISMO		
10.002.15.000.0000.0.000.			Urbanismo		
10.002.15.451.0000.0.000.			Infra-Estrutura Urbana		
10.002.15.451.0060.0.000.			URBANISMO		
10.002.15.451.0060.2.081.			Coleta e Destinação do Lixo Residencial e Urbano		
467	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.640,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.002.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA URBANISMO		
10.002.15.000.0000.0.000.			Urbanismo		
10.002.15.451.0000.0.000.			Infra-Estrutura Urbana		
10.002.15.451.0060.0.000.			URBANISMO		
10.002.15.451.0060.2.105.			Urbanização, limpeza e manutenção de ruas, avenidas e praças e outros logradouros públicos		
471	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	4.100,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.002.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA URBANISMO		
10.002.15.000.0000.0.000.			Urbanismo		
10.002.15.451.0000.0.000.			Infra-Estrutura Urbana		
10.002.15.451.0060.0.000.			URBANISMO		
10.002.15.451.0060.2.105.			Urbanização, limpeza e manutenção de ruas, avenidas e praças e outros logradouros públicos		
472	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.200,00
10.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.003.00.000.0000.0.000.			DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO		
10.003.04.000.0000.0.000.			Administração		

10.003.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
10.003.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.003.04.122.0003.2.027.					Pagamento de pessoal e encargos com o DAE	
480	-	3.1.90.11.00.00		41	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.					SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.003.00.000.0000.0.000.					DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
10.003.17.000.0000.0.000.					Saneamento	
10.003.17.512.0000.0.000.					Saneamento Básico Urbano	
10.003.17.512.0080.0.000.					SANEAMENTO BÁSICO	
10.003.17.512.0080.2.011.					Pagamento de serviços de energia elétrica e telefonia/DAE	
492	-	3.3.90.39.00.00		41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	2.200,00
10.000.00.000.0000.0.000.					SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.003.00.000.0000.0.000.					DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
10.003.17.000.0000.0.000.					Saneamento	
10.003.17.512.0000.0.000.					Saneamento Básico Urbano	
10.003.17.512.0080.0.000.					SANEAMENTO BÁSICO	
10.003.17.512.0080.2.029.					Manutenção Restauração e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água e Esgoto	
494	-	3.3.90.36.00.00		41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.					SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.003.00.000.0000.0.000.					DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
10.003.17.000.0000.0.000.					Saneamento	
10.003.17.512.0000.0.000.					Saneamento Básico Urbano	
10.003.17.512.0080.0.000.					SANEAMENTO BÁSICO	
10.003.17.512.0080.2.029.					Manutenção Restauração e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água e Esgoto	
495	-	3.3.90.39.00.00		41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	5.335,44
Total Suplementação:						**951.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução						
02.000.00.000.0000.0.000.					GABINETE DO PREFEITO	
02.002.00.000.0000.0.000.					UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
02.002.04.000.0000.0.000.					Administração	
02.002.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
02.002.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
02.002.04.122.0003.2.094.					Manutenção das atividades do Sistema de Controle Interno	
12	-	3.1.90.13.00.00		41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.421,77
02.000.00.000.0000.0.000.					GABINETE DO PREFEITO	
02.002.00.000.0000.0.000.					UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
02.002.04.000.0000.0.000.					Administração	
02.002.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
02.002.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
02.002.04.122.0003.2.094.					Manutenção das atividades do Sistema de Controle Interno	
13	-	3.3.90.14.00.00		41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
02.000.00.000.0000.0.000.					GABINETE DO PREFEITO	
02.003.00.000.0000.0.000.					CHEFIA DE GABINETE	
02.003.04.000.0000.0.000.					Administração	
02.003.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
02.003.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
02.003.04.122.0003.2.004.					Manutenção da administração distrital de Entre Rios	
23	-	3.3.90.39.00.00		41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.060,00
02.000.00.000.0000.0.000.					GABINETE DO PREFEITO	
02.003.00.000.0000.0.000.					CHEFIA DE GABINETE	
02.003.04.000.0000.0.000.					Administração	
02.003.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
02.003.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
02.003.04.122.0003.2.006.					Manutenção e encargos com a Chefia de Gabinete.	
27	-	3.3.90.14.00.00		41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
02.000.00.000.0000.0.000.					GABINETE DO PREFEITO	
02.004.00.000.0000.0.000.					ASSESSORIA JURIDICA	
02.004.04.000.0000.0.000.					Administração	
02.004.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
02.004.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
02.004.04.122.0003.2.005.					Manutenção e encargos com a Assessoria Jurídica	
32	-	3.1.90.13.00.00		41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.260,00
02.000.00.000.0000.0.000.					GABINETE DO PREFEITO	
02.004.00.000.0000.0.000.					ASSESSORIA JURIDICA	
02.004.04.000.0000.0.000.					Administração	
02.004.04.122.0000.0.000.					Administração Geral	
02.004.04.122.0003.0.000.					ADMINISTRAÇÃO GERAL	
02.004.04.122.0003.2.005.					Manutenção e encargos com a Assessoria Jurídica	
33	-	3.3.90.14.00.00		41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	850,00
03.000.00.000.0000.0.000.					SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.					GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.000.0000.0.000.					Administração	

03.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
03.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0003.2.003.				Pagamento de serviços telefônicos e de energia elétrica	
38	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	28.108,99
03.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
03.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0003.2.008.				Pagamento de pessoal e encargos com a Sec da Administração	
39	-	3.1.90.05.00.00	41	OUTROS BENEFÍCIOS PREV DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.136,47
03.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
03.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0003.2.042.				Outras despesas com a Secretaria de Administração	
48	-	3.3.90.92.00.00	41	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.612,78
04.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
04.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
04.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.001.04.122.0003.2.009.				Pagamento de pessoal e encargos com a Secretaria de Finanças e Planejamento	
53	-	3.3.90.18.00.00	41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.000,10
04.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
04.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
04.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.001.04.122.0003.2.106.				Manutenção e encargos com a Secretaria de Finanças e Planejamento	
58	-	3.3.90.92.00.00	41	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.725,27
04.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.14.000.0000.0.000.				Direitos da Cidadania	
04.001.14.422.0000.0.000.				Direitos Individuais, Coletivos Difusos	
04.001.14.422.0072.0.000.				APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	
04.001.14.422.0072.2.101.				Manutenção da Unidade do Procon Municipal	
63	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.14.000.0000.0.000.				Direitos da Cidadania	
04.001.14.422.0000.0.000.				Direitos Individuais, Coletivos Difusos	
04.001.14.422.0072.0.000.				APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	
04.001.14.422.0072.2.101.				Manutenção da Unidade do Procon Municipal	
64	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.28.000.0000.0.000.				Encargos Especiais	
04.001.28.846.0000.0.000.				Outros Encargos Especiais	
04.001.28.846.0140.0.000.				AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA	
04.001.28.846.0140.2.015.				Amortização de dívida com a ENERGISA	
69	-	4.6.90.77.00.00	41	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTR. REFINANCIADO	35.573,00
04.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO	
04.001.28.000.0000.0.000.				Encargos Especiais	
04.001.28.846.0000.0.000.				Outros Encargos Especiais	
04.001.28.846.0140.0.000.				AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA	
04.001.28.846.0140.2.017.				Pagamento de precatórios	
70	-	3.3.90.91.00.00	41	SENTENÇAS JUDICIAIS	16.825,45
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.				Administração Geral	
05.001.10.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
05.001.10.122.0003.2.044.				Outras despesas com a Secretaria de Saúde	
80	-	3.3.90.32.00.00	43	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB GRATUITA	400,00
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.				Administração Geral	
05.001.10.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
05.001.10.122.0003.2.044.				Outras despesas com a Secretaria de Saúde	
83	-	3.3.90.92.00.00	43	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.654,51
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	

05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.047.				Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF	
94	-	3.1.90.05.00.00	46	OUTROS BENEFÍCIOS PREV DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.047.				Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF	
97	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.960,06
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.047.				Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF	
100	-	3.3.90.39.00.00	43	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	4.608,00
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.063.				Manutenção de Despesas com Pessoal e Encargos/Fundo Municipal de Saúde	
119	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.367,46
120	-	3.1.90.13.00.00	45	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.834,28
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.064.				Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	
122	-	3.3.90.30.00.00	54	MATERIAL DE CONSUMO	2.131,05
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.064.				Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	
123	-	3.3.90.36.00.00	54	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.301.0000.0.000.				Atenção Básica	
05.002.10.301.0075.0.000.				ATENCAO BASICA	
05.002.10.301.0075.2.064.				Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	
124	-	3.3.90.39.00.00	54	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.151,74
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.302.0000.0.000.				Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.002.10.302.0146.0.000.				MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
05.002.10.302.0146.2.110.				Manutenção e encargos com Média e Alta Complexidade	
139	-	3.3.90.39.00.00	43	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	50.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.302.0000.0.000.				Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.002.10.302.0146.0.000.				MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
05.002.10.302.0146.2.111.				Manutenção Consórcio Regional de Saúde do Sul de Mato Grosso - CORESS	
144	-	3.3.50.41.00.00	52	CONTRIBUIÇÕES	1.930,32
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.303.0000.0.000.				Suporte Profilático e Terapêutico	
05.002.10.303.0076.0.000.				ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
05.002.10.303.0076.2.055.				Manutenção do Programa Farmácia Básica	
146	-	3.3.90.32.00.00	49	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB GRATUITA	33.740,21
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.305.0000.0.000.				Vigilância Epidemiológica	
05.002.10.305.0079.0.000.				VIGILÂNCIA EM SAUDE	
05.002.10.305.0079.2.051.				Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica	
157	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.428,11
05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.305.0000.0.000.				Vigilância Epidemiológica	
05.002.10.305.0079.0.000.				VIGILÂNCIA EM SAUDE	
05.002.10.305.0079.2.051.				Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica	
158	-	3.3.90.14.00.00	43	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.122.0000.0.000.				Administração Geral	
06.001.12.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
06.001.12.122.0003.2.032.				Pagamento de serviços telefônicos e de energia elétrica Sec Educação	
162	-	3.3.90.39.00.00	42	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	5.957,72
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.361.0000.0.000.				Ensino Fundamental	
06.001.12.361.0035.0.000.				TRANSPORTE ESCOLAR	
06.001.12.361.0035.2.040.				Locação de veículos para transporte escolar	
182	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.250,00
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.361.0000.0.000.				Ensino Fundamental	
06.001.12.361.0035.0.000.				TRANSPORTE ESCOLAR	
06.001.12.361.0035.2.040.				Locação de veículos para transporte escolar	
187	-	3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	7.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.361.0000.0.000.				Ensino Fundamental	
06.001.12.361.0035.0.000.				TRANSPORTE ESCOLAR	
06.001.12.361.0035.2.102.				Aquisição de combustíveis e lubrificantes/Sec Educação	
189	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	2.059,16
190	-	3.3.90.30.00.00	42	MATERIAL DE CONSUMO	14.192,40
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.361.0000.0.000.				Ensino Fundamental	
06.001.12.361.0035.0.000.				TRANSPORTE ESCOLAR	
06.001.12.361.0035.2.128.				Manutenção de Veículos Escolares da Frota Municipal	
191	-	3.3.90.30.00.00	42	MATERIAL DE CONSUMO	6.647,18
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.361.0000.0.000.				Ensino Fundamental	
06.001.12.361.0036.0.000.				MERENDA ESCOLAR	
06.001.12.361.0036.2.036.				Manutenção e encargos com o PNAE	
196	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
197	-	3.3.90.30.00.00	42	MATERIAL DE CONSUMO	8.442,66
198	-	3.3.90.30.00.00	57	MATERIAL DE CONSUMO	3.996,74
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.365.0000.0.000.				Educação Infantil	
06.001.12.365.0036.0.000.				MERENDA ESCOLAR	
06.001.12.365.0036.2.034.				Manutenção do PNAC	
216	-	3.3.90.30.00.00	42	MATERIAL DE CONSUMO	14.124,78
217	-	3.3.90.30.00.00	59	MATERIAL DE CONSUMO	11.339,81
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.365.0000.0.000.				Educação Infantil	
06.001.12.365.0144.0.000.				EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	
06.001.12.365.0144.2.135.				Manutenção e encargos com o Programa Brasil Carinhoso Apoio às creches	
218	-	3.3.90.30.00.00	54	MATERIAL DE CONSUMO	2.600,00
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.365.0000.0.000.				Educação Infantil	
06.001.12.365.0144.0.000.				EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	
06.001.12.365.0144.2.135.				Manutenção e encargos com o Programa Brasil Carinhoso Apoio às creches	
219	-	3.3.90.39.00.00	54	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	6.159,44
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.000.0000.0.000.				Educação	
06.001.12.367.0000.0.000.				Educação Especial	
06.001.12.367.0049.0.000.				EDUCAÇÃO ESPECIAL	

06.001.12.367.0049.2.131.	Manutenção e encargos - Convenio Pestalozzi				
227	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	5.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO				
06.001.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.001.12.367.0000.0.000.	Educação Especial				
06.001.12.367.0049.0.000.	EDUCAÇÃO ESPECIAL				
06.001.12.367.0049.2.131.	Manutenção e encargos - Convenio Pestalozzi				
230	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.960,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA				
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental				
06.002.12.361.0144.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA				
06.002.12.361.0144.2.090.	Manutenção e Encargos do FUNDEB - 40% - Ensino Fundamental				
246	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.519,49
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE ESPORTES				
06.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer				
06.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral				
06.003.27.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
06.003.27.122.0003.2.021.	Manutenção e encargos com Diretoria Esporte e Lazer				
270	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE ESPORTES				
06.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer				
06.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário				
06.003.27.812.0044.0.000.	INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER				
06.003.27.812.0044.2.096.	Manutenção Ampliação e Conservação de Unidades Esportivas Públicas				
282	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	3.615,53
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE ESPORTES				
06.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer				
06.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário				
06.003.27.812.0044.0.000.	INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER				
06.003.27.812.0044.2.151.	Manutenção das atividades esportivas junto ao esporte amador				
285	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE ESPORTES				
06.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer				
06.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário				
06.003.27.812.0044.0.000.	INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER				
06.003.27.812.0044.2.151.	Manutenção das atividades esportivas junto ao esporte amador				
286	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO				
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.001.08.122.0000.0.000.	Administração Geral				
07.001.08.122.0096.0.000.	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
07.001.08.122.0096.2.023.	Manutenção do Lar dos Idosos Tomé da Silva Guedes				
294	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	7.569,27
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO				
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.001.08.122.0000.0.000.	Administração Geral				
07.001.08.122.0096.0.000.	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
07.001.08.122.0096.2.053.	Manutenção do Conselho Tutelar				
297	-	3.1.90.11.00.00	41	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.097,81
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO				
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.001.08.122.0000.0.000.	Administração Geral				
07.001.08.122.0096.0.000.	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
07.001.08.122.0096.2.053.	Manutenção do Conselho Tutelar				
299	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	240,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO				
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.001.08.122.0000.0.000.	Administração Geral				
07.001.08.122.0096.0.000.	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
07.001.08.122.0096.2.053.	Manutenção do Conselho Tutelar				
302	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	2.920,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO				
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.001.08.122.0000.0.000.	Administração Geral				
07.001.08.122.0096.0.000.	ASSISTÊNCIA SOCIAL				

07.001.08.122.0096.2.113.				Reestruturar o CRAS por meio de manutenção e melhoramento de equipamentos e instrumentos	
303	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	560,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.113.				Reestruturar o CRAS por meio de manutenção e melhoramento de equipamentos e instrumentos	
305	-	3.3.90.30.00.00	61	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.113.				Reestruturar o CRAS por meio de manutenção e melhoramento de equipamentos e instrumentos	
306	-	3.3.90.32.00.00	41	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB GRATUITA	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.113.				Reestruturar o CRAS por meio de manutenção e melhoramento de equipamentos e instrumentos	
307	-	3.3.90.36.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.113.				Reestruturar o CRAS por meio de manutenção e melhoramento de equipamentos e instrumentos	
308	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	2.645,57
309	-	3.3.90.39.00.00	60	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.123.				Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	
505	-	3.1.90.96.00.00	41	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	5.937,50
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.123.				Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	
315	-	3.3.90.18.00.00	41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.252,20
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.154.				Ampliação da oferta de recursos materiais e humanos para as oficinas e cursos	
319	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.156.				Atendimento e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social	
326	-	3.3.90.33.00.00	41	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.905,02
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.156.				Atendimento e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social	
327	-	3.3.90.48.00.00	41	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.241.0000.0.000.				Assistência ao Idoso	
07.002.08.241.0092.0.000.				ASSISTÊNCIA AO IDOSO	
07.002.08.241.0092.1.015.				Reforma e Ampliação do Centro da Melhor Idade	
331	-	4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	82.100,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	

07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.1.100.				Programa Criança Feliz	
332	-	3.3.90.14.00.00	61	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.1.100.				Programa Criança Feliz	
333	-	3.3.90.30.00.00	61	MATERIAL DE CONSUMO	4.698,86
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.014.				Manutenção do Programa Co-Financiamento	
337	-	3.3.90.30.00.00	61	MATERIAL DE CONSUMO	8.644,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.014.				Manutenção do Programa Co-Financiamento	
338	-	3.3.90.36.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.014.				Manutenção do Programa Co-Financiamento	
339	-	3.3.90.39.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.014.				Manutenção do Programa Co-Financiamento	
340	-	4.4.90.52.00.00	61	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.851,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.026.				Manutenção do Programa IGD/SUAS	
344	-	4.4.90.52.00.00	61	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.082.				Manutenção do Programa FUPIS	
345	-	3.3.90.30.00.00	61	MATERIAL DE CONSUMO	2.214,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.083.				Manutenção do Programa PAIF	
349	-	3.3.90.14.00.00	61	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.002.08.244.0000.0.000.				Assistência Comunitária	
07.002.08.244.0090.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
07.002.08.244.0090.2.124.				Manutenção do Programa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo.	
360	-	3.3.90.39.00.00	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	883,00
08.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
08.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
08.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
08.001.04.122.0003.2.103.				Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente	
374	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.760,00
08.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.002.00.000.0000.0.000.				GERENCIA DE MEIO AMBIENTE	
08.002.23.000.0000.0.000.				Comércio e Serviços	
08.002.23.542.0000.0.000.				Controle Ambiental	

08.002.23.542.0072.0.000.				APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	
08.002.23.542.0072.1.112.				Implantação da Coleta Seletiva de Lixo	
393	-	4.4.90.52.00.00	66	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	69.573,76
09.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.20.000.0000.0.000.				Agricultura	
09.001.20.122.0000.0.000.				Administração Geral	
09.001.20.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
09.001.20.122.0003.2.067.				Outras despesas com a Secretaria de Agricultura.	
408	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.20.000.0000.0.000.				Agricultura	
09.001.20.122.0000.0.000.				Administração Geral	
09.001.20.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
09.001.20.122.0003.2.067.				Outras despesas com a Secretaria de Agricultura.	
412	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	9.168,82
09.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.20.000.0000.0.000.				Agricultura	
09.001.20.122.0000.0.000.				Administração Geral	
09.001.20.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
09.001.20.122.0003.2.084.				Despesas com Realiz. do Evento Anual - Expovale	
413	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	3.052,98
09.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.20.000.0000.0.000.				Agricultura	
09.001.20.122.0000.0.000.				Administração Geral	
09.001.20.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
09.001.20.122.0003.2.084.				Despesas com Realiz. do Evento Anual - Expovale	
414	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.107,00
09.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.20.000.0000.0.000.				Agricultura	
09.001.20.122.0000.0.000.				Administração Geral	
09.001.20.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
09.001.20.122.0003.2.084.				Despesas com Realiz. do Evento Anual - Expovale	
415	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.137,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.108.				Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras	
433	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	4.680,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.152.				Aquisição de bens móveis	
442	-	4.4.90.52.00.00	44	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	76.150,70
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.153.				Capacitação de servidores	
443	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.153.				Capacitação de servidores	
444	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.15.000.0000.0.000.				Urbanismo	
10.001.15.451.0000.0.000.				Infra-Estrutura Urbana	
10.001.15.451.0064.0.000.				PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	
10.001.15.451.0064.2.068.				Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas	
446	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.582,06
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.15.000.0000.0.000.				Urbanismo	
10.001.15.451.0000.0.000.				Infra-Estrutura Urbana	

10.001.15.451.0064.0.000.	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
10.001.15.451.0064.2.068.	Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas				
447	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	781,46
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.001.15.451.0064.0.000.	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
10.001.15.451.0064.2.068.	Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas				
449	-	4.4.90.51.00.00	44	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.847,16
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.26.000.0000.0.000.	Transporte				
10.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário				
10.001.26.782.0102.0.000.	ESTRADAS VICINAIS				
10.001.26.782.0102.2.071.	Recuperação e abertura de estradas vicinais				
455	-	3.3.90.39.00.00	44	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	38.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.26.000.0000.0.000.	Transporte				
10.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário				
10.001.26.782.0102.0.000.	ESTRADAS VICINAIS				
10.001.26.782.0102.2.072.	Construção e Recuperação de Pontes e Pontilhões				
459	-	3.3.90.30.00.00	44	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.26.000.0000.0.000.	Transporte				
10.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário				
10.001.26.782.0102.0.000.	ESTRADAS VICINAIS				
10.001.26.782.0102.2.072.	Construção e Recuperação de Pontes e Pontilhões				
461	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	2.595,00
462	-	3.3.90.39.00.00	44	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	27.700,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO				
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.002.15.451.0060.0.000.	URBANISMO				
10.002.15.451.0060.1.006.	Revitalização de Praças Publicas Municipais				
465	-	4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.100,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO				
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.002.15.451.0060.0.000.	URBANISMO				
10.002.15.451.0060.2.081.	Coleta e Destinação do Lixo Residencial e Urbano				
466	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO				
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.002.15.451.0060.0.000.	URBANISMO				
10.002.15.451.0060.2.081.	Coleta e Destinação do Lixo Residencial e Urbano				
468	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	4.655,09
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO				
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.002.15.451.0060.0.000.	URBANISMO				
10.002.15.451.0060.2.105.	Urbanização, limpeza e manutenção de ruas, avenidas e praças e outros logradouros públicos				
474	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	57.625,06
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO				
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.002.15.451.0150.0.000.	OBRAS PÚBLICAS E INFRA ESTRUTURA				
10.002.15.451.0150.1.096.	Construção, Ampliação e Recuperação de Edificações Públicas				
478	-	4.4.90.51.00.00	44	OBRAS E INSTALAÇÕES	7.025,28
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO				
10.003.04.000.0000.0.000.	Administração				
10.003.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
10.003.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
10.003.04.122.0003.2.028.	Aquisição de combustíveis e lubrificantes				
483	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	36,13
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO				
10.003.04.000.0000.0.000.	Administração				

10.003.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.003.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.003.04.122.0003.2.066.				Outras despesas com o Departamento de Água e Esgoto	
484	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.003.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
10.003.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.003.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.003.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.003.04.122.0003.2.066.				Outras despesas com o Departamento de Água e Esgoto	
487	-	3.3.90.39.00.00	41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	6.183,93
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.003.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
10.003.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.003.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.003.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.003.04.122.0003.2.066.				Outras despesas com o Departamento de Água e Esgoto	
488	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.251,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.003.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
10.003.28.000.0000.0.000.				Encargos Especiais	
10.003.28.846.0000.0.000.				Outros Encargos Especiais	
10.003.28.846.0140.0.000.				AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA	
10.003.28.846.0140.2.016.				Amortização de dívida com a SANEMAT	
502	-	4.6.90.77.00.00	41	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTR. REFINANCIADO	5.824,86
					951.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de Novembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

Órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO.

Identificação: Pregão Presencial nº 002/2019

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos**.**

Data: 13/03/2019

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 20 de fevereiro de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 001/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 001/2019, TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO ZERO QUILOMETRO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DAE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR as EMPRESAS REAVEL VEICULOS EIRELLI – CNPJ: 30.260.538/0001-04 no valor global de R$ 360.200,00 (trezentos e sessenta mil e duzentos reais) e VILLE DE FRANCE VEICULOS LTDA – CNPJ: 07.539.157/0001-39 no valor global de R$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais), conforme resultado do Pregão Presencial 001/2019, destinado a atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições e especificações, constantes no edital do Pregão 001/2019 e seus anexos.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 20 de fevereiro de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
DECISÃO QUANTO AOS RECURSOS INTERPOSTOS PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão do Processo Seletivo Público N° 001/2019 para seleção de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, nomeada pela Portaria 047/2019, faz saber que não houve recursos contra o Edital de Abertura do Processo Seletivo Público.

Feliz Natal, 18 de Fevereiro de 2019.

_____

Silmara de Souza

Presidente da Comissão Processo Seletivo Público 001/2019

Portaria Nº 047/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 DE 20/02/2019

Art.1º A presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Nº 001/2019, no uso de suas atribuições legais, informa a seguinte retificação referente ao Processo Seletivo Público, aberto através do Edital Nº 001/2019, conforme discriminado abaixo:

Onde se lê:

2 - DA INSCRIÇÃO 2.3 Documentações necessárias para a realização da inscrição: RG, CPF, comprovante de residência, documento comprobatório de escolaridade (ensino fundamental) e duas fotos 3x4 recentes. Leia-se: **2 - DA INSCRIÇÃO** 2.3 Documentações necessárias para a realização da inscrição: RG, CPF, comprovante de residência, e duas fotos 3x4 recentes. Onde se lê:

6 – **DA CLASSIFICAÇÃO E ENTREVISTAS INDIVIDUAIS**

3.1.1 – Os candidatos classificados na prova objetiva serão convocados para entrevistas, individual e coletiva, com um profissional designado pela Comissão Especial do Teste Seletivo Público.

Leia-se:

6 – **DA CLASSIFICAÇÃO E ENTREVISTAS INDIVIDUAIS**

3.1.2 – Os candidatos classificados na prova objetiva serão convocados para entrevistas, individual e coletiva, com um profissional designado pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público.

Onde se lê:

10 – DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

10.2– As convocações deverão ocorrer de forma intercalada entre os candidatos em situação normal e os candidatos portadores de necessidades especiais, sendo que o primeiro candidato a ser convocado, será o em situação normal, seguido por um candidato portador de necessidade especial caso haja;

10.4.15- Comprovante de Escolaridade, por meio de diploma ou certificado, de conclusão de Ensino Fundamental; 10.4.25.6 - Eletrocardiograma (E.C.G); 10.4.25.7 - RX de tórax em P.A. e perfil; 10.4.25.8 - RX coluna cervical torácica e lombar;

Leia-se:

Subitem 10.2 foi retirado do Edital

10.4.15 - Comprovante de Escolaridade, por meio de diploma ou certificado, de conclusão de Ensino Médio.

10.4.25.6 - Eletrocardiograma (E.C.G) com laudo; 10.4.25.7 - RX de tórax em P.A. e perfil com laudo; 10.4.25.9 - RX coluna cervical torácica e lombar com laudo;

Onde se lê:

SILMARA DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO TESTE SELETIVO PUBLICO 001/2019 PORTARIA N 047/2019

Leia-se:

SILMARA DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 005/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria Municipal nº. 028/2019, torna público que nos precisos termos do Art. 24 I, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores que realizará o processo licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2019**, visando a contratação **SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO PADRÃO DNIT, PARA ESTUDO DE ESTRADA RIO FERRO, DE UM TRECHO DE 15 KM, COMPREENDENDO DO TRECHO SAINDO DA CIDADE ATÉ O PONTO DE KM 15 DA ESTRADA RIO FERRO.**

Feliz Natal - MT - em, 20 de fevereiro de 2019.

_____

DULCILENE TSCHINKEL

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 028/2019

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N. 011/2019

PORTARIA N. 011/2019

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição em favor da Servidora Sr.ª CRISTINA RIEMER CHERNAKI PASSADOR".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da redação determinada pelo artigo Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constituição n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, Inciso III, § 3º da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2016 que rege a Previdência Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal e Decreto Municipal nº 009/2019.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição,** com Proventos Integrais em favor da Servidora **Sr.ª CRISTINA RIEMER CHERNAKI PASSADOR,** brasileira, casada, residente na Rua Milton dos Reis, nº 513-N - Centro de Feliz Natal/MT, portadora de RG 568 276 SSP/MT, CPF: 488.599.071-87, servidora **EFETIVA**, no cargo de **PROFESSORA CLASSE C, COM ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU – 20 HRS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Matrícula 81, tendo contribuído 9.161 **(Nove mil cento e sessenta e um dias líquidos), correspondendo há 25 anos, e 01 mês de 05 dias**, conforme Processo Administrativo 2019.09.00001A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT Diretora Executiva HOMOLOGO: RAFAEL PAVEI Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N. 012/2019

PORTARIA N. 012/2019

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição em favor da Servidora Sr.ª CRISTINA RIEMER CHERNAKI PASSADOR".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da redação determinada pelo artigo Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constituição n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, Inciso III, § 3º da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2016 que rege a Previdência Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal e Decreto Municipal nº 009/2019.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição,** com Proventos Integrais em favor da Servidora **Sr.ª CRISTINA RIEMER CHERNAKI PASSADOR,** brasileira, casada, residente na Rua Milton dos Reis, nº 513-N - Centro de Feliz Natal/MT, portadora de RG 568 276 SSP/MT, CPF: 488.599.071-87, servidora **EFETIVA**, no cargo de **PROFESSORA CLASSE C, COM ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU – 20 HRS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Matrícula 996, tendo contribuído 9.161 **(Nove mil cento e sessenta e um dias líquidos), correspondendo há 25 anos, e 01 mês de 05 dias**, conforme Processo Administrativo 2019.09.00001A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT Diretora Executiva HOMOLOGO: RAFAEL PAVEI Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 19 de fevereiro de 2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2019, tendo como objeto ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÃO ¾, VEÍCULO DE PASSEIO E MOTOCICLETA, TODOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIAS MUNICIPAIS,**Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a Empresa: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA, sagrou-se vencedora dos itens 0001, com valor final de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), item 002, com valor final de R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), item 003, com valor final de R$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais); A empresa EXTRA MAQUINAS S/A sagrou-se vencedora do item 004, com valor final de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Feliz Natal – MT, 20 de fevereiro de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 027/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º075/2019.

DATA: 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

SÚMULA: NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, ESPECIALMENTE PELO DISPOSTO NO ART.37, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI MUNICIPAL Nº 362/2011 E LEI FEDERAL 13.595/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a **COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019** do Município Feliz Natal - MT**,** conforme adiante segue:

PRESIDENTE: SILMARA DE SOUZA; Servidora Publica Municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula funcional nº 1463, inscrita no CPF sob n° 012.847.190-57.

SECRETÁRIA: JUSSARA CARLOS DA SILVA; Servidora Publica Municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula funcional nº 2145, inscrita no CPF sob n° 703.545.701-10.

MEMBROS:

CRISTINA ROSA; Servidora Publica Municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula funcional nº 1002, inscrita no CPF sob n° 729.789. 450-87.

AMANDA EVANGELISTA DA SILVA; Servidora Publica Municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula funcional nº 1938, inscrita no CPF sob n° 038.040.711-63.

AURITANIA CRUZ NOBRE; Servidora Publica Municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula funcional nº 1649, inscrita no CPF sob n° 024.910.341-90.

Art. 2º. A Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do processo Seletivo Publico Nº 001/2019 é soberana e com total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos eventualmente não previstos no Edital do supracitado do Processo Seletivo Publico.

Art. 3º. Os trabalhos a serem realizados por esta Comissão serão considerados de relevância ao Município de Feliz Natal-MT, sem ônus ao erário público.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria 047/2019.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL Nº 001/2019 – REEDITADO CONSOLIDADO COM AS ALTERAÇÕES ATÉ O EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 DE 20/02/2019

O Município de Feliz Natal, através do Prefeito Municipal, Sr**. Rafael Pavei**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei e a Comissão Municipal do **Processo Seletivo Público**, nomeada pela Portaria nº 047/2019, de 01de Fevereiro de 2019, substituida pela Portaria 075/2019, com as atribuições que lhe são conferidas em Lei, com fundamento no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº. 13. 595 de 05 de Janeiro de 2018, Lei Municipal nº 362/2011 e demais legislação pertinente, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados, a abertura do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** para a Prefeitura Municipal de Feliz Natal, destinado à seleção de pessoal, para contratação por prazo indeterminado, conforme abaixo discriminado:

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. O Processo Seletivo Público será regido por este edital, fiscalizado pela Comissão Organizadora nomeada pela Portaria nº 047/2019, de 01 de Fevereiro 2019, sendo que a responsabilidade técnico administrativa pela sua elaboração é da Prefeitura Municipal de Feliz Natal. 1.2. O Processo Seletivo Público destina-se a selecionar candidatos para admissão no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Feliz Natal para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de combate às Endemias, conforme **Anexo I** deste Edital, onde se encontram também dispostos os respectivos vencimentos, carga horária de trabalho, escolaridade e número de vagas disponíveis. 1.3. A seleção de que trata este edital será composta de Prova Objetiva para avaliação de conhecimentos teóricos e entrevista para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de combate às Endemias. 1.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos. **2 – DA INSCRIÇÃO** 2.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2 A inscrição somente poderá ser efetuada **pessoalmente pelo candidato** no período compreendido entre os dias 14 de Fevereiro a 25 de Fevereiro de 2019, das 08h00min às 10h30min e das 14h00min às 16h00min horas na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Dantes Martins de Oliveira nº 300 E, centro, em Feliz Natal – MT.

2.2.1 – Não serão aceitos pedidos de inscrição via postal, via fax, via correio eletrônico, condicional ou extemporâneo.

2.3 Documentações necessárias para a realização da inscrição: RG, CPF, comprovante de residência e duas fotos 3x4 recentes. 2.4 A inscrição será gratuita. 2.5 Requisitos necessários para realizar a inscrição: ser maior de 18 anos; ser brasileiro ou ter nacionalidade brasileira; ter concluído o ensino fundamental; residir na área de abrangência para a qual esta concorrendo à vaga, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; preencher requerimento, em modelo próprio fornecido no ato de inscrição, no qual declare atender às normas expressas neste edital.

2.6.Qualquer informação falsa no requerimento de inscrição ou na documentação apresentada determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

2.7 No ato da inscrição o candidato receberá o seu cartão de identificação/comprovante de apresentação que será imprescindível para a realização das provas e, ao recebê-lo, deverá fazer a conferência dos

seguintes itens: nome; número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e unidade de federação emitente; número da inscrição e o cargo escolhido.

2.7.1 A homologação da inscrição será realizada imediatamente após a inscrição, momento em que o candidato será informado, sendo de total responsabilidade do candidato as informações descritas e o cargo escolhido.

2.8 O candidato somente poderá fazer a prova mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de documento oficial com foto.

3 – DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES a. – O cargo, vagas, e especificações serão os constantes do ANEXO I do presente edital. b. – As atribuições sintéticas do cargo constam no ANEXO III do presente edital, as quais reproduzem o apregoado na Lei Federal 13.595/2018. c. – Os candidatos ao cargo obrigam-se a prestar os serviços inerentes ao cargo, na área de abrangência de cada unidade básica de saúde, respeitando o lotacionograma e a ordem de classificação, sendo que a recusa em prestar os serviços, na vaga de direito, importa em desistência tácita do presente Processo Seletivo Público. **11 – DAS PROVAS OBJETIVAS** a. – Data e local da prova objetiva: **i.** – As provas objetivas serão realizadas na data prevista de 17 **de Março de 2019 das 08h00min às 12h00min horas, (horário oficial do Estado de Mato Grosso), na Escola Municipal Princesa Isabel.** b. – Das características das provas objetivas: i. – As provas objetivas terão duração máxima de 04 (quatro) horas contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos. ii. – A constituição das provas objetivas por nível é a seguinte:

Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias		
Nível Fundamental Completo		
Provas	Nº de Questões	Peso da Questão
Língua Portuguesa	10	3 pontos
Matemática	05	2 pontos
Conhecimentos Específicos	15	5 pontos

c. – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS i. – O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado para abertura dos portões, trazendo caneta esferográfica azul ou preta de tubo transparente, documento de identidade original e cartão de identificação/ comprovante de inscrição. ii. – **Os Portões serão abertos as 07h00min e fechados impreterivelmente as 07h30min**, em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o fechamento dos portões; iii. – Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item 4.3.1;

4.3.3.1 – O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Púbico não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.4 – Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira

expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.4.1 – O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato;

4.3.5 – Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.4; 4.3.6 – Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores;

4.3.6.1 – Também não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato;

4.3.7 – Não serão considerados aptos a realizarem as provas àqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecerem aos locais determinados para a realização das mesmas; 4.3.8 – Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa de tubo transparente; 4.3.9 – As questões respondidas erroneamente não anularão as questões respondidas corretamente; 4.3.10 – As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas; 4.3.11 – Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem à prova naquele cargo; 4.3.12 – Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso; 4.3.13 - O candidato só poderá sair da sala de provas depois de decorrido 01(uma) hora do início da prova, exceto para ir ao banheiro, tomar água ou amamentar. 4.3.14 – Os 3 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala, sob pena de eliminação. 4.3.15 – A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento antecipadamente para tal fim, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

4.3.15.1 – Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

4.3.16 – Ao encerrar a prova o candidato deverá entregar ao fiscal o **Cartão de Resposta devidamente assinado, sob pena de desclassificação**. 4.3.17 - O candidato poderá retirar-se da sala levando o caderno de questões, somente depois de

02h00min (duas horas) do efetivo início da prova.

4.3.17.1 – Após a conclusão do período de aplicação da prova, os cadernos de questões que restarem serão incinerados.

4.3.18 – Somente será permitido ao candidato ausentar-se da sala de provas para ir ao banheiro e para beber água, acompanhado de um fiscal. **4.3.19** - O gabarito provisório será disponibilizado a partir do dia **18 de Março de 2019**, no mural da Prefeitura Municipal de Feliz Natal e da Secretaria Municipal de Saúde e no site **http://www.feliznatal.mt.gov.br.**

4.3.20- O gabarito com resultado oficial será disponibilizado até 08 dias após a realização da prova no mural da Prefeitura Municipal de Feliz Natal e da Secretaria Municipal de Saúde.

12 – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS a. – Os programas das provas objetivas, onde constam às matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do **ANEXO II** do presente Edital.

5.1.3 - As atribuições típicas dos cargos e suas funções estão destacadas no **ANEXO III** do presente Edital.

13 – DA CLASSIFICAÇÃO E ENTREVISTAS INDIVIDUAIS a. – Dos critérios de classificação: i. – Para a classificação, o candidato terá que alcançar, no mínimo, a nota **50 (cinquenta) pontos** originados da soma das disciplinas da prova objetiva, sendo eliminado o candidato que não obtiver pelo menos um acerto em qualquer das disciplinas da prova objetiva aplicada. b. - Da entrevista individual i. – Os candidatos classificados na prova objetiva serão convocados para entrevistas, individual e coletiva, com um profissional designado pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público.

6.6.1.2 – As entrevistas têm por finalidade avaliar o perfil do candidato, sua capacidade de compreensão, expressão oral, iniciativa perante o grupo, liderança, respeito e compatibilidade entre a sua expectativa para o cargo e as necessidades do Município de Feliz Natal.

6.2.1.3 – Serão classificados os candidatos que obtiverem maior nota na somatória da prova objetiva com as entrevistas.

14 – DA DESCLASSIFICAÇÃO:

7.1.1 – Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) Ausentar-se da prova; b) Descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Equipe de Coordenação do Processo Seletivo Público nº 001/2019; c) Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato; d) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos; e) Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei; f) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição; g) Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação. **15 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA CLASSIFICAÇÃO** a. – Havendo empate na contagem de pontos na classificação do cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir: a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003 entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada. b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos; e) Maior nota na prova de Língua Portuguesa; f) Maior nota na prova de Matemática; g) Candidato que tiver mais idade; h) Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio. **16 – DO RESULTADO FINAL** a. – O resultado final do Processo Seletivo Público será homologado pelo Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado nos murais da Prefeitura Municipal de Feliz Natal e Secretaria Municipal de Saúde, no site **http://www.feliznatal.mt.gov.br**e na imprensa oficial do Município de Feliz Natal. **17 – DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA POSSE** a. - Os candidatos classificados serão convocados para nomeação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por Lei Complementar durante a validade do Processo Seletivo Público; b. – Os candidatos aprovados serão convocados

por Edital de Convocação publicado no TCE (Tribunal de Contas do Estado) e facultativamente na imprensa local – **http://www.feliznatal.mt.gov.br/**a comparecerem em data, horário e local preestabelecido para tomarem posse e receberem a designação do respectivo local de trabalho; c. – Para tomar posse o candidato deverá residir desde a data da publicação do Edital do Processo Seletivo Público 001/2019, na Área de Abrangência de atuação para a qual se inscreveu mediante comprovação de endereço domiciliar, com declaração elaborada de próprio punho pelo candidato, apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, e cópia simples que comprove o que segue abaixo: i. - Cédula de Identidade; ii. - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88); iii. - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); iv. - Certidão de Casamento ou Nascimento;

10.4.5- Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

10.4.6 - Certidão de Nascimento dos filhos; 10.4.7 - Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão); 10.4.8 - Cartão do PIS/PASEP; 10.4.9 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral; 10.4.10 - Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado); 10.4.11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse; 10.4.12 - 01 (uma) foto 3x4, atualizada; 10.4.14 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); 10.4.15 - Comprovante de Escolaridade, por meio de diploma ou certificado, de conclusão de Ensino Médio; 10.4.16 - Declaração constando endereço residencial; 10.4.17 - Declaração de Bens do candidato no ato da posse; 10.4.18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público; 10.4.19 - Cópia do CPF e RG do cônjuge; 10.4.20 - Declaração de não infringência do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e da disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária. 10.4.21 - Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico do município de origem do candidato; 10.4.22 - Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho e custeado pelo Município; 10.4.23 – Todos os exames complementares correrão às expensas do candidato; 10.4.24 – Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados: **10.4.25 – Exames Laboratoriais:** 10.4.25.1 – Urina tipo I; 10.4.25.2 – Hemograma completo em jejum; 10.4.25.3 – VDRL; 10.4.25.4 - Glicemia em jejum; 10.4.25.5 - Perfil lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Triglicerídeos); 10.4.25.6 - Eletrocardiograma (E.C.G) com laudo; 10.4.25.7 - RX de tórax em P.A. e perfil com laudo; 10.4.25.8 - RX coluna cervical torácica e lombar com laudo; **18 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO** a. –Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, em efetivo exercício das suas atividades, submetem-se ao Regime Jurídico Único estabelecido pelo Município - Lei Municipal Complementar Nº 03/2007. b. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias contribuirão ao Regime Previdenciário do Município de Feliz Natal, regido através da Lei Municipal nº 558/2016 que instituiu o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal - FELIZ PREVI. **19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** a. – O presente Processo Seletivo Público terá o prazo de 1 (um) ano contados a partir da sua homologação; i. – Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período por expressa determinação do prefeito municipal; b. – A inscrição neste Processo Seletivo Público, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste Edital; c. – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Prefeitura Municipal de Feliz Natal promoverá tantas convocações e nomeações quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Público dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venha ser criadas por Lei Complementar Específica; d. – Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos; e. – O candidato que, à época da posse, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal; f. – A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Público, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação; g. – A Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT irá divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais; h. – A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública; i. – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito; j. – Todas as publicações pertinentes ao presente Processo Seletivo Público, enquanto em andamento, serão realizadas nos murais da Prefeitura Municipal de Feliz Natal e Secretaria Municipal de Saúde, no site **http://www.feliznatal.mt.gov.br**e na imprensa oficial do Município de Feliz Natal. i. – As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Público e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial, e facultativamente na imprensa local, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento de tais publicações; 12.11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2019 12.12 - Os candidatos que necessitarem de atendimento especial, para a realização das provas (gestantes e lactantes) deverão requerer por escrito junto a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, com antecedência mínima de **72 horas** na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Dante Martins de Oliveira, nº 300-E, Centro, em Feliz Natal. 12.13 - Caso o candidato não utilize da prerrogativa disposta no subitem 12.12, terá tratamento igualitário junto aos demais concorrentes. 12.14 - O deferimento para o tratamento especial será avaliado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público. **13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** 13.1 – O Cronograma do Processo Seletivo Público nº 001/2019, disposto no Anexo IV deste Edital (as datas informadas são prováveis e passíveis de serem alteradas através de editais complementares); 13.1.2 – Período Geral de realização de inscrição: de **14 de Fevereiro a 25 de Fevereiro de 2019**; **13.1.3** – Data da Publicação da Lista com o nome dos candidatos inscritos: **04 de Março de 2019;** 13.1.4 – Data provável da realização da prova objetiva: **17 de Março de 2019**; **13.1.5** – Prazo para divulgação dos gabaritos provisórios: **dia 18 de Março de 2019** nos murais da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde e no site: site **http://www.feliznatal.mt.gov.br** 13.1.6 – Divulgação dos classificados para a etapa de entrevistas: até 10 dias após a prova objetiva. **14 – DOS RECURSOS** 14.1 – Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Público nº 001/2019** caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital: a) Indeferimento de inscrição: **2 (dois) dias úteis após a publicação**; b) Divulgação do gabarito das questões objetivas**: 2 (dois) dias úteis após a publicação**; c) Divulgação do resultado do Processo Seletivo Público: **2 (dois) dias úteis após a publicação**; 14.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível; 14.3 – Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso; 14.4 – Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações; 14.5 – O recurso deverá ser digitado através de requerimento, e destinado à Comissão Organizadora e protocolado na Secretaria Municipal de Saúde. 14.6 – A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que

será fixado no átrio da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde de Feliz Natal – MT. **14.7** – Todos os anexos pertinentes à inscrição e informações deste edital de Processo Seletivo Público estão disponibilizados nos murais da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Saúde de Feliz Natal – MT e no site **http://www.feliznatal.mt.gov.br.**

Feliz Natal- MT, 20 de Fevereiro de 2019.

RAFAEL PAVEI PREFEITO MUNICIPAL

SILMARA DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSO SELETIVO PUBLICO 001/2019 PORTARIA N 075/2019

ANEXO I TABELA DE CARGOS

Cargo	Escolaridade/Requisitos Exigidos	Vagas Imediatas	Vagas cadastro de reserva	Vagas PCD	Carga horária semanal	Vencimento Base	Local/Trabalho
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Completo, e residir na área da comunidade onde vai atuar desde a data de Publicação deste Edital.	01	01	0	40 horas	R$ 1.339,27	Unidade Básica de Saúde Natalino Matuda
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Completo, e residir na área da comunidade onde vai atuar desde a data de Publicação deste Edital.	01	01	0	40 horas	R$ 1.339,27	Unidade Básica de Saúde Atenção Básica I
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Completo, e residir na área da comunidade onde vai atuar desde a data de Publicação deste Edital.	01	01	0	40 horas	R$ 1.339,27	Unidade Básica de Saúde Central (Vaga para o Assentamento Ena)
Agente de Combate às Endemias	Ensino Fundamental Completo.	02	01	0	40 horas	R$ 1.339,27	Secretaria Municipal de Saúde/ Vigilância Ambiental

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de texto. Ortografia: emprego das letras e dos acentos. Divisão Silábica. Acentuação gráfica. Verbos: conjugação e emprego dos tempos e modos verbais. Homônimos e Parônimos. Substantivo e adjetivo. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação. Sinônimos e antônimos. Formação das Palavras. Numeral.

MATEMÁTICA: Conhecimento básico com as quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão. Conhecimento de operações básicas com números decimais. Conjuntos. Problemas matemáticos e de Raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Portaria Nº 2.436 de

21/09/2017; Legislação do SUS; Aleitamento Materno; Calendário de Vacinação: criança, adulto, gestante e idoso; Carta dos direitos dos usuários da saúde; Cuidados com a alimentação; Diretrizes Operacionais do P.A.C.S.; Educação permanente; Entrevistas; Pesquisas e Coleta de dados; Estatuto do Idoso - Lei 10.741 de 01/10/2003; Estrutura Familiar, Relacionamento familiar; Lei 13.595 de 05/01/2018; Lei 8.142 de 28/12/1990 - dispõe sobre a Participação da Comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS; Meio ambiente; Noções de Hipertensão Arterial, Hanseníase, Diabetes e Tuberculose; Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - P.A.C.S.; Organização da demanda e Organização dos métodos e da rotina de trabalho; Portaria nº 44/GM, de 03/01/2002 - Atividades do ACS quanto a orientação às famílias e à comunidade para a prevenção e o controle de doenças endêmicas; Prevenção e Controle das DST/AIDS na comunidade; SUS - Princípios e diretrizes; Trabalho em Equipe; Visitas Domiciliares; Como proceder em casos de doenças contagiosas; Planejamento local de atividades, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Feliz Natal – MT.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Conhecimentos

básicos do SUS (Sistema Único de Saúde); O papel e a função do Agente de Combate a Endemia; Planejamento e Meio ambiente, água, solo e poluição, endemias e epidemias; Vigilância no território: O que é e como o território vem sendo usado pela saúde pública, Como você delimita o seu território de atuação com trabalhador de saúde, A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância; Medidas de controle das principais endemias: vias de transmissão, controle vetorial químico e físico.Situação epidemiológica; Leishmaniose: características epidemiológicas: ciclo, modo de transmissão, período de incubação, suscetibilidade e imunidade; aspectos clínicos no cão; medidas preventivas dirigidas à população humana, ao vetor e à população canina; Protocolo de exames de laboratório; Dengue: noções sobre a dengue, biologia dos vetores, operações de campo, reconhecimento geográfico, tratamento focal, tratamento perifocal, bloqueio, equipamentos de proteção individual, formas de controle, Programa Nacional de Controle da Dengue; Febre Chikungunya: o que é, significado do nome, área de circulação, situação nas Américas, transmissão, notificação de caso e prevenção;Raiva: noções sobre a doença, vacinação anti-rábica animal, controle de morcegos em áreas urbanas; Roedores / Leptospirose: controle de roedores em áreas urbanas; leptospirose: sintomas, transmissão, prevenção; Animais Peçonhentos: ofídeos, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros. Educação em Saúde e participação comunitária. Tratamento adequado do lixo; Controle Biológico e manejo Ambiental. Lei 13.595 de 05/01/2018; Portaria Nº 2.436 de 21/09/2017.

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

Em conformidade com a Lei Federal nº 13.595 de 05/01/2018 e Portaria MS nº 2.436 de 21/09/2017

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

a) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural; II - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;

III - o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde; IV - a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional; V - a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento: a) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério; b) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto; c) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura; d) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas; f) da pessoa em sofrimento psíquico; g) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas; h) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal; i) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; j) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; V - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento: a) de situações de risco à família; b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde; c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação; VI - o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social. **b) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:** I - a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; II - a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; III - a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência; IV - a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade; V - a verificação antropométrica. **c) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação:**

I - a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico; II - a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

III - a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde; IV - a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença; V - a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde; VI - o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde; VII - o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS:

a) São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação: I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde; II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica; III - identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável; IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; V - realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; VI - cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; VII - execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; VIII - execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; IX - registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS; X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores. **b) É considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:** I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações; II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município; III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes; IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública; V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde. **c)** O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental. **ANEXO IV CRONOGRAMA**

Processo Seletivo Público – Previsão do Cronograma de Trabalhos

OCORRÊNCIAS PREVISTAS	DATAS PROVAVÉIS
Período de ampla divulgação: Jornal Oficial AMM e sitio eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br	A partir de 11/02/2019

Prazo para a Impugnação do Edital	13 de Fevereiro de 2019
Período Geral de realização de inscrição na Secretaria Municipal de Saúde	14 de Fevereiro a 25 de Fevereiro de 2019
Homologação das Inscrições	04 de Março de 2019
Período de recursos contra o edital de homologação das inscrições	06 e 07 de Março
Data provável da realização da prova objetiva	17 de Março de 2019
Gabarito prévio: mural da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde	18 de Março de 2019
Prazo para a interpelação de recursos contra o gabarito prévio (exclusivamente pessoalmente na Secretaria Municipal de Saúde)	Até às 16 horas de 20 de Março de 2019
Previsão para a publicação do gabarito oficial	25 de Março de 2019
Previsão para a publicação da lista de classificados para a entrevista individual e coletiva	28 de Março de 2019
Prazo para a divulgação do horário e local da entrevista individual e coletiva (mural da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde)	01 de Abril de 2019
Previsão para a realização das entrevistas individuais e coletiva	03 a 05 de Abril de 2019
Previsão para a publicação do resultado prévio (nota da entrevista individual e coletiva)	10 de Abril de 2019
Prazo para a interpelação de recursos contra o resultado prévio (exclusivamente pessoalmente na Secretaria Municipal de Saúde)	Até às 16 horas do dia 12 de Abril de 2019
Publicação do resultado Final e Classificação dos Candidatos (mural da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde)	17 de Abril 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

LEI Nº. 892/2019 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PROF ED FÍSICA ASSISTÊNCIA

LEI Nº. 892 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

SANCIONADA E PUBLICADA EM 18/02/2019

"Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal – professor de educação física, de excepcional interesse público para atender a demanda do Município e dá outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores em sessão ordinária de 15/02/2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Professor de Educação Física para o exercício 2019 (dois mil e dezenove) em caráter de temporário de excepcional interesse público, objetivando o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal poderá ainda efetuar contratação de pessoal com a finalidade precípua de atender aos convênios e acordos de interesse social, firmados com os organismos públicos ou privados das esferas Estaduais e Federais, bem como com outros Municípios do Estado, visando à cooperação técnico-financeira.

Parágrafo Único - As contratações a que se referem aos artigos 1º e 2º poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - atender aos termos de convênios, acordos ou ajustes para a execução de serviços;

II - atender a execução de programas especiais de trabalho instituídos por decreto do Executivo Municipal nas necessidades conjunturais que demandem a atuação da Prefeitura por período determinado;

III - atender aos convênios de cooperação técnica ou financeira autorizados pela Câmara Municipal;

IV – atender necessidades de instalação ou do funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

Art. 3º - O prazo de duração dos contratos temporários referidos no artigo 2º desta Lei ficará adstrito à vigência dos respectivos convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Município, não podendo ultrapassar o período de um ano, podendo, contudo, ser prorrogado por mais um ano.

Art. 4º - As contratações autorizadas por esta Lei não constituirão vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 5º - O servidor contratado por esta Lei receberá o vencimento fixado no Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da secretaria municipal de Assistência Social de Gaúcha do Norte – MT – Lei Complementar nº. 04/2010.

Art. 6º - A remuneração do pessoal contratado para o fim específico previsto no artigo 2º desta Lei será aquela determinada pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste ou pelo valor de mercado, quando se tratar de profissional qualificado e de nível superior.

§ 1º - Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos ou assemelhados, constantes do Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da secretaria municipal da Assistência Social de Gaúcha do Norte - MT.

§ 2º - O pessoal contratado nos termos do artigo 1º desta Lei somente fará jus a férias e 13º salário, ou a qualquer outro tipo de vantagem prevista para os servidores públicos municipais, se houver previsão de recursos financeiros específicos no referido convênio e previsão contratual.

Art. 7º - O Regime Jurídico dos contratos temporários permitidos por esta Lei será o Estatutário, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 8º - A contratação estabelecida por esta Lei terá dotação específica e serão cobertas pelos recursos previstos no Orçamento Anual do Município.

Art. 9º - O número máximo de servidor contratado pelo amparo desta Lei será de 1 (um) servidor, distribuído na seguinte forma e lotação:

Secretaria Municipal De Assistência Social

CARGO	Nº. DE VAGAS	Carga Horária semanal	REMUNERAÇÃO
Professor de Educação Física	01	20	R$1.377,04

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 18 de Fevereiro de 2019.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019

Aos 20 dias do mês de Fevereiro de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTÊNCIA CONTÁBIL , de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor FRANCISLEY CAMPOS CAROLINO	CNPJ 24.702.879/0001-81
Endereço AV. GOVERNADOR DANTE MARTINS DE OLIVEIRA	Nº 2
Bairro PLANALTO	
Cidade CUIABA/MT	CEP 78875000
Representante Legal	CPF
Email franciscarolino@gmail.com	Telefone 6596229290

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	28603	SERVIÇOS CONTABEIS	UN - UNIDADE	SERVIÇOS	12,00	10.000,0000	120.000,0000

Total: 120.000,0000

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente

desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não

tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previs-**

tas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento

da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação

assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

FRANCISLEY CAMPOS CAROLINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 002/2019 - SRP obteve o seguinte resultado: A empresa **META EXTINTORES LTDA-EPP** sagrou-se vencedoracom o valor global de **R$ 85.731,00 (oitenta e cinco mil setecentos e trinta e um reais)**. O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 20 de fevereiro de 2019. **Sebastião Adilson C. da Silva /Pregoeiro**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N° 029/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 029/2019

SÚMULA: "ATRIBUI A GESTÃO DE MAQUINARIOS AO CONSELHO MUNICIPAL DE **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ** - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula segunda item 2.2 do Termo de Cessão n.º 105/SEAF/2018 celebrado entre Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários e Prefeitura Municipal de Itanhangá;

CONSIDERANDO que o Conselho vigente no município ser o de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, em substituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuída a gestão dos equipamentos cedidos pela SEAF ao Município de Itanhangá, através do Termo 105/SEAF/2018, ao Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico sustentável do Município de Itanhangá.

Art. 2° - Os equipamentos que serão repassados para gestão do Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico sustentável do Município de Itanhangá são:

I. 01 (um) trator 50cv – RP 771679 II. 01 (uma) roçadeira – RP 771918 III. 01 (uma) grade aradora – RP 771914 IV. 01 (um) distribuidor de calcário RP 771935 V. 01(uma) carreta agrícola RP 771899

Art. 3° - O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico sustentável do Município de Itanhangá deverá utilizar os maquinários descritos no Art. 2°, apenas no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a agricultura familiar, em prol da coletividade.

Parágrafo único – O conselho beneficiário se responsabiliza pela boa utilização dos maquinários, devendo conservar e manter os mesmos sempre em boas condições de uso.

Art. 4° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 06 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 031/2019.

DECRETO N° 031/2019.

SÚMULA: Concede Recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais integrantes da Lei Complementar 023/2009 – PCCS da Educação e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado** pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe no Artigo 47 da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o que dispõe o Artigo 69**, Parágrafo Único da Lei Complementar 023**/2009 – PCCS da Educação, alterado pela Lei Complementar 063/2014.

Considerando ainda a necessidade de recompor a perca salarial dos servidores da Educação **referente à inflação do ano de 201**8**;**

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição salarial sobre o vencimento básico, aos Servidores Públicos do Município integrantes da Lei Complementar 23/2009 – PCCS da Educação, no percentual de 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento), referente ao índice de reajuste do Piso Salarial profissional Nacional para os professores do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2019, conforme determina o art. 29 da Lei Complementar 023/2009 – PCCS, alterado pela Lei Complementar 063**/2014.**

Artº. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 11 de fevereiro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 032/2019.

DECRETO N° 032/2019.

SÚMULA: Concede reajuste ao subsídio do prefeito e Vice-Prefeito, conforme determina o art. 4º da Lei Municipal 397/2016 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe o Artigo **4º da Lei** Municipal 397/20**16 –** que fixou o subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Itanhangá – MT.

Considerando ainda a necessidade de recompor o poder de compra do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito referente à inflação do ano de 201**8;**

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição do valor do subsídio, ao Prefeito e Vice-Prefeito, integrantes da Lei **Municipal** 397/2016, no percentual de 3,43%% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente ao INPC acumulado no ano de 2018, conforme determina o artigo 4º da referida norma legal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 18 de fevereiro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 033/2019.

DECRETO N° 033/2019.

SÚMULA: Concede reajuste ao subsídio dos ocupantes de cargo de Secretários Municipais, conforme determina o art. 2º da Lei Municipal 399/2016 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe o Artigo **2º da Lei** Municipal 399/20**16 –** que fixou o subsídio dos Secretários Municipais do Município de Itanhangá – MT.

Considerando ainda a necessidade de recompor o poder de compra do subsídio dos Secretários Municipais referente à inflação do ano de 201**8;**

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição ao valor do subsídio, aos Secretários Municipais de Itanhangá, integrantes da Lei **Municipal** 399/2016, no percentual de 3,43%% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente ao INPC acumulado no ano de 2018, conforme determina o artigo 2º da referida norma legal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 18 de fevereiro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 04/2019 PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº. 002/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Público nº. 002/2018 realizado em 11/12/2018.

CONVOCA a candidata Sra. GLADIS BEATRIZ COGO aprovada no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40H - MICRO ÁREA 08 para se apresentar junto a Unidade Básica de Saúde PSF II, localizado na Rua dos Trabalhadores, Bairro Nova Conquista, N° 970, neste Município de Itanhangá, no dia 21 de fevereiro de 2019, no horário das 07:30 para realização do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada de Agente Comunitária de Saúde e no dia 22 de fevereiro as 16:00 horas, para realização da Avaliação Psicológica, de acordo com as seguintes orientações:

1. A candidata deverá se apresentar na data, no local e no horário para o qual foi designado, de acordo com a presente publicação, munido de documento que bem o identifique, podendo ser Carteira e/ou Cédula de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia).

2. A Avaliação Psicológica destinar-se-á a verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos, as características do candidato incompatíveis com o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, de acordo com o perfil do cargo. A Contra-Indicação na Avaliação Psicológica não pressupõe a existência de transtornos mentais ou de desequilíbrio psicológico grave. Indica, tão-somente, que o candidato Contra-Indicado não atende aos parâmetros exigidos para o desempenho do cargo constante deste Edital.

4. O Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada para o Agentes Comunitários de Saúde (ACS) faz parte do processo inicial de formação, sendo obrigatório concluir o curso introdutório com mínimo de 70% de aproveitamento para a admissão do profissional com o objetivo de fortalecer a Atenção Primária em Saúde.

3. Não haverá aplicação da Avaliação Psicológica e Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada, fora do local, da data e do horário preestabelecidos. Não haverá segunda chamada, sob hipótese alguma, resultando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação. O não comparecimento para realização do Exame Médico Admissional implicará na eliminação do candidato do Processo Seletivo Público.

Itanhangá - MT, 19 de fevereiro de 2019.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 024/2019

DECRETO Nº 024/2019

SÚMULA: “Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais **amparado pela Lei Complementar 002/2005 e suas alterações posteriores, de acordo com o decreto 093/2018 e decreto 100/2018, e Oficio Nº032 SMS/PMI/2019 e Memorando Nº 033.**

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para o mês de fevereiro de 2019, conforme segue.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I							
PROFISSIONAIS	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Clínico Geral – Diana Rosa Albarello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Enfermeira - Elaine Gabriela Pereira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Alice Brito Batista de Carvalho	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I

Técnica Enfermagem - Eliane Braganholi de Oliveira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Sonia Luiza Binotto	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Odontóloga - Simone Mendes Pereira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Atendente de Consultório Dentário - Lediane Tavares Hoffmann	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Psicólogo (a)- Francieli Cappellari	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I 07:00 – 11:00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 13:00 – 17:00

Nutricionista - Lediane Santiago de Mello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 07:00 – 11:00 PSF I 13:00 – 17:00
Farmacêutica - Cristyane Solange Azambuja Cavalcante	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II E CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE – CIS 02/2019

DIA	MÉDICO (A)	ENFERMEIRA 8 HORAS	ENFERMEIRO (A)12/36 NOTURNO	ENFERMEIRO (A) FIM DE SEMANA E FERIADO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/ 36 DIURNO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/ 36 NOTURNO	MÉDICO EM SOBRE AVISO 12 HORAS	MÉDICO EM SOBRE AVISO 24 HORAS
01	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
02	***	***	Suelen Cezario Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes	***	Tullyo Mychel Fernandes Ramos
03	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Rayana Lilian Souza Cruz	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	***	Tullyo Mychel Fernandes Ramos
04	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
05	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
06	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Aparecida Ferreira de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
07	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
08	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Alice Brito batista de Carvalho	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
09	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Suelen Cezario Diperro	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	***	Tullyo Mychel Fernandes Ramos
10	***	***	Suelen Cezario Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes	***	Tullyo Mychel Fernandes Ramos
11	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
12	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
13	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
14	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
15	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
16	***	***	Suelen Cezario Diperro	Renate Langhorst	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Alice Brito batista de Carvalho	***	Tullyo Mychel Fernandes Ramos
17	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Suelen Cezario Diperro	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	***	Tullyo Mychel Fernandes Ramos

18	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Diana Rosa Albarello	***
19	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***

20	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
21	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	***
22	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Aparecida Ferreira de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
23	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Renate Langhorst	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	***	Diana Rosa Albarello
24	***	***	Suelen Cezario Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Alice Brito batista de Carvalho	***	Diana Rosa Albarello
25	Tullyo Mychel Fernandes Ramos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
26		Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes		***
27		Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Diana Rosa Albarello	***
28		Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira		***

ESCALA PARA PLANTÃO E SOBREAVISO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA 01/2019		
DATA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO)	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (SOBRE AVISO)
01	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
02	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
03	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
04	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
05	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
06	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
07	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
08	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
09	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
10	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
11	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
12	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
13	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
14	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
15	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
16	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
17	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
18	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
19	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
20	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
21	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
22	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
23	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
24	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
25	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
26	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
27	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
28	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 021/2019

DECRETO N° 021/2019

SÚMULA: "Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais **amparado pela Lei Complementar 002/2005 e suas alterações posteriores, de acordo com o decreto 093/2018 e decreto 100/2018, e Oficio Nº1024 SMS/PMI/2018, Oficio Nº006 SMS/PMI/2019 e Memorando Nº 006.**

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para o mês de janeiro de 2019, conforme segue.

§1º *Os profissionais da Unidade de Saúde PSF-I, estão em férias coletivas do dia 17/12/2018 até o dia 15/01/2019, portanto a Unidade de Saúde encontra-se fechada, e todos os atendimentos estão direcionados à Unidade de Saúde PSF-II, e Centro Integrado de Saúde – CIS, voltando aos atendimentos normais no dia 16/01/2019.*

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I							
PROFISSIONAIS	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Clínico Geral – Diana Rosa Albarello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Enfermeira - Elaine Gabriela Pereira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Alice Brito Batista de Carvalho	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Eliane Braganholi de Oliveira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Sonia Luiza Binotto	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Odontóloga - Simone Mendes Pereira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Atendente de Consultório Dentário - Lediane Tavares Hoffmann	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I

Psicólogo (a)- Francieli Cappellari	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I 07:00 – 11:00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 13:00 – 17:00
Nutricionista - Lediane Santiago de Mello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 07:00 – 11:00 PSF I 13:00 – 17:00
Farmacêutica - Cristyane Solange Azambuja Cavalcante	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II E CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE – CIS 01/2019									
DIA	MÉDICO (A)	ENFERMEIRA 8 HORAS	ENFERMEIRO (A)12/36 NOTURNO	ENFERMEIRO (A) FIM DE SEMANA E FERIADO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 DIURNO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 NOTURNO	RECEPCIONISTA	MÉDICO EM SOBRE AVISO 12 HORAS	MÉDICO EM SOBRE AVISO 24 HORAS
01	FERIADO NACIONAL	FERIADO NACIONAL	Suelen Cezario Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	FERIADO NACIONAL	***	Bruno Maikon Barreto Matos
02	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Elaine Gabriela Pereira	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Diana Rosa Albarello	***
03	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Elaine Gabriela Pereira	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Bruno Maikon Barreto Matos	***
04	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00=	Elaine Gabriela Pereira	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Bruno Maikon Barreto Matos	***

	Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=								
05	***	***	Suelen Cezario Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	***	***	Bruno Maikon Barreto Matos
06	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Suelen Cezario Diperro	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	***	***	Bruno Maikon Barreto Matos
07	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Elaine Gabriela Pereira	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Diana Rosa Albarello	***
08	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Elaine Gabriela Pereira	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Bruno Maikon Barreto Matos	***
09	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Diana Rosa Albarello	***
10	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Bruno Maikon Barreto Matos	***
11	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Diana Rosa Albarello	***
12	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Renate Langhorst	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	***	***	Diana Rosa Albarello
13	***	***	Suelen Cezario Diperro	Renate Langhorst	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	***	***	Diana Rosa Albarello
14	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Rozeli Salete Todescato	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Diana Rosa Albarello	***
15	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Bruno Maikon Barreto Matos	***
16	Diana Rosa Albarello 07:00 – 13:00= Bruno Maikon Barreto Matos 13:00 – 19:00=	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Diana Rosa Albarello	***
17	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Raquel Cordeiro Rodrigues	Bruno Maikon Barreto Matos	***
18	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Bruno Maikon Barreto Matos	***
19	***	***	Suelen Cezario Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Eliane Braganholi de Oliveira	***	***	Bruno Maikon Barreto Matos
20	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Rayana Lilian Souza Cruz	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	***	***	Bruno Maikon Barreto Matos
21	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Diana Rosa Albarello	***

22	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Bruno Maikon Barreto Matos	***

23	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Alice Brito de Carvalho	Raquel Cordeiro Rodrigues	Diana Rosa Albarello	***
24	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Bruno Maikon Barreto Matos	***
25	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Raquel Cordeiro Rodrigues	Diana Rosa Albarello	***
26	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Suelen Cezario Diperro	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	***	***	Diana Rosa Albarello
27	***	***	Suelen Cezario Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Stephania dos Santos Guedes Gomes	***	***	Diana Rosa Albarello
28	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Diana Rosa Albarello	***
29	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Bruno Maikon Barreto Matos	***
30	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira	Raquel Cordeiro Rodrigues	Diana Rosa Albarello	***
31	Bruno Maikon Barreto Matos	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezario Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Alice Brito de Carvalho	Raquel Cordeiro Rodrigues	Bruno Maikon Barreto Matos	***

ESCALA PARA PLANTÃO E SOBREAVISO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA 01/2019		
DATA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO)	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (SOBRE AVISO)
01	Eliezer Gomes Ferreira	Leomildo Moreira dos Santos
02	Leomildo Moreira dos Santos	Marcio Umbelino Pereira
03	Marcio Umbelino Pereira	Cristovo Guedes Gomes
04	Eloir José Salvian	Eliezer Gomes Ferreira
05	Eliezer Gomes Ferreira	Leomildo Moreira dos Santos
06	Leomildo Moreira dos Santos	Marcio Umbelino Pereira
07	Marcio Umbelino Pereira	Cristovo Guedes Gomes
08	Eloir José Salvian	Eliezer Gomes Ferreira
09	Eliezer Gomes Ferreira	Leomildo Moreira dos Santos
10	Leomildo Moreira dos Santos	Marcio Umbelino Pereira
11	Marcio Umbelino Pereira	Cristovo Guedes Gomes
12	Eloir José Salvian	Eliezer Gomes Ferreira
13	Eliezer Gomes Ferreira	Leomildo Moreira dos Santos
14	Leomildo Moreira dos Santos	Marcio Umbelino Pereira
15	Marcio Umbelino Pereira	Cristovo Guedes Gomes
16	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
17	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
18	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
19	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
20	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
21	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
22	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
23	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
24	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
25	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
26	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
27	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy
28	Eloir José Salvian	Jaques Luis Weber
29	Jaques Luis Weber	Anersi Natalino Rek
30	Anersi Natalino Rek	Alexandre Kaminski
31	Alexandre Kaminski	Marcos Delavy

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de janeiro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de janeiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019

Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 003/2019**, instaurada para o **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos, para atendimento junto ao Unidades de Saúde, atendimento às Agrovilas Simione e Monte Alto, bem como, realização de plantões em regime de sobreaviso para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT."**.,teve como vencedora a seguinte empresa:**PRIME MEDICINA LTDA – EPP – CNPJ: 22.953.310/0001-63** sagrou-se vencedora com o valor total da proposta de R$ 416.035,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trinta e cinco reais).

Itanhangá-MT, 20 de fevereiro de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

CONTABILIDADE
CONTAS ANUAIS 2018

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2018

Data de emissão: 04/02/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**22.442.178,55**	**19.234.347,54**	**Despesa Orçamentária**	**21.774.614,05**	**16.964.972,80**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	9.386.121,24	12.175.074,48	Ordinária	7.156.552,86	5.706.539,31
Vinculadas			Vinculadas		
Alienação de bens	73.649,03	58.545,00	Alienação de bens		
Assistência social	219.471,78	383.247,24	Assistência social	241.201,70	307.880,73
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	33.119,69	40.351,70	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	31.695,27	46.719,82
Educação	8.132.886,61	4.450.313,70	Educação	6.237.723,57	5.304.363,38
Outras áreas	2.262.456,90	1.421.107,14	Outras áreas	2.867.928,51	1.120.234,53
Saúde	4.968.437,17	3.158.445,54	Saúde	5.239.512,14	4.479.235,03
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	2.633.963,87	2.452.737,26			
Transferências Financeiras Recebidas	**33.457,40**	**1.248,91**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**981.000,00**	**942.044,82**
Transferências Financeiras Recebidas	33.457,40	1.248,91	Transferências Financeiras Concedidas	981.000,00	942.044,82
Recebimentos Extra-Orçamentários	**2.521.849,44**	**1.642.956,49**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**1.799.898,19**	**1.778.964,81**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Não processados inscritos no período	886.440,04	193.981,28	Não processados pagos no período	140.820,74	277.239,81
Processados inscritos no período	26.459,16	49.782,46	Processados pagos no período	49.782,46	103.186,85
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	1.608.950,24	1.398.824,47	Outras movimentações extra-orçamentárias	1.609.294,99	1.398.169,87
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias		368,28	Outras movimentações extra-orçamentárias		368,28
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**3.433.840,63**	**2.241.270,12**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**3.875.813,78**	**3.433.840,63**

Emissão: 04/02/2019 10:15:02 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2018

Data de emissão: 04/02/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	3.433.840,63	2.241.270,12	Bancos conta movimento	3.875.813,78	3.433.840,63
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**28.431.326,02**	**23.119.823,06**	**TOTAL**	**28.431.326,02**	**23.119.823,06**

EDU LAUDI PASCOSKI
PREFEITO

JEFERSON REICHERT
MT - 019254/O-0

EMERSON SABATINE
SECRETARIO DE FINANCAS

Emissão: 04/02/2019 10:15:02

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.790.000,00	23.252.260,78	21.774.614,05	20.888.174,01	20.861.714,85	93,64	1.477.646,73
DESPESAS CORRENTES	17.343.500,00	19.232.055,93	18.698.303,03	18.334.853,79	18.308.394,63	97,22	533.752,90
Pessoal e Encargos Sociais	9.870.900,00	9.692.144,20	9.686.579,92	9.686.579,92	9.686.579,92	99,94	5.564,28
Juros e Encargos da Dívida	3.600,00	3.600,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	67,22	1.180,00
Outras Despesas Correntes	7.469.000,00	9.536.311,73	9.009.303,11	8.645.853,87	8.619.394,71	94,47	527.008,62
DESPESAS DE CAPITAL	1.426.500,00	4.000.204,85	3.076.311,02	2.553.320,22	2.553.320,22	76,90	923.893,83
Investimentos	1.419.000,00	3.992.704,85	3.069.280,94	2.546.290,14	2.546.290,14	76,87	923.423,91
Amortização da Dívida	7.500,00	7.500,00	7.030,08	7.030,08	7.030,08	93,73	469,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00					20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	10.000,00						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	18.800.000,00	23.252.260,78	21.774.614,05	20.888.174,01	20.861.714,85	93,64	1.477.646,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	18.800.000,00	23.252.260,78	21.774.614,05	20.888.174,01	20.861.714,85	93,64	1.477.646,73
SUPERÁVIT (XIV)	1.000.000,00		667.564,50				-667.564,50
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	19.800.000,00	23.252.260,78	22.442.178,55	20.888.174,01	20.861.714,85	96,51	810.082,23

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

EDU LAUDI PASCOSKI
PREFEITO

JEFERSON REICHERT
MT - 019254/O-0

EMERSON SABATINE
SECRETARIO DE FINANCAS

Emissão: 04/02/2019 10:58:49

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.800.000,00	20.393.750,00	22.442.178,55	110,04	2.048.428,55
RECEITAS CORRENTES	18.451.354,56	18.451.354,56	21.339.727,50	115,65	2.888.372,94
Receitas Tributárias	1.240.829,18	1.240.829,18	2.432.295,98	196,02	1.191.466,80
Impostos	1.065.893,55	1.065.893,55	1.946.431,83	182,61	880.538,28
Taxas	174.935,63	174.935,63	465.002,99	265,81	290.067,36
Contribuições de Melhoria			20.861,16		20.861,16
Receitas de Contribuições	72.695,02	72.695,02	73.483,17	101,08	788,15
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	72.695,02	72.695,02	73.483,17	101,08	788,15
Receita Patrimonial	177.131,69	177.131,69	116.315,66	65,66	-60.816,03
Valores Mobiliários	177.131,69	177.131,69	116.315,66	65,66	-60.816,03
Receitas de Serviços	705.320,00	705.320,00	720.564,00	102,16	15.244,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	689.000,00	689.000,00	720.564,00	104,58	31.564,00
Outros Serviços	16.320,00	16.320,00			-16.320,00
Transferências Correntes	16.230.656,72	16.230.656,72	17.973.461,39	110,73	1.742.804,67
Outras Receitas Correntes	24.721,95	24.721,95	23.607,30	95,49	-1.114,65
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.512,34	12.512,34	132,04	1,05	-12.380,30
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	12.209,61	12.209,61	21.102,81	172,83	8.893,20
Demais Receitas Correntes			2.372,45		2.372,45
RECEITAS DE CAPITAL	1.348.645,44	1.942.395,44	1.102.451,05	56,75	-839.944,39
Alienação de Bens	85.600,00	85.600,00	73.617,68	86,00	-11.982,32
Alienação de Bens Imóveis	85.600,00	85.600,00	73.617,68	86,00	-11.982,32
Transferências de Capital	1.263.045,44	1.856.795,44	1.028.833,37	55,40	-827.962,07
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	19.800.000,00	20.393.750,00	22.442.178,55	110,04	2.048.428,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	19.800.000,00	20.393.750,00	22.442.178,55	110,04	2.048.428,55
DÉFICIT (VII)		2.858.510,78			-2.858.510,78
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	19.800.000,00	23.252.260,78	22.442.178,55	96,51	-810.082,23
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)			3.189.422,29		
Superávit Financeiro			3.189.422,29		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
DÉFICIT (IV)	10.000,00				
TOTAL (V) = (III + IV)	10.000,00				

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

EDU LAUDI PASCOSKI
PREFEITO

JEFERSON REICHERT
MT - 019254/O-0

EMERSON SABATINE
SECRETARIO DE FINANCAS

Emissão: 04/02/2019 10:21:00

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		154.100,53	101.327,98	101.327,98	52.772,55	
Outras Despesas Correntes		154.100,53	101.327,98	101.327,98	52.772,55	
DESPESAS DE CAPITAL		39.880,75	39.492,76	39.492,76	387,99	
Investimentos		39.880,75	39.492,76	39.492,76	387,99	
TOTAL		193.981,28	140.820,74	140.820,74	53.160,54	

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		16.593,33	16.593,33		
Outras Despesas Correntes		16.593,33	16.593,33		
DESPESAS DE CAPITAL		33.189,13	33.189,13		
Investimentos		33.189,13	33.189,13		
TOTAL		49.782,46	49.782,46		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

EDU LAUDI PASCOSKI — PREFEITO

JEFERSON REICHERT — MT - 019254/O-0

EMERSON SABATINE — SECRETARIO DE FINANCAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2018

Data de emissão: 11/02/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	**3.978.557,75**	**3.604.601,87**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.875.813,78	3.433.840,63
ESTOQUES	102.743,97	170.761,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**14.368.630,73**	**12.287.822,34**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.131.523,14	1.021.869,50
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	1.131.523,14	1.021.869,50
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	1.123.752,20	1.001.706,37
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (P)	77.392,48	77.392,48
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-69.621,54	-57.229,35
IMOBILIZADO	13.237.107,59	11.265.952,84
BENS MOVEIS	11.163.431,95	8.927.916,36
BENS IMOVEIS	2.748.013,70	2.397.746,39
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-674.338,06	-59.709,91
TOTAL	**18.347.188,48**	**15.892.424,21**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	**26.769,01**	**50.437,06**
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	22.139,16	49.782,46
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	4.629,85	654,60
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**9.373,30**	**16.403,38**
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	9.373,30	16.403,38
TOTAL DO PASSIVO	**36.142,31**	**66.840,44**

PATRIMÔNIO LIQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RESULTADOS ACUMULADOS	18.311.046,17	15.825.583,77
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.486.550,25	2.004.176,97
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.825.583,77	13.821.406,80
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.087,85	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**18.311.046,17**	**15.825.583,77**
TOTAL	**18.347.188,48**	**15.892.424,21**

ATIVO FINANCEIRO	**3.875.813,78**	**3.433.840,63**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**957.923,14**	**244.418,34**
ATIVO PERMANENTE	**14.471.374,70**	**12.458.583,58**	**PASSIVO PERMANENTE**	**9.373,30**	**16.403,38**
SALDO PATRIMONIAL				**17.379.892,04**	**15.631.602,49**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		

Emissão: 11/02/2019 10:03:45 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2018

Data de emissão: 11/02/2019

EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	1.053.904,57	1.565.748,37	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.273.712,15	1.418.021,34
			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.906.084,54	2.906.084,54
TOTAL	**1.053.904,57**	**1.565.748,37**	**TOTAL**	**5.179.796,69**	**4.324.105,88**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2018	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017
ORDINÁRIA		
100000000 - Recursos Ordinários	1.158.655,77	874.083,95
300000000 - Recursos Ordinarios	223.663,52	
VINCULADA		
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	35.920,56	349.447,33
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	2.002,18	495.361,40
114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	488.326,05	204.837,59
115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.491,32	2.830,14
116000000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	1.424,42	2,89
117000000 - Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	4.328,17	5.666,91
118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	668,63	100.326,33
119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	476,75	362,12
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	33.963,36	42.264,73
123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	26.788,00	
124000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	31.969,43	249.584,53
127000000 - Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	9.511,23	8.424,39
129000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	15.106,25	89.177,16
130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	126.414,48	708.507,82
142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	45.739,99	
143000000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	25.643,70	
192000000 - Alienação de Bens	73.617,68	58.545,00
301000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.265,25	
302000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	120.447,96	
314000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	61.908,82	
315000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	238,74	
316000000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	2,89	
322000000 - Transferências de Convênios - Educação	939,44	

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2018

Data de emissão: 11/02/2019

324000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	165.057,48	
327000000 - Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	6.331,09	
329000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	20.022,05	
330000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	42.420,43	
392000000 - Alienação de Bens	58.545,00	
TOTAL	**2.917.890,64**	**3.189.422,29**

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**25.305.043,18**	**21.792.738,12**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**2.656.122,97**	**1.846.535,48**
IMPOSTOS	2.067.725,31	1.475.970,34
TAXAS	511.640,47	370.565,14
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	76.757,19	
CONTRIBUIÇÕES	**73.483,17**	**77.134,92**
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	73.483,17	77.134,92
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**720.564,00**	**698.673,03**
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	720.564,00	698.673,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**293.321,37**	**308.650,95**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	177.005,71	120.264,71
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	116.315,66	188.386,24
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**21.540.448,86**	**18.761.870,93**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	33.457,40	1.248,91
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	21.497.636,39	18.751.141,33
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	9.355,07	
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		9.480,69
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**4.408,24**
REAVALIACAO DE ATIVOS		3.819,24
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		589,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**21.102,81**	**95.464,57**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21.102,81	95.464,57

Emissão: 11/02/2019 20:36:08 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**22.818.492,93**	**19.788.561,15**
PESSOAL E ENCARGOS	**9.686.579,92**	**8.729.243,63**
REMUNERACAO A PESSOAL	8.149.086,91	7.245.010,14
ENCARGOS PATRONAIS	1.537.493,01	1.484.233,49
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**8.603.294,95**	**6.643.273,32**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.165.007,62	2.292.617,86
SERVICOS	4.823.659,18	4.350.655,46
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	614.628,15	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**2.420,00**	**1.891,04**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.420,00	1.891,04
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**4.102.008,14**	**3.626.855,24**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	981.000,00	942.044,82
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.504.696,70	2.306.292,84
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	95.470,75	87.247,50
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	43.200,00	54.455,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	477.640,69	236.815,08
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**215.056,89**	**523.683,45**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	111.829,24	466.454,10
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	103.227,65	57.229,35
TRIBUTÁRIAS	**208.621,47**	**186.771,26**
CONTRIBUICOES	208.621,47	186.771,26
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**511,56**	**76.843,21**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	511,56	76.843,21
Resultado Patrimonial do Período	**2.486.550,25**	**2.004.176,97**

Emissão: 11/02/2019 20:36:08 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	2.585.782,90	845.631,03
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.030,08	7.030,08
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	73.649,03	58.545,00

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07.209.225/0001.00
Avenida Santa Catarina - 0000314 - Centro
Telefone: (066)3578-2500
tributos@itanhanga.mt.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro/2018

		Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos			
Receitas derivadas e originárias	1FC	3.366.266,11	3.014.118,28
Transferências correntes recebidas	2FC	20.511.615,49	18.217.498,09
Desembolsos			
Pessoal e demais despesas	3FC	18.289.545,19	16.035.383,35
Juros e encargos da dívida	4FC	2.420,00	1.891,04
Transferências concedidas	2FC	1.115.350,75	1.083.747,32
Outros desembolsos operacionais		2.505.041,45	4.759.426,49
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais(I)		1.965.524,21	-648.831,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos			
Alienação de bens		73.617,68	58.545,00
Desembolsos			
Aquisição de ativo não circulante		2.618.972,03	915.628,75
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais(II)		-2.545.354,35	-857.083,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos			
Transferências de capital recebidas		1.028.833,37	320.375,15
Desembolsos			
Outros desembolsos de financiamentos		7.030,08	7.030,08
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento(III)		1.021.803,29	313.345,07
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		441.973,15	-1.192.570,51
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		3.433.840,63	2.241.270,12

Emissão: 20/02/2019 08:02:18 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07.209.225/0001.00
Avenida Santa Catarina - 0000314 - Centro
Telefone: (066)3578-2500
tributos@itanhanga.mt.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2018

Caixa e Equivalente de caixa final	3.875.813,78	3.433.840,63

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Receitas derivadas e originárias	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária	2.432.295,98	1.721.373,13
Receita de Contribuições	73.483,17	77.134,92
Receita de Serviços	720.564,00	697.307,45
Remuneração das Disponibilidades	116.315,66	188.386,24
Outras Receitas Derivadas e Originárias	23.607,30	329.916,54
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.366.266,11	3.014.118,28

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Transferências correntes recebidas	Exercício Atual	Exercício Anterior
da União	9.562.730,18	8.669.647,95
de Estados e Distrito Federal	7.572.733,08	6.913.955,55
Intragovernamentais	33.457,40	2.633.894,59
Outras transferências correntes recebidas	3.342.694,83	
Total das Transferências Recebidas	20.511.615,49	18.217.498,09

Transferências concedidas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intragovernamentais	981.000,00	942.044,82
Outras transferências correntes recebidas	134.350,75	141.702,50
Total das Transferências Concedidas	1.115.350,75	1.083.747,32

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Judiciária	99.830,00	58.260,00
Administração	2.415.714,12	2.306.686,10
Assistência Social	715.686,76	668.892,92
Saúde	4.734.703,65	4.378.200,64

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE ITANHANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07.209.225/0001.00
Avenida Santa Catarina - 0000314 - Centro
Telefone: (066)3578-2500
tributos@itanhanga.mt.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro/2018

Trabalho	210.710,41	175.397,86
Educação	6.064.451,59	5.150.510,97
Cultura	103.334,11	61.218,39
Urbanismo	577.394,38	388.569,76
Saneamento	420.752,35	495.249,52
Gestão Ambiental	193,50	
Agricultura	124.641,69	120.072,29
Energia	186.503,80	121.614,58
Transporte	2.494.640,28	2.021.373,86
Desporto e Lazer	140.988,55	89.336,46
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	18.289.545,19	16.035.383,35

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	2.420,00	1.891,04
Total dos Juros e Encargos da Dívida	2.420,00	1.891,04

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

Contador(a)

EMERSON SABATINE
Secretario de Financas

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Receitas

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada em decorrência de alterações na previsão.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

A entidade apresentou um total de receita arrecadada de R$ 22.442.178,55 sendo R$ 2.642.178,55 maior que o valor previsto.

Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)

Demonstra o valor dos recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores que está sendo utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais.

A entidade apurou um superávit financeiro de exercício anterior de R$ 3.189.422,29. Deste valor, foi utilizado pela entidade R$ 2.484.184,12 como créditos adicionais por Superávit Financeiro.

Receitas Intraorçamentárias

São receitas oriundas dentro da mesma esfera de governo, no caso, município.

A entidade não possui valor de receita intraorçamentária, pois não recebe receitas de outras entidades municipais através de execução orçamentária.

Despesas

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nota-se que o valor da dotação inicial (R$ 18.800.000,00) da entidade é inferior à sua receita prevista (R$ 19.800.000,00). Essa diferença gera um superávit de R$ 1.000.000,00 que corresponde ao valor destinado as despesas da Câmara, do qual é subsidiado pelas receitas da prefeitura, através das transferências de duodécimo.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

O valor da dotação atualizada corresponde ao valor inicial de R$ 18.800.000,00 mais R$ 3.189.422,29 do Superávit Financeiro utilizado para abertura de Créditos Adicionais mais R$ 19.000,00 que foi crédito orçamentário recebido do Legislativo Municipal, mais R$ 1.243.838,49 de excesso de arrecadação, totalizando o montante de R$ 23.252.260,78.

Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas

Demonstra os valores das despesas, conforme o respectivo estágio da mesma:

- Empenhada: primeiro estágio, que ocorre na contratação de serviço, aquisição de material ou bem, que corresponde a reserva de dotação orçamentária para um fim específico;
- Liquidada: segundo estágio, que ocorre na comprovação da entrega do material ou serviço para a entidade e cria obrigação de pagamento;
- Paga: terceiro estágio que corresponde ao pagamento da despesa junto ao fornecedor;

A entidade apresentou um total de despesa empenhada de R$ 21.774.614,05 sendo inferior a receita arrecadada de R$ 22.442.178,55 ocasionando um Superávit Orçamentário de R$ 667.564,50. A despesa liquidada foi de R$ 20.888.174,01 e a Paga R$ 20.861.714,85.

Despesas Intraorçamentárias

Compreende valores de despesas relativas ao orçamento da mesma esfera de governo.

Não há ocorrência de valores, uma vez que a entidade não apresenta despesas que são destinadas a outras entidades do município.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Receita e Despesa orçamentária

Ordinárias

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

A entidade obteve uma arrecadação de receita ordinária na ordem de R$ R$ 9.152.239,88. Já a despesa orçamentária empenhada foi na ordem de R$ 6.518.732,51

Vinculadas

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A entidade obteve uma arrecadação de receita vinculada na ordem de R$ 13.289.938,67. Já a despesa orçamentária empenhada foi na ordem de R$ 13.175.411,51.

Dedução

Compreendem as deduções para formação do FUNDEB[1], bem como descontos concedidos na arrecadação de impostos e taxas.

A entidade obteve um total de deduções de R$ 2.633.963,87, sendo R$ 2.504.696,70 oriundas de deduções do FUNDEB e R$ 129.267,17 oriunda de descontos concedidos.

Recebimentos e Despesas Extra-Orçamentárias

Correspondem a recebimentos e pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária.

Restos a Pagar

Compreende a inscrição de restos a pagar, na receita, e restos a pagar de exercícios anteriores, pagos no exercício.

Foram inscritos no exercício restos a pagar no montante de R$ 957.613,29, ficando este mesmo valor como saldo a pagar em 2018, uma vez que não foram inscritos restos anteriores a 2018. Já os pagamentos realizados, oriundo de restos de exercícios anteriores, foram de R$ 181.603,20

Depósitos

Corresponde a ingressos e dispêndios de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros.

[1] FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

No exercício, ocorreram recebimentos de depósitos de R$ 1.608.950,24 e pagamentos de R$ 1.609.294,99, restando 309.85 a ser pago no próximo exercício, conforme demonstrado no Anexo 17 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Saldos em espécie do exercício anterior/seguinte

Corresponde ao montante disponível em caixa da entidade (contas bancárias) referente ao exercício anterior e exercício atual:

Verifica-se que a entidade abriu o exercício de 2018 com R$ 3.433.840,63 e está passando para o exercício de R$ 2019 o valor de R$ 3.875.813,78, conforme a movimentação financeira ocorrida no período.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- estarem disponíveis para realização imediata; ou
- terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos.

A entidade encerrou o exercício com o valor de R$ 3.875.813,78 disponível em suas contas bancárias.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades.

A entidade encerrou o exercício com o valor de R$ 102.743,97 em almoxarifado, conforme registros do sistema informatizado, sendo: R$ 58.886,41 referente ao Estoque do CIS, e R$ 43.857,16 da Farmácia do Almoxarifado Central da entidade.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Dívida Ativa Tributária

Constitui a somatória de débitos dos contribuintes pelo não pagamento de tributo juridicamente constituído e esgotadas as exigências de prazos e cobranças.

A entidade encerrou o exercício com o valor de R$ 1.131.523,14 em Dívida Ativa, sendo composta por:
IPTU R$ 289.864,59 ISSQN 597.299,64, Contribuição de Melhoria R$ 54.443,86 e Demais Tributos/Taxas R$ 189.915,05.

Ajuste de Perdas

Constitui valor apurado pela entidade referente ao estoque de dívida ativa do qual é improvável a arrecadação, sendo deduzido do montante de Dívida Ativa registrado.

O valor referente ao Ajuste de Perdas leva em conta o histórico de recebimentos da dívida, bem como as inscrições realizadas nos últimos exercícios:

PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
A = Saldo de Dívida Ativa	748.791,96	936.346,26	988.630,26	1.129.308,34	1.123.752,20
B = Saldo de Recebimento	89.029,13	67.237,07	241.198,66	193.266,68	142.858,12
C = Saldo de Inscrições	231.043,03	254.791,37	293.482,66	272.656,77	321.878,44
D = Outras Deduções	-	-	-	-	-
E = Saldo da Dívida (A - B + C-D)	890.805,86	1.123.900,56	1.040.914,26	1.208.698,43	1.409.322,71
F = % Recebimento (B/A) x 100	11,89	7,18	24,40	17,11	11,61
G = Média dos Últimos 3 anos	-	-	14,49	16,23	17,71
H = Percentual de perda (G-100%)	-	-	13,49	15,23	16,71
I = Provisão Exercício Anterior	-	-	-	-	1,00
J = Total da Provisão	-	789.220,72	13,49	59.709,70	69.620,54
L = Saldo a Provisionar no Exercício	-	789.220,72	13,49	59.709,70	**69.621,54**

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A entidade encerrou o exercício com a seguinte movimentação em seu patrimônio:

Item	BENS MÓVEIS	BENS IMÓVEIS	TOTAL
Saldo Anterior	**8.871.181,74**	**2.394.771,10**	**11.265.952,84**
(+) Aquisição/Construção	2.235.515,59	223.314,98	2.458.830,57
(+) Incorporação	0	-	**0,00**
(+) Recebido em Doação	0,00	0,00	**0,00**
(-) Baixas	0,00	-	**0,00**
(+) Valorização	0,00	-	**0,00**
(-) Desvalorização	-614.628,15	-	**-614.628,15**
(=) **Saldo Atual**	**10.492.069,18**	**2.618.086,08**	**13.110.155,26**

Valores de acordo com o Inventário 2018 da entidade.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017

Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços.

Corresponde a despesas com materiais de consumo e serviços a pagar já processadas.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores.

Corresponde aos valores de consignações a pagar.

Passivo Não Circulante

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

O valor de R$ 9.373,30 corresponde a 16 parcelas restantes do parcelamento junto ao INSS conforme lei 169/2009.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Resultados Acumulados

Compreende os superávits ou déficits acumulados da entidade.

Corresponde ao superávit apurado no exercício de R$ 2.486.550,25, conforme Demonstração das Variações Patrimoniais, somado ao resultado acumulado de exercícios anteriores no valor de R$ 18.311.046,17 menos os Ajustes de Exercícios anteriores, decorrente de despesas executadas no elemento de despesa de exercícios anteriores (92).

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Corresponde a informações conforme a Lei nº 4.320/1964 que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Corresponde a divisão dos valores do Ativo conforme a definição de permanente/financeiro. Já ao valor do passivo financeiro, acrescenta-se o valor de Restos a Pagar Não Processados de R$ 91.154,13, gerando um saldo patrimonial do exercício de R$ 18.311.046,17.

Quadro das Contas de Compensação

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Direitos Conveniados, corresponde ao valor de convênios a receber pela entidade (R$ 1.053.904,57), conforme controle próprio. Assim como Obrigações Contratuais (R$ 2.273.712,15) correspondem aos valores de contratos/aditivos a serem executados no decorrer do próximo exercício. Além do registro dos bens em comodato que é empréstimo para uso temporário, gratuito, de bem que deverá ser devolvido após o uso ou dentro de um prazo predeterminado (R$ 3.234.762,67).

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Corresponde a diferença entre o Ativo e Passivo Financeiro. Quando Superávit é fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais do próximo exercício de acordo com a Lei 4.320/64.

Considerando as fontes de recursos superavitárias e desconsiderando o controle de recursos do exercício (grupo 1) e exercício anterior (grupo 3), observa-se que a entidade terá disponível para 2019 Superávit Financeiro de R$ **2.917.890,64**, distribuído nas seguintes fontes:

Fonte	Valor (R$)
00 Recursos Ordinários	1.382.319,29
01 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	40.185,81
02 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	122.450,14
14 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.730,06
16 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.427,31
17 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	4.328,17
18 Transferências do FUNDEB 60%	668,63
19 Transferências do FUNDEB 40%	476,75
22 Transferências de Convênios - Educação	34.902,80
23 Transferências de Convênios -Saúde	26.788,00
24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social)	197.026,91
27 Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	15.842,32
29 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	35.128,30
30 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	168.834,91
42- Transferências da Saúde – Estado	45.739,99
43 – Transferencias da Assistência Social	25.643,70
46 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Custeio	523.653,70
47 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Investimento	26.581,17
92 Alienação de Bens	132.162,68
TOTAL:	**2.917.890,64**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

São aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Impostos, Taxas, e Contribuições

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O valor de R$ 2.729.606,14 compreende ao valor de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, lançados para arrecadação no exercício menos os descontos concedidos, conforme apresentado no Demonstrativo de Créditos a Receber e Dívida Ativa.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais ocorridas com a venda de bens, serviços e direitos independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

O valor de R$ 720.564,00 apurado na entidade, corresponde a fornecimento e distribuição de água ao município.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

O valor de R$ 177.565,96 apurado na entidade, corresponde a Juros e Multas oriundos da arrecadação de impostos e dívida ativa bem como rendimentos de aplicações financeiras (R$ 116.315,66).

Transferências e Delegações recebidas

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências recebidas pelo ente.

- Transferências intragovernamentais de R$ 33.457,40corresponde a devolução de saldo de duodécimo não utilizado pelo Poder Legislativo;
- Transferências intergovernamentais de R$ 18.751.141,33 corresponde as Transferências Correntes recebidas (R$ 17.973.461,39) mais Transferências de Capital (R$ 1.102.451,05) e Bens Recebidos em Doação do Estado/União R$ (214.547,00);

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Não Houve Movimentação

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

- Corresponde ao valor de arrecadação de receitas relativo a Indenizações e Restituições.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos

Compreende as despesas com remuneração de pessoal do ente e respectivos encargos.

Corresponde ao valor da despesa liquidada no elemento de despesa 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas (R$ 7.178.089,01) mais o valor liquidado no elemento 13 – Obrigações Patronais (R$ 1.537.493,01), 04 – Contratação por Tempo Determinado (R$ 657.544,01) e 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas (R$ 313.453,27).

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa variações com manutenção e operação da máquina pública.

Corresponde ao consumo de materiais do almoxarifado no valor de R$ 3.165.007,62, Diárias (R$ 150.090,00), Serviços de Pessoa Física (R$ 156.094,05), Consultoria e Assessoria (R$ 192.446,67), Serviços de Pessoa Jurídica (R$ 4.068.625,14) e Passagens e Despesas de Locomoção (R$ 129.874,01), Locação de Mao de Obra R$ 127.529,31 e Depreciação de Bens R$ 614.628,15.

Transferências e Delegações concedidas

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências efetuadas pelo ente.

Corresponde ao repasse de duodécimo ao Legislativo (R$ 981.000,00) as Deduções para a formação do FUNDEB (2.504.696,70) repasses a entidades sem fins lucrativos/consórcios (R$ 616.311,44).

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Corresponde a descontos e cancelamentos de impostos e taxas de dívida ativa (R$ 215.056,89).

Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Corresponde a despesas com PIS/PASEP (R$ 208.621,47)

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

Corresponde a despesas com Indenizações e Restituições (R$ 511,56).

Resultado Patrimonial do Período

Corresponde ao total de variações aumentativas R$ 25.305.043,18 (menos) o total de variações diminutivas R$ 22.818.492,93 = R$ 2.486.550,25.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

São aquelas que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais.

Incorporação de Ativo

Compreende as variações qualitativas decorrentes da aquisição de ativos.

Corresponde a despesas com a construção de obras e instalações (R$ 350.267,31) e equipamentos e material permanente (R$ 2.235.515,59). Desincorporação de Passivos (R$ 7.030,08) corresponde ao pagamento do principal da dívida. Desincorporação de Ativo (R$ 73.649,03) corresponde a Constituição de Provisão de Perdas e Cancelamento de Dívida de Prestação de serviços.

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2018 homologado em 07 de dezembro de 2018. CONVOCA as candidatas classificadas para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

As candidatas deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 72 horas (setenta e duas) 3 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

ITEM I

Relação de Convocados

Professor Licenciatura Plena 24H		
Escola Municipal Paulo Freire		
Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe		
Centro de Educação Infantil Primeiros Passos		
Nome	RG	Classificação
Daiane Taborda Silva de Souza	1793147-9 SSP/MT	9 º
Cerli Ferreira Machado de Souza	2677584-0 SSP/MT	10 º
Jaqueline Silva de Paula	1386891-0 SSP/MT	11 º

TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil *Escola Municipal Paulo Freire* *Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe*		
Nome	RG	Classificação
Kássia Alessandrina de Jesus	2561594-7 SSP/MT	4º
Fabiela Gois	001376633 SSP/MS	5º

ITANHANGÁ - MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM II

DOCUMENTOS PARA A ADMISSÃO

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma Registrado no Órgão Competente;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

14. FOTO 3X4 (atual, colorida);

15. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

17. Certidão de Quitação Eleitoral;

18. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

19. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

21. Declaração para IRFF e salário família

22. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

23. Exame médico Admissional.

ITANHANGÁ - MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ITEM IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	**VALOR (R$)**

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

ITEM V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	
Nome:	
Matricula:	Lotação:
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo	
CPF:	RG:
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____	

Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ITEM VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

GABINETE DO PREFEITO
LEIS

LEI MUNICIPAL Nº 471/2019

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BANCO DO BRASIL S.A. e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R$ 457.814,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e quatorze reais), nos termos da Resolução CMN nº4.589, de 29.06.2017, e suas alterações, destinados a aquisição de (02 (dois) Ônibus Rural Escolar – ORE 3 – sendo ônibus novos, com comprimento total máximo de 11.000 mm (onze mil milímetros), com capacidade de carga útil de no mínimo 4.000 kg, comportando transportar o mínimo de 40 (quarenta) passageiros adultos sentados e 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, devendo ser equipado com dispositivo do tipo poltrona móvel para embarque e desembarque de estudante com deficiência ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma ou mais poltronas do salão do veículo ao nível do piso interno do ônibus, conhecido como ORE 3 – ônibus Rural Escolar Grande, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo 1º. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no *caput* deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo 2º - A operação de Crédito de que trata o caput será liquidada através de amortizações mensais e terá até 06 (seis) anos para quitação total.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e Arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 472/2019

SÚMULA: "Altera o caput do art. 5º da Lei nº 376/2015 que trata da regularização Fundiária Urbana e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do art. 5º da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 5º - regularização e transferência dos imóveis urbanos, que compõem a Primeira Etapa da Regularização Urbana, composta pelo Loteamento de parte do Núcleo Comunitário 2 (dois), oriundo do Lote nº 424, deverá ser

requerida pelos ocupantes, junto ao Departamento de Tributos do município, mediante a entrega da documentação necessária, até o dia 20 de dezembro de 2019;

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 473/2019

SÚMULA: "Dispõe sobre a Autonomia Financeira das Unidades Escolares Urbanas e Rurais da Rede Pública Municipal de Ensino, orienta sua implantação, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituída no âmbito da Secretaria Municipal de Educação a autonomia financeira das unidades escolares urbanas e rurais da rede pública municipal de Ensino de Itanhangá - Mato Grosso, com o objetivo de dar suporte financeiro e apoio a manutenção e desenvolvimento do ensino, proporcionando maior rapidez e eficácia na operacionalização de suas atividades.

Art. 2º. A autonomia financeira das escolas, instituída pela presente lei, constitui-se em um mecanismo de apoio financeiro e será executado através da transferência anual de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação ás instituições municipais de ensino das zonas urbanas e rural através de suas Unidades Executoras (UEX).

Parágrafo Único. A autonomia será implementada de acordo com o disposto nas leis federais 9394/96 e 10.172/01, que, tratam, respectivamente, das Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação, Financiamento e Gestão.

Art. 3º. Entende-se por Unidade Executora, para os fins de que dispõe esta lei, como uma sociedade civil com personalidade jurídica, de direito privado, que tem como objetivo gerir a verba transferida, sem fins lucrativos e composta por pessoas da comunidade escolar, pais, alunos, professores e servidores do respectivo estabelecimento, obedecendo à legislação específica.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

SEÇÃO I

Da origem, repasse e destinação dos recursos.

Art. 4º. O sistema de autonomia Financeira das escolas terá como fontes de recursos.

I – Recursos de orçamento próprio do Município.

Parágrafo Único. Os recursos de que trata o inciso I serão repassados às unidades executoras alcançadas pela autonomia financeira das escolas, observadas as dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Serão destinados anualmente a cada unidade executora, das escolas que oferecem Educação Infantil, Ensino Regular e Educação Especial, recursos calculados à ordem de R$ 100,00 (cem reais) por ano para cada aluno matriculado no estabelecimento.

§ 1º. O total de recursos a ser repassado a cada unidade executora proveniente de cada uma das fontes de recursos de que trata o art. 4º desta lei, e por elemento de despesa, será estabelecido de acordo com levantamento a ser procedido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o censo escolar vigente.

§ 2º. Uma vez definidos os valores relativos a cada fonte de recursos, será a planilha de desembolso elaborada pela Secretaria Municipal de Educação encaminhada para a Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3º. O chefe do Poder Executivo poderá, mediante decreto, autorizar a Secretaria Municipal de Educação a definição de critérios complementares relativos aos repasses às unidades executoras.

§ 4º. O valor aluno será corrigido anualmente conforme o índice do IPCA, acumulado de janeiro a dezembro;

Art. 6º. As unidades escolares da rede municipal de Ensino somente serão beneficiadas se dispuserem de unidades executoras próprias, as quais serão responsáveis pelo recebimento e aplicação dos recursos financeiros a elas destinados.

§ 1º. Os recursos serão repassados a cada unidade executora mediante depósito direto em conta corrente aberta especificamente para esse fim, sendo responsáveis por sua movimentação os representantes legais constituídos na forma da lei e dos estatutos.

§ 2º. As escolas que ainda não tenham unidades executoras próprias ou que as tais não estejam aptas para a percepção dos recursos continuarão sendo atendidas diretamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. Os recursos relativos à autonomia financeira das escolas poderão ser destinados para a cobertura das seguintes despesas:

I - manutenção e conservação do prédio, mobiliário e equipamentos da escola;

II - aquisição dos materiais necessários ao funcionamento da escola;

III - avaliação da aprendizagem;

IV - implementação do projeto político pedagógico;

V - aquisição de material didático e pedagógico;

VI - desenvolvimento de atividades educacionais diversas;

Art. 8º. O montante do recurso será repassado bimestralmente tendo como meses de repasse o mês de Março, Maio, Agosto e Outubro do ano vigente.

Art. 9º. As despesas para custeio do sistema de autonomia financeira das escolas correrão por conta das dotações orçamentárias que serão definidas por ocasião da abertura dos créditos adicionais, no caso do exercício de 2019, e das dotações previstas nas leis orçamentárias seguintes nos próximos exercícios.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10. O prazo para a aplicação dos recursos e as normas para a prestação de contas e recebimento de novas parcelas serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. O atraso na prestação de contas compromete o repasse subsequente e poderá implicar em responsabilidade administrativa, civil e criminal dos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros.

Art. 11. A prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros referidos nesta lei será feita pela unidade executora e apresentada à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Compete à Secretaria Municipal de Educação, após exame preliminar da prestação de contas, encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, onde será apreciada pelo setor competente.

Art. 12. O acompanhamento e o controle social sobre a unidade de ensino, a transferência e a aplicação dos recursos serão exercidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelos conselhos competentes, com o assesso-

ramento técnico da Secretaria Municipal de Finanças, a quem compete à verificação dos aspectos financeiro, contábil e orçamentário.

§ 1º. Todos os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ficarão, permanentemente, à disposição dos órgãos federais e estaduais de controle externo, assim como da Câmara Municipal e dos órgãos municipais de controle interno.

§ 2º. A comunidade escolar e a sociedade civil poderão acompanhar a execução da autonomia financeira, podendo requisitar informações e formalizar denúncias à Secretaria Municipal de Educação e aos órgãos citados § 1º e caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Esta lei será regulamentada por decreto pelo chefe do Poder Executivo no que couber, especialmente quanto à execução, controle, acompanhamento e prestação de contas dos recursos, observando a legislação pertinente.

Art. 14. Normas procedimentais de funcionamento da autonomia financeira das escolas, desde as relativas às unidades executoras como as pertinentes à prestação de contas, deverão ser mais bem definidas pela Secretaria Municipal de Educação, que deverá elaborar cartilha com todas as orientações necessárias para o seu bom andamento, sempre observando esta lei e as demais aplicáveis à espécie, sem prejuízo das orientações e diretrizes do Ministério da Educação.

Art. 15. Para fins de padronização e divulgação das ações relativas à instituição da autonomia financeira das escolas, a Secretaria Municipal de Educação poderá criar nomenclatura ou denominação própria da atividade.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 474/2019

SÚMULA: “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o incentivo a arrecadação do IPTU/2019, com sorteio de prêmios e das outras providências”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover campanha publicitaria incentivadora, sortear prêmios, objetivando o incremento na arrecadação do IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 2019.

Art. 2º. A Campanha a que se refere o Art. 1º desta Lei terá como incentivo, a seguinte premiação: 10 (dez)prêmios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada um, num total de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. Os prêmios citados no artigo 2º desta Lei serão sorteados pelo sistema cumbuca, aberto ao publico em geral, com a presença de no mínimo 02(dois) vereadores, nos dias 10/12/2019, no horário das 14:00 horas, no Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal.

§ **1º**. Os prêmios serão pagos aos proprietários dos imóveis contemplados nos sorteios, através de Deposito e Conta Corrente ou Poupança em nome do favorecido, deduzindo-se dos valores a alíquota do Imposto de Renda e/ou dividas de anos anteriores com o fisco municipal, inscrita em nome do contribuinte contemplado, de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente.

§ 2º. Caso o contribuinte contemplado não tenha conta bancaria em seu nome, o deposito poderá ser realizado na conta de outrem, mediante a sua autorização, com firma reconhecida em Cartório.

§ 3º. Caso o contribuinte contemplado tenha dívida superior ao valor do prêmio sorteado, o desconto será parcial até o limite do prêmio, devendo o restante da dívida ser quitado pelo devedor.

Art. 4º. O contribuinte participará do sorteio através do IPTU/2019 de cada Imóvel cadastrado em seu nome e devidamente quitado, porem somente poderá ser sorteado uma única vez.

Parágrafo Único. O contribuinte contemplado em um dos sorteios não terá direito a participar dos demais. Caso seu carnê seja sorteado será realizado imediatamente novo sorteio.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes desta Lei, serão utilizadas as seguintes dotações orçamentárias disposta no orçamente vigente:

03 - Secretaria Municipal de Finanças

03.001 - Gabinete do Secretário

03.001.04 - Administração

03.001.04.123 - Administração Financeira

03.001.04.123.0007 - Gestão Administrativa

03.001.04.123.0007.2139 – Programas de Incentivo à Arrecadação Municipal

03.001.04.123.0007.2139.3390- APLICACOES DIRETAS

PARÁGRAFO ÚNICO. O detalhamento da natureza de despesa no orçamento vigente será desdobrado de acordo o com o resultado de sorteio, sendo:

3390.36.000000 – RED 052 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

3390.39.000000 – RED 053 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 6º A campanha incentivadora obedecerá às disposições contidas nesta Lei, sendo as demais regulamentações, definidas através de decreto municipal expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 098/2019

SUMULA: “Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 023/2009 para aumentar vagas nos cargos que dispõe e dá outras providências”.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI,** Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado de 10 (dez) para 15 (quinze) o número de vagas para o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais 30 horas;** de 10 (dez) para 15 (quinze) o cargo de **Merendeira 30 horas** e de 02 (duas) para 03 (três) o número de vagas para o cargo de **Atendente de Biblioteca 40 horas;**

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de Fevereiro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 099/2019

SUMULA: "Altera a Lei Complementar nº 024/2009, para dispor sobre o piso salarial do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias no Município de Itanhangá-MT, e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI,** Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° - Altera o § 1º do art.29 da Lei Complementar nº 024/2009, que passa a vigorar com nova redação e acrescido dos seguintes incisos:

Art. 29 (...)

§ 1º: Os vencimentos mensais dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias no município de Itanhangá-MT será igual o piso salarial profissional nacional instituído pela Lei Federal nº 132. 708, de 14.08.2018, obedecido o seguinte escalonamento:

I – R$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

II – R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), em 1º de janeiro de 2020;

III – R$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.

IV – O Piso salarial de que trata o § 1º deste artigo voltará a ser reajustado a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de Fevereiro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2019

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI,** Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Itanhangá – Estado de Mato Grosso, o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS,** destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos municipais, **cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2018**, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com a exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Art. 2º. A administração do REFIS será desempenhada pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, a quem compete implementar os procedimentos necessários à Execução do Programa, observado o disposto no decreto regulamentar desta Lei.

Art. 3º. O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável, pessoa física ou jurídica, a qual fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos de tributos municipais incluídos no Programa.

§ 1º. O ingresso no REFIS implica na inclusão obrigatória da totalidade dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2018, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, exceto aqueles demandados judicialmente e com exigibilidade suspensa e que, por opção do contribuinte ou responsável, venham a permanecer nessa situação.

§ 2º. Os débitos, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2018, ainda não constituídos, deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§ 3º. Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.

Art. 4º. O REFIS abrangerá todos os débitos lançados ou denunciados espontaneamente pelo contribuinte ou responsável, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

Parágrafo único. Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

Art. 5º. A opção pelo REFIS, poderá ser formalizada até o dia **30 de julho de 2019**.

Parágrafo único. O prazo tratado no caput deste artigo poderá ser prorrogado, uma única vez, por decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e conveniência do ato.

Art. 6º. O débito consolidado na forma desta Lei Complementar, oriundo de **Contribuição de melhoria**, poderá ser pago à vista ou parcelado em até 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, respeitado o valor mínimo de cada parcela em **05 UFI (Cinco Unidades Fiscais de Itanhangá).**

I – No caso de parcelamento, a **Contribuição de Melhoria** será convertida em número de Unidade Fiscal de Itanhangá – UFI, pelo valor Vigente à data da formalização do REFIS e, para fins de pagamento, reconvertida em moeda corrente, pelo valor da UFI vigente à data do vencimento de cada uma das prestações.

II. Será concedida remissão sobre os encargos previstos no artigo 6º desta Lei Complementar, com exceção do valor original do débito lançado em dívida ativa e da atualização monetária, observadas as seguintes condições:

§ 1º - remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento da **contribuição de melhoria** em parcela única no ato do requerimento;

§ 2º - remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento **contribuição de melhoria** em até 12(doze) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

§ 3º - remissão de 70% (setenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento **contribuição de melhoria** em até 24(vinte e quatro) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

§ 4º - remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento **contribuição de melhoria** em até 30(trinta) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

Art. 7º. O débito consolidado na forma desta Lei Complementar, oriundo de outros tributos **diferentes da Contribuição de melhoria**, poderá ser

parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, respeitado o valor mínimo de cada parcela em **03 UFI (Três Unidades Fiscais de Itanhangá)**, para pessoa física e **05 UFI (Cinco Unidades Fiscais de Itanhangá)** para pessoa jurídica.

I. Será concedida remissão sobre os encargos previstos nos artigos 7º desta Lei Complementar, com exceção do valor original do débito lançado em dívida ativa e da atualização monetária, observadas as seguintes condições:

§ 1º – remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única no ato do requerimento;

§ 2º – remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e pagar o débito em até 06(seis) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

§ 3º – remissão de 70% (setenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e pagar o débito em até 12 (doze) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

Art. 8º - Os créditos não constituídos e objetos desta lei, serão anistiados nos mesmos moldes e percentuais definidos para a remissão.

Art. 9º - Os créditos tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigação acessória serão remidos nos mesmos percentuais e condições estabelecidas nos artigos 6º e 7º.

Art. 10. Ficam extintos, por remissão, os créditos de natureza tributária constituídos até 31 de dezembro de 2018, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cuja totalidade dos valores atualizados, em nome do contribuinte ou responsável, na data da publicação desta Lei, que alcancem o equivalente até **05 UFI (Cinco Unidades Fiscais de Itanhangá).**

Parágrafo único - Na hipótese do crédito ter sido objeto de ação judicial, a extinção ficará condicionada ao pagamento das custas processuais da outorga de liberação judicial autorizando a desobrigação ao recolhimento, via concessão de justiça gratuita ou outro benefício legal.

Art. 11. Fica vedado qualquer outro acréscimo ao crédito fiscal objeto de parcelamento, depois de consolidado, salvo nos casos de atraso no pagamento.

§ 1º. A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará o acréscimo de multa de mora de 0,33% (Trinta e Três Centésimos por Cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 20% (Vinte por Cento), de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

§ 2º. Na hipótese do contribuinte ou responsável ser excluído do REFIS, enquadrado nas condutas tipificadas pelo Artigo 14, desta Lei, a disposição do parágrafo anterior, será aplicada ao débito até o momento da exclusão e a partir desta, incidirá o disposto no § 4º, do Artigo 14, desta Lei.

Art. 12. A opção pelo REFIS sujeita, o contribuinte ou responsável a:

I – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos;

II - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

III - pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a 31 de Dezembro de 2018.

Parágrafo único A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 13. São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – Requerimento, conforme minuta no anexo I, que faz parte integrante desta lei, assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento público ou particular com firma reconhecida;

II – Documento que permita identificar os responsáveis pela representação da empresa, nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III - cópia de documentos de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física.

Art. 14. O contribuinte ou responsável optante pelo REFIS será dele excluído, mediante ato do Secretário Municipal de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos;

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de trinta (30) dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV - compensação ou utilização indevida de créditos;

V – decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica;

VI - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de ITANHANGÁ – MT, e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS;

VII - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato.

§ 1º. O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o excluiu do REFIS.

§ 2º A notificação far-se-á:

a) – de regra, via postal ou pessoal, com aviso de recebimento;

b) - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e jornal de circulação local, ou Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

§ 3º A notificação via postal ou pessoal consuma-se com a simples entrega regular no endereço do contribuinte ou responsável.

§ 4º A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito; a propositura da execução, caso já esteja ali inscrito; ou o prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizado.

§ 5º O valor das parcelas quitadas até a exclusão do REFIS, será utilizado para amortização da dívida, considerando-se as datas dos respectivos pagamentos.

Art. 15. A inclusão no REFIS fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos, por desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte ou responsável, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

§ Único - Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte ou responsável suportar as custas judiciais e honorários advocatícios, inclusive de sucumbência.

Art. 16. O contribuinte ou responsável poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos e certos que possua contra o Município, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer.

§ 1º Valores ilíquidos a que, eventualmente, o contribuinte ou responsável possa ter direito, não poderão ser incluídos na compensação, sujeitando-se ao procedimento normal de cobrança.

§ 2º O contribuinte ou responsável que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos a parcelar, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando a origem respectiva.

§ 3º Salvo as hipóteses de erro, fraude ou simulação, a compensação será considerada tacitamente homologada se a Fazenda Municipal não a impugnar no prazo de 30 (trinta) dias do protocolo da opção.

Art. 17. Os efeitos da presente Lei passam a integrar o Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais, no que tange a renúncia de receitas e despesas obrigatórias de caráter continuado, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019.

Art. 18. As despesas decorrentes desta Lei serão levadas à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 19. Esta Lei será regulamentada no que couber, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de Fevereiro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PUBLICAÇÃO AVISO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

Em conformidade com o disposto no art. 24, Inciso I da Lei Federal nº 8. 666/93, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **Dispensa de Licitação para "Contratação de empresa especializada para execução de ensaios geotécnicos do subleito, com coleta e transporte do material, das Avenidas Arinos, Brasília e Deputado José Geraldo Riva do Município de Itanhangá-MT".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso I da Lei 8.666/93, c/c art. 3º, da Lei Municipal nº 368/2015.

CONTRATADA: DS CONSTRUTORA EIRELI – ME.

CNPJ: 31.602.351/0001-04

Endereço: Rua Canoas, n° 929S, Parque das Araras, na cidade de Lucas do Rio Verde – MT.

CEP: 78455-000.

VALOR GLOBAL: R$ 8.000,00(oito mil reais).

Itanhangá–MT, 20 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 026/2019

DECRETO Nº 026/2019

SÚMULA: "Altera a composição do Conselho Municipal do FETHAB e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**, e em atendimento a Lei** 412/2017.

DECRETA:

Art 1º Fica alterada a composição dos Membros do Conselho Municipal do FETHAB do Município de Itanhangá, ficando nomeados os seguintes representantes:

Representatividade/Local	Representante Titular
Representantes do Poder Executivo	Daniel Orzechovsk
	Sandra Tomasi Tosi Lopes
	Natielly Poliana da Silva
	Aldo Loureiro da Silva
	Jeferson da Silva Santos
Representantes da Sociedade Civil	
Sindicato dos Trab. Rurais de Itanhangá	Matheus Hoffmann
Associação dos piscicultores de Itanhangá	Antônio Rodrigues da Fonseca
Cooperativa Agropecuária de Produtores rurais de Itanhangá - COOPERITA	Nélio Röhsler
Associação de Produtores Rurais e Chacareiros da Agrovila Monte Alto	Antonio Cordeiro dos Santos
Associação Comercial e Ind. de Itanhangá	João Guilherme Matté

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 134/2018 e demais disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 06 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 027/2019

DECRETO N° 027/2019

"SÚMULA: Divulga os dias de feriados nacional, estadual, Municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Itanhangá Estado de Mato Grosso, do ano de 2019 e dá Outras Providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 59, XVI da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica divulgado os dias de feriado nacional, estadual, municipal e de ponto facultativo no ano de 2019, para cumprimento pelos órgãos da Administração Pública municipal, exceto os serviços que por sua natureza não permita paralisação.

Dia 05 de março (terça-feira) Carnaval - ponto facultativo;

Dia 06 de março (quarta-feira) Cinzas - expediente a partir

das 12 horas;

Dia 29 de Março (sexta-feira) Aniversario do Município – Feriado Municipal;

Dia 19 de Abril (sexta-feira) Sexta-Feira da Paixão - Feriado Nacional;

Dia 21 de Abril (domingo) Tiradentes/Pascoa – Feriado Nacional;

Dia 01 de Maio (quarta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional;

Dia 20 de junho (quinta-feira) Corpus Christi - Ponto Facultativo;

Dia 07 de Setembro (sábado) Independência do Brasil - Feriado Nacional;

Dia 12 de Outubro (sábado) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional;

Dia 28 de Outubro (segunda-feira) Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo;

Dia 31 de Outubro (quinta-feira) Dia da Reforma Protestante - Feriado Municipal;

Dia 02 de Novembro (sábado) Finados- Feriado Nacional;

Dia 15 de Novembro (sexta-feira) Proclamação da República - Feriado Nacional;

Dia 20 de Novembro (quarta-feira) Consciência Negra - Feriado Estadual;

Dia 25 de Dezembro (quarta-feira) Natal - Feriado Nacional;

Dia 31 de Dezembro (terça-feira) – Ponto Facultativo;

Art. 2º As atividades referentes aos serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, limpeza pública e manutenção de vias públicas, Posto de Saúde Municipal, Vigilância Ambiental, Sanitária e Epidemiológica, não serão paralisadas, sendo organizadas e executadas em conformidade com as atribuições e competências de cada Secretaria Municipal.

Art. 3º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais as respectivas áreas de competência.

Art. 4° As datas previstas neste artigo poderão ser alteradas ou o ponto facultativo suspenso a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 06 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 025/2019

DECRETO Nº 025/2019

SÚMULA:" Regulamenta a aplicação da Lei Municipal nº 376/2015 e suas alterações posteriores, o processo e os procedimentos com vistas à alienação e titulação das ocupações de imóveis no Bairro Nova Conquista e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais **amparado pela Lei Orgânica do Município e**

CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 29 e 30 da Constituição Federal que tratam da ordem político-jurídica e competências dos municípios;

CONSIDERANDO o que prescreve a Lei Complementar Municipal 042/2011, sobre parcelamento do solo urbano do Município de Itanhangá;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 376/2015 e suas alterações constantes da Lei Municipal 427/2017, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Implementar Programa de Regularização Fundiária na área considerada de Interesse Público e Social localizada no Loteamento Urbano do Município de Itanhangá, e

CONSIDERANDO o disposto no Edital de Notificação e Chamamento para regularização de terrenos urbanos no loteamento denominado "nova conquista", publicado em 13 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art 1° - Fica regulamentada a alienação gratuita ou onerosa das ocupações de imóveis existentes no Bairro "Nova Conquista" aos atuais ocupantes, bem como fazer a transferência do domínio para os Órgãos Públicos e entidades definidos na Lei Municipal nº 376/2015 e suas alterações posteriores, estabelecendo os procedimentos, rotinas e formas para a titulação desses imóveis, por interesse público e social.

Art 2° - O interesse público e social encontra-se devidamente declarado na Lei nº 274/2012 e justificado na situação vivenciada pelos possuidores residentes no bairro "Nova Conquista", pendentes de documentação e dominialidade há anos, no anseio por regularização, conforme Art. 2º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 3° - A regularização será efetivada mediante outorga, pelo Município, de Título de Propriedade ou de Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, correndo todas as despesas por conta dos outorgados, ressalvadas as exceções previstas, em consonância com o Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 4º - Para os efeitos dessa titulação serão abrangidos os imóveis edificados ou não, localizados no Bairro "Nova Conquista", no Município de Itanhangá.

Art. 5º - Será considerado como valor de avaliação para fins de alienação onerosa e transferência dos imóveis em que a área não exceda 5.000m² (cinco mil metros quadrados), os percentuais a seguir, calculados sobre o valor venal da terra nua descrito na Planta Genérica do Município, na data do pedido de titulação:

I - 2% (dois por cento), para os ocupantes de imóveis que protocolarem a solicitação de Regularização até o dia 31 de julho de 2019;

II - 3% (três por cento), para os ocupantes de imóveis que protocolarem a solicitação de Regularização até o dia 31 de janeiro de 2020;

III – 4% (quatro por cento), para os ocupantes de imóveis que protocolarem a solicitação de Regularização até o dia 31 de julho de 2020;

IV - 5% (cinco por cento), para os ocupantes de imóveis que protocolarem a solicitação de Regularização até o dia 31 de janeiro de 2021;

§ 1º - Findo o prazo do Inciso IV deste artigo sem a solicitação de regularização, os ocupantes não serão incluídos no Programa de Regularização Fundiária abrangido pela Lei 376/2015 e seus imóveis retornarão a posse do município que já detém o domínio, após as notificações devidas;

§ 2º - Encerrado o prazo para regularização fundiária sem manifestação nos prazos dos incisos I a IV deste artigo, o ocupante poderá ainda, no prazo máximo de 06 meses, requerer a regularização do imóvel mediante processo licitatório, na modalidade de concorrência.

§ 3º - No caso de alienação mediante processo licitatório, tanto a terra nua quanto as construções e benfeitorias existentes no imóvel serão avaliadas por uma comissão avaliadora a ser nomeado pelo Poder Executivo;

§ 4º - Saindo vencedor no Processo Licitatório, o ocupante somente quitará sua oferta pela terra nua, enquanto que saindo vencedor um terceiro, o ocupante receberá tão somente o valor atribuído na avaliação para às construções e benfeitorias.

Art. 6º - A alienação será obrigatoriamente onerosa aos possuidores de um único imóvel cuja área ultrapassar 5.000m² (cinco mil metros quadrados) e aos possuidores de mais de um imóvel cujas áreas somadas ultrapassarem 5.000m² (cinco mil metros quadrados), nos termos em que dispõe os incisos I e II, do § 5º, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 7º - Na Regularização fundiária dos imóveis existentes no Bairro “Nova Conquista” serão utilizados, no que couber, as regras contidas nos Decretos 038/2016 e 056/2016;

Art 8° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2019.

Art 9° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de fevereiro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 030/2019.

DECRETO N° 030/2019.

SÚMULA: Concede Recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais integrantes da Lei Complementar 24/2009 – PCCS e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe o Artigo 47 da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o que dispõe o Artigo 29, Parágrafo Único da Lei Complementar 024/2009 – PCCS, alterado pela Lei Complementar 064/2014.

Considerando ainda a necessidade de recompor a perca salarial dos servidores públicos referente à inflação do ano de 2018;

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição salarial sobre o vencimento básico, aos Servidores Públicos do Município integrantes da Lei Complementar 24/2009 – PCCS, no percentual de 3,43%% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente ao INPC acumulado no ano de 2018, conforme determina o Parágrafo Único do art. 29 da Lei **Complementar 024/2009 – PCCS, alterado pela Lei Complementar 064/2014.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 11 de fevereiro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL N° 017 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

“Decreta Luto Oficial no dia 20 e 21 de fevereiro de 2019, e dá outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Anuel Oliveira da Silva (Noel), ocorrido em 20 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO quea dedicação e empenho apresentados pelo Servidor contribuíram para o desenvolvimento e progresso deste Município;

CONSIDERANDO aindaque, o falecido era um Servidor assíduo, responsável, comprometido, tendo prestado relevantes serviços ao Município como um todo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial nas repartições Públicas Municipais nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2019, em virtude do falecimento do Sr. Anuel Oliveira da Silva, popular Noel.

Art. 2º. Que se dê conhecimento deste Ato à família enlutada.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2018

RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

ONDE LÊ SE: PRAZO: 07/12/2018 A 30/01/2018

PASSA A LER SE: PRAZO: 07/12/2018 A 30/08/2019

CONTATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

JANGADA/MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

LEI Nº 814/2019

LEI ORDINÁRIA Nº 814, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

FIXA O PISO SALARIAL PARA OS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica fixado no município de Jauru/MT, o piso salarial para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, nos termos da Lei Federal nº 13.708 de 14 de agosto de 2018.

I – O piso salarial a que se refere o caput do art. 1º desta Lei será de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) mensais à partir do dia 1º de Fevereiro de 2019, até o final do exercício financeiro.

§1º - A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica

e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de Fevereiro de 2019, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal **"José Peres"**, Gabinete do Prefeito, em Jauru- MT, 20 de fevereiro de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 142/2019

LEI COMPLEMENTAR N°. 142, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU, SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS, CRIA OS CARGOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2016 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 1º - A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Jauru passa a ser constituída dos órgãos e unidades administrativas a seguir discriminadas, todos subordinados ao Prefeito Municipal, ressalvadas as hipóteses prevista na Lei Complementar nº. 131, de 15 de junho de 2.018, passar a vigorar da seguinte forma.

I. GABINETE DO PREFEITO:

1.1. Assessoria de Gabinete.

1.2. Assessoria de Imprensa.

1.3. Procuradoria Jurídica.

1.4. Controladoria Interna.

1.5. Assessoria Técnica.

1.6. Ouvidoria.

1.7. Junta de Serviço Militar.

II. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

2.1. Gerência de Recursos Humanos.

2.2. Gerência de Suprimentos:

2.2.1. Departamento de Licitação;

2.2.2. Departamento de Compras;

2.2.3. Departamento de Almoxarifado Geral e Patrimônio.

2.3. Gerência de Protocolo e Arquivo.

2.4. PREVI-JAURU.

2.5. PROCON.

2.6.. Gerência de Planejamento:

2.6.1. Departamento de Controle de Contratos e Convênios.

III. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

3.1. Gerência de Trabalho, Renda e Habitação.

3.2. Gerência de Assistência Social:

3.2.1. Departamento de Programas Sociais.

3.3. Gerência de Desenvolvimento Social.

IV. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL:

4.1. Coordenadoria Municipal de Trânsito.

4.1.1. Gerência de Coordenadoria Municipal de Trânsito.

4.2. Gerência de Infraestrutura:

4.2.1. Departamento de Infraestrutura Urbana e Rural;

4.2.2. Departamento de Limpeza Pública.

4.3. Gerência de Saneamento.

4.4. Gerência de Obras:

4.4.1. Departamento de Obras Públicas;

4.4.2. Departamento de Engenharia e Projetos.

4.5. Gerência de Administração da Frota:

4.5.1. Departamento de Oficina;

4.5.2. Departamento de Almoxarifado da Oficina.

V. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO:

5.1. Gerência de Educação:

5.1.1. Departamento de Administração Escolar;

5.1.2. Departamento de Coordenação Pedagógica.

5.2. Gerência de Apoio à Educação.

5.3. Gerência de Cultura e Turismo:

5.3.1. Departamento de Cultura;

5.3.2. Departamento de Turismo.

5.4. Gerência de Esportes e Lazer:

5.4.1. Departamento de Esportes.

VI. SECRETARIA DE FINANÇAS:

6.1. Gerência Financeira:

6.1.1. Departamento de Contabilidade;

6.1.2. Departamento de Tesouraria.

6.2. Gerência Tributária.

VII. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL:

7.1. Gerência de Apoio ao Pequeno Produtor.

7.2. Gerência de Desenvolvimento Rural:

7.2.1. Departamento de Abastecimento;

7.3. Gerência do Meio Ambiente:

7.3.1. Departamento de Reflorestamento.

7.4. Gerência de Desenvolvimento Urbano:

7.4.1. Departamento de Indústria e Comércio.

VIII. SECRETARIA DE SAÚDE:

8.1. Gerência Planejamento:

8.1.1. Departamento de Suporte Administrativo;

8.1.2. Departamento de Vigilância em Saúde.

8.2. Gerência de Atenção Integral à Saúde:

8.2.1. Responsável pela Estratégia de Saúde da Família I;

8.2.2. Responsável pela Estratégia de Saúde da Família II;

8.2.3. Responsável pela Estratégia de Saúde da Família de Lucialva - Zona Rural;

8.2.4. Responsável pelo Laboratório Municipal;

8.2.5. Responsável pelo Centro de Saúde.

8.3. Gerência de Almoxarifado e Farmácia.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÂOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Artigo 2° - AO GABINETE DO PREFEITO compete:

I - a coordenação da representação política e social do Prefeito;

II - a coordenação da política governamental do Município;

III - a assistência ao Prefeito em suas relações político-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas;

IV - a assistência ao Prefeito em suas relações com organismos estaduais e federais;

V - a assessoria ao Prefeito em suas relações com a Câmara Municipal;

VI - a organização da agenda de audiências, entrevistas e reuniões do Prefeito;

VII - a preparação e o encaminhamento do expediente a ser despachado pelo Prefeito;

VIII - a coordenação das atividades de imprensa, relações públicas e divulgação de diretrizes, planos, programas e outros assuntos de interesse da Prefeitura;

IX - a organização e a coordenação dos serviços de cerimonial;

X - o apoio técnico e administrativo direto aos conselhos e juntas vinculados ao gabinete;

XI - a coordenação do processo de desconcentração e descentralização dos serviços municipais;

XII - a coordenação das atividades de controle interno;

XIII - o desempenho de outras competências afins.

§ 1º - À Assessoria de Gabinete compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito do Gabinete;

III - requisitar à Secretaria competente a manutenção dos espaços e equipamentos públicos sob a guarda do Gabinete;

IV - requisitar à Secretaria competente a compra de bens e materiais, necessários a realização dos trabalhos do Gabinete;

V - coordenar e gerenciar os servidores lotados no Gabinete;

VI - assessorar o Prefeito Municipal na representação política do Município;

VII - assessorar o Prefeito Municipal nas relações políticas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas;

VIII - assessorar o Prefeito Municipal nas relações politicas com a Câmara Municipal;

IX - preparar e instruir a tramitação e disposição de processos, papéis e documentos sujeitos à decisão do Prefeito Municipal;

X - recepcionar convidados externos em visita oficial à Prefeitura Municipal, cuidando para que seja devidamente informado e orientado;

XI - coordenar a realização de todos os eventos oficiais solenes promovidos pela Prefeitura Municipal, cuidando do respectivo cerimonial;

XII - planejar bimestralmente os eventos oficiais que acontecerão na Prefeitura Municipal ou em outra localidade que contarão com a participação do Prefeito Municipal ou de representante deste.

§ 2º - À Assessoria de Imprensa compete:

I - assessorar as campanhas institucionais promovidas pela Prefeitura Municipal;

II - assessorar o desenvolvimento de material publicitário relativo às campanhas de interesse da população, promovidas pela Prefeitura Municipal;

III - preparar e expedir as matérias para a Imprensa, divulgando os assuntos de interesse da Administração Municipal nos meios de comunicação;

IV - desenvolver projetos de comunicação voltados à educação para os meios de comunicação de massa;

V - criar sistemas de comunicação com a sociedade de forma a garantir o direito do cidadão às informações sobre a administração pública e suas atividades;

VI - fazer a publicação dos atos oficiais.

§ 3º - À Procuradoria Jurídica compete:

I - realizar a defesa da Municipalidade em juízo e fora dele;

II - promover a cobrança judicial da Dívida Ativa do Município ou de quaisquer outras dívidas que não forem liquidadas nos prazos legais;

III - elaborar projetos de lei, mensagens, decretos e razões de veto; dirigir comissões de inquérito e sindicância; realizar estudos jurídicos institucionais e elaborar contratos;

IV - aprovar as minutas de editais, contratos, convênios e instrumentos congêneres;

V - assessorar o Prefeito nos atos executivos relativos à desapropriação, alienação e aquisição de imóveis pela Prefeitura e nos contratos em geral;

VI - manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município;

VII - promover assessoramento e consultoria aos órgãos da Municipalidade, emitindo pareceres e exames de legalidade para interpretação de normas jurídicas;

VIII - emitir pareceres jurídicos em processos e documentos enviados pelos órgãos e unidades da Prefeitura;

IX - atender aos pedidos de informação do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Câmara Municipal;

X - elaborar todas as defesas administrativas de interesse do Município em quaisquer das esferas da Federação;

XI - ajuizar as ações de interesse do Município;

XII - defender o Município em todas as ações judiciais em que figurar como réu.

§ 4º - À Controladoria Interna compete:

I - avaliar o cumprimento dos programas, diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual;

II - verificar o atendimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - verificar os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

IV - verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite;

V - verificar as providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

VI - aferir a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

VII - verificar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal;

VIII - controlar a execução orçamentária, financeira e patrimonial;

IX - avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa pública;

X - verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;

XI - controlar a destinação de recursos para as entidades públicas e privadas;

XII - avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;

XIII - verificar a escrituração das contas públicas;

XIV - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos, através das atividades de auditoria, a serem realizadas nos diversos sistemas administrativos;

XV - apreciar os relatórios de gestão fiscal;

XVI - avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;

XVII - apontar e alertar formalmente a autoridade administrativa, quanto às falhas, atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos, que resultem em prejuízo ao erário;

XVIII - supervisionar e auxiliar as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

XIX - orientar e expedir atos normativos para os Setores e Secretarias;

XX - verificar a exatidão e a fidelidade das informações, e assegurar a observância de todos os dispositivos constitucionais, especialmente os dos relativos aos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XXI - verificar através das diversas unidades da estrutura organizacional, a observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

XXII - controlar o uso e guarda dos bens e pertences do Município, efetuado pelos órgãos próprios;

XXIII - verificar o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas;

XXIV - manifestar-se acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XXV - revisar e emitir parecer sobre os processos de tomadas de contas especiais, instauradas pela Prefeitura Municipal, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XXVI - representar ao Tribunal de Conta do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ao erário não reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XXVII - desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições.

§ 5º - À Assessoria Técnica compete:

I - assessorar o Prefeito Municipal nas atividades político-governamentais do Município;

II - assessorar o Prefeito Municipal nas relações administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas;

III - assessorar o Prefeito Municipal nas relações administrativas com a Câmara Municipal;

IV - assessorar tecnicamente o Prefeito Municipal nas áreas de conhecimento dos respectivos assessores, por meio da expedição de pareceres, bem como da realização de estudos e projetos.

§ 6º - À Ouvidoria compete:

I - receber e apurar denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos praticados por servidores públicos do Município de Jauru ou agentes públicos;

II - diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação de informações e esclarecimentos sobre o objeto da denúncia, reclamação, crítica ou pedidos de informação;

III - manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;

IV - informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

V - coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta;

VI - comunicar ao órgão da administração direta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas;

VII - sugerir medidas de aprimoramento das atividades administrativas em proveito da comunidade e da própria Administração Municipal.

§ 7º - À Junta do Serviço Militar compete:

I - executar trabalhos relativos à documentação e seleção dos cidadãos sujeitos as normas da Legislação Federal atinentes à Área Militar.

Artigo 3º - À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III - executar atividades relativas ao recrutamento, seleção, treinamento, controles funcionais e aos demais assuntos de pessoal;

IV - promover a realização de licitação para compras, obras, serviços e alienações;

V - normatizar as atividades relativas à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado na Prefeitura;

VI - gerenciar e normatizar as atividades inerentes ao protocolo e arquivo de documentos de interesse do Município;

VII - fixar o calendário para cumprimento das obrigações administrativas dos órgãos desta Secretaria, tais como requisição de materiais e pessoal;

VIII - requisitar à Secretaria competente a manutenção dos espaços e equipamentos públicos sob a guarda desta Secretaria;

IX - executar as atividades inerentes ao controle, utilização e manutenção dos veículos e maquinários da frota da Prefeitura Municipal;

X – requisitar à Secretaria competente a compra de bens e materiais, necessários à realização dos trabalhos desta Secretaria;

XI – coordenar e gerenciar a os servidores lotados na Secretaria;

XII – planejar e orientar a política econômico-financeira e fiscal do município;

XIII – planejar atividades pertinentes ao estudo e análise do cumprimento das metas orçamentárias.

§ 1º - À Gerência de Recursos Humanos compete:

I - implementar novos modelos de gestão, através de práticas gerenciais modernas, propiciando a transformação do perfil da administração;

II - definir o cidadão como foco prioritário dos processos e difundir este conceito na cultura na administração;

III - promover a saúde do servidor público municipal, perseguindo adequada qualidade de vida no trabalho;

IV - estabelecer e desenvolver a profissionalização e a capacitação continuada dos servidores municipais;

V - garantir a instituição de sistema adequado de carreiras, funções, avaliação de desempenho e de remuneração;

VI - readequar, continuamente, o quadro de servidores, tendo em vista a evolução tecnológica e os padrões estabelecidos para a prestação de serviços municipais;

VII - realizar todos os procedimentos referentes à admissão de servidores;

VIII - aprimorar as relações de trabalho na Prefeitura, coordenando as negociações e o diálogo com os servidores municipais e suas entidades representativas;

IX - informar os servidores sobre a sua vida profissional dentro da Prefeitura;

X - realizar o controle de pessoal, definir horário de trabalho, coordenar as escalas de férias, elaborar a folha de pagamento e coordenar as licenças dos servidores do Município;

XI - elaborar e fiscalizar a contratação de servidores por tempo determinado;

XII - dar as informações referentes aos servidores municipais às unidades e órgãos solicitantes Municipais, Estaduais e Federais, bem como subsidiar as respostas aos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle.

§ 2º - À Gerência de Suprimentos compete:

I - coordenar as atividades das gerências de licitação, compras e almoxarifado e patrimônio;

II - elaborar as diretrizes para a realização das licitações e das compras da Prefeitura Municipal de Jauru;

III - propor o fluxograma dos procedimentos destinados às compras e contratações, definindo a competência dos órgãos e unidades administrativas do Município;

IV - normatizar assuntos de sua competência;

V - garantir a integração das áreas de licitação, compras, almoxarifado e patrimônio;

VI - realizar, direta ou indiretamente, o constante aperfeiçoamento dos servidores responsáveis pelas licitações e compras do Município, visando dar maior eficiência às atividades por eles desenvolvidas.

§ 3º - Ao Departamento de Licitação compete:

I - realizar os processos licitatórios, em conformidade com as requisições elaboradas por todos os órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal;

II - receber os envelopes referentes às licitações, mediante protocolo;

III - convocar os licitantes vencedores e celebrar os respectivos contratos administrativos;

IV - acompanhar e orientar os trabalhos das comissões de licitação, pregoeiros e equipe de apoio;

V - encaminhar os contratos celebrados para os órgãos e unidades administrativas interessadas, para a respectiva gestão;

VI - zelar pela guarda dos processos de licitação;

VII - responsabilizar-se pelas publicações legais, afetas às licitações e contratos administrativos delas decorrentes;

VIII - dar informações às unidades competentes sobre as licitações e contratos para subsidiar as respostas aos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle.

§ 4º - Ao Departamento de Compras compete:

I - realizar os processos de compras e contratações diretas, em conformidade com as requisições elaboradas por todos os órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal;

II - convocar os fornecedores e prestadores e celebrar os respectivos contratos administrativos;

III - elaborar as pesquisas de preços e orçamentos, excetos os relativos às obras e serviços de engenharia, para subsidiar as licitações e as compras e contratações diretas;

IV - encaminhar os contratos celebrados para os órgãos e unidades administrativas interessadas, para a respectiva gestão;

V - zelar pela guarda dos processos de compras e contratações diretas;

VI - responsabilizar-se pelas publicações legais, afetas às compras, contratações diretas e contratos administrativos delas decorrentes;

VII - dar informações às unidades competentes sobre as compras, contratações diretas e respectivos contratos para subsidiar as respostas aos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle.

§ 5º - Ao Departamento de Almoxarifado Geral e Patrimônio compete:

I - realizar o recebimento dos bens e o controle do almoxarifado;

II - armazenar os bens e materiais de forma a conservar-lhes as características originais;

III - responsabilizar-se pela distribuição dos bens e materiais em conformidade com as solicitações dos órgãos e unidades administrativas da Prefeitura;

IV - controlar rigorosamente a entrada e saída de bens e materiais;

V - informar aos órgãos e unidades interessadas, conforme orientação por elas elaborada a necessidade de requisitar a compra de bens e materiais sob sua guarda;

VI - realizar a incorporação dos bens permanentes ao patrimônio do Município, identificando a unidade responsável pela guarda e conservação;

VII - realizar periodicamente inventários de bens municipais;

VIII - dar baixa do patrimônio dos bens alienados e inservíveis.

§ 6º - À Gerência de Protocolo e Arquivo compete:

I - receber todos os documentos de interesse do Município, encaminhando-os, depois de devidamente registrados, aos órgãos e unidades competentes;

II - manter os arquivos de interesse do Município, zelando pela facilidade na obtenção de informações;

III - responsabilizar-se pelo arquivo geral de processos do Município, mantendo informações atualizadas sobre o mesmo.

§ 10 - Ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Jauru -PREVI-JAURU compete:

I - exercer todas as competências da PREVI-JAURU previstas na Lei Complementar nº 042 de 14 de fevereiro de 2006, e alterações posteriores.

§ 11 - À Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON MUNICIPAL compete:

I - exercer todas as competências do PROCON previstas na Lei nº 444, de 18 de outubro de 2010, em prol da proteção do consumidor, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90.

§ 12 - À Gerência de Planejamento compete:

I - realizar a interface com todas as Secretarias para levantamento dos dados que sirvam de subsídio para a elaboração da proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

II - elaborar a minuta de proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

III - executar todos os controles contábeis e orçamentários da Administração;

IV - elaborar minuta de resposta técnica às solicitações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado relativas às questões contábeis e orçamentárias;

V - exercer a atividade de controle, organização e arquivo em relação à Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual;

VI - promover e organizar as audiências públicas do Orçamento Participativo;

VII - coletar e planificar os dados colhidos nas audiências públicas do Orçamento Participativo.

§ 13 – Ao Departamento de Controle de Contratos e Convênios compete:

I - coordenar e orientar a elaboração dos projetos que visam a obtenção de recursos para a implantação, manutenção e desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Jauru;

II - orientar a elaboração de planos de trabalho para a execução orçamentária dos contratos e convênios;

III - orientar as áreas responsáveis pela fiscalização dos contratos e convênios quanto à forma de modificação ou suplementação dos mesmos a fim de viabilizar sua conclusão;

IV - orientar, acompanhar e elaborar convênios, acordos, ajustes, protocolos e termos aditivos celebrados ou firmados pelo Poder Executivo Municipal;

V - encaminhar os projetos às agências financiadoras e demais órgãos de cooperação da União ou do Estado do Mato Grosso.

Artigo 4º - À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III - fixar o calendário para cumprimento das obrigações administrativas dos órgãos desta Secretaria, tais como requisição de materiais e pessoal;

IV - gerenciar os recursos humanos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

V - requisitar à Secretaria competente a manutenção dos espaços e equipamentos públicos sob a guarda desta Secretaria;

VI - requisitar à Secretaria competente a compra de bens e materiais necessários a realização dos trabalhos desta Secretaria;

VII - gerenciar os convênios e demais parcerias realizadas com outros órgãos públicos ou privados realizando a respectiva prestação de contas;

VIII - gerenciar e fiscalizar os recursos públicos oriundos de repasses de verbas púbicas, elaborando as respectivas prestações de contas;

IX - planejar ações voltadas ao incremento da força de trabalho no Município;

X - estimular a adoção de medidas que possam ampliar o mercado de trabalho local;

XI - coordenar as ações ligadas às condições habitacionais;

XII - coordenar ações de proteção à criança, ao adolescente, ao idoso e aos portadores de necessidades especiais;

XIII - pronunciar-se sobre as solicitações de entidades assistenciais do Município, relativas à subvenção ou auxílio, controlando sua aplicação quando concedidos;

XIV - estimular e orientar a formação de diferentes modalidades de organização comunitária para atuar no campo da promoção social;

XV - apoiar tecnicamente os Conselhos Municipais afetos à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social existente no Município;

XVI - atuar em conjunto com o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente;

XVII - fazer cumprir no âmbito do Município as regras do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e Adolescente;

XVIII - incentivar e orientar a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para as atividades econômicas;

XIX - promover políticas voltadas ao bem-estar social de toda a população do Município, visando à garantia do acesso aos direitos, bem como o combate à exclusão social, por meio de ações diretas ou em parceria com outras Secretarias e demais segmentos do governo e da sociedade;

XX - promover programa de habitação popular em parceria com a União e o Estado.

§ 1º - À Gerência de Trabalho, Renda e Habitação compete:

I - apresentar diagnósticos e estudos de viabilidade econômica da cadeia produtiva e índices do trabalho e renda do Município e região;

II - ampliar as oportunidades de acesso a geração de trabalho e renda, mediante a realização de incentivos e fomento;

III - elevar o nível de qualificação dos trabalhadores, potencializando as suas condições de inserção no mercado de trabalho;

IV - viabilizar oportunidade de estágio em órgãos públicos e privados aos adolescentes alunos de escolas públicas e encaminhados por programas sociais;

V - promover o levantamento da força de trabalho do Município, incrementando e orientando o seu aproveitamento em instituições públicas e particulares;

VI - Criar, gerenciar e ampliar o Banco de Emprego no Município, a fim de facilitar a aproximação entre empregador e empregado;

VII - levantar problemas ligados às condições habitacionais, a fim de desenvolver, quando necessário, programas de habitação popular;

VIII - cadastrar os munícipes que necessitam de habitação, a fim de incluí-los em programas desta natureza;

IX - assessorar, em pareceria com a Secretaria de Obras e Infraestrutura, a construção de unidades habitacionais, em regime de mutirão.

§ 2º - À Gerência de Assistência Social compete:

I - garantir o planejamento e o desenvolvimento das políticas públicas de assistência social, com vistas ao atendimento das necessidades básicas dos segmentos populacionais atingidos pela pobreza e pela exclusão social;

II - elaborar projetos e programas nas áreas abrangidas pela assistência social;

III - organizar e manter banco de dados e informações sobre os recursos humanos e materiais envolvidos nos programas de assistência social;

IV - dar assistência aos munícipes atingidos pela pobreza e pela exclusão social;

V - dar assistência à criança, ao adolescente e ao idoso que necessitem de auxílio, solicitando a colaboração dos órgãos e entidades estaduais e federais que cuidam especificamente do problema;

VI - dar assistência aos portadores de necessidades especiais, promovendo ações de integração e auxílio;

VII - desenvolver, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação, programas de combate às drogas;

VIII - fazer cumprir no âmbito do Município as regras do Estatuto do Idoso;

IX - coordenar as atividades das organizações comunitárias no âmbito da organização social;

X - coordenar e fiscalizar as atividades das Gerencias de Programas Sociais;

XI - apoiar tecnicamente os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e Adolescente;

XII - atuar em conjunto com o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente;

XIII - realizar campanhas de arrecadação de alimentos, vestimentas, materiais de higiene pessoal e brinquedos para famílias de baixa renda.

§ 3º Ao Departamento de Programas de Sociais compete:

I - gerenciar e executar programas de atenção à criança e ao adolescente, objetivando sua inclusão nas atividades de saúde, esportes, educação, cultura e lazer desenvolvidas pelo Município;

II - gerenciar e executar programas de atenção ao idoso, objetivando sua inclusão nas atividades de saúde, esportes, educação, cultura e lazer desenvolvidas pelo Município;

III - realizar junto à entidades privadas assistenciais e organizações não governamentais projetos de socialização dos idosos, e das crianças e dos adolescentes;

IV - promover junto às famílias carentes campanhas de conscientização dos cuidados mínimos e das obrigações legais em relação às crianças e aos adolescentes;

V - receber e encaminhar aos órgãos responsáveis denúncias de violência e maus tratos aos idosos e às crianças e aos adolescentes.

VI - implementar novos programas e projetos afetos à Assistência Social.

§ 4º À Gerência de Desenvolvimento Social compete:

I - desenvolver ações de campo que demonstrem as necessidades de desenvolvimento social no Município;

II - estimular e orientar a formação de diferentes modalidades de organização comunitária para atuar no campo da promoção social;

III - incentivar e orientar a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para as atividades econômicas;

IV - promover políticas voltadas ao bem estar social de toda a população do Município, visando a garantia do acesso aos direitos, bem como o combate à exclusão social, por meio de ações diretas ou em parceria com outras Secretarias e demais segmentos do governo e da sociedade;

V - implementar projetos de iniciação profissional para jovens com foco na aprendizagem e garantir o desenvolvimento de ações de inclusão social e produtiva;

VI - apoiar a comercialização dos produtos artesanais locais desenvolvidos no perímetro urbano e rural do Município;

VII - promover a realização de cursos de capacitação de mão de obra para população de baixa renda do Município;

VIII - estimular a participação da sociedade nas ações de desenvolvimento social, por meio de trabalhos voluntários;

IX - articular seus trabalhos com outras políticas públicas de âmbito municipal, com vistas à inclusão dos destinatários da assistência social.

Artigo 5º - À SECRETARIA OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III - planejar, operacionalizar e executar a política de desenvolvimento no âmbito da Secretaria;

IV - desenvolver orçamentos de obras públicas;

V - executar obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, abrangendo a construção civil e obras de artes especiais;

VI - fiscalizar os projetos terceirizados e os desenvolvidos e aprovados pela Diretoria de Desenvolvimento Urbano, bem como as obras executadas por empresas contratadas pelo Município;

VII - formular projetos para captar recursos financeiros do Estado, bem como de organizações nacionais;

VIII - promover constantemente a modernização técnica através de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;

IX - planejar, executar, direta ou indiretamente, e conservar as obras de infraestrutura urbana e rural;

X - formular, controlar e implantar a política de saneamento do Município;

XI - planejar e realizar a ampliação e manutenção da iluminação pública de responsabilidade do Município;

XII - planejar e realizar a ampliação e manutenção da limpeza pública de responsabilidade do Município;

XIII - desenvolver programas de educação de trânsito e prevenção de acidentes;

XIV - gerenciar o transporte coletivo;

XV - desenvolver programas de reeducação de trânsito para a comunidade e treinamento dos operadores do transporte coletivo de modo a reduzir os acidentes de trânsito;

XVI - estabelecer as diretrizes e coordenar o serviço funerário no Município, bem como administrar os cemitérios públicos.

§ 1º - Compete à Gerência de Coordenadoria Municipal de Trânsito - CMT:

I - Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V - Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - Executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos;

VII - Aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na legislação, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII - Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - Fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95 da Lei nº 9.503/1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X - Implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV - Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - Planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - Registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - Conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX - Articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado.

XXI - Vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação.

§ 2º - À Gerência de Infraestrutura compete:

I - planejar a realização das obras de infraestrutura urbana e rural;

II - elaborar projetos, planos, relatórios e pareceres;

III - planejar a expansão e conservação da pavimentação asfáltica e a recuperação das vias;

IV - propor e atualizar, em articulação com órgãos de saneamento, a legislação pertinente;

V - planejar e instituir o plano municipal de limpeza urbana, compreendendo-a coleta, tratamento e destino final dos resíduos, dentre outros serviços;

VI - promover programas de incentivo e orientação às atividades de limpeza pública em parceria com outras Secretarias e entidades privadas;

VII - promover a coordenação e elaboração de normas e instruções objetivando o desenvolvimento de projetos na área de limpeza pública.

§ 3º - Ao Departamento de Infraestrutura Urbana e Rural compete:

I - desenvolver projetos de acessibilidade urbana;

II - executar, acompanhar e fiscalizar a pavimentação asfáltica, manutenção e recuperação da malha viária urbana e rural do Município;

III - desenvolver projetos de infraestrutura na área rural, ampliando a rede de iluminação pública;

IV - realizar a manutenção de vias não pavimentadas na zona rural.

§ 4º - Ao Departamento de Limpeza Pública compete:

I - fomentar e coordenar a análise das alternativas técnicas e econômicas visando ao desenvolvimento de atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município;

II - elaborar estudos para a ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de limpeza pública, prestigiando as atividades de preservação do meio ambiente, tais como coleta seletiva e reciclagem de resíduos;

III- executar e fiscalizar os serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - prestar diretamente ou indiretamente os serviços de limpeza pública no Município;

V - fiscalizar o cumprimento das normas referentes a posturas municipais.

§ 5º - À Gerência de Saneamento compete:

I - promover a disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana e demais serviços especializados, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural;

II - fomentar e coordenar a análise das alternativas técnicas e econômicas visando ao desenvolvimento de atividades de saneamento no Município;

III - elaborar estudos para a ampliação e aperfeiçoamento do saneamento no Município, seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico;

IV - executar e fiscalizar os serviços e obras relativas ao saneamento no Município;

V - prestar diretamente ou indiretamente os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

§ 6º - À Gerência de Obras compete:

I - coordenar e implantar a gestão do controle orçamentário das obras do Município;

II - coordenar a elaboração de projetos com o objetivo de captar recursos financeiros junto aos demais entes federados, bem como de organizações nacionais e internacionais;

III - fiscalizar a execução das obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, compreendendo as atividades afetas à construção civil e às obras de artes especiais;

IV - fiscalizar os projetos terceirizados e os desenvolvidos e aprovados por esta Secretaria, bem como as obras e serviços executados por empresas contratadas pelo Município;

V - administrar a fabricação e transformação de matérias primas para aplicação em obras públicas;

VI - aprovar as medições de obras realizadas e serviços executados; propor multas e sanções aos executores inadimplentes de obras; acompanhar e fiscalizar os cronogramas físico-financeiros das obras e serviços.

§ 7º - Ao Departamento de Obras Públicas compete:

I - exercer o controle orçamentário das obras no âmbito da Secretaria;

II - executar obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, compreendendo as atividades afetas à construção civil e às obras de artes especiais;

III - fiscalizar a execução dos projetos terceirizados e os desenvolvidos e aprovados por esta Secretaria, bem como as obras e serviços executados por empresas contratadas pelo Município;

IV - manter e conservar os bens públicos;

V - organizar, supervisionar e dar suporte técnico as campanhas de construção de casas populares em regime de mutirão.

§ 8º - Ao Departamento de Engenharia e Projetos compete:

I - formular projetos para captar recursos financeiros junto aos demais entes federados, bem como de organizações nacionais e internacionais;

II - realizar, direta ou indiretamente, todos os serviços técnicos e administrativos concernentes aos levantamentos, estudos, projetos de construção, reconstrução, ampliação, reparos e melhoramento dos próprios municipais;

III - manter arquivos e documentos referentes às obras públicas;

IV - desenvolver os orçamentos das obras públicas;

V - elaborar laudos técnicos de avaliação.

§ 9º - À Gerência de Administração da Frota compete:

I - gerenciar a utilização e manutenção dos veículos e maquinários;

II - administrar a frota de veículos da Municipalidade, elaborando escala de trabalho dos motoristas, promovendo levantamento de dados referentes aos custos e ao desempenho da frota, programar a utilização da frota articulando-se com todas as unidades administrativas do Município;

III - elaborar conjuntamente com as demais Secretarias plano de manutenção da frota de uso individual de cada Secretaria;

IV - elaborar plano de manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Jauru;

V - coordenar as atividades de competência do Departamento de Almoxarifado e do Departamento de Oficina.

§ 10 – Ao Departamento de Oficina compete:

I - dar manutenção aos veículos e maquinários que compõem a frota pertencente ao Município;

II - solicitar, quando necessário, peças e materiais de reposição para os veículos e maquinários;

III - elaborar cronograma de manutenção preventiva dos veículos e maquinários da frota municipal.

§ 11 – Ao Departamento de Almoxarifado da Oficina compete:

I - requisitar as peças e materiais de reposição para os veículos e maquinários quando solicitados pelo Departamento de Oficina, especificando a quantidade e as características técnicas;

II - receber, armazenar e controlar o estoque de peças de reposição;

III - elaborar inventário trimestral do estoque existente.

Artigo 6º - À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III – fixar o calendário para cumprimento das obrigações administrativas dos órgãos desta Secretaria, tais como requisição de materiais e pessoal;

IV – coordenar e gerenciar os servidores lotados na Secretaria;

V – requisitar à Secretaria competente a manutenção dos espaços e equipamentos públicos sob a guarda desta Secretaria;

VI – requisitar à Secretaria competente a compra de bens e materiais, necessários a realização dos trabalhos desta Secretaria;

VII - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

VIII - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IX - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

X - oferecer prioritariamente a educação infantil em creches e pré-escolas, e o ensino Fundamental;

XI - definir, com o Estado, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental;

XII - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação;

XIII - manter a rede escolar que atenda preferentemente às zonas rurais, sobretudo aquelas de baixa densidade demográfica ou de difícil acesso;

XIV - criar meios adequados para a radicação de professores na zona rural ou, ainda, para dar-lhes as necessárias condições de trabalho;

XV - propor a localização das escolas municipais através de adequado planejamento, evitando a dispersão de recursos;

XVI - executar programas que objetivem elevar o nível de preparação dos professores e de sua remuneração, integrando-os com os programas de desenvolvimento de recursos humanos de responsabilidade do Estado e da União;

XVII - colaborar e incentivar os trabalhos do Conselho Municipal de Educação;

XVIII - aplicar recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino em consonância com o disposto na Constituição Federal, observado o limite mínimo nela disposto;

XIX - organizar, manter e supervisionar a Biblioteca Municipal;

XX - atender as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

XXI – coordenar atividades para dinamizar a capacidade econômica de forma articulada com o potencial turístico e histórico do Município;

XXII – promover e incentivar a proteção e a recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico do Município;

XXIII – firmar convênios ou parcerias, com o Poder Público ou com particulares, visando à implantação de programas que estimulem a atração de investimento na cultura, no esporte e lazer ou no turismo, proporcionando a criação de novos empregos e a geração de renda para os munícipes;

XXIV – promover estudos e elaborar projetos de políticas que visem o desenvolvimento das mais variadas modalidades esportivas no Município.

§ 1º - À Gerência de Educação compete:

I - executar convênios com o Estado no sentido de definir uma política de ação na prestação do ensino fundamental, tornando mais eficaz a aplicação dos recursos públicos destinados à educação;

II - realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo à sua chamada para a matrícula;

III - promover campanhas junto à comunidade no sentido de incentivar a freqüência dos alunos à escola;

IV - desenvolver programas da educação de jovens e adultos, através de cursos de alfabetização e de treinamento profissional, de acordo com as necessidades locais de mão de obra;

V - combater a evasão, a repetência e todas as causas de baixo rendimento dos alunos, através de medidas de aperfeiçoamento do ensino e de assistência ao aluno.

§ 2º - Ao Departamento de Administração Escolar compete:

I - oferecer todo o apoio administrativo à Secretaria de Educação e todas as unidades que a compõem;

II - fixar o calendário para cumprimento das obrigações administrativas das unidades escolares, tais como requisição de materiais e pessoal;

III - gerenciar os recursos humanos da Secretaria de Educação;

IV - elaborar as especificações técnicas e o termo de referência para a realização das licitações de interesse da Secretaria de Educação.

V - cumprir as normas e procedimentos para contratação de serviços e aquisições de materiais conforme a legislação vigente;

VI - realizar os pedidos de compras e encaminhá-los ao setor responsável da Prefeitura Municipal e acompanhar até a chegada do material e ou cumprimento do contrato;

VII - acompanhar a execução financeira dos convênios.

§ 3º - Ao Departamento de Coordenação Pedagógica compete:

I - desenvolver programas de orientação pedagógica, objetivando aperfeiçoar os profissionais da educação dentro das diversas especialidades buscando aprimorar a qualidade do ensino;

II - promover a orientação educacional através do aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade;

III - elaborar plano de gerenciamento das bibliotecas instaladas nas escolas;

IV - acompanhar a execução da proposta curricular municipal em todas as escolas da rede municipal;

V - realizar pesquisas para detectar a qualidade de ensino e aprendizagem, para servir de subsídio para o planejamento e implementação de ações de aperfeiçoamento do ensino no Município;

VI - elaborar tecnicamente as especificações e requisições dos materiais didáticos.

§ 4º - À Gerência de Apoio à Educação compete:

I - elaborar o plano de transporte escolar;

II - elaborar em conjunto com a Gerência de Administração da Frota o plano de manutenção da frota de uso individual desta Secretaria;

III - coordenar e gerenciar o transporte escolar no Município;

IV - acompanhar a execução dos serviços de transporte escolar, quando contratados com terceiros;

V - definir as diretrizes do programa de alimentação escolar;

VI - elaborar tecnicamente as especificações e requisições dos gêneros alimentícios;

VII - elaborar tecnicamente as especificações e requisições dos uniformes escolares.

§ 5º - À Gerência de Cultura e Turismo compete:

I - elaborar programa de identificação e reabilitação de sítios históricos;

II - coordenar a promoção do Ecoturismo;

III - coordenar programa municipal de ações culturais;

IV - incentivar a divulgação das atividades artísticas e culturais da região;

V - integrar a política cultural do Município ao processo de desenvolvimento econômico e social;

VI - diagnosticar a produção, as atividades e a dinâmica da cultura local;

VII - planejar e executar as atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis.

§ 6º - Ao Departamento de Cultura compete:

I - executar a política municipal de ações culturais desenvolvidas pela Secretaria;

II - promover a divulgação das atividades artísticas e culturais da região;

III- promover, com regularidade, a execução de programas culturais e recreativos de interesse da população;

IV - disponibilizar e organizar funcionários e equipamentos para eventos culturais do Município;

§ 7º - Ao Departamento de Turismo compete:

I - promover a identificação e reabilitação de sítios históricos;

II - implementar novos espaços turísticos;

III - estimular o turismo pelo incentivo ao incremento da rede hoteleira no Município;

IV - promover o Ecoturismo;

V - executar planos e programas de fomento ao turismo.

§ 8º - À Gerência de Esportes e Lazer compete:

I - coordenar e implementar políticas cujo objetivo seja o desenvolvimento das mais variadas modalidades esportivas no município;

II - coordenar e promover a organização das ligas de entidades esportivas, por meio de convênios e parcerias com as entidades públicas e privadas;

III - desenvolver programas permanentes de lazer, incentivando a utilização dos espaços públicos;

IV - proporcionar meios de recreação sadia e construtiva à comunidade.

§ 9º - Ao Departamento de Esportes compete:

I - implementar políticas cujo objetivo seja o desenvolvimento das mais variadas modalidades esportivas no município;

II - organizar e implementar políticas que visem dar prioridade às categorias de base em todas as modalidades esportivas praticadas no Município;

III - promover e apoiar as práticas esportivas na comunidade.

Artigo 7º - À SECRETARIA DE FINANÇAS compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais desta Secretaria;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III - requisitar à Secretaria competente a manutenção dos espaços e equipamentos públicos sob a guarda desta Secretaria;

IV - requisitar à Secretaria competente a compra de bens e materiais, necessários a realização dos trabalhos desta Secretaria;

V - coordenar e gerenciar os servidores lotados na Secretaria;

VI - planejar e orientar a política econômico-financeira e fiscal do Município;

VII - planejar atividades pertinentes ao levantamento contábil para apuração da receita e despesa, de acordo com a legislação vigente;

VIII - formular políticas tributárias; controlar e gerenciar a arrecadação orçamentária e extraorçamentária e os pagamentos devidos pelo tesouro municipal;

IX - promover a cobrança amigável da Dívida Ativa, quando no âmbito administrativo;

X - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Secretarias, da proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

XI - estabelecer diretrizes para a captação de recursos junto a terceiros.

§ 1º - À Gerência Financeira compete:

I - gerenciar e coordenar os pagamentos devidos pelo tesouro;

II - gerenciar e coordenar as reservas orçamentárias para cobrir as despesas contraídas pelo Município, no curso de processos licitatórios ou quaisquer outros dos quais se originem despesas;

III - elaborar, programar e acompanhar os desembolsos financeiros relativos aos contratos e instrumentos congêneres celebrados pelo Município;

IV - gerenciar e coordenar a realização do prévio empenho às despesas públicas, bem como a necessária complementação e cancelamento;

V - acompanhar a gestão orçamentária do Município, observando rigorosamente as regras previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

VI - propor o contingenciamento de despesas diante da possibilidade de déficit orçamentário ou quando do recebimento de alertas pelo Tribunal de Contas do Estado;

VII - elaborar as prestações de contas;

VIII - elaborar resposta técnica e responder as solicitações das unidades e órgãos solicitantes Municipais, Estaduais e Federais, bem como subsidiar as respostas aos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle, sobre as informações de sua competência.

§ 2º - Ao Departamento de Contabilidade compete:

I - acompanhar, controlar e analisar a execução orçamentária;

II - processar a despesa e manter o registro e os controles da administração financeira, orçamentária e patrimonial do Município;

III - preparar os balancetes, bem como o balanço geral e as prestações de contas de recursos transferidos para o Município por outras esferas;

IV - fiscalizar e fazer a tomada de contas dos órgãos de administração centralizada encarregados da movimentação de recurso e outros valores;

V - realizar o prévio empenho às despesas públicas, bem como a necessária complementação e cancelamento.

§ 3º - Ao Departamento de Tesouraria compete:

I - receber, pagar, guardar e movimentar os recursos e outros valores do Município;

II - controlar e fiscalizar as despesas feitas sob o regime de adiantamento;

III - realizar a conciliação bancária das contas do Município.

§ 4º - À Gerência Tributária compete:

I - propor programas de incentivo e parcelamento fiscal;

II - realizar campanhas de esclarecimento aos munícipes sobre questões tributárias;

III - cadastrar, lançar e arrecadar as receitas municipais e fazer fiscalização tributária;

IV - planejar, executar e fiscalizar as atividades relativas à tributação municipal sob propriedades imobiliárias e às atividades mobiliárias;

V - manter atualizado os cadastros: mobiliário e imobiliário;

VI - exercer a atividade de controle cadastro, organização e arquivo em relação aos procedimentos tributários;

VII - atender e auxiliar os munícipes na regularização de documentação e procedimentos tributários municipais;

VIII - estabelecer procedimentos administrativos para os requerimentos elaborados pelos munícipes referentes à regularização fundiária;

IX - gerenciar e coordenar os trabalhos de auxílio aos munícipes na regularização do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Territorial Rural – ITR;

X - exercer a atividade de controle, organização e arquivo em relação aos processos de regularização fundiária.

Artigo 8º - À SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL compete:

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III - planejar e executar programas e atividades que visem o desenvolvimento econômico do Município, especialmente relacionado ao meio ambiente, indústria e comércio;

IV - promover atividades de combate à poluição dos cursos de água do Município;

V - promover a construção de parques, praças, jardins públicos, tendo em vista a estética urbana e a preservação do ambiente natural;

VI - administrar os parques e jardins do Município;

VII - promover a arborização dos logradouros públicos;

VIII - organizar e desenvolver uma Política de Meio Ambiente no Município;

IX - promover em conjunto com o órgão Federal (IBAMA) e Estadual (FEMA/MT) um programa de desenvolvimento sustentável;

X - criar normas para preservar o Meio Ambiente, na instalação e funcionamento das indústrias e atividades comerciais;

XI - organizar e desenvolver a Política Urbana do Município com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;

XII - desenvolver, juntamente com os competentes órgãos educacionais municipais e regionais, programas que visem reeducar e orientar a comunidade acerca das questões ambientais, fomentando o interesse e o conhecimento em referida área;

XIII - desenvolver políticas municipais de recuperação e manutenção das áreas de proteção permanente e de mananciais, não permitindo sua degradação;

XIV - implementar projetos e programas ambientais no município, colaborando, dentro de sua esfera de competência, nos âmbitos regional, estadual, nacional e internacional;

XV - planejar e executar programas e atividades nas áreas de agricultura e pecuária;

XVI - incentivar o associativismo e cooperativismo para desenvolvimento das atividades de agricultura e pecuária;

XVII - desenvolver programas de assistência técnica aos produtores rurais e pecuaristas do Município;

XVIII - auxiliar o Prefeito Municipal na coordenação das ações e elaboração de políticas públicas referentes ao Abastecimento;

XIX - desenvolver políticas municipais de abastecimento, visando o adequado funcionamento do sistema de distribuição e comercialização de alimentos;

XX - gerenciar e fiscalizar os recursos públicos oriundos de repasses de verbas púbicas, elaborando as respectivas prestações de contas.

§ 1º - À Gerência de Apoio ao Pequeno Produtor compete:

I - elaborar programa municipal de incentivo ao trabalho direto e pessoal do produtor e de sua família no trato com a terra e com os animais de sua propriedade;

II - promover ações de fomento para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar de subsistência;

III - coordenar programa de modernização tecnológica do pequeno produtor visando maior produção pela melhoria da produtividade e rentabilidade;

IV - organizar a associação de pequenos produtores, para proporcionar vantagens na obtenção dos fatores de produção e melhor desempenho no mercado;

V - elaborar em conjunto com outros órgãos Municipais meios de garantir à comercialização da produção agrícola dos pequenos produtores, permitindo a melhoria da renda do produtor rural e sua família;

VI - implementar e organizar cadastro para acesso dos pequenos produtores a máquinas e caminhões de propriedade do Município de Jauru para realização de trabalhos nas propriedades rurais mediante pagamento de preço público estabelecido em regulamentação própria.

§ 2º - À Gerência de Desenvolvimento Rural compete:

I - promover orientação aos produtores quanto ao uso do crédito rural;

II - licenciar as atividades agrícolas no Município de modo a preservar o equilíbrio necessário ao pleno desenvolvimento econômico;

III - difundir as informações tecnológicas que garantam aumento da produtividade agrícola e agropecuária;

IV - promover a criação de mecanismos que propiciem a fixação do produtor na terra;

V - coordenar a política municipal de abastecimento alimentar, planejando e executando programas, projetos e atividades que visem ao adequado funcionamento do sistema de distribuição e comercialização de alimentos;

VI - assegurar o acesso e garantir o direito da população à alimentação de boa qualidade e de baixo custo;

VII - promover curso de capacitação e qualificação do produtor e trabalhador rural;

VIII - estimular à fixação de agroindústrias e indústria de suporte à produção agrícola com a finalidade de integração das unidades produtoras e conseqüente garantia de regularidade na oferta de alimentos e maior renda para os agricultores e assalariados rurais.

IX - implementar e organizar cadastro para acesso dos produtores a máquinas e caminhões de propriedade do Município de Jauru para realização de trabalhos nas propriedades rurais mediante pagamento de preço público estabelecido em regulamentação própria;

X - elaborar e coordenar programa de melhoramento genético animal através de banco de dados de reprodutores animais.

§ 3º - Ao Departamento de Abastecimento compete:

I - planejar e coordenar as ações de organização e incentivo à produção de alimentos básicos;

II - criar sistemas de vendas, através de parcerias com outras entidades, a fim de possibilitar a distribuição de produtos e aquisição de alimentos pela população de forma mais econômica;

III - incentivar o combate ao desperdício de alimentos, em parceria com entidades privadas ou públicas;

IV - organizar a realização de feiras livres normatizando e fiscalizando o respectivo funcionamento;

V - apoiar a comercialização dos produtos alimentícios locais desenvolvidos no perímetro urbano e rural do Município.

§ 4º - À Gerência de Meio Ambiente compete:

I - realizar ações de concretização do desenvolvimento sustentável, por meio do incentivo e fomento às atividades que causem pequenos impactos ao meio ambiente;

II - representar aos órgãos ambientais estaduais e federais quando constatada alguma irregularidade que lhes compete apurar;

III - realizar campanhas de prevenção ao meio ambiente que compreendam a exploração sustentável das riquezas naturais e o manejo responsável;

IV - coordenar a recuperação das áreas de proteção permanente e de mananciais e evitar sua degradação;

V - celebrar convênios com faculdades, universidades, centros de pesquisa, associações civis e organizações sindicais nos esforços de garantir e aprimorar o gerenciamento ambiental;

VI - garantir o acesso da população às informações sobre as causas da poluição e da degradação ambiental;

VII - promover em conjunto com a Secretaria de Educação a conscientização da população a adequação do ensino de forma a difundir os princípios e objetivos da proteção ambiental.

§ 5º - Ao Departamento de Reflorestamento compete:

I - implantar e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas;

II - criar programa de proteção das bacias hidrográficas e dos terrenos sujeitos à erosão ou inundações;

III - implantar programa de recomposição paisagística dos morros e encostas;

IV - criar e manter centro de distribuição de mudas de árvores com a finalidade de estimular a preservação das matas, florestas e áreas verdes ou mantê-las em sistema de reprodução permanente, reflorestando com objetivo paisagístico e cultural, com árvores nativas e híbridas.

§ 6º - À Gerência de Desenvolvimento Urbano compete:

I - coordenar a realização dos estudos técnicos que subsidiarão a elaboração do Plano Diretor do Município;

II - instrumentalizar as licitações e contratações necessárias para a elaboração do Plano Diretor do Município;

III - desenvolver projetos e planos urbanísticos de modo a privilegiar a qualidade de vida dos munícipes;

IV - executar a fiscalização e monitoramento do zoneamento urbano e rural conforme legislação própria;

V - aprovar os novos empreendimentos imobiliários a serem implantados no Município;

VI - aprimorar o cadastro imobiliário do município, adotando técnicas de georeferenciamento, estabelecendo indicadores urbanos, mapas e cartas;

VII - acompanhar a implantação do Plano Diretor do Município;

VIII - revisar a legislação urbanística do município, de modo a modernizar os instrumentos urbanísticos e acompanhar a sua implantação;

IX - executar a fiscalização e monitoramento do uso e ocupação do solo.

§ 7º - Ao Departamento de Indústria e Comércio compete:

I - elaborar estudos para a definição da implantação e aumento da área destinada ao distrito industrial no Município;

II - elaborar estudos para a definição da implantação e aumento das áreas destinadas a abrigar o comércio no Município;

III - executar a fiscalização e monitoramento da área definida como distrito industrial, conforme legislação própria;

IV - licenciar as atividades comerciais e industriais no Município de modo a preservar o equilíbrio necessário ao pleno desenvolvimento econômico.

Artigo 9º - **À SECRETARIA DE SAÚDE compete:**

I - efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais;

II - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

III - promover o levantamento dos problemas de saúde da população do Município, a fim de identificar as causas e combater as doenças com eficácia;

IV - manter a interface com os órgãos e entidades de saúde Estadual e Federal, visando o atendimento dos serviços de assistência médico-social e de defesa sanitária do Município;

V - administrar unidades de saúde existentes no Município, promovendo atendimento de pessoas doentes e das necessidades de socorros imediatos;

VI - executar programas de assistência médico-odontológica;

VII - providenciar o encaminhamento de pacientes para referências fora do Município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;

VIII - promover junto à população local campanhas preventivas de doenças e educação em saúde pública;

IX - promover a vacinação em massa da população local em campanhas específicas ou em casos de surtos epidêmicos;

X - dirigir e fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de convênios destinados à saúde pública;

XI - apoiar os trabalhos do Conselho Municipal de Saúde;

XII - acompanhar, controlar e avaliar o SUS no Município;

XIII - elaborar as diretrizes e normas para ações de saúde;

XIV - garantir distribuição de medicamentos da Farmácia Básica para a população;

XV - coordenar as atividades de fiscalização e inspeção Sanitária, Ambiental e Epidemiológica do Município;

XVI - aplicar recursos públicos nas ações e serviços públicos de saúde em consonância com o disposto na Constituição Federal, observado o limite mínimo nela disposto.

§ 1º - À Gerência de Planejamento compete:

I - gerenciar os convênios e demais parcerias realizadas com outros órgãos públicos ou privados realizando a respectiva prestação de contas;

II - gerenciar e fiscalizar os recursos públicos oriundos de repasses de verbas púbicas, elaborando as respectivas prestações de contas;

III - elaborar e gerenciar projetos na área da saúde, com o acompanhamento de sua execução e respectiva fiscalização;

IV - elaborar o orçamento anual da Secretaria para subsidiar a elaboaração da Lei Orçamentária Anual do Município;

V - coordenar a política municipal e as ações de vigilância sanitária, ambiental, epidemiológica e de saúde do trabalhador;

VI - coordenar e acompanhar o sistema municipal de informação da vigilância em saúde;

VII - participar de reuniões na esfera Federal e Estadual para elaboração de normas afetas à Secretaria de Saúde;

VIII - coordenar as ações voltadas à saúde do trabalhador;

IX - coordenar a implantação do programa de padronização dos prontuários médicos;

X - implantar e fiscalizar o cumprimento das normas regulamentares emanadas pelo Sistema Único de Saúde;

XI - elaborar sugestão de normas regulamentares na área da saúde, visando o aperfeiçoamento das atividades da Secretaria.

XII - realizar o controle e a avaliação dos serviços de saúde pública do Município.

§ 2º - Ao Departamento de Suporte Administrativo compete:

I - realizar todo o apoio administrativo à Secretaria e todas as unidades que a compõem;

II - fixar o calendário para cumprimento das obrigações administrativas dos órgãos desta Secretaria;

III - gerenciar os recursos humanos da Secretaria de Saúde;

IV - requisitar à Secretaria competente a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob a guarda desta Secretaria;

V - fazer a interface com a unidade responsável pelas licitações, no que toca aos bens, materiais e serviços de interesse da Secretaria.

§ 3º - Ao Departamento de Vigilância em Saúde compete:

I - executar as ações de vigilância sanitária, ambiental, epidemiológica e de saúde do trabalhador;

II - acompanhar os casos e surtos relacionados ao uso de alimentos, produtos e serviços de saúde e de interesse à saúde;

III - elaborar o material educativo para divulgação e esclarecimentos à população e profissionais;

IV - participar e acompanhar o programa de controle de infecção em serviços de saúde;

V - acompanhar e prever a evolução do comportamento epidemiológico mediante a análise contínua dos dados de mobilidade;

VI - divulgar, periodicamente, informes epidemiológicos;

VII - elaborar boletins informativos sobre a saúde no Município de Jauru.

§ 4º - À Gerência de Atenção Integral à Saúde compete:

I - coordenar os programas de saúde objetivando o tratamento e a prevenção de doenças;

II - coordenar o Programa de Saúde da Família;

III - coordenar as campanhas de prevenção de doenças, de vacinação e de orientação população;

IV - coordenar a implantação do programa de cadastramento municipal dos usuários do sistema Municipal de Saúde;

V - coordenar a implantação do programa de agendamento dos atendimentos dos munícipes;

VI - elaborar e gerenciar programas de atenção especializada à saúde e de atenção básica à saúde;

VI - coordenar a remoção e transferência de pacientes, planejando os transportes eletivos e de emergência;

VII - coordenar as campanhas de vacinação do município, realizando a distribuição desta entre os Postos de Saúde e o Centro de Saúde;

VIII - coordenar as atividades da Unidades de Saúde, Laboratorial, do Centro de Saúde;

IX - elaborara e realizar uma rotina de avaliação das ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho.

§ 5º - Ao servidor responsável pela Estratégia de Saúde da Família I compete:

I - gerenciar as atividades da Unidade de Saúde;

II - gerenciar os programas e as campanhas afins a Unidade de Saúde;

III - gerenciar os recursos humanos da Unidade de Saúde;

IV - gerenciar as campanhas de vacinas do município dentro da área de atuação da Unidade de Saúde;

V - requisitar ao Departamento de Suporte Administrativo a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob sua guarda e os materiais e serviços necessários a realização de seu fim.

§ 6º - Ao servidor responsável pela Estratégia de Saúde da Família II compete:

I - gerenciar as atividades da Unidade de Saúde;

II - gerenciar os programas e as campanhas afins a Unidade de Saúde;

III - gerenciar os recursos humanos da Unidade de Saúde;

IV - gerenciar as campanhas de vacinas do município dentro da área de atuação da Unidade de Saúde;

V - requisitar ao Departamento de Suporte Administrativo a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob sua guarda e os materiais e serviços necessários a realização de seu fim.

§ 7º - Ao servidor responsável pela Estratégia de Saúde da Família de Lucialva – Zona Rural - compete:

I - gerenciar as atividades da Unidade de Saúde;

II - gerenciar os programas e as campanhas afins a Unidade de Saúde;

III - gerenciar os recursos humanos da Unidade de Saúde;

IV - gerenciar as campanhas de vacinas do município dentro da área de atuação da Unidade de Saúde;

V - requisitar ao Departamento de Suporte Administrativo a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob sua guarda e os materiais e serviços necessários a realização de seu fim.

§ 8º - Ao servidor responsável pelo Laboratório Municipal compete:

I - gerenciar a prestação dos serviços laboratoriais;

III - gerenciar os recursos humanos do Laboratório;

IV - requisitar ao Departamento de Suporte Administrativo a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob sua guarda e os materiais e serviços necessários a realização de seu fim;

V - encaminhar ao respectivo Laboratório de Referência Regional ou Estadual as amostras inconclusivas e aquelas não realizadas no laboratório municipal, para complementação de diagnóstico e também aquelas destinadas ao controle de qualidade analítica.

§ 9º - Ao servidor responsável pelo Centro de Saúde compete:

I - gerenciar as atividades do Centro de Saúde;

II - gerenciar os recursos humanos do Centro de Saúde;

III - requisitar ao Departamento de Suporte Administrativo a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob sua guarda e os materiais e serviços necessários a realização de seu fim;

IV - gerenciar as campanhas de vacinas do município dentro da área de atuação do Centro de Saúde;

V - requisitar ao Departamento de Suporte Administrativo a manutenção dos espaços e equipamentos, públicos sob sua guarda e os materiais e serviços necessários a realização de seu fim.

§ 10 - À Gerência de Almoxarifado e Farmácia compete:

I - realizar o recebimento dos bens e o controle do almoxarifado;

II - armazenar os bens e materiais de forma a conservar-lhes as características originais;

III - responsabilizar-se pela distribuição dos bens e materiais em conformidade com as solicitações dos órgãos e unidades da Secretaria de Saúde;

IV - controlar rigorosamente a entrada e saída de bens e materiais;

V - informar aos órgãos e unidades interessadas, conforme orientação por elas elaborada a necessidade de requisitar a compra de bens e materiais sob sua guarda;

VI - elaborar a relação das substâncias medicamentosas a serem consumidas internamente nas unidades de saúde do Município e distribuídas à população;

VII - realizar o cadastramento dos munícipes interessados em receber medicamentos fornecidos pelo Município, de acordo com critérios previamente definidos;

VIII - realizar a distribuição de medicamentos aos munícipes.

CAPÍTULO III

DA CRIAÇÃO DE CARGOS

Artigo 11 - Ficam criados os seguintes cargos de livre provimento e exoneração:

I - Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

II - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

III - Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural;

IV - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;

V - Secretário Municipal de Finanças;

VI - Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural;

VII - Secretário Municipal de Saúde.

§ 1º - Os subsídios dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 29, inciso V da Constituição Federal.

§ 2º - Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito, são essenciais à Administração, competindo-lhes em comum, além das atribuições instituídas no artigo 73 e respectivos incisos da Lei Orgânica do Município e em outras leis, o seguinte:

I – planejar, organizar e dirigir as atividades inerentes a sua Secretaria, tendo em vista atingir qualitativamente as metas preestabelecidas;

II – aprovar propostas de planos e rotinas de trabalho, programas de aperfeiçoamento de medidas e outros, analisando processos, relatórios e outros documentos, propondo alterações necessárias, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços;

III – executar as políticas governamentais, apresentando informes a conclusões pertinentes à sua Secretaria, a fim de contribuir para a definição dos objetivos a serem alcançados;

IV – analisar os resultados dos programas estabelecidos para a sua Secretaria, observando os aspectos técnicos, o cumprimento dos prazos, recursos materiais, humanos e financeiros empregados, grau de aplicabilidade e outros, objetivando a avaliação e decisão quando ao cancelamento, reformulação ou continuidade dos mesmos;

V – representar a sua Secretaria deliberando sobre políticas, diretrizes, normas gerais, estruturas, planos de metas, operações e aplicações de recursos, demonstrativos e outros;

VI – analisar e, se for o caso, aprovar propostas orçamentárias apresentadas pelas áreas subordinadas à sua Secretaria, bem como propor alterações nas mesmas, visando ao desenvolvimento das atividades dentro dos padrões requeridos;

VII – participar de reuniões internas, intercambiando informações, apresentando sugestões, negociando e/ou cobrando metas de trabalho e outros assuntos inerentes à sua Secretaria;

VIII – executar as determinações do Prefeito relativamente aos interesses da

Prefeitura;

IX – coordenar as negociações e a execução de convênios, parcerias e contratos com agentes financeiros ou com entidades públicas ou privadas federais, estaduais ou municipais, com vistas à realização de objetivos de interesse do Município, especialmente da pasta administrativa da qual seja titular;

X – zelar para que a comunidade esteja permanentemente informada das atividades de sua Secretaria, bem como coordenar as atividades em que está participe;

XI – manter contato com os órgãos municipais, estaduais e federais, visando à obtenção de recursos para viabilizar as ações da Prefeitura;

XII – zelar pelo cumprimento das normas do Município, orientando seus subordinados na sua observância;

XIII – acompanhar e avaliar o desempenho dos seus subordinados, para fins de aproveitamento de potencialidade e aperfeiçoamento;

XIV – demonstrar, periodicamente, ao Prefeito, em especial, a situação da pasta administrativa da qual seja titular, inclusive apresentando relatórios concisos e precisos de sua gestão, ressalvado aquele de caráter anual previsto no inciso III do artigo 73 da Lei Orgânica do Município;

XV – aplicar multas previstas em lei, nos contratos ou convênios, bem como revê-las quando for o caso;

XVI – resolver sobre requerimentos, reclamações ou representação que lhe forem dirigidas;

XVII – subscrever e referendar atos e regulamentos referentes à sua Secretaria;

XVIII – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de sua Secretaria;

XIX – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados pela Secretaria;

XX – comparecer à Câmara Municipal, sempre que por ela convocado ou convidado, e prestar informações nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno do Poder Legislativo; e

XXI – elaborar conjuntamente com as unidades que integram a sua pasta administrativa o planejamento de compras e serviços, bem como o programa orçamentário de sua secretaria.

§3º. Aplicam-se, no que couber, aos ocupantes de cargos equivalentes a Secretário Municipal, as atribuições a que aludem o *caput* deste artigo, cabendo aos Secretários Adjuntos, nas Secretarias que houver, auxiliar os titulares e na sua ausência exercer as atribuições destes.

Artigo 12 – Fica alterado o anexo III, da Lei Complementar 117/2016 e suas alterações posteriores, com inclusões e supressões, inerentes aos cargos de livre provimento e exoneração, com remunerações fixadas pela Lei que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos da Administração Pública do Município de Jauru, que passa a vigorar da seguinte forma:

I. GABINETE DO PREFEITO:

Cargos	Nº. Vagas	Requisito investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Assessor de Gabinete	01	Ensino Médio Completo	Dedicação exclusiva	Assessorar o Prefeito Municipal na representação política do Município e nas relações políticas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas; Assessorar o Prefeito Municipal nas relações políticas com a Câmara Municipal; Coordenar as atividades do Gabinete do Prefeito afetas à Assessoria de Comunicação, Gerência Administrativa e Gerência de Cerimonial; Coordenar a Política de Comunicação de Governo a fim de dar suporte às ações comunicativas da Administração Pública. Acompanhar e subsidiar e elaboração da redação e expedição de decretos, portarias e outros atos administrativos de responsabilidade do Prefeito; Preparar e instruir a tramitação e disposição de processos, papéis e documentos sujeitos à decisão do Prefeito Municipal.	**R$ 4.609,55**
Assessor Administrativo Representativo	01	Ensino Superior em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.	40 horas	Atribuição Genérica. Atuar como representante municipal junto aos órgãos administrativos federais, estaduais, e municipais da grande Cuiabá e demais locais que forem necessários. Detalhamento das atribuições. Acompanhamento de Convênios das Secretarias do Município de Jauru. Regularização de Certidões Federais e Estaduais perante os órgãos competentes. Tramitação de Processos administrativos junto aos órgãos federais e estaduais. Acompanhamento de processos administrativos junto aos órgãos de saúde pública, secretaria de estado de saúde, T.F.D – Tratamento fora do domicílio, central de regulação, farmácia de Alto Custo e demais órgãos vinculados a saúde pública. Auxílio na captação de recursos junto aos órgãos Federais e Estaduais.	**R$ 4.301,56**
Assessor Técnico I	02	Ensino Médio Completo	40 horas	Prestar assessoria técnica ao seu superior hierárquico, interpretando, discutindo, negociando, registrando, orientando, encaminhando e/ou relatando assuntos, reivindicações, problemas, processos, expectativas e outros temas que lhe forem apresentados. Realizar estudos, análises e projeções, emitindo pareceres e propostas de ordem técnica, administrativa e econômico-financeira, conforme o caso, para avaliação e aprovação de seu superior hierárquico. Planejar, organizar e providenciar os recursos materiais e humanos para os eventos com a participação da sua unidade funcional, destinados a informar, divulgar, promover, comunicar e difundir os negócios, atividades, projetos, ações, empreendimentos, soluções, deliberações, cuidando pessoalmente ou verificando junto aos responsáveis, para que todos os detalhes técnicos, administrativos e logísticos ocorram dentro do esperado, em termos de prazo, funcionamento e operacionalidade. Cuidar, mediante delegação de seu superior hierárquico, do desenlace de determinados processos, fatos ou ocorrências que envolvem mediação ou negociação entre partes interessadas, do ponto de vista interno. Executar outras atividades afins à sua área de atuação, a partir das necessidades e demandas e de conformidade com as orientações dadas pelo seu superior hierárquico.	**R$ 2.903,56**
Assessor Técnico II	02	Ensino Médio Completo	40 horas	Prestar assessoria técnica ao seu superior hierárquico, auxiliando na tomada de decisões. Supervisionar os estudos, análises e projeções realizadas pelos demais assessores, emitindo parecer conclusivo a ser submetido à avaliação e aprovação de seu superior hierárquico. Realizar atividades em geral mediante delegação de seu superior hierárquico. Elaborar projetos, planos de ação segundo diretrizes e definições de seu superior hierárquico, no sentido de atingir os objetivos e metas estabelecidos, bem como orientar, acompanhar e avaliar os seus resultados. Coordenar comissões, comitês e outros grupos de trabalho internos. Representar seu superior hierárquico, quando delegado a fazê-lo, participando de reuniões internas ou externas, debatendo assuntos relacionados à sua área, apresentando ou dispondo informações, posicionando-se acerca de atividades, processos, fatos, situações e soluções. Executar outras atividades afins à sua área de atuação, a partir das necessidades e demandas e de conformidade com as orientações dadas pelo seu superior hierárquico.	**R$ 1.742,13**
Assistente Técnico Jurídico	01	Nível Superior em Direito	40 horas	Auxiliar na elaboração de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Resoluções; Acompanhar tramitação e prazos de processos administrativos e judiciais; Manutenção do Arquivo de Leis e procedimentos atinentes ao setor jurídico; realizar outras atividades correlatas a partir da orientação da Procuradoria Jurídica do Município.	**R$ 3.172,42**
Ouvidor do Município	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Receber e investigar, de forma independente e crítica, as informações, reclamações e sugestões encaminhadas por munícipes e por servidores. Analisar as informações, reclamações e sugestões recebidas, encaminhando o resultado de sua análise aos setores administrativos competentes; Acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo o requerente informado do processo; Sugerir ao Prefeito Municipal medidas de aprimoramento das atividades administrativas em proveito dos munícipes e da própria municipalidade; Elaborar relatórios de atividades, gerando banco dados que possibilitem ao Governo Municipal o permanente aprimoramento de sua estrutura e de seu funcionamento administrativo e à sociedade o efetivo controle da preservação do interesse público e de uma política de transparência pública na ordem municipal; Garantir o acesso do cidadão de forma direta, formal e gratuita.	**R$ 1.742,13**

II. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Administração e Planejamento	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Gestor de Compras e almoxarifado	01	Ensino Médio Completo	Dedicação Exclusiva	Art. 11, § 2º, no que não for incompatível, cumulado com as seguintes: acompanhar, fiscalizar e realizar cotação de preços de produtos e serviços; supervisionar a aquisição de produtos e serviços e a conferência na entrega dos bens e serviços, no que tange a quantidade, qualidade indicadas nas notas fiscais e prazo de validade dos produtos; fornecer relatórios, dados e planilhas acerca dos serviços desenvolvidos no setor; apurar irregularidades detectadas e/ou comunicadas; acompanhar a recepção, conferência e armazenagem de produtos e materiais no almoxarifado municipal; acompanhar lançamento da movimentação de entrada e saída e controlar o estoque; exercer outras atividades correlatadas inerentes ao setor, ou a partir das orientações dadas pelo superior hierárquico.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Administração e Planejamento	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em	R$ 2.903,56

				suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	
Gestor de Patrimônio	01	Ensino Médio Completo	40 horas	A Gestão de Patrimônio compete: planejar, coordenar, controlar e executar os serviços relacionados aos bens que formam o patrimônio imobiliário e mobiliário da Prefeitura, auxiliado pela Comissão de Patrimônio, observado o respectivo âmbito de competência, coordenar, orientar e controlar as atividades referentes a registro, tombamento, padronização, inventário e controle de uso dos bens patrimoniais, além de outras atribuições correlatas a área de atuação.	R$ 3.172,42
Gestor de Protocolo	01	Ensino Médio Completo	40 horas	A Gestão de Protocolo compete executar os serviços de protocolização, registro e distribuição de expedientes, correspondências, processos administrativos e outros atos ou documentos que circulem no âmbito da Prefeitura Municipal, procedendo com a organização e arquivos destes; executar outras atividades correlatadas à área de atuação.	R$ 3.172,42
Gestor de Convênios	01	Ensino Médio Completo	40 horas	A Gestão de Convênios compete superintender, supervisionar, coordenar e acompanhar convênios, acordos, contratos e afins em que o Município seja parte, bem assim elaborar propostas junto a organismos públicos das esferas estadual e federal e, ainda, a respectiva prestação de contas dos recursos recebidos.	R$ 3.172,42
Coordenador de Licitação	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Acompanhar e fiscalizar a realização de todas as fases da Licitação, fazendo-se cumprir os dispositivos legais pertinentes a matéria em especial o disposto na Lei 8666/93, devendo para tanto acompanhar e fazer cumprir todas os quesitos necessários para que haja uma correta aplicação da lei e transparência nos atos públicos desde a solicitação, passando pela elaboração do edital e minuta do contrato, parecer financeiro, jurídico e de controle interno, elaboração do preço médio, publicação, adjudicação e homologação, acompanhar a licitação e os pareceres em caso de interposição de recursos; além de outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 2.749,43
Gerente de Suprimentos	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Planejar, coordenar e executar as atividades de aquisição, guarda e distribuição de material, conferência, armazenamento, inventário, distribuição e controle dos materiais administrativos utilizados nos exercícios das atividades da Prefeitura, além de outras atribuições correlatas a área de atuação.	R$ 1.974,42
Gerente de Departamento de Informática	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Gerenciar e executar os serviços de processamento de dados, manutenção de máquinas e equipamentos de informática, desenvolvimento de software, bem como manutenção de redes corporativas e outras, tais como intranet e internet, no âmbito da Prefeitura Municipal.	R$ 1.974,42
Chefe de Divisão de Licitação	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Manter atualizado o cadastro de fornecedores, o sistema de registro de preços, o catálogo de materiais e demais serviços relacionados aos procedimentos licitatórios e de compras. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.742,13
Chefe de Seção	01	Alfabetizado	40 horas	Executar e distribuir os trabalhos aos seus subordinados, rever os trabalhos realizados e orientar a equipe sempre que necessário. Incentivar e estimular os servidores públicos que lhes forem subordinados a especializar-se, treinando-os. Fazer cumprir todas as normas em vigor no município, zelando pela integral realização das atividades de sua unidade. Zelar pela limpeza do ambiente de trabalho; guarda e conservação das instalações e do equipamento, solicitando consertos e reparos que se fizerem necessários aos mesmos.	R$ 1.176,51

III. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56
Coordenador do CRAS	01	Ensino Superior Completo com registro no Conselho de Classe	40 horas	Coordenar, articular, acompanhar, ,monitorar e avaliar os registro de informações, programas, serviços e projetos de proteção social básica operacionalizados pela unidade; participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos de atendimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência; definir com a equipe de profissionais os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias atendidas; promover articulação entre serviços, transferências de renda e benefícios sócioassistenciais e de apoio informais e formais existentes no município e realizar a gestão dessa estrutura; coordenar a alimentação de sistema de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados encaminhando-os a secretaria municipal de assistência social e aos órgãos estaduais e/ou federais quando necessário; participar dos processos de articulação intersetorial; levantar e acompanhar a necessidade de capacitação; planejar e coordenar o processo de busca ativa de usuários, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Assistência Social e legislação pertinente; participar, planejar e colaborar com as reuniões promovidas pela Secretaria de Assistência Social quer em âmbito interno quanto externo. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 3.701,16
Coordenador dos Idosos	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Coordenar e executar as Políticas de proteção e de auxílio ao idoso, entre outras ações específicas dirigidas a esse público alvo. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 2.749,43
Gerente de Desenvolvimento Social	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Assistir ao seu Secretário no desempenho de suas funções; Supervisionar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; Fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos; Baixar instruções de funcionamento das unidades subordinadas; Solicitar informações a outras unidades da administração pública municipal; Encaminhar papéis, processos e expedientes diretamente às unidades competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados; Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; c) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; e) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; f) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e propondo as que lhes são afetas; g) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas; h) providenciar as instruções de processo de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se conclusivamente a respeito da matéria; i) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências das unidades ou servidores subordinados. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.974,42

Chefe de Divisão de Atendimento e Cadastro	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Operacionalizar as diretrizes e normas emanadas aos órgãos centrais de protocolo, pessoal e de arquivo, quando devido. Promover as atividades de recebimento, registro, distribuição e controle de andamento de papéis. Promover a preparação e expedição de ordens de serviço, processos, resoluções, circulares e memorandos assinados pelo titular do órgão. Informar aos interessados sobre o andamento de papéis e demais assuntos relacionados. Coordenar, orientar e fiscalizar os serviços dos órgãos que lhe estão subordinados, baixando as ordens complementares que se fizerem necessárias. Manter o seu Superior a par do desenvolvimento dos trabalhos da Divisão. Elaborar de acordo com a orientação do seu Superior, as instruções relativas aos encargos da Divisão. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.742,13

IV. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56
Gestor de Frotas	01	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas	Exercer os trabalhos de coordenação, registro, controle e supervisão da utilização dos veículos e máquinas que compõem a Frota Oficial da Prefeitura, zelando, também, pela manutenção e conservação da frota; acompanhar a elaboração de planilha e avaliação e depreciação da frota e as atividades relativas ao controle e manutenção dos veículos e máquinas do município, incluindo abastecimento, troca de óleo e fluido de freios, substituição de peças, diário de bordo, bem como alimentação do sistema informatizado; apurar todas as irregularidades detectadas e/ou informadas. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 3.172,42
Gestor de Projetos – Obras	01	Ensino Superior Completo	40 horas	Elaborar projetos junto a organismos públicos das esferas estadual e federal; coordenar e executar as atividades relacionadas à execução de obras, à análise e aprovação de projetos, à fiscalização de obras particulares, à elaboração de estudos e projetos de obras públicas municipais, aos serviços de desenho, topografia, orçamento e custos das obras a cargo da Prefeitura e, ainda, a respectiva prestação de contas inerentes aos respectivos projetos. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 3.172,42
Gerente Coordenadoria Municipal de Trânsito	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Prevista na Lei Complementar nº. 139/2.018	R$ 1.974,42
Gerente de Obras	02	Alfabetizado	40 horas	Assistir ao seu Secretário no desempenho de suas funções; Supervisionar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; Fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos; Baixar instruções de funcionamento das unidades subordinadas; Solicitar informações a outras unidades da administração pública municipal; Encaminhar papéis, processos e expedientes diretamente às unidades competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados; Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; c) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; e) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; f) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e propondo as que lhes são afetas; g) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas; h) providenciar as instruções de processo de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se conclusivamente a respeito da matéria; i) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências das unidades ou servidores subordinados; exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.974,42
Gerente em Desenho de Engenharia	01	Ensino Médio Completo + conhecimento em AUTOCAD	20 horas	Elaborar desenhos de engenharia, em autocad para suprir as necessidades do setor de engenharia de acordo com as solicitações do engenheiro civil; exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.974,42

V. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Educação	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56
Secretário Adjunto de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56

Gestor da APAE	01	Nível Médio Completo	40 horas	Coordenar as atividades inerentes a coordenação da APAE; manter contato com as organizações governamentais e não governamentais em busca de parcerias, recursos financeiros. Definir horário de funcionamento e rota do veículo de transporte escolar; gerir a locação do espaço de festas; controlar os serviços de transação penal; elaborar projetos. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 3.172,42
Gestor de Transporte Escolar	01	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas	Organizar, acompanhar e fiscalizar a rota escolar; acompanhar, coordenar as atividades relativas ao controle e manutenção dos veículos e ônibus que fazem o transporte escolar no município, incluindo abastecimento, troca de óleo e fluido de freios, substituição de peças, diário de bordo, bem como a alimentação do sistema informatizado; apurar as irregularidades detectadas e/ou informadas. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 3.172,42
Coordenador Pedagógico	02	Nível superior em áreas afins educacionais – licenciatura/ bacharelado aptos a ministrar aulas na educação infantil e ensino fundamental	40 horas	coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas em unidades escolares; II - articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola; III - coordenar, acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico nas unidades escolares; IV - acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria, relativas à avaliação da aprendizagem e aos currículos, orientando e intervindo, junto ao corpo docente e discente, quando solicitado e/ou necessário; V - coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção de desvios no Planejamento Pedagógico; VI - desenvolver e coordenar sessões de estudo nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço; VII - coordenar e acompanhar as atividades dos horários de hora-atividade em unidades escolares; VIII - propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento do corpo docente e técnico-pedagógico, visando à melhoria de desempenho profissional; IX - divulgar e analisar, junto à comunidade escolar, documentos e projetos do Órgão Central, buscando implementá-los nas unidades escolares, atendendo às peculiaridades regionais; X - manter o fluxo de informações atualizado entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação; XI - coordenar a utilização plena dos recursos de multimeios didáticos; XII - promover e incentivar a realização de palestras, ciclos e/ou grupos de estudos, encontros e similares, com corpo docente e discente sobre temas relevantes para a educação preventiva integral e cidadania; XIII - propor, em articulação com a direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade do ensino e o sucesso escolar dos alunos; XIV - orientar e esclarecer as unidades escolares a respeito de grades curriculares e calendários; XV - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente; XVI - elaborar planos específicos na área de sua atuação, que integrará o plano político-pedagógico; XVII - acompanhar e orientar o processo do desenvolvimento pedagógico do corpo discente e docente, incentivando a participação da família no processo educacional; XVIII - elaborar instrumento de acompanhamento de desempenho do corpo docente; XIX - elaborar relatórios de atividades conforme diretrizes fixadas pelo Órgão competente; XX - desenvolver outras atividades que se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos educacionais da Rede Municipal de Ensino; XXI - participar de ciclos, grupos de estudo e/ou formação continuada, bem como de todas as ações e cursos promovidos pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação, que visem à capacitação e o aperfeiçoamento do Profissional da Educação Básica. Entre outras funções.	R$ 3.701,16
Coordenador de Polo UAB	01	Ensino Superior	40 horas	Articulador, coordenador, integrador e responsável por todas as atividades desencadeadoras do processo educacional. Exercerá suas funções objetivando garantir: a) Colaborar na execução das propostas pedagógicas. b) A administração do pessoal e dos recursos materiais. c) O cumprimento efetivo das atividades estabelecidas. d) A legalidade, a regularidade e a autenticidade das atividades curriculares desenvolvidas pelos acadêmicos. e) Os meios para atendimento especial diante de eventuais necessidades. f) Subsidiar os profissionais do Pólo, quanto às normas da legislação vigente g) Articular com os responsáveis institucionais, no sentido de encaminhar questões relativas a organização didático-administrativa do Pólo. h) Manter contato permanente com as entidades ofertantes dos cursos e parceiras do Município, a fim de adquirir informações e/ou dirimir dúvidas. i) Coordenar todas as ações desenvolvidas pelo Pólo. j) Colaborar com os tutores presenciais do Pólo nas ações didáticas pedagógicas. k) Assessorar o monitorar a formação continuada do copo docente e técnico do Polo. l) Orientar os acadêmicos no processo de execução dos cursos ofertados no Pólo m) Participar com os responsáveis institucionais do levantamento da demanda de cursos que atendam as reais necessidades do município e microrregião. n) Disponibilizar, de acordo com o projeto de pesquisa, carga horária disponível para o atendimento exclusivo das atividades do Pólo. o) Zelar pela ordem das atividades do Pólo, visando o pleno desenvolvimento das atividades previstas. p) Apoiar e dar suporte às atividades definidas pelas entidades. q) Acompanhar as atividades e freqüência do pessoal técnico-administrativo do Pólo. r) Organizar os recursos tecnológicos e didáticos do Pólo de Apoio Presencial do Sistema UAB. s) Organizar e planejar o atendimento dos alunos. t) Preservar a utilização e manutenção dos equipamentos para uso exclusivo do processo ensino aprendizagem dos alunos. u) Zelar pela organização e utilização do acervo bibliográfico e recursos didáticos existentes no Pólo. v) Manter o registro patrimonial de todos os equipamentos recebidos pelos diferentes órgãos a fim de garantir o uso exclusivo para as atividades do Sistema UAB.	R$ 3.701,16
Gerente de Esporte e Lazer	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Assistir ao seu Secretário no desempenho de suas funções; Supervisionar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; Fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos; Baixar instruções de funcionamento das unidades subordinadas; Solicitar informações a outras unidades da administração pública municipal; Encaminhar papéis, processos e expedientes diretamente às unidades competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados; Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; c) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; e) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; f) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e propondo as que lhes são afetas; g) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas; h) providenciar as instruções de processo de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se conclusivamente a respeito da matéria; i) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências das unidades ou servidores subordinados. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.974,42
Gerente de Cultura e Turismo	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Assistir ao seu Secretário no desempenho de suas funções; Supervisionar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; Fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos; Baixar instruções de funcionamento das unidades subordinadas; Solicitar informações a outras unidades da administração pública municipal; Encaminhar papéis, processos e expedientes diretamente às unidades competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados; Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; c) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; e) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; f) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e pro-	R$ 1.974,42

				pondo as que lhes são afetas; g) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas; h) providenciar as instruções de processo de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se conclusivamente a respeito da matéria; i) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências das unidades ou servidores subordinados. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	

VI. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Finanças	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Finanças	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56
Gestor I – Tesoureiro	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Gerenciar as entradas (receitas) e saídas (despesas), mantendo sempre o equilíbrio financeiro entre receita e despesas; organizar e arquivar extratos bancários e outros documentos; executar tarefas auxiliares de natureza contábil-financeiro e tesouraria, tais como lançamentos, cálculos, registros, classificação, escrituração, análise e controle de receita e fluxo de caixa; elaborar relatórios e planilhas em meios eletrônicos; manter sob segurança as senhas das contas bancárias; realizar e controlar aplicações financeiras das receitas em caixa; realizar pagamentos, quando autorizados pela Autoridade Superior, por meio de cheques ou transferências bancária; executar outras tarefas e atribuições inerentes ao cargo, por delegação ou solicitação de autoridade hierarquicamente superior.	R$ 3.172,42
Chefe de Divisão de Tributos	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Operacionalizar as diretrizes e normas emanadas aos órgãos centrais de protocolo, pessoal e de arquivo, quando devido. Promover as atividades de recebimento, registro, distribuição e controle de andamento de papéis. Promover a preparação e expedição de ordens de serviço, processos, resoluções, circulares e memorandos assinados pelo titular do órgão. Informar aos interessados sobre o andamento de papéis e demais assuntos relacionados. Coordenar, orientar e fiscalizar os serviços dos órgãos que lhe estão subordinados, baixando as ordens complementares que se fizerem necessárias. Manter o seu Superior a par do desenvolvimento dos trabalhos da Divisão. Elaborar de acordo com a orientação do seu Superior, as instruções relativas aos encargos da Divisão. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.742,13
Chefe de Divisão de Posturas	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Operacionalizar as diretrizes e normas emanadas aos órgãos centrais de protocolo, pessoal e de arquivo, quando devido. Promover as atividades de recebimento, registro, distribuição e controle de andamento de papéis. Promover a preparação e expedição de ordens de serviço, processos, resoluções, circulares e memorandos assinados pelo titular do órgão. Informar aos interessados sobre o andamento de papéis e demais assuntos relacionados. Coordenar, orientar e fiscalizar os serviços dos órgãos que lhe estão subordinados, baixando as ordens complementares que se fizerem necessárias. Manter o seu Superior a par do desenvolvimento dos trabalhos da Divisão. Elaborar de acordo com a orientação do seu Superior, as instruções relativas aos encargos da Divisão. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.742,13

VII. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56

VIII. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cargos	Nº. Vagas	Requisito de investidura	Carga Horária	Atribuições do Cargo	Remuneração
Secretário de Saúde	01	Alfabetizado	Dedicação exclusiva	Art. 11, §2º.	R$ 4.609,55
Secretário Adjunto de Saúde	01	Alfabetizado	40 horas	O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; exercer as atividades delegadas pelo Secretário; coordenar o relacionamento entre o Secretário e os dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; despachar com o Secretário; substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais; desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.	R$ 2.903,56
Gerente de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Assistir ao seu Secretário no desempenho de suas funções; Supervisionar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; Fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos; Baixar instruções de funcionamento das unidades subordinadas; Solicitar informações a outras unidades da administração pública municipal; Encaminhar papéis, processos e expedientes diretamente às unidades competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados; Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; c) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; e) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; f) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e pro-	R$ 1.974,42

				pondo as que lhes são afetas; g) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas; h) providenciar as instruções de processo de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se conclusivamente a respeito da matéria; i) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências das unidades ou servidores subordinados. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	
Coordenador de Regulação	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Fazer a gestão das unidades de saúde; absorver ou atuar de forma integrada aos processos autorizativos; efetivar o controle dos limites físicos e financeiros; estabelecer e executar critérios de classificação de risco; executar a regulação médica do processo assistencial; avaliar e monitorar mensalmente indicadores de gestão e informar ao gestor; garantir facilidade no acesso na atenção primária, secundária e terciária; garantir a aplicação dos protocolos clínicos assistenciais nos processos de regulação; e coordenar os serviços de TFD e promover encaminhamentos para consultas e exames especializados pactuados em consórcios de saúde. Exercer outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 2.749,43
Coordenador de Programas em Saúde	01	Ensino Médio Completo	40 horas	Pesquisar e levantar informações de natureza material, econômica, pessoal ou de outra ordem, com o objetivo de propor e implementar ações com vistas à busca de soluções que assegurem o melhor desenvolvimento dos programas em saúde; coordenador a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, alimentação do banco de dados dos sistema de informação Municipal, Estadual, e Federal; Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contra referência; coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como dos usuários dos serviços ofertados pela Secretaria de Saúde; Gerenciar banco de dados informatizado dos programas de saúde; executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir da necessidades e demandas dos munícipes e servidores em conformidade com as orientações emanadas pelos gestores municipais em consonância com a legislação vigente.	R$ 2.749,43

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Artigo 13 – Fica alterado o anexo IV, da Lei Complementar nº. 117/2016, e suas alterações posteriores, com inclusões e supressões, sendo criadas as seguintes funções gratificadas, que serão providas por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Jauru, com remunerações fixadas pela Lei que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos da Administração Pública do Município de Jauru, que passa a vigorar da seguinte forma:

QUADRO GERAL DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

I. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
Função Gratificada	**N. Vagas**	**Requisito para investidura**	**Atribuições**	**Valor da Gratificação**
Gestor I - Recursos Humanos, RAIS, DIRF e Esocial	01	Ser ocupante de cargo efetivo no município de Jauru e possuir nível superior em Administração Pública, Direito, ou Ciências Contábeis.	Acompanhar as atividades relativas a admissões de novos servidores; acompanhar a realização da avaliação de desempenho dos servidores municipais durante o estágio probatório; manter cadastro de pessoal, visando a manutenção dos sistemas de recursos humanos da prefeitura e à elaboração da folha de pagamento dos servidores; efetuar controle de férias e licenças de pessoal; efetuar controle das atividades de capacitação e treinamento de servidores, bem como de titulação obtida pelos servidores; acompanhar as atividades inerentes à emissão de folha de pagamento; auxiliar na elaboração e aplicação de planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal; manter e organizar o arquivo dos documentos dos servidores ativos e inativos do município; gerar SEFIP; lançar informações sociais de servidores municipais; lançar informações realizadas pela fonte pagadora como forma de informar a RFB; Transmitir informações relativas a trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicação de acidente de trabalho, dentre outras que forem necessárias à execução dos serviços do departamento de recursos humanos.	R$ 1.300,00
Responsável Técnico pelo Setor de Licitação, Pregão, Contratos Administrativos e APLIC.	01	Ser ocupante de cargo efetivo no município de Jauru e possuir nível superior em Administração Pública, Direito, ou Ciências Contábeis.	Planejar e executar, as atividades da administração pública municipal inerentes à Licitação, Pregão e Contratos Administrativos, conforme disposição legal estatuída na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2.002 e demais leis vigentes atinentes à função; Planejar, coordenar, executar e responsabilizar pelo levantamento e lançamento das informações do sistema APLIC.	R$ 2.750,00
Gestor I - Previdenciário	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino superior completo.	Pesquisar e levantar informações de ordem previdenciária, com o objetivo de propor e implementar ações com vistas à busca de soluções que assegurem a melhoria na prestação da seguridade aos servidores públicos municipais; coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a expedição de documentos; assegurar a correta alimentação do banco de dados dos sistemas de informação Municipal, Estadual e Federal; realizar o backup dos programas e bancos de dados; participar da elaboração, acompanhar e avaliar os cálculos atuariais; manter em arquivo documentos contábeis e comprovantes de pagamento e recebimento de valores e tributos; manter em arquivo documentos dos processos de aposentadoria e concessões de benefícios; coordenar e acompanhar a aplicação dos saldos financeiros; executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas dos munícipes e servidores em conformidade com as orientações emanadas pelos gestores municipais em consonância com a legislação vigente.	R$ 1.300,00
Gestor I - Benefícios Previdenciários	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru, possuir nível superior, ou no mínimo, estar cursando nível superior nas áreas de administração pública, direito, contabilidade, econo-	Participar, conforme a política interna do RPPS, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão e programa de treinamento; Executar serviço de protocolo, expedição, arquivo e distribuição de documentos e correspondências, recepção e comunicação; Acompanhar e executar os procedimentos necessários ao recebimento dos repasses financeiros por parte do Poder Executivo e Legislativo; Efetuar o controle de repasses de contribuições previdenciárias e aportes, cobrança de débitos, contribuição de servidores licenciados, cedidos ou afastados sem remuneração; Atender aos servidores ativos, inativos e pensionistas recebendo e prestando-lhes informações ou documentos referentes a simulação de aposentadoria, esclarecimento de questões referentes ao termo de opção para aposentadoria, contribuição prestado a outros regimes previdenciários e emissão de certidão de tempo de contribuição, reajustes de proventos e outros esclarecimentos que se fizerem necessários; Instruir, tramitar e despachar os processos de concessão de benefícios previdenciários, com informações relativas à vida funcional do servidor; Instruir processos e oriundos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com elaboração de informação, minutas de retificação, juntada de documentos, com o objetivo de atender as recomendações da Corte de Contas; Instruir demais processos previdenciários, relativos a pedidos de revisão de aposentadoria e pensão, equiparação salarial, reversão de aposentadoria, ressarcimento previdenciário, pagamento retroativo, emissão de certidões, emissão de declarações, isenção de imposto de renda, reconsideração de parecer jurídico e reenquadramento, dentre outros; Supervisionar e gerenciar as atividades de con-	R$ 1.300,00

		mia, administração e atuária.	cessão e de manutenção de benefícios previdenciários, cumprindo as normas regulamentares sobre o assunto; Submeter à Gestão do RPPS os processos administrativos relativos a concessão e manutenção de benefícios previdenciários; Prestar as informações que lhe forem solicitadas pelos demais membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho Previdenciário ou pelo Comitê de Investimentos, a qualquer tempo, exibindo quaisquer documentos relativos à concessão de benefícios previdenciários; Propagar valores de qualidade, eficácia e efetividade nos serviços previdenciários prestados pelo RPPS do município; executar outras tarefas correlatas a área de atuação.	
Gestor I – Patrimônio e Aplic	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino superior completo	Supervisionar e acompanhar a alimentação dos sistemas de Patrimônio e Aplic, fazendo-se cumprir os prazos e procedimentos estabelecidos pelo TCE-MT; apurar irregularidades ou descumprimentos das normas pelos servidores bem como o ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos decorrentes na falha da prestação desses serviços; manter cadastro atualizado dos bens móveis e imóveis do município; supervisionar a locação dos bens móveis do município; fazer termo de guarda e compromisso dos bens móveis; fazer depreciação mensal/anual dos bens móveis e imóveis do município; providenciar a baixa dos bens moveis e imóveis; executar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 1.300,00
Coordenador do Posto de Identificação, Cartório Eleitoral e Junta Militar	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo	Coordenar as atividades desenvolvidas no âmbito do Cartório Eleitoral, Posto de Identificação e Junta Militar; elaborar e emitir planilhas, dados e demais informações quando solicitados; fiscalizar o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores do setor; zelar e fazer zelar pelo patrimônio do setor, prestando informações patrimoniais ao setor de patrimônio quando solicitado.	R$ 1.200,00

II. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Função Gratificada	N. Vagas	Requisito para investidura	Atribuições	Valor da Gratificação
Gestor I - Programas Sociais	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir curso em Serviço Social com registro no conselho de classe	Pesquisar e levantar informações de natureza material, econômica, pessoal ou outra ordem, com o objetivo de propor e implementar ações com vistas à busca de soluções que assegurem o melhor desenvolvimento dos programas sociais; coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios; participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência; coordenar a execução de ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pela Secretaria de Assistência Social; executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas do município em conformidade com as orientações emanadas pelos gestores municipais em consonância com a legislação vigente.	R$ 1.300,00
Gestor II - Bolsa Família	01	Ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo	realizar visitas domiciliares, acompanhamentos das famílias e reuniões inerentes ao público alvo do Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada e Incra; entrevistas, na sede do CRAS ou em residenciais, de famílias para inserção no cadastro de benefícios sociais; acompanhamento dos idosos do Asilo *in locu*; realizar palestras e orientações inerentes aos benefícios Assistências tais como Bolsa Família, BPC e outros; realizar outras tarefas correlatas aos benefícios assistenciais; executar outras tarefas a partir da orientação da chefia imediata.	R$ 600,00
Gestor II- PAIF – Programa de Atenção Integral à Família	01	Ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo	Realizar visitas domiciliares, acompanhamentos das famílias e reuniões inerentes ao público alvo do PAIF; realizar reuniões, palestras, oficinas e orientações inerentes ao grupo Gestacional abrangido pelo PAIF; realizar outras tarefas correlatas ao Programa de Atenção Integral à Família; executar outras tarefas a partir da orientação da chefia imediata.	R$ 600,00

III. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Função Gratificada	N. Vagas	Requisito para investidura	Atribuições	Valor da Gratificação
Gestor I - Obras e Infraestrutura Urbana e Rural	03	Ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino fundamental incompleto	Planejar, coordenar, executar e acompanhar as atividades relacionadas as obras, manutenção de estradas vicinais, dos prédios e bens públicos; realizar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 1.300,00
Gestor I – Apoio Logístico	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivos nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino fundamental completo	Coordenar e executar as atividades de consertos e reparos gerais, em equipamentos, materiais permanentes e prédios públicos, e em outros bens públicos que fizerem necessários, de todas as secretarias municipais deste município; realizar outras atividades correlatas a área de atuação.	R$ 1.300,00
Gestor II – serviços gerais	02	Ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino fundamental incompleto	Auxiliar na realização de serviços abrangendo diversas áreas/setores relacionados a sua secretaria de lotação; realizar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 600,00

Gestor II – Transporte	02	Ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino fundamental incompleto	Coordenar, planejar e executar os serviços relacionados ao transporte de equipamentos, suprimentos e demais insumos necessários à prestação de serviços públicos ofertados pela respectiva secretaria; realizar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 600,00
IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO				
Função Gratificada	**N. Vagas**	**Requisito para investidura**	**Atribuições**	**Valor da Gratificação**
Gestor II - Arquivos – Secretaria Municipal de Educação	01	Ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo	Executar atividades inerentes aos arquivos de documentos da Secretaria Municipal de Educação e a definição de padrões e normas para registro, movimentação, arquivo e digitalização de documentos; executar outras tarefas a partir da orientação da chefia imediata.	R$ 600,00
V. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Função Gratificada	**N. Vagas**	**Requisito para investidura**	**Atribuições**	**Valor da Gratificação**
Gestor I – Tesouraria	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino superior completo	Gerenciar as entradas (receitas) e saídas (despesas), mantendo sempre o equilíbrio financeiro entre receita e despesas; organizar e arquivar extratos bancários e outros documentos; executar tarefas auxiliares de natureza contábil-financeiro e tesouraria, tais como lançamentos, cálculos, registros, classificação, escrituração, análise e controle de receita e fluxo de caixa; elaborar relatórios e planilhas em meios eletrônicos; manter sob segurança as senhas das contas bancárias; realizar e controlar aplicações financeiras das receitas em caixa; realizar pagamentos, quando autorizados pela Autoridade Superior, por meio de emissão de cheques ou transferências bancárias; executar outras tarefas e atribuições inerentes ao cargo, por delegação ou solicitação da autoridade hierarquicamente superior.	R$ 1.300,00
Gestor I – Contabilidade	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possui ensino superior completo	Coordenar o lançamento das informações contábeis nos sistemas informatizados; acompanhar a execução das leis orçamentárias; realizar o backup dos programas e bancos de dados; manter em arquivo documento contábeis e comprovantes de pagamentos e recebimentos; executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas dos munícipes e servidores em conformidade com as orientações emanadas pelos gestores municipais em consonância com a legislação vigente.	R$ 1.300,00
Gestor I – Convênios, Contratos, Geo Obras e Prestação de Contas	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possui ensino superior completo	Supervisionar e acompanhar a alimentação do sistema de Geo Obras, fazendo-se cumprir os prazos e procedimentos estabelecidos pelo TCE-MT; apurar irregularidades ou descumprimentos das normas pelos servidores bem como o ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos decorrentes na falha da prestação desses serviços; acompanhar e controlar os prazos de vigência dos convênios e contratos; acompanhar a prestação de contas e encerramento dos contratos e convênios inclusive no sistema SIGCON e SIGOV; supervisionar e acompanhar a elaboração de convênios e contratos, assegurando sua correta montagem (paginação, publicação dos atos, assinatura e prazos de vigência, bem como os termos aditivos, caso existam); executar outras tarefas correlatas inerente a área de atuação.	R$ 1.300,00
VI. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função Gratificada	**N. Vagas**	**Requisito para investidura**	**Atribuições**	**Valor da Gratificação**
Gestor de Programas em Saúde Pública	02	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo	Coordenar a captação de informações de natureza material, econômica, pessoal ou de outra ordem; propor e implementar ações que assegurem o melhor desenvolvimento dos programas em saúde; coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, alimentação do banco de dados dos sistemas de informação Municipal, Estadual e Federal; coordenar a execução das ações em saúde pública ofertadas pelo município; assegurar a participação dos profissionais e usuários dos serviços ofertados pela Secretaria de Saúde; manter arquivo de dados e informações dos programas de saúde; executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas dos munícipes e servidores em conformidade com as orientações emanadas pelos gestores municipais em consonância com a legislação vigente.	R$ 1.500,00
Coordenador de Vigilância em Saúde	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir nível superior nas áreas afins à saúde	Planejar, executar, supervisionar a execução das atividades de Vigilância em Saúde no município, abrangendo a vigilância epidemiológica, ambiental, sanitário e saúde do trabalhador; acompanhar todo e qualquer evento de interesse epidemiológico; acompanhar os eventos priorizado pelo município, propondo a organização dos serviços de interesse da vigilância em saúde no âmbito municipal; Atuar na gestão da rede de Vigilância em Saúde do Município de Jauru (urbana e rural); Participar e desenvolver estratégias de comunicação e divulgação de informações sobre a atenção básica; Desenvolvimento e implantação de ações de saúde sobre grupos de atenção específicos; Monitorar e avaliar indicadores e sistemas sensíveis a Atenção Básica; Elaborar normas, instruções, rotinas operacionais e protocolos de procedimentos técnicos e demais atividades que se fizerem necessárias conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. Exercer outras tarefas correlatas a sua unidade funcional.	R$ 1.000,00
Responsável setorial de ações em saúde I – Programa Hanseníase/ Tuberculose e Pequenas Cirurgias	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e curso de auxiliar/ técnico de enfermagem e possuir ensi-	Planejar, coordenar, assistir e executar acompanhamento do paciente portador das patologias de Hanseníase e Tuberculose, bem como a confecção de relatórios a serem encaminhados aos ERS/ MT, SES/MT ou MS; agendar pacientes, bem como auxiliar o profissional médico, nos procedimentos de pequenas cirurgias realizados nos Usuários do SUS do município de Jauru/MT; executar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 1.500,00

		no médio completo		
Responsável setorial de ações em saúde II – realizar exames laboratoriais para programa HAN e TB	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir nível superior em Farmácia/bioquímica ou biomedicina	Realizar exames e procedimentos laboratoriais em usuários do SUS que realizam tratamento de patologia relacionado ao programa de Hanseníase e Tuberculose; exercer outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 800,00
Responsável setorial de ações em saúde III – Sala Vacina	03	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e curso de auxiliar/ técnico de enfermagem e possuir ensino médio completo	Coordenar/responsabilizar pela sala de vacina/imunização do município; aferir controle de temperatura diariamente dos refrigeradores que acondiciona os insumos e vacinas, incluindo finais de semana e feriados; realizar, quando solicitado, vacinas em feriados e finais de semana; realizar/responsabilizar pela aplicação da vacina BCG (Bacilo de Calmette-Guérin/Tuberculose); Coordenar as campanhas anuais de vacinação, bem como a alimentação dos sistemas informatizados; executar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 600,00
Responsável setorial de ações em saúde III – atendimentos domiciliares	02	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e curso de auxiliar/ técnico de enfermagem e possuir ensino médio completo	Realizar/responsabilizar pelos atendimentos domiciliares, incluindo finais de semana e feriados, na realização de procedimentos, tais como curativos, administração de produtos medicamentos em usuários do SUS do município de Jauru/MT; executar outras tarefas correlatas a área de atuação.	R$ 600,00
VII. GRATIFICAÇÕES DE COMISSÕES PERMANENTES/EQUIPE DE APOIO/COMITÊ DE INVESTIMENTO/PREGOEIRO				
Função Gratificada	**N. Vagas**	**Requisito para investidura**	**Atribuições**	**Valor da Gratificação**
Membro de Comissão Permanente	08	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo.	Atuar junto à Comissão Permanente para o qual for nomeado realizando com presteza suas Atribuições. Estudar os casos e conhecer a legislação necessária para o desenvolvimento das atividades da Comissão Permanente. Participar, com os demais membros, de todas as reuniões da Comissão Permanente. Fundamentar todas as suas deliberações e fazer constar em ata todas as ocorrências tidas no âmbito na Comissão Permanente. Pedir designação de membro suplente quando justificadamente não puder atuar na Comissão Permanente. Exercer com zelo e responsabilidade todas as suas atribuições enquanto perdurar sua designação para atuar junto à Comissão Permanente.	R$ 200,00
Presidente de Comissão Permanente	04	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo.	Presidir a Comissão Permanente para o qual for nomeado realizando com presteza suas atribuições. Participar, com os demais membros, de todas as reuniões da Comissão Permanente. Fundamentar todas as suas deliberações e fazer constar em ata todas as ocorrências tidas no âmbito na Comissão Permanente. Exercer com zelo e responsabilidade todas as suas atribuições enquanto perdurar sua designação para presidir a Comissão Permanente	R$ 400,00
Presidente de Comitê de Investimentos – PREVI-JAURU	01	a) Ser ocupante de cargo provimento efetivo no quadro da Prefeitura Municipal de Jauru; b) Possuir ensino médio completo; c) Possuir certificação vigente junto à entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.	Presidir o Comitê de Investimentos realizando com presteza suas atribuições. Gerir os recursos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jauru/MT. Aprovar e modificar a Política Anual de Investimentos a ser submetida ao Conselho do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru/MT. Analisar a conjuntura, cenários e perspectivas do mercado financeiro. Avaliar riscos potenciais que podem impactar na carteira de investimentos. Elaborar relatório de avaliação dos investimentos do PREVI-JAURU trimestralmente e semestralmente. Participar de eventos que abordam gestão de recursos previdenciários. Participar, com os demais membros, de todas as reuniões do Comitê de Investimentos.	R$ 500,00
Membro do Comitê de Investimento – PREVI - JAURU	02	a) Ser ocupante de cargo provimento efetivo no quadro da Prefeitura Municipal de Jauru; b) Pos-	Atuar junto ao Comitê de Investimentos realizando com presteza suas atribuições. Deliberar sobre a alocação de recursos da carteira de Investimentos do PREVI-JAURU. Aprovar e modificar a Política Anual de Investimentos a ser submetida ao Conselho do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru/MT. Analisar a conjuntura, cenários e perspectivas do mercado financeiro. Avaliar riscos potenciais que podem impactar na carteira de investimentos. Participar de eventos que abordam gestão de recursos previdenciários. Participar, com os demais membros, de todas as reuniões do Comitê de Investimentos.	R$ 300,00

		suir ensino médio completo; c) Possuir certificação vigente junto à entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.		
Pregoeiro	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru, possuir ensino médio completo e curso de capacitação específica para o Exercício da atribuição de pregoeiro.	Praticar os atos de competência do pregoeiro nas licitações na modalidade pregão, dentre os quais, credenciar os interessados; receber os envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação; abrir e examinar os envelopes; classificar as propostas; conduzir a fase de lances verbais; habilitar as licitantes; declarar a vencedora; negociar com o autor da melhor proposta; elaborar a ata; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; receber e examinar os recursos administrativo e encaminhá-los à autoridade superior quando for o caso; encaminhar o processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação. Fundamentar todas as suas deliberações e fazer constar em ata todas as ocorrências tidas no Pregão. Exercer com zelo e responsabilidade todas as suas atribuições enquanto perdurar sua designação para atuar como pregoeiro.	R$ 400,00
Membros da Equipe de Apoio	02	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio completo.	Prestar auxílio ao pregoeiro, realizando com presteza suas atribuições. Estudar os casos e conhecer a legislação necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Participar, com os demais membros, de todas as reuniões e sessões. Pedir designação de membro suplente quando justificadamente não puder atuar. Exercer com zelo e responsabilidade todas as suas atribuições enquanto perdurar sua designação.	R$ 200,00

Parágrafo Único - As funções gratificadas não constituem situação permanente, e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício da função, enquanto lá permanecer, sem que haja incorporação da respectiva verba aos seus vencimentos.

Artigo 14 - Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que forem nomeados para o exercício de função gratificada de Membro de Comissão Permanente de Licitação, Presidente de Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro, Equipe de Apoio, Membro da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, Membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, Membro da Comissão de Avaliação e Controle de Patrimônio e Presidente da Comissão de Avaliação e Controle de Patrimônio, Presidente do Comitê de Investimentos do PREVI – JAURU e Membro do Comitê de Investimentos do PREVI – JAURU, perceberão a gratificação de função por exercício da atividade fixada pela Lei que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos da Administração Pública do Município de Jauru, enquanto lá permanecerem, sem que haja incorporação da respectiva verba aos seus vencimentos.

Parágrafo Único - Os servidores efetivos da Prefeitura do Município de Jauru só poderão ser nomeados para fazer parte de uma Comissão Permanente de cada vez. Em caso de insuficiência de servidores, estes poderão ser nomeados para mais de uma Comissão, podendo, no entanto, escolher a remuneração da Comissão que melhor lhe aprouver. Todavia, admite-se, a percepção de acumulação lícita de gratificação de mais uma gratificação constante no quadro/item VII, desde que não seja de outra comissão.

CAPÍTULO V

DA EXTINÇÃO DE UNIDADES, CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Artigo 15 – Ficam extintos:

I – Duas Secretarias Municipais, sendo:

a) Secretaria Municipal de Planejamento, em razão da fusão com a Secretaria Municipal de Administração;

b) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, em razão da fusão com a Secretaria Municipal de Educação.

II – 02 (Dois) cargos de Secretário Municipal, sendo:

a) Secretário Municipal de Planejamento;

b) Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

III – Os seguintes cargos comissionados, no Gabinete do Prefeito, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Assessor de Imprensa;

b) 01 (Um) cargo de Técnico Jurídico.

IV - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Planejamento, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Secretário Adjunto;

b) 01 (Um) cargo Gerente de Planejamento;

c) 01 (Um) cargo de Apoio Estratégico;

d) 03 (Três) cargos de Chefe de Seção;

e) 03 (Três) cargos de Chefe de Setor.

V - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Administração, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Coordenador Executivo do Procon;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Recursos Humanos;

c) 01 (Um) cargo de Gerente de Protocolo e Arquivo;

d) 01 (Um) cargo de Gerente de Administração da Frota;

e) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Controle Patrimonial;

f) 02 (Dois) cargos de Chefe de Seção;

g) 03 (Três) cargos de Chefe de Setor.

VI - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Gerente de Trabalho, Renda e Habitação;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Desenvolvimento Social;

c) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Programas Sociais;

d) 02 (Dois) cargos de Chefe de Seção;

e) 04 (Quatro) cargos de Chefe de Setor.

VII - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Gerente de Engenharia de Tráfego;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Infraestrutura;

c) 02 (Dois) cargos de Chefe de Divisão de Obras;

d) 08 (Oito) cargos de Chefe de Seção;

e) 06 (Seis) cargos de Chefe de Setor.

VIII - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Gerente de Educação;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Apoio à Educação;

c) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Educação;

d) 05 (Cinco) cargos de Chefe de Seção;

e) 04 (Quatro) cargos de Chefe de Setor.

IX - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Finanças, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Gerente Financeiro;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Planejamento da Secretaria de Finanças;

c) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão Orçamento e Projetos;

d) 03 (Três) cargos de Chefe de Seção;

e) 03 (Três) cargos de Chefe de Setor.

X - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Gerente de Apoio ao Pequeno Produtor;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Desenvolvimento Rural;

c) 01 (Um) cargo de Gerente de Meio Ambiente;

d) 01 (Um) cargo de Gerente de Desenvolvimento Urbano;

e) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural;

f) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Meio Ambiente;

g) 01 (Um) cargo de Gestor de Projetos;

h) 03 (Três) cargos de Chefe de Seção;

i) 04 (Quatro) cargos de Chefe de Setor.

XI - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Esportes;

b) 03 (Três) cargos de Chefe de Seção;

c) 02 (Três) cargos de Chefe de Setor.

XII - Os seguintes cargos comissionados, na Secretaria Municipal de Saúde, sendo:

a) 01 (Um) cargo de Gerente de Atenção Integral à Saúde;

b) 01 (Um) cargo de Gerente de Almoxarifado e Farmácia;

c) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária;

d) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão Laboratorial;

e) 01 (Um) cargo de Chefe de Divisão de Farmácia;

f) 03 (Três) cargos de Chefe de Seção;

g) 03 (Três) cargos de Chefe de Setor.

Artigo 16 – Acrescentar, no anexo II, quadro XII, da Lei Complementar nº. 117/2.016 e 132/2.018, o cargo de Analista de Licitação, passando o referido quadro vigorar da seguinte forma:

ANEXO II

(...)

O Quadro XII aplica-se ao seguinte cargo: Mecânico de Máquinas Pesadas, Mecânico de Carros e Caminhões, Fiscal de Tributos e Analista de Licitação.

Salário Base: R$ 3.186,61

	QUADRO XII					
Tempo	Nível	Reajuste	Classe - A	Classe - B	Classe - C	Classe - D
Serviço			1,00	1,10	1,10	1,10
0 a 3 anos	1	1,000	3.186,61	3.505,26	3.855,79	4.241,37
3 a 6 anos	2	1,020	3.250,34	3.575,37	3.932,90	4.326,20
6 a 9 anos	3	1,020	3.315,34	3.646,88	4.011,56	4.412,73
9 a 12 anos	4	1,020	3.381,64	3.719,81	4.091,79	4.500,97
12 a 15 anos	5	1,020	3.449,28	3.794,21	4.173,63	4.590,99
15 a 18 anos	6	1,020	3.518,27	3.870,09	4.257,11	4.682,81
18 a 21 anos	7	1,020	3.588,63	3.947,49	4.342,24	4.776,47
21 a 24 anos	8	1,020	3.660,40	4.026,45	4.429,10	4.872,00
24 a 27 anos	9	1,025	3.751,92	4.127,11	4.539,82	4.993,79
27 a 30 anos	10	1,025	3.845,71	4.230,28	4.653,31	5.118,64
30 a 33 anos	11	1,025	3.941,85	4.336,05	4.769,65	5.246,61
33 a 35 anos	12	1,025	4.040,41	4.444,45	4.888,88	5.377,77

Artigo 17 – Altera o artigo 8º, da Lei Complementar 132/2.018, suprimindo da relação de cargos em extinção na vacância, o cargo de Motorista II, restabelecendo o referido cargo ao anexo II, quadro V, do Plano de Cargos Carreiras e Salários – Lei Complementar nº. 117/2.016.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a complementar a estrutura prevista na presente Lei, criando, através de decreto, os órgãos de nível hierárquico inferior ao Departamento.

Artigo 19 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder no orçamento da Prefeitura aos reajustamentos que se fizerem necessários em decorrência desta Lei, respeitados os elementos e as funções.

Artigo 20 - A estrutura administrativa prevista na presente Lei entrará em funcionamento, gradativamente, à medida que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades de recursos.

Artigo 21 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n.º 049, de 26 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 071, de 02 de Maio de 2.011, parcialmente, no que for incompatível, a Lei Complementar nº. 117/2.016 e suas alterações posteriores.

Artigo 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru/MT, aos 20 dias de fevereiro do ano de 2.019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2019

Resumo do Contrato Administrativo 002/2019.

1.1 Objeto: O objeto do presente contrato é a associação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de **JAURU/MT** à UCMMAT – União Das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT – CNPJ nº **24.986. 374/0001-96**, por seu presidente **Robson Marcos Peres**. **Contratada: UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente cadastrada no **CNPJ nº 33.003.757/0001 -98.**

O valor global da contribuição para o exercício de 2019 é de **R$ 5.280,00 (Cinco mil duzentos e oitenta reais)**que serão pagos em **11 (onze) parcelas** mensais e iguais de R$ **480,00 (Quatrocentos e oitenta reais).**

Vigência: Vigerá de 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2019, admitidas às prorrogações necessárias. ***Foro:*** Comarca de Jauru-MT.

Jauru-MT, 04 de fevereiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT

ROBSON MARCOS PERES

PRESIDENTE

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

RENATO BERALDO DA SILVA

PRESIDENTE

LEI Nº 813/2019

LEI ORDINÁRIA Nº. 813 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA QUE O MUNICÍPIO DE JAURU REALIZE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI OPRDINÁRIA Nº. 635/2015 SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. - Para o atendimento de excepcional interesse público, nos termos no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei ordinária municipal nº. 635/2015 e alterações posteriores fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover contratações por tempo determinado para os seguintes cargos:

VAGAS ESTIMADAS	CARGOS	Carga Horária	Requisitos	Remuneração
08 + CR	Professor de Pedagogia	30	Nível Superior em pedagogia	R$ 2.878,26
CR	Professor de Ciências	30	Nível Superior Ciências Biológicas	R$ 2.878,26
CR	Professor de Educação Física	30	Nível Superior em Educação Física	R$ 2.878,26
CR	Professor de Geografia	30	Nível Superior em Geografia	R$ 2.878,26
CR	Professor de História	30	Nível Superior em História	R$ 2.878,26
CR	Professor de Matemática	30	Nível Superior em Matemática	R$ 2.878,26
CR	Professor de Português	30	Nível Superior em Letras	R$ 2.878,26
CR	Professor de Inglês	30	Nível Superior em Letras	R$ 2.878,26

CR: Cadastro de reserva.

Artigo 2º. - As contratações autorizadas por esta Lei serão precedidas de processo seletivo simplificado, com análise de títulos e atualização pedagógica nos últimos 3 (três) anos.

Parágrafo Único. A duração de validade do teste seletivo será de 01 (um) ano de vigência.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Presidente "**José Peres**" em Jauru-MT, aos 20 de fevereiro de 2.019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI Nº 815/2019

LEI ORDINÁRIA Nº 815 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

CRIA A VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PARA O PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, ASSESSOR DE GABINETE E GESTOR DE COMPRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída verba de natureza indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal pelo exercício de atividades fins de Prefeito, Secretários Municipais, Assessor De Gabinete e Gestor De Compras.

Art. 2º - A verba de que trata esta Lei será paga mensalmente ao Prefeito, Secretários Municipais, Assessor De Gabinete e Gestor De Compras em efetivo exercício nas atividades do cargo, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício dos cargos para custeio das despesas e viagens dentro do Estado.

Parágrafo único: As despesas com viagens fora do Estado serão suportadas por diárias previstas da Lei 795/2018.

Art. 3º - Os valores pagos a título de indenização serão de:

I- R$ 6.000,00 (seis mil reais) para o Prefeito II- R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) para os Secretários Municipais. III- R$1.800,00 (mil e oitocentos reais) para Assessor de Gabinete. IV- R$1.800,00 (mil e oitocentos reais) para Gestor de Compras.

Art. 4º - Não será paga a verba indenizatória nas seguintes situações:

a) Durante o período de gozo de Férias;

b) Licença Maternidade e Paternidade;

c) Durante o período de afastamento do cargo ou função.

Art. 5º - A verba indenizatória recebida indevidamente deverá ser restituída ao Erário Público mediante a emissão de guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Arrecadação do Município no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º - Em nenhuma hipótese, a verba indenizatória cobrirá gastos de terceiro, bem como não incorporará definitivamente na remuneração do Agente Político.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal **"José Peres"**, Gabinete do Prefeito, em Jauru –MT 20 de fevereiro de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 001/2019

Resumo do Contrato Administrativo 001/2019.

Apoio Cultural

Objeto: A RÁDIO COMUNITÁRIA CONTRATADA, a partir de 01 de fevereiro de 2019, editará e divulgará, em radiodifusão, as matérias discutidas nas sessões Ordinárias da APOIADORA CULTURAL, inclusive com a reprodução integral do áudio das sessões para fins de informação à comunidade local, na forma de INFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT, bem como divulgar atos oficiais, informações sobre matérias a serem ou já apreciadas nas sessões.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT – CNPJ nº **24.986. 374/0001-96**, por seu presidente **Robson Marcos Peres**. **Contratada:** ***ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NOVA DE JAURU,*** com **CNPJ n º 09.379.144/0001-75.**

A APOIADORA CULTURAL mensalmente fornecerá apoio cultural à contratada, no montante de R$ 1.050,00 (Hum mil e cinquenta reais).

Vigência: Vigerá de 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2019, admitidas às prorrogações necessárias. ***Foro:*** Comarca de Jauru-MT.

Jauru-MT, 04 de fevereiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT

ROBSON MARCOS PERES

PRESIDENTE

Associação Comunitária Cidade Nova de Jauru – Fabiana de oliveira da Fonseca

CPF nº 032.520.421 – 77

CONTRATADA – RÁDIO COMUNITÁRIA

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019 E REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00499/2019

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO COM **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO.**

Realização: Por meio do site www.licitanet.com.br

Data de Inicio para o recebimento das propostas: das 08:00 horas do dia 25/02/2019 até as 17:00 horas do dia 08/03/2019 (horário de Brasília)

Data e horário de inicio da sessão: Dia 11/03/2019 as 09:00 horas

Data e horário de inicio da disputa: Dia 11/03/2019 as 09:30 horas

Edital Completo: Afixado no endereço Rua do Comércio, Nº 480, Centro, Jauru/MT. CEP: 78.255-000 – Fone: 65 3244-1849, e na Internet, site www.jauru.mt.gov.br e **site www.licitanet.com.br.**

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Federal 5.450/05.

Jauru/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Anderson Pavini

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2019

Extrato de Contrato nº 077/2019

Data: 11/02/2019

Vigência: 11/02/2020

Licitação: Tomada de Preço n.º 003/2019

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CRECHE MADRE PAULINA**em atendimento da Secretaria municipal de Educação**,** que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual**.**

Contratada: CONSTRUTORA E VIDRAÇARIA ALIANÇA LTDA – ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 33.046.681/0001-88, localizada à Rua Piracicaba n. 74-S – Centro – CEP: 78.575-000 – Juara/MT, Telefone (66) 3556-1431, neste ato representada pelo seu sócio-proprietário o Sr. Newton Toledo Bressan, portador do RG: 5.187.9032-1 e CPF: 247.428. 486-91.

Valor: R$ 285.495,57 (duzentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais e cinqüenta e sete centavos).

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2019

Extrato de Contrato nº 011/2019

Data: 04/02/2019

Vigência: 04/02/2020

Licitação: Tomada de Preço n.º 002/2019

Objeto: O presente Instrumento de Contrato tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada para Execução de Recomposição de Pavimento Asfaltico (Tapa Buraco) com Concreto Betuminoso Usinado Quente - CBUQ em Vias Publicas da Cidade de Juara/MT,** conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Básico e proposta vencedora da **Tomada de Preços n.º 002/2019.**

Contratada: AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita com o CNPJ sob o nº 07.095.509/0001-04, localizada à Avenida Ciríaco Candia, n. 242, Bairro Cidade Verde, CEP: 78.028-770, no Município de Cuiabá – Estado de Mato Grosso, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu representante legalmente constituído, **Sr. Alexandre Uecker**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 020.231.180-50, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade n.° 7094419608 SSP/RS, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com endereço comercial na Avenida Ciríaco Cândia, n.º 242, Bairro Cidade Verde, Sala 01, CEP: 78. 028-770.

Valor: R$ 273.658,90 (duzentos e setenta e tres mil seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.344/2019

Decreto nº 1.344, de 20 fevereiro de 2019.

Altera o Decreto nº 1.185/2017.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o Decreto nº 1.185/2017 - Dispõe sobre a emissão de Atestado Médico, e dá outras providências.

D E C R E T A:

Art. 1º Altera os Arts. 1º e 2º do Decreto nº 1.185, de 14 de junho de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Os médicos lotados nas unidades do Programa de Saúde da Família -PSF, bem como do Pronto Atendimento Médico – PAM e Pronto Atendimento do Hospital Municipal, que emitem Atestados Médicos que licenciem os servidores públicos do Poder Executivo Municipal e os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município, para tratamento de saúde, devem obedecer rigorosamente o que dispõe a Resolução nº 1658/ 2002 do CFM - Conselho Federal de Medicina, no que tange aos requisitos para emissão e validade dos respectivos atestados médicos.

Art. 2° Fica determinado aos profissionais descritos no Art. 1º, quando da emissão dos atestados médicos, a obediência aos procedimentos descritos no artigo 3º da Resolução nº 1658/2002 do CFM - Conselho Federal de Medicina.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 20 de fevereiro de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 015/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLINICO GERAL COMO AUXILIAR CIRURGICO EM SOBRE AVISO, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde - Hospital Municipal de Juara "Elidia Maschietto Santilo", conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos..

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 21/02/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 11 de março de 2019 às 09h00 – Horário Local.

Juara-MT, em 20 de fevereiro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREV-JUARA
PORTARIA PREV-JUARA

PORTARIA N.º 019/PREV-JUARA/2019

"Dispõe sobre a *retificação da Portaria nº. 011/PREV-JUARA/2019 a qual* concedeu benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra.Lerisia Barbosa de Souza.**"

A Secretária Municipal de Administração do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Resolve:

Art. 1º. RETIFICAR o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Lerisia Barbosa de Souza,** brasileira, portadora do RG n.º 0519890-9 SSP/MT e do CPF n.º 361.379.951-00, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Professora – 30 horas, Classe "C", Nível "09", lotada na Secretaria Municipal de Municipal Educação – Setor Fundamental/FUNDEB, devidamente matriculada sob o n° 212, (...)

ONDE SE LÊ:

Considerando o disposto no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal e art. 81, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.656 de 20/04/2005, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juara e Anexo II da Lei Municipal nº. 2. 684 de 27/02/2018, que dispõe sobre o reajuste do Piso salarial base dos ocupantes de cargos de Magistério da Educação Básica do Município de Juara-MT.

(...)contando com 25 anos, 11 meses e 23 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do PREV-JUARA nº. **2017.04.00010P**, a partir da data de 01/02/2019, até posterior deliberação.

LEIA-SE:

Considerando o Art. 3°, I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, combinado com c/c Art. 83-A, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal n.º 1.695 de 25/10/2005 que alterou e acrescentou dispositivos na Lei Municipal n.º 1.656 de 20/04/2005 que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juara e Anexo II da Lei Municipal nº. 2. 684 de 27/02/2018, que dispõe sobre o reajuste do Piso salarial base dos ocupantes de cargos de Magistério da Educação Básica do Município de Juara-MT;

(...) contando com 34 anos, 01 mês e 05 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do PREV-JUARA nº. **2017.04.00010P**, a partir da data de 01/02/2019, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Juara/MT, 20 de fevereiro de 2019.

MÁRCIA REGINA FERNANDES DE ARAUJO Secretária Municipal de Administração

Homologo:

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 014/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Papelaria de Escritório, em Atendimento as Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 21/02/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 13 de março de 2019 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 20 de fevereiro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LEI Nº. 1212, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 A 2021, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2019 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 31.000,00 (TRINTA E UM MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica incluído no PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1135, de 25 de agosto de 2017, abrangendo o período de 2018 a 2021, na LDO/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1187, de 27 de Junho de 2018 e na LOA/2019 - Lei Orçamentária Anual nº. 1207, de 13 de dezembro de 2018, para o exercício financeiro de 2019.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01-COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 1040-AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS

05.001.12.361.0013.1040.449052.00-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE..... ....: R$ 31.000,00.

ARTIGO 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial **por Anulação de Dotação,** no valor de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), no Orçamento programa de 2019 (Lei nº. 1207, de 13 de dezembro de 2018), do Município de Juruena/MT, a seguinte dotação:

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01-COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 1040-AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS

05.001.12.361.0013.1040.449052.00-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE..... ....: R$ 31.000,00.

ARTIGO 3º. Para a cobertura do presente credito especial, anular-se parcialmente da seguinte dotação abaixo;

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01-COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 1008-AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ESCOLARES

70-05.001.12.361.0013.1008.449052.00-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE..... .....R$ 31.000,00

ARTIGO 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Juruena/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº. 1210, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 812, DE 13/11/2009, QUE DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

ART. 1o Revoga o parágrafo 2º. do artigo 6º e altera o parágrafo 4º. do mesmo artigo, conforme abaixo:

§1º. Inalterado.

§2º. Revogado.

§3. Inalterado.

§4º. Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro dos Microempreendedores – MEI.

ART. 2º. Revoga o Inciso I. do Artigo 21:

ART. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

ART. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº. 1213, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias - ACE, incentivo financeiro adicional, e dá outras providências.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, a título de incentivo profissional, a parcela denominada **Incentivo Financeiro Adicional**, recebida anualmente do Ministério da Saúde, previsto no parágrafo único do Decreto nº 8.474 de 22 de junho de 2015 e na Lei Federal nº 12.994 de 17 de Junho de 2014, visando estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e fortalecimento de políticas afetas à atuação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

§1º O repasse do incentivo financeiro adicional será efetuado uma vez por ano de forma integral no mês subsequente ao crédito em conta da parcela adicional recebida, em parcela única e individualizada através de rateio entre os Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias - ACE.

§2º Farão jus ao incentivo financeiro adicional previsto no caput deste artigo, todos os profissionais que se encontrem em pleno exercício de suas funções, e estejam desenvolvendo participação efetiva de todas as atividades de fortalecimento e estímulos das práticas de prevenção e promoção da saúde, em prol da coletividade.

§3º Acarretará a perda do direito ao Incentivo Financeiro Adicional o profissional que no curso do período estiver em desvio de função, afastados e/ou licenciados.

a) Desvio de função - São origens dos desvios de função: transferência de Unidade/Órgão, transferência interna entre área/setor, situações resultantes de readaptação de função por laudo médico;

b) Afastamentos e/ou Licenciados - Todos os afastamentos e licenças, exceto licença maternidade e auxílio doença inferior a 180 (cento e oitenta dias);

Art. 2º - Caso ocorra a extinção do Programa de repasse do Governo Federal de incentivo financeiro adicional, a presente Lei será revogada.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação vinculada ao Fundo Municipal de Saúde, sendo:

- Projeto Atividade: 2037 – Manutenção das Atividades de Saúde e Atenção Básica

(Agente Comunitários de Saúde – ACS)

0169.07.001.10.301.0017.2037.319004000000 – Contratação por tempo determinado

- Projeto Atividade: 2043 – Vigilância Epidemiológica/Ambiental/Saúde do Trabalhador

(Agente de Combate a Endemias – ACE)

0199-07.001.10.301.0017.2043.319004000000 – Contratação por tempo determinado

Art. 4º O Poder Executivo Municipal deverá definir critérios para regulamentar a presente lei, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde e por representantes das categorias e aplicá-lo mediante Decreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogam-se as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº. 1214, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ANEXO II-B DA LEI 1.123, DE 24 DE MARCO DE 2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica alterado o Anexo II-B da Lei 1.123 de 24 de março de 2017, passando a vigorar a redação seguinte:

ANEXO II-B

Quadro Demonstrativo da Remuneração por Padrão Cargo de Provimento Comissionado

Padrão	Vencimento (R$)
CC-I	R$ 2.963,00
CC-II	R$ 1.770,93
CC-III	R$ 1.400,00

ARTIGO 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, serão atendidas por dotações próprias consignadas no orçamento, de acordo com as normas legais vigentes, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Juruena/MT, 19 de Fevereiro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N°. 1211, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI, PARA CESSÃO DE PRÉDIO PÚBLICO EM COMODATO, CESSÃO DE FUNCIONARIOS, FIRMAR TERMO DE FOMENTO E, ACRESCENTAR PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 A 2021, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2019 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R$ 122.000,00 (CENTO E VINTE E DOIS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO COMODATO

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em comodato Prédio Público, localizado na travessa executiva, n° 41 lote 02 quadra 81 F, Zona Residencial 03, Juruena-MT, à Associação Pestalozzi de Juruena, CNPJ 32.207366/0001-22, pelo tempo em que a mesma existir, ou a quem venha a substituí-la, para fins de atendimento das pessoas com Deficiência no Município, ficando vedada outra destinação.

Art.2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Comodato fundamentado no artigo 579 do Código Civil Brasileiro, conforme minuta em anexo (Anexo I).

Art.3º - Fica estabelecido que a futuro Comodatário não poderá de forma alguma utilizar-se do referido bem para outra destinação que não seja prevista na presente Lei, sob pena de rescisão contratual independente de interpelação judicial.

Art.4º - Fica o Comodatário obrigada a zelar pelo Patrimônio, objeto do presente instrumento, conservando inteiramente as suas características e funcionamento, podendo a instituição realizar reformas, obras, tudo o que for de seu interesse e de melhor atendimento aos seus assistidos.

Art.5º - Fica estabelecido que no término do contrato, o imóvel será devolvido a Comodante em perfeito estado de uso e conservação.

TÍTULO II

DO FOMENTO

Art. 6º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento para consecução de finalidades de interesse público, por meio de transferência de recursos financeiros no valor de R$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais), sendo R$ 12.000,00 (doze mil reais) pagos em parcela única, para a reestruturação e 11 (onze) parcelas de R$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, de fevereiro a Dezembro de 2019, em favor da Associação Pestalozzi de Juruena, CNPJ 32.207366/0001-22, objetivando a cooperação mútua e garantindo o cumprimento das obrigações primárias com pagamento dos funcionários do quadro da Associação Pestalozzi, material de expediente, material permanente, combustível, manutenção do veículo entre outras.

§1º. Será considerado inexigível o chamamento público para a celebração do Termo de Fomento, autorizado pelo caput do presente artigo, em razão da manifesta inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, decorrente da natureza singular do objeto do plano de trabalho e da inexistência de pluralidade de ofertante, bem como em razão do previsto no art. 31, II da Lei 13.019/2014.

§2º. Os recursos terão por objeto a cooperação mútua, auxiliando-a por meio de recursos financeiros no atendimento das pessoas especiais de nosso Município, sempre, com o intuito de oportunizar a superação das limitações individuais, através de ensino especializado bem como orientar e acompanhar as famílias dos portadores de deficiência do nosso município;

§3º. A Associação Pestalozzi de Juruena, CNPJ 32.207366/0001-22 deverá apresentar um plano de trabalho.

§4º. Incumbe a Associação Pestalozzi de Juruena, CNPJ 32.207366/0001-22 realizar a prestação de contas do valor repassado, perante a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, mensalmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser obrigada a ressarcir o erário público.

I. A prestação de contas deverá ser apresentada ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 7º. Para celebração das parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, regulamentada nesta Lei, a Associação Pestalozzi de Juruena, inscrita no CNPJ 32.207366/0001-22 deverá apresentar:

I) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II) Cópia da última ata de eleição que conste a direção atual da organização da sociedade civil, que comprove a regularidade jurídica;

III) Plano de trabalho e de aplicação;

Art. 8º - Fica incluído no PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1135, de 25 de agosto de 2017, abrangendo o período de 2018 a 2021, na LDO/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1187, de 27 de junho de 2018 e na LOA/2019 - Lei Orçamentária Anual nº. 1207, de 13 de dezembro de 2018, para o exercício financeiro de 2019.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 – COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIVIDADE: 2074 – CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA

05.001.12.367.0130.2074.339041-CONTRIBUIÇÕES.....R$ 61.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIVIDADE 2075-CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA

07.001.10.302.0131-2075.339041-CONTRIBUIÇÕES.....R$ 61.000,00

Art. 9º. Fica Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial no valor de **R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, no Orçamento programa de 2019 (Lei nº. 1207, de 13 de dezembro de 2018), do Município de Juruena/MT, a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 – COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIVIDADE: 2074 – CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA

05.001.12.367.0130.2074.339041-CONTRIBUIÇÕES.....R$ 61.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIVIDADE 2075-CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA

07.001.10.302.0131-2075.339041-CONTRIBUIÇÕES.....R$ 61.000,00

Art. 10.O crédito suplementar especial correrá conforme artigo 43, parágrafo 3º da Lei Federal nº. 4.320/64, da anulação parcial das seguintes dotações:

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE: 01-ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROJ./ATIVIDADE 2004-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

36-03.001.04.122.0005.2004.339039.00Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 122.000,00

TÍTULO II DA CESSÃO DE SERVIDORES

Art. 11 – Fica autorizado o poder executivo ceder servidores do quadro de funcionário municipais, para atender as necessidades da associação, desde que não prejudique o bom andamento das atividades essenciais do município.

Art. 12 – A associação deverá apresentar relatório mensal das atividades desempenhadas pelos servidores cedidos.

Art. 13 – A quantidade de funcionários, bem como a carga horária deverá ser regulamentada via acordo entre o Poder Público Municipal e a Associação.

Art.14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Juruena/MT, aos 19 dias do mês de Fevereiro do ano de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE COMODATO QUE CELEBRAM, DE UM LADO, COMO COMODANTE, MUNICIPIO DE JURUENA, E DE OUTRO, COMO COMODATÁRIO, A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA, CNPJ 32.207.366/0001-22, OBJETIVANDO A UTILIZAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO NA FORMA DA LEI XXXX/2019.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, o MUNICIPIO DE JURUENA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.950.461/0001-93, sediada à Avenida 04 de Julho, n°. 360, Centro, Juruena-MT, CEP: 78340-000, neste ato representado pela Prefeita SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611 SSP/RO, e do CPF 747.198.402-30, residente e domiciliada neste município, doravante designado MUNICÍPIO/COMODANTE; e a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA, CNPJ 32.207.366/0001-22, neste ato representada por VIVIANE RIBEIRO VIDAL, brasileira, portadora do RG nº. 11.181.731 SSP/MG e CPF nº. 040.064.146-17, doravante designado Comodatário, conforme autorizado pela Lei Municipal nº _____, firmam o presente TERMO, que se regerá pelos artigos 579 a 585 do Código Civil e, no que couber, que se consideram

como parte integrante do presente Contrato, e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto) – O COMODANTE/MUNICÍPIO, cede o Comodatário, a título não oneroso, o uso do seguinte bem Prédio Público, localizado na travessa executiva, n° 41 lote 02 quadra 81 F, Zona Residencial 03, Juruena-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA (Prazo) – O presente COMODATO vigorará pelo tempo em que a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA, CNPJ 32. 207.366/0001-22 existir, ou a quem venha a substituí-la, para fins de atendimento das pessoas com Deficiência no Município, ficando vedada outra destinação.

CLÁUSULA TERCEIRA (Encargos) – O COMODATÁRIO se compromete a arcar com as despesas de manutenção e conservação do bem cedido pelo COMODANTE

CLÁUSULA QUARTA- Findo o estipulado na cláusula segunda deste instrumento, o Comodatário restituirá o imóvel ao COMODANTE/MUNICIPIO, com todas as construções, benfeitorias, equipamentos e instalações existentes.

CLÁUSULA QUINTA – O COMODATÁRIO permitirá o livre acesso ao equipamento de representantes do COMODANTE incumbidos da tarefa de fiscalização do cumprimento das disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – O COMODANTE não será responsável, a qualquer título, por quaisquer danos ou indenizações devidos a terceiros, em decorrência de atos praticados pelo Comodatário, por seus empregados, subordinados, prepostos ou contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA– O COMODATÁRIO obriga-se a:

a) devolver o Imóvel e restituí-lo ao proprietário, nas condições previstas neste TERMO, sem necessidade de qualquer interpelação ou notificação;

b) a não usar o imóvel senão com a finalidade prevista na cláusula primeira deste TERMO.

CLÁUSULA OITAVA– Findo o COMODATO, deverá o Comodatário restituir o imóvel em condições de uso e conservação.

CLÁUSULA NONA – O descumprimento pelo Comodatário de qualquer de suas obrigações dará à COMODANTE o direito de considerar rescindido o presente COMODATO, mediante aviso, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Rescindido o COMODATO, a COMODANTE, de pleno direito, reintegrar-se-á na posse do imóvel e de todos os bens afetados ao COMODATO.

CLÁUSULA DÉCIMA (Notificações e Informações) – As partes serão notificadas mediante comunicação registrada e endereçada com aviso de recebimento (AR).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Publicação) – O presente CONTRATO deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, em extrato, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Foro) – Fica eleito o Foro Central da Comarca de Cotriguaçu para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam os contratantes o presente instrumento, em TRES vias de igual teor e validade, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Juruena-MT, _____de _____ de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

MUNICÍPIO DE JURUENA-MT

COMODANTE

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA,

CNPJ 32.207.366/0001-22

VIVIANE RIBEIRO VIDAL

COMODATÁRIA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

Identidade nº: Identidade nº:

CPF nº: CPF Nº.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Fernanda Rezende- Me.

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Especializada Em Prestação De Consultoria Tributária Na Área De ITR (Imposto Territorial Rural), Com a Finalidade De Cumprir Convenio Assinado Junto À Receita Federal Do Brasil, e Ainda Realizar Trabalhos Vinculados Ao Aumento De Arrecadação Do ITR, No Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Fernanda Rezende - Me – CNPJ: 11.142.181/0001-07

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 025/2019

EXTRATO DO CONTRATO N.º 025/2019

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 003/2019

CONTRATADA: SBN LTDA - ME

CNPJ: 04.544.513/0001-14

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROMOCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA "SAVANA" A SER REALIZADO NO DIA 04 DE MARÇO DE 2019, NA CIDADE DE LAMBARI D'OESTE – MT, POR OCASIÃO DO CARNAVAL DE RUA 2019.

DADOS DO OBJETO

DATA DO SHOW: 04/03/2019- BANDA SAVANA

HORA DO SHOW: BAILE CARNAVALESCO – DAS 23H00MIN ÀS 04:00 HS

LOCAL: CIDADE DE LAMBARI D'OESTE – MT – PRAÇA PÚBLICA.

VALOR GLOBAL: R$ 20.500,00 (VINTE MIL E QUINHENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: DE 19/02/2019 ATÉ 19/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇAO 006/2019

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a empresa PEDRO BATISTA CORREIA EIRELI , CNPJ: 07.367.271/0001-29, localizada na rua Marechal Deodoro , nº 1115, centro CEP: 78.200-000 , Cáceres -MT , cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVA-**

DA PARA O EVENTO CARNAVAL DE RUA 2019 DE LAMBARI D´OESTE -MT , em um valor total de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 006 /2019, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da empresa PEDRO BATISTA CORREIA EIRELI para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 21 de fevereiro de 2019.

_____

Edvaldo Alves Dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 026/2019

EXTRATO DO CONTRATO N.º 026/2019

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 004/2019

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: M. MARAIZA TOSTA – EPP

CNPJ: 26.917.241/0001-93

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM MANUTENÇÃO E REPAROS NA COBERTURA E EDIFICAÇÕES DO PSF I EM LAMBARI D'OESTE – MT.

VIGÊNCIA: DE 19/02/2019 ATÉ 19/08/2019.

VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 647/2019,

De 19 de fevereiro de 2019.

Autor: Poder Executivo.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Programa do Exercício Financeiro de 2019, discriminado por suas funcionais programáticas, elementos de despesa e fontes de recursos e da outra providências."

EDVALDO ALVES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2019, discriminado por suas funcionais programáticas, elementos de despesa e fontes de recursos, nos termos da Lei Municipal 638/2018 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Unidade: 01 LAMBARI PREVI - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

Função: 09 Previdência Social

SubFunção: 271 Previdência Básica

Programa: 0102 SUSTENTACAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA

Proj.Atividade: 2082 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA LAMBARI PREVI

01.09.271.0102.2082. 3.1.9.1.1.3.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS RPPS

Elemento:

3.1.91.13.*00 – Obrigações Patronais – RPPS ..... R$ 1.000,00*

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito aberto pelo art. anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial ou total de dotações, conforme disposições contidas no art. 43, parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 039/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Concede promoção de classe a servidora pública que menciona, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerimento da servidora pública, com os documentos comprobatórios para a promoção de classe;

R E S O L V E:

ART. 1º - **Conceder**, promoção de **classe "B"** para **classe "C"**, por ter concluído Curso de 2º (segundo) Grau conforme preceitua o Artigo 1**º, § 2º e inciso IV** da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, o Servidor abaixo descrito:

DUILHO RABELO BOASCIVIS

Motorista de veículos pesados

ART. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 024/2019

EXTRATO DO CONTRATO N.º 024/2019

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2019

CONTRATADA: SAVANA REPRESENTACOES ARTISTICAS LTDA - ME

CNPJ: 11.783.569/0001-97

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROMOCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA "BUANA" A SER REALIZADO NOS DIAS 02 E 03 DE MARÇO DE 2019, NA CIDADE DE LAMBARI D'OESTE – MT, POR OCASIÃO DO CARNAVAL DE RUA 2019.

DADOS DO OBJETO

DATAS DOS SHOWS: 02 E 03/03/2019- BANDA BUANA

HORA DOS SHOWS: BAILE CARNAVALESCO – DAS 23H00MIN ÀS 04:00 HS

HORA DO SHOW: BAILE MATINÊ NO DIA 03/03/2019 - ÀS 16:00 HS

LOCAL: CIDADE DE LAMBARI D'OESTE – MT – PRAÇA PÚBLICA.

VALOR GLOBAL: R$ 47.000,00 (QUARENTA E SETE MIL REAIS)

VIGÊNCIA: DE 19/02/2019 ATÉ 19/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO 005/2019

A prefeitura municipal De Lambari D´Oeste –MT, no uso de suas atribuições legais, torna público os interessados que a DISPENSA DE LICITAÇAO nº 005/2019 cujo certame se deu as 09:00 horas do dia 18 de fevereiro de 2019 com objeto: **CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE , GERENCIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESIDUOS DE SERVIÇOS DE SAUDE, A,B e E".** Fica homologado o objeto a favor da empresa BIO RESIDUOS SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ: 22.096.126/0001-44, localizada na rua Mário Rossignolo , nº 406, quadra 13, lote 33/34, CEP: 78. 745-790 , Distrito Industrial , Rondonópolis-MT , sagrou se vencedora com o seguinte R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) preço final.

Lambari D´Oeste –MT, 21 de fevereiro de 2019.

_____

Audiley Celestino Pessoa

Presidente Da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.620/0001-31, com sede à Avenida Lucio Pereira Luz S/N– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com a Comissão Organizadora do Seletivo, nomeada pela Portaria de nº 011/2019 de 19 de Fevereiro de 2019, considerando a necessidade de realizar o Processo Seletivo Simplificado para contratações temporárias, para o preenchimento dos cargos de Cozinheiro; Orientador Social; Instrutor Musical; Facilitador Social; Assistente Social para Equipe Volante do CRAS; Psicólogo ou Pedagogo para Equipe Volante do CRAS; Psicólogo para atuar no CRAS. E como Cadastro Reserva os seguintes Cargos: Coordenador do Programa ACESSUAS TRABALHO; Auxiliar técnico do programa ACESSUAS TRABALHO.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por cinco (5) Servidores, designados através da Portaria nº 011/2019 de 19/02/2019.

1.2 - Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado, serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 - O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural.

2. DOS CARGOS, DA CARGA HORÁRIA, DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO E DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS.

2.1 O Presente Teste Seletivo Simplificado que ocorrerá através de Análise Curricular e Experiência Profissional, bem como prova de Redação, tem como objetivo a seleção de profissionais, conforme cargos, carga horária, vagas, local de atuação, remuneração e requisitos mínimos exigidos constantes na tabela abaixo:

Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas	Local de atuação	Remuneração	Requisitos mínimos exigidos à investidura
Cozinheiro	40hs	01	CRAS	R$: 998,00	Ensino Fundamental Completo
Orientador Social	40hs	03	CRAS	R$: 1.200,00	Ensino Médio Completo
Instrutor Musical	40hs	01	CRAS	R$: 1.500,00	Ensino Médio Completo (Experiência comprovada como professor ou instrutor musical)
Facilitador Social	40hs	03	CRAS	R$: 998,00	Ensino Médio Completo
Auxiliar técnico do programa Acessuas Trabalho **(Cadastro Reserva)**	40hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	R$: 998,00	Ensino Médio Completo
Coordenador do Programa Acessuas Trabalho **(Cadastro Reserva)**	40hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	R$: 1.300,00	Profissional de nível superior que possuem graduação em: serviço social, psicologia, pedagogia, antropologia, administração, economia doméstica, sociologia ou terapia ocupacional.
Assistente Social- Equipe Volante do CRAS	30 hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	R$: 1.500,00	Ensino superior completo em Serviço Social e devidamente registrado no CRESS.
Psicólogo ou Pedagogo- Equipe Volante do CRAS	40 hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	R$: 1.500,00	Ensino superior completo em Psicologia e devidamente registrado no CRP, ou Ensino Superior completo em Pedagogia reconhecido pelo MEC.
Psicóloga/ CRAS	40hs	01	Proteção Social Básica - CRAS	R$: 2.500,00	Ensino superior completo em Psicologia e devidamente registrado no CRP.

3. DAS ATRIBUIÇÕES, DEVERES E PROIBIÇÕES DO CARGO

3.1 As atribuições, deveres e proibições dos cargos a serem providos por este Teste Seletivo Simplificado, são os constantes na Lei Municipal 505/2009, de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único do Servidor Público Municipal e atribuições constadas no Anexo I deste edital.

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 **Período de Inscrição:** de 21 de Fevereiro 2019 à 27 de Fevereiro 2019.

4.2 **Local de Inscrição:** Na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia nº 07– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, FONE: (66) 3528-1299.

4.3 **Horários de Inscrições Presenciais:** do dia 21 á 27 de Fevereiro de 2019 das 08:00hs às 11:00hs e das 14:00hs ás 17:00hs (horário de Brasília) na Secretaria Municipal de Assistência Social.

5– DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

5.1 Na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia nº07 – Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT a inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de Inscrição, fornecida gratuitamente, efetivada mediante protocolo emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.2 No ato da inscrição o candidato deverá estar munido da documentação abaixo:

Documento de Identidade RG; Cadastro de Pessoa Física - CPF; Comprovante de experiência profissional na area de atuação (declaração, Carta de Apresentação, e outros), Comprovante de escolaridade de acordo com o cargo pretendido; Certificados de cursos de acordo com o ítem 11;

5.3 A inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de inscrição, bem como do preenchimento da concordância dos termos deste edital.

5.4 Os candidatos deverão protocolar a documentação abaixo, cópias originais para conferência, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia nº07 – Centro – Luciara-MT até as 17:00hs do dia 27 de Fevereiro de 2019. O mesmo prazo e hora definidos para a entrega da documentação vale também para os documentos enviados via Correios:

5.5 Não serão recebidas quaisquer inscrições por fax-símile, correio eletrônico ou fora do período estabelecido neste edital.

5.6 Não será cobrado taxa de inscrição para este teste seletivo.

5.7Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

6– DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) Ter idade mínima de 18 anos;

c) Possuir na data da inscrição, escolaridade comprovada correspondente ao cargo que estiver concorrendo, bem como todos os documentos contidos no ítem 5.2.

d)Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da

Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

7 – DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

7.1 Será admitida inscrição por procuração, desde que devidamente registrada em cartório, acompanhada das cópias legíveis e devidamente autenticadas dos documentos constantes do item 3 deste Edital.

7.2 O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, após efetuada a inscrição.

7.3 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade das informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante, no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

8 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

8.1 No dia **08 de Março 2019**, será disponibilizada a homologação das inscrições realizadas, no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural.

8.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma deste edital. (ANEXO II)

9 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

9.1 Os candidatos classificados serão admitidos em caráter temporário, para suprir as vagas em aberto, nos turnos matutino e vespertino conforme as vagas destinadas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exceto para o cargo de Assistente Social 30 (trinta) horas.

10– DOS LOCAIS DE TRABALHO

10.1 Os contratados deverão desempenhar suas atividades profissionais na Secretaria Municipal de Assistência Social e Programas do CRAS.

10.2 Poderá ocorrer o deslocamento da equipe para atendimento na zona rural.

11 – DAS ANÁLISES DOS CURRÍCULOS

11.1 O Candidato deverá apresentar documentação para análise dos currículos e experiência profissional no ato da inscrição que ocorrerão entre os 21 á 27 de Fevereiro 2019.

11.2 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL SUPERIOR

Provas	Quesitos	Pontos	Pontuação Máxima

a) Análise Curricular: Escolaridade/ Cursos	Diploma ou Certificado de Conclusão de ensino superior em Serviço Social e Pedagogia completos e registro profissional no respectivo Conselho Regional, **quando houver.**	20	Máximo 20
	Certificado de Especialização Lato Senso Mínimo de 360 horas.	5	Máximo 5
	Diploma ou Certificado de Curso de Especialização Stricto Senso – Mestrado.	5	Máximo 5
	Diploma ou Certificado de Curso de Especialização Stricto Senso – Doutorado.	10	Máximo 10
	Curso realizado na área da assistência social com carga horária igual ou superior a 40 horas. Emitido nos últimos 3 anos.	10 (p/ cada 40 horas)	Máximo 30
Experiência Profissional	Experiência Profissional relacionados com a função/atribuições do cargo.	10 pontos para cada seis meses	Máximo 30
Total de Pontos			**100**

11.3 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL MÉDIO

Provas	Quesitos	Pontos	Pontuação Máxima
a) Análise Curricular: Escolaridade/ Cursos	Diploma ou Certificado de Conclusão de ensino médio.	10	Máximo 10
	Curso realizado na área da assistência social com carga horária igual ou superior a 10 horas.	05 Para cada10 horas	Máximo 20
	Curso realizado em digitação, informática, auxiliar administrativo, relações interpessoais, dentre outros relacionados com a função/atribuições do cargo com carga horária igual ou superior a 10 horas.	5 pontos por curso	Máximo 20
Experiência Profissional	Experiência Profissional relacionados com a função/atribuições do cargo.	10 pontos para cada seis meses	Máximo 50
Total de Pontos			**100**

11.4 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL FUNDAMETAL

Provas	Quesitos	Pontos	Pontuação Máxima
a) Análise Curricular: Escolaridade/Cursos	Diploma ou Certificado de Conclusão de ensino fundamental.	10	Máximo 10
	Curso realizado na área da assistência social com carga horária igual ou superior a 10 horas.	05 Para cada 10 horas	Máximo 20
	Cursos realizados relacionados com a função/atribuições do cargo com carga horária igual ou superior a 10 horas.	5 pontos por curso	Máximo 20
Experiência Profissional	Experiência Profissional relacionados com a função/atribuições do cargo.	10 pontos para cada seis meses	Máximo 50
Total de Pontos			**100**

12 – DAS ETAPAS

12.1 O Teste Seletivo Simplificado constituir-se-á de duas etapas, a saber: a) análise curricular e experiência na área, b) Prova de Redação.

12.1.1 - ANÁLISE CURRICULAR será realizada pela Comissão no período de 11 à 13 de Março de 2019 através da análise dos currículos entregues no ato da inscrição.

12.1.2 A Análise Curricular visa aferir o perfil do candidato a partir do nível de escolaridade, conhecimentos específicos e experiência profissional, devidamente comprovados, de acordo com a Função Temporária a que concorre e conforme os dados curriculares informados.

12.1.3 Na análise curricular serão avaliadas as competências, habilidades, nível de escolaridade, experiência acumulada, inscrição no conselho de classe para o assistente social, cursos técnicos, profissionalizantes e extracurriculares, conhecimentos específicos, para cada Função Temporária.

12.1.4 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares e nos documentos apresentados e, comprovada a culpa do(a) mesmo(a), o(a) candidato(a) será excluído(a) do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

13. REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE REDAÇÃO

13.1 - As provas de redação serão realizadas no dia 11 de Março de 2019, na UNEMAT, localizada na Avenida MT 100 s/n – Setor Universitário, nesta cidade, com **início as 08:00 horas e término as 11:00 horas (horário de Brasília).**

13.1.1 - Os candidatos deverão comparecer ao local especificado no ítem **7.1,** com antecedência mínima de trinta (30) minutos, munidos de comprovante de inscrição, de documento oficial com foto, definidos no ítem **4.1.2** e caneta esferográfica azul ou preta.

13.1.2 - Os candidatos que não estiverem presentes no interior da sala de aplicação das provas no horário definido no ítem**13.1,** serão excluídos do exame.

13.1.3 - O candidato que deixar de exibir documento oficial com foto, antes da prova, será excluído do certame.

13.1.4 - O candidato que se retirar do local das provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um membro da Comissão.

13.1.5 - Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização do concurso ou com os outros candidatos; ou durante a realização da prova, demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, por gestos, palavras ou por escrito, bem como utilizando-se de livros, notas ou impressos; ou ainda, durante a realização da prova, estiver fazendo uso de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação bem como protetores auriculares.

13.1.6 - Na ocorrência das hipóteses previstas no ítem **13.1,** será lavrado "auto de apreensão de prova e exclusão do candidato", fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será assinado por, no mínimo, dois membros da Comissão e pelo candidato eliminado. Em caso de recusa do candidato a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato, o fato será certificado á vista da assinatura de duas testemunhas.

13.2 - A prova de redação, terá como tema um assunto atual escolhido pela Comissão e informado aos candidatos no momento do início das provas, definido no ítem 13.1.

13.3 - A redação deverá ser feita em folha específica fornecida pela Comissão e deverá ser redigida com a utilização de caneta esferográfica preta ou azul.

13.4 - A redação deverá conter no mínimo quinze (15) e no máximo vinte (30) linhas de texto, exceto o título.

13.5 - O título da redação deverá estar em consonância com o tema e o teor do texto e será avaliado de acordo com as normas ortográficas vigentes.

13.6 - A redação deverá seguir a estrutura cabível e não poderá ser acrescida de poemas e/ou poesias, cujo fato ensejará sua desclassificação automática.

13.7 - No horário aprazado para o encerramento das provas, serão estas recolhidas, independente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

13.8 - Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

13.9 - A pontuação da prova de redação será de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

13.10 - A prova de redação somente será validada com nota igual ou superior a cinquenta (50) pontos, se o candidato não atingir essa pontuação estará automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado 001/2019.

14. CORREÇÃO DAS PROVAS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

14.1 - No prazo de três (3) dias, a Banca formada por profissionais formados na área deverá proceder a correção das provas de redação, registrando-se as pontuações individuais da prova de redação, e o total acrescido das notas da análise dos títulos e o somatório dos mesmos será dividido por dois, que dará a média final sendo este o resultado de desempenho final do candidato.

14.2 - Ultimada a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural. Abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos deste Edital.

15- DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

15.1 Análise Curricular terá caráter classificatório. A pontuação máxima obtida na Análise Curricular é de 100 (cem) pontos para cada Função Temporária, desde que atendidas as exigências deste Edital.

15.2 A pontuação da prova de redação terá caráter eliminatório e classificatório com pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. A prova de redação somente será validada com nota igual ou superior a cinqüenta (50) pontos.

15.3 O candidato não habilitado na Redação, não será considerado a contagem de pontos da Análise Curricular, sendo excluído automaticamente do Processo Seletivo Simplificado.

15.4 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente (da maior média para a menor), de acordo com a somatória dos pontos obtidos na Análise Curricular (Escolaridade/cursos e experiência profissional), e redação e o somatório dos mesmos será dividido por dois, que dará a média final, sendo este o resultado de desempenho final do candidato.

15.5. A pontuação será cumulativa, podendo chegar no máximo de 100 (cem) pontos.

16– DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

16.1. Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos na Análise Curricular (Escolaridade/cursos e experiência profissional), o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) Maior idade

b) Maior pontuação no quesito experiência profissional

c) Maior número de prole.

17- DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

17.1. Após a realização da Análise Curricular, o resultado preliminar será divulgado, na data provável de **15 de março de 2019**, através do site oficial da **Prefeitura Municipal de Luciara www.luciara.mt.gov.br)** e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: https://diariomunicipal.org/**mt**/**amm**/ e Mural.

18 – DO RECURSO

18.1 Os recursos poderão ser apresentados na Secretaria Municipal de Assistência Social situada na Avenida Araguaia nº07– Centro – Luciara-MT, nos **dias 01 de março de 2019,** em formulário conforme anexo IV.

18.2 Horário: das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda a sextas-feiras.

18.3 Após o período destinado a interposição de recurso e seu julgamento, a comissão homologará o resultado final do Teste Seletivo Simplificado na data provável de **15 de março de 2019**, publicando-o no **site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm e mural.**

18.4 Os recursos cujo o teor desrespeite a Comissão deste Teste Seletivo serão liminarmente indeferidos.

19 – DA CONTRATAÇÃO E LOTAÇÃO

19.1. O candidato aprovado será convocado para atuar nos cargos descritos no **Item 2** deste edital na Secretaria Municipal de Assistência Social, nos turnos matutino e vespertino O mesmo deverá apresentar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da homologação do resultado

final e da publicação do edital de convocação do Processo Seletivo Simplificado Classificatório, para assinatura do Contrato de Trabalho, pelo qual concorreu, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada na Avenida Lucio Pereira Luz s/n – Centro – Luciara-MT, portando cópia dos seguintes documentos, acompanhados do original:

a) Carteira de Identidade;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Título Eleitoral;

d) Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

e) Certidão de Nascimento ou Casamento;

f) Se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;

g) 02 (duas) fotografia 3x4, recente;

h) Atestado de Aptidão Física e Mental, emitido por Junta Médica Oficial;

i) Comprovantes de escolaridade e especialização correlacionados ao cargo ao qual foi aprovado;

j) Carteira de trabalho e Previdência Social (página de identificação – frente e verso -, página da última contratação);

k) Declaração de bens e rendas;

l) Se tiver conta corrente na Caixa Econômica Federal, apresentar o cartão;

m) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;

n) Comprovante de residência.

19.2 O candidato convocado que não comparecer para a assinatura do Contrato de Trabalho, dentro do prazo preestabelecido no item 15, será tido como desistente tendo a Diretoria de Gestão de Recursos Humanos que convocar o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição.

19.3 O candidato que obteve classificação inferior ao número de vagas, constante neste Edital, caso convocado, deverá se apresentar para assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva convocação, que se dará por Edital publicado no site oficial da **Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm.**

20. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

20.1. A validade do processo seletivo será de 1 (um) ano, a contar da publicação do resultado final publicado no site oficial da **Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm. e mural.** Podendo ser prorrogada uma vez, por igual período.

21 INFORMAÇÕES

21.1 Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia, s/n – Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, Telefone: 3528-1291

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Será excluído o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a contratação.

22.2. Os casos omissos na publicação do resultado deste edital serão resolvidos pela Comissão do processo de Seletivo Simplificado para Contratação de Equipe Técnica de Referência dos Programas, por tempo determinado e, após a publicação do resultado, pela Diretoria de Gestão de Recursos Humanos.

Luciara-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

DANNY FRANK OLIVEIRA ARAÚJO

Presidente

AMANDA SANTOS DA SILVA

Vice Presidente

HERMINIA SILVA SALES

Secretária

EDILIA LUZ SANTOS CRISOSTOMO

Membro

JOSE RUBEMARIO SEIXAS DA SILVA

Membro

ANEXO I

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

A execução de serviços e ações tem como principais funções a articulação, a mobilização, o encaminhamento e o acompanhamento do público prioritário do Programa.

SÃO ATRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS (nível Superior, Médio e Fundamental)

ATRIBUIÇÕES POR CARGO

CARGO: COZINHEIRO

(Nível Fundamental)

-Executar tarefas específicas relacionadas ao preparo de refeições,

-Zelar pela higiene nos trabalhos da cozinha, aplicando métodos corretos de manipulação, higienização e conservação de alimentos, bem como providenciando a limpeza de equipamentos, instalações e utensílios;

-Comunicar ao superior imediato as irregularidades encontradas na qualidade da mercadoria entregue para cozimento, bem como sobre a necessidade de reparo e reposição de utensílios, equipamentos e instalações de cozinha; - Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;

-Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

(Nivel Medio)

-Mediação dos processos grupais de serviços socioeducativos, sob orientação de profissional de referência de nível superior do CRAS;

- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;

- Alimentação de sistema de informação, sempre que for designado;

- Atuação como referência para os jovens e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o coletivo de jovens sob sua responsabilidade

- Registro da frequência das crianças, jovens e idosos, registro das ações desenvolvidas e encaminhamento mensal das informações para o profissional de referência do CRAS;

- Organização e facilitação de situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos. Programáticos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos -SCFV

- Desenvolvimento de oficinas esportivas e de lazer;

- Desenvolvimento de oficinas culturais;

- Acompanhamento de Projetos de Orientação Profissional de crianças, jovens e idosos;

- Mediação dos processos coletivos de elaboração, execução e avaliação de Plano de Atuação Social e de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social por jovens;

- Identificação e encaminhamento de famílias para o CRAS;

- Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo.

CARGO: FACILITADOR SOCIAL

(Nível Médio)

Organizar e coordenar atividades sistemáticas de esporte, lazer, artes e música, contemplando manifestações da cultura local. Aplicar reforço escolar e atividades socioeducativas priorizando as atividades lúdicas. Organizar e coordenar eventos esportivos e de lazer objetivando promover e qualificar o convívio social entre os jovens e sua convivência comunitária. Elaborar relatórios periódicos sobre assuntos pertinentes a sua área. Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: INSTRUTOR MUSICAL

(Nível Médio)

Planejar, Preparar e Realizar Programas de Estudos, aulas práticas e teóricas e seminários para alunos individuais e em grupos; Participar de estudos e pesquisas em sua área de atuação; Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos e outros eventos em sua área de atuação; Executar outras atividades correlatas; Executar, acompanhar e orientar os alunos em aulas de instrumento e/ou canto; Preparar os alunos para concertos e avaliações; Organizar e assistir em audições ou execuções a concertos de músicas; Avaliar os alunos e oferecer aconselhamento, crítica e encorajamento; Possuir conhecimento nos instrumentos de cordas, tais como violino, viola, violoncelo e contrabaixo; Preencher relatórios conforme a necessidade do Coordenador da Musicalização; Possuir conhecimento no Pacote Microsoft Office: Word e Excel. Elaborar e formatar documentos e planilhas; Possuir conceitos de organização e de gerenciamento de pessoal e informações, de arquivos, pastas e programas,; Executar instruções teóricas e práticas sobre músicas para os participantes do programa, atendendo sua demanda no que se refere à transferência de renda e serviços socioassistenciais.

CARGO: AUXILIAR TÉCNICO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

(Nivel Medio)

Apoio à equipe técnica de nível superior nas funções administrativas, na mobilização, no encaminhamento para matriculas dos educandos, no acompanhamento e no monitoramento da frequência dos alunos e no encaminhamento para o novo trabalho. - Apoio na inclusão de novos beneficiários no Cadastro Único. - Participação de reuniões de planejamento, na Secretaria Municipal ou CRAS, quando convocado pelo Coordenador do Programa ACESSUAS TRABALHO.

CARGO: COORDENADOR DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

(Nível superior que possuem graduação em: serviço social, psicologia, pedagogia, antropologia, administração, economia doméstica, sociologia ou terapia ocupacional.)

-Coordenar as ações do Programa ACESSUAS TRABALHO no âmbito da gestão municipal.

-Coordenar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas pela Equipe de Referência.

-Acompanhar os resultados das metas pactuadas pelo Município. Alimentar com informações pertinentes o Sistema de monitoramento do ACESSUAS TRABALHO

-Prestar contas dos recursos utilizados

CARGO: PSICOLOGA- ATENÇÃO SOCIAL BASICA/CRAS

(Nivel Superior)

- Coordenar e supervisionar os Programa e Projetos Sociais da Secretaria de Assistência Social.

-Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações;

-Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos.

-Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – EQUIPE VOLANTE CRAS

(Nivel Superior)

-Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

-Ofertar os Serviços de Proteção Social Básica;

- Realizar Busca Ativa, em especial de famílias em situação de extrema pobreza;

- Apoiar a inclusão e atualização cadastral, no CadÚnico, das famílias que moram em áreas dispersas, e também possibilitar o acesso à renda (BPC e Bolsa Família);

- Realizar encaminhamentos (rede socioassistencial e setorial)

CARGO: PSICOLOGO OU PEDAGOGO-EQUIPE VOLANTE CRAS

(Nivel Superior)

-Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

-Ofertar os Serviços de Proteção Social Básica;

- Realizar Busca Ativa, em especial de famílias em situação de extrema pobreza;

- Apoiar a inclusão e atualização cadastral, no CadÚnico, das famílias que moram em áreas dispersas, e também possibilitar o acesso à renda (BPC e Bolsa Família);

- Realizar encaminhamentos (rede socioassistencial e setorial)

ANEXO II – CRONOGRAMA

Teste Seletivo Simplificado 001/2019 **C R O N O G R A M A**	
AÇÕES PREVISTAS	**DATAS**
Data prevista para publicação do edital do teste seletivo	21/02/2019
Período de inscrição	21/02/2019 à 27/02/2019
Publicação da Lista de Inscritos	28/02/2019
Recursos ao Indeferimento das Inscrições	01/03/2019
Divulgação da Avaliação dos Recursos ao Indeferimento das Inscrições e Publicação do Resultado Definitivo das Inscrições Deferidas e Indeferidas.	08/03/2019
Prova de Redação	11/03/2019
Período previsto para a análise de títulos e Redação	11/03/2019 à 13/03/2019
Publicação do Resultado preliminar	14/03/2019
Período previsto para interposição de recurso referente à publicação dos resultados	14/03/2019
Homologação do resultado final definitivo do Processo, após a análise dos recursos.	15/03/2019
Edital de Convocação dos candidatos aprovados	15/03/2019
Período previsto para a tomada de posse	18/03/2019 à 01/04/2019

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019	
I. FUNÇÃO(Assinalar com um “X” a opção desejada)	
( ) Cozinheiro	
( ) Orientador Social	( ) Auxiliar Técnico/Acessuas Trabalho **(cadastro reserva)**
( ) Facilitador Social	( ) Instrutor Musical

( ) Assistente Social- Equipe Volante ( )Psicóloga -Proteção Social Básica			( ) Psicólogo ou Pedagogo – Equipe Volante ( ) Coordenador/Acessuas Trabalho **(cadastro reserva)**		
II. DADOS PESSOAIS					
1. Nome:					
2. Sexo ( ) M	( ) F	3. Data de Nascimento ____ / ____ / _____	4. RG.	5. Órgão Emissor	6. UF.
7. CPF:		8. Telefone Fixo		9. Telefone Celular	
10. Endereço (Rua, nº e complemento, se houver):					
11. Bairro:		12. Cidade:		13. UF:	
14 CEP:		15. Email:			
Declaro que conheço e aceito as condições descritas no Edital n. 001/2019 que rege este Processo Seletivo Simplificado e na legislação pertinente. Declaro, ainda, que todas as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade e, se convocado, para contratação, apresentarei todos os documentos comprobatórios dos requisitos pessoais, de escolaridade e profissionais para assinar o contrato. _____ Assinatura do Candidato					

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado no edital nº 001/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Luciara para a Secretaria Municipal de Assistência Social de Luciara.

Prezados Senhores,

Eu, _____, candidato(a) do processo seletivo concorrendo a uma vaga para o cargo de _____, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, venho através deste apresentar o seguinte recurso:

1) Motivo do recurso (indique que item do Edital você considera que foi descumprido)

_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) Justificativa fundamentada (diga por que você acha que o item foi descumprido)

_____
_____
_____
_____
_____
_____ 3) Solicitação (com base na justificativa acima, apresente o que você pretende que seja reconsiderado)

_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____
Assinatura do Candidato

RECEBIDO em...../...../...20.....
Por.....
(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público aos interessados, o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 001/2019, cujo objeto é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Emulsão Asfáltica – RL-1C, para futuros reparos e manutenção de vias urbanas pavimentadas, do município de Marcelândia/MT**. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITEM	VLR. TOTAL
ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI	01	58.140,00

Marcelândia/MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO, EFETUADO PELA EMPRESA COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI – ME - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que em sessão, após análise da equipe de licitação a respeito da solicitação efetuada pela em-

presa COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI – ME, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 09.315.996/0001-07, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018, PROCESSO N.º 047/2018, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica e demais atividades Secretaria Municipal de Saúde de Marcelândia/MT, os membros da equipe fizeram suas considerações opinando por seguir as recomendações da Assessoria Jurídica em manter o preço do item 98 – Ibuprofeno 600mg, no valor unitário R$ 0,1540, conforme preços acordados na sessão ocorrida aos 04 (quatro) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), mantendo obediência ao Edital, onde são determinadas a regras da licitação com referência na Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002, e observando também a supremacia do Estado em relação aos particulares, devendo permanecer o resultado alcançado na sessão. A Ata da Sessão completa está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Menus de Downloads – Licitações)

Marcelândia/MT, em 19 de fevereiro de 2019.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 006-2019 ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua dos Tres Poderes, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 03.238.987/0001-75
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 6/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor , Prefeito Municipal de Marcelandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 991/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 608.478,18 (Seiscentos e oito mil quatrocentos e setenta e oito reais e dezoito centavos).

04.001-Gabinete da Secretaria

04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.93.00.00.00|124000000 Indenizacoes e restituicoes	R$ 10.022,21
Sub-Total:	**R$ 10.022,21**

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.15.451.0029.1069.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 76.450,00
Sub-Total:	**R$ 76.450,00**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 0,01
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 0,01
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 0,01
Sub-Total:	**R$ 0,03**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.365.0019.1155.4.4.9.0.52.00.00.00|122000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 416.450,00
07.001.12.361.0015.2056.4.4.9.0.52.00.00.00|122000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 100.190,94
Sub-Total:	**R$ 516.640,94**

08.003-Fundo Municipal da Infancia e Adolescente

08.003.08.243.0021.2103.3.3.9.0.39.00.00.00|127000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 200,00
08.003.08.243.0021.2103.4.4.9.0.52.00.00.00|127000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.565,00
Sub-Total:	**R$ 2.765,00**

08.004-Departamento de Cultura

08.004.13.392.0022.1115.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 2.600,00
Sub-Total:	**R$ 2.600,00**

Total Parcial Suplementado: R$ 608.478,18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua dos Tres Poderes, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 03.238.987/0001-75
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 6/2019

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.15.451.0012.1147.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 300.000,00
Sub-Total:	**R$ 300.000,00**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 Obras e Instalacoes	R$ 60.000,00
06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 40.000,00
Sub-Total:	**R$ 100.000,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0017.1153.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 50.000,00
07.001.12.361.0017.1105.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 30.000,00
07.001.12.361.0017.1105.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
07.001.12.361.0017.1105.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 90.000,00**

14.001-Gabinete da Secretaria

14.001.22.661.0031.2096.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e restituicoes	R$ 30.000,00
14.001.22.661.0031.2096.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 60.000,00
Sub-Total:	**R$ 90.000,00**

16.001-Gabinete da Secretaria

16.001.02.062.0028.2094.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 28.478,18
Sub-Total:	**R$ 28.478,18**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 608.478,18**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marcelandia, 08 de Janeiro de 2019.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 020/2019

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da servidora Sra. "Marinalva da Silva".

A Diretora Executiva do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.*6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/03, de 19 de dezembro de 2003.*

Art. 96 incisos “I”, “II”, “III”, “IV”, da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de A**posentadoria por Tempo de Contribuição** à servidora **Sra. Marinalva da Silva**, portadora do RG n.º 748097 SSP/MT, inscrita no CPF n.º 481.965.501-97 e da Cédula Eleitoral de n. º 71314318/72, Zona “023”, Seção “0271”**,** servidora efetiva no cargo de Professora, nível “7”, Classe “C”, contando com um total de **9.650 dias trabalhados, ou seja, 26 (vinte e seis) anos 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n.º **241**, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do **PREVILANDIA, n.º 2019.09.00000001**, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 20 de fevereiro de 2019

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILANDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 020/2019

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da servidora Sra. “Marinalva da Silva”.

A Diretora Executiva do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.*6º, incisos “I”, “II”, “III” e “IV”, da Emenda Constitucional n.º 41/03, de 19 de dezembro de 2003*. Art. 96 incisos “I”, “II”, “III”, “IV”, da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de A**posentadoria por Tempo de Contribuição** à servidora **Sra. Marinalva da Silva**, portadora do RG n.º 748097 SSP/MT, inscrita no CPF n.º 481.965.501-97 e da Cédula Eleitoral de n. º 71314318/72, Zona “023”, Seção “0271”**,** servidora efetiva no cargo de Professora, nível “7”, Classe “C”, contando com um total de **9.650 dias trabalhados, ou seja, 26 (vinte e seis) anos 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n.º **241**, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do **PREVILANDIA, n.º 2019.09.00000001**, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 20 de fevereiro de 2019

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILANDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 020/2019

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da servidora Sra. “Marinalva da Silva”.

A Diretora Executiva do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.*6º, incisos “I”, “II”, “III” e “IV”, da Emenda Constitucional n.º 41/03, de 19 de dezembro de 2003*. Art. 96 incisos “I”, “II”, “III”, “IV”, da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de A**posentadoria por Tempo de Contribuição** à servidora **Sra. Marinalva da Silva**, portadora do RG n.º 748097 SSP/MT, inscrita no CPF n.º 481.965.501-97 e da Cédula Eleitoral de n. º 71314318/72, Zona “023”, Seção “0271”**,** servidora efetiva no cargo de Professora, nível “7”, Classe “C”, contando com um total de **9.650 dias trabalhados, ou seja, 26 (vinte e seis) anos 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n.º **241**, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do **PREVILANDIA, n.º 2019.09.00000001**, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 20 de fevereiro de 2019

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILANDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 010/2019 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou no dia 15 de fevereiro de 2019 às 07h30min na sede da Prefeitura Municipal, o “PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOIS CAMINHÕES BASCULANTE POR HORA TRABALHADA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES”, aonde sagrou-se vencedora a Empresa: RJ CAMBORIÚ TRANSPORTES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 28.375.294/0001-55 com valor total de R$ 120.000,00. Matupá – MT, 20 de fevereiro de 2019. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 01/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que PRORROGARÁ para o próximo dia 08 de março de 2019 às 09h00min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o “PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, SAÚDE BUCAL E LABORATÓRIAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT”. A inserção das propostas será até as 08:00 horas do dia 08/03/2019 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital Retificado nº. 015/2019, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solici-

tado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura.

Motivo: Tal prorrogação faz-se necessária pois o cadastrado de propostas ficou agendado até o dia 20/02/2019 no site www.bllcompras.org.br e a data correta seria 21/02/2019. Matupá – MT, 20 de fevereiro de 2019. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 02/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 13 de março de 2019 às 09h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 08:00 horas do dia 22/02/2019 as 08:00 horas do dia 12/03/2019 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 022/2019, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 20 de fevereiro de 2019. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 014 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE CONVERTIDA EM PECÚNIA AO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – CONCEDER com base no Artigo 73A, § 2º da Lei Complementar nº 157/2016, **licença a título de prêmio por assiduidade convertida em pecúnia** ao Servidor **RINALDO VALENCIANO**, brasileiro, maior, funcionário Público Municipal, ocupando o Cargo de Técnico Operacional Contábil e Financeiro, devidamente lotado no Quadro Funcional da Câmara Municipal.

§ 1º - A licença mencionada no *caput* deste artigo é referente ao período aquisitivo de 27 de Janeiro de 2014 a 26 de Janeiro de 2019.

§ 2º - Por deferimento ao requerido pelo servidor, a referida licença convertida em pecúnia será paga junto a folha de pagamento dos meses de Fevereiro, Março e Abril de 2019.

ARTIGO 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 18 de Fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 20 (VINTE) DE FEVEREIRO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE).

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATO N°001 SAEMI– SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO /2019

Contrato n°001 SAEMI– Serviço Autônomo de Agua e Esgoto /2019

CONTRATO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL QUE CELEBRAM ENTRE SI O SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE – MT E A PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE –MT, PARA FINS QUE MENCIONAM.

O **SAEMI – SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOT DE MIRASSOL – MT**, pessoa Jurídica de direito público, devidamente inscrita no CPJ: 07.745.657/0001-2, com sede administrativa situada á Rua Ricardo Druziam Gallo n°161, Mirassol II, na cidade de Mirassol D'Oeste – MT, neste ato representado pelo seu diretor **Valter Cesar Coutinho**, brasileiro, casado, residente e domiciliado á Rua Paulina Moreira de Matos n° 646, bairro Parque Morumbi, cidade de Mirassol D'Oeste – MT, portador da cédula e identidade **1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49,** doravante denominado DOADORA, e a **Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT**, devidamente inscrita no CNPJ: 03.755.477/0001-75, com sede administrativa situada á rua Antônio Tavares, 3310, centro Mirassol D'Oeste – MT neste ato representada pelo Prefeito senhor **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado Rua Valdecir Agripino de Souza, Nº 1525, Bairro Jardim São Paulo, Mirassol D'Oeste/MT, portador do **RG n. 579262 SSP/ MT e CPF: 415.991.521-34** doravante denominada DONATARIA, entre si justo e avençado o presente **TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL**, sujeitando-se a DOADORA e o DONATÁRIO, as normas disciplinares previstas no orçamento jurídico vigente, mediante clausulas e condições que se seguem: resolvem celebrar o presente instrumento que será regido pela lei 8.666/93 e pelas seguintes clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL**; tem como objeto um **RETRO ESCAVADEIRA CASE, 1988, COR AMARELA, CHASSI 6974359 NO VALOR DE : R$ 21.560,00.**

CLAUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO

O bem doado integrará o patrimônio da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste –MT e se destinará ao atendimento das demandas de serviços prestados pela secretaria de obras do município de Mirassol D'oeste – MT.

CLAUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente CONTRATO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL reger – se –a pelas disposições do Direito Civil, aplicado supletivamente a Lei Federal n° 8.666/93 e Lei orgânica o município de Mirassol D'Oeste, MT.

CLAUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A DOADORA providenciara, como condição de eficácia, a publicação deste contrato no Diário Oficial dos municípios – AMM, até o quinto dia do mês subsequente ao da assinatura nos termos do artigo 61 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, ou questões ou controvérsias, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça Estadual no foro da Comarca de Mirassol D'Oeste – MT.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste-MT, 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

DOADORA: **VALTER CESAR COUTINHO**

Diretor Geral

DONATARIA**: EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**

Prefeito

TESTEMUNHAS:

1°_____

CPF:

2º _____

CPF:

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 013 DE 20 FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO VERTICAL DE NÍVEL FUNCIONAL DO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – CONCEDER elevação de Nível por progressão Vertical ao servidor **RINALDO VALENCIANCO**, lotado no Cargo de Técnico Operacional Contábil e Financeiro, observando o que está assegurado no Artigo 20 da Lei Complementar 048, de 05/05/2006, e Anexo III, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal.

ARTIGO 2º. – Eleva-se o Nível do Servidor **RINALDO VALENCIANO - passando do NÍVEL 10 para o NÍVEL 11,** conforme tabela salarial atualizada, ANEXO III da Lei Complementar 048, de 05/05/2006.

ARTIGO 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 18 de Fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 20 (VINTE) DE FEVEREIRO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE).

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 19/2019.

PREGÃO Nº. 002/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 002/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2019, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual ***Aquisição De 01 Veiculo Utilitário Zero Km Tipo Pick-Up, Cabine Dupla, Ano De Fabricação Não Inferior A 2019, Para Atender A Secretaria Municipal De Assistência Social Do Município De Nobres - MT***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar o preço da Empresa **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, CNPJ nº 01.016.616/0001-13, Inscrição Estadual n° 13.166.260-0, estabelecida na Av. da FEB, 2255, Bairro Manga, Varzea-Grande/MT, cep: 78.115-000, fone: 65-3388-4550 e 65-3388-4400, email: Anderson.yves@grupodomani.com; wesley.ferreira@grupodomani.com.br, sendo representada pelo Sr. Anderson Yves Rogério, portador do RG n° 687.786 SSP/MT e inscrito no CPF nº 615.973.091-68, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual ***Aquisição De 01 Veículo Utilitário Zero Km Tipo Pick-Up, Cabine Dupla, Ano De Fabricação Não Inferior A 2019, Para Atender A Secretaria Municipal De Assistência Social Do Município De Nobres - MT***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 002/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos

Código	Descrição	Marca	Quant	Valor Unitário	Valor Total
31236	Veículo Marca Fiat, modelo TORO FREEDOM 4x2, 1.8, 16v, FLEX AT6, utilitário de fabricação nacional, tipo caminhonete pick-up 4x2, cabine dupla com 4(quatro) portas; no mínimo ano/modelo 2019/2019; zero quilometro; sem uso; cor branca; motor com potência mínima de 135 cv; movido à gasolina/álcool (flex); direção elétrica; ar condicionado original de fabrica; vidros elétricos e travas elétricas para todas as portas originais de fabrica; com no mínimo retrovisores externos elétricos; volante com regulagem de altura e profundidade; controle eletrônico de estabilidade; sistema de som mp3 com entrada usb, rádio am/fm; bancos com regulagem em altura; tanque de combustível com capacidade mínima de 60 litros; transmissão mecânica ou automática com no mínimo 05 marchas à frente e 1 a ré; freios com sistema abs; no mínimo com airbag duplo(motorista e passageiro); rodas de liga leve de no mínimo aro 16"; película de proteção solar nos vidros exceto no dianteiro; protetor de caçamba; protetor de cárter, capota marítima sensor de estacionamento e demais equipamentos de série e os exigidos pelo código brasileiro de transito (CONTRAN). Garantia mínima de 36 meses. Primeiro emplacamento e documentação em nome da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, e acompanhados de seus respectivos manuais, e condições de garantia pela fábrica; Seguro veicular total; Assistência técnica no Estado de Mato Grosso.	FIAT	01	R$ 110. 000,00	R$ 110. 000,00

Valor total desta ata de RP é R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3 – As **DOTAÇÕES** das quais serão efetuados os pagamentos são:

Secretaria Munic. De Assistência Social.....276-07.002.08.244.0010.1033.4.4.90.52.00.00.00

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, localizado na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, bairro Jardim Paraná, no município de Nobres - MT, **no prazo máximo de 30 dias;**

6.2.1. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.2.2. A licitante deverá ter disponíveis, todos os produtos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.3. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.4. O prazo de Garantia dos veículos, quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo 12 meses sem limite de Kilometragem.

6.5. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.7. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no **ANEXO** I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. O recebimento do veículo será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pelo Departamento de Compras, conforme a seguir:

7.3. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do veículo com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do veículo e, se for o caso, as irregularidades observadas.

7.4. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do veículo entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

7.5 Se constatada irregularidades no veículo entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

7.6 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

7.7 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

7.8 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.9 Será recusado o veículo que não atenda as especificações constantes da proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA e/ou que não esteja adequado para o uso. Devendo a LICITANTE CONTRATADA substituí-lo imediatamente.

7.10 Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.11. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.12. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Administração, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.13. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.14. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.15. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.16. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.17. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.6. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 002/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal Solicitante, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

CNPJ nº 01.016.616/0001-13

Sr. Anderson Yves Rogério

CPF nº 615.973.091-68

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES/MT, Estado de Mato Grosso, com sede na Rua Ludgardes Hofmann Riedi, s/n, - Paço Municipal – Bairro Jardim Paraná – nesta Cidade de Nobres – MT, devidamente inscrita no CNPJ sob Nº: 03.424.272/0001-07 neste ato representado, através da Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão setor de Legislação e Normas da Prefeitura Municipal, torna público aos interessados a ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO das "PORTARIA Nº. 101/2019 e PORTARIA N.º 102/2019", no jornal AMM, ANO XIV, Nº 3.170, PAGINA 365 , de 19 de Fevereiro de 2019, jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

NOBRES – MT 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DULCELINA MARIA DE ALMEIDA

AGENTE ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 108/2019

PORTARIA Nº. 108/2019

Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Eliés Borges de Paula****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **Eliés Borges de Paula**, portador do RG nº. 1533619-0 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 943.055.871-49, para o cargo em comissão de Diretor Escolar da Escola Municipal Marechal Cândido Rondon, a partir de 18/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 18 de Fevereiro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 101/2019

PORTARIA Nº. 101/2019

Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Geralda Fernandes da Silva Santana****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. **Geralda Fernandes da Silva Santana**, portadora do RG nº. 30405211 SEJP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº. 566.352. 221-20, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Marechal Candido Rondon, a partir de 11/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de Fevereiro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 102/2019

PORTARIA Nº. 102/2019

Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Laura Adriana de Pinho Ribeiro****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. **Laura Adriana de Pinho Ribeiro**, portadora do RG nº. 1230038-1 SEJSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº. 886.606.301-06, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica da Creche Municipal Alda Pacheco Serra, a partir de 11/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de Fevereiro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO 02/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **02/2019,** cujo Objeto é a ***Aquisição De 01 Veiculo Utilitário Zero Km Tipo Pick-Up, Cabine Dupla, Ano De Fabricação Não Inferior A 2019, Para Atender A Secretaria Municipal De Assistência Social Do Município*** *De* ***Nobres - MT,*** com abertura no dia 14/02/2019 as 08:00hs, foi declarada vencedora a empresa **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, CNPJ nº 01.016.616/0001-13**,** com valor global de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Nobres/MT, 20 de fevereiro de 2019.

QUEZIA DA ROSA FERREIRA

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 022/2019

DECRETO N.º 022/2019

"Dispõe sobre Ponto Facultativo, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º. Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** no dia que menciona:

I. 05 de março – Terça-Feira de Carnaval- ponto facultativo.

Parágrafo Único – Nos dias 04 e 06 de março de 2019, o horário de expediente será Normal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 20 de fevereiro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 107/2019

PORTARIA Nº. 107/2019

*Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Wilson José Antônio**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **Wilson José Antônio**, portador do RG nº. 456036 SESDC/RO, e inscrito no CPF/MF sob nº. 858.095.359-68, para o cargo em comissão de Secretário Escolar da Escola Municipal Zeferino Dorneles Costa, a partir de 05/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de Fevereiro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.503/2019

LEI MUNICIPAL N.º 1.503/2019

"Autoriza o Município de Nobres-MT a associar-se à AMIG – Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a integrar como associado, o município de Nobres-MT à AMIG – Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com a AMIG – Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil, em periodicidade mensal e no valor, em moeda corrente, correspondente a R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 03.001.04.122.0004.2010.33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 20 de fevereiro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.504/2019

LEI MUNICIPAL N.º 1.504/2019

"Concede Revisão Geral Anual - RGA aos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Nobres/MT, nos termos do artigo 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Revisão Geral Anual - RGA ao vencimento dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Nobres/MT, no percentual de 3,43% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento), acumulado no intervalo de tempo compreendido entre janeiro de 2018 a dezembro 2018, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, vigorando até o mês de dezembro de 2019, época da nova data base.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, entende-se por vencimento a retribuição básica fixada em lei, excluídas as vantagens pecuniárias porventura existentes.

Art. 3º. A revisão de vencimentos prevista nesta lei não se aplica aos ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 20 de fevereiro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 106/2019

PORTARIA Nº. 106/2019

*Dispõe sobre a nomeação da Sra. **Taniane Paulina Marques Lima Felix**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. **Taniane Paulina Marques Lima Felix**, portadora do RG nº. 1529642-3 SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº. 010.956.361-11, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Dalci Cândida de Souza, a partir de 13/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de Fevereiro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2018

A Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através do Prefeito Municipal, Sr. Leocir Hanel, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no **Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018**, para comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, S/N - Bairro Jardim Paraná, para apresentar documentos exigidos para a devida contratação, conforme ANEXO ÚNICO deste Edital de Convocação.

Segue abaixo, a relação dos candidatos CONVOCADOS através deste Edital, APROVADOS E CLASSIFICADOS no Processo Seletivo Simplificado:

TÉCNICO EM ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NÃO PROFISSIONALIZADO - ZONA URBANA – NOBRES

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
327	GABRIELLE CONCEIÇÃO DE LARA	62,50	1º
296	RAFAELA RIBEIRO DA SILVA	55,00	2º

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - ZONA RURAL – RODA D'ÁGUA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
378	CLEVERSON VELOSO FALCÃO	46,50	4º

Podendo ainda ser convocados, em futuras publicação, em relação aos cargos acima especificados os demais aprovados e classificados, sempre atendendo à necessidade da Administração Municipal.

Outras informações, se necessárias, poderão ser obtidas no Departamento de Recursos Humanos na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres – MT em horário comercial ou pelo telefone (65) 3376-4256.

Nobres - MT, 21 de fevereiro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Para efeito de posse, o candidato aprovado, classificado e convocado FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PERICIAL, devendo apresentar atestado de aptidão mental (expedido por médico psiquiatra), atestado de saúde física e o resultado dos seguintes exames:

a) RX Coluna Lombar;

b) Hemograma Completo;

c) VDRL; d) Audiometria Tonal;

e) RX Tórax;

f) Eletrocardiograma - ECG;

g) Eletroencefalograma - EEG

h) Glicemia.

No ato da Posse, deve ser apresentada a documentação abaixo:

ü Cédula de Identidade (RG); ü Certidão de Casamento ou Nascimento; ü CPF do Cônjuge ou Companheiro(a). ü Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); ü Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); ü Cartão do PIS/PASEP; ü Título de Eleitor e comprovante de regularidade junto a justiça eleitoral; ü Comprovante de Escolaridade; ü Comprovante de residência; ü Declaração de Imposto de Renda ou de Bens (conforme o caso); ü Declaração de não acumulo de Cargo público, (com firma reconhecida); ü Número conta corrente Banco do Brasil (se já possuir); ü Carteira do Registro no Conselho (conforme o cargo); ü Carteira Nacional de Habilitação – CNH (conforme o cargo); ü Certidão de Negativa Criminal Fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Nobres-MT ou do domicílio do candidato nos últimos cinco anos, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado); ü Atestado de Sanidade Física e Mental; ü Certidão de quitação com a Fazenda Pública Municipal; ü Certidão Conjunta da Receita Federal; ü 01 (uma) foto 3x4 recente; ü Cópia de Carteira de Trabalho (página de identificação e do último contrato de trabalho e a página subseq uente em branco, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada); ü CPF dos Pais.

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO

Eu, _____ _____, portador(a) do CPF: _____ _____ e RG: ____ _____ , brasileiro, residente _____ __ _____.

DECLARO, sob as penas e sanções das leis, para fins específico de provimento no Serviço Público da Prefeitura Municipal de NOBRES-MT, QUE NÃO EXERÇO qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta e indiretamente pelo poder público, que seja inacomodável com o cargo em consonância com os incisos XVI e XVII do artigo 37, da Constituição Federal.

DECLARO, também, que não me encontro afastado por motivo de licença medica ou licença para tratar de assuntos particulares de qualquer outro cargo, emprego ou função pública junto à administração pública.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299 do código penal brasileiro, sujeitando o declarante as suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

NOBRES/MT, de de 2019.

_____
_____

Assinatura

DECLARAÇÃO DE BENS

Nome: ____ _____

CPF: ____

Em atendimento ao § 2º, do art. 13, da Lei Federal nº 8.429/1992, declaro que nesta data possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar ( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ATUAL ESTIMADO EM R$
TOTAL DO PATRIMÔNIO ESTIMADO EM R$	

Nobres/MT, _ de _____ de 2019.

_____
_____

Assinatura

NOME:

_____

_____

CARGO:

_____

_____

RG: _____ Órgão Expedidor/UF:

_____

CPF: _____

PERÍCIA MÉDICA (DIAGNÓSTICO)

Nobres – MT, _____/_____/2019.

Sec. Munic. de Adm., Planej. e Gestão Médico / CRM

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 105/2019

PORTARIA Nº. 105/2019

Dispõe sobre a nomeação da Srª. ***Sandra Aparecida Hugney Nonato****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. **Sandra Aparecida Hugney Nonato**, portadora do RG nº. 955.595 SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº. 593.207.101-04, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Zeferino Dorneles Costa, a partir de 11/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nobres/MT, em 14 de Fevereiro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONTRATO Nº DE 008/2019

CONTRATO Nº DE 008/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL MARIA ARLINDO DA COSTA, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA L FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00287/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

objeto do presente contrato Aquisição de oxigênio medicinal, com fornecimento de cilindros em regime de comodato para o Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa, do Município de Nossa Senhora do Livramento conforme o processo administrativo nº 000287/2019 e Dispensa de Licitação nº 006/2019**.**

DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato fica vinculado aos fundamenta-se no Art. 24, I da lei 8.666/93, c/c art. 1º I “a” da Lei Municipal nº 782/2015 conforme o processo administrativo nº 000287/2019 e Dispensa de Licitação nº 006/2019**,** parecer jurídico nº. 033/2019.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	Próprio	2067	070040	3.3.90.30	100	**R$ 4.680,00**

.

DO CONTRATADO

O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

NOME DA EMPRESA: FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ: nº 12.247.916/0001-20

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Carga para cilindro de oxigênio medicinal, com capacidade de 10 m3, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	Carga	12	220,00	2.640,00
2	Carga para cilindro de oxigênio medicinal, com capacidade de 1 m3, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	Carga	24	85,00	2.040,00
R$ 4.680,00 (Quatro Mil Seiscentos e Oitenta Reais)					

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 20 de Fevereiro 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ sob o nº 12.247.916/0001-20,

Flavio Zanatto de Oliveira

RG: nº036.865 SSP/MS

CPF nº312.233.381-34

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL MARIA ARLINDO DA COSTA, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA L FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00287/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

objeto do presente contrato Aquisição de oxigênio medicinal, com fornecimento de cilindros em regime de comodato para o Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa, do Município de Nossa Senhora do Livramento conforme o processo administrativo nº 000287/2019 e Dispensa de Licitação nº 006/2019**.**

DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato fica vinculado aos fundamenta-se no Art. 24, I da lei 8.666/93, c/c art. 1º I “a” da Lei Municipal nº 782/2015 conforme o processo administrativo nº 000287/2019 e Dispensa de Licitação nº 006/2019**,** parecer jurídico nº. 033/2019.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	Próprio	2067	070040	3.3.90.30	100	**R$ 4.680,00**

.

DO CONTRATADO

O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

NOME DA EMPRESA: FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ: nº 12.247.916/0001-20

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Carga para cilindro de oxigênio medicinal, com capacidade de 10 m3, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	Carga	12	220,00	2.640,00
2	Carga para cilindro de oxigênio medicinal, com capacidade de 1 m3, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	Carga	24	85,00	2.040,00
R$ 4.680,00 (Quatro Mil Seiscentos e Oitenta Reais)					

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 20 de Fevereiro 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ sob o nº 12.247.916/0001-20,

Flavio Zanatto de Oliveira

RG: nº036.865 SSP/MS

CPF nº312.233.381-34

DECRETO Nº: 00005/2019

DECRETO Nº: 00005/2019	O Prefeito de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela lei Municipal Nº00883, de 19/12/2018.
DECRETA:	
Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 227.000,00 (DUZENTOS E VINTE E SETE MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO	3,000.00
06.002.339030.08.244.0007.02024 MATERIAL DE CONSUMO	10,000.00
06.001.339039.08.244.0007.02254 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001.339030.12.361.0016.02101 MATERIAL DE CONSUMO	17,000.00
05.006.339030.12.366.0009.02063 MATERIAL DE CONSUMO	10,000.00
05.006.319004.12.361.0006.02008 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	40,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.005.339030.10.301.0022.02305 MATERIAL DE CONSUMO	130,000.00
TOTAL SUPLEMEN-TAÇÕES	**227,000.00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64,	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.449051.08.122.0090.02022 OBRAS E INSTALAÇÕES	3,000.00
06.001.339030.08.244.0007.02254 MATERIAL DE CONSUMO	17,000.00
06.002.339036.08.244.0007.02024 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.006.339039.12.366.0009.02063 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10,000.00
05.006.319113.12.361.0006.02008 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40,000.00
05.001.449061.12.361.0016.02045 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	17,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.005.339039.10.301.0022.02305 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	130,000.00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**227,000.00**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as diposições em contrário.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 24 DE JANEIRO DE 2019	
SILMAR DE SOUZA GONÇALVES	

CONVOCAÇÃO DA EMPRESA PENTA SERVIÇO DE MAQUINAS LTDA PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO TRANSPORTE ESCOLAR

A PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO VEM POR MEIO DESTE CONVOCAR O REPRESENTANTE DA EMPRESA PENTA SERVIÇO DE MAQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.471.442/0001-16, com sede a Rua Noel Rosa nº 25 Lote 25 Qd 48 Bairro Jardim Gosta Verde – CEP: 78128-228 – município de Várzea Grande-MT

PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DESTE, PELO PRAZO IMPRORROGÁVEL CONFORME PREVISTO NA CLAUSULA 13 SUBITEM 13.1 DO EDITAL 028/2018. PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DESTE, PELO PRAZO IMPRORROGÁVEL CONFORME PREVISTO NA CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO EDITAL 028/2018.

ATT

VALQUIRIA ANA DE CAMPOS

GESTORA DE CONTRATO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2019 PROCESSO: 000152/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2019

Processo: 000152/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE TODOS OS PROFESSORES ATIVOS EM EXERCICIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9º ANO E EJA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA INSTITUTO PANAMERICANO DE EDUCAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA A SER MINISTRADO NOS DIAS 14 E 15 DE MARÇO DE 2019

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE TODOS OS PROFESSORES ATIVOS EM EXERCICIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9º ANO E EJA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA INSTITUTO PANAMERICANO DE EDUCAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA A SER MINISTRADO NOS DIAS 14 E 15 DE MARÇO**

DE 2019*, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO* nº.01/2019 **EMPRESA – INSTITUTO PANAMERICANO DE EDUCAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ: 08.004.846/0001-01,** no valor total contratado de **R$ 24.800,00(vinte quatro mil e oitocentos reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
005/001Sec. Educação	Próprio	2101 – capacitação dos profissionais da educação -Gestão	050026	33.90.39.00	0100	R$ 24.800,00
TOTAL R$ 24.800,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **24.800,00(vinte quatro mil e oitocentos reais).** Em favor **EMPRESA – INSTITUTO PANAMERICANO DE EDUCAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ: 08.004.846/0001-01,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 01/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 20 Fevereiro de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ERRATA 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 063 2018

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 063 2018 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018 *DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVEGER/MT, CUJO OBJETO É "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA EM GERAL (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS E MOTOCICLETAS, INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 002379/2018 ADESÃO "CARONA" 004/2018 NAS CLAUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo nº 0082/2019 ao contrato nº 63/2018 decide celebrar este termo aditivo de valor alterando o valor do contrato original referente ao objeto do presente Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial nº ***029/2017*****,** bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 084/2018, do município de Santo Antônio do Leverger/MT **e Processo Administrativo nº 2379/2018 do município de Nossa Senhora do Livramento 1.2.** Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste contrato, bem como nos demais documentos acostados **e Processo Administrativo nº 2379/2018 do município de Nossa Senhora do Livramento** Adesão a ***Ata de Registro de Preços 002/2018 do Pregão Eletrônico nº 0029/2017***, Empresa: **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente **inscrita no CNPJ sob o nº. 08.355.658/0001-28**.

ONDE SE LÊ

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 02 (dois) mês a partir do termino da Vigência do contrato original 17/01/2018.

LEIA-SE

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 02 (dois) mês a partir do termino da Vigência do contrato original 17/02/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO CONTRATADO

Pelos serviços descritos, a Contratante eventualmente pagará á Contratada, conforme a tabela abaixo:

EMPRESA REVITALIZAR COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2102 – Manutenção do transporte escolar – Gestão Fundeb 40%

Item	**Qtde**	**Und**	**Especificações**	**Preço Unit R$**	**Preço Total R$**	**Aditivo 25%**

1	278	Hora	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria, elétrica e aplicação de peças e acessórios conforme o termo de referência (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**72,00**	**20.016,00**	**5.004,00**
2	01	Conj	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha de todas as marcas e categorias (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**40.000,00**	**40.000,00**	**10.000,00**

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2265 – Manutenção do transporte escolar – PNATE

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$	Aditivo 25%
1	277	Hora	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria, elétrica e aplicação de peças e acessórios conforme o termo de referência (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**72,00**	**19.944,00**	**4.986,00**

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2266 – Manutenção do transporte escolar – CONVÊNIO

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$	Aditivo 25%
1	557	Hora	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria, elétrica e aplicação de peças e acessórios conforme o termo de referência (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**72,00**	**40.104,00**	**10.026,00**
2	01	Conj	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha de todas as marcas e categorias (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**50.000,00**	**50.000,00**	**12.500,00**

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2264 – Manutenção do transporte escolar – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$	Aditivo 25%
2	01	Conj	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha de todas as marcas e categorias (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**30.000,00**	**30.000,00**	**7.500,00**

Secretaria de Obras e Infra Estrutura – Projeto Atividade nº 02074 – Manutenção, Encargos e Salários

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$	Aditivo 25%
2	01	Conj	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha de todas as marcas e categorias (Veículos multimarcas – linha pesada, ônibus e micro ônibus)	**75.000,00**	**75.000,00**	**18.750,00**

CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes desta termo aditivo será por conta das seguintes Dotações:

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2102 – Manutenção do transporte escolar – Gestão Fundeb 40%

Item	Elemento de Despesa	Cód. Red. / Fonte	Aditivo 25%
1	33.90.39.00	**050092 / 119**	**5.004,00**
2	33.90.30.00	**050091 / 119**	**10.000,00**

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2265 – Manutenção do transporte escolar – PNATE

Item	Elemento de Despesa	Cód. Red. / Fonte	Aditivo 25%
1	33.90.39.00	**050032 / 115**	**4.986,00**

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2266 – Manutenção do transporte escolar – CONVÊNIO

Item	Elemento de Despesa	Cód. Red. / Fonte	Aditivo 25%
1	33.90.39.00	**050034 / 125**	**10.026,00**
2	33.90.30.00	**050033 / 125**	**12.500,00**

Secretaria de Educação – Projeto Atividade nº 2264 – Manutenção do transporte escolar – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Item	Elemento de Despesa	Cód. Red. / Fonte	Aditivo 25%
2	33.90.30.00	**050029 / 115**	**7.500,00**

Secretaria de Obras e Infra Estrutura – Projeto Atividade nº 02074 – Manutenção, Encargos e Salários

Item	Elemento de Despesa	Cód. Red. / Fonte	Aditivo 25%
2	33.90.30.00	**080010 / 100**	**18.750,00**

Valor à aditivar 25%: R$ 68.766,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 007/2019.

CLÁUSULA QUINTA– DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 063/2018, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Janeiro de 2019.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME,**

CNPJ sob o nº. 08.355.658/0001-28,

Representada por seu Sócio administrador Senhora Flavia Maria Souza dos Santos

RG nº. 1148460-8 S.J.MT e CPF sob nº. 867.615.441-49

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2019 PROCESSO: 000477/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2019

Processo: 000477/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABERTURA DE 40 METROS DE POÇO ARTESIANO, CRAVAMENTO DE TUBO E CIMENTAÇÃO PARA ISOLAMENTO DE INFILTRAÇÃO COM USO DE MAQUINA NO PTP 08, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABERTURA DE 40 METROS DE POÇO ARTESIANO, CRAVAMENTO DE TUBO E CIMENTAÇÃO PARA ISOLAMENTO DE INFILTRAÇÃO COM USO DE MAQUINA NO PTP 08, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.*, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO*** nº.017/2019 **EMPRESA- CARLOS AUGUSTO SILVA BARROS 94156700100 CNPJ: 25.973.790/0001-12,** no valor total contratado de **R$ 16.900,00(dezesseis mil e novecentos reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Administração	Próprio	02060 – manutenção do DAE	040026	33.90.39.00	0100	R$ 16.900,00
TOTAL R$ 16.900,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **16.900,00(dezesseis mil e novecentos reais).** Em favor **EMPRESA- CARLOS AUGUSTO SILVA BARROS 94156700100 CNPJ: 25.973.790/0001-12,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 017/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 20 Fevereiro de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA RESOLUÇÃO Nº 001/2019

ESTADO DE MATO GROSSO

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Dispõe sobre a convocação para a **IIª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa** e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa, em parceria com o Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais contida na Lei Nº 542/2006;

Considerando a deliberação do Conselho em sua Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de Fevereiro de 2019, sob o Registro da Ata Nº 001/2019/CMDPI:

Considerando o documento base com os referenciais e orientações básicas para realização da **Conferência Nacional De Defesa Dos Direitos Da Pessoa Idosa,** emitido pelo **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.**

RESOLVE:

Art. Iº - Fica convocada a IIª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Nossa Senhora do Livramento-MT, com a finalidade de atender as orientações do **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso** e promover debates entre a sociedade civil organizada e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com objetivo de elaborar propostas para as diretrizes da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos do Idoso.

Art. IIº - O evento terá como tema central: **" O desafio de envelhecer no século XXI, e o papel das Políticas Públicas",** conforme recomendação do **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso**.

Art. IIIº - A **IIª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa** realizar-se-á no dia 22 de Março de 2019, nesta cidade.

Art. IVº - Todas as despesas necessárias para realização da **IIª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa,** ocorrerão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. Vº - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 19 de Março de 2019

André Luis de Morais Silva

Presidente CMDDPI

PORTARIA Nº 085/2019

Portaria nº 085/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JODIRCE GONÇALINA FARIA MIRANDA,** brasileira, RG: 12288233 SJ/MT, CPF: 855.368.571-34,residente na Rua Principal, Ribeirão dos Cocais Zona Rural de Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **contrato nº 084/2018–** Contratação de empresa de prestação de serviços de Locação de Equipamentos de Sonorização e Iluminação, Tendas em Aço Galvanizado para os Eventos da Prefeitura Municipal- Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural– Empresa ENIVALDO DE CAMPOS ALMEIDA, a partir de 02/09/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 086/2019

PORTARIA N° 086/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Gerson de Freitas,** para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Transporte, **DAS – 3,** na Secretaria Municipal de Obras e Infra estrutura a partir de 11/02/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 18 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DA EMPRESA SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA EPP PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - TRANSPORTE ESCOLAR

A PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO VEM POR MEIO DESTE CONVOCAR O REPRESENTANTE DA EMPRESA SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita noCNPJ sob o nº 19.226.325/0001-15, doravante denominada simplesmente contratada com sede na Rua Alberto Folloni, 1688, AHU, Curitiba/PR CEP: 80.500-00, com sua Filial - CNPJ sob o nº 19.226.325/0002-04, com sede na Avenida Dom Orlando Chaves, nº 99 Bairro Ponte Nova, Quadra 3, Lote 02 município de Várzea Grande/MT CEP: 78115-098

PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DESTE, PELO PRAZO IMPRORROGÁVEL CONFORME PREVISTO NA CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO EDITAL 028/2018.

ATT

VALQUIRIA ANA DE CAMPOS

GESTORA DE CONTRATO

PORTARIA N° 088/2019

PORTARIA N° 088/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Ronize Gusmão de França,** do Cargo em Comissão de Coordenadora Escolar da EM Agrícola Gerônimo de Souza – Comunidade de Cabocla, com seu efeito a partir de 18/02/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 19 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DA PESSOA IDOSA RESOLUÇÃO N.º 002/2019/CMDPI-N.SRª DO LTO,

Nossa Senhora do Livramento

Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa

RESOLUÇÃO N.º 002/2019/CMDPI-N.Srª do Lto, .

O Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa – CMDPI, representado neste ato por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, constante da Lei nº 546/2006, e ainda considerando a deliberação da Reunião Ordinária de 19 de Fevereiro de 2019, sob o Registro da Ata Nº 001/2019/CMDPI;

RESOLVE:

Art. Iº - Constituir a Comissão Organizadora da IIª Conferência Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, composta pelos seguintes representantes:

a) André Luis de Morais Silva – Presidente do CMDPI/Lto;

b) Francisley Antônia da Costa– Conselheira Titular do CMDPI/Lto;

c) Enoíses dos Santos Prado – Conselheira Titular do CMDPI/Lto,

d) Luciana Cristina de Arruda – Conselheira Titular do CMDPI/Lto;

e) Josué Cesarino de Arruda – Conselheiro Titular do CMDPI/Lto

Art. IIº - Compete à Comissão Organizadora:

I. Organizar e Coordenar a IIª Conferência;

II. Definir seu plano de ação e metodologia de trabalho;

III.Apoiar a construção da metodologia de sistematização das propostas provenientes das etapa da Conferência Municipal;

VI. Elaborar a proposta metodológica e a programação da Conferência;

Art. IIIº - A IIª Conferência Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Nª Srª do Livramento Grosso será Convocada via Resolução específica do CMDPI/Lto.

Art. IVº - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nª Srª do Livramento, 19 de Fevereiro de 2019.

André Luis de Morais Silva

Presidente do Conselho Municipal da Defesa da Pessoa Idosa

DECRETO N° 001-2019

DECRETO N° 001-2019 O Prefeito de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela lei Municipal Nº00883, de 19/12/2018.	
DECRETA:	
Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 521.985,87 (QUINHENTOS E VINTE E UM MIL , NOVECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO	4,500.00
06.002.339039.08.244.0007.02082 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2,000.00
06.002.339039.08.244.0007.02024 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20,000.00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.449051.15.451.0019.01965 OBRAS E INSTALAÇÕES	460,985.87
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002.339030.12.361.0016.02266 MATERIAL DE CONSUMO	9,000.00
05.006.339030.12.366.0009.02063 MATERIAL DE CONSUMO	21,500.00
05.001.339030.12.361.0016.02101 MATERIAL DE CONSUMO	4,000.00
521,985.87	
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64,	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.449051.08.122.0090.02022 OBRAS E INSTALAÇÕES	4,500.00
06.002.339036.08.244.0007.02024 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20,000.00
06.002.339036.08.244.0007.02082 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2,000.00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.449051.17.512.0005.01942 OBRAS E INSTALAÇÕES	460,985.87
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001.339039.12.361.0016.02101 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4,000.00
05.002.339039.12.361.0016.02266 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9,000.00
05.006.339039.12.366.0009.02063 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21,500.00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**521,985.87**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as diposições em contrário.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 11 DE JANEIRO DE 2019	
SILMAR DE SOUZA GONÇALVES	

PORTARIA N° 090/2019

PORTARIA N° 090/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Arilson Aparecido de Barros,** do Cargo em Comissão de Coordenador Escolar da EM Manoel Santana da Silva – Comunidade de Coxos, com seu efeito a partir de 28/02/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 19 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 091/2019

PORTARIA N° 091/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Raquel Rosa da Silva Rosário,** no cargo em Comissão de Coordenadora Contábil – DAS 3, na Secretaria Municipal de Finança, com seu efeito **a partir de 15/02/2019**.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 19 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº: 00008/2019

O Prefeito de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela lei Municipal Nº00883, de 19/12/2018.	
DECRETA:	
Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 132.700,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL , SETECENTOS REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.002.339030.08.244.0007.02024 MATERIAL DE CONSUMO	1,200.00

06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO	3,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002.339039.12.361.0010.02216 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36,000.00
05.006.339039.12.361.0016.02102 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	88,000.00
05.001.339030.12.361.0016.02101 MATERIAL DE CONSUMO	800.00
05.002.339039.12.361.0016.02265 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3,000.00
05.006.339030.12.366.0009.02063 MATERIAL DE CONSUMO	700.00
132,700.00	
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64,	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.002.339036.08.244.0007.02024 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1,200.00
06.001.339039.08.122.0090.02022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.006.339039.12.361.0016.02087 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	88,000.00
05.002.339030.12.361.0010.02216 MATERIAL DE CONSUMO	36,000.00
05.001.449061.12.361.0016.02045 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	800.00
05.006.339039.12.365.0014.02104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700.00
05.002.339030.12.361.0016.02265 MATERIAL DE CONSUMO	3,000.00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**132,700.00**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as diposições em contrário.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 04 DE FEVEREIRO DE 2019	
SILMAR DE SOUZA GONÇALVES	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 001/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **001/2019**, **cujo OBJETO é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM (CASA DE APOIO) EM CUIABÁ/MT, PARA ATENDER PACIENTES ENCAMINHADOS PARA PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS E REGULADOS PARA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.**

SAGROU-SE vencedora a empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANCA E ADOLESCENTE – CAFICA	**07.770.350/0001-86**	**R$ 44.850,00**

Nova Bandeirantes/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 008/2019

Portaria nº 008/2019

Ementa: Nomeia o Pregoeiro e Respectiva Equipe de Apoio para a realização de Licitação, na Modalidade Pregão, no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Bandeirantes-MT, para o Exercício de 2.019

Cesar Augusto Perigo, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as normas gerais de direito público, e na forma da Legislação vigentes;

RESOLVE:

Art. 1 º - Fica nomeado o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio para a realização de licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Bandeirantes – MT, no decorrer do exercício de 2.019, conforme composição a seguir:

Pregoeiro: Joaquim Schmoeller

Equipe de Apoio: Rosana Alves dos Santos Nascimento

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Art. 2 º - Caberá ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto nº 3.555/00 e suas alterações e Decreto 004/2011.

Art. 3 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Nova Bandeirantes-MT, 20 de fevereiro de 2.019

Cesar Augusto Perigo

Presidente

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2019

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público a prorrogação da data de abertura do

Pregão eletrônico 001/2019 Processo Administrativo nº 016/2019

no dia **07/03/2019 às 09:00 horas,** (Horário de Brasília). Este pregão será regido pela plataforma da BLL (www.bll.org.br) e pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: OBJETO,REGISTRO DE PREÇO EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES DESERTOS OU FRACASSADO NO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2018 ENTRE OUTROS, SENDO QUE É SUMA IMPORTÂNCIA SUPRIR A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT, CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Tendo em vista que tivemos que prorrogara a licitação por ter tido um problema na hora da licitação com a plataforma da BII

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 004/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **004/2019**, **cujo OBJETO é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, (PESSOAS CARENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM OUTRAS CIDADES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS) NO ÂMBITO ESTADUAL, DESTINADAS A ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

SAGROU-SE vencedora a empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI - EPP	**14.421.118/0001-06**	**R$ 817.722,03**

Nova Bandeirantes/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede na Avenida Nove de Maio nº 620N, Centro município de Juína-MT. Inscrita no CNPJ sob o n.º 01.379.965/0001-08, Inscrição Estadual nº 13.057151400, e-mail: poliengenharia.licitacao@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA,** portador do RG nº 0577208-7 SSP/MT, e titular do CPF nº 420.043.301-04, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ CARLOS IORIS** portador da carteira profissional N.º. **MT03702/D** expedida pelo CREA a. Região, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui **objeto do presente termo aditivo o *ACRÉSCIMO de quantitativo e valor, por Readequação da Planilha orçamentária, bem como do Cronograma Físico- Financeiro, e projeto*,** do Contrato nº 095/2018 que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DE UM "CENTRO DE MÚLTIPLO USO NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES", CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO BÁSICO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NA AVENIDA COMENDADOR LUIZ MENEGHEL Nº 62, CENTRO, COM ÁREA DE 968,38 M²**, conforme planilhas e projetos em anexo, oriunda da Tomada de preços nº 006/2018.

1.2. Justifica-se o presente aditivo, devido ao fato de que existem serviços na planilha orçamentária contratada que foram acrescidos para a execução total da obra, e também outros serviços que não estavam previstos na planilha inicial contratada, tendo em vista a necessidade de alteração nos quantitativos da planilha original para adequação técnica aos seus objetivos, que consequentemente modifica o valor contratual em decorrência de acréscimos quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; respaldando e observado os preceitos contidos na Lei nº 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

2.1. A partir desse Termo Aditivo fica ACRESCIDO o valor de **R$ 243.540,27 (Duzentos e quarenta e três mil quinhentos e quarenta reais e vinte e sete centavos),** o que representa **10,75%** do valor inicial do contrato**,** respeitando os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

2.2 – Deste modo o valor global do contrato 095/2018 que era de R$ 2.022.196,85 (dois milhões vinte e dois mil cento e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), passa a ser de **R$ 2.265.737,12 (dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e trinta e sete reais e doze centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 As despesas decorrentes deste termo aditivo, serão pagos com recursosPróprios, na dotação abaixo especificada:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito
Função: 04 - Administração
Sub função: 122 - Administração Geral

Programa: 0013 – Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 1170 – Construção de prédios públicos, Paço Municipal e Centro Multiplo Uso
Fonte: 3.00.000000 – Recursos Ordinários de Superátiv R$ 2.174.556,98
Elemento de Despesa: 449051000000 – Obras e Instalações

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65º, I a) b) e § 1º da Lei 8.666/93,Lei nº 8.666/93e na clausula 9ª, 9.9., do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 007/2019

Portaria nº 007/2019

SUMULA: "Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº. 008, que apresenta o Resultado Final, do processo de Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, e dá outras providências".

O Senhor Cesar Augusto Perigo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 008 que apresenta o Resultado Final do processo de Concurso Público Edital nº 001/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Nova Bandeirantes MT, 20 de fevereiro de 2019.

Cesar Augusto Perigo

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 009/2019

PORTARIA N° 009/2019

Ementa: Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 51 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada a Comissão Permanente de licitação, da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, para o exercício de 2.019.

Parágrafo Único- Esta Comissão exercerá as funções que a ela se atribui pelo prazo estabelecido no parágrafo 4º Artigo 51 da lei nº 8666/93.

Art.2º- A Comissão Permanente de Licitação ora criada, será composta de 03 (Três) Membros, nas funções aqui especificada:

Presidente: Maraisa Lopes dos Santos

Secretário: Andréia Cristina da Silva Della Rosa

Membro : Rosana Alves dos Santos Nascimento

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as Disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 20 de fevereiro de 2019

CESAR AUGUSTO PERIGO

Presidente

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 034/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **ADRIANA DOS SANTOS SILVA**, servidora efetiva no cargo de *Bioquímica*, para atuar como Fiscal dos Contratos Administrativo nº 022/2019 e 023/2019, tendo como objeto: **Aquisição de material hospitalar e medicamentos para atendimento a pacientes de Urgência/emergência e de média e alta complexidade no Hospital Municipal de Nova Bandeirantes/MT.**

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 20 de fevereiro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO – CHAMADA PUBLICA Nº 001/2019

Dispensa:008/2019

Processo Administrativo:020/2019

Chamada publica:001/2019

Credenciamento: 001/2019

CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA Nº 001/2019, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, através da Secretária de Educação e do Setor de Licitações do Município de Nova Bandeirantes/MT, torna público aos interessados, que se encontra aberta a chamada pública nº 001/2019, para, **PELO PRESENTE COMUNICO A NECESSIDADE DESTA SECRETARIA NO QUE DIZ RESPEITO Á AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. TAL SOLICITAÇÃO JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE O MUNICÍPIO DEVE APLICAR NO MÍNIMO 30% DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FNDE, NO ÂMBITO DO PNAE, NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, CONFORME ART. 14 DA LEI Nº. 11947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº. 38/2009 tendo em vista que a grande maioria dos agricultores não poderá participar pois a suas DAP vai este coma a data de validade vencida por tanto a administração achou melhor prorrogar o prazo** em atendimento a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 038, de 16 de julho de 2009. O recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá no dia

19 /03/2019 às 08:00 horas, na Secretaria de Educação do Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Maiores informações pelo fone (66) 98437-1118 ou na secretaria Municipal de Educação (66) 3572-1165 ou 3572-1950. Cópia completa do edital disponível junto ao Setor de Licitações.

Nova Bandeirantes/MT, 20 de fevereiro 2019.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **001/2019, cujo OBJETO é** o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM (CASA DE APOIO) EM CUIABÁ/MT, PARA ATENDER PACIENTES ENCAMINHADOS PARA PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS E REGULADOS PARA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.**

SAGROU-SE vencedora empresa**: CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANCA E ADOLESCENTE – CAFICA,** CNPJ**: 07.770.350/0001-86,** declarada habilitada e consequentemente vencedora do objeto supracitado com o valor global **R$ 44.850,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **004/2019, cujo OBJETO é** o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, (PESSOAS CARENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM OUTRAS CIDADES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS) NO ÂMBITO ESTADUAL, DESTINADAS A ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

SAGROU-SE vencedora empresa**: TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI - EPP,** CNPJ**: 14.421.118/0001-06,** declarada habilitada e consequentemente vencedora do objeto supracitado com o valor global **R$ 817.722,03 (oitocentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e três centavos).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 072/2017

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 072/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **G.L COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP**

CNPJ:**26.795.021/0001-34**

OBJETO:Prorrogação de prazo de Vigência do contrato original por mais **28 (vinte e oito)** dias, com vigência a partir de **01 de fevereiro de 2019 a 28 de fevereiro de 2019**.

ASSINATURA**: 31 de janeiro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 100/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Afastamento para Tratar de Assuntos Particulares a funcionária efetiva

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art. 101-C, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008;

RESOLVE

Artigo 1º - CONCEDER a Servidora Efetiva Srª **ILDETE RIBEIRO DA SILVA – AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR**, lotada na Secretaria **Municipal de Educação**, pelo prazo de 02 (dois) anos, **AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES**, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 19 de fevereiro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 096/2018, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

"*Dispõe contratação dos Profissionais da Educação".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2018 – Conforme Homologação pelo Decreto Municipal Nº 006/2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar os Profissionais da Educação abaixo relacionados para prestarem serviços na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 11 de Fevereiro de 2019.

Escola Municipal Nova Filândia

Nome	Cargo	Data de Admissão	Carga Horária
Adeiziely da Silva Tavares	Professora	11/02/2019	25 horas
Wilson Florentino Borges	Professora	11/02/2019	25 horas

Motorista Escolar CAT.D

Nome	Cargo	Data de Admissão
Delcino Arruda dos Santos	Motorista CAT. D	11/02/2019
Alzerino Bernardes Aguiar Filho	Motorista CAT. D	11/02/2019
Silvio Jose Miguel da Silva	Motorista CAT. D	11/02/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 11 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de fevereiro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2018

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**FERREIRA MENDES CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP**

CNPJ**:** 10.891.212/0001-60

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais **29 (vinte e nove)** dias, contados a partir de **31 de janeiro de 2019 a 28 de fevereiro de 2019**.

ASSINATURA: **30 de janeiro de 2019.**

FUNDMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2018

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**FERREIRA MENDES CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP**

CNPJ**:** 10.891.212/0001-60

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de Execução do contrato original por mais **29 (vinte e nove)** dias, contados a partir de **25 de janeiro de 2019 a 22 de fevereiro de 2019**.

ASSINATURA: **24 de janeiro de 2019.**

FUNDMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE Nº 021/2019

Termo de Posse que assina o (a) Senhor (a) Janice Teixeira Lima de Lima, para o cargo Técnica em Enfermagem.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no Prédio da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida dos Migrantes, perante o Senhor José Lair Zamoner, Prefeito Municipal do Município de Nova Guarita – MT e demais autoridades, formalizou-se o Ato de Posse do(a) senhor(a) **Janice Teixeira Lima de Lima**, para exercer em caráter efetivo o cargo de Técnica em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, Tendo-se pelo presente termo comprometido a desempenhar fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo que foi-lhe dado a presente posse, obedecendo as normas da Lei Municipal nº 023/95, de 09/11/1995 e alterações posteriores, Lei 044/2018 – Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos e as disposições contidas na portaria de convocação nº 043/2019 e na portaria de nomeação 102/2019.

Nada mais havendo a constar eu Idianês Teresinha Machado, Chefe de Recursos Humanos, lavrei o presente Termo de Posse que será assinado pelo empossado e pelas autoridades competentes.

Janice Teixeira Lima de Lima

Empossado(a)

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

Idianês Teresinha Machado

Chefe de Recursos Humanos

Elisiane Schuster

Sec. Mun. De Saúde

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 102/2019/GP/PMNG.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018, PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE."

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso Público n° 001/2018 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988 e;

Considerando a realização do Concurso Público n° 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura estabelecidos no Edital n° 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado concurso, por meio de Decreto de Homologação, de 06 de novembro de 2018;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento.

Considerando a Portaria de Convocação do candidato n° 043/19/GP/PMNG, de 22/01/2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios nº 3.151 e demais publicações;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações posteriores;

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, em caráter efetivo, o (a) candidato (a) Janice Teixeira Lima de Lima, para exercer o cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, lotado no Departamento de Serviços Hospitalares e Ambulatorial, da Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal.

ART. 2° - A validade da nomeação desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, inciso II da constituição Federal de 1988, juntamente com o inciso III do mesmo diploma legal, ou seja, dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

ART. 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer na data de publicação ou afixação da presente Portaria, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo estatuto dos Servidores Públicos do Município.

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 103/2019/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Setembrina Maria Raznievski	070	Professor III - Pedagogia

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 103/2019/GP/PMNG

1ª fase :Apresentação de documentos

Cópia e Original para Autenticação

a) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como das Polícias Civil e Federal;

q) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

u) Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor.

v) Cópia do CPF do Cônjuge

x) Cópia do CPF dos Dependentes

2ª Fase - Exame médico Pré-Admissional, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado: -Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 104/2019/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Concurso nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, e em conformidade com o artigo 14, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 108/2004 de 22 de abril de 2004.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – Os candidatos convocados deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Concurso Público 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

ART. 2º - Os (A) candidatos convocados (a) poderão solicitar por meio de requerimento dentro do prazo previsto no artigo anterior a prorrogação por mais 15 dias de prazo devidamente fundamentado e justificado sob pena de decair o direito a posse.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Jorge Augusto Gamarra Pereira	10230	Operador de Máquinas Pesadas (Escavadeira Hidráulica e Motoniveladora)
Gabriel Polita	7130	Operador de Máquinas

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 104/2019/GP/PMNG

1ª fase :

Apresentação de documentos

Cópia autenticada em cartório da carteira de identidade (RG) Cópia autenticada em cartório do CPF e Comprovante de situação Cadastral emitida no site da receita federal. Cópia autenticada em cartório do titulo de eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE. Cópia autenticada em cartório do Certificado de reservista ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino) Comprovante de endereço atualizado Cópia autenticada em cartório da Certidão de Nascimento Comprovante de estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com a assinatura dos dois) Cópia do Cartão do PIS ou PASEP, caso não possua fazer declaração informando. Cópia da Carteira de Trabalho (frente e verso do cadastro) Duas fotografias 3X4 colorida e recente. Cópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional/especialidade reconhecida pelo conselho, conforme discriminado neste edital, e respectivo registro no conselho de classe do estado de Mato Grosso se for o caso. Cópia da carteira nacional de habilitação para os cargos de Motorista I (veículo grande) CNH D Motorista II (veículo pequeno) CNH B, Motorista de Ambulância CNH D, Operador de máquinas e Operador de Exibição do original de Diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante no edital. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependentes Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração de matrícula escolar. Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo Administrativo disciplinar Declaração de Bens e valores que constituem seu patrimônio (Devendo conter todas as informações referente aos bens, descrição, localização e valores) (original) Declaração de que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10(dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal CPF do Pai e da Mãe e/ou Declaração de falecimento ou de desconhecimento parental Declaração de não-acumulação remunerada ou não, de cargos e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de horários, conforme está disposto no Inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal (original) Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor. Certidão de regularidade de emitida pelo órgão responsável de cada categoria. Cópia do CPF dos filhos e/ou dependentes Certidão de negativa de tributos municipais (Departamento de Tributos)

2ª Fase:Exame médico Pré-Admissional, emitidos por médico credenciados junto ao **MUNICIPIO DE NOVA GUARITA,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde do **MUNICIPIO DE NOVA GUARITA**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

a)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto ao **MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo,

Eletrocardiograma,

Plaquetas,

Velocidade de hemossedimentação (VHS),

Creatinina,

Glicemia de jejum,

Gama glutamiltransferase (GAMA GT),

Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA),

EAS,

Raio-X do Tórax;

b) **Atestado Médico de Aptidão Física e Mental**

Demais exames médicos/laboratoriais, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 805/2018.

LEI Nº 805/2018.

Cria o Conselho Municipal de Turismo e Dá

Outras Providências.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Turismo, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de orientar, promover e fomentar o desenvolvimento do turismo no Município.

At. 2º. O Conselho Municipal de Turismo compor-se-á de membros representantes do poder público, da iniciativa privada e sociedade civil organizada com vínculo e/ou interesse no desenvolvimento turístico do Município.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará o funcionamento do Conselho, através de seu Regimento Interno, confeccionado a partir das orientações oriundas do mesmo.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Turismo terá como principais atribuições o gerenciamento do Plano e do Fundo Municipais de Turismo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 806/2018.

LEI Nº 806/2018.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo, FUNDETUR, e dá outras providências.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Turismo FUNDETUR, destinado a captação e a aplicação de recursos, visando o desenvolvimento turístico e econômico do Município.

Art. 2º. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUNDETUR, será constituído de 0,5%(meio por cento) das receitas correntes líquidas do Município e outras doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único - Os recursos que integram o Fundo Municipal de Turismo, serão mantidos em instituição financeira estatal com agência nesta cidade.

Art. 3º. O orçamento ou plano de aplicação do Fundo Municipal de Turismo FUNDETUR, acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária anual do Município, em conformidade com o artigo da Lei

Art. 4º. A administração e representação do FUNDETUR caberão a uma diretoria composta por:

– Presidente,sendo o mesmo eleito para o Conselho de Desenvolvimento do Turismo CODETUR; – Vice-Presidente, o qual será o Diretor da unidade administrativa; – Tesoureiro escolhido entre os membros da diretoria do CODETUR e – Secretário, escolhido entre os membros do CODETUR. Artigo 5º - Fica criado o Conselho Fiscal do Fundo de Turismo, composto por 07 (sete) membros, escolhidos juntamente com os membros do CODETUR, tendo por finalidade fiscalizar a movimentação dos recursos do Fundo de Turismo.

Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) Anos, permitido a reeleição por igual período.

Art. 6º. A diretoria do FUNDETUR, mensalmente, elaborará demonstrativo com receita e despesa do mês, devidamente comprovados, sendo afixado em quadro de editais e publicado em jornal oficial, ambos do Município de Nova Lacerda – MT.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal tem livre acesso à demonstração contábil, movimentação bancária e despesas do FUNDETUR.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 038/2014

6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 038/2014 – ASS- 18/02/2019 –Vcto 31/07/2019 - ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO Contratado (a): **TOTTAL CONSTRUTORA LTDA ME –** OBJ: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA CONTENDO 06 SALAS, NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 22545/14- PROVENIENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE E O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT**.**

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE Nº 022/2019 AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (20/02/2019), PERANTE O EXMO. SR. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MA

TERMO DE POSSE Nº 022/2019

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (**20/02/2019**), perante o Exmo. Sr. **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, compareceu o (a) Sr (a):

NOME: **MARCIA APARECIDA REATI**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**

NATURALIDADE: **COLORADO DO OESTE -RO**

FILIAÇÃO: **LUIZ PAULO REATI E FIRMINA MARIA REATI**

CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº: **000828483 SSP/RO**

CPF/MF Nº: **756.970.252-20**

ENDEREÇO: **RUA TUPINAMBÁS, Nº 3149, BAIRRO CRUZEIRO - COLORADO DO OESTE-RO**

Aprovado (a) no **Concurso Público Municipal, Edição 001/2018**, devidamente convocado (a) pelo Ato de **Edital de Convocação**, de 04 de Janeiro de 2019, para o cargo de "**PROFESSOR PEDAGOGIA "**, em provimento efetivo, criado por Lei Municipal, para o fim específico de tomar posse e entrar em exercício na data de **20/02/2019**, entregando a documentação necessária e exigida, bem como os exames de aptidão física e mental, comprometendo-se a cumprir com zelo e probidade as funções que lhe são inerentes, declarando para fins do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não exercer Cargo Público em acumulo, sob a luz da lei.

E para constar, lavrou-se o presente termo, que, lido e achado conforme, vai assinado pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal, pelo (a) empossando (a) e pelo (a) Secretário (a) Municipal de Administração deste Município de Nova Marilândia-MT, para que possa produzir os devidos fins e efeitos.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

RG nº 3141561-6 - SSP/PR – CPF/MF nº 459.368.209-63

P R E F E I T O M U N I C I P A L

Assinatura do EMPOSSADO (a):

_____

MARCIA APARECIDA REATI

_____

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA

SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 036/2019.

DATA: 20 de fevereiro de 2019.

EMENTA: NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CMDRS DE NOVA MARILÂNDIA – MT PARA O BIÊNIO 2019/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM EXERCICIO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 382/2005, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Nomear o **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS** do Município de Nova Marilândia – MT, integrado por representantes do poder público municipal e Organizações da Sociedade Civil para o Biênio: 2019/2020 conforme abaixo relacionados.

DIRETORIA DO CMDRS

HARISSON ORMOND – PRESIDENTE

VALMIR DA SILVA LEITE – VICE PRESIDENTE

GEORGE BARBOSA DE LIMA – SECRETÁRIO

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

Harisson Ormond – CPF: 230.054.081-91 – (Presidente)

End: Rua José Lucio de Oliveira, 516, Bairro: Novo Horizonte – Nortelândia – MT

Valmir da Silva Leite – CPF: 932.755.361-68 (Vice – Presidente)

End: Rua das Bromélias, S/Nº - Planalto – Nova Marilândia – MT

REPRESENTENTES DO PODER PÚBLICO ESTADUAL:

Wanderley Pereira Fernandes **–** CPF: 460.266.571-34 – Rep. (INDEA);

End: Assentamento Vila Nova – Estrada São Mateus – Nova Marilândia – MT

George Barbosa de Lima – CPF: 937.377.691-68– (Secretário) - Rep. (EMPAER)

End: Rua dos Lírios, S/Nº - Jardim Planalto – Nova Marilândia – MT.

REPRESENTANTES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Donizete Martins Pereira CPF: 802.336.431-68

End: Av. Blairo Maggi, nº 416 – Jardim Planalto – Nova Marilândia - MT

Ítalo Raçal Souto Chaves CPF: 047.553.731-90

End: Rua Bahia, Nº 019 - Centro – Nova Marilândia – MT.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Joselino Francisco da Silva – CPF: 808.763.741-00 - (Pres. Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Arenápolis);

End: Rua Presidente Vargas, 275 – Vila Nova – Arenápolis – MT.

Wilamy Alves Gomes – CPF: 272.035.812-68 – Pres. da Associação P.A - Bela Vista.

End: Assentamento Bela Vista – Nova Marilândia – MT.

Paulo Cezar Barbosa – CPF: 537.227.521-91 (Pres. da Associação dos Avicultores);

End: Rua das Petúnias, S/Nº - Planalto – Nova Marilândia – MT.

Dorvalino Costa Nogueira – CPF: 513.608.881-87 (Pres. da Associação do P. A. Casulo);

End: Assentamento São Francisco – Nova Marilândia – MT

Luiz Alexandre Lourenço – CPF: 821.501.849 -15 – (Representante do Sindicato Rural);

End: Assentamento Vila Nova – Estrada São Mateus – Nova Marilândia – MT;

REPRESENTANTE DO BANCO DO BRASIL

Ellen Maria Gonçalves da Silva – CPF: 961.047.831-04

End: Avenida Prefeito Caio, S/Nº - Centro - Arenápolis – MT.

MEMBRO REPRESENTANTE DO BANCO SICREDI SUDOESTE

Adevanclei Pereira da Silva – CPF: 017.989.161-85

End: Rua das Petúnias, nº 802 N – Bairro: Jardim Planalto – Nova Marilândia - MT

REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Flávia Cristina Smith de Souza – CPF: 026.035.181- 43

End: Rua Santa Catarina, Nº 10 – Renascer – Nova Marilândia – MT.

DEMAIS MEMBROS

Manoel Fernandes da Silva Neto – Presidente - CPF Nº 328.984.361-00

End: Rua Alagoas, S/Nº - Centro – Nova Marilândia – MT.

Reginaldo Santos Silva - CPF: 888.269.021-00 - Membro

End: Rua das Rosas, S/Nº – Jardim Planalto – Nova Marilândia – MT.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, o cumprimento às normas estabelecidas na Lei Municipal nº. 382/2005.

Art. 3º. Os membros ora nomeados por esta portaria não serão remunerados pelos exercícios de suas respectivas funções.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE;

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL DEZENOVE. 20-02-2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2019

Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:172 – **PROFESSOR – SEDE/DISTRITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
04º	ADNILCE LARA ARAUJO

Nova Maringá - MT, 20 de Fevereiro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02 - PAPELARIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 309/2019

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra.* **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços das empresas **A.E.C NOSSOL EIRELI – ME, CNPJ: 21.830.961/0001-01, BELAFORTE COMERCIAL LTDA, CNPJ: 24.296.486/0001-15, BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI – ME, CNPJ: 11.618.579/0001-77, SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ: 26.877.656/0001-80**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 02/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES*,** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 02/2019.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais, participante desse processo licitatório, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: A.E.C NOSSOL EIRELI – ME

CNPJ: 21.830.961/0001-01

ENDEREÇO: Avenida Mato Grosso, Nº 28B, Centro, Nova Monte Verde/MT.

Seq.	Cod.	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
3	9811	ALFINETE PARA MURAL COM CABECA CX C/ 50 UNID	CAIXA	15	R$ 7,82	R$ 117,30	Leonora
7	15318	ALMOFADA P/ CARIMBO COR AZUL	UNIDADE	41	R$ 11,95	R$ 489,95	Tilibra
9	8481	APAGADOR DE QUADRO BRANCO	UNIDADE	52	R$ 10,25	R$ 533,00	Office
13	22094	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 25MM	UNIDADE	320	R$ 1,13	R$ 361,60	USA
14	9846	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 7MM	UNIDADE	320	R$ 0,14	R$ 44,80	USA
15	9845	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 9MM	UNIDADE	370	R$ 0,24	R$ 88,80	USA
16	9844	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 14MM	UNIDADE	320	R$ 0,44	R$ 140,80	USA
17	9843	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 20MM	UNIDADE	320	R$ 0,60	R$ 192,00	USA
19	32171	BALDE CRIATIVO DE PECAS DUPLO	UNIDADE	14	R$ 272,00	R$ 3.808,00	GB plast.
23	24516	BARBANTE N 8 DIVERSAS CORES ROLO 510m	UNIDADE	32	R$ 20,75	R$ 664,00	Barbantextil
29	43011	BLOCO AUTO ADESIVO (POST-IT) TAM. MEDIO	UNIDADE	30	R$ 8,39	R$ 251,70	Tilibra
33	42835	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	UNIDADE	20	R$ 161,00	R$ 3.220,00	Penalty
43	46706	BOLA VINIL ATLETA 170G - DENTE DE LEITE	UNIDADE	200	R$ 6,90	R$ 1.380,00	Furlan
47	43009	BOLSA ESCOLAR PEQUENA (CRECHE)	UNIDADE	8	R$ 69,50	R$ 556,00	Wincy
54	9791	CADERNO 48 FLS - BROCHURA DE LINHA	UNIDADE	2210	R$ 4,43	R$ 9.790,30	Tilibra
55	9793	CADERNO 48 FLS - CALIGRAFIA	UNIDADE	1320	R$ 5,75	R$ 7.590,00	Tilibra
65	32835	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA, SEXTAVADA, MODELO CRISTAL, CORPO EM MATERIAL PLASTICO, CARGA REMOVIVEL, NAO ROSQUEADA, PONTA COM ESFERA DE TUGSTENIO NA COR VERMELHA CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	74	R$ 64,40	R$ 4.765,60	Compactor
74	9809	CAPA PARA ENCADERNACAO - TAMANHO A4 FRENTE	UNIDADE	890	R$ 0,87	R$ 774,30	Cristal
82	46704	CARRINHO CAMARO SS VORAX 30CM ADJOMAR PLASTICO	UNIDADE	200	R$ 22,40	R$ 4.480,00	GD Plast.
83	21980	CARRINHO DE BRINQUEDO EM PLASTICO TAM APROX 20 CM	UNIDADE	270	R$ 21,50	R$ 5.805,00	GD Plast.
87	8765	CD RW	UNIDADE	3	R$ 6,10	R$ 18,30	CD RHP
88	9429	CD-R GRAVAVEL 80MIN/700MB 52X	UNIDADE	40	R$ 1,69	R$ 67,60	CD RHP
93	32195	CLASSICOS ILUSTRADOS TURMA DA MONICA - A CINDERELA	UNIDADE	2	R$ 4,20	R$ 8,40	Brasileitura
94	32193	CLASSICOS ILUSTRADOS TURMA DA MONICA - CHAPEUZINHO VERMELHO	UNIDADE	2	R$ 4,20	R$ 8,40	Brasileitura
95	32196	CLASSICOS ILUSTRADOS TURMA DA MONICA - RAPUNZEL	UNIDADE	2	R$ 4,20	R$ 8,40	Brasileitura
113	21994	COLCHONETE P/ ATIVIDADE FISICA C/ REVEST EM NAPA OU COURVIN APROX 188X60X6CM	UNIDADE	60	R$ 86,00	R$ 5.160,00	Costamaritima
114	22096	CONTRA-CAPA PARA ENCADERNACAO - TAMANHO A4	UNIDADE	890	R$ 0,59	R$ 525,10	Cristal
115	24514	CORANTE EM PO P/ TINGIMENTO DE TECIDOS OU FIBRAS DE ALGODÃO, LINHO, SISAL, RAMI, RAYON-VISCOSE E MESCLAS, C/ DISSOLUCAO EM AGUA S/ ODOR E NÃO TOXICA EMB C/ 45g - CORES VARIADAS	UNIDADE	30	R$ 5,43	R$ 162,90	Guarani
116	32146	CORANTE LIQUIDO 50 ML IDEAL P/ COLORIR TINTAS LATEX, ACRILICA E A BASE D'AGUA CORES DIVERSAS (BISNAGA)	UNIDADE	30	R$ 7,30	R$ 219,00	Acrilex
126	48910	E.V.A EMBORRACHADO COM GLITER PLACA DE 600X400MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	500	R$ 8,55	R$ 4.275,00	BRW
129	45821	ENCORDOAMENTO DE ACO PARA VIOLÃO INDIVIDUAL	UNIDADE	100	R$ 3,89	R$ 389,00	Rouxinol
130	45822	ENCORDOAMENTO DE AÇO PARA VIOLÃO KIT COM 06 CORDAS	UNIDADE	50	R$ 19,50	R$ 975,00	Rouxinol
158	45826	FITA PARA PRESENTE EM TNT 3 CM	UNIDADE	100	R$ 0,75	R$ 75,00	Winci
163	42924	FOLHA EM E.V.A COM GLITER DE 600 X 400 X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	150	R$ 9,13	R$ 1.369,50	BRW
167	13177	GIZ DE CERA CX C/ 12 UNID CORES VARIADAS	CAIXA	488	R$ 8,40	R$ 4.099,20	Tilibra
200	21971	KIT LIVROS DE HISTORINHAS INFANTIS	UNIDADE	26	R$ 14,10	R$ 366,60	Brasileitura
204	45829	LAÇO PEQUENOS PARA PRESENTE	UNIDADE	100	R$ 1,79	R$ 179,00	VMP
208	28874	LINGUA DE SOGRA	UNIDADE	100	R$ 0,55	R$ 55,00	Atarfesta
220	43017	PACOTE PARA PRESENTE TAM. GRANDE	UNIDADE	800	R$ 2,79	R$ 2.232,00	Startfesta
221	43016	PACOTE PARA PRESENTE TAM. MEDIO	UNIDADE	800	R$ 1,64	R$ 1.312,00	Startfesta
233	22101	PAPEL CREPON CX C/ 20 UND CORES VARIADAS	CAIXA	10	R$ 26,75	R$ 267,50	VMP

251	37271	PASTA CATALOGO C/ 10 PLAST CAPA DE PAPELAO REVESTIDO C/ PLASTICO C/ 4 COLCHETES	UNIDADE	10	R$ 11,40	R$ 114,00	ACP
261	45836	PASTA SUSPENSA EM PAPEL KRAFT COM ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE	5030	R$ 3,78	R$ 19.013,40	ACP
301	29014	PISTOLA P/ COLA QUENTE MEDIA	UNIDADE	16	R$ 29,90	R$ 478,40	Leonora
302	9801	PISTOLA PARA COLA QUENTE - FINA	UNIDADE	16	R$ 26,00	R$ 416,00	Leonora
303	15461	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE BIVOLT	UNIDADE	4	R$ 41,00	R$ 164,00	Leonora
305	9842	PLACA DE ISOPOR 1,5 A 2 CM DE ESPESSURA	UNIDADE	128	R$ 6,38	R$ 816,64	IsoOeste
311	45833	PORTA RETRATO GRANDE	UNIDADE	30	R$ 18,25	R$ 547,50	Mugmar
312	45832	PORTA RETRATO MEDIO	UNIDADE	50	R$ 18,25	R$ 912,50	Mugmar
324	9823	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL	UNIDADE	10	R$ 13,78	R$ 137,80	Compactor
325	9824	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO	UNIDADE	10	R$ 13,78	R$ 137,80	Compactor
326	9825	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO	UNIDADE	10	R$ 13,78	R$ 137,80	Compactor
327	32206	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO 500 g - COR AZUL	UNIDADE	20	R$ 118,40	R$ 2.368,00	Compactor
328	32208	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO 500 g - COR PRETO	UNIDADE	20	R$ 118,40	R$ 2.368,00	Compactor
331	9800	REFIL PARA COLA QUENTE - FINO	UNIDADE	150	R$ 0,65	R$ 97,50	Leonora
332	15330	REFIL PARA COLA QUENTE GROSSA	UNIDADE	480	R$ 1,64	R$ 787,20	Leonora
341	48919	TECIDO TNT 100% POLIPROPILENO, MEDINDO 140CM DE LARGURA, COM GRAMATURA APROXIMADA DE 45G/M, CORES VARIADAS	METRO	1000	R$ 2,50	R$ 2.500,00	ACP
353	9814	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - COR AZUL - CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 50,70	R$ 50,70	Compactor
354	9815	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - COR PRETO - CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 50,70	R$ 50,70	Compactor
355	9816	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - COR VERMELHO - CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 50,70	R$ 50,70	Compactor
356	15504	TINTA PARA PINCEL ATUMICO - COR VERDE CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 50,70	R$ 50,70	Compactor
357	33018	TINTA PARA TECIDOS CORES VARIADAS 37ML	UNIDADE	300	R$ 4,69	R$ 1.407,00	Acrilex
358	37359	TINTA PVA PARA ARTESANATO C/ 100ML	UNIDADE	20	R$ 15,50	R$ 310,00	Acrilex
364	32842	TNT - TECIDO NAO TECIDO, DIMENSOES: NO MÍNIMO 1,40 M DE LARGURA CORES VARIADAS	METRO	300	R$ 2,49	R$ 747,00	ACP
365	22089	TNT AMARELO	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
366	15507	TNT AZUL	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
367	15473	TNT BRANCO 1 MT	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
368	15509	TNT MARROM	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
369	22090	TNT PRETO	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
370	15510	TNT ROSA	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
371	6546	TNT VERDE 1MT	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
372	6547	TNT VERMELHO 1 MT	METRO	60	R$ 2,49	R$ 149,40	ACP
					TOTAL	**R$ 101.684,59**	

FORNECEDOR: BELAFORTE COMERCIAL LTDA

CNPJ: 24.296.486/0001-15

ENDEREÇO: Rua Genésio Roberto Baggio, Nº 155, Centro, Sorriso/MT.

Seq.	Cod.	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
1	42830	AGENDA	UNIDADE	16	R$ 31,94	R$ 511,04	Foroni
5	42896	ALFINETE SEGURANCA ACO NIQUELADO N°02 CAIXA C/ 100 UNID	CAIXA	10	R$ 7,84	R$ 78,40	Bacchi
6	42899	ALFINETE SEGURANCA ACO NIQUELADO N°05 CAIXA C/ 100 UNID	CAIXA	10	R$ 8,89	R$ 88,90	Bacchi
11	11601	ARQUIVO MORTO POLIONDA	UNIDADE	520	R$ 5,33	R$ 2.771,60	Policarte
21	29020	BARBANTE COR CRU 4/6	UNIDADE	20	R$ 20,80	R$ 416,00	São João
24	28938	BASTAO PARA MACULELE	UNIDADE	50	R$ 40,84	R$ 2.042,00	Célio
31	28942	BOBINA DE PAPEL KRAFT NATURAL 80gr 40CM 165M	UNIDADE	9	R$ 84,60	R$ 761,40	AllKraft

35	20130	BOLA DE FUTSAL	UNIDADE	20	R$ 161,00	R$ 3.220,00	Topper
41	22114	BOLA DE VOLEI COLORIDA DE EVA	UNIDADE	20	R$ 29,79	R$ 595,80	Alpha
49	46696	BONECA DE PLASTICO APROX. 20 CM	UNIDADE	200	R$ 28,89	R$ 5.778,00	Matell
51	37352	BORRACHA DE GUARDAR DINHEIRO PACOTE COM 120 UNIDADE	PACOTE	13	R$ 17,00	R$ 221,00	Mamuth
56	9792	CADERNO 48 FLS - DESENHO	UNIDADE	2120	R$ 1,73	R$ 3.667,60	Panemericana
60	21968	CADERNO PEQUENO CAPA DURA BROCHURA 96 FOLHAS	UNIDADE	410	R$ 4,98	R$ 2.041,80	Panemericana
61	21940	CALCULADORA 08 DIGITOS COM BATERIA TAM APROX. 15CMX10CMX1CM	UNIDADE	100	R$ 24,50	R$ 2.450,00	BRW
62	9438	CALCULADORA 12 DIGIT OUTO POWER OFF	UNIDADE	46	R$ 32,99	R$ 1.517,54	BRW
64	32834	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA, SEXTAVADA, MODELO CRISTAL, CORPO EM MATERIAL PLASTICO, CARGA REMOVIVEL, NAO ROSQUEADA, PONTA COM ESFERA DE TUGSTENIO NA COR PRETA CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	89	R$ 64,44	R$ 5.735,16	Compactor
67	12612	CANETA PARA CD 2MM	UNIDADE	5	R$ 7,00	R$ 35,00	TudoRadex
68	32166	CANETA PARA CD/DVD PONTA 1,00 mm AZUL	UNIDADE	2	R$ 7,00	R$ 14,00	TudoRadex
69	32218	CANETA PARA RETROPROJETOR COR AZUL	UNIDADE	42	R$ 7,00	R$ 294,00	TudoRadex
70	5451	CANETA PARA RETROPROJETOR COR PRETA	UNIDADE	42	R$ 7,00	R$ 294,00	TudoRadex
71	37345	CANETA PARA RETROPROJETOR COR VERMELHA	UNIDADE	30	R$ 7,00	R$ 210,00	TudoRadex
84	15488	CARTOLINA COMUM MED. APROX. 50X 60 CM CORES VARIADAS	UNIDADE	2500	R$ 1,08	R$ 2.700,00	Aloforme
96	15489	CLIP 5/0- CX C/ 500 GR	CAIXA	39	R$ 14,80	R$ 577,20	Chaparrau
97	9424	CLIPS 2/0 GALVANIZADO CX 500 GR	CAIXA	68	R$ 14,80	R$ 1.006,40	Chaparrau
98	8764	CLIPS 3/0 CX C/ 500GR	CAIXA	46	R$ 14,80	R$ 680,80	Chaparrau
128	45834	ELASTICO DE BORRACHA AMARELA	KILO	7	R$ 37,57	R$ 262,99	Mamuth
151	37350	FELTRO VARIAS CORES E ESTAMPAS	UNIDADE	200	R$ 30,00	R$ 6.000,00	Santafé
152	46699	FESTAO - ENFEITES DE NATAL	UNIDADE	20	R$ 18,79	R$ 375,80	VMP
164	42923	FOLHA EM E.V.A ESTAMPADO DE 600 X 400 X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	100	R$ 10,80	R$ 1.080,00	VMP
188	22117	JOGO DE DAMA COMPOSTO DE 1 TABULEIRO QUADRICULADO APROX 20 X 20CM C/64 CASAS E 24 PECAS REDONDAS	UNIDADE	14	R$ 42,40	R$ 593,60	Cia Brink
189	29031	JOGO DE DOMINO EM PLASTICO RESISTENTE C/ 28 PECAS	UNIDADE	19	R$ 22,47	R$ 426,93	GAV
190	32221	JOGO DE MEMORIA (BOQUINHAS)	UNIDADE	22	R$ 47,44	R$ 1.043,68	Jardim
193	28872	JOGO DE MESA C/ CADEIRAS INFANTIL MEDINDO APROX. 57,5 X CM DE LARGURA E 47 CM DE ALTURA, C/ 4 CADEIRAS	UNIDADE	16	R$ 129,00	R$ 2.064,00	ArqPlast
196	32222	JOGO LINCE ALFABETICO	UNIDADE	11	R$ 84,49	R$ 929,39	Grou
202	24519	KIT PING PONG COMPOSTO POR DUAS RAQUETES E DUAS BOLAS	UNIDADE	20	R$ 53,99	R$ 1.079,80	Paraná
209	9840	LIVRO ATA 100 FOLHAS - PAUTADAS	UNIDADE	225	R$ 14,17	R$ 3.188,25	Paginabrasil
210	12604	LIVRO ATA 200 FLS PAUTADAS	UNIDADE	220	R$ 23,33	R$ 5.132,60	Paginabrasil
211	9839	LIVRO ATA 50 FOLHAS - PAUTADAS	UNIDADE	215	R$ 9,77	R$ 2.100,55	Paginabrasil
212	43008	LIVRO PARA COLORIR	UNIDADE	30	R$ 4,79	R$ 143,70	Bimaq
213	21957	LIVRO PONTO 160 FOLHAS	UNIDADE	10	R$ 22,33	R$ 223,30	São Domingos
214	6784	LIVRO PROTOCOLO 100 FLS	UNIDADE	34	R$ 13,50	R$ 459,00	São Domingos
215	32301	LIVRO PROTOCOLO 52 FOLHAS FORMATO 153MMX216MM	UNIDADE	15	R$ 8,09	R$ 121,35	São Domingos
217	24446	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA CENTRAL 12g	UNIDADE	40	R$ 3,69	R$ 147,60	Radex
218	23396	MOUSE OPTICO PADRAO USB	UNIDADE	65	R$ 31,47	R$ 2.045,55	Goldetec
219	43015	ORGANIZADOR PLASTICO EM 03 GAVETAS PARA ESCRITORIO	UNIDADE	24	R$ 79,25	R$ 1.902,00	Dello
222	48921	PALHETA (ANEL PARA TOCAR VIOLAO)	UNIDADE	150	R$ 2,99	R$ 448,50	Fender
244	32202	PAPEL VERGE A4 180g PCT 50 FOLHAS CORES VARIADAS	PACOTE	43	R$ 19,00	R$ 817,00	Off Paper
245	24432	PAPEL VERGE BRANCO A4 180g PCT 50 FOLHAS	PACOTE	29	R$ 19,00	R$ 551,00	Off Paper
246	13197	PASTA AZ - LOMBO ESTREITO	UNIDADE	50	R$ 13,95	R$ 697,50	Policarte
247	9835	PASTA AZ - LOMBO LARGO	UNIDADE	50	R$ 13,95	R$ 697,50	Policarte

248	21964	PASTA AZ DE PAPELAO 8 CM	UNIDADE	45	R$ 13,95	R$ 627,75	Policarte
250	21933	PASTA CATALOGO C/ 200 PLAST CAPA DE PAPELAO REVEST C/ PLASTICO C/ 4 COLCHETES	UNIDADE	55	R$ 34,87	R$ 1.917,85	ACP
267	11613	PERCEVEJO LATONADO CX C/ 100 UNID	CAIXA	17	R$ 4,62	R$ 78,54	Chaparrau
268	21932	PERFURADOR CENTRAL COM CAPAC P/ PERFURAR 12 FOLHAS	UNIDADE	15	R$ 17,97	R$ 269,55	Jocar
293	9821	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL	UNIDADE	50	R$ 4,98	R$ 249,00	Jocar
294	39636	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL - RECARREGAVEL	UNIDADE	55	R$ 10,89	R$ 598,95	Jocar
295	9822	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO	UNIDADE	50	R$ 4,98	R$ 249,00	Jocar
296	39637	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO - RECARREGAVEL	UNIDADE	50	R$ 10,89	R$ 544,50	Jocar
297	24539	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO	UNIDADE	50	R$ 4,98	R$ 249,00	Jocar
298	39638	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO- RECARREGAVEL	UNIDADE	50	R$ 10,89	R$ 544,50	Jocar
313	15463	PRANCHETA EM AGLOMERADO C/ PRENDEDOR METALICO MED. APROX. 33X23 CM	UNIDADE	45	R$ 6,70	R$ 301,50	Guedes
314	45838	PRANCHETA EM ACRILICO TRANSPARENTE C/ PRENDEDOR METALICO MED. APROX. 33X23 CM	UNIDADE	70	R$ 19,90	R$ 1.393,00	Waleu
315	45839	PRANCHETA EM MADEIRA C/ PRENDEDOR METALICO MED. APROX. 33X23 CM	UNIDADE	70	R$ 6,70	R$ 469,00	Guedes
316	42837	QUADRO ESCOLAR BRANCO APROX. 120X90	UNIDADE	5	R$ 81,95	R$ 409,75	Souza
317	42838	QUADRO ESCOLAR BRANCO TAMANHO GRANDE 2,00X1,20M	UNIDADE	6	R$ 173,00	R$ 1.038,00	Souza
318	42839	QUADRO ESCOLAR BRANCO TAMANHO GRANDE 3,00X1,20 M	UNIDADE	5	R$ 284,00	R$ 1.420,00	Souza
319	20569	QUADRO ESCOLAR LOUSA PARA GIZ TAMANHO GRANDE 3,00X1,20M	UNIDADE	1	R$ 219,00	R$ 219,00	Souza
323	19452	RAQUETE DE PING PONG	UNIDADE	18	R$ 24,49	R$ 440,82	Parana
336	9431	REGUA DE POLIESTIRENO 30CM CRISTAL SIMPLES	UNIDADE	50	R$ 2,37	R$ 118,50	Waleu
338	32119	ROUPA COMPLETA DE PAPAI NOEL TAMANHO G	UNIDADE	2	R$ 123,50	R$ 247,00	Quit
339	28939	SAPATILHA PARA GINASTICA RITMICA	PAR	40	R$ 36,40	R$ 1.456,00	Marabá
347	45798	TESOURA PROFISSIONAL	UNIDADE	24	R$ 65,00	R$ 1.560,00	Jocar
359	24487	TINTA SPRAY AEROSOL INDICADO P/ PINTURA DECORATIVA EM MADEIRA, JORNAL, PAPEL, CERAMICA, MDF, ISOPOR, GESSO E CORTICA - DOURADO EMB C/ 350g	UNIDADE	5	R$ 29,80	R$ 149,00	Chemicolor
360	32209	TINTA SPRAY AEROSOL INDICADO P/ PINTURA DECORATIVA EM MADEIRA, JORNAL, PAPEL, CERAMICA, MDF, ISOPOR, GESSO E CORTICA EMB C/ 350g CORES VARIADAS	UNIDADE	5	R$ 29,80	R$ 149,00	Chemicolor
361	48918	TINTA SPRAY TUBO MED 240GR X 350ML COR OURO,	UNIDADE	10	R$ 29,80	R$ 298,00	Chemicolor
362	48917	TINTA SPRAY TUBO MED 240GR X 350ML COR PRATA	UNIDADE	10	R$ 29,80	R$ 298,00	Chemicolor
363	48916	TINTAS PARA PINTURAS FACIAIS EM CRIANCAS, NAO ATOXICAS, EMBALAGEM CONTENDO 06 FRASCOS DE 15ML COM CORES SORTIDAS	CAIXA	20	R$ 18,79	R$ 375,80	Maripel
					TOTAL R$ 85. 910,24		

FORNECEDOR: BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI – ME

CNPJ: 11.618.579/0001-77

ENDEREÇO: Avenida Fernando Correa da Costa, Nº 3010B, Bairro Schangrilá, Cuiabá/MT.

Seq.	Cod.	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
2	12959	ALFINETE COLORIDO PARA MAPA CX C/50	CAIXA	5	R$ 6,69	R$ 33,45	BRW
8	28943	ANILINA P/ COLORIR MADEIRA, JUTA, PALHA, GESSO, VIME, FLORES, PECAS DE ARTESANATO EM GERAL EMB. C/ 25g CORES VARIADAS	UNIDADE	10	R$ 19,80	R$ 198,00	Glitter
12	9439	ARQUIVO MORTO POLIONDA 350 X 130 X 245 MM	UNIDADE	410	R$ 5,30	R$ 2.173,00	Polibras
22	22107	BARBANTE CRU N 8 - 4/8 ROLO 510 m	UNIDADE	30	R$ 20,80	R$ 624,00	Du Bom
25	37364	BASTAO QUATRO FUROS MEDIO VARIAS CORES (CADA)	UNIDADE	100	R$ 44,00	R$ 4.400,00	Corujita
26	37363	BASTAO QUATRO FUROS PEQUENO VARIAS CORES (CADA)	UNIDADE	100	R$ 44,00	R$ 4.400,00	Corujita
28	15319	BEXIGA TAM G CORES DIVERSAS PCT C/ 50 UND	PACOTE	230	R$ 13,50	R$ 3.105,00	Pik Pik
32	24505	BOLA DE BORRACHA MEDIA P/ GINASTICA RITMICA	UNIDADE	25	R$ 75,00	R$ 1.875,00	Mercur
36	28954	BOLA DE ISOPOR 150MM	UNIDADE	220	R$ 6,30	R$ 1.386,00	Styroform
37	28952	BOLA DE ISOPOR 25MM	UNIDADE	400	R$ 0,19	R$ 76,00	Styroform

38	45823	BOLA DE ISOPOR 50MM	UNIDADE	150	R$ 0,70	R$ 105,00	Styroform
39	28953	BOLA DE ISOPOR 75MM	UNIDADE	350	R$ 1,36	R$ 476,00	Styroform
42	42836	BOLA DE VOLEI OFICIAL	UNIDADE	20	R$ 323,00	R$ 6. 460,00	Penalty
46	43010	BOLSA ESCOLAR GRANDE	UNIDADE	8	R$ 116,00	R$ 928,00	Holly
52	9790	BORRACHA ESCOLAR BRANCA - CX COM 40 UN	CAIXA	185	R$ 19,85	R$ 3. 672,25	Leo Leo
58	42918	CADERNO GRANDE 48 FLS- BROCHURA DE LINHA	UNIDADE	10	R$ 5,59	R$ 55,90	Foroni
63	32832	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA, SEXTAVADA, MODELO CRISTAL, CORPO EM MATERIAL PLASTICO, CARGA REMOVIVEL, NAO ROSQUEADA, PONTA COM ESFERA DE TUGSTENIO NA COR AZUL CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	102	R$ 64,50	R$ 6. 579,00	Compactor
66	32583	CANETA P/ PINTAR TECIDO CORES VARIADAS	UNIDADE	30	R$ 5,79	R$ 173,70	Acrilex
75	37383	CARBONO AMARELO P/ TIRAR RISCO DE PINTURA	UNIDADE	40	R$ 1,56	R$ 62,40	SP
76	9101	CARBONO MANUAL AZUL CX C/100	CAIXA	10	R$ 67,00	R$ 670,00	Radex
90	28963	CENARIO PARA TEATRO	UNIDADE	7	R$ 1. 400,00	R$ 9. 800,00	Cia Brink
99	10424	COLA BRANCA 100GR	UNIDADE	20	R$ 6,80	R$ 136,00	Acrilex
100	9310	COLA BRANCA 500 GR	UNIDADE	60	R$ 14,90	R$ 894,00	Piratininga
102	13176	COLA BRANCA LAVAVEL NAO TOXICA 1LT	UNIDADE	58	R$ 27,00	R$ 1. 566,00	Piratininga
120	28985	CORDAO BRANCO Nº 10 ROLO C/ 100 MTS	UNIDADE	5	R$ 33,30	R$ 166,50	Longatex
121	21942	CORRETIVO LIQUIDO A BASE D'AGUA 18 ML	UNIDADE	165	R$ 3,20	R$ 528,00	Ecole
125	42834	E V A EMBORRACHADO PLACA DE 600X400 MM RUGOSO CORES DIVERSAS	UNIDADE	100	R$ 8,75	R$ 875,00	Ibel
131	21945	ENVELOPE 18X25 BRANCO	UNIDADE	200	R$ 0,28	R$ 56,00	Foroni
132	21939	ENVELOPE 24X34 BRANCO CX C/ 250 UNID	CAIXA	6	R$ 102,99	R$ 617,94	Foroni
133	9637	ENVELOPE 26 X 36 SACO OURO	UNIDADE	1550	R$ 0,53	R$ 821,50	Foroni
134	9806	ENVELOPE BRANCO 11 X 23	UNIDADE	700	R$ 0,14	R$ 98,00	Foroni
135	10062	ENVELOPE KRAFT 28 X 20 C/250UN	CAIXA	1	R$ 48,50	R$ 48,50	Foroni
136	9804	ENVELOPE PARDO 24 X 34 CM - CX C/250	CAIXA	11	R$ 70,50	R$ 775,50	Foroni
137	42831	ENVELOPE PLASTICO PARA PASTA CATALOGO	UNIDADE	2100	R$ 0,42	R$ 882,00	Dac
138	9436	ENVELOPE SACO KRAFT 24X35 CX 250UN	CAIXA	10	R$ 65,00	R$ 650,00	Foroni
139	24435	ENVELOPE SACO OURO 17X25 CX C 250 UND	CAIXA	18	R$ 68,50	R$ 1. 233,00	Foroni
140	11958	ENVELOPE SACO OURO 34X24 COM 250UN	CAIXA	21	R$ 109,00	R$ 2. 289,00	Foroni
153	15491	FITA ADESIVA COLORIDA 12 mm PEQUENA CORES VARIADAS	UNIDADE	220	R$ 0,89	R$ 195,80	BRW
154	15340	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12mmX40m	UNIDADE	35	R$ 1,09	R$ 38,15	Adelbras
155	9636	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 45 M	UNIDADE	50	R$ 4,95	R$ 247,50	Adelbras
156	21938	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48mmX45m PCT C/ 5 UNID	PACOTE	191	R$ 24,20	R$ 4. 622,20	Adelbras
157	37361	FITA FLORAL CORES VARIADAS ROLO	UNIDADE	150	R$ 34,80	R$ 5. 220,00	Lore
162	42925	FOLHA EM E.V.A ATOALHADO DE 600 X 400 X X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	100	R$ 8,60	R$ 860,00	Ibel
165	42922	FOLHA EM E.V.A LISO DE 600 X400 X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	500	R$ 2,45	R$ 1. 225,00	Ibel
184	43026	GUARDANAPO DE PAPEL PARA DECOLPAGEM DIVERSAS ESTAMPAS	UNIDADE	50	R$ 1,40	R$ 70,00	Tomix
186	24522	JOGO BANCO IMOBILIARIO	UNIDADE	5	R$ 134,00	R$ 670,00	Estrela
191	29028	JOGO DE MEMORIA COM 40 PECAS	UNIDADE	26	R$ 44,50	R$ 1. 157,00	Toyster
192	32172	JOGO DE MEMORIA DE LEGUMES E FRUTAS	UNIDADE	28	R$ 24,35	R$ 681,80	Chalingo
194	24521	JOGO DE TRILHA COMPOSTO DE 1 TABULEIRO APROX 20 X 20CM E 24 PECAS REDONDAS	UNIDADE	24	R$ 16,29	R$ 390,96	Chalingo
195	22121	JOGO DE XADREZ COMPOSTO POR 1 TABULEIRO QUADRICULADO DE APROX 25 X 25CM C/ 64 CASAS E 32 PECAS DE PLASTICO DURO	UNIDADE	28	R$ 45,50	R$ 1. 274,00	Chalingo
197	22119	JOGO PEGA VARETAS EM PLASTICO OU MADEIRA COLORIDO C/ 31 PECAS	UNIDADE	26	R$ 12,29	R$ 319,54	Chalingo
198	28873	JOGO PULA BATATINHA	UNIDADE	2	R$ 87,50	R$ 175,00	Estrela
203	32841	LA PACOTE C/ 5 NOVELOS DE 100g CADA	PACOTE	2	R$ 27,35	R$ 54,70	Paramonte

216	21973	MASSA DE MODELAR APROX 180 g CORES DIVERSAS	UNIDADE	240	R$ 8,05	R$ 1.932,00	Acrilex
223	22039	PALITO DE PICOLE PCT C/ 100 UNID	PACOTE	40	R$ 9,90	R$ 396,00	Theuto
224	22100	PALITOS PARA CHURRASCO (PACOTE COM 100UN)	PACOTE	40	R$ 9,00	R$ 360,00	Theuto
225	22040	PANO TIPO SACO USADO P/ PINTURA EM TECIDO CORES VARIADAS	UNIDADE	50	R$ 12,80	R$ 640,00	Ibirapuera
226	5430	PAPEL ALMACO COM PAUTA E MARGEM	UNIDADE	100	R$ 0,24	R$ 24,00	Tamoio
227	9807	PAPEL BOBINA - PARDO 60 CM	UNIDADE	5	R$ 104,50	R$ 522,50	Adma
228	13184	PAPEL CAMURCA 40X60 CORES VARIADAS	UNIDADE	350	R$ 1,24	R$ 434,00	VMP
229	13182	PAPEL CARTAO 50X66 CORES SORTIDAS	UNIDADE	700	R$ 1,64	R$ 1.148,00	VMP
230	32577	PAPEL CARTAO MICRO-ONDULADO 50X66 CORES DIVERSAS	UNIDADE	40	R$ 3,99	R$ 159,60	VMP
231	48901	PAPEL COUCHE A4 BRANCO 180 GR PACOTE C/ 50 FOLHAS COR BRANCA	PACOTE	5	R$ 30,50	R$ 152,50	Filipaper
232	22113	PAPEL CREPOM PCT C/ 10 ROLOS CORES VARIADAS	PACOTE	80	R$ 13,40	R$ 1.072,00	VMP
236	6592	PAPEL LAMINADO 50X60 CORES VARIADAS	UNIDADE	350	R$ 1,34	R$ 469,00	VMP
237	7505	PAPEL MANTEIGA	UNIDADE	100	R$ 0,69	R$ 69,00	SP
238	8418	PAPEL SEDA CORES VARIADAS	UNIDADE	100	R$ 0,44	R$ 44,00	VMP
239	38373	PAPEL SELOFONE CORES DIVERSAS	UNIDADE	100	R$ 1,19	R$ 119,00	VMP
240	45830	PAPEL SELOFONE ESTAMPADOS - MOTIVOS DE PASCOA	UNIDADE	300	R$ 3,74	R$ 1.122,00	VMP
252	21960	PASTA DE PAPELAO COM ELASTICO A4	UNIDADE	850	R$ 1,89	R$ 1.606,50	Policarte
253	9838	PASTA ELASTICA - 2 CM DE ESPESSURA	UNIDADE	450	R$ 4,19	R$ 1.885,50	Polibras
254	9837	PASTA ELASTICA - 5 CM DE ESPESSURA	UNIDADE	480	R$ 6,45	R$ 3.096,00	Polibras
255	7623	PASTA GRAMPO TRILHO METAL	UNIDADE	500	R$ 2,49	R$ 1.245,00	Policarte
256	24474	PASTA PLASTICA C/ ELASTICO FINA	UNIDADE	550	R$ 3,15	R$ 1.732,50	Polibras
257	42829	PASTA POLIONDA 24X35X2CM COM ELASTICO	UNIDADE	100	R$ 3,95	R$ 395,00	Policarte
258	5426	PASTA POLIONDA 2CM	UNIDADE	100	R$ 3,95	R$ 395,00	Policarte
259	45835	PASTA POLIONDA 5CM COM ELASTICO	UNIDADE	100	R$ 4,99	R$ 499,00	Policarte
260	43014	PASTA SANFONADA EM PLASTICO COM ESLASTICO C/ VARIAS DIVISOES	UNIDADE	15	R$ 35,50	R$ 532,50	Delo
282	14809	PINCEL N§ 06	UNIDADE	70	R$ 2,89	R$ 202,30	Acrilex
283	14810	PINCEL N§ 08	UNIDADE	70	R$ 3,19	R$ 223,30	Acrilex
284	14808	PINCEL N§ 10	UNIDADE	70	R$ 3,89	R$ 272,30	Acrilex
285	29000	PINCEL Nº 00	UNIDADE	70	R$ 5,80	R$ 406,00	Acrilex
286	20215	PINCEL Nº 02	UNIDADE	70	R$ 2,50	R$ 175,00	Acrilex
287	32578	PINCEL No 04	UNIDADE	70	R$ 2,99	R$ 209,30	Acrilex
288	24523	PINCEL Nº 14	UNIDADE	70	R$ 4,69	R$ 328,30	Acrilex
289	32579	PINCEL No 16	UNIDADE	70	R$ 5,99	R$ 419,30	Acrilex
290	9799	PINCEL PARA PINTURA N§ 12	UNIDADE	50	R$ 4,49	R$ 224,50	Acrilex
291	43027	PINCEL PARA PINTURA Nº 18	UNIDADE	30	R$ 7,00	R$ 210,00	Acrilex
292	48914	PINCEL PARA PINTURA Nº14	UNIDADE	50	R$ 4,69	R$ 234,50	Acrilex
308	21956	PORTA LAPIS CANETA E CLIPS EM PLASTICO RESISTENTE TAM PADRAO	UNIDADE	24	R$ 26,95	R$ 646,80	Dello
309	43013	PORTA PAPEL OU CAIXA DE CORRESPONDENCIA DUPLA P/ MESA DE ESCRITORIO	UNIDADE	4	R$ 64,00	R$ 256,00	Waleu
310	43012	PORTA PAPEL OU CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA P/ MESA DE ESCRITORIO	UNIDADE	4	R$ 79,80	R$ 319,20	Waleu
320	32175	QUEBRA CABECA DE ANIMAIS	UNIDADE	4	R$ 23,49	R$ 93,96	Calimbras
321	32174	QUEBRA CABECA PRIMEIRA IDADE	UNIDADE	4	R$ 23,49	R$ 93,96	CiaBrink
334	21952	REGUA CRISTAL EM POLIESTIRENO 30 CM REFORCADA	UNIDADE	148	R$ 3,29	R$ 486,92	Waleu
340	28875	TAPETE LUDICO	UNIDADE	3	R$ 109,00	R$ 327,00	Ibell

342	32795	TELA P/ PINTURA 20X20 CM	UNIDADE	10	R$ 7,15	R$ 71,50	Guedes
343	24524	TELA P/ PINTURA 30X20 CM	UNIDADE	10	R$ 10,50	R$ 105,00	Guedes
344	21988	TELA P/ PINTURA 30X40 CM	UNIDADE	10	R$ 14,30	R$ 143,00	Guedes
345	21962	TESOURA DOMESTICA 8 POLEGADAS	UNIDADE	17	R$ 7,90	R$ 134,30	Guedes
346	15503	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA CABO EM PLASTICO PEQUENA	UNIDADE	130	R$ 4,90	R$ 637,00	Masterprint
348	22103	TINTA GUACHE 250g CX 6X1 CORES VARIADAS	CAIXA	44	R$ 44,80	R$ 1. 971,20	Piratininga
349	45841	TINTA GUACHE DIVERSAS CORES POTE 250 ML	UNIDADE	20	R$ 7,45	R$ 149,00	Piratininga
350	22126	TINTA P/ CARIMBO S/ OLEO COR AZUL 42 ML	UNIDADE	6	R$ 11,00	R$ 66,00	Pilot
351	21976	TINTA P/ CARIMBO S/ OLEO COR PRETA 42 ML	UNIDADE	7	R$ 11,00	R$ 77,00	Pilot
352	32584	TINTA P/ TECIDO 250g CORES VARIADAS	UNIDADE	200	R$ 17,70	R$ 3. 540,00	Acrilex
					TOTAL	**R$ 108. 164,53**	

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP

CNPJ: 26.877.656/0001-80

ENDEREÇO: Avenida Alzira Santana, S/N, Bairro Ikaray, Várzea Grande/MT.

Seq.	Cod.	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
4	9812	ALFINETE PARA MURAL SEM CABECA CX C/ 50 UNID	CAIXA	5	R$ 8,65	R$ 43,25	BRW
10	5448	APONTADOR PLASTICO S/ COLETOR SIMPLES	UNIDADE	160	R$ 1,50	R$ 240,00	Lyke
20	21989	BAMBOLE P/ ATIVIDADES RECREATIVAS TAM UNICO	UNIDADE	100	R$ 15,00	R$ 1. 500,00	Minitoys
30	28862	BLOCO LOGICO 48 PECAS COLORIDOS EM MADEIRA	UNIDADE	8	R$ 65,00	R$ 520,00	Ciabrik
34	22115	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO SIMPLES P/ ATIV RECREATIVAS	UNIDADE	25	R$ 89,90	R$ 2. 247,50	Stadium
40	19454	BOLA DE PING PONG	UNIDADE	80	R$ 1,50	R$ 120,00	CL
44	28911	BOLINHAS DE BORRACHAS COLORIDAS	UNIDADE	10	R$ 12,80	R$ 128,00	LCM
45	37491	BOLSA EM LONA TIPO CARTEIRO COM DIVERSOS COMPARTIMENTOS	UNIDADE	60	R$ 118,00	R$ 7. 080,00	Wincy
48	46702	BONECA BARBIE FASHION AND BEAUTY DE PLASTICO (L x A x P): 7,5 x 30 x 4,5 CM.	UNIDADE	200	R$ 35,00	R$ 7. 000,00	Sarcop
50	46703	BONECA NENEQUINHA BEBEZINHO - SUPER TOYS, PLASTICO E VINIL ATOXICO (L x A x P): 16 x27 x 9,5 CM	UNIDADE	200	R$ 34,00	R$ 6. 800,00	Minitoys
53	21985	BRINQUEDO FAZENDINHA C/ DIVERSOS BICHOS EM PLASTICO DURO	UNIDADE	12	R$ 23,00	R$ 276,00	Barcelona
57	15524	CADERNO 48 FLS ESPIRAL CAPA DURA	UNIDADE	330	R$ 6,25	R$ 2. 062,50	Foroni
59	15322	CADERNO GRANDE ESPIRAL CAPA DURA 10 MATERIAS	UNIDADE	150	R$ 24,00	R$ 3. 600,00	Foroni
72	15521	CANETINHAS HIDROCOR CX C/ 12 UNID DIVERSAS CORES	UNIDADE	38	R$ 16,00	R$ 608,00	Lyke
73	24434	CANETINHAS HIDROCOR CX C/ 24 UNID DIVERSAS CORES	CAIXA	60	R$ 31,00	R$ 1. 860,00	Lyke
89	28983	CENARIO PARA FANTOCHE	UNIDADE	7	R$ 350,00	R$ 2. 450,00	Jott Play
91	28988	CESTA DE BASQUETE	UNIDADE	4	R$ 135,00	R$ 540,00	jott Play
92	32587	CHINELO DE BORRACHA NUMEROS E CORES VARIADOS	PAR	100	R$ 24,80	R$ 2. 480,00	Havaiana
101	11954	COLA BRANCA 90 GR	UNIDADE	179	R$ 4,35	R$ 778,65	Zas Traz
103	9445	COLA BRANCA LAVAVEL NAO TOXICA 500GR	UNIDADE	58	R$ 9,25	R$ 536,50	Zas Traz
104	7506	COLA CASCOREX 1OOOGR	UNIDADE	20	R$ 37,00	R$ 740,00	Cascorex
105	32589	COLA GLITER 23g CORES VARIADAS	UNIDADE	130	R$ 4,60	R$ 598,00	Zas Traz
106	45824	COLA INSTANTANEA 20GR	UNIDADE	30	R$ 14,20	R$ 426,00	TeKBond
107	48909	COLA INSTANTANEA MULTIUSO 20G INCOLOR, INDICADA PARA SUPERFICIES FLEXIVEIS E ADERE UMA AMPLA VARIEDADE DE MATAIS, PLASTICOS, BORRAVHAS E OUTROS MATERIAIS, PRODUTO A BASE DE CIANOACRILILATO DESENVOLVIDO PARA COLAGENS QUE NECESSITAM DE ALTA VELOCIDADE DE CURA E EXCELENTE RESISTENCIA	UNIDADE	50	R$ 14,20	R$ 710,00	TeKBond
108	15490	COLA P/ E.V.A E ISOPOR 90 G	UNIDADE	104	R$ 7,90	R$ 821,60	Zas Traz
109	32581	COLA PARA DECOUPAGE EMB C/ NO MINIMO 100 g (TERMOLINA LEITOSA)	UNIDADE	65	R$ 8,00	R$ 520,00	Acrilex

110	37240	COLA-ADESIVA UNIVERSAL P/ ARTESANATO TRANSPARENTE TUBO C/ 28 G	UNIDADE	60	R$ 15,00	R$ 900,00	TeKBond
111	22095	COLA-ADESIVO VINILICO DE COR BRANCA INDICADO P/ COLAGENS DE MADEIRA, LAMINADOS DE PLASTICO, PAPEL, PAPELAO E MAT POROSO EM GERAL-EMB C/ 1 kg	UNIDADE	20	R$ 37,00	R$ 740,00	Zas Traz
112	32799	COLA-ADESIVO VINILICO DE COR BRANCA INDICADO P/ COLAGENS DE MADEIRA, LAMINADOS DE PLASTICO, PAPEL, PAPELAO E MAT POROSO EM GERAL-EMB C/ 500 g	UNIDADE	23	R$ 15,90	R$ 365,70	Zas Tras
118	24504	CORDA P/ PULAR CORDA MED APROX 2,3m C/ PROTETOR P/ MAO	UNIDADE	50	R$ 20,00	R$ 1.000,00	Centro Oeste
124	32165	DVD-R GRAVAVEL 4.7 gb 120 Min 8 X	UNIDADE	60	R$ 1,30	R$ 78,00	Maxprint
127	21993	E.V.A EMBORRACHADO PLACA DE 600X400 MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	2150	R$ 2,45	R$ 5.267,50	VMP
141	21943	ESTILETE ESTREITO EM PLASTICO COM LAMINA DE 9 MM DE LARGURA	UNIDADE	156	R$ 1,80	R$ 280,80	Masterprint
142	16716	ESTILETE GRANDE	UNIDADE	53	R$ 4,60	R$ 243,80	Masterprint
143	18841	ESTOJO DE MAQUIAGEM PEQUENO	UNIDADE	20	R$ 14,70	R$ 294,00	Import
144	24436	ESTOJO ESCOLAR COM ZIPER	UNIDADE	5	R$ 15,80	R$ 79,00	LS
145	6537	EXTRATOR DE GRAMPO	UNIDADE	80	R$ 3,70	R$ 296,00	BRW
146	9419	EXTRATOR DE GRAMPOS	UNIDADE	10	R$ 3,70	R$ 37,00	BRW
147	28869	FAMILIA LUDICA	UNIDADE	7	R$ 149,00	R$ 1.043,00	Jott Play
148	28980	FANTOCHE DE BONECOS	UNIDADE	25	R$ 44,00	R$ 1.100,00	Jott Play
159	45827	FITA PLASTICA PCV 2,4 CM PARA PRESENTE EM ROLO	UNIDADE	50	R$ 34,00	R$ 1.700,00	Em Festa
160	22124	FITILHO DE NYLON 1/2 CM DE LARG CORES VARIADAS ROLO 50M	UNIDADE	100	R$ 2,90	R$ 290,00	Brilha Festa
161	28950	FOCINHO DE ANIMAIS P/ ARTESANATO PCTE C/ 10 UND	PACOTE	50	R$ 5,80	R$ 290,00	Import
168	15349	GLITTER ESCOLAR EMB C/3 GR CORES DIVERSAS	UNIDADE	70	R$ 1,00	R$ 70,00	Lantecor
170	37270	GRAMPEADOR 26/6 BASE 11CM	UNIDADE	44	R$ 26,00	R$ 1.144,00	Lyke
171	21958	GRAMPEADOR 26/6 BASE 20CM	UNIDADE	47	R$ 46,50	R$ 2.185,50	Lyke
172	15485	GRAMPEADOR BASE 12 CM	UNIDADE	23	R$ 26,00	R$ 598,00	Lyke
173	24538	GRAMPEADOR BASE 24CM	UNIDADE	15	R$ 67,00	R$ 1.005,00	Lyke
174	5438	GRAMPEADOR DE PRESSAO PARA MADEIRA	UNIDADE	6	R$ 100,00	R$ 600,00	Lyke
175	24478	GRAMPO 106/4 CX C/ 5000 UND	CAIXA	5	R$ 17,50	R$ 87,50	BRW
176	13196	GRAMPO 106/6 CX 5000UN	UNIDADE	15	R$ 17,30	R$ 259,50	BRW
177	22125	GRAMPO 106/6 CX C/ 5000UND	CAIXA	39	R$ 17,30	R$ 674,70	BRW
178	6574	GRAMPO 26/6 CX COM 5000	CAIXA	111	R$ 8,20	R$ 910,20	Masterprint
179	37272	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PRESSAO PARA MADEIRA	UNIDADE	7	R$ 17,90	R$ 125,30	BRW
180	39599	GRAMPO PLASTICO ESTENDIDO DIMENSÕES 300X9X112 MM PACOTE C/ 50 UNIDADES	PACOTE	27	R$ 25,00	R$ 675,00	Helomax
181	21934	GRAMPO TRILHO DE METAL P/ ARQUIVAMENTO DE ATE 500 FOLHAS DE PAPEL CX C/ 50 UND	CAIXA	5	R$ 17,50	R$ 87,50	BRW
182	22099	GRAMPO TRILHO DE PLASTICO INTEIRISSO PCT C/ 50 UNID	PACOTE	21	R$ 12,30	R$ 258,30	Ello
183	42827	GRAMPO TRILHO GALVANIZADO 80 MM CX C/50 UNID.	CAIXA	8	R$ 17,15	R$ 137,20	BRW
187	32173	JOGO DA MEMORIA DE FIGURAS E LETRAS	UNIDADE	34	R$ 22,30	R$ 758,20	Cia Brink
201	48911	KIT PINCEL PARA PINTURA FACIAL	UNIDADE	5	R$ 19,50	R$ 97,50	Condor
205	29011	LAPIS ADEQUADO P/ GRAFITE	UNIDADE	8	R$ 3,20	R$ 25,60	Cis
206	9794	LAPIS DE COR GRANDE - CX 12 X 1	CAIXA	704	R$ 14,00	R$ 9.856,00	Masterprint
207	9318	LAPIS PRETO N2 SIMPLES CX C/ 144 UNID	CAIXA	28	R$ 60,00	R$ 1.680,00	Lyke
234	15496	PAPEL DE PRESENTE EM PEDACO MED. APROX. 50X70 CM ESTAMPAS VARIADAS	UNIDADE	900	R$ 0,75	R$ 675,00	VMP
235	9803	PAPEL HECTOGRAFICO - ESTENCIL A ALCOOL CX C/ 100 FLS	CAIXA	1	R$ 130,00	R$ 130,00	Hardcopy
241	24476	PAPEL SULFITE A4 75 GR RESMA C/ 500 FOLHAS	UNIDADE	40	R$ 16,50	R$ 660,00	Papermais
242	2262	PAPEL SULFITE A4 CX C/ 10 RESMAS DE 500 FLS	CAIXA	275	R$ 165,00	R$ 45.375,00	Papermais
243	45831	PAPEL TERMOCOLANTE	UNIDADE	100	R$ 18,00	R$ 1.800,00	VMP
249	32203	PASTA CATALOGO C/ 100 PLAST CAPA DE PAPELAO REVEST C/ PLASTICO C/ 4 COLCHETES	UNIDADE	85	R$ 20,90	R$ 1.776,50	Dac

262	4662	PASTA SUSPENSA KRAFT C/50	CAIXA	18	R$ 74,50	R$ 1.341,00	Frama
263	42792	PEN DRIVE CAPAC 16 GB CONEXAO USB 2.0 OU MAIOR MEMORIA FLASH	UNIDADE	9	R$ 44,50	R$ 400,50	Sandisk
264	43192	PEN DRIVE CAPAC 32 GB, USB 3.0 (CORSAIR, KINGSTON, SANDISK)	UNIDADE	10	R$ 84,00	R$ 840,00	Sandisk
265	21953	PEN DRIVE CAPAC 4 GB CONEXAO USB 2.0 OU MAIOR MEMORIA FLASH	UNIDADE	20	R$ 44,50	R$ 890,00	Sandisk
266	32205	PEN DRIVE CAPAC 8 GB CONEXAO USB 2.0 OU MAIOR MEMORIA FLASH	UNIDADE	20	R$ 42,00	R$ 840,00	Sandisk
269	15354	PERFURADOR CENTRAL P/ 50 FOLHAS	UNIDADE	9	R$ 89,00	R$ 801,00	Lyke
270	48913	PERFURADOR DE PAPEL COM REGUA DE REGULAGEM. DIMENSOES: 60 X 10 X 55 MM. ABERTURAS: 8MM. CAPACIDADE DE PERFURACAO: 10 FOLHAS. DISTANCIA ENTRE FUROS: 80MM. DISTANCIA DE MARGEM: 8MM. PESO: 0,132KG BASE: CHAPA DE ACO/PLASTICO, BASE INFERIOR: EM PLASTICO//REMOVIVEL(RECICLAVEL), PINOS: ACO TRIFILADO, TEMPERADO E ZINCADO.	UNIDADE	20	R$ 22,80	R$ 456,00	Lyke
271	48912	PERFURADOR DE PAPEL PROFISSIONAL COM CAPACIDADE DE PERFURAR ATE 100 FOLHAS 75G POR VEZ COM 2 FUROS DE 6MM DE DIAMENTRO	UNIDADE	2	R$ 235,00	R$ 470,00	Cavia
273	9819	PINCEL ATOMICO COR AZUL - CX 12 X 1	CAIXA	14	R$ 67,50	R$ 945,00	BRW
274	9818	PINCEL ATOMICO COR PRETO - CX 12 X 1	CAIXA	14	R$ 67,50	R$ 945,00	BRW
275	15501	PINCEL ATOMICO COR VERDE CX 12X1	CAIXA	11	R$ 67,50	R$ 742,50	BRW
276	9820	PINCEL ATOMICO COR VERMELHO - CX 12 X 1	CAIXA	14	R$ 67,50	R$ 945,00	BRW
277	21935	PINCEL MARCA TEXTO COR AMARELO CX C/ 12 UNID	CAIXA	20	R$ 47,00	R$ 940,00	Masterprint
278	21936	PINCEL MARCA TEXTO COR LARANJA CX C/ 12 UNID	CAIXA	14	R$ 47,00	R$ 658,00	Masterprint
279	21937	PINCEL MARCA TEXTO COR VERDE CX C/ 12 UNID	CAIXA	14	R$ 47,00	R$ 658,00	Masterprint
280	24482	PINCEL N 00 CABO MARROM	UNIDADE	100	R$ 6,10	R$ 610,00	Condor
281	14811	PINCEL N§ 12	UNIDADE	70	R$ 4,20	R$ 294,00	Condor
299	46697	PINHEIRO DE NATAL GRANDE	UNIDADE	3	R$ 250,00	R$ 750,00	CentroOeste
300	46700	PISCA PISCA - LUZES DE NATAL	UNIDADE	20	R$ 60,00	R$ 1.200,00	Natali
306	43018	PLASTICO PARA CRACHA	UNIDADE	230	R$ 1,50	R$ 345,00	TAC
307	21975	PLASTICO PARA PASTA CATALOGO DOIS FUROS	UNIDADE	400	R$ 0,38	R$ 152,00	TAC
322	22122	QUEBRA-CABECAS DE PAPELAO REFORCADO MED APROX 30X30CM	UNIDADE	4	R$ 42,00	R$ 168,00	Pais&filhos
329	24518	REDE DE PING PONG	UNIDADE	10	R$ 19,50	R$ 195,00	CL
333	24508	REGUA 50 CM	UNIDADE	28	R$ 5,48	R$ 153,44	Waleu
335	48915	REGUA DE ACO INOX 1 METRO	UNIDADE	3	R$ 117,90	R$ 353,70	Western
337	15464	RELOGIO DE PAREDE C/ 3 PONTEIROS E NUM. CARDINAIS APROXIMADAMENTE 30 CM	UNIDADE	12	R$ 45,00	R$ 540,00	Quartz
374	37349	VERNIZ ACRILICO	UNIDADE	10	R$ 8,20	R$ 82,00	Acrilex
376	22104	VERNIZ VITRAL EMB 37ml CORES VARIADAS	UNIDADE	10	R$ 7,80	R$ 78,00	Acrilex
					TOTAL R$ 147.135,44		

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, ou da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Os Serviços deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custo de deslocamento de veículos a serem concertados quando a CONTRATADA não for da sede do município da CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção Departamento de Obras Transportes e Serviços Urbanos

387 – Material de Consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica

2 026 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

275 - Material de Consumo

PAB – BLOCO I

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica

2 029 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica

294 - Material de Consumo

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0036 – Bloco III – Vigilância e Promoção da Saúde

2 031 – Manutenção do Bloco da Vigilância em Saúde

320 - Material de Consumo

ADMINISTRAÇÃO

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

001 – Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 006 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração Planejamento

065 - Material de Consumo

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretario de Educação, Cultura e Esporte

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

099 - **Material de Consumo**

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0058 – Gestão de Assistência Social

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

425 - **Material de Consumo**

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 02/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

A.E.C NOSSOL EIRELI – ME

CNPJ: 21.830.961/0001-01

CONTRATADA

BELAFORTE COMERCIAL LTDA

CNPJ: 24.296.486/0001-15

CONTRATADA

BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI – ME

CNPJ: 11.618.579/0001-77

CONTRATADA

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP

CNPJ: 26.877.656/0001-80

CONTRATADA

LICITAÇÃO
NONO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 54/2014/DEPTO/ADM/ COMPRAS

NONO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 54/2014/DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465. 556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 4. 336.594-0 SESP/PR e CPF n.º 788.664.809-91, residente e domiciliado á Rua José Joaquim Vieira, nº 88, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e a empresa **CONSTRUTORA LINEAR LTDA - EPP**, estabelecida na Rua dos Tuiuiús, nº 410, Bairro Cotrel, Guarantã do Norte/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 17.420.526/ 0001-23, neste ato representado pelo Sr. Gabriel Rodrigues Pinto, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 966.340.731-04, residente e domiciliado(a) no município de Guarantã do Norte-MT; doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **NONO Termo Aditivo do Contrato nº. 54/2014/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente Aditar o Contrato Administrativo firmado em 02 de julho de 2014, cujo objeto trata da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO-TSD, NA RUA MANOEL FRANCISCO DA HORA,** no município de Nova Monte Verde, conforme projeto deengenharia, para fins de prorrogação do **Prazo de Execução e de Vigência** estabelecidos respectivamente nas Cláusulas Quinta e Sexta.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2020, conforme solicitação realizada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 19 de Fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE **Beatriz de Fátima Sueck Lemes** **Prefeita Municipal**	**CONSTRUTORA LINEAR LTDA - EPP** **CNPJ: 17.420.526/0001-23** **Contratada**

Testemunhas:

ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO RG 1438360-8 CPF 984.401.601-00	POLIANA ALVES DEON CPF: 022.956.211-60 RG: 1889865-3 SSP/*MT*

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019

PROCESSO Nº. 309/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 007/2019 de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 02/2019 sagraram-se vencedoras do Certame Licitatório realizado no dia 13 de Fevereiro de 2019, ás 08:00 horas ás seguintes:

EMPRESAS:
Ø ***A.E.C NOSSOL EIRELI - ME, CNPJ: 21.830.961/0001-01***, para um Valor Total de R$ 101.684,59 (cento e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos);
Ø **BELAFORTE COMERCIAL LTDA, CNPJ: 24.296.486/0001-15,** para um valor total de R$ 85.910,24 (oitenta e cinco mil, novecentos e dez reais e vinte e quatro centavos;
Ø **BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI-ME, CNPJ: 11. 618.579/0001-77, para um valor total de R$ 108.164,53 (cento e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos);**
Ø **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ: 26.877.656/0001-80**, para um valor total de R$ 147.135,44 (Cento e quarenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) para um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 007/2019

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2019

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Dispõe sobre supressão da tabela 2, do anexo IV, da Resolução nº 002/2014, alteração de valores contidos na tabela 1, do anexo IV, da Resolução nº 002/2014, e revogação do Art. 2º da Resolução nº 008/2015, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são inerentes; faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica suprimido da Resolução nº 002/2014, a tabela 2, do anexo IV.

Art. 2º. Fica alterada a tabela 1, do anexo IV, da Resolução nº 002/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"TABELA 1

Vereadores (somente para fora do Estado) e Servidores (para dentro e fora do Estado)

DESLOCAMENTO PARA DENTRO DO ESTADO - capital ou outros municípios com distância superior ou igual a 200 Km.

DESLOCAMENTO PARA FORA DO ESTADO - livre de quilometragem:

Diária com pernoite .....R$ 250,00

Diária sem pernoite..... R$ 100,00

Outros Estados.....R$ 500,00"

Art. 3° Fica revogado o Art. 2º da Resolução nº 008/2015.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2019

RESOLUÇÃO Nº 003/2019

Modifica o Art. 1º da Resolução nº 009/2011, para promover alteração do valor da verba indenizatória destinada aos vereadores visando a recomposição de despesas realizadas no exercício das atividades parlamentares, no âmbito do Município de Nova Olímpia-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são inerentes, faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1° Fica modificado o Art. 1º da Resolução nº 009/2011, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° Acatada as limitações estabelecidas na Constituição Federal e observadas as disposições legais, o Poder Legislativo institui a verba indenizatória no valor de R$ 3.000,00, (três mil reais) destinada aos vereadores desta casa de leis, e no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para o Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019

Dispõe sobre a apreciação dos nomes das mulheres indicadas para o título honorífico "Mulher Cidadã" edição 2019 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são inerentes, faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovados os nomes das mulheres indicadas para homenagem com o título honorífico "Mulher Cidadã", edição 2019.

Parágrafo único. Fazem parte integral deste documento o anexo I, (Relação de indicantes e indicadas) e o Anexo II (Dados biográficos das agraciadas).

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 063 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar **a pedido do servidor Público do Município de Nova Olímpia MT, Senhor JOSÉ DE ALMEIDA BANDEIRA,** brasileiro, casado, médico, CRM do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso n.º 2961, portador da Cédula de Identidade RG: n.º 296506 SSP/PB e do CPF: n.º 132.666.084-53, nomeado para o cargo de provimento efetivo de **MÉDICO CLINICO GERAL** em dois vínculos**.** Matrícula n.º000678**,** através da Portaria n.º 118/2004 de 20/12/2004 com 20 horas semanal e Matrícula n.º 002476, Portaria n.º 010/2007 de 01/01/2007 com 20 horas semanal.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 19 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 002/2019/PMNO.

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 002/2019/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 20/02/2019 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 20/02/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE APOIO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM(DIARIA), TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES, E SEUS ACOMPANHANTES QUANDO FOR O CASO, EM TRATAMENTO DE SAÚDE NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE.

LICITANTE VENCEDOR: URBANISTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI - CNPJ 11.352.553/0001-20

VALOR UNITARIO: R$ 62,30 (sessenta e dois reais e trinta centavos)

Nova Olímpia/MT, 20 de fevereiro de 2019.

Eliete Silva

Port. 058/2019

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 003/2019/PMNO.

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 003/2019/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 19/02/2019 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 19/02/2019

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE DOIS VEICULOS NOVOS DESTINADOS A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT

LICITANTE VENCEDOR: TATIANA CAPITANIO VEICULOS -CNPJ 09. 103.941/0001-25

VALOR UNITARIO: R$ 86.080,00 (oitenta e seis mil e oitenta reais).

Nova Olímpia/MT, 21 de fevereiro de 2019.

Eliete Silva

Port. 058/2019

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2019

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

Dispõe sobre a modificação da formação das comissões permanentes da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, para o biênio 2019/2020, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são inerentes, faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam modificadas a formação das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, para o biênio 2019/2020.

Parágrafo único. As comissões permanentes descrita no caput deste artigo passam a funcionar com a formação expressas no anexo I, desta norma.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada a Publicação que saiu na edição do dia 15/02/2019 no Diário de Nº 3168, nas Páginas 464/465, referente a Convocação Individual para o Cargo de Motorista do Candidato o Sr° Alex Sandro Pereira, mediante o fato de que os serviços do mesmo não será necessário no momento, retornando o candidato para a lista de espera, conforme ordem de clas-

sificação do Processo Seletivo Simplificado 004/2018. Sendo assim cancelamos a referida publicação.

BALANCO ORÇAMENTÁRIO 2018 - RESTOS À PAGAR

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		50.181,68	49.063,02	49.063,02		1.118,66
Outras Despesas Correntes		50.181,68	49.063,02	49.063,02		1.118,66
DESPESAS DE CAPITAL	66.659,08	155.552,19	222.211,27	222.211,27		
Investimentos	66.659,08	155.552,19	222.211,27	222.211,27		
TOTAL	66.659,08	205.733,87	271.274,29	271.274,29		1.118,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		28.309,16	28.309,16		
Pessoal e Encargos Sociais		382,91	382,91		
Outras Despesas Correntes		27.926,25	27.926,25		
TOTAL		28.309,16	28.309,16		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO PUBLICAÇÃO PP 005/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 11 de Março de 2019, às 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça Alberto Zaneti s/n - Nova Santa Helena/MT e no site **www.novasantahelena.mt.gov.br**

Nova Santa Helena/MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

BALANCO ORÇAMENTÁRIO 2018 - RECEITAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.438.365,00	17.438.365,00	18.260.167,59	104,71	821.802,59
RECEITAS CORRENTES	16.614.837,00	16.614.837,00	17.947.667,59	108,02	1.332.830,59
Receitas Tributárias	859.539,00	859.539,00	1.177.095,19	136,94	317.556,19
Impostos	775.646,00	775.646,00	1.009.019,54	130,08	233.373,54
Taxas	83.893,00	83.893,00	168.075,65	200,34	84.182,65
Receitas de Contribuições	97.200,00	97.200,00	189.339,50	194,79	92.139,50
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	97.200,00	97.200,00	189.339,50	194,79	92.139,50
Receita Patrimonial	176.904,00	176.904,00	38.957,99	22,02	-137.946,01
Valores Mobiliários	176.904,00	176.904,00	38.957,99	22,02	-137.946,01
Receitas de Serviços	306.576,00	306.576,00	321.645,06	104,91	15.069,06
Outros Serviços	306.576,00	306.576,00	321.645,06	104,91	15.069,06
Transferências Correntes	15.165.298,00	15.165.298,00	16.120.769,88	106,30	955.471,88
Outras Receitas Correntes	9.320,00	9.320,00	99.859,97	71,45	90.539,97
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.000,00	5.000,00	91.746,70	834,93	86.746,70
Demais Receitas Correntes	4.320,00	4.320,00	8.113,27	187,80	3.793,27
RECEITAS DE CAPITAL	823.528,00	823.528,00	312.500,00	37,94	-511.028,00
Transferências de Capital	823.528,00	823.528,00	312.500,00	37,94	-511.028,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	17.438.365,00	17.438.365,00	18.260.167,59	104,71	821.802,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	17.438.365,00	17.438.365,00	18.260.167,59	104,71	821.802,59
DÉFICIT (VII)		1.154.360,45	148.301,28	12,84	-1.006.059,17
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	17.438.365,00	18.592.725,45	18.408.468,87	99,00	-184.256,58
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)			1.693.081,07		
Superávit Financeiro			1.693.081,07		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
DÉFICIT (IV)	581.970,00	555.310,33	553.473,20	99,66	-1.837,13
TOTAL (V) = (III + IV)	581.970,00	555.310,33	553.473,20	99,66	-1.837,13

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 20/02/2019 09:43:22

Página 1

Homologado

BALANCO ORÇAMENTÁRIO 2018 - DESPESAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	16.071.980,00	18.037.415,12	17.854.995,67	17.635.708,38	17.435.963,37	98,98	182.419,45
DESPESAS CORRENTES	15.595.780,00	16.037.217,02	15.907.347,42	15.755.504,95	15.577.636,59	99,19	129.869,60
Pessoal e Encargos Sociais	8.249.900,00	7.758.221,78	7.686.625,01	7.686.625,01	7.686.625,01	99,07	71.596,77
Outras Despesas Correntes	7.345.880,00	8.278.995,24	8.220.722,41	8.068.879,94	7.891.011,58	99,29	58.272,83
DESPESAS DE CAPITAL	456.200,00	2.000.198,10	1.947.648,25	1.880.203,43	1.858.326,78	97,37	52.549,85
Investimentos	456.200,00	2.000.198,10	1.947.648,25	1.880.203,43	1.858.326,78	97,37	52.549,85
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	581.970,00	555.310,33	553.473,20	553.473,20	553.473,20	99,66	1.837,13
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	16.653.950,00	18.592.725,45	18.408.468,87	18.189.181,58	17.989.436,57	99,00	184.256,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	16.653.950,00	18.592.725,45	18.408.468,87	18.189.181,58	17.989.436,57	99,00	184.256,58
SUPERÁVIT (XIV)	784.415,00						
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	17.438.365,00	18.592.725,45	18.408.468,87	18.189.181,58	17.989.436,57	99,00	184.256,58

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (I)	581.970,00	555.310,33	553.473,20	553.473,20	553.473,20	99,66	1.837,13
Pessoal e Encargos Sociais	581.970,00	555.310,33	553.473,20	553.473,20	553.473,20	99,66	1.837,13
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	581.970,00	555.310,33	553.473,20	553.473,20	553.473,20	99,66	1.837,13
TOTAL (V) = (III + IV)	581.970,00	555.310,33	553.473,20	553.473,20	553.473,20	99,66	1.837,13

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 20/02/2019 09:43:23

Página 1

Homologado

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 035/2019.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratado: CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS.

O **CONTRATADO** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de MOTORISTA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.900,00 (mil e novecentos reais), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 18 de fevereiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2019, conforme Processo Seletivo Simplificado 004/2018 e Lei Autorizativa n° 867/2018.

DVP - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**20.922.525,02**	**19.973.393,94**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.363.741,91**	**1.018.097,54**
IMPOSTOS	1.195.480,89	947.244,06
TAXAS	168.261,02	70.853,48
CONTRIBUIÇÕES	**189.339,50**	**92.846,59**
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	189.339,50	92.846,59
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**321.645,06**	**301.191,15**
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	321.645,06	301.191,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**72.851,30**	**96.187,78**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	33.893,31	-18.870,16
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	38.957,99	115.057,94
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**18.876.692,21**	**18.410.551,22**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.064,74	13.407,13
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	18.870.627,47	16.338.101,65
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		2.059.042,44
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**6.524,00**	**43.152,17**
REAVALIACAO DE ATIVOS		6.200,00
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	6.524,00	36.952,17
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**91.731,04**	**11.367,49**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	91.731,04	11.367,49

Emissão: 15/02/2019 22:23:17 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**20.020.634,91**	**17.932.011,24**
PESSOAL E ENCARGOS	**8.240.098,21**	**7.984.674,01**
REMUNERACAO A PESSOAL	7.259.717,96	7.036.523,89
ENCARGOS PATRONAIS	980.380,25	948.150,12
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**7.580.772,58**	**5.858.424,95**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.772.547,22	2.397.603,62
SERVICOS	4.584.476,67	3.460.821,33
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	223.748,69	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**3.822.946,20**	**3.323.933,28**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	876.360,00	850.000,02
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.523.523,79	2.181.851,17
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	279.675,50	11.200,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	143.386,91	280.882,09
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**153.588,99**	**177.402,53**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	35.822,40	142.514,78
PERDAS INVOLUNTARIAS	80.000,00	199,80
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	37.766,59	34.687,95
TRIBUTÁRIAS	**172.708,07**	**435.885,96**
CONTRIBUICOES	172.708,07	435.885,96
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**50.520,86**	**151.690,51**
INCENTIVOS	28.600,00	44.000,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	21.920,86	107.690,51
Resultado Patrimonial do Período	**901.890,11**	**2.041.382,70**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	2.102.414,70	2.179.313,48
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		117.750,00

Emissão: 15/02/2019 22:23:17 Página 3

Homologado

BALANCO FINANCEIRO - 2018

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2018

Data de emissão: 20/02/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**18.260.167,59**	**17.860.868,79**	**Despesa Orçamentária**	**18.408.468,87**	**17.045.780,23**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	8.296.005,32	11.148.083,38	Ordinária	7.848.306,44	6.781.569,92
Vinculadas			Vinculadas		
Alienação de bens	910,98	117.750,00	Alienação de bens	135.532,00	
Assistência social	192.263,01	383.545,86	Assistência social	244.384,05	379.231,54
Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	28.040,37		Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	24.205,37	
Educação	6.602.918,93	3.244.314,53	Educação	4.228.102,28	3.840.547,69
Outras áreas	1.273.020,03	2.605.753,17	Outras áreas	1.724.088,22	2.583.557,83
Saúde	4.353.434,93	2.581.937,06	Saúde	4.203.850,51	3.460.873,25
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	2.486.425,98	2.220.515,21			
Transferências Financeiras Recebidas	**6.064,74**	**13.407,13**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**876.360,00**	**850.000,02**
Transferências Financeiras Recebidas	6.064,74	13.407,13	Transferências Financeiras Concedidas	876.360,00	850.000,02
Recebimentos Extra-Orçamentários	**2.031.951,43**	**1.887.506,16**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**1.915.018,72**	**1.778.956,65**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Não processados inscritos no período	219.287,29	205.733,87	Não processados pagos no período	271.274,29	103.643,26
Processados inscritos no período	199.745,01	28.309,16	Processados pagos no período	28.309,16	25.023,84
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	1.612.919,13	1.653.463,13	Outras movimentações extra-orçamentárias	1.615.435,27	1.650.289,55
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**2.136.066,00**	**2.049.020,82**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**1.234.402,17**	**2.136.066,00**

Emissão: 20/02/2019 11:51:09 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2018

Data de emissão: 20/02/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	2.136.066,00	2.049.020,82	Bancos conta movimento	1.234.402,17	2.136.066,00
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**22.434.249,76**	**21.810.802,90**	**TOTAL**	**22.434.249,76**	**21.810.802,90**

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeito (a)

MARCOS ANTONIO MAIA
MT 007413/O-3

LUIZ HENRIQUE GONCALVES
Secretario de Financas

Emissão: 20/02/2019 11:51:09 Página 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 01/2019

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 01/2019

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a)**ANA PAULA ROSA DA SILVA** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **2939443-0 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **069.351.701-84**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **MENOR APRENDIZ,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Administração, **durante o período de 29 de Janeiro de 2019 a 13 de Dezembro de 2019**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 499,00 (Quatrocentos e noventa e nove reais)**, correspondentes a 40 (quarenta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Administração, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

10.001.04.122.0035.2056.319004000000.0331

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 29 dia do mês de Janeiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANA PAULA ROSA DA SILVA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665. 631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **RUDINEI MORAES DA SILVA - MEI**, inscrito no CNPJ sob o nº 26.996.087/0001-92, objetivo deste é o Distrato do Contrato nº 042/2017 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (EMPRESA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA ZONA RURAL E URBANA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT.** Este distrato se fundamenta nos termos do edital do certame e nos termos das cláusulas contratuais, no parecer exarado pelo assessor jurídico sob o nº 018/2019 e é regido pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Xavantina-MT, 20 de fevereiro de 2.019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **JOÃO DIVINO RIBEIRO GOMES**, inscrito no CNPJ sob o nº 22.301.856/0001-30, objetivo deste é o Distrato do Contrato nº 043/2017 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (EMPRESA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA ZONA RURAL E URBANA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT.** Este distrato se fundamenta nos termos do edital do certame e nos termos das cláusulas contratuais, no parecer exarado pelo assessor jurídico sob o nº 018/2019 e é regido pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Xavantina-MT, 20 de fevereiro de 2.019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.

REAVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2019 - objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUINDO SERVIÇOS DE MONTAGENS E DESMONTAGENS**". Após ter sido suspenso para adequações fica determinada a Data de abertura dos envelopes: **12/03/2019, às 9h00min** (horário Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço eletrônico: compraspmnx@gmail.com **.**

Nova Xavantina – MT, 20 **de** fevereiro de 2.019.

WALMIR ARRUDA COSTA Pregoeiro Oficial.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 041/2017

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 041/2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **FLAVIO PIRES DA SILVA - EI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.951.281/0001-26, objetivo deste é o Distrato do Contrato nº 041/2017 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (EMPRESA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA ZONA RURAL E URBANA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT.** Este distrato se fundamenta nos termos do edital do certame e nos termos das cláusulas contratuais, no parecer exarado pelo assessor jurídico sob o nº 018/2019 e é regido pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Xavantina-MT, 20 de fevereiro de 2.019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **JOÃO PEREIRA MACHADO**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.864.570/0001-58, objetivo deste é o Distrato do Contrato nº 034/2017 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (EMPRESA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA ZONA RURAL E URBANA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT.** Este distrato se fundamenta nos termos do edital do certame e nos termos das cláusulas contratuais, no parecer exarado pelo assessor jurídico sob o nº 019/2019 e é regido pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Xavantina-MT, 20 de fevereiro de 2.019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 59/2019

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE MENCIONA

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos nos Arts. 43 ,44 e 45 da Lei nº 799/2008 – PCCS dos Profissionais da Saúde.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Licença Prêmio à servidora **Elissandra Esperidião da Silva ,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo **TÉCNICA DE ENFERMAGEM,** pelo período de 90 (noventa) dias a contar a partir de 20/02/2019 a 20/05/2019, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Art. 3º - **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 20 de Fevereiro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 58/2019

"Designa a Comissão Permanente de Enquadramento do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições, com base no Capítulo VI, Seção I, Artigo 60 da Lei n° 998/2013.

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar os servidores para comporem a Comissão Permanente de Enquadramento do Plano de Carreira de Cargos e Salários dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Novo Horizonte do Norte- MT.

Amilton da Silva Amaral - Presidente Valdeci Nogueira de Almeida - Membro Adriana Aparecida da Silva - Membro Claudeir Aparecido Rocha - Membro

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 79 de 24 de Fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-E E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 011/2019/ GS/SMECEL/NM

"***Dispõe sobre a Designação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO MUNDO, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **DESIGNAR**, a Senhora **JOELMA FEITOSA DE SOUSA ROSAS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1341403-8 SSP/MT e CPF nº 914.584.391-00, de provimento em comissão, com amparo no Art. 5º §2º da Lei Complementar 054 de 2016, para o cargo de ***TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL*, na função de secretária da "EMEB. Alcides Ferreira Primos".**

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Secretário, aos 20 de fevereiro de 2019.

Clodoaldo Daufenbach

Secretária Municipal de Educação

Portaria 044/2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 012/2019/ GS/SMECEL/NM

"***Dispõe sobre a Designação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO MUNDO, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **DESIGNAR**, a Senhora **SIMONE PEREIRA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3030869-0 SSP/MT e CPF nº 767.023.911-53, para o cargo de ***COORDENADORA PEDAGÓGICA na CRECHE MUNICIPAL MUNDO MÁGICO*,** de provimento em comissão, com amparo no Art. 5º §2º da Lei Complementar 054 de 2016.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 06 de fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Secretário, aos 20 de fevereiro de 2019.

Clodoaldo Daufenbach

Secretária Municipal de Educação

Portaria 044/2019

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 009/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 009/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**JLB CONSTRUTORA EIRELI, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sede na Rua Topazio, s/nº, Setor III, neste município de Novo Mundo/MT, CEP 78.528-000, inscrita no CNPJ n.° 28.315.427/0001-06, neste ato representada pelo senhor JOSE LUIZ BRANDÃO, brasileiro, empresário, portador do RG n.° 20454348 SESO/SP e CPF n.° 113.596.738-57**
Objeto	*1.1.1* ***Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO/MT, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto e planilhas anexas.***
Valor	O valor global para a execução do contrato é de **R$ 68.596,06 (Sessenta e Oito Mil Quinhentos e Noventa e Seis e Seis Centavos),** valor este correspondente a R$ 32.133,60 referente ao saldo remanescente do convênio nº 674/2016/SECID e R$ 36.462,46 referente ao saldo remanescente do convênio nº673/2016/SECID, a ser pago da seguinte forma, mediante planilha de execução devidamente atestada pelo fiscal da obra a ser nomeado via Ato do Prefeito Municipal, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Secretário(a) Municipal competente
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de execução do presente serviço contratado será de 30(trinta) dias a contar da emissão da ordem de serviço e prazo de vigência será de 120(cento e vinte) dias a contar a data de assinatura deste instrumento contratual.
Dotação Orçamentaria	**265 – 09.003.15.451.0009.1056.4490.51.00.00**
Origem	processo licitatório nº 045/2018, modalidade Tomada de Preço nº 003/2018

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada **por sua Pregoeira** designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **12/03/2019, às 08H00**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE DIARIAS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL NO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 08H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 20 de fevereiro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR Nº 05/2019

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E/OU CLASSIFICADOS NO

PROCESSO SELETIVO PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE ENDEMIAS CONFORME

EDITAL Nº 001/2017- 29/08/2017 RESULTADO FINAL – ACS (Agente Comunitário de Saúde) ACE (Agente de Endemias)

Pelo presente fica **CONVOCADO**, o candidato aprovado em 1º lugar da Micro área Nº 02, no Processo Seletivo Público n.º 001/2017, para o cargo de **AGENTE DE COMUNITARIO DE SAÚDE,** Sra. Hemily Emanuelle Alves do Nascimento, portadora do RG nº 29402123 SSP/MT e CPF nº 061. 294.031.43, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde de Novo Mundo, no prazo de 05 (Cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente da publicação, munida dos documentos exigidos no item 10 do Edital 01/2017 Processo seletivo Público, para a contratação.

Sem mais para o momento,

Subscrevo-me

Novo Mundo – MT, **18 de fevereiro** de 2019.

.

_____

Departamento de Recursos Humanos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 013/2019/ GS/SMECEL/NM

"***Dispõe sobre a Designação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO MUNDO, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **DESIGNAR**, a Senhora **MARIZA SANCHES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 437315 SSP/RO e CPF nº 390.181.802-20, para o cargo de ***COORDENADORA PEDAGÓGICA na EMEB. INOVAÇÃO*****,** de provimento em comissão, com amparo no Art. 5º §2º da Lei Complementar 054 de 2016.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 06 de fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Secretário, aos 20 de fevereiro de 2019.

Clodoaldo Daufenbach

Secretária Municipal de Educação

Portaria 044/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019

PROCESSO Nº. 008/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (ÔNIBUS E VAN) EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AÇÃO SOCIAL E CULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua pregoeira oficial, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 8.666/93, torna público aos interessados que fica **PRORROGADA** a data de abertura da licitação acima supracitada para o dia **11 de Março de**

2019, ás 09:00 horas (Horário de Brasília), no mesmo endereço e local. A prorrogação se deve pela necessidade de readequação do edital. O mesmo encontra-se disponível no site: ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antonio – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT

RESOLUÇÃO Nº 001/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre aprovação e destinação dos recursos oriundos do fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), referente aos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social especial e Benefícios Eventuais do Exercício de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas dos recursos referentes ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial referente ao exercício de 2018, no valor de R$ 38.385,05 (trinta e oito mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos). Sendo R$ 33.785,00 (trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais) oriundos do repasse do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), sendo R$ 4.246,52 (quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) saldo a reprogramar do exercício anterior de 2017 e R$ 353,53 (trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos) oriundos do rendimento da aplicação financeira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

_____

Tielly Sousa Oliveira

Presidente do CMAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 013/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 005/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 013/2019

Dispensa de Licitação nº: 005/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA TIPO I, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DESPORTO E LAZER NA REALIZAÇÃO DO EVENTO “54º FESTEJOS DE SANTO ANTÔNIO”.

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação n° 005/2019, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para locação de gerador de energia tipo i, para atender a secretaria municipal de cultura desporto e lazer na realização do evento “54º festejos de Santo Antônio”. Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 005/2019.

FAVORECIDA: **JOÃO BATISTA LOPES - ME**

CNPJ: **20.279.679/0001-07**

VALOR TOTAL: **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT, 20 de Fevereiro de 2019

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 056/2019 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA Nº 056/2019 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2017, Termo de Homologação Decreto nº 1411/2017 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 20 de setembro de 2017, para realização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para contratação.

1. DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão **03 (três) dias úteis** contados da publicação da portaria de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (cargos correlatos a esta secretaria) e Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar a seguinte documentação para sua contratação: I. 02 fotos 3x4 recentes. II. 02 Cópias do CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino; III. 02 Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais); IV. 02 Cópias da Certidão de Nascimento ou Casamento; V. 02 Cópias da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; VI. 02 Cópias da Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou; VII. 02 Cópias do Registro no Respectivo Conselho Profissional, juntamente com a comprovação de estar quite com as obrigações junto ao respectivo conselho (para os cargos que se fizerem necessário); VIII. 02 Cópias da Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos; IX. 02 Cópias da Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista.

X. 02 cópias do Comprovante de endereço com data recente;

XI. 02 cópias do cartão do Banco do Brasil, ou do comprovante de abertura da conta corrente do Banco do Brasil.

XII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão de quitação eleitoral. XIII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão Negativa Civil e Criminal. XIV. Original e 01 (uma) cópia da Certidão Negativa de Tributos Municipais; XV. Original e 01 (uma) cópia da Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP. XVI. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de bens. XVII. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de não acúmulo de cargo público. XVIII. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de não demissão por justa causa e ou em decorrência de processo administrativo disciplinar; XIX. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de disponibilidade de carga horária; XX. Original e 01 (uma) cópia do Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

XXI. 02 cópias dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos ou Original e 01 (uma) cópia de Declaração contendo o número dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos;

XXII. 02 cópias acompanhada do original dos títulos que tenha declarado no ato da inscrição.

2. Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários definidos nesta Portaria, serão desclassificados neste chamamento, sendo reclassificados.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **4.** Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 19 de fevereiro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - TDI - URBANO	
Ordem	**Candidato**
36	BEATRIZ MARIA NOGUEIRA
37	UA NAINA LAURA LUZ
38	ELIANE DAVID DE OLIVEIRA
39	MARISONI CARDOSO MONTANIA
40	ANDRIELI MARTINS GULARTE
41	GERCIKA APARECIDA DA SILVA
42	SUSY SOARES CAMPOS
43	ALINE DOS SANTOS ROCHETE
44	ANA CAROLINA SCHAEFLER REIS
45	ANDRELSIANE DE PONTES RIBEIRO
46	ALINE GOMES FERREIRA
CARGO: PROFESSOR I - BAKAIRI	
Ordem	**Candidato**
3	ROSILENI PAURAUKU TAUKAI

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 066/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: MATEUS RODRIGO FERNANDES - ME, CNPJ **23.445.575/0001-13**.

Valor do Contrato: R$ 300.960,00 (trezentos mil e novecentos e sessenta reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **13/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 065/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: MARIA ARIANE MORAES OLIVEIRA - ME, CNPJ: 19.823. 809.0001-41.

Valor do Contrato: R$ 350.064,00 (trezentos e cinquenta mil e sessenta e quatro reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **12/ 2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 067/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: MAURICIO DELAVY - ME, CNPJ: 21.905.481/0001-54.

Valor do Contrato: R$ 330.460,00 (trezentos e trinta mil e quatrocentos e sessenta reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **14/ 2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 064/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo

à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: L. S. CRAVEIRO - ME, CNPJ: 10.679.584/0001-27.

Valor do Contrato: R$ 321.210,00 (trezentos e vinte um mil e duzentos e dez reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **11/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 063/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: E B TRANSPORTES EIRELI, CNPJ: 09.674.982/0001-71.

Valor do Contrato: R$ 954.444,00 (novecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **10/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e

zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 062/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: DIVINO FERREIRA TEODORO – ME, CNPJ: 19.536.429/0001-26.

Valor do Contrato: R$ 180.800,00 (cento e oitenta mil e oitocentos reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **09/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 068/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: SILVANIA MOREIRA DE CAMARGO - ME, CNPJ: 17.104. 974/0001-18.

Valor do Contrato: R$ 166.054,00 (cento e sessenta e seis mil e cinquenta e quatro reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **15/ 2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por ven-

cer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 061/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: CLAUDIO ARRUDA FARIA - ME, CNPJ 09.628.930/001-69.

Valor do Contrato: R$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **08/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 069/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: TOP SERVICE TRANSPORTES EIRELI – ME, CNPJ: 28. 170.820/0001-40.

Valor do Contrato: R$ 211.536,00 (duzentos e onze mil e quinhentos e trinta e seis reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **16/ 2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 060/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: BRUNO GAERTNER NETO - ME, CNPJ: 21.365.948/0001-10.

Valor do Contrato: R$ 208.590,00 (duzentos e oito mil e quinhentos e noventa reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **07/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 059/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 001/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Contratado: ADEVALDO SOARES DE OLIVEIRA - ME**,** CNPJ: 09.636. 928/0001-31.

Valor do Contrato: R$ 188.082,00 (cento e oitenta e oito mil e oitenta e dois reais).

Vigência DO CONTRATO:12/02/2019 A 12/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Francisca Moreira Braga,** nº 1935, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscais do Contrato nº **06/ 2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado como fiscal, fica designado como suplente a Servidora **Vanda Fernandes Soares,** Matrícula nº 1945, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Francisca Moreira Braga e Vanda Fernandes Soares, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Francisca Moreira Braga

Fiscal de Contrato

Vanda Fernandes Soares

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 003/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Cestas Básicas (Benefícios Eventuais),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
JOANA FERNANDES - EPP	22.753.337/0001-02	R$ 34.970,000

Em 20 de fevereiro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 07/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 07/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de treinamento, acompanhamento dos trabalhos da equipe de cadastramento imobiliário urbano, fotointerpretação da malha abrangente realizada pela CCIDE das cidades, Assistência em Serviços Topográficosem Identificação de Imóveis Urbanos, atendendo a Necessidade da Secretaria Municipal de Finanças, com fulcro no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal 1450/2017**.** Data da Abertura dia 20/02/2019 ás 10:00hs**.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 20 de fevereiro de 2019.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 07/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 07/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de treinamento, acompanhamento dos trabalhos da equipe de cadastramento imobiliário urbano, fotointerpretação da malha abrangente realizada pela CCIDE das cidades, Assistência em Serviços Topográficosem Identificação de Imóveis Urbanos, atendendo a Necessidade da Secretaria Municipal de Finanças, com fulcro no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal 1450/2017. Homologado em 20/02/2019 ás 16:00hs. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 20 de fevereiro de 2019.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
SOMAR ENGENHARIA LTDA	31.052.147/0001-59	R$ R$ 20.000,00

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 006/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos e Materiais de Consumo para Pronto Atendimento, Manutenção dos Psf's, Agência Transfusional, Média e Alta Complexidade - Hospital, Farmácia Básica**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **07/03/2019**, quinta-feira **às 09:00h (horário Brasília**). O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** - **www.bll.org.br**ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Pregoeiro Devenilson da Silva, em 20 de fevereiro de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 054 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

PORTARIA N° 054 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido a servidora **SRA. PRISCILA AKEMI OGASAWARA SAKO,** inscrita no CPF/MF sob o n214.688.798-20 e portadora do RG sob o n. 27.838.868-1 SSP/SP, do cargo de **"NUTRICIONISTA".**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 18 de fevereiro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1578 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECRETO Nº 1578 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT, PELO FALECIMENTO DO SR. GERINO BATISTA DE JESUS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA/MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. **GERINO BATISTA DE JESUS**, ocorrido no dia 20 de fevereiro do corrente ano;

CONSIDERANDO ser um dos pioneiros do Município de Paranatinga;

CONSIDERANDO a consternação que seu falecimento causou em todos nossos munícipes.

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica decretado, com profundo pesar, luto oficial por 03(três) dias, em virtude do falecimento do **Sr. GERINO BATISTA DE JESUS.**

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga-MT; 20 de fevereiro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 084/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2019

PORTARIA Nº 084/2019. DE 20 DE FEVEREIRO DE 2.019.

Institui a Comissãode **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2019**, para apuração dos fatos relacionados ao não pagamento de notas fiscais da Empresa SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 075/1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicosdo Município de Pedra Preta – MT.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 8.666/1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e ainda o Decreto Municipal n° 050/2017 que disciplinam as contratações públicas no âmbito do Município de Pedra Preta-MT;

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando nº 007/2019/DC juntamente com cópias de documentos enviados pela Empresa a Prefeitura Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da legalidade dos atos administrativos, com a observância estrita da moralidade e da probidade administrativa.

RESOLVE:

ART. 1º - Instaurar a Comissãode**Sindicância** e consequentemente, nomear os Servidores Municipais: **YALLES MORAES DA SILVA, REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS, e Sr. LEVINO JOSE DE OLIVEIRA,** para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo nº 002/2019 e atuarem na averiguação dos fatos relacionados aos pagamentos das NFs.: 6280, 6282, 6510, 6525, 6528. Onde se relaciona ao não pagamento dos empenhos 1429, 1616, 1729, 1742 e 1728.

ART. 2º - A Comissão deverá, com senso de responsabilidade, ouvir quem achar de direito e demais servidores ou outros que possam colaborar para elucidar os fatos, buscar documentos e diligenciar na prática de todos os atos necessários, para ao final,

apresentar no prazo de até 60 (sessenta), dias um relatório conclusivo.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada o Diário Oficial AMM.

DECRETO Nº 023/2019 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 023/2019.

DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a Lei: Nº 1.089/2018 de 27 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de R$ **38.750,00** (Trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais)no Orçamento Vigente, destinado ao reforço das seguintes dotações:

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001.10.000.0000.0.000. SAÚDE

11.001.10.302.0000.0.000. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL, EMERG. E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.1.041. AQUISIÇÃO DE EQUIP. AMBULATORIAIS E HOSPITALARES

578 – 4.4.90.52.00.00 3 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANETE 38. 750,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO: 38.750,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial (Redução) das dotações orçamentárias abaixo descritas:

Redução

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001.10.000.0000.0.000. SAÚDE

11.001.10.302.0000.0.000. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL, EMERG. E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINICA MUNICIPAL

599 – 3.3.90.39.00.00 3 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PJ 38. 750,00

TOTAL REDUÇÃO: 38.750,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA- MT

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 010/2019 - CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

EDITAL Nº 010/2019, 19 DE FEVEREIRO 2.019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 003/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n° 0067/2019/SME.

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, **Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018,** CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Oscar Saores, Centro – Pedra Preta – MT, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respecitiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL-SEDE.

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
24º	00064	VANESSA CRISTINA RODRIGUES RIBEIRO	30 h	Em substituição a professora, **MARIA LUCIANA GOIS**, que desistiu da vaga através do termo de desistência onde a mesma estava substituindo a professora, **JOSEFA DELMINA DA SILVA**, que está cedida para APAE temporariamente.	6 MESES	C.E.I. PREFEITO ARLINDO DOMINGOS
25º	00229	DEBORA JOELMA GONÇALVES DE SOUZA	30 h	Em substituição a professora, **DILMA SANTOS COUTINHO**, que está atuando na Escola do Campo José Maria Pereira (Cambaúva) temporariamente.	6 MESES	C.E.I. PREFEITO ARLINDO DOMINGOS
26º	00228	SIDVAL ALVES GONÇALO	30 h	Em substituição a professor, **CELIO LIMEIRA DOS SANTOS**, que desistiu da vaga através do termo de desistência, onde o mesmo foi convocado para substituir a professora, **MARIA EVANGELINA CARRIJO IZAIAS,** que está na coordenação pedagógica da SME.	6 MESES	C. E. ANTONIA AP. GARCIA
27º	00224	YONES RAMIRES GONÇALVES	30 h	Em substituição a professora, **CLEONICE DA SILVA SIQUEIRA**, que entrará em afastamento por interesse particular a partir do dia 20 de fevereiro de 2019.	6 MESES	ESCOLA DULCE MEIRY
28º	00167	ELIZABETE ROSA PEREIRA	30 h	Em substituição a professora, **SUELI XAVIER PINTO**, que encontra-se em desvio de função.	6 MESES	ESCOLA DULCE MEIRY
29º	00109	MARIA APARECIDA FILHA	30 h	Em substituição a professora, **MARIA JOSÉ DIAS LARIOS,** que foi removida para **ESCOLA LUCIANA GARCIA DURAN,** em vaga livre. Vale destacar, que mesmo com a remoção da professora citada, na unidade de ensino, C. E. ANTONIA APARECIDA GARCIA, a instituição ainda possui professores excedentes em seu quadro de lotação.	6 MESES	C. E. ANTONIA AP. GARCIA

MONITOR/SEDE

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
6º	00193	MAYLANA VITORIA CASTILLHO	40 h	Em substituição a Monitora **KANANDA FERREIRA LEAL**, que desistiu da vaga através de termo de desistência onde a mesma estava em substituição a monitora **NALBA SIQUEIRA A. ROZENDO.**	**6 meses**	C.E.I. PREFEITO ARLINDO DOMINGOS

MOTORISTA/SEDE

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
7º	00336	EDILES ELIZEU DE LIMA	40 h		6 meses	SME

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 E RETIFICAÇÃO DO AVISO CONVOCATÓRIO

A Chefe do Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, nomeada pela Portaria nº 544/2017, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento e esclarecimento dos interessados em participar do referido certame, a retificação do Edital Pregão Presencial nº 006/2019, que tem como **Objeto**: "**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL"**. Conforme abaixo apresentado:

ITEM 01: Exclusão do subitem 9.6.1 do Item 9.6, do Edital convocatório.

ITEM 02: Retificação da Data do Aviso de Abertura do Pregão Presencial SRP nº 006/2019, pois a mesma está divergente do Edital convocatório.

Onde se Lê: 01 de Março de 2019, às 09h00min.

Leia se: 28 de Fevereiro de 2019, às 09h00min

As modificações do referido edital, estão disponíveis no site do município (www.pedrapreta.mt.gov.br).

A data de abertura do certame fica inalterada, permanecendo para o dia **28 de Fevereiro de 2019, às 09h00min,** Local: Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, situada na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940, Centro, Pedra Preta/MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400/4416.

Pedra Preta, 19 de Fevereiro de 2019.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

EDITAL Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

EDITAL Nº 011/2019, 20 DE FEVEREIRO 2.019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 003/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n° 0068/2019/SME.

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, **Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018,** CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Oscar Saores, Centro – Pedra Preta – MT, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respecitiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL-SEDE.

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
30	00074	FLAVIA ALMEIDA DE JESUS	30 h	Em substituição a professora, **DILMA SANTOS COUTINHO**, que está atuando na Escola do Campo José Maria Pereira (Cambaúva) temporariamente. Vale destacar que a Celetista **DEBORA JOELMA GONÇALVES DE SOUZA**, desistiu da vaga através de termo de desistência.	6 MESES	C.E.I. PREFEITO ARLINDO DOMINGOS
31	00001	ROSANGELA MOREIRA DE CARVALHO	30 h	Em substituição a professora, **CLEONICE DA SILVA SIQUEIRA**, que entrará em afastamento por interesse particular a partir do dia 25 de fevereiro de 2019. Vale destacar que a Celetista **YONES RAMIRES GONÇALVES**, desistiu da vaga através de termo de desistência.	6 MESES	ESCOLA DULCE MEIRY
32	00325	ADRIANA ALVES MARTINS	30 h	Em substituição a professora, **MARIA JOSÉ DIAS LARIOS,** que foi removida para **ESCOLA LUCIANA GARCIA DURAN,** em vaga livre. Vale destacar, que mesmo com a remoção da professora citada, na unidade de ensino, C. E. ANTONIA APARECIDA GARCIA, a instituição ainda possui professores excedentes em seu quadro de lotação. Vale destacar que a Celetista **MARIA APARECIDA FILHA**, desistiu da vaga através de termo de desistência.	6 MESES	C. E. ANTONIA AP. GARCIA
33	00105	LUCIA JOSEFA SIQUEIRA DOS SANTOS	30 h	Em substituição a professora **ANA VIVIA HECK RIBEIRO,** pois a mesma desistiu da vaga através do termo de desistência sendo que esta foi convocada em substituição a Professora **ELEINE CARRIJO MACHADO DE MELO**, que está na coordenação pedagógica da SME.	6 MESES	ESCOLA MUNICIPAL LUCIANA GARCIA DURAN

MONITOR/SÃO JOSE DO PLANALTO

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
1º	00342	FRANCIELI CRISTINA GONÇALVES DE REZENDE	40 h	VAGA LIVRE	**6 meses**	FRANCISCO FERREIRA GONÇALVES

MOTORISTA/SEDE

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
8º	00114	ARLINDO DE LOURDES VIANA	40 h	6 meses	SME
9º	00015	AURO FERREIRA DE ABREU	40 h	6 meses	SME
10°	00017	SALVADOR DE MORAES LIMA	40 h	6 meses	SME

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PEIXOTO DE AZEVEDO
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
Exercício de 2018
(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

DESPESAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)		
			Até o Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.999.505,00	10.994.947,02	3.959.117,75	3.957.268,25	3.947.402,25	36.00	7.035.827,27		
DESPESAS CORRENTES	3.726.414,23	4.077.325,35	3.954.036,75	3.954.036,75	3.942,321,25	96,97	123.288,60		
Pessoal e Encargos Sociais	3.380.252,26	3.713.828,82	3.655.966,00	3.655.966,00	3.655.966,00	98,44	57.862,92		
Outras Despesas Correntes	346.161,97	363.946,43	298.070,75	298.070,75	286.355,25	82,00	65.425,68		

DESPESA DE CAPITAL	16.106,71	5.106,71	5.081,00	5.081,00	5.081,00	99,49	25,71	
Investimentos	16.106,71	5.106,71	5.081,00	5.081,00	5.081,00	99,49	25,71	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.256.984,06	6.912.514,96					6.912.514,96	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)		13.000,00	932,01	932,01	932,01	7,16	12.067,99	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	10.999.505,00	11.007.947,02	3.960.049,76	3.958.200,26	3.948.334,26	35,97	7.047.897,26	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)								
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	10.999.505,00	11.007.947,02	3.960.049,76	3.958.200,26	3.948.334,26	35,97	7.047.897,26	
SUPERÁVIT (XIV)	55.105,00	46.662,98	4.508.493,42			661,82	-4.461.830,44	
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	11.054.610,00	11.054.610,00	8.468.543,18	3.958.200,26	3.948.334,26	76,60	2.586.066,82	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)	
			Até o Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)			
DESPESAS CORRENTES (I) Pessoal e Encargos Sociais		13.000,00 13.000,00	932,01 932,01	932,01 932,01	932,01 932,01	7,16 7,16	12.067,99 12.067,99	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)		13.000,00	932,01	932,01	932,01	7,16	12.067,99	
SUPERÁVIT (IV)	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	5.148.123,83		84,70	929.576,17	
TOTAL (V) = (III + IV)	6.077.700,00	6.090.700,00	5.149.055,84	5.149.055,84	932,01	84,53	941.644,16	
Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.								
Tatiany Silva Gonçalves	Josafa Vieira de Araujo							
Contador(a) - CRC - MT 018562/O	Diretor Executivo							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS								
	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)			
RECEITAS			Até o Mês (c)	% (c / b)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.976.910,00	4.976.910,00	3.320.419,35	66,71	-1.656.490,65			
RECEITAS CORRENTES	4.976.910,00	4.976.910,00	3.320.419,35	66,71	-1.656.490,65			
Receitas de Contribuições	2.393.700,00	2.393.700,00	2.714.958,95	113,42	321.258,95			
Contribuições Sociais	2.393.700,00	2.393.700,00	2.714.958,95	113,42	321.258,95			
Receita Patrimonial	2.583.105,00	2.583.105,00	605.460,40	23,43	-1.977.644,60			
Valores Mobiliários	2.583.105,00	2.583.105,00	605.460,40	23,43	-1.977.644,60			
Outras Receitas Correntes	105,00	105,00			-105,00			
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	105,00	105,00			-105,00			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	84,70	-929.576,17			
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORAS (III)								
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	11.054.610,00	11.054.610,00	8.468.543,18	76,60	-2.586.066,82			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	11.054.610,00	11.054.610,00	8.468.543,18	76,60	-2.586.066,82			
DÉFICIT (VII)								
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	11.054.610,00	11.054.610,00	8.468.543,18	76,60	-2.586.066,82			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)			
			Até o Mês (c)	% (c / b)				
RECEITAS CORRENTES (I)	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	84,70	-929.576,17			
Receitas de Contribuições	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	84,70	-929.576,17			
Contribuições Sociais	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	84,70	-929.576,17			
RECEITAS DE CAPITAL (II)								
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	84,70	-929.576,17			
TOTAL (V) = (III + IV)	6.077.700,00	6.077.700,00	5.148.123,83	84,70	-929.576,17			
Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.								
Tatiany Silva Gonçalves Contador(a) - CRC - MT 018562/O		Josafa Vieira de Araujo Diretor Executivo						

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:									
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)			
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)							
DESPESAS CORRENTES Outras Despesas Correntes		2.000,00 2.000,00	2.000,00 2.000,00	2.000,00 2.000,00					
TOTAL		2.000,00	2.000,00	2.000,00					

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:									
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)				
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)							
DESPESAS CORRENTES Outras Despesas Correntes		9.354,21 9.354,21	9.354,21 9.354,21						
TOTAL		9.354,21	9.354,21						
Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.									
		Josafa Vieira de Araujo							
Tatiany Silva Gonçalves		Diretor Executivo							
Contador(a) - CRC - MT 018562/O									

BALANÇO FINANCEIRO 2018

FUNDO MUNICIPAL D EPREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT BALANÇO FINANCEIRO 2018

INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**8.468.543,18**	**9.782.798,35**		**3.960.049,76**	**3.743.249,82**
Vinculadas					
Recurso Próprio de Previdência Social	8.468.543,18	9.782.798,35		3.960.049,76	3.743.249,82
Transferências Financeiras Recebidas					
Transferências Financeiras Recebidas					
Recebimentos Extra-Orçamentários	**347.866,61**	**399.124,22**		**1.029.856,24**	**389.463,94**
Restos a Pagar			**Despesa Orçamentária**		
Não processados inscritos no período	1.849,50	2.000,00	Vinculadas		
Processados inscritos no período	9.866,00	9.354,21	Recurso Próprio de Previdência Social	2.000,00	
Depósitos			**Transferencias Financeiras Concedidas**	9.354,21	
Outras movimentações extra-orçamentárias	336.151,11	387.770,01	Transferências Financeiras Concedidas		
Outros Movimentos			**Despesas Extra-Orçamentárias**		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Restos a Pagar	336.151,11	387.770,01
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Não processados pagos no período Processados pagos no período		
Ajuste de Investimentos - Ganho	**2.622.567,38**		Depósitos		
Ajuste de Investimentos - Ganho	2.622.567,38		Outras movimentações extra-orçamentárias Outros Movimentos	682.350,92	
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto			Outras movimentações extra-orçamentárias		1.693,93
Saldo em espécie do exercício anterior	**32.533.459,49**	**26.484.250,68**	Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Disponível			**Saldo em espécie do exercício seguinte**		
Caixa			DISPONÍVEL		
Bancos conta movimento	74.701,30	13.332.551,76	CAIXA		
Aplicações financeiras	32.458.758,19	13.151.698,92	Bancos conta movimento	89.013,71	26.583,55
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm.			Aplicações financeiras	38.893.516,95	32.506.875,94
(Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**43.972.736.66**	**36.666.173,25**	**TOTAL**	**43.972.436,66**	**36.666.173,25**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PEIXOTO DE AZEVEDO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício	**Exercício**

	Atual	**Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**64.467.065,93**	**72.813.591,02**
CONTRIBUIÇÕES	**9.471.565,47**	**7.333.374,23**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	9.471.565,47	7.333.374,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**1.030.442,16**	**3.378.154,88**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	424.981,76	289.375,99
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	605.460,40	3.088.778,89

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**2.622.567,38**	**8.603,38**
REAVALIACAO DE ATIVOS		8.603,38
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	2.622.567,38	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**51.342.490,92**	**62.093.458,53**
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	51.342.490,92	62.090.250,42
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.208,11

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**11.452.273,36**	**-170.808.253,76**
PESSOAL E ENCARGOS	**250.758,67**	**100.981,54**
REMUNERACAO A PESSOAL	232.397,86	86.644,44
ENCARGOS PATRONAIS	18.360,81	14.337,10
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**3.406.139,34**	**3.318.547,71**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.924.540,34	1.686.282,98
PENSOES	426.258,77	396.566,86
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	1.055.340,23	1.235.697,87
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**250.050,97**	**248.372,59**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.674,53	20.542,82
SERVICOS	206.861,29	191.290,96
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	36.515,15	36.538,81
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**2.236.115,81**	**4.575,00**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	2.236.115,81	8,55
PERDAS INVOLUNTARIAS		4.566,45
TRIBUTÁRIAS	**84.685,43**	**97.827,96**
CONTRIBUICOES	84.685,43	97.827,96
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**5.224.523,14**	**-174.578.558,56**
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	5.224.523,14	-174.588.825,21
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		10.266,65
Resultado Patrimonial do Período	**53.014.792,57**	**243.621.844,78**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	5.081,00	10.216,86

Josafa Vieira de Araujo Diretor Executivo

Tatiany Silva Gonçalves Contador(a) - CRC - MT 018562/O

BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PEIXOTO DE AZEVEDO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício de 2018

ATIVO			**PASSIVO**	
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**
ATIVO CIRCULANTE	**39.620.912,70**	**33.042.552,92**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**9.866,00**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.982.530,66	32.533.459,49	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.700,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	638.382,04	509.093,43	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.166,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**1.746.624,97**	**1.936.741,60**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**34.166.565,62**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.474.423,65	1.633.106,13	PROVISOES A LONGO PRAZO	34.166.565,62
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	1.474.423,65	1.633.106,13	**TOTAL DO PASSIVO**	**34.176.431,62**
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.474.423,65	1.633.106,13	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	
IMOBILIZADO	272.201,32	303.635,47	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**
BENS MOVEIS	37.442,11	32.361,11	RESULTADOS ACUMULADOS	7.191.106,05
BENS IMOVEIS	350.000,00	350.000,00	RESULTADO DO EXERCÍCIO	53.014.792,57
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-115.240,79	-78.725,64	RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-45.823.686,52
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**7.191.106,05**
TOTAL	**41.367.537,67**	**34.979.294,52**	**TOTAL**	**41.367.537,67**
ATIVO FINANCEIRO	**38.982.530,66**	**32.533.459,49**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**11.715,50**
ATIVO PERMANENTE	**2.385.007,01**	**2.445.835,03**	**PASSIVO PERMANENTE**	**34.166.565,62**
SALDO PATRIMONIAL				**7.189.256,55**
Compensação				
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**	
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	103.213,36
TOTAL			**TOTAL**	**103.213,36**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEFINIÇÃO DE RECURSOS	**SUPERAVIT/DÉFIT FINANCEIRO EM 2018**	**SUPERAVITE/DÉFIT FIANCEIRO 2017**
VINCULADA 150000000 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	38.970.815,16	32.522.105,28

TOTAL	**38.970.815,16**	**32.522.105,28**

Tatiany Silva Gonçalves	Josafa Vieira de Araujo
Contador(a) - CRC - MT 018562/O	Diretor Executivo

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 033 de 15 de Janeiro de 2019, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO–MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**Que será realizado às 13h30-min (treze horas e trinta minutos), do dia 08 de Março de 2019, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 12hs às 18hs, ou pelo fone (66) 3575-5100. Peixoto de Azevedo, 20 de Fevereiro de 2019.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019

O Município de Poconé, torna publico a retificação do edital de pregão 004/2019, que tem por objeto o ***PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT,*** passando a vigorar com as seguintes alterações:

No anexo I, item 9 (planilha orçamentária) onde se lê:

Cód.	Material	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	CARTÃO CADERNETA DE VACINAÇÃO	CONFECÇÃO DE CARTÃO CADERNETA DE VACINAÇÃO	UN	12000	R$ 0,55	R$ 6. 600,00
2	CARTÃO PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA ESPECIALIZADA	CARTÃO PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA ESPECIALIZADA, IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X20, MATERIAL SULFITE 180G, COR 1X0, ACABAMENTO COM ARTE, TIRAGEM MINIMA 300	UN	4000	R$ 0,55	R$ 2. 213,20
3	CONFECÇÃO DE ADESIVOS . IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X21 CM,, MATERIAL BOPP 190G COR 4X0 ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE ADESIVOS . IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X21 CM,, MATERIAL BOPP 190G COR 4X0 ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	250	R$ 5,83	R$ 1. 458,33
4	CONFECÇÃO DE BLOCO- ATESTADO	CONFECÇÃO DE BLOCO- ATESTADO IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X21CM.100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0 ACABAMENTO COLADO COM ARTE.TIRAGEM MINIMA 300 UNIDADES	UN	2000	R$ 4,97	R$ 9. 933,20
5	CONFECÇÃO DE BLOCO-ATESTADO(FREQUÊNCIA GRUPO)	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ATESTADO (FREQUENCIA GRUPO), IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 12X21 CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75 G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	1200	R$ 4,90	R$ 5. 880,00
6	CONFECÇÃO DE BLOCO ATESTADO MEDICO(PARA ACOMPANHANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET FORMATO 15X21 CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G COR4X0. ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TIRAGEM MINIMA 300 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO ATESTADO MEDICO(PARA ACOMPANHANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET FORMATO 15X21 CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G COR4X0. ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TIRAGEM MINIMA 300 UNIDADES	UN	2500	R$ 6,50	R$ 16. 250,00
7	CONFECÇÃO DE BLOCO(AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE GESTANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE GESTANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2000	R$ 10,33	R$ 20. 666,60
8	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA DE CADASTRO	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA DE CADASTRO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	4000	R$ 5,77	R$ 23. 066,40
9	CONFECÇÃO DE BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL, FORMATO 100X90CM, MATERIAL LONA, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE, MADEIRA E CORDÃO. TIRAGEM MINIMA 1 UNIDADE	CONFECÇÃO DE BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL, FORMATO 100X90CM, MATERIAL LONA, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE, MADEIRA E CORDÃO. TIRAGEM MINIMA 1 UNIDADE	UN	10	R$ 112,33	R$ 1. 123,33
10	CONFECÇÃO DE CARTÃO- FICHA DE ACOMPANHAMENTO	CONFECÇÃO DE CARTÃO- FICHA DE ACOMPANHAMENTO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 24X18CM, MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2000	R$ 0,93	R$ 1. 866,60
11	CONFECÇÃO DE BLOCOS(ENCAMINHAMENTO CAPS)	CONFECÇÃO DE BLOCO(ACOMPANHAMENTO CAPS) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	UN	1200	R$ 5,43	R$ 6. 519,96
12	CONFECÇÃO DE FOLDER	CONFECÇÃO DE FOLDER IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 20X15CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	1000	R$ 2,20	R$ 2. 200,00

13	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA DE ACOLHIMENTO	CONFECÇÃO DE BLOCO- FICHA DE ACOLHIMENTO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, MATERIAL SULFITE 75G, COR 1X1, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE, FRENTE E VERSO TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2500	R$ 9,60	R$ 24. 000,00
14	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA ATENDIMENTO ODONTOLOGICO INDIVIDUAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 75G, COR 2X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE, FRENTE E VERSO TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA ATENDIMENTO ODONTOLOGICO INDIVIDUAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 75G, COR 2X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE, FRENTE E VERSO TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2000	R$ 10,07	R$ 20. 133,20
15	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 90G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 90G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	UN	1000	R$ 6,47	R$ 6. 466,60
16	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA DE AVALIAÇÃO PSIQUIATRICA TERAPIA OCUPACIONAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 25X4 VIAS,MATERIAL SUPER BOND 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE AVALIAÇÃO PSIQUIATRICA TERAPIA OCUPACIONAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 25X4 VIAS,MATERIAL SUPER BOND 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	UN	1000	R$ 13,60	R$ 13. 600,00
17	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO ANTI-RABICA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO ANTI-RABICA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,73	R$ 19. 466,60
18	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE DENGUE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE DENGUE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,73	R$ 19. 466,60
19	CONFECÇÃO DE BLOCO (INVESTIGAÇÕES HEPATITES VIRAIS) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(INVESTIGAÇÕES HEPATITES VIRAIS) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,73	R$ 19. 466,60
20	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE OBITO EM MULHERES) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE OBITO EM MULHERES) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 9,97	R$ 9. 966,60
21	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA DE INVESTIGAÇÃO PARA OBITO FETAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO PARA OBITO FETAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	100	R$ 11,67	R$ 1. 166,66
22	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA TRATAMENTO CLINICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA TRATAMENTO CLINICO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 10,33	R$ 10. 333,30
23	CONFECÇÃO DE BLOCO- FORMULARIO DE INVESTIGAÇÃO	CONFECÇÃO DE BLOCO-FORMULARIO DE INVESTIGAÇÃO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	2000	R$ 7,00	R$ 14. 000,00
24	CONFECÇÃO DE BLOCO-PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL	CONFECÇÃO DE BLOCO-PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 100 UNIDADES	UN	1000	R$ 9,93	R$ 9. 933,30
25	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO B(AZUL)	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO B(AZUL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 8.5X21CM,20X1 MATERIAL SUPER BOND 56G , COR 1X0, ACABAMENTO NUMERADO,COLADO, COM ARTE, PICOTADO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 4,57	R$ 9. 133,20
26	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21. 5X23CM, 50X2 VIAS MATERIAL 1ªVIA SULFITE 75G, 2ªVIA SUPER BOND 56G CARBONADO COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	5000	R$ 5,73	R$ 28. 666,50
27	CONFECÇÃO DE BLOCO-REGISTRO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL	CONFECÇÃO DE BLOCO-REGISTRO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,52	R$ 19. 033,20
28	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO(PAPEL AUTO COPIATIVO)	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 22X16CM, 50X2 VIAS MATERIAL PAPEL AUTO COPIATIVO, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	10000	R$ 17,20	R$ 172. 000,00
29	CONFECÇÃO DE BLOCO- REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TRIAGEM MINIMA 100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,53	R$ 19. 066,60
30	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOLOGICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOLOGICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	1000	R$ 9,50	R$ 9. 500,00
31	CONFECÇÃO DE BLOCO-RELATORIO DE DISTRIBUIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO	CONFECÇÃO DE BLOCO-RELATORIO DE DISTRIBUIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,	UN	2000	R$ 9,40	R$ 18. 800,00

		COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES				
32	CONFECÇÃO DE BLOCO-BOLETIM DE ATENDIMENTO	CONFECÇÃO DE BLOCO-BOLETIM DE ATENDIMENTO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	5000	R$ 9,50	R$ 47.500,00
33	CONFECÇÃO DE BLOCO-CAÇA PALAVRAS DENGUE- NIVEL FACIL	CONFECÇÃO DE BLOCO-CAÇA PALAVRAS DENGUE-NIVEL FACIL. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X4, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1500	R$ 9,43	R$ 14.149,95
34	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE DE TEMPERATUR. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE DE TEMPERATUR. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,43	R$ 18.866,60
35	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE E VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE E VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	500	R$ 9,67	R$ 4.833,30
36	CONFECÇÃO DE BLOCO P/ PRESCRIÇÃO MEDICA(PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL)	CONFECÇÃO DE BLOCO PARA PRESCRIÇÃO MEDICA(PRONTUARIO DE ATENDIMENTO MEDICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	5000	R$ 9,77	R$ 48.833,00
37	CONFECÇÃO DE BLOCO P/ SOLICITAÇÃO AMBULATORIAL. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO P/ SOLICITAÇÃO AMBULATORIAL. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 6,45	R$ 6.450,00
38	CONFECÇÃO DE BLOCO- RECEITUARIO MEDICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO MEDICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X10CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	5000	R$ 4,63	R$ 23.166,50
39	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAMES	CONFECÇÃO DE BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAMES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X15CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	5000	R$ 4,43	R$ 22.166,50
40	CONFECÇÃO DE BLOCOS- FORMATO 21X30CM(100X1 VIA)	CONFECÇÃO DE BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAMES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,97	R$ 19.933,20
41	CONFECÇÃO DE BLOCOS PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA	CONFECÇÃO DE BLOCO PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 7X10CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1200	R$ 2,47	R$ 2.959,92
42	CONFECÇÃO DE BLOCOS DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ALMOXARIFADO - IMPRESSAO EM OFF-SET FORMATO 22X16CM COM 100X1 VIAS MATERIAL: PAPEL SULFITE 75G COR 4X1 ACABAMENTO: COLADO, COM ARTE.TIRAGEM MINIMA DE 50 UND		UN	2000	R$ 5,50	R$ 11.000,00
43	CONFECÇÃO DE BLOCOS VISITAS		UN	1100	R$ 13,17	R$ 14.483,26
44	CONFECÇÃO DE BLOCOS- VISITAS DOMICILIARES-SUPER BOND 56G 8,5X 19CM	CONFECÇÃO DE BLOCOS- VISITAS DOMICILIARES.IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 8.5X19CM, 50X3VIAS, MATERIAL SUPER BOND 56G, COR 3X0, ACABAMENTO COLADO, GRAMPEADO COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	1100	R$ 5,53	R$ 6.086,63
45	CONFECÇÃO DE CARTÃO- CONTROLE DE VACINA APLICADAS DURANTE O MES	CONFECÇÃO DE CARTÃO-CONTROLE DE VACINA APLICADAS DURANTE O MES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 22X60CM ABERTO, MATERIAL CAPA SULFITE 180G 4X0, MIOLO SULFITE 75G 4X1 COR 24 PAGINAS,DOBRAVEL E GRAMPEAVEL, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	1000	R$ 16,00	R$ 16.000,00
46	CONFECÇÃO DE CARTÃO FAMILIA	CONFECÇÃO DE CARTÃO FAMILIA.IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X12CM, MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,93	R$ 1.866,60
47	CONFECÇÃO DE CARTÃO DA FAMILIA(9X5 CM)	CONFECÇÃO DE CARTÃO DA FAMILIA(9X5CM) .IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 9X5CM, MATERIAL COUCHE LISO 250G, COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 100 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,72	R$ 1.433,20
48	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE CONTROLE DE PRESSÃO ARTERIAL E DO DIABETES	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE CONTROLE DE PRESSÃO E DO DIABETES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 11X31CM,MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 4X4, ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE, 3 DOBRASC/ VINCO. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES.	UN	5000	R$ 0,70	R$ 3.500,00
49	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VACINAÇÃO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X18CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE, VINCADO, DOBRADO. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VACINAÇÃO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X18CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE, VINCADO, DOBRADO. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES.	UN	10000	R$ 0,48	R$ 4.766,00
50	CONFECÇÃO DE CARTAZ(FORMATO-A1)	CONFECÇÃO DE CARTAZ- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO A1, MATERIAL COUCHE 180G, COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	UN	100	R$ 91,67	R$ 9.166,66
51	CONFECÇÃO DE CRACHÁ	CONFECÇÃO DE CRACHÁ- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X15CM, MATERIAL PAPEL SULFITE 240G, COR 4X0, ACABAMENTO2 FUROS, BROCA ESPECIAL,COM CORDÃO DE NYLON PRETO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 20 UNIDADES	UN	500	R$ 11,17	R$ 5.583,30

52	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE LICENÇA SANITARIA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE LICENÇA VIGILANCIA SANITARIA- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, MATERIAL COUCHE FOSCO 150G, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE, TIMBRADO. TRIAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,90	R$ 1.800,00
53	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-CAPA DE PRONTUARIOS	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-CAPA DE PRONTUARIOS- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 25X33CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 4X0 BRANCA, ACABAMENTO DOBRAS, VINCO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 1000 UNIDADES	UN	2000	R$ 1,33	R$ 2.666,60
54	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 7X10CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 7X10CM, MATERIAL COLCHE 90G, COR 4X1, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	750	R$ 1,18	R$ 887,48
55	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO10X14CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X14CM) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X14CM, MATERIAL COLCHE 90G, COR 4X1, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 1,13	R$ 1.133,30
56	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X15CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X15CM) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X15CM, MATERIAL COLCHE 115G, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	750	R$ 2,25	R$ 1.687,50
57	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO10X30CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X30CM) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X30CM, MATERIAL COLCHE 150G, COR 4X4, ACABAMENTO 1 DOBRA, COM ARTE FRENTE E VESO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 1,20	R$ 1.200,00
58	CONFECÇÃO DE CADERNETA CONTROLE RAIVA HUMANA	CONFECÇÃO DE CADERNETA-CONTROLE RAIVA HUMANA- IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 23X10CM,MATERIAL CARTOLINA VERDE180G,COR 1X1, ACABAMENTO VINCO COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 1,20	R$ 1.200,00
59	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-INTERDIÇÃO VIGILANCIA SANITARIA	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-INTERDIÇÃO VIGILANCIA SANITARIA- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 20X41CM, MATERIAL SULFITE 90G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	500	R$ 2,17	R$ 1.083,30
60	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA ENC. LAQUEADURA/VASECTOMIA	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA ENC. LAQUEADURA/VASECTOMIA-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 21X30 CM, 50X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2000	R$ 7,00	R$ 14.000,00
61	CONFECÇÃO DE CARTILHA	CONFECÇÃO DE CARTILHA-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 30X21 CM(ABERTA), 8 PAGINAS,MATERIAL COUCHE 115G, COR 4X4, ACABAMENTO GRAMPEADO COM 1 DOBRA.COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2000	R$ 1,40	R$ 2.800,00
62	CONFECÇÃO DE ADESIVOS-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 11X11 CM-REDONDO, MATERIAL ADESIVO BRILHO,COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE COM FACA REDONDA 11X11CM. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE ADESIVOS-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 11X11 CM-REDONDO, MATERIAL ADESIVO BRILHO,COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE COM FACA REDONDA 11X11CM. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	3200	R$ 1,13	R$ 3.626,56
63	CONFECCAO BANNERS IMP. DIGITAL 200X90CM, LONA COR 4X0 COM ARTE, MADEIRA E CORDAO	CONFECCAO BANNERS IMP. DIGITAL 200X90CM, LONA COR 4X0 COM ARTE, MADEIRA E CORDAO	UN	10	R$ 223,33	R$ 2.233,33
64	CONFECÇÃO DE BLOCO- PLANEJAMENTO FAMILIAR-CONSOLIDADO ATENDIMENTO	CONFECÇÃO DE BLOCO-PLANEJAMENTO FAMILIAR- IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 6,53	R$ 6.533,30
65	CONFECÇÃO DE BLOCOS- PLANEJAMENTO FAMILIAR-TERMO RESPONSABILIDADE	CONFECÇÃO DE BLOCOS-TERMO DE RESPONSABILIDADE- IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 21X30CM,100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	1000	R$ 10,00	R$ 10.000,00
66	CONFECÇÃO DE CARTÃO- PROGRAMA HANSENIASE	CONFECÇÃO DE CARTÃO (PROGRAMA HANSENIASE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 15X11.1CM, MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,97	R$ 1.933,20
Valor total R$ 877.505,77						

Leia-se:

Cod.	Material	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitario Estimado	Valor Total Estimado
1	CARTÃO CADERNETA DE VACINAÇÃO	CONFECÇÃO DE CARTÃO CADERNETA DE VACINAÇÃO TIRAGEM MINIMA 6000	UN	12000	R$ 0,55	R$ 6.600,00
2	CARTÃO PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA ESPECIALIZADA	CARTÃO PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA ESPECIALIZADA, IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X20, MATERIAL SULFITE 180G, COR 1X0, ACABAMENTO COM ARTE, TIRAGEM MINIMA 2000	UN	4000	R$ 0,55	R$ 2.213,20
3	CONFECÇÃO DE ADESIVOS . IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X21 CM,, MATERIAL BOPP 190G COR 4X0 ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE ADESIVOS . IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X21 CM,, MATERIAL BOPP 190G COR 4X0 ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 250 UNIDADES.	UN	250	R$ 5,83	R$ 1.458,33
4	CONFECÇÃO DE BLOCO- ATESTADO	CONFECÇÃO DE BLOCO- ATESTADO IMPRESSÃO EM OFF-SET, FORMATO 15X21CM.100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0 ACABAMENTO COLADO COM ARTE.TIRAGEM MINIMA 2000 UNIDADES	UN	2000	R$ 4,97	R$ 9.933,20
5	CONFECÇÃO DE BLOCO-ATESTADO(FREQUÊNCIA GRUPO)	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ATESTADO (FREQUENCIA GRUPO), IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 12X21 CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75 G, COR 1X0, ACABAMNENTO COLADO,COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 800 UNIDADES.	UN	1200	R$ 4,90	R$ 5.880,00

6	CONFECÇÃO DE BLOCO ATESTADO MEDICO(PARA ACOMPANHANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET FORMATO 15X21 CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G COR4X0. ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TIRAGEM MINIMA 300 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO ATESTADO MEDICO(PARA ACOMPANHANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET FORMATO 15X21 CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G COR4X0. ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TIRAGEM MINIMA 1500 UNIDADES	UN	2500	R$ 6,50	R$ 16.250,00
7	CONFECÇÃO DE BLOCO(AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE GESTANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE GESTANTE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 1100 UNIDADES.	UN	2000	R$ 10,33	R$ 20.666,60
8	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA DE CADASTRO	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA DE CADASTRO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 1800 UNIDADES.	UN	4000	R$ 5,77	R$ 23.066,40
9	CONFECÇÃO DE BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL, FORMATO 100X90CM, MATERIAL LONA, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE, MADEIRA E CORDÃO. TIRAGEM MINIMA 1 UNIDADE	CONFECÇÃO DE BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL, FORMATO 100X90CM, MATERIAL LONA, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE, MADEIRA E CORDÃO. TIRAGEM MINIMA 5 UNIDADE	UN	10	R$ 112,33	R$ 1.123,33
10	CONFECÇÃO DE CARTÃO- FICHA DE ACOMPANHAMENTO	CONFECÇÃO DE CARTÃO- FICHA DE ACOMPANHAMENTO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 24X18CM, MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 1000 UNIDADES.	UN	2000	R$ 0,93	R$ 1.866,60
11	CONFECÇÃO DE BLOCOS(ENCAMINHAMENTO CAPS)	CONFECÇÃO DE BLOCO(ACOMPANHAMENTO CAPS) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 800 UNIDADES.	UN	1200	R$ 5,43	R$ 6.519,96
12	CONFECÇÃO DE FOLDER	CONFECÇÃO DE FOLDER IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 20X15CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES.	UN	1000	R$ 2,20	R$ 2.200,00
13	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA DE ACOLHIMENTO	CONFECÇÃO DE BLOCO- FICHA DE ACOLHIMENTO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, MATERIAL SULFITE 75G, COR 1X1, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE, FRENTE E VERSO TIRAGEM MINIMA 1800 UNIDADES.	UN	2500	R$ 9,60	R$ 24.000,00
14	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA ATENDIMENTO ODONTOLOGICO INDIVIDUAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 75G, COR 2X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE, FRENTE E VERSO TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA ATENDIMENTO ODONTOLOGICO INDIVIDUAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 75G, COR 2X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE, FRENTE E VERSO TIRAGEM MINIMA 1000 UNIDADES.	UN	2000	R$ 10,07	R$ 20.133,20
15	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 90G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 90G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 600 UNIDADES.	UN	1000	R$ 6,47	R$ 6.466,60
16	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA DE AVALIAÇÃO PSIQUIATRICA TERAPIA OCUPACIONAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 25X4 VIAS,MATERIAL SUPER BOND 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE AVALIAÇÃO PSIQUIATRICA TERAPIA OCUPACIONAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 25X4 VIAS,MATERIAL SUPER BOND 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO,COM ARTE TIRAGEM MINIMA 600 UNIDADES.	UN	1000	R$ 13,60	R$ 13.600,00
17	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO ANTI-RABICA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO ANTI-RABICA) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 10 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,73	R$ 19.466,60
18	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE DENGUE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE DENGUE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,73	R$ 19.466,60
19	CONFECÇÃO DE BLOCO (INVESTIGAÇÕES HEPATITES VIRAIS) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(INVESTIGAÇÕES HEPATITES VIRAIS) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,73	R$ 19.466,60
20	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE OBITO EM MULHERES) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE OBITO EM MULHERES) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 400 UNIDADES	UN	1000	R$ 9,97	R$ 9.966,60
21	CONFECÇÃO DE BLOCO (FICHA DE INVESTIGAÇÃO PARA OBITO FETAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO(FICHA DE INVESTIGAÇÃO PARA OBITO FETAL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 70 UNIDADES	UN	100	R$ 11,67	R$ 1.166,66
22	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA TRATAMENTO CLINICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA TRATAMENTO CLINICO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 600 UNIDADES	UN	1000	R$ 10,33	R$ 10.333,30
23	CONFECÇÃO DE BLOCO- FORMULARIO DE INVESTIGAÇÃO	CONFECÇÃO DE BLOCO-FORMULARIO DE INVESTIGAÇÃO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 7,00	R$ 14.000,00
24	CONFECÇÃO DE BLOCO-PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL	CONFECÇÃO DE BLOCO-PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIA MATERIAL SULFITE 75 G , COR	UN	1000	R$ 9,93	R$ 9.933,30

		1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 600 UNIDADES				
25	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO B(AZUL)	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO B(AZUL) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 8.5X21CM,20X1 MATERIAL SUPER BOND 56G , COR 1X0, ACABAMENTO NUMERADO,COLADO, COM ARTE, PICOTADO. TIRAGEM MINIMA 1000 UNIDADES	UN	2000	R$ 4,57	R$ 9.133,20
26	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21.5X23CM, 50X2 VIAS MATERIAL 1ªVIA SULFITE 75G, 2ªVIA SUPER BOND 56G CARBONADO COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 2500 UNIDADES	UN	5000	R$ 5,73	R$ 28.666,50
27	CONFECÇÃO DE BLOCO-REGISTRO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL	CONFECÇÃO DE BLOCO-REGISTRO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS MATERIAL SULFITE 75 G , COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,52	R$ 19.033,20
28	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO(PAPEL AUTO COPIATIVO)	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 22X16CM, 50X2 VIAS MATERIAL PAPEL AUTO COPIATIVO, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	10000	R$ 17,20	R$ 172.000,00
29	CONFECÇÃO DE BLOCO- REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TRIAGEM MINIMA 100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,53	R$ 19.066,60
30	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOLOGICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOLOGICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TRIAGEM MINIMA 400 UNIDADES	UN	1000	R$ 9,50	R$ 9.500,00
31	CONFECÇÃO DE BLOCO-RELATORIO DE DISTRIBUIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO	CONFECÇÃO DE BLOCO-RELATORIO DE DISTRIBUIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,40	R$ 18.800,00
32	CONFECÇÃO DE BLOCO-BOLETIM DE ATENDIMENTO	CONFECÇÃO DE BLOCO-BOLETIM DE ATENDIMENTO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 2100 UNIDADES	UN	5000	R$ 9,50	R$ 47.500,00
33	CONFECÇÃO DE BLOCO-CAÇA PALAVRAS DENGUE- NIVEL FACIL	CONFECÇÃO DE BLOCO-CAÇA PALAVRAS DENGUE-NIVEL FACIL. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X4, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 800 UNIDADES	UN	1500	R$ 9,43	R$ 14.149,95
34	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE DE TEMPERATUR. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE DE TEMPERATUR. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,43	R$ 18.866,60
35	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE E VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 10 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO CONTROLE E VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 300 UNIDADES	UN	500	R$ 9,67	R$ 4.833,30
36	CONFECÇÃO DE BLOCO P/ PRESCRIÇÃO MEDICA(PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL)	CONFECÇÃO DE BLOCO PARA PRESCRIÇÃO MEDICA(PRONTUARIO DE ATENDIMENTO MEDICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 2300 UNIDADES	UN	5000	R$ 9,77	R$ 48.833,00
37	CONFECÇÃO DE BLOCO P/ SOLICITAÇÃO AMBULATORIAL. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	CONFECÇÃO DE BLOCO P/ SOLICITAÇÃO AMBULATORIAL. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 400 UNIDADES	UN	1000	R$ 6,45	R$ 6.450,00
38	CONFECÇÃO DE BLOCO- RECEITUARIO MEDICO	CONFECÇÃO DE BLOCO-RECEITUARIO MEDICO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X10CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 2000 UNIDADES	UN	5000	R$ 4,63	R$ 23.166,50
39	CONFECÇÃO DE BLOCO-REQUISIÇÃO DE EXAMES	CONFECÇÃO DE BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAMES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X15CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	5000	R$ 4,43	R$ 22.166,50
40	CONFECÇÃO DE BLOCOS- FORMATO 21X30CM(100X1 VIA)	CONFECÇÃO DE BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAMES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, 100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	2000	R$ 9,97	R$ 19.933,20
41	CONFECÇÃO DE BLOCOS PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA	CONFECÇÃO DE BLOCO PARA AGENDAMENTO DE CONSULTA. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 7X10CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G, COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE TIRAGEM MINIMA 800 UNIDADES	UN	1200	R$ 2,47	R$ 2.959,92
42	CONFECÇÃO DE BLOCOS DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ALMOXARIFADO - IMPRESSAO EM OFF-SET FORMATO 22X16CM COM 100X1 VIAS MATERIAL: PAPEL SULFITE 75G COR 4X1 ACABAMENTO: COLADO, COM ARTE.TIRAGEM MINIMA DE 900 UND		UN	2000	R$ 5,50	R$ 11.000,00
43	CONFECÇÃO DE BLOCOS VISITAS		UN	1100	R$ 13,17	R$ 14.483,26
44	CONFECÇÃO DE BLOCOS- VISITAS DOMICILIARES-SUPER BOND 56G 8,5X 19CM	CONFECÇÃO DE BLOCOS- VISITAS DOMICILIARES.IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 8.5X19CM, 50X3VIAS, MATERIAL SUPER BOND 56G, COR 3X0, ACABAMENTO	UN	1100	R$ 5,53	R$ 6.086,63

		COLADO, GRAMPEADO COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 600 UNIDADES				
45	CONFECÇÃO DE CARTÃO- CONTROLE DE VACINA APLICADAS DURANTE O MES	CONFECÇÃO DE CARTÃO-CONTROLE DE VACINA APLICADAS DURANTE O MES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 22X60CM ABERTO, MATERIAL CAPA SULFITE 180G 4X0, MIOLO SULFITE 75G 4X1 COR 24 PAGINAS,DOBRAVEL E GRAMPEAVEL, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	1000	R$ 16,00	R$ 16.000,00
46	CONFECÇÃO DE CARTÃO FAMILIA	CONFECÇÃO DE CARTÃO FAMILIA.IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X12CM, MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 1200UNIDADES	UN	2000	R$ 0,93	R$ 1.866,60
47	CONFECÇÃO DE CARTÃO DA FAMILIA(9X5 CM)	CONFECÇÃO DE CARTÃO DA FAMILIA(9X5CM) .IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 9X5CM, MATERIAL COUCHE LISO 250G, COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 1200 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,72	R$ 1.433,20
48	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE CONTROLE DE PRESSÃO ARTERIAL E DO DIABETES	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE CONTROLE DE PRESSÃO E DO DIABETES. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 11X31CM,MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 4X4, ACABAMENTO MEIO CORTE COM ARTE, 3 DOBRASC/ VINCO. TIRAGEM MINIMA 2100 UNIDADES.	UN	5000	R$ 0,70	R$ 3.500,00
49	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VACINAÇÃO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X18CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE, VINCADO, DOBRADO. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES.	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VACINAÇÃO. IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X18CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE, VINCADO, DOBRADO. TIRAGEM MINIMA 6000 UNIDADES.	UN	10000	R$ 0,48	R$ 4.766,00
50	CONFECÇÃO DE CARTAZ(FORMATO-A1)	CONFECÇÃO DE CARTAZ- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO A1, MATERIAL COUCHE 180G, COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 60 UNIDADES.	UN	100	R$ 91,67	R$ 9.166,66
51	CONFECÇÃO DE CRACHÁ	CONFECÇÃO DE CRACHÁ- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X15CM, MATERIAL PAPEL SULFITE 240G, COR 4X0, ACABAMENTO2 FUROS, BROCA ESPECIAL,COM CORDÃO DE NYLON PRETO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 150 UNIDADES	UN	500	R$ 11,17	R$ 5.583,30
52	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE LICENÇA SANITARIA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE LICENÇA VIGILANCIA SANITARIA- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 21X30CM, MATERIAL COUCHE FOSCO 150G, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE, TIMBRADO. TRIAGEM MINIMA 1200 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,90	R$ 1.800,00
53	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-CAPA DE PRONTUARIOS	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-CAPA DE PRONTUARIOS- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 25X33CM, MATERIAL SULFITE 180G, COR 4X0 BRANCA, ACABAMENTO DOBRAS, VINCO, COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 1200 UNIDADES	UN	2000	R$ 1,33	R$ 2.666,60
54	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 7X10CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 7X10CM, MATERIAL COLCHE 90G, COR 4X1, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 400 UNIDADES	UN	750	R$ 1,18	R$ 887,48
55	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO10X14CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X14CM) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X14CM, MATERIAL COLCHE 90G, COR 4X1, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	1000	R$ 1,13	R$ 1.133,30
56	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X15CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X15CM) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X15CM, MATERIAL COLCHE 115G, COR 4X0, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 50 UNIDADES	UN	750	R$ 2,25	R$ 1.687,50
57	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO10X30CM)	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-FOLDER(FORMATO 10X30CM) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 10X30CM, MATERIAL COLCHE 150G, COR 4X4, ACABAMENTO 1 DOBRA, COM ARTE FRENTE E VESO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 600 UNIDADES	UN	1000	R$ 1,20	R$ 1.200,00
58	CONFECÇÃO DE CADERNETA CONTROLE RAIVA HUMANA	CONFECÇÃO DE CADERNETA-CONTROLE RAIVA HUMANA- IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 23X10CM,MATERIAL CARTOLINA VERDE180G,COR 1X1, ACABAMENTO VINCO COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 600 UNIDADES	UN	1000	R$ 1,20	R$ 1.200,00
59	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-INTERDIÇÃO VIGILANCIA SANITARIA	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS-INTERDIÇÃO VIGILANCIA SANITARIA- IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 20X41CM, MATERIAL SULFITE 90G, COR 1X1, ACABAMENTO COM ARTE. TRIAGEM MINIMA 250 UNIDADES	UN	500	R$ 2,17	R$ 1.083,30
60	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA ENC. LAQUEADURA/VASECTOMIA	CONFECÇÃO DE BLOCO-FICHA ENC. LAQUEADURA/VASECTOMIA-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 21X30 CM, 50X1 VIAS,MATERIAL SULFITE 75G, COR 4X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, TIRAGEM MINIMA 1200 UNIDADES.	UN	2000	R$ 7,00	R$ 14.000,00
61	CONFECÇÃO DE CARTILHA	CONFECÇÃO DE CARTILHA-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 30X21 CM(ABERTA), 8 PAGINAS,MATERIAL COUCHE 115G, COR 4X4, ACABAMENTO GRAMPEADO COM 1 DOBRA,COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 50 UNIDADES.	UN	2000	R$ 1,40	R$ 2.800,00
62	CONFECÇÃO DE ADESIVOS-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 11X11 CM-REDONDO, MATERIAL ADESIVO BRILHO,COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE COM FACA REDONDA 11X11CM. TIRAGEM MINIMA 1800UNIDADES.	CONFECÇÃO DE ADESIVOS-IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 11X11 CM-REDONDO, MATERIAL ADESIVO BRILHO,COR 4X0, ACABAMENTO MEIO CORTE COM FACA REDONDA 11X11CM. TIRAGEM MINIMA 1800 UNIDADES.	UN	3200	R$ 1,13	R$ 3.626,56
63	CONFECÇAO BANNERS IMP. DIGITAL 200X90CM, LONA COR 4X0 COM ARTE, MADEIRA E CORDAO	CONFECÇAO BANNERS IMP. DIGITAL 200X90CM, LONA COR 4X0 COM ARTE, MADEIRA E CORDAO TIRAGEM MINIMA 5	UN	10	R$ 223,33	R$ 2.233,33
64	CONFECÇÃO DE BLOCO- PLANEJAMENTO FAMILIAR-CONSOLIDADO ATENDIMENTO	CONFECÇÃO DE BLOCO-PLANEJAMENTO FAMILIAR- IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 21X30CM, 50X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	1000	R$ 6,53	R$ 6.533,30

65	CONFECÇÃO DE BLOCOS- PLANEJAMENTO FAMILIAR-TERMO RESPONSABILIDADE	CONFECÇÃO DE BLOCOS-TERMO DE RESPONSABILIDADE- IMPRESSÃO EM OFF SET,FORMATO 21X30CM,100X1 VIAS, MATERIAL SULFITE 75G,COR 1X0, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE. TIRAGEM MINIMA 500 UNIDADES	UN	1000	R$ 10,00	R$ 10. 000,00
66	CONFECÇÃO DE CARTÃO- PROGRAMA HANSENIASE	CONFECÇÃO DE CARTÃO (PROGRAMA HANSENIASE) IMPRESSÃO EM OFF SET, FORMATO 15X11.1CM, MATERIAL CARTOLINA 180G, COR 1X1, ACABAMENTO COLADO, COM ARTE, FRENTE E VERSO. TIRAGEM MINIMA 1100 UNIDADES	UN	2000	R$ 0,97	R$ 1. 933,20

Fica **PRORROGADA A DATA DE ABERTURA DO PREGÃO PARA O DIA 12/03/2019, às 08:00 HORAS**.

Todas as demais clausulas e condições do edital permanecerão inalteradas.

Poconé-MT, 21 de fevereiro de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 002/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 035/2019, de 05/02/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.***

DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA CNPJ: 37.227.550/0001-58

LUZ & CIA CNPJ: 26.579.029/0001-63

3E TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO CNPJ: 29.516.527/0001-55

Poconé-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 019/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 019/2018

Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Locador: **NOELY BYLICA PINTO**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 27 de fevereiro de 2019 a 27 de agosto de 2019.

Poconé/MT, 13 de fevereiro de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2019

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 035/2019, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento por ITEM, o ***PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE POCONÉ.***

Data: 11/03/2019

Credenciamento: 8h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 8h00min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 21 de fevereiro de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 044/GP/2019

PORTARIA N.º 044/GP/2019 Em 18 de fevereiro de 2019.

"Averbar o Tempo de Contribuição do INSS de Servidor ao FUNAPEM."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição com Protocolo nº 10001010.1.00028/13-9, expedida em 19/02/2019 pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Agência da Previdência Social de Barra do Garças/MT,

R E S O L V E :

Art. 1º - Averbar ao FUNAPEM o **Tempo de Contribuição, compreendido num total de 3479 dias, correspondendo a 9(nove) anos, 6(seis) meses e 14 (quatorze) dias,** concedido ao servidor **CARLOS SILVA DE SOUZA**, portador do PIS/PASEP: 1212730235-6, para fins de aposentadoria.

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 18 de fevereiro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT torna-se público aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL n° 006/2019**, tendo como objeto **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar para 186 (cento e oitenta e seis) dias Letivos,** cuja abertura ocorreu às nove horas (horário de Brasília) do dia 20 de fevereiro de 2019.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1- E.C. TRANSPORTE LTDA ME, inscrita no CNPJ: 07.703.316/0001-99, situada à Av Leste, nº 163, quadra 10 Lote 09, sala A Setor Nova Querência, na cidade de Querência/MT, sendo para o item nº 02, no Valor de **R$ 76.728,00 (setenta e seis mil e setecentos e vinte oito reais).**

2- EDIMAR RODRIGUES DA CRUZ-ME, inscrita no CNPJ: 07.731.287/0001-79, situada à Rua Josephina Balesteiro Nº 1675 sala A Conjunto Nova Esperança na cidade de Aragarças – GO, para o item 01, no valor Total de **R$ R$ 56.160,00 (cinquenta e seis mil e cento e sessenta reais).**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 20 de fevereiro de 2019.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 1964/2019

DECRETO N.º 1964/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROVA E TÍTULOS Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, para provimento de contratação temporária por meio de processo seletivo simplificado;

Considerando o resultado Final de contagem de pontos e entrevista, com base nas exigências estabelecidas no Edital;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos nº 001/2018, nos termos do Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

Pontal do Araguaia - MT, 20 de Fevereiro de 2019.

_____

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

ANEXO I

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DE PROVA E TITULOS

Inspetor de Aluno.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Alessandra Cesário Alves Menezes	6,0	28,0	34,00	1º Lugar
Laísa Maracaipes Guedes	5,0	23,0	28 pontos	2º Lugar
Fabiana Ferreira Haas	5,0	22,5	27,5	3º Lugar
Maria Borges de Jesus	5,0	22,0	27,0/27-02-69	4º Lugar
Elivânia Duarte de Lima Cesário	6,0	21,0	27,0/ 17-02-82	5º Lugar
Sâmilla Ribeiro de Sousa	5,5	21,0	26,5	6º Lugar
Daniele Antiqueira Duarte	6,0	18,75	24,75	7º Lugar
Jocelia da Luz Machado	6,0	18,0	24,0	8º Lugar
Laura Suzumi Varjão Komatsu	6,5	14,0	20,5	9º Lugar
Simony Alves da Silva	6,0	14,0	20,0	10º Lugar
Eliane Lopes Ribeiro	5,0	14,0	19,0	11º Lugar
Zulmira Soares da Silva	6,0	9,0	15,0	12º Lugar
Francislene Arante de Souza	5,0	9,0	14,0	13ºLugar
Elaine de Oliveira	5,0	8,0	13,0	14ºLugar
Dielly Cândida Correa Morais	8,0	4,5	12,5	15º Lugar
Dorvalina Soares da silva Santos	6,25	6,0	12,25/ 16-11-60	16º Lugar
Rosiele Sousa Lourenco	5,0	7,0	12,0	17º Lugar
Milena Soares dos Santos	6,5	5,0	11,5	18º Lugar
Roseli Gomes da Silva	7,0	4,0	11,0/10-12-87	19º Lugar
Marielly Lima Cabral	7,0	4,0	11,0/24-06-96	20º Lugar
Mayssa Gusmão Moraes	7,0	4,0	11,0/12-03-99	21º Lugar
Juliana Amaral da Silva	6,5	4,0	10,5/ 08-11-86	22º Lugar
Glênio André Ribeiro de Moraes	6,5	4,0	10,5/29-03-94	23º Lugar
Hyago Nogueira Monção	6,5	4,0	10,5/25-04-95	24º Lugar
Roseni da Silva	6,0	4,0	10,0/05-09-78	25º Lugar
Karla Betânia Silva Parreira	6,0	4,0	10,0 /23-01-84	26º Lugar
Luzenir Rosa	6,0	4,0	10,0/ 19-02-84	27ºLugar
Rafael Barreto David Neves	6,0	4,0	10,0/ 27-04-86	28º Lugar

Maycon David Lima	6,0	4,0	10,0/ 28-03-87	29º Lugar
Josiane de Jesus Rodrigues	6,0	4,0	10,0/ 25-10-92	30º Lugar
Agna Melissa Gomes Bailão	6,0	4,0	10,0/ 14-11-97	31ºLugar
Mayra Clara Roberta de Sousa	6,0	4,0	10,0/ 04-10-98	32º Lugar
Miriam Rojas da Silva	5,5	4,0	9,5/ 22-07-80	33º Lugar
Cintia Fidelis Martins	5,5	4,0	9,5/ 24-09-84	34º Lugar
Pâmela Sweeuds. da Silva Chagas	5,5	4,0	9,5/ 21-09-92	35º Lugar
Milena Ribeiro de Oliveir	5,5	4,0	9,5//20-01-98	36º Lugar
Leticia da Silva Souza	5,5	4,0	9,5/ 27-05-98	37º Lugar
Ingrid Rojas da Silva	5,5	4,0	9,5/ 21-01-00	38º Lugar
Jessica Santos Candido	5,25	4,0	9,25	39º Lugar
Maria Lucia Rodrigues da Cunha	5,0	4,0	9,0/28-10-77	40º Lugar
Jaqueline Martins de Souza Chaves	6,0	4,0	9,0/10-02-83	41º Lugar
Núbia Ferreira da Silva	5,0	4,0	9,0/15-05-96	42º Lugar
Matheus Gomes Faria	5,0	4,0	9,0/25-09-99	43º Lugar
Jorge Romano Vieira Nascimento	6,5	0,0	6,5	44º Lugar
Zenúbia Ribeiro da Silva	6,0	0,0	6,0/12-09 -78	46º Lugar
Eder da Silva Portela	6,0	0,0	6,0/ 28- 04 -83	47º Lugar
Rosielma Moraes Rezende	6,0	0,0	6,0 / 05-02-88	48º Lugar

Phaulla Nybia de Souza	6,0	0,0	6,0 / 27-02 -90	49º Lugar
Mario Vinicios de Faria	5,5	0,0	5,5 /16-04-80	50º Lugar
Bruna Medrado dos Santos	5,5	0,0	5,5/ 23-12-93	51º Lugar
Larissa Santos E. Silva	5,5	0,0	5,5/14-07-94	52º Lugar
Maria Aparecida M.de Oliveira	5,0	0,0	5,0/01-10-84	53º Lugar
Gabriela Alves Gomes da Silva	5,0	0,0	5,0/08-06-94	54º Lugar
Natalia Fante Luz	5,0	0,0	5,0/029-10-99	55º Lugar

Professor Pedagogo.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Rosilene de Sousa Barros	7,0	31,00	38,0	1º Lugar
Fernanda Teixeira de Oliveira	6,5	26,0	32,5	2º Lugar
Ismone Tagino Lima Fortes	6,5	25,0	31,5	3º Lugar
Necelina Sousa Lourenço Luz	6,5	23,0	29,5	4ºLugar
Cledima Rosa Trindade	6,5	20,5	27,0 / 27-07-84	5º Lugar
Nathânia Oliveira Santos	6,5	20,5	27,0/ 20-08-89	6º Lugar
Laís Gomes	7,75	19,00	26,75	7º Lugar
Ana Clara Oliveira Garcia	6,5	20,0	26,5/ 13-04-60	8º Lugar
Dinaíde Aparecida Pereira	7,0	19,5	26,5 / 25-10-85	9º Lugar
Sandra Vieira da Costa	5,25	21,00	26,25	10º Lugar
Roseli Soares de Sá	5,5	20,5	26,0	11º Lugar
Kacielle Rhuama de Oliveira Santos	5,75	20,00	25,75	12º Lugar
Maria Dinamar Pereira Ribeiro	5,5	20,0	25,5/01-11-70	13º Lugar
Marlene Vieira	6,5	19,0	25,5/06-03-80	14º Lugar
Luciana Muniz da Silva	6,0	18,5	24,5 /28-09-81	15º Lugar

Divina Augusta da Fonseca	7,5	17,0	24,5/12-12-83	16º Lugar
Claudia Alves Silva	6,0	18,0	24,0/ 16-01-73	17º Lugar
Nair Pereira da Silva Costa	6,0	18,0	24,0/ 16-10-77	18º Lugar
Isabel Vanêssa de Assis Silva	5,5	15,0	20,5/02-03-80	19º Lugar
Hermina Maria Martins do Prado	6,0	14,5	20,5/13-02-86	20º Lugar
Fernanda de Alcântara Lopes Viana	7,0	13,5	20,5/08-10-93	21º Lugar
Margarete Freitas da Silva	5,5	11,0	16,5	22º Lugar
Leila Ferreira Batista	6,0	8,5	14,5/ 15-01-78	23º Lugar
Luana Vilarinho Melo	5,75	8,75	14,5/ 07-10-86	24º Lugar
Deuseli Pinheiro Amorim	5,5	7,0	12,5/18-07-79	25º Lugar
Giselly da Silva luz	6,75	6,0	12,5/21-01-90	26º Lugar
Luciene Lopes de Freitas	6,0	6,0	12,0	27º Lugar
Nayara Barreto David Neves	5,0	6,0	11,0	28º Lugar
Lorena Pereira da Silva Muria	8,0	0,0	8,0	29º Lugar
Priscilla Carvalho dos Santos	7,0	0,0	7,0	30º Lugar
Elisabeth Souza Ribeiro Martins	6,25	0,0	6,25	31º Lugar
Alessandra Polizeli Bento	5,25	0,0	5,25	32ºLugar
Lucimar Costa de Sousa	5,0	0,0	5,0	33º Lugar

Matemática.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Larissa Becker Duncke	5,5	18,0	23,5	1º Lugar
Debora Ethiene Nascente	5,0	0,0	5,0	2º Lugar

Professor de Português.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Leuzélia Carvalho Nobrega	6,0	19,5	25,5	1º Lugar
Maria Cristina de Moraes Ribeiro	6,25	15,0	21,25	2º Lugar
Kelly Cristhel do N. Pimentel	6,0	0,0	6,0	3ºLugar

Professor de História.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação

Nalimy Reis de Sousa Pereira	6,5	19,5	26,0	1º Lugar
Gleison Peralta Peres	5,5	0,0	15,5	2º Lugar

Professor de Ciências.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Lincey Elias Sousa	6,5	17,5	24,0	1º Lugar

Professor de Educação Física.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Julian Asaff Azevedo	5,0	21,0	26,0	1º Lugar
Rogério Moraes de Miranda	6,5	11,0	17,5	2ºLugar
Rainner Luiz Campos Mourão	5,5	0,0	5,5	3º Lugar
Leidiane Dias Trindade Souza	5,0	0,0	5,0	4ºLugar

Professor Técnico em Informática.	Prova	Cont. de Pontos de Títulos	Res. Final	Colocação
Karine Freitas Neves	6,0	25,5	41,5	1º Lugar
Acabias Marques Luiz	6,75	15,0	29,75	2º Lugar
Adriana Figueiredo Dantas	5,5	0,0	11,5	3º Lugar

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 1965/2019

DECRETO N.º 1965/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"Dispõe sobre Homologação de Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos nº 001/2018 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º - Homologar o Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos nº 001/2018 para os cargos de: Professor Pedagogo; Professor de Português; Professor de Matemática; Professor de Geografia; Professor História; Professor Inglês; Professor de Arte; Professor de educação Física; Professor de Ciências; Professor de Música (Com formação na Área); Inspetor de Aluno para Educação Infantil (Nível Ensino Médio Completo), Professor de Informática (Formação em Técnico em Informática), conforme Resultado Final constante do Edital nº 012/2019 de 11 de fevereiro de 2019, homologado através do Decreto n° 1964/2019, afixado no Mural da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia e divulgado no site www.pmpontaldoaraguaia.com.br e posteriormente divulgado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM).

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Fevereiro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE PREÇO REAJUSTE DE PREÇOS DOS ITENS Emulsão Asfaltica RR 2C, Contrato Administrativo nº 33/2018, Processo de Administrativo nº 96/2018 Pregão Presencial nº 54/2018 Originada do Pregão Eletrônico nº 012/2018 Adesão a Ata de Registro de Preço nº 012/2018 Prefeitura Municipal de Vila Rica-MT. GERENCIADORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT. EMPRESA: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 07.489.111/0001-52. OBJETO: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE PREÇO REAJUSTE DE PREÇO DOS ITENS Emulsão Asfaltica RR 2C, ITENS: Emulsão Asfaltica RR 2C VALOR:R$ 2.788,00, DO CONTRATO N° 33/2018. DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DE PREÇO REAJUSTE DE PREÇOS DOS ITENS Emulsão Asfaltica RR 2C, Contrato Administrativo nº 33/2018, Processo de Administrativo nº 96/2018 Pregão Presencial nº 54/2018 Originada do Pregão Eletrônico nº 012/2018 Adesão a Ata de Registro de Preço nº 012/2018 Prefeitura Municipal de Vila Rica-MT. GERENCIADORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT. EMPRESA: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 07.489.111/0001-52.OBJETO: SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DE PREÇO REAJUSTE DE PREÇO DOS ITENS Emulsão Asfaltica RR 2C, ITENS: Emulsão Asfaltica RR 2C VALOR:R$ 3.020,00, DO CONTRATO N° 33/2018. DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019.

Daniel Rosa do Lago

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
PORTARIA MUNICIPAL Nº 058/2019 DISPÕE SOBRE FISCAL DE CONTRATO

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR SRº ASSIS XAVIER PARA FISCAL DO CONTRATO N° 004/2019.

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor **SRº Assis Xavier** Portador da Cedula de **RG nº 1.311.866-8 SSP/MT e CPF. n° 947.892.311-00**, para exercer a função de Fiscal de Contrato, contrato a seguir:

N°	Contrato	OBJETO
004/2019	ELIANE DA SILVA FERREIRA – ME	Contratação de pessoa Jurídica para prestação de serviços de responsabilidade técnica no tratamento, controle e monitoramento da qualidade de água, destinada para consumo humano, dos poços artesianos que abastecem o município de Porto Estrela-MT.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Caso o contrato seja aditivado o fiscal permanecerá fiscalizando o respectivo aditivo de contrato.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 20 de Fevereiro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO EXTRATO CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2019 - CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS, CARDIOLÓGICOS; EXAMES ESPECIALIZADOS, EXAMES LABORATORIAIS E FORNECIMENTO DE ÓCULOS, LEITO...

EXTRATO CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2019

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA – MT.

CONVENIADO: INSTITUTO LIONS DA VISÃO, CNPJ 03.984.624/0001-89.

OBJETO: CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS consiste, pelo CONVENIADO, na prestação de serviços oftalmológicos, cardiológicos; exames especializados, exames laboratoriais e fornecimento de óculos, leito e alimentação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

05.2076 – MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica

05.2075 – MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA E CENTRAL DE REGULAÇÃO

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

05.2077 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

05.2033 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO CENTRO DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

VIGÊNCIA: 01 de Fevereiro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 31 de Dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD DECRETO MUNICIPAL Nº. 027/2019 DECLARA LUTO OFICIAL

DECLARA LUTO OFICIAL NO DIA 20, 21 e 22 DE FEVEREIRO, DO SRº ARNALDO NORONHA DA COSTA.

O Senhor **Eugenio Pelachim,** Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado, com profundo pesar, **LUTO,** em virtude do falecimento do Srº. **ARNALDO NORONHA DA COSTA**, falecimento no dia 19 de Fevereiro do corrente ano, servidor público e morador do Município de Porto Estrela.

Art. 2º - Fica Decretado, neste dia **20 de Fevereiro – quarta- feira** – suspenso o atendimento ao público nos órgãos Públicos,

Art. 3º - Fica Decretado nos dias 21 e 22/02/2019 - Luto Oficial.

Art. 4º - Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Fevereiro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD PORTARIA MUNICIPAL Nº 057/2019 DISPÕE SOBRE FISCAL DE CONTRATO

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR SRº ROOSEVELT DA GUIA ORTEGA PARA FISCAL DO CONTRATO N° 007/2019.

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidor **SRº Roosevelt da Guia Ortegs** Portador da Cedula de **RG nº 1.505.545-0 SSP/MT e CPF. n° 896.212.552-87**, para exercer a função de Fiscal de Contrato, contrato a seguir:

N°	Contrato	OBJETO
007/2019	TELEFÔNICA BRASIL S/A	Contratação de pessoa Juridica a forma de prestação de serviços para contratação de serviço de telefonia móvel para atender as necessidades desta municipalidade.

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Caso o contrato seja aditivado o fiscal permanecerá fiscalizando o respectivo aditivo de contrato.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 20 de Fevereiro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 017/2019

AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 017/2019

EMENTA: O SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT PUGNA POR PARECER SOBRE PEDIDO DE ELEVAÇÃO DE CLASSE. ATOS DE MERO EXPEDIENTE. SIMPLES CUMPRIMENTO DE REQUISITOS. ANÁLISE ESTRITA ACERCA DA RELAÇÃO JURÍDICA QUE ADVÉM DA MATÉRIA. PARECER MERAMENTE OPINATIVO. PELA **POSSIBILIDADE JURÍDICA** DA ELEVAÇÃO, NO CASO DO CARGO DE PROFESSOR. DEIXO DE MANIFESTAR NO CASO DA MONITORA DE CRECHE.

Fora encaminhado a este Setor Jurídico, pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Poxoréu/MT, através do Memorando n.º 015/2019, de 15/02/2019, protocolado diretamente com este Advogado signatário, requerimento de Parecer Jurídico quanto à possibilidade de Elevação de Classe das servidoras **Marileide Leite da Silva – Professora** e **Yane Karoline Felis da Silva – Monitora de Creche**.

Junto com o referido Memorando vieram, também, as pastas funcionais das servidoras interessadas e cópias dos documentos que visam embasar os pedidos.

Ressalte-se que os pedidos já foram deferidos pela Secretária de Educação, sendo os documentos encaminhados através do Ofício n.º 61/SEEL/2019, protocolado sob o n.º 37.753, de 14/02/2019, à Secretaria de Administração, apenas para que se cumpra o ato de elevação de Classe.

É o relatório.

A princípio, cabe a este Advogado explanar à Administração Pública municipal acerca da diferenciação entre Parecer Jurídico Vinculante e Parecer Jurídico Não-vinculante, termos já analisados, inclusive, pelo STF, que norteiam os pareceristas e os tomadores de pareceres nas responsabilidades assumidas.

Vejamos:

Controle externo. Auditoria pelo TCU. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico de natureza opinativa. Segurança deferida. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: ***(i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir.*** *No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. Controle externo:* ***é lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário.*** *Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cave a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. [**MS 24.631**, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 9-8-2007, P. DJ de 1.º-2-2008]*

Neste contexto, o julgado acima traz segurança jurídica ao parecerista que emite sua opinião em atos, muitas vezes, de mero expediente, que não detém qualquer divergência interpretativa, mas que são requeridos por gestores que, na intensão de se valerem do mesmo para se escusarem de suas responsabilidades, o pleiteiam, vislumbrando uma espécie de escudo.

Afirme-se, portanto, que em casos desta natureza, a covardia do responsável pela tomada de decisão não o exime das responsabilidades pelas consequências do ato praticado, nem torna o parecerista responsável junto consigo mesmo, eis que, nos termos do entendimento jurisprudencial do STF, o Parecer Jurídico Não-vinculante não traz responsabilidade àquele que o emite.

Feitas estas considerações iniciais, de caráter genérico e contextual, acerca da responsabilidade do Parecerista pela opinião explanada, passo à manifestação, afirmando que, pela matéria sob análise, o presente Parecer é **NÃO-VINCULATIVO**, não sendo obrigatório seu acatamento.

DO CASO EM CONCRETO

Tendo em vista que se tratam de duas servidoras vinculadas ao mesmo PCCS, mas, com cargos diferentes, passo à manifestação individualizada dos casos.

Da servidora MARILEIDE LEITE DA SILVA - Professora

A servidora é efetiva no cargo de Professor, consoante Termo de Posse n.º 049/2016, de 15/02/2016, vinculada à Lei Municipal n.º 1.512/2012, descrito pela mencionada norma, nos seguintes termos:

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS E VAGAS

N.º DE CARGOS	*CARGOS*	*FUNÇÕES*	*ESCOLARIDADE MÍNIMA*	*CARGA HORÁRIA*	*VAGAS*
01	*PROFESSOR*	*DOCÊNCIA, COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, DIREÇÃO, TUTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO*	*1 – MAGISTÉRIO* *2 – GRADUAÇÃO PLENA* *3 – EDUCAÇÃO FÍSICA* *4 – ARTE E MÚSICA*	*30*	*15* *130* *03* *02*
[...]	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*	*[...]*

O artigo 2.º da Lei Municipal n.º 1.512/2012 ressalta, também, as atribuições do cargo de Professor. Vejamos:

Art. 2.º *A Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal é constituída de seis cargos divididos em classes e funções de Gestão de Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário do Órgão Central e Unidades Escolares.*

I – Professor, *composto das atribuições inerentes às atividades de docência, tutoria e assistência aos programas educacionais desenvolvidos pela SME, da função inerente de coordenação e assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar.*

Já o artigo 3.º explicita como se desenvolverá a promoção do Professor quanto a sua qualificação:

Art. 3.º *O cargo de Professor é estruturado em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.*

***§ 1.º** As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com seguinte:*

[...]

***II –** Classe B – habilitação de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena.*

***III –** Classe C – habilitação de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional de Educação.*

[...]

Ao observar o pedido formulado pela servidora interessada, nota-se que a mesma juntou Diploma de Curso de Pedagogia, suprindo, assim, as exigências da Lei Municipal n.º 1.512/2012 para progressão à Classe B.

O *caput* do artigo 46 da Lei Municipal n.º 1.512/2012 dispõe, ainda, que deverá ser cumprido interstício mínimo de 3 (três) anos de uma classe para outra:

***Art. 46.** A promoção do Profissional da Educação Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, observado o interstício de 03 (três) anos.*
[...]

Neste contexto, é de afirmar que já decorreram 3 (três) anos desde a posse e há juntado pela Requerente, curso habilitatório apto, em tese, a suprir os requisitos mínimos da Lei [**Especialização em Educação Infantil com carga-horária de 460 horas-aulas**], razão pela qual não vejo motivo para indeferimento do pleito.

Da servidora YANE KAROLINE – Monitora de Creche

A servidora em questão é efetiva no cargo de Apoio Educacional – Monitor de Creche, conforme se denota do Termo de Posse n.º 048/2016, de 12/02/2016.

Ocorre, porém, que, diferentemente do cargo de Professor, o cargo de Apoio Educacional exige, para a análise da elevação de Classe, a indicação de cursos passíveis de conferir este direito, elencados em Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

É a disposição da Lei Municipal n.º 1.512/2012:

***Art. 2.º** A Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal é constituída de seis cargos divididos em classes e funções de Gestão de Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário do Órgão Central e Unidades Escolares.*

[...]

***V – Apoio Educacional I**, composto de atribuições inerentes às atividades de Nutrição Escolar, de Auxiliar de Mecânico, de Monitor de Creche, Vigilante ou outras que requeiram formação em nível de Ensino Médio e profissionalização específica.*

[...]

***Art. 5.º** Os cargos de Técnico Educacional I, Agente Educacional, Apoio Educacional I e II – Profissionalizado – estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas:*

[...]

***§ 2.º** A estrutura, o conteúdo e a carga horária do curso de profissionalização específica serão regulamentados através de portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação.*

Inexiste, até a presente data, esta Portaria exigida pela Lei Municipal n.º 1.512/2012, razão pela qual opinar acerca da possibilidade de elevação de Classe da servidora Yane Karoline foge totalmente às minhas atribuições e competência.

DA CONCLUSÃO

I – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe da servidora MARILEIDE LEITE DA SILVA, Professora, da B para a C, tendo em vista já ter decorrido três anos de sua posse, bem como ter apresentado Diploma de Especialização em Educação Infantil;

II – Deixo de manifestar acerca do caso da servidora YANE KAROLINE FELIS DA SILVA, ante o fato de inexistir a Portaria mencionada no § 2.º, do art. 5.º, da Lei Municipal n.º 1.512/2012;

III – É de competência exclusiva do Setor de Recursos Humanos e da Secretaria Municipal de Administração a identificação da autenticidade dos Diplomas apresentados pelos servidores, oportunidade em que me eximo de tal responsabilidade.

É a manifestação. À consideração superior.

Encaminho em anexo as pastas funcionais das servidoras, conforme me fora entregue.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

WILLIAN XAVIER SOARES

Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O

Matrícula n.º 2452

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO DOENÇA

PORTARIA N.º 657/2019 Poxoréu/MT, 14 de Fevereiro de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** à servidora Sra. **LAURA LEAL DA SILVA**, efetiva no cargo de Técnica em Administração, lotada na Secretaria de Administração, pelo período de 45 dias, com vencimento referente ao período de 21/02/2019 à 06/04/2019, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.02.009.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO DOENÇA

PORTARIA N.º 658/2019 Poxoréu/MT, 14 de Fevereiro de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** à servidora Sra. **NEULITA PRIMO DOS SANTOS**, efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, pelo período de 45 dias, com vencimento referente ao período de 23/02/2019 à 08/04/2019, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.02.010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 009 /2019 (EDUCAÇÃO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 009 /2019

PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2018

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no **resultado oficial** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 23/01/2019, homologado em 30/01/2019, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, para, querendo, comparecerem na **Secretaria de Educação, Esporte e Lazerno dia 20/02/2019, às 13h e 00min**, para a atribuição de aulas e no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

I – Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, bem como averbações, se houver;

II – Fotocópia (s) autenticada (s) da (s) certidão (ões) de nascimento do (s) filho (s), se tiver;

III – Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (para os cargos de nível superior), se for o caso e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – Número de cadastro no PIS/PASEP (se possuir);

V – Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu,

g) Cópia do Cartão de Vacinação (atualizado com as vacinas anti-tetânica, hepatite B e tríplice viral) [vacina contra hepatite B exigida apenas para convocados acima de 39 anos];

h) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;

VI – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;

VII – Fotocópia autenticada do Título de Eleitor, com Zona Eleitoral e Sessão de Poxoréu/MT, bem como do comprovante de votação na última eleição;

VIII – Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou dispensa (se do sexo masculino);

IX – Declaração de que não possui antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo fórum da Comarca de Poxoréu/MT;

X – Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa;

XI – Fotocópia autenticada do Comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo, bem como do registro no órgão de classe competente, quando cabível;

XII – Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública;

XIII – Declaração de bens;

XIV – Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XV – Fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), caso possua; obrigatório para os convocados ao cargo de motorista;

XVI – Comprovante de conta bancária (Banco do Brasil);

XVII – Comprovante de residência; O não comparecimento do (a) convocado (a), **no dia ehorário da atribuição** e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

XVIII - A cópia dos documentos que não estiverem autenticadas deverão ser entregues na data da posse juntamente com os originais para autenticação pelo funcionário público responsável

OBS: Copia dos documentos individuais em cada folha.

CONVOCA:

PROFESSOR (SEDE) - 30HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	PONTUAÇÃO
48º	Yane Karoline Felis da Silva	030.501.701-90	47
49°	Vaniuza Galvão de Arruda	468.838.601-00	46

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 20 de fevereiro de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO DOENÇA

PORTARIA N.º 656/2019 Poxoréu/MT, 14 de Fevereiro de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** ao servidor Sr. **ADILSON JOSÉ DA SILVA**, efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Assistência Social, pelo período de 30 dias, com vencimento referente ao período de 04/02/2019 à 05/03/2019, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.02.008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 08:00 horas do dia 12 de março de 2019, estará abrindo o pregão presencial, com a finalidade de registrar os preços de pessoas jurídicas para contratações parceladas de serviço de manutenção mecânica da frota municipal de veículos e máquinas. Conforme Termo de Referência anexo I do edital. O Edital e seus respectivos anexos poderá ser obtido no site www.**prefeiturarc.com.br ou no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com ou com** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Ribeirão Cascalheira, durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 de segunda a sexta-feira. Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (66) 3489- 1838.

Ribeirão Cascalheira-MT, **20 de fevereiro de 2.019.**

LUZINETE MARTINS FERREIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 03 /2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 03/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Física JOAQUIM FOGAÇA DE SOUSA, CPF nº 507.526.931-15

CLÁUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA- O presente contrato terá seu prazo de vigência acrescido de 12 (doze) meses, passando a expirar no dia 31/12/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em consequência deste Termo Aditivo, o contrato será aditivado no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), passando ao valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DA ASSINATURA:02/01/2019

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a a pessoa Física JOAQUIM FOGAÇA DE SOUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
DECRETO N° 10/2019, EM, 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECRETO N° 10/2019, Em, 15 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre a regulamentação do Art. 17 da Lei 660 de 2019, de 12 de Fevereiro de 2019, que regulamenta a utilização da Patrulha Mecanizada do Município de Ribeirãozinho, *e dá outras providências. "*

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor RONIVON PARREIRA DAS NEVES, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da Lei Municipal 660 de 12 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de elencar os maquinários que estarão à disposição dos trabalhos da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Fomento;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar o valor/hora operacional das respectivas máquinas;

DECRETA:

Art. 1º **-** A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Fomento, terá à disposição para a realização ao fomento da Agricultura Familiar e pequeno produtor, conforme disposições da Lei 660/2019 de 12 de fevereiro de 2019, os seguintes maquinários:

1. Trator Agrale 6150 -140 cv – FETHAB;

2. Trator Agrale 5105 105 cv- FETHAB;

3. Trator LS 80 Plus 80 CV;

4. 4 . Trator Massey Fergunsson 4283 80;

5. 5. Retroescavadeira Pac 2 – FETHAB;

6. 6. Caminhão Basculante KAS 2597 Pac 2 – FETHAB;

7. 7. Grade de 14 discos;

8. 8. Grade 16 discos;

9. 9. Grade 18 discos;

10. Niveladora 22 discos;

11. Niveladora 48 discos;

12. Duas (2) carretas 6 ton bascculante duas rodas;

13. Carreta 6 toneladas quatro rodas;

14. Duas (2) ensiladeiras;

15. Plantadeira 5 linhas Jumil;

16. Sulcador;

17. Esparramador de calcário;

18. Vicon - esmarrador de sementes;

19. Yamaha XTZ 125 K NJU 6747;

Art. 2º - O valor hora/operacional de cada maquinário terão seus valores ajustados de acordo com aumento no preço do óleo diesel, conforme dispõe o art. 17 da Lei 660/2019 de 12 de fevereiro de 2019;

Art. 3º - Fica estabelecido o valor hora/operacional conforme tabela a baixo:

Maquinário e implementos	Valores
1. Trator Agrale 6150 -140 CV	$ 90,00 /hora
2. Trator Agrale 5105 105 CV	$ 75,00/hora
3. Trator LS 80 Plus 80 CV	$ 70,00/hora
4 . Trator Massey Fergunsson 4283 80	$ 70,00/hora
5. Retroescavadeira	$70,00/hora
6. Caminhão Basculante KAS 2597 *	$ 2,5/km em viagens

Art. 4º - Caminhão Basculante KAS 2597, trabalha com silagem a R$ 40,00 (quarenta reais) a hora, considerando o desgaste.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
DECRETO Nº 009/2019 EM 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECRETO Nº 009/2019 Em 12 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre o lançamento e a Cobrança do I.P.T.U, no exercício de 2019 e dá outras providencias."

O Prefeito do Município de Ribeirãozinho – MT, Senhor Ronivon Parreira das Neves, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que são conferidas, e:

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de o município lançar e arrecadar os seus tributos próprios.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, caput, da lei complementar n°008/2002 - Código Tributário Municipal.

CONSIDERANDO que em face de indisponibilidade de prazo torna impossível a elaboração da Planta de Valores Imobiliários Prediais e Territoriais, e visando a Cobrança do I.P.T.U, ainda no corrente ano.

DECRETA

Art. 1º O recolhimento do IPTU, relativo ao exercício de 2019, obedecerão as seguintes datas:

Cota Única Desconto de 20% Vencimento 01/04/2019

1° Parcela sem desconto Vencimento 01/04/2019

2° Parcela sem desconto Vencimento 02/05/2019

3° Parcela sem desconto Vencimento 03/06/2019

Art. 2º No Corrente exercício o valor venal dos imóveis Predial e Territorial localizados no perímetro urbano do Município, será estabelecido mediante seguinte regra.

IMÓVEL PREDIAL

I- Construção de alvenaria localizada em ruas pavimentadas R$ 50,00 m²

II- Construção de alvenaria localizada em ruas não pavimentadas R$ 40,00 m²

III - Outros tipos de construção (palha, madeira, taipa) R$ 20,00 m²

IMÓVEL TERRITORIAL

I- Localizados em ruas pavimentadas R$ 4,00 m²

II- Localizadas em ruas sem pavimentação R$ 2,00 m²

Art 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 27/2019 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

PORTARIA Nº. 27/2019

De 20 de Fevereiro 2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por invalidez ao servidor efetivo ***Sr. Marcos Lopes Paiva.****"*

O Secretário Municipal de Administração do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Com fundamento no Art. 40, § 1º, inciso I e § 3º e 17º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 12 incisos I e art. 13 da Lei Municipal n.º 975 de 15 de abril de 2004, que rege a previdência Municipal de Rosário Oeste; Lei Municipal nº 1243/2011 que dispõe sobre reestruturação do PCCS dos Profissionais Básicos da Educação do Município; e Lei Municipal n° 1.443 de 18 de março de 2016 que dispõe sobre a aplicação do piso salarial aos professores e servidores profissionalizados da rede municipal de educação do Município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por invalidez, ao servidor **Sr. MARCOS LOPES PAIVA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 0449396-6 SESP/MT e CPF nº 551.684.001-59, efetivo no cargo de Professor, Classe "C", Nível "04", com carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, matricula n.º 1749, contando com 10 (dez) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de tempo de contribuição, com **proventos integrais, com base na integralidade da media aritmética**, conforme processo administrativo do **ROSÁRIO-PREVI n.º 2019.03.00008P**, a partir de **12/02/2019** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação**, retroagindo seus efeitos legais a data de 12 de fevereiro de 2019,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rosário Oeste – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1535 - 2019

LEI 1.535/2019

de 20 de Fevereiro de 2.019

"Fixa o Piso Salarial dos Agentes Comunitários de Saúde, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aplicar o Piso Salarial aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, conforme fixado na Lei nº 13.708, de 14 de Fevereiro de 2.019.

Parágrafo único. O piso salarial a que refere o artigo 1º desta Lei será de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinqüenta reais) mensais.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento em vigor e suplementadas, se necessário.

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 20 de Fevereiro de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **"Contratação temporária de Professor para atender a Sala de Recursos da Escola Municipal Simão Bororó; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, em substituição à Professora Silvia de Almeida Oliveira que se encontra de atestado médico pelo período de 180 (cento e oitenta) dias".** A contratação se fará por 120 (cento e vinte) dias, a contar de fevereiro/2019; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso IV; d) **Processo: Nº 009/2019**; e) Cobertura Orçamentária: 06.007.12.361.0042. 2049.31.90.04.473; f) Valor: R$ 7.991,52 (sete mil e novecentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos); g) Contratada: ANA MARIA FERREIRA DE SOUZACPF: 037.855.351-80; h) Autorizado: em 13/02/2019, por Wemerson Adão Prata; i) Ratificação: em 13/02/2019, por Wemerson Adão Prata.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2019 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

SÚMULA: REGULAMENTA A COBRANÇA DO IPTU 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve emitir o seguinte:

DECRETO:

Art. 1º. O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - Exercício 2019 poderá ser realizado na forma seguinte:

I. O proprietário do imóvel que optar para o pagamento a vista terá um desconto de **20%** (vinte por cento) sobre o valor do imposto devido para o pagamento em parcela única até o dia **30/04/2019.**

II. O proprietário do imóvel que optar para o pagamento em **3 (três) vezes** terá o desconto de **10%** sobre o valor do imposto com parcelas mensais e sucessivas e vencimentos em **30/04/2019, 31/05/2019, 30/06/2019**, com a retirada de seu carnê de parcelamento no Departamento de Tributos.

III. O proprietário do imóvel poderá optar para o pagamento em até **06 (seis)** parcelas iguais e sucessivas até o vencimento da primeira parcela que passará a ter os vencimentos em **30/04/2019, 31/05/2019, 30/06/2019, 31/07/2019, 31/08/2019 e 30/09/2019,** com a retirada de seu carnê de parcelamento no Departamento de Tributos, ou pelo site **www.santaritadotrivelato.mt.gov.br**

IV. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 10 (dez) UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL conforme Lei Complementar nº 062/2014.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 012/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018

EXTRATO CONTRATO N° 012/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **EMPRESA CONTRATADA**: **KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 12.111.458/0001-05; **VIGENCIA DO CONTRATO:** 20/02/2019 até 22/05/2019**Valor**:R$ 160.000,00; **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE (Prédio Antigo)**; O objeto do presente contrato celebrado em decorrência da Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018**. **DATA:** 20/02/2019.

DECRETO N.º 003/2019 08 DE JANEIRO DE 2019

SÚMULA: ESTABELECE NORMAS PARA COBRANÇA DO TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO OU ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SRA. **CLAUDECI MARIA DA SILVA**, PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO AS PRERROGATIVAS LEGAIS CONTIDAS NOS ARTIGOS N.º 296, 297 E 298 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2014 DE24/10/2014.

D E C R E T A:

Art. 1º – A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO OU ATIVIDADES, para o exercício de 2019, terá lançamento em Parcela Única, com vencimento no dia 28 de Fevereiro de 2019.

Parágrafo Único - Após a data de vencimento, será acrescido multa e juros, em conformidade com as disposições da Lei Complementar n.º 062/2014.

Art. 2º – Após pagamento, será expedido o Certificado de Alvará de Funcionamento.

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 2 DE JANEIRO DE 2018.

CLAUDECI MARIA DA SILVA

Prefeita Municipal Interina

Registre-se e afixe-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços nº 003/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME PLANILHAS E PROJETOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL**.

O Prefeito Municipal, na conformidade do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, **ADJUDICA** a presente licitação, Tomada de Preços nº 006/2018, à empresa licitante vencedora **KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ n° 12.111.458/0001-05.**

Santa Rita do Trivelato - MT, 20 de Fevereiro de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº 006/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME PLANILHAS E PROJETOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO TEM, o resultado da licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 006/2018, que teve como vencedora a empresa **KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ n° 12.111.458/0001-05.**

Santa Rita do Trivelato - MT, 20 de Fevereiro de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS N° 005/2018

***ATA DE LICITAÇÃO DESERTA* - TOMADA DE PREÇOS N° 005/2018**

Às 14h00min, do dia 16 de Janeiro de 2019, reuniu-se na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n**° 003/2019**, composta por: **MARIA CILENE PEREIRA** – Presidente da CPL, **PIERRE FRANCIS HAUBRICHT** – Secretario e Membros da CPL - Danielle Cristina Correia Emmer e Debora Aline Nied para recebimento, abertura e julgamento dos envelopes de Habilitação e Proposta referente a **Tomada de Preços n° 005/2018,** que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NO PÁTIO DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, CONFORME AS PLANILHAS E PROJETOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.** Conforme especificações contidas no aviso de licitação publicado em meios eletrônicos (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – AMM, http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/), momento determinado pela Comissão de Apoio na Licitação, para proceder o credenciamentos dos interessados, não compareceu nenhuma empresa para participar do referido certamente, as 14h00min, a Presidente declarou aberta a sessão e aguardou a presença de possíveis interessados até as 14h20min, e em virtude da ausência de licitantes, fica declarada ***LICITAÇÃO DESERTA*** o referido certame. Nada mais havendo a ser tratado lavrei a presente Ata, finalizada neste momento, às 14h25min.

MARIA CILENE PEREIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 011/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

EXTRATO CONTRATO N° 011/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **EMPRESA CONTRATADA**: **SOTREQ S/A**, inscrita no CNPJ sob n° 34.151.100/0022-65; **VIGENCIA DO CONTRATO:** 19/02/2019 até 20/04/2019**Valor**:R$ 9.444,16; **Objeto:** Constituiu objeto do presente contrato, a prestação de serviços de assistência técnica, testar/diagnosticar transmissão, remover transmissão e sistema de transmissão da Motoniveladora 12 H.AA e demais serviços especificados na proposta de serviço nº 0060647596 e na Sub-ordem nº 4300487601; Conforme Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2019. **DATA:** 20/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2019

EMENTA: EXONERA COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “IRMÃ LUIZA CASSIOLATO” DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica exonerada a **Sra. AIRCE CANDIDA DE ALENCAR GONÇAÇVES,** brasileira, portadora do RG 05043085- SSP/MT e CPF/MF 581.548. 921.20, do cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** do Centro de Educação Infantil "Irmã Luiza Cassiolato" do Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º A exoneração se dá pelo término legal do mandato, de acordo com a lei, e não haverá prejuízos para as partes.

Parágrafo único – Os direitos decorrentes com a presente exoneração se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 31 de Janeiro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 030/2019

SÚMULA: NOMEIA COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Fica nomeada e empossada a SRª. **EDRIANA ANA TAVARES SCARPATT**, portadora do RG 11579714- SSP/MT e CPF/MF 956.637. 971.49, para ocupar o cargo de COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO, para o ano letivo de 2019.

Art. 2º - A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, a servidora nomeada por esta Portaria será remunerada, em nível de Coordenadora Pedagógica, na forma determinada em lei.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de Fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 031/2019

EMENTA: NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 002/2019, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS ,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO** para realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n°. 002/2019,** no âmbito do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, composta pelos seguintes membros:

- Osvaldo Ferreira Rodrigues – CPF: 411.646.521.68 - PRESIDENTE

- Marinet Souto de Oliveira – CPF: 005.898.721.50 - VICE-PRESIDENTE

- Adriana de Araujo Leal – CPF: 006.642.971.45 - RELATORA

Art. 2º - A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, de que trata o artigo anterior será responsável pela abertura, realização, avaliação, homologação e publicação de processo seletivo simplificado, a ser executado no âmbito do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, na forma da lei.

Art. 3º - As atribuições das respectivas funções são previstas em lei e restritas a ela, e, os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, através da comissão Permanente de licitação-CPL, torna público, que por razões administrativas, fica anulada a Tomada de Preço nº 001/2019, referente à **CONTRATAÇÃO, SOB-REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE READEQUAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR NO POSTO DE SAÚDE PSF VILA ALTA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT**, que deveria acontecer no dia 26 de Fevereiro de 2019.

Santo Afonso, 20 de Fevereiro de 2019.

Joabe almeida dos santo Afonso - Prefeito

Michele Guedes Rodrigues-Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2019

EMENTA: NOMEIA COORDENADORA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, PEDAGOGICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica nomeada e empossada a **Sra. AIRCE CANDIDA DE ALENCAR GONÇAÇVES,** brasileira, portadora do RG 05043085- SSP/MT e CPF/MF 581.548.921.20, no cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, PEDAGOGICOS E CULTURAIS** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo de Coordenadora de Assuntos Administrativos, Pedagógicos e Culturais em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, subordinada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e a servidora nomeada por esta Portaria será remunerada, de acordo com a Lei Municipal nº 309/2011.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DO CONTRATO N.º 005/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2019ADESÃO 002/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MINICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT. CONTRATADA: MAN LATIN AMERICAINDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º06.020.318/0001-10OBJETO: Aquisição de veículos de transporte escolardiário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), com DPM.DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: PROGRAMA DETRABALHO FONTE DE RECURSOS ELEMENTO DE 0040-EDUCANDOPARA O FUTURO0115000000-OUTRASTRANSFERENCIASDOFNDE4490520000-EQUIPAMENTOSE MATERIAL PERMANENTE R$186.400,000040-EDUCANDOPARA O FUTURO0101000000-EDUCAÇÃO25%4490520000-EQUIPAMENTOSE MATERIAL PERMANENTE 00645/00 12/02/2019 42.512,00 VALOR TOTAL: R$ 228.912,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e doze reais).

EXTRATO DO CONTRATO N.º 004/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2019ADESÃO 002/2019 CONTRATANTE:PREFEITURA MINICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MTCONTRATADA: MAN LATIN AMERICAINDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º06.020.318/0001-10OBJETO: Aquisição de veículos de transporte escolardiário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), com DPM.DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: PROGRAMA DE TRABALHO 0040-EDUCANDO PARA O FUTURO, FONTE DE RECURSOS 0115000000-OUTRAS TRANSFERENCIA DO FNDE, ELEMENTO DE DESPESA, 4490520000-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR TOTAL: R$ 228.912,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e doze reais).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 005/2019 ADESÃO N.º 003/2019CONTRATO N° 008/2019A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 008/2019** PARA O SEGUINTE OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO TRANSPORTE ELETIVO para a Secretaria de Saúde do Município de Santo Antônio doLeverger.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:Dotação:10.304.0022.2054 natureza de despesa: 44.90.52.00.00 Fonte:0114; 0102**CONTRATANTE:*PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT*.CONTRATADA: REAVEL VEICULOS EIRELI**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJnº 30.260.538/0001-04.**DATA DE ASSINATURA:**12/02/2019.**VIGENCIA:** 12 meses.Santo Antônio de Leverger–MT, 12de fevereiro de 2019.**Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 145/2019. DE: 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR JOSE SOUZA CARVALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 20/02/2019 que atesta que o referido servidor está apto para exercer atividades laborais a partir do dia 19/08/2019.

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público estável **JOSE SOUZA CARVALHO** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 20/02/2019, no período de 20/02/2019 a 18/08/2019.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 146/2.019. DE: 20 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ADMINSTRAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZACAO NA EXECUCAO DO CONTRATO Nº 114/2018 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2.018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Servidor Aminadalb Alves de Souza Junior, como representante da administração para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 114/2018 celebrado entre o Município de Santo Antônio do Leste/MT e a empresa **MENDONÇA LOCAÇÃO DE MAQUINAS EIRELI.**

Parágrafo Único – O contrato descrito no caput deste artigo trata-se da execução de obra de **"Regularização e Reforma do Centro Municipal de Saúde - anexo lavanderia".**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 20 DE FEVEREIRO DE 2019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 144/2.019. DE: 19 DE FEVEREIRO DE 2.019

Designa servidor público para aplicar a prova de avaliação para comprovação do domínio da língua Xavante do Concurso Público nº 001/2017 e dá outras providências.

RESOLVE:

Artigo 1º- Designa servidor público abaixo relacionado para aplicar a prova de avaliação para comprovação do domínio da língua Xavante para o cargo de Professor Indígena do Concurso Público **nº 001/2017**:

Gian França de Oliveira.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 19 DE FEVEREIRO DE 2019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 067 DE JANEIRO DE 2019.

PORTARIA Nº, 067 de janeiro de 2019.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora pública municipal **ANA FLÁVIA CARDOSO CAMPOS**, brasileira, solteira, portadora do RG 2205178-3 SSP/MT, CPF Nº 034.981.721-90, residente e domiciliada na Avenida Severiano Neves, Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - O servidor responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **09/2019, 10/2019, 11/2019, 12/2019, 13/2019, 14/2019**, sendo as empresas: **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, ALDIVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME, CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME, RET FARMA DISTRIBUIDORA EIRELLI – ME, FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME eC.A. DISTRIBUIDORA DE RPODUTOS HOSP. EIRELI-ME** com a finalidade *de* fornecimento*de medicamentos de uso geral que fazem parte da farmácia básica e são dispensados através da farmácia básica do município, para uso geral das unidades descentralizada de reabilitação, para entrega fracionada de acordo com as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de São Félix Do Araguaia – MT*, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designadoque acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Con-

tratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 29 de janeiro de 2019**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____ Assinatura_____ Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

EXTRATO DE ATA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°002/2019

Processo Licitatório n.º 002/2019, **Pregão Presencial** 002/2019. **Objeto:** "Registro de Preços para futura" e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria aplicada ao Setor Público e Contratação de empresa especializada para realizar a Prestação de Serviços de Apoio Técnico e Assessoria voltada para Desenvolvimento e Auxílio na Elaboração de Defesas aos Órgãos de Controle Externo, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I".

EMPRESA vencedora do Lote I: **L.R.DA SILVA BERNADI - ME, CNPJ 12. 015.532/0001-81**

Item	Descrição	Valor Mensal R$	Valor Total R$ para 12 meses
1	"Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria aplicada ao Setor Público, acompanhamento e orientação nas áreas Financeira, Orçamentária, Contábil, Patrimonial, Planejamento e Administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, de forma a atender as normas legais que regem a matéria, indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos, compreendendo": ü Acompanhamento da execução Orçamentaria, Financeira, Contábil, Patrimonial e Planejamento do Município; ü Verificação e Acompanhamento quanto a formalização dos processos de despesas realizadas no período, empenhos, liquidação e pagamentos, além dos documentos exigidos pela Lei Federal 4.320/64, bem como a compatibilidade com a Lei Orçamentária vigente; ü Acompanhamento da arrecadação e gastos do município sob o prisma orçamentário; ü Acompanhamento dos Créditos Adicionais (Suplementares, Especiais e Extraordinários) e Triagem das leis autorizativas (análise textual e lógica); ü Verificação dos pagamentos e inscrições das despesas de Exercícios Anteriores " Restos a Pagar"; ü Apoio e orientação quanto a Elaboração da Lei orçamentaria Anual – LOA e Lei de Diretrizes Orçamentária, assim como possíveis alterações. ü Acompanhamento e Auxilio quanto aos encerramentos dos exercícios, Balanços Anuais; ü Acompanhamento e Auxilio quanto aos encerramentos Mensais, Balancetes; ü Acompanhamento e verificação das Conciliações Bancarias do período; ü Acompanhamento do cumprimento dos Limites Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal: a) Aplicações em Saúde **(15%)** (EC n.º 29/00) acompanhamento mensal, cálculo do percentual, medidas corretivas; b) Aplicação em Educação **(25%)** (Art. 212 da CF) acompanhamento mensal, cálculo do percentual, medidas corretivas; c) Gastos com Pessoal **(54%)** (Art. 19 e 20 da LC n.º 101/00), acompanhamento mensal, cálculo do percentual, medidas corretivas;	7. 000,00	84. 000,00
	d) Gastos do FUNDEB (Lei n.º 9.424/96), mensuração dos gastos com Magistério, acompanhamento mensal, cálculo do percentual, medidas corretivas; e) Acompanhamento de repasse para a Câmara Municipal e Disponibilidade Financeira (LC 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal/Constituição Federal) Atendimento aos limites impostos pela legislação/ Medidas Corretivas. ü Auxilio e acompanhamento das Audiências Públicas Municipais, LOA, LDO, PPA e Metas Fiscais; ü Acompanhamento dos Processos Licitatórios perante a Lei geral de Licitações 8.666/93 e Lei 10. 520/2002, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I.		
	R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)		

EMPRESA: vencedora do Lote II: **JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME, CNPJ Nº 28.092.213/0001-00.**

Item	Descrição	Valor Mensal R$	Valor Total R$ para 12 meses
1	Contratação de empresa especializada para realizar a Prestação de Serviços de Apoio Técnico e Assessoria voltada para Desenvolvimento e Auxílio na Elaboração de Defesas aos Órgãos de Controle Externo, Compreendendo: ü Auxilio e assessoria na elaboração de defesas preliminares e alegações finais em processo de contas de governo; ü Auxilio e assessoria na elaboração de defesas preliminares e alegações finais em processo de representações de natureza interna e externa; ü Acompanhamento do chefe do poder executivo e/ ou secretários municipais aos órgãos de controle para despachar com assessores, conselheiros e membros do ministério público sobre assuntos pertinentes aos processos existentes;	5. 500,00	66. 000,00
	R$ 66.000,00(sessenta e seis mil reais)		

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o valor licitado ofertado pelas licitantes vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 19 de fevereiro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 585 MAIO DE 2018.

PORTARIA Nº 585, maio de 2018.

Dispõe sobre a designação de Servidora Pública Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora pública municipal VALERIA BARBOSA AZEVEDO, brasileira, solteira, portadora do RG 780855 SSP/TO, CPF Nº 015.639.901-64, residente e domiciliada na Rua João Irineu nº 419, Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - A servidora responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **035/2018,** sendo a empresa: MS CLAUDIO - ME **/CNPJ Nº 11.455.181/ 0001-67,** com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS (PALCO, TENDAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TELÃO, GRUPO GERADOR, TUNEL E BANHEIRO QUIMICO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA: **MS CLAUDIO – ME).**

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 23 de maio de 2018**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____ Assinatura_____ Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 583 MAIO DE 2018.

PORTARIA Nº 583, maio de 2018.

Dispõe sobre a designação de Servidora Pública Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora pública municipal VALERIA BARBOSA AZEVEDO, brasileira, solteira, portadora do RG 780855 SSP/TO, CPF Nº 015.639.901-64, residente e domiciliada na Rua João Irineu nº 419, Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - A servidora responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **037/2018,** sendo a empresa: **EMPRESA M.S. CLAUDIO – ME, inscrita no CNPJ n.º 11.455.181/0001-67,** com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DO 42º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 0229/2018-PROCESSO Nº 111379/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA-SEC/MT, CONFORME LOTE 01.12 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTA: GALEGO DO ABOIADOR, NOS DIAS: 26 e 27 DE MAIO DE 2018, NO PARQUE DE VAQUEJADA KALIANY, com duração de 02horas (duas horas de show).

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designadoque acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 21 de maio de 2018**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____

Assinatura_____
Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

CONTRATO Nº 018/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2019

PROCESSO Nº 003/2019

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES CARNAVALESCA EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, NOS DIAS: 02, 03, 04, e 05 DE MARÇO DE 2019, ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIO. ARTISTAS: BANDA LUXO OSTENTAÇÃO, COM DURAÇÃO DE 02h30min (DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS DE SHOW)**. Firmado em 20 de fevereiro de 2019. **FAVORECIDA**: empresa: JACKSON SANTOS SILVA PRODUÇÕES - ME, CNPJ nº 15.324.253/0001-98. **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 04 (quatro) dias **VIGENCIA**: 04 (quatro) meses. **VALOR GLOBAL:** R$ 55.000,00(cinquenta e cinco mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 25, III da LEI Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, 20 de fevereiro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 584 MAIO DE 2018.

PORTARIA Nº 584, maio de 2018.

Dispõe sobre a designação de Servidora Pública Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora pública municipal VALERIA BARBOSA AZEVEDO, brasileira, solteira, portadora do RG 780855 SSP/TO, CPF Nº 015.639.901-64, residente e domiciliada na Rua João Irineu nº 419, Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - A servidora responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **036/2018,** sendo a empresa: **EMPRESA W DA S SOARES JÚNIOR PRODUTORA SUCESSO – ME/CNPJ Nº 07.129.742/0001-60,** com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA A REALIZAÇÃO DO 42º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 0229/2018-PROCESSO Nº 111379/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA-SEC/MT, CONFORME LOTE 01.11 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTA: GALEGO DO PAJEÚ, NOS DIAS: 25 e 26 DE MAIO DE 2018, NO PARQUE DE VAQUEJADA KALIANY, com duração de 02horas (duas horas de show). FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA E A EMPRESA W DA S SOARES JÚNIOR PRODUTORA SUCESSO – ME/CNPJ Nº 07.129.742/0001-60.**

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 21 de maio de 2018**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____
Assinatura_____
Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 002/2019, *OBJETO:* "Registro de Preços para futura" e eventual Contratação de Empresa para Pres-

tação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria aplicada ao Setor Público e Contratação de empresa especializada para realizar a Prestação de Serviços de Apoio Técnico e Assessoria voltada para Desenvolvimento e Auxílio na Elaboração de Defesas aos Órgãos de Controle Externo, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I." Portanto Sagrou-se vencedora **do lote I** a Empresa: **L.R.DA SILVA BERNADI - ME, CNPJ 12.015.532/0001-81;** com o valor de R$ 84.000,00(oitenta e quatro mil reais) por 12 meses**; Sagrou se vencedora do Lote II a Empresa: JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME, CNPJ Nº 28.092.213/0001-00;** com o valor Global de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) por doze meses**;** Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-1606- RAMAL 35.

São Félix do Araguaia - MT, 19 de fevereiro de 2019.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

Port. 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 065 DE 28 JANEIRO 2019.

PORTARIA Nº 065, 28 de janeiro de 2019.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o servidor público municipal **MANUEL BOTELHO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do RG 3025485 SESPDS/DF, CPF Nº 027.566.861-40, residente e domiciliado na Avenida Severiano Neves nº 063 Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - O servidor responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **05/2019, 06/2019, 07/2019, 08/2019,** sendo as empresas: ***CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIREL, P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI - ME, SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP*** **e** ***L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA****,* com a finalidade de aquisição de material de lúdico, esportivo etc.Em conformidade com as especificações constantes no Edital, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designadoque acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 28 de janeiro de 2019**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____ Assinatura_____ Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

CONTRATO 017/2019

EXTRATO CONTRATO Nº 017/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

PROCESSO Nº 002/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "**Contratação de empresa especializada para" realizar a Prestação de Serviços de Apoio Técnico e Assessoria voltada para Desenvolvimento e Auxílio na Elaboração de Defesas aos Órgãos de Controle Externo, conforme** quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I. CONTRATADO: EMPRESA: **JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME, CNPJ Nº 28.092.213/0001-00.**

Valor Global: R$ 66.000,00(sessenta e seis mil reais)

Período 20/02/2019 a 20/02/2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO 16/2019

EXTRATO CONTRATO Nº 016/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

PROCESSO Nº 002/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: “Registro de Preços para futura” e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria aplicada ao Setor Público e, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I.

CONTRATADO: EMPRESA: **L.R.DA SILVA BERNADI - ME, CNPJ 12. 015.532/0001-81**

Valor Global: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais))

Período 20/02/2019 a 20/02/2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 064 DE 24 JANEIRO 2019.

PORTARIA Nº 064, 24 de janeiro de 2019.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de fiscal de contrato e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o servidor público municipal **MANUEL BOTELHO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do RG 3025485 SESPDS/DF, CPF Nº 027.566.861-40, residente e domiciliado na Avenida Severiano Neves nº 063 Centro, São Felix do Araguaia-MT, CEP: 78670 000, para desempenhar função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2º - O servidor responderá pela função junto ao(s) contrato(s) nº **01/2019, 02/2019, 03/2019, 04/2019,** sendo as empresas: **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – EPP**, **MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME**, **SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP** e **EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA – ME**, com a finalidade de **aquisição de material de expediente e**m conformidade com as especificações constantes no Edital, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3º - Determinar ao fiscal aqui designadoque acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I – ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) À especificação do objeto; e **b)** Ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II** – acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III** – receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** As condições de pagamento foram obedecidas; **b)** O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS E INSSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV** – atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxilio caso haja dúvidas na atestação; **V** – encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI** – acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII** – informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII** – manter contato regular com o preposta/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX** – emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X** - emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI** – submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII** – enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Contratos e Gerenciamentos de Atas; e b) Uma cópia para o Setor de APLIC; **XIII** – encaminhar ao Departamento de Contratos e Gerenciamento de Atas toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos. **Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE. São Félix do Araguaia- MT, 24 de janeiro de 2019**. **JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal** CPF do Fiscal de Contrato_____ Ciente em:_____ Assinatura_____ Nome por Extenso_____ Testemunha: _____ CPF: _____ Testemunha: _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 18/2019 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

DECRETO N° 18/2019 - DE 20 de Fevereiro de 2019

Estabelece a tabela de Cobrança da Taxa de Licença para Execução de Obras, conforme Lei Municipal N° 534/2012 e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n°534/2012 de 14 de Dezembro de 2014,

DECRETA

ARTIGO 1° - Estabelece a Tabela de Cobrança da Taxa de Licença para Execução de Obras neste Município de São José do Povo-MT, será cobrado com autorização do Poder Executivo de acordo com o Anexo 5º da Lei Municipal N° 534/2012. Segue abaixo:

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

Alíquota sobre a UPFM R$ 2,23 (residencial, comercial ou industrial)

1 Aprovação de projetos de edificações em geral ou de instalações particulares, por m2 de construção

65%

2 Concessão de licença para edificar por m2 de área de construção :

a) residencial 35%

b) comercial ou industrial 70%

3 Renovação de licença para edificar:

a) residencial 30%

b) comercial ou industrial 35%

4 Reconstrução, reforma, reparo ou demolições: cobrar-se-á por m2, taxa correspondente a 40% das indicadas no item 2.

5 Concessão de habite-se: Cobrar-se-á por m2, taxa correspondente a 40% das indicadas no item 2.

6 Loteamentos:

a) consulta prévia para implantação de loteamentos

b) análise para aprovação do projeto

c) licença para execução do loteamento (por lote)

100%

200%

20%

7 Consulta para uso do solo . 25%

ARTIGO 2° - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 20 de Fevereiro de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DECRETO MUNICIPAL N.º 016, DE 13 FEVEREIRO DE 2019 - DECLARA CALAMIDADE PÚBLICA NA REGIÃO ATENDIDA PELA RODOVIA MT 175 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT.

DECRETO MUNICIPAL N.º 016, DE 13 FEVEREIRO DE 2019

Declara Calamidade Pública na região atendida pela Rodovia MT 175 no Município de São José dos Quatro Marcos - MT.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012 e CONSIDERANDO:

I– O desgaste natural da rodovia MT 175 e ausência de manutenção periódica em seu leito e o comprometimento no trecho de São José dos Quatro Marcos com limites ao município de Mirassol D'Oeste – MT e Araputanga - MT, coordenadas -15°6161111 S -58°1216475 O e -15°5103279 S -58°2822692 O, incorrendo na necessidade recuperação imediata da mesma por colocar em risco a vida e o patrimônio daqueles que por ali transitam;

II– Que em decorrência da volumosa quantidade de buracos na pista, fica seriamente prejudicada o escoamento da produção da região, haja vista ser a mesma produtora de produtos agrícolas e de pecuária de corte e leiteira, bem como prejudica o transporte de cidadãos e dos alunos para as unidades de ensino, cujas aulas já estão em curso e também dificulta o atendimento à saúde dos moradores da região atendida;

III– Que pela situação precária da rodovia MT 175, provoca-se uma grande quantidade de acidentes, inclusive com vítimas fatais;

DECRETA:

Art. 1º– Fica Declarada Calamidade Pública, na MT 175, no município de São José dos Quatro Marcos – MT no trecho de São José dos Quatro Marcos com limites ao município de Mirassol D'Oeste – MT e Araputanga - MT, coordenadas -15°6161111 S -58°1216475 O e -15°5103279 S -58°2822692 O, em decorrência do seu estado precário, prejudicando o transporte de produção agrícola, pecuária, bem como de cidadãos e de alunos e pelo alto índice de acidentes, inclusive com vítimas fatais.

Art. 2º– Notifique-se o Legislativo Municipal para as providências que se julgarem necessárias.

Art. 3º– Considerando ser rodovia de domínio do Estado, após ouvido o Legislativo, oficie-se o Estado de Mato Grosso para que o mesmo possa promover as intervenções que o caso requer, visando o restabelecimento da normalidade daquela região.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, 13 de fevereiro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 061 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS servidora LUCILEIA CRISTOVÃO DA CONCEIÇÃO, nomeada através da PORTARIA Nº 249 DE 08 DE JUNHO DE 2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 20 DE FEVEREIRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DECRETO MUNICIPAL N.º 015, DE 13 FEVEREIRO DE 2019 - DECLARA CALAMIDADE PÚBLICA NA REGIÃO ATENDIDA PELA RODOVIA MT 339 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT.

DECRETO MUNICIPAL N.º 015, DE 13 FEVEREIRO DE 2019

Declara Calamidade Pública na região atendida pela Rodovia MT 339 no Município de São José dos Quatro Marcos - MT.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012 e CONSIDERANDO:

I– O desgaste natural da rodovia e ausência de manutenção em seu leito e o comprometimento estrutural da Ponte localizada na MT 339 no trecho compreendido entre o Rio Bugres e o Rio Cabaçal, coordenadas -15°28?2. 13?S -58°8?43,50?O, incorrendo na necessidade da interdição da mesma por colocar em risco a vida e o patrimônio daqueles que por ali transitam;

II– Que em decorrência da interdição da referida ponte, fica seriamente prejudicada o escoamento da produção da região haja vista ser a mesma produtora de produtos agrícolas e de pecuária de corte e leiteira;

III– Que a interdição ainda provoca a suspensão do transporte dos alunos para as unidades de ensino, cujas aulas já estão em curso, bem como dificulta o atendimento à saúde dos moradores da região atendida;

DECRETA:

Art. 1º– Fica declarada Calamidade Pública, na Ponte entre o Rio Bugres e o Rio Cabaçal, no município de São José dos Quatro Marcos - MT, em decorrência do comprometimento estrutural da citada ponte na rodovia MT 339.

Art. 2º– Notifique-se o Legislativo Municipal para as providências que se julgarem necessárias.

Art. 3º– Considerando ser rodovia de domínio do Estado, após ouvido o Legislativo, oficie-se o Estado de Mato Grosso para que o mesmo possa promover as intervenções que o caso requer, visando o restabelecimento da normalidade daquela região.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, 13 de Fevereiro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 002/2018**, vem através deste convocar o candidato aprovado no referido certame a comparecer no dia 21 de fevereiro de 2019, a partir das 8h, na Secretaria Municipal de Educação, para apresentar documentação exigida para devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Matemática

2º - Cristiano Pereira

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 20 de fevereiro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

DECRETO Nº 019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Divulga os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do município de São José dos Quatro Marcos, no ano de 2019.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados nacional, estadual, municipal e de ponto facultativo no ano de 2019, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I - 1º de janeiro (terça-feira) Confraternização Universal - feriado nacional;

II - 04 de março (segunda-feira) Carnaval - ponto facultativo;

III - 05 de março (terça-feira) Carnaval - ponto facultativo;

IV - 06 de março (quarta-feira) Cinzas - ponto facultativo;

V - 19 de abril (sexta-feira) Paixão de Cristo - feriado nacional;

VI - 21 de abril (domingo) Tiradentes - feriado nacional;

VII - 1º maio (quarta-feira) Dia Mundial do Trabalho - feriado nacional;

VIII - 12 de maio (domingo) Data alusiva ao falecimento do Padre George Joseph Pierre Marie Martin - feriado municipal (conforme Lei nº 1.652/2017);

IX - 15 de junho (sábado) Aniversário de São José dos Quatro Marcos - feriado municipal;

X - 20 de junho (quinta-feira) Corpus Christi - ponto facultativo;

XI - 21 de junho (sexta-feira) - ponto facultativo;

XII - 07 de setembro (sábado) Independência do Brasil - feriado nacional;

XIII - 12 de outubro (sábado) Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;

XIV - 28 de outubro (segunda-feira) Dia do Servidor Público - ponto facultativo;

XV - 02 de novembro (sábado) Finados - feriado nacional;

XVI - 15 de novembro (sexta-feira) Proclamação da República - feriado nacional;

XVII - 20 de novembro (quarta-feira) Consciência Negra - feriado estadual;

XVIII - 14 de dezembro (sábado) Emancipação Política de São José dos Quatro Marcos - ponto facultativo (conforme Lei nº 1.674/2017);

XIX - 24 de dezembro (terça-feira) - ponto facultativo;

XX - 25 de dezembro (quarta-feira) Natal - feriado nacional;

XXI - 31 de dezembro (terça-feira) - ponto facultativo.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CONTABILIDADE
EDITAL DE COMUNICAÇÃO - DISPONIBILIZAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2018 PELO PRAZO ESTABELECIDO EM LEI.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato grosso, em cumprimento ao estabelecido pelo artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso, comunica que as **Contas Anuais do Exercício de 2018** da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, **encontram-se a disposição pelo período de 60 (sessenta) dias**, contados a partir de 20/02/2019, na sede da Prefeitura deste município.

São Pedro da Cipa-MT, 19 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019 - APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA

nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de ***DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018***, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a transparência nos atos e os limites respeitados conforme legislação em vigor.

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2019

Objetivo: **Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2018.**

Local: Câmara de Vereadores**;**

1) Data: 27/02/2019

2) Horas: 17:00

3) Normas:

a) Será apresentado pelo Setor de Contabilidade e Planejamento;

b) As solicitações de esclarecimentos sobre a matéria, formulada previamente, serão elucidadas em bloco por área (saúde, educação, infraestrutura, gestão social, desenvolvimento econômico, administração e finanças), durante a Audiência Pública. As solicitações de esclarecimentos, formuladas durante a Audiência, serão esclarecidas após as manifestações verbais também em bloco por área, conforme programação abaixo.

4) AGENDA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

HORARIO	PROGRAMAÇÃO
17 horas	Abertura
17:15 as 18:00	Explanação sobre o cumprimento dos limites fiscais de acordo com a LRF
18:00 às 18:30	Pronunciamento dos presentes
19:00 horas	Encerramento

São Pedro da Cipa, 19 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2018 — DEZEMBRO(31/12/2018) —

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	14.298.334,00	14.994.790,00	15.422.706,37	427.916,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	630.456,00	725.456,00	963.875,33	238.419,33
Impostos	601.531,00	676.531,00	899.877,79	223.346,79
Taxas	28.925,00	48.925,00	63.997,54	15.072,54
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	103.831,00	103.831,00	148.746,73	44.915,73
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	103.831,00	103.831,00	148.746,73	44.915,73
RECEITA PATRIMONIAL	153.643,00	153.643,00	88.428,99	-65.214,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	27.780,00	27.780,00	0,00	-27.780,00
Valores Mobiliários	119.358,00	119.358,00	88.428,99	-30.929,01
Outras Receitas Patrimoniais	6.505,00	6.505,00	0,00	-6.505,00
RECEITA DE SERVIÇOS	202.423,00	308.919,00	449.804,28	140.885,28
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	202.423,00	308.919,00	436.704,90	127.785,90
Outros Serviços	0,00	0,00	13.099,38	13.099,38
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.851.790,00	13.346.750,00	13.710.780,73	364.030,73
Transferências da União e de suas Entidades	7.613.463,40	8.050.423,40	8.212.327,10	161.903,70
Transferências do Estado e de suas Entidades	3.202.612,60	3.260.612,60	3.195.576,21	-65.036,39
Transferências do Municipio e suas Entidades	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.035.714,00	2.035.714,00	2.232.877,42	197.163,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	356.191,00	356.191,00	61.070,31	-295.120,69
Multas administrativas, contratuais e judiciais	14.502,00	14.502,00	9.413,60	-5.088,40
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	68.416,00	68.416,00	15.825,66	-52.590,34
Demais Receitas Correntes	273.273,00	273.273,00	35.831,05	-237.441,95
RECEITAS DE CAPITAL	872.385,00	1.232.385,00	651.477,45	-580.907,55
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	872.385,00	1.232.385,00	651.477,45	-580.907,55
Transferências da União e suas Entidades	606.815,00	966.815,00	571.477,45	-395.337,55
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	265.570,00	265.570,00	80.000,00	-185.570,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	15.170.719,00	16.227.175,00	16.074.183,82	-152.991,18
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	15.170.719,00	16.227.175,00	16.074.183,82	-152.991,18
DÉFICIT (IV)			0,00	
TOTAL (V) = (III+IV)	15.170.719,00	16.227.175,00	16.074.183,82	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		190.576,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		190.576,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2018 — DEZEMBRO(31/12/2018) —

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	13.919.219,00	14.180.754,61	13.257.024,34	13.176.743,83	12.929.496,51	923.730,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.008.400,00	7.809.800,34	7.231.424,01	7.231.424,01	7.135.069,63	578.376,33
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.905.819,00	6.370.954,27	6.025.600,33	5.945.319,82	5.794.426,88	345.353,94
DESPESAS DE CAPITAL	1.051.500,00	2.236.996,39	2.100.324,13	1.571.127,16	1.463.713,84	136.672,26
INVESTIMENTOS	986.500,00	2.186.996,39	2.051.881,10	1.522.684,13	1.415.270,81	135.115,29
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	65.000,00	50.000,00	48.443,03	48.443,03	48.443,03	1.556,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	15.170.719,00	16.417.751,00	15.357.348,47	14.747.870,99	14.393.210,35	1.060.402,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	15.170.719,00	16.417.751,00	15.357.348,47	14.747.870,99	14.393.210,35	1.060.402,53
SUPERÁVIT (IX)			716.835,35			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	15.170.719,00	16.417.751,00	16.074.183,82	14.747.870,99	14.393.210,35	1.060.402,53

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	23.102,46	547.031,47	397.160,42	150.894,42	151.381,45	267.858,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.530,00	5.514,59	5.514,59	5.514,59	0,00	21.530,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.572,46	541.516,88	391.645,83	145.379,83	151.381,45	246.328,06
DESPESAS DE CAPITAL	864.869,24	974.268,49	917.726,27	844.000,74	102.185,80	892.951,19
INVESTIMENTOS	864.869,24	974.268,49	917.726,27	844.000,74	102.185,80	892.951,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	887.971,70	1.521.299,96	1.314.886,69	994.895,16	253.567,25	1.160.809,25

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	8.577,85	171.563,77	171.563,77	1.963,33	6.614,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	89.298,31	89.298,31	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.577,85	82.265,46	82.265,46	1.963,33	6.614,52
DESPESAS DE CAPITAL	115.521,86	61.612,77	176.034,63	0,00	1.100,00
INVESTIMENTOS	115.521,86	61.612,77	176.034,63	0,00	1.100,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	124.099,71	233.176,54	347.598,40	1.963,33	7.714,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 1 of 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**16.074.183,82**	**15.538.625,89**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**	**16.057.187,94**	**15.845.592,86**
RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE	16.074.183,82	17.251.575,92	RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE	15.866.613,55	15.845.592,86
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	229.399,75	0,00	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	113.974,45	0,00
EDUCAÇÃO	265.979,60	138.840,68	EDUCAÇÃO	786.359,59	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEB	2.232.877,42	2.210.114,11	EDUCAÇÃO-FUNDEB	8.869,67	103.129,89
GERAL TOTAL	526.891,15	0,00	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	0,00	80.175,19
ORDINARIO	11.945.185,41	14.902.621,13	EDUCAÇÃO INFANTIL	27.261,00	0,00
SAÚDE	794.282,10	0,00	ENSINO FUNDAMENTAL	687.673,33	0,00
SAÚDE-GERAL	79.568,39	0,00	GERAL	66.212,97	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	-1.712.950,03	ORDINARIO	11.399.390,25	15.662.287,78
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	**699.999,96**	**674.000,00**	SAÚDE	691.119,99	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	699.999,96	674.000,00	SAÚDE-GERAL	2.049.314,34	0,00
OUTROS REPASSES RECEBIDOS	0,00	394.000,00	TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO	36.437,96	0,00
REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	699.999,96	280.000,00	RECURSOS DE EXERCíCIOS ANTERIORES	190.574,39	0,00
EXTRA-ORÇAMENTARIA	**2.389.490,46**	**3.228.864,48**	EDUCAÇÃO	49.521,78	0,00
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	964.138,12	1.754.476,50	GERAL TOTAL	11.651,27	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	609.477,48	1.521.299,96	ORDINARIO	129.401,34	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	354.660,64	233.176,54	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**	**700.160,49**	**674.759,35**
CONSIGNAÇÕES	1.393.711,81	1.422.527,52	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	700.160,49	674.759,35
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	572.310,87	536.608,91	DEVOLUÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	759,35
DEPOSITOS E CAUÇÕES (F)	7.000,00	3.120,85	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMO RECEBIDAS	160,53	0,00
DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS (F)	0,00	0,00	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	699.999,96	674.000,00
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL (F)	0,00	6.241,70	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**2.773.323,66**	**2.921.977,26**
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	2.519,84	11.601,23	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	1.342.493,56	1.312.752,94
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	804.585,94	856.228,99	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	994.895,16	1.069.190,23
OUTROS CONSIGNATARIOS A CLASSIFICAR (F)	0,00	259,60	RP PROCESSADOS PAGOS	347.598,40	243.562,71
OUTROS DEPOSITOS (F)	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	1.402.467,21	1.549.055,66
PENSAO ALIMENTICIA (F)	7.295,16	8.466,24	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	572.565,81	530.680,13
CRÉDITOS À RECEBER	31.640,53	51.860,46	DEPOSITOS E CAUÇÕES (F)	3.120,85	16.373,52
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	12.687,63	14.753,42	DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS (F)	7.165,09	117.400,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)	18.952,90	37.107,04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	2.519,84	18.456,59
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	**2.536.199,09**	**2.537.038,19**	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	808.971,02	857.353,58
			OUTROS CONSIGNATARIOS A CLASSIFICAR (F)	0,00	325,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 2 of 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
CONTA ÚNICA (F)	2.536.199,09	2.537.038,19	OUTROS DEPOSITOS (F)	829,44	0,00
TOTAL	**21.699.873,33**	**21.978.528,56**	PENSAO ALIMENTICIA (F)	7.295,16	8.466,24
			CRÉDITOS À RECEBER	28.362,89	60.168,66
			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	12.834,15	14.797,02
			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)	15.528,74	45.371,64
			SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	**2.169.201,24**	**2.536.199,09**
			CAIXA (F)	0,00	0,00
			CONTA ÚNICA (F)	2.169.201,24	2.536.199,09
			TOTAL	**21.699.873,33**	**21.978.528,56**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFFS

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**3.048.819,33**	**3.446.323,75**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.169.201,24**	**2.536.199,09**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	**2.169.201,24**	**2.536.199,09**
CONTA ÚNICA (F)	2.169.201,24	2.536.199,09
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	**879.618,09**	**910.124,66**
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	**879.618,09**	**910.124,66**
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F)	877.898,31	877.898,31
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	705,78	3.898,12
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	1.014,00	28.328,23
TOTAL	**3.048.819,33**	**3.446.323,75**

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	**846.728,78**	**472.650,17**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	**96.354,38**	**77.730,53**
PESSOAL A PAGAR	**0,00**	**4,50**
PESSOAL A PAGAR	0,00	4,50
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	**96.354,38**	**77.726,03**
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	0,00	1.981,68
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	96.354,38	75.744,35
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	**0,00**	**11.572,28**
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	**0,00**	**11.572,28**
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	0,00	11.572,28
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	**584.481,90**	**267.777,94**
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	**584.481,90**	**267.777,94**
FORNECEDORES NACIONAIS	584.481,90	267.777,94
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**165.892,50**	**115.569,42**
VALORES RESTITUÍVEIS	**109.420,39**	**115.373,92**
CONSIGNAÇÕES	105.541,24	114.544,48
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	3.879,15	829,44
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**56.472,11**	**195,50**
DIARIAS A PAGAR	0,00	195,50
CONSÓRCIOS A PAGAR	54.941,70	0,00
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR DO EXERCÍCIO	1.530,41	0,00
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**1.395.353,50**	**2.409.271,66**
EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	**1.395.353,50**	**2.409.271,66**
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	**840.817,72**	**2.409.271,66**
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	840.817,72	2.409.271,66
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	**554.535,78**	**0,00**
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	554.535,78	0,00
TOTAL	**2.242.082,28**	**2.881.921,83**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFFS

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**347.589,77**	**170.438,41**
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	**344.316,25**	**162.927,79**
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	**0,00**	**65.677,40**
IMPOSTOS	0,00	65.677,40
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**337.642,30**	**97.250,39**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	230.173,88	81.716,70
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	36.543,92	15.191,16
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	70.924,50	342,53
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	**6.673,95**	**0,00**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	6.673,95	0,00
ESTOQUES	**3.273,52**	**7.510,62**
ALMOXARIFADO	**3.273,52**	**7.510,62**
MATERIAL DE CONSUMO (P)	848,72	1.178,93
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	409,23	1.508,12
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	1.616,26	3.724,26
MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	399,31	1.099,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**9.227.066,05**	**10.044.984,75**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**518.823,39**	**605.980,55**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	**518.823,39**	**605.980,55**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	355.701,68	412.934,50
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	5.934,34	16.085,35
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	157.187,37	176.960,70
INVESTIMENTOS	**276.800,84**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	**276.800,84**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATR	276.800,84	0,00
IMOBILIZADO	**8.431.441,82**	**9.439.004,20**
BENS MOVEIS	**3.793.862,62**	**3.383.513,52**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	882.651,74	610.679,68
BENS DE INFORMÁTICA (P)	177.410,56	160.612,60
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	570.860,70	566.819,22
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	25.590,80	26.826,80
VEÍCULOS (P)	2.045.254,66	1.989.414,18
DEMAIS BENS MÓVEIS	92.094,16	29.161,04
BENS IMÓVEIS	**4.824.772,28**	**6.076.110,96**
BENS DE USO ESPECIAL (P)	807.893,47	958.926,33
BENS DOMINICAIS (P)	366.687,67	415.105,79
BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	840.299,54	368.006,97

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	**3.225,49**	**3.225,49**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	**2.903,54**	**2.903,54**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	**2.903,54**	**2.903,54**
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	2.903,54	2.903,54
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	**321,95**	**321,95**
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	**321,95**	**321,95**
OUTROS EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	321,95	321,95
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	**471.456,95**	**519.899,98**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	**1.556,97**	**0,00**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	**1.556,97**	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	1.556,97	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	**469.899,98**	**519.899,98**
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	**469.899,98**	**519.899,98**
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	469.899,98	519.899,98
TOTAL	**474.682,44**	**523.125,47**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2018

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFFS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO	**8.431.441,82**	**9.439.004,20**			
BENS IMÓVEIS	**4.824.772,28**	**6.076.110,96**			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	2.690.346,37	3.470.387,60			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	119.545,23	863.684,27			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	**-187.193,08**	**-20.620,28**			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS (P)	-137.615,43	-20.620,28			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS (P)	-49.577,65	0,00			
TOTAL	**9.574.655,82**	**10.215.423,16**			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2018

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.071.206,01**	**840.683,84**	**PESSOAL E ENCARGOS**	**7.778.088,30**	**6.772.055,63**
IMPOSTOS	980.608,61	797.193,20	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.167.071,14	5.432.655,86
TAXAS	90.597,40	43.490,64	ENCARGOS PATRONAIS	1.301.418,95	1.131.449,49
CONTRIBUIÇÕES	**148.746,73**	**151.778,14**	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	309.598,21	207.950,28
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	148.746,73	151.778,14	**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**	**5.847.685,24**	**5.242.876,58**
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**436.704,90**	**423.573,27**	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.880.492,26	1.631.457,09
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	436.704,90	423.573,27	SERVIÇOS	3.800.620,18	3.590.727,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**92.792,21**	**522.947,39**	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	166.572,80	20.692,28
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	3.109,75	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**	**34.394,02**	**117.400,00**
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEI	88.428,99	176.795,33	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	34.394,02	117.400,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	4.363,22	343.042,31	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS**	**2.628.868,45**	**2.663.374,25**
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**16.961.097,55**	**15.724.005,73**	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	700.160,49	674.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	699.999,96	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	1.854.910,41	1.712.950,03
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	16.217.168,59	15.724.005,73	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	71.143,72	69.900,45
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	43.929,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.653,83	206.523,77
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	**613.081,41**	**854.053,03**	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS**	**3.939.708,51**	**3.277.626,43**
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	611.118,08	526.208,88	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	170.496,64	79.112,76
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.963,33	327.844,15	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.769.211,87	3.198.513,67
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**64.331,76**	**1.869.431,14**	**TRIBUTÁRIAS**	**221.306,18**	**150.171,68**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	1.805.081,38	CONTRIBUIÇÕES	221.306,18	150.171,68
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	64.331,76	64.349,76	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**301.817,21**	**198.212,42**
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	**19.387.960,57**	**20.386.472,54**	INCENTIVOS	16.002,59	1.922,76
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	285.814,62	196.289,66
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	**1.363.907,34**	**0,00**	**TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS**	**20.751.867,91**	**18.421.716,99**
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	**0,00**	**1.964.755,55**
TOTAL	**20.751.867,91**	**20.386.472,54**	**TOTAL**	**20.751.867,91**	**20.386.472,54**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) —

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	**2.440.410,40**	**2.218.263,83**
INVESTIMENTOS	2.440.410,40	2.218.263,83
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	**48.443,03**	**54.078,14**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	48.443,03	54.078,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) —

CONSOLIDADO

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		17.464.829,75	17.799.229,34
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	1.711.925,64	1.690.898,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	13.710.780,73	14.026.016,45
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		2.042.123,38	2.082.314,70
Ingressos Extra-orçamentários		1.342.123,42	1.408.314,70
Transferências Financeiras Recebidas		699.999,96	674.000,00
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		15.999.555,88	17.059.096,46
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	13.882.180,86	13.058.335,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	69.613,31	1.782.850,48
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		2.047.761,71	2.217.910,39
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.347.601,22	1.543.151,04
Transferências Financeiras Concedidas		700.160,49	674.759,35
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		1.465.273,87	740.132,88

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		2.435.306,18	2.221.555,12
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.435.306,18	2.131.001,27
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	90.553,85
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-2.435.306,18	-2.221.555,12

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		651.477,45	1.534.661,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		651.477,45	1.534.661,28
DESEMBOLSOS		48.443,03	54.078,14
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		48.443,03	54.078,14
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		603.034,42	1.480.583,14

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		2.536.199,09	2.537.038,19
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-366.997,89	-839,10
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.169.201,20	2.536.199,09

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CONSOLIDADO

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINADAS

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	963.875,33	709.973,73
Receita de Contribuições	148.746,73	151.778,14
Outras Receitas Derivadas	0,00	187.713,69
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	449.804,28	400.287,54
Outras Receitas Originárias	61.070,31	64.349,76
Remuneração das Disponibilidades	88.428,99	176.795,33
Total das Receitas Derivadas e Originárias	**1.711.925,64**	**1.690.898,19**

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	13.710.780,73	14.026.016,45
Intergovernamentais	11.477.903,31	11.815.902,34
da União	8.212.327,10	8.292.607,09
de Estados e Distrito Federal	3.195.576,21	3.523.295,25
de Municípios	70.000,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	2.232.877,42	2.210.114,11
Total das Transferências Recebidas	**13.710.780,73**	**14.026.016,45**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	69.613,31	1.782.850,48
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	1.712.950,03
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	69.613,31	69.900,45
Total das Transferências Concedidas	**69.613,31**	**1.782.850,48**

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2018 | Dezembro(31/12/2018) | 3 of 3

CONSOLIDADO

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	699.839,47	668.288,65
ADMINISTRAÇÃO	3.631.114,34	2.772.041,87
ASSISTÊNCIA SOCIAL	847.739,23	747.370,51
SAÚDE	2.926.451,53	2.683.372,51
EDUCAÇÃO	4.394.544,96	4.162.001,94
URBANISMO	515.609,05	1.580.396,71
HABITAÇÃO	18.386,97	16.000,00
SANEAMENTO	258.620,39	245.980,90
AGRICULTURA	114.234,08	111.021,11
COMÉRCIO E SERVIÇOS	143.534,01	0,00
DESPORTO E LAZER	332.106,83	71.861,39
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**13.882.180,86**	**13.058.335,59**

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA

TITULOS	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	963.875,33
CONTRIBUIçõES	148.746,73
RECEITA PATRIMONIAL	88.428,99
RECEITA DE SERVIçOS	449.804,28
TRANSFERêNCIAS CORRENTES	15.565.691,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.070,31
(R) DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-1.854.910,41
SUB TOTAL	**15.422.706,37**
RECEITAS DE CAPITAL	
TRANSFERêNCIAS DE CAPITAL	651.477,45
DEFICIT DE CAPITAL	1.448.846,68
SUB TOTAL	**2.100.324,13**
TOTAL	**17.523.030,50**

DESPESA

TITULOS	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.231.424,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.025.600,33
SUPERAVIT CORRENTE	2.165.682,03
SUB TOTAL	**15.422.706,37**
DESPESAS DE CAPITAL	
INVESTIMENTOS	2.051.881,10
AMORTIZAçãO DA DíVIDA	48.443,03
SUB TOTAL	**2.100.324,13**
TOTAL	**17.523.030,50**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	13.334,99	3.716.331,60	3.729.666,59
122	Administração Geral	13.334,99	3.716.331,60	3.729.666,59
0002	AÇÃO ADMINISTRATATIVA	13.334,99	1.662.349,74	1.675.684,73
0006	GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	1.401.515,30	1.401.515,30
0039	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO CONSCIENTE	0,00	69.078,99	69.078,99
0040	GOVERNO EM AÇÃO	0,00	583.387,57	583.387,57
08	Assistência Social	2.498,00	843.775,63	846.273,63
128	Formação de Recursos Humanos	0,00	3.000,00	3.000,00
0015	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	3.000,00	3.000,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	249.489,13	249.489,13
0013	PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS	0,00	249.489,13	249.489,13
244	Assistência Comunitária	2.498,00	591.286,50	593.784,50
0013	PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS	2.498,00	591.286,50	593.784,50
10	Saúde	37.779,23	2.886.450,56	2.924.229,79
122	Administração Geral	0,00	71.643,02	71.643,02
0012	GESTAO DO SUS	0,00	71.643,02	71.643,02
301	Atenção Básica	34.696,23	2.417.581,14	2.452.277,37
0008	ATENCAO BASICA A SAUDE	34.696,23	589.212,21	623.908,44
0012	GESTAO DO SUS	0,00	1.828.368,93	1.828.368,93
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	122.970,00	122.970,00
0009	ATENCAO MEDIA E ALTA COPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR	0,00	122.970,00	122.970,00
303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	220.869,48	220.869,48
0010	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	220.869,48	220.869,48
304	Vigilância Sanitária	3.083,00	11.818,58	14.901,58
0011	VIGILANCIA EM SAUDE	3.083,00	11.818,58	14.901,58

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
10	Saúde	37.779,23	2.886.450,56	2.924.229,79
305	Vigilância Epidemiológica	0,00	41.568,34	41.568,34
0011	VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	41.568,34	41.568,34
12	Educação	221.771,26	4.400.802,95	4.622.574,21
122	Administração Geral	1.830,00	289.221,81	291.051,81
0007	MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO	1.830,00	289.221,81	291.051,81
128	Formação de Recursos Humanos	0,00	300,00	300,00
0015	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	300,00	300,00
306	Alimentação e Nutrição	0,00	57.940,13	57.940,13
0007	MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO	0,00	57.940,13	57.940,13
361	Ensino Fundamental	192.680,26	2.365.273,18	2.557.953,44
0007	MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO	192.680,26	2.365.273,18	2.557.953,44
365	Educação Infantil	27.261,00	1.688.067,83	1.715.328,83
0007	MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO	27.261,00	1.688.067,83	1.715.328,83
15	Urbanismo	513.142,19	790.584,44	1.303.726,63
451	Infra-Estrutura Urbana	62.933,12	254.354,62	317.287,74
0006	GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	62.933,12	254.354,62	317.287,74
452	Serviços Urbanos	450.209,07	364.944,61	815.153,68
0006	GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	450.209,07	364.944,61	815.153,68
606	Extensão Rural	0,00	171.285,21	171.285,21
0006	GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	171.285,21	171.285,21
16	Habitação	18.386,97	0,00	18.386,97
244	Assistência Comunitária	18.386,97	0,00	18.386,97
0014	MORADIA PARA TODOS	18.386,97	0,00	18.386,97

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
16	Habitação	18.386,97	0,00	18.386,97
244	Assistência Comunitária	18.386,97	0,00	18.386,97
17	Saneamento	13.324,90	262.874,17	276.199,07
512	Saneamento Básico Urbano	13.324,90	262.874,17	276.199,07
0037	GESTÃO DE SANEAMENTO BASICO	13.324,90	262.874,17	276.199,07
20	Agricultura	234.666,99	111.475,31	346.142,30
606	Extensão Rural	234.666,99	111.475,31	346.142,30
0003	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	234.666,99	111.475,31	346.142,30
23	Comércio e Serviços	0,00	241.539,33	241.539,33
606	Extensão Rural	0,00	21.201,48	21.201,48
0003	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	0,00	21.201,48	21.201,48
695	Turismo	0,00	220.337,85	220.337,85
0004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E CULTURA EM SÃO PEDRO DA CIPA	0,00	220.337,85	220.337,85
27	Desporto e Lazer	713.978,99	334.630,96	1.048.609,95
122	Administração Geral	0,00	295.404,66	295.404,66
0005	ESPORTE EM AÇÃO	0,00	295.404,66	295.404,66
812	Desporto Comunitário	713.978,99	39.226,30	753.205,29
0005	ESPORTE EM AÇÃO	713.978,99	39.226,30	753.205,29
	TOTAL	1.768.883,52	13.588.464,95	15.357.348,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 7
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES

Page 4

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO

37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1000.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITAS CORRENTES	16.106.449,00	17.277.616,78	1.171.167,78	
1100.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	675.100,00	963.875,33	288.775,33	
1110.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS	646.175,00	899.877,79	253.702,79	
1113.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	70.167,00	156.605,47	86.438,47	
1113.03.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	70.167,00	156.605,47	86.438,47	
1113.03.1.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	52.856,00	152.002,45	99.146,45	
1113.03.1.1.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP	52.856,00	152.002,45	99.146,45	
1113.03.4.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	17.311,00	4.603,02		12.707,98
1113.03.4.1.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	17.311,00	4.603,02		12.707,98
1118.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS ESPECíFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICíPIOS	571.905,00	736.537,96	164.632,96	
1118.01.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMôNIO PARA ESTADOS, DF E MUNICíPIOS	294.515,00	202.958,83		91.556,17
1118.01.1.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	70.261,00	88.863,18	18.602,18	
1118.01.1.1.00.00.00.0(	IPTU - PRINCIPAL	46.315,00	52.578,57	6.263,57	
1118.01.1.3.00.00.00.0(	IPTU - DIVIDA ATIVA	23.946,00	36.284,61	12.338,61	
1118.01.4.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSãO “INTER VIVOS” DE BENS IMóVEIS E DE	224.254,00	114.095,65		110.158,35
1118.01.4.1.00.00.00.0(	ITBI- PRINCIPAL	220.721,00	113.395,65		107.325,35
1118.01.4.3.00.00.00.0(	ITBI- DIVIDA ATIVA	3.533,00	700,00		2.833,00
1118.02.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS SOBRE A PRODUçãO, CIRCULAçãO DE MERCADORIAS E SERVI	277.390,00	533.579,13	256.189,13	
1118.02.3.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA	277.390,00	533.579,13	256.189,13	
1118.02.3.1.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	270.607,00	474.312,58	203.705,58	
1118.02.3.3.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - DíVIDA ATIVA	6.783,00	59.266,55	52.483,55	
1119.00.0.0.00.00.00.0(	OUTROS IMPOSTOS	4.103,00	6.734,36	2.631,36	
1119.01.0.0.00.00.00.0(	OUTROS IMPOSTOS	4.103,00	6.734,36	2.631,36	
1119.01.1.0.00.00.00.0(	OUTROS IMPOSTOS	4.103,00	6.734,36	2.631,36	
1119.01.1.3.00.00.00.0(	OUTROS IMPOSTOS - DíVIDA ATIVA	4.103,00	6.734,36	2.631,36	
1120.00.0.0.00.00.00.0(	TAXAS	28.925,00	63.997,54	35.072,54	
1121.00.0.0.00.00.00.0(	TAXAS PELO EXERCíCIO DO PODER DE POLíCIA	21.313,00	51.991,88	30.678,88	
1121.01.0.0.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEçãO, CONTROLE E FISCALIZAçãO	21.313,00	51.991,88	30.678,88	
1121.01.1.0.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEçãO, CONTROLE E FISCALIZAçãO	21.313,00	51.991,88	30.678,88	
1121.01.1.1.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	21.313,00	51.991,88	30.678,88	
1122.00.0.0.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS	7.612,00	12.005,66	4.393,66	
1122.01.0.0.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS	7.612,00	12.005,66	4.393,66	
1122.01.1.0.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS	7.612,00	12.005,66	4.393,66	
1122.01.1.1.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	7.612,00	12.005,66	4.393,66	
1200.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES	103.831,00	148.746,73	44.915,73	
1240.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DO SERVIçO DE ILUMINAçãO PúBLICA	103.831,00	148.746,73	44.915,73	
1240.00.1.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DO SERVIçO DE ILUMINAçãO PúBLICA	103.831,00	148.746,73	44.915,73	
1240.00.1.1.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	103.831,00	148.746,73	44.915,73	
1300.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITA PATRIMONIAL	119.358,00	88.428,99		30.929,01
1320.00.0.0.00.00.00.0(	VALORES MOBILIáRIOS	119.358,00	88.428,99		30.929,01
1321.00.0.0.00.00.00.0(	JUROS E CORREçõES MONETáRIAS	119.358,00	88.428,99		30.929,01
1321.00.1.0.00.00.00.0(	REMUNERAçãO DE DEPóSITOS BANCáRIOS	119.358,00	88.428,99		30.929,01
1321.00.1.1.00.00.00.0(	REMUNERAçãO DE DEPóSITOS BANCáRIOS - PRINCIPAL	119.358,00	88.428,99		30.929,01
1600.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITA DE SERVIçOS	204.044,00	449.804,28	245.760,28	
1610.00.0.0.00.00.00.0(	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	202.423,00	436.704,90	234.281,90	
1610.01.0.0.00.00.00.0(	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	202.423,00	436.704,90	234.281,90	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO

37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1610.01.1.0.00.00.00.0(	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	202.423,00	436.704,90	234.281,90	
1610.01.1.1.00.00.00.0(	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	202.423,00	436.704,90	234.281,90	
1690.00.0.0.00.00.00.0(	OUTROS SERVIçOS	1.621,00	13.099,38	11.478,38	
1690.99.0.0.00.00.00.0(	OUTROS SERVIçOS	1.621,00	13.099,38	11.478,38	
1690.99.1.0.00.00.00.0(	OUTROS SERVIçOS	1.621,00	13.099,38	11.478,38	
1690.99.1.3.00.00.00.0(	OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	1.621,00	13.099,38	11.478,38	
1700.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS CORRENTES	14.653.626,00	15.565.691,14	912.065,14	
1710.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	8.983.568,00	9.523.441,47	539.873,47	
1718.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E MUNIC	8.983.568,00	9.523.441,47	539.873,47	
1718.01.0.0.00.00.00.0(	PARTICIPAçãO NA RECEITA DA UNIãO	6.839.633,00	7.116.329,65	276.696,65	
1718.01.2.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNICíPIOS - COTA ME	6.783.859,00	7.067.834,87	283.975,87	
1718.01.2.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME	6.783.859,00	7.067.834,87	283.975,87	
1718.01.5.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	55.774,00	48.494,78		7.279,22
1718.01.5.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	55.774,00	48.494,78		7.279,22
1718.02.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DA COMPENSAçãO FINANCEIRA PELA EXPLORAçãO DE R	210.598,00	108.765,26		101.832,74
1718.02.2.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DA COMPENSAçãO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS -	1.015,00	561,47		453,53
1718.02.2.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS -	1.015,00	561,47		453,53
1718.02.6.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRóLEO – FEP	79.127,00	108.203,79	29.076,79	
1718.02.6.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP - PRINCIPAL	79.127,00	108.203,79	29.076,79	
1718.02.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAçãO FINANCEIRA	130.456,00			130.456,00
1718.02.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	130.456,00			130.456,00
1718.03.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE – SUS –	1.082.156,00	1.640.207,33	558.051,33	
1718.03.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE – SUS –	1.082.156,00	1.640.207,33	558.051,33	
1718.03.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS –	1.082.156,00	1.640.207,33	558.051,33	
1718.04.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA	222.435,00	288.355,75	65.920,75	
1718.04.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA	222.435,00	288.355,75	65.920,75	
1718.04.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	222.435,00	288.355,75	65.920,75	
1718.05.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME	223.682,00	265.979,60	42.297,60	
1718.05.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DO SALáRIO-EDUCAçãO	126.013,00	155.081,16	29.068,16	
1718.05.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	126.013,00	155.081,16	29.068,16	
1718.05.2.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI	414,00			414,00
1718.05.2.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI	414,00			414,00
1718.05.3.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	65.660,00	62.504,00		3.156,00
1718.05.3.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	65.660,00	62.504,00		3.156,00
1718.05.4.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	10.731,00			10.731,00
1718.05.4.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	10.731,00			10.731,00
1718.05.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV	20.864,00	48.394,44	27.530,44	
1718.05.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV	20.864,00	48.394,44	27.530,44	
1718.06.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAçãO – L.C. N. 87/	11.225,00	9.245,16		1.979,84
1718.06.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAçãO – L.C. N. 87/	11.225,00	9.245,16		1.979,84

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO

37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1718.06.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAÇÃO – L.C. N. 87/	11.225,00	9.245,16		1.979,84
1718.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	393.839,00	94.558,72		299.280,28
1718.10.2.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO DESTINADAS A PROGRAMAS	282.585,00	25.087,99		257.497,01
1718.10.2.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS	282.585,00	25.087,99		257.497,01
1718.10.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO	111.254,00	69.470,73		41.783,27
1718.10.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	111.254,00	69.470,73		41.783,27
1720.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	3.634.344,00	3.739.372,25	105.028,25	
1728.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS - ESPECíFICAS ESTADOS, DF E MUNIC	3.634.344,00	3.739.372,25	105.028,25	
1728.01.0.0.00.00.00.0(	PARTICIPAçãO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.485.207,00	3.519.860,79	34.653,79	
1728.01.1.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO ICMS	2.036.298,00	2.531.926,44	495.628,44	
1728.01.1.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.036.298,00	2.531.926,44	495.628,44	
1728.01.2.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IPVA	122.359,00	187.055,92	64.696,92	
1728.01.2.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	122.359,00	187.055,92	64.696,92	
1728.01.3.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IPI - MUNICíPIOS	16.575,00			16.575,00
1728.01.3.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	16.575,00			16.575,00
1728.01.4.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DA CONTRIBUIçãO DE INTERVENçãO NO DOMíNIO ECONôMI	20.643,00	29.591,18	8.948,18	
1728.01.4.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI	20.643,00	29.591,18	8.948,18	
1728.01.5.0.00.00.00.0(	OUTRAS PARTICIPAçõES NA RECEITA DOS ESTADOS	550.796,00	670.058,26	119.262,26	
1728.01.5.1.00.00.00.0(	OUTRAS PARTICIPAçõES NA RECEITA DOS ESTADOS - PRINCIPAL	550.796,00	670.058,26	119.262,26	
1728.01.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS	738.536,00	101.228,99		637.307,01
1728.01.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPAL	738.536,00	101.228,99		637.307,01
1728.02.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSAçãO FINANCEIRA (25%)	1.265,00			1.265,00
1728.02.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAçõES FINANCEIRA	1.265,00			1.265,00
1728.02.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRA	1.265,00			1.265,00
1728.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	147.872,00	219.511,46	71.639,46	
1728.10.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO	147.872,00	219.511,46	71.639,46	
1728.10.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO	147.872,00	219.511,46	71.639,46	
1730.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS MUNICíPIOS E DE SUAS ENTIDADES		70.000,00	70.000,00	
1738.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS MUNICíPIOS - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E		70.000,00	70.000,00	
1738.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DOS MUNICíPIOS E DE SUAS ENTIDADE		70.000,00	70.000,00	
1738.10.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DOS MUNICíPIOS		70.000,00	70.000,00	
1738.10.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS - PRINCIPA		70.000,00	70.000,00	
1750.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE OUTRAS INSTITUIçõES PúBLICAS	2.035.714,00	2.232.877,42	197.163,42	
1758.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE OUTRAS INSTITUIçõES PúBLICAS - ESPECíFICAS	2.035.714,00	2.232.877,42	197.163,42	
1758.01.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENçãO E DESENVOL	2.035.714,00	2.232.877,42	197.163,42	
1758.01.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENçãO E DESENVOL	2.035.714,00	2.232.877,42	197.163,42	
1758.01.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL	2.035.714,00	2.232.877,42	197.163,42	
1900.00.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	350.490,00	61.070,31		289.419,69
1910.00.0.0.00.00.00.0(	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	8.801,00	9.413,60	612,60	
1910.01.0.0.00.00.00.0(	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAçãO ESPECíFICA	8.801,00	9.413,60	612,60	
1910.01.1.0.00.00.00.0(	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAçãO ESPECíFICA	8.801,00	9.413,60	612,60	
1910.01.1.2.00.00.00.0(	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	8.801,00	9.413,60	612,60	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO

37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	- MULTAS E JUROS				
1920.00.0.0.00.00.00.0(	INDENIZAçõES, RESTITUIçõES E RESSARCIMENTOS	68.416,00	15.825,66		52.590,34
1921.00.0.0.00.00.00.0(	INDENIZAçõES	68.416,00	15.825,66		52.590,34
1921.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS INDENIZAçõES	68.416,00	15.825,66		52.590,34
1921.99.1.0.00.00.00.0(	OUTRAS INDENIZAçõES	68.416,00	15.825,66		52.590,34
1921.99.1.1.00.00.00.0(	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	68.416,00	15.825,66		52.590,34
1990.00.0.0.00.00.00.0(	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	273.273,00	35.831,05		237.441,95
1990.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS	273.273,00	35.831,05		237.441,95
1990.99.1.0.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS - PRIMáRIAS	273.273,00	35.831,05		237.441,95
1990.99.1.1.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	273.273,00	35.831,05		237.441,95
2000.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITAS DE CAPITAL	872.385,00	651.477,45		220.907,55
2400.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CAPITAL	872.385,00	651.477,45		220.907,55
2410.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	606.815,00	571.477,45		35.337,55
2410.00.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	606.815,00	571.477,45		35.337,55
2410.00.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	606.815,00	571.477,45		35.337,55
2420.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	265.570,00	80.000,00		185.570,00
2428.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, E DE SUAS ENTI	265.570,00	80.000,00		185.570,00
2428.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS	265.570,00	80.000,00		185.570,00
2428.99.1.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS	265.570,00	80.000,00		185.570,00
2428.99.1.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPAL	265.570,00	80.000,00		185.570,00
91000.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA RECEITAS CORRENTES	-1.808.115,00	-1.854.910,41		46.795,41
91100.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	-6.279,00		6.279,00	
91110.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA IMPOSTOS	-6.279,00		6.279,00	
91118.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA IMPOSTOS ESPECíFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICí	-6.279,00		6.279,00	
91118.01.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA IMPOSTOS SOBRE O PATRIMôNIO PARA ESTADOS, DF	-6.279,00		6.279,00	
91118.01.1.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT	-6.279,00		6.279,00	
91118.01.1.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA IPTU - PRINCIPAL	-6.279,00		6.279,00	
91700.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS CORRENTES	-1.801.836,00	-1.854.910,41		53.074,41
91710.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	-1.370.104,60	-1.311.114,37	58.990,23	
91718.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE EST	-1.370.104,60	-1.311.114,37	58.990,23	
91718.01.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA PARTICIPAçãO NA RECEITA DA UNIãO	-1.367.859,60	-1.309.265,41	58.594,19	
91718.01.2.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNI	-1.356.771,80	-1.299.566,54	57.205,26	
91718.01.2.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	-1.356.771,80	-1.299.566,54	57.205,26	
91718.01.5.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-11.087,80	-9.698,87	1.388,93	
91718.01.5.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-11.087,80	-9.698,87	1.388,93	
91718.06.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAç	-2.245,00	-1.848,96	396,04	
91718.06.1.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAç	-2.245,00	-1.848,96	396,04	
91718.06.1.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAÇ	-2.245,00	-1.848,96	396,04	
91720.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	-431.731,40	-543.796,04		112.064,64
91728.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS - ESPECíFICAS EST	-431.731,40	-543.796,04		112.064,64
91728.01.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA PARTICIPAçãO NA RECEITA DOS ESTADOS	-431.731,40	-543.796,04		112.064,64
91728.01.1.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO ICMS	-407.259,60	-506.385,08		99.125,48
91728.01.1.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	-407.259,60	-506.385,08		99.125,48
91728.01.2.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPVA	-24.471,80	-37.410,96		12.939,16
91728.01.2.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPVA -	-24.471,80	-37.410,96		12.939,16

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10
COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

Page 5

TITULOS	ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
PRINCIPAL				
TOTAL GERAL	15.170.719,00	16.074.183,82	903.464,82	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
01 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA						
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	722.027,59	0,00	0,00	722.027,59	679.208,80	42.818,79
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.108.900,00	0,00	0,00	5.108.900,00	5.100.467,32	8.432,68
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.230.090,00	0,00	0,00	1.230.090,00	1.216.693,28	13.396,72
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	258.782,75	0,00	0,00	258.782,75	235.054,61	23.728,14
3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.70.41.00 CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	71.143,72	8.856,28
3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	276.802,00	0,00	0,00	276.802,00	276.800,84	1,16
3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	108.400,00	0,00	0,00	108.400,00	85.200,00	23.200,00
3.3.90.18.00 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	13.050,00	950,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	1.861.559,00	0,00	0,00	1.861.559,00	1.821.852,44	39.706,56
3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	19.605,00	0,00	0,00	19.605,00	18.440,88	1.164,12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	26.700,00	0,00	0,00	26.700,00	2.843,75	23.856,25
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	3.295.366,09	0,00	0,00	3.295.366,09	3.238.795,31	56.570,78
3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS					
	221.306,18	0,00	0,00	221.306,18	221.306,18	0,00
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS					
	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	2.952,59	1.047,41
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS					
	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00	10.000,00	500,00
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES					
	282.716,00	0,00	0,00	282.716,00	263.214,62	19.501,38
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	1.764.230,39	0,00	0,00	1.764.230,39	1.728.930,34	35.300,05
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	371.766,00	0,00	0,00	371.766,00	322.950,76	48.815,24
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO					
	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	48.443,03	1.556,97
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
T O T A L D O ORGAO	15.703.751,00	14.000,00	0,00	15.717.751,00	15.357.348,47	360.402,53
02 CÂMARA MUNICIPAL						
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	380.000,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	380.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	55.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
TOTAL DO ORGAO	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
TOTAL ORCAMENTARIO	16.403.751,00	14.000,00	0,00	16.417.751,00	15.357.348,47	1.060.402,53

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

CONSOLIDADO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.665.971,27	0,00	12.665.971,27
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.798.530,52	0,00	8.798.530,52
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.429.616,59	0,00	-14.429.616,59
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R$ ... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.034.885,20	0,00	7.034.885,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO - CNPJ:37464948/0001-08

REGISTRO DE RESTOS A PAGAR

(Lei 4.320, art. 92, Parágrafo Único)

EXERCÍCIO DE 2018

CONSOLIDADO

RESTOS A PAGAR NO PERIODO DE 01/01/2018 ATÉ 31/12/2018

Numer	UG	Data	Fornecedor	Cat Eco	Tipo de Credor	Não Processado R$	Processado R$	Total R$
Cod. Aplicação 001 001 Recursos Proprios do Municipio								
Não Vinculada								
2978	1	13/09/2018	J.C.CASTILHO SERVIÇOS FUNERÁRI	3.3.90.32.03	Outros	0,00	900,00	900,00
1463	1	09/05/2018	WELLINGTON LEANDRO BARBOSA D	3.3.90.32.03	Outros	0,00	1.600,00	1.600,00
TOTAL DO TIPO						0,00	2.500,00	2.500,00
Ensino								
2183	1	02/07/2018	COMERCIAL LUAR LTDA	3.3.90.30.22	Outros	0,00	0,03	0,03
4150	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.07	Outros	0,00	557,48	557,48
366	1	22/02/2018	F L AGUIAR ME	3.3.90.30.17	Outros	0,00	106,98	106,98
4040	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	5.927,63	5.927,63
TOTAL DO TIPO						0,00	6.592,12	6.592,12
FUNDEB								
4044	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	16.832,19	16.832,19
4052	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.813,89	1.813,89
4048	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	14.584,38	14.584,38
TOTAL DO TIPO						0,00	33.230,46	33.230,46
Não Vinculada								
58	1	11/01/2018	A.M.M.	3.3.70.41.04	Outros	0,00	1.530,41	1.530,41
4140	1	27/12/2018	ADEMIR CORDEIRO	3.3.90.39.23	Outros	0,00	27.500,00	27.500,00
4176	1	28/12/2018	C PABLOS & P MOREIRA LTDA - ME	3.3.90.39.33	Outros	0,00	3.000,00	3.000,00
63	1	12/01/2018	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS I	3.3.90.39.25	Outros	120,00	0,00	120,00
62	1	12/01/2018	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DI	3.3.71.70.01	Outros	1.680,84	0,00	1.680,84
4181	1	28/12/2018	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DI	3.3.71.70.01	Outros	1.201,48	0,00	1.201,48
4173	1	28/12/2018	CREONICE MARIA BUFALO MENDON	3.3.90.39.63	Outros	0,00	450,00	450,00
4174	1	28/12/2018	CREONICE MARIA BUFALO MENDON	3.3.90.39.63	Outros	0,00	530,00	530,00
4172	1	28/12/2018	CREONICE MARIA BUFALO MENDON	3.3.90.39.63	Outros	0,00	1.060,00	1.060,00
4171	1	28/12/2018	CREONICE MARIA BUFALO MENDON	3.3.90.39.63	Outros	0,00	1.380,00	1.380,00
2681	1	22/08/2018	EDUARDO FREDERICO ARANTES CI	3.3.90.39.79	Outros	1,00	0,00	1,00
6	1	02/01/2018	ELISA G. CAETANO TRANSPORTES-M	3.3.90.39.79	Outros	700,00	0,00	700,00
4152	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.22	Outros	0,00	377,98	377,98
4146	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.07	Outros	0,00	364,44	364,44
3233	1	05/10/2018	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBU	3.3.90.39.43	Outros	867,81	0,00	867,81
4175	1	28/12/2018	FRANCIELE VIEIRA DA SILVA	3.3.90.39.88	Outros	0,00	245,00	245,00
4099	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	2.074,13	2.074,13
4079	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.854,54	1.854,54
4086	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.384,53	1.384,53

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO - CNPJ:37464948/0001-08

REGISTRO DE RESTOS A PAGAR

(Lei 4.320, art. 92, Parágrafo Único)
EXERCÍCIO DE 2018
CONSOLIDADO

RESTOS A PAGAR NO PERIODO DE 01/01/2018 ATÉ 31/12/2018

Numer	UG	Data	Fornecedor	Cat Eco	Tipo de Credor	Não Processado R$	Processado R$	Total R$
Cod. Aplicação	001 001 Recursos Proprios do Municipio							
Não Vinculada								
4091	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.432,10	1.432,10
4095	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	965,97	965,97
4106	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	467,06	467,06
4103	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	467,06	467,06
4117	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	827,97	827,97
4119	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	265,38	265,38
4125	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	747,70	747,70
4129	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	467,91	467,91
4027	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	927,04	927,04
4072	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	345,78	345,78
4008	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	475,98	475,98
4011	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	4.565,24	4.565,24
4022	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.267,38	1.267,38
4018	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	5.558,31	5.558,31
4014	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	451,55	451,55
4075	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	2.148,93	2.148,93
691	1	13/03/2018	JAIME JESUS DE ALMEIDA E & CIA LT	4.4.90.51.91	Outros	346.971,55	107.413,32	454.384,87
4144	1	28/12/2018	JAIR F. DA SILVA ME	3.3.90.30.07	Outros	0,00	223,01	223,01
4143	1	28/12/2018	JAIR F. DA SILVA ME	3.3.90.30.07	Outros	0,00	48,57	48,57
4135	1	26/12/2018	JOSE RENATO DE FREITAS & CIA LTI	3.3.90.39.23	Outros	0,00	61.250,00	61.250,00
4182	1	28/12/2018	LUCIMAR BONIFACIO GARCIA	3.3.90.39.14	Outros	0,00	3.150,00	3.150,00
3979	1	18/12/2018	LUIZ VIDAL GONCALVES	3.3.90.30.23	Outros	0,00	2.210,00	2.210,00
1679	1	30/05/2018	M.J SOUSA CONSULTORIA - ME	3.3.90.39.79	Outros	0,00	9.630,00	9.630,00
1030	1	05/04/2018	NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI	3.3.90.39.51	Outros	4.500,00	0,00	4.500,00
1826	1	30/05/2018	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	4.4.90.51.91	Outros	180.584,25	0,00	180.584,25
3337	1	18/10/2018	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	4.4.90.51.91	Outros	883,08	0,00	883,08
4183	1	28/12/2018	R. M. SERPA ALESI ME	3.3.90.39.78	Outros	0,00	4.700,00	4.700,00
4177	1	28/12/2018	ROGERIO DANETTE 01000240096	3.3.90.39.23	Outros	0,00	1.900,00	1.900,00
4167	1	28/12/2018	RONIVALDO FERREIRA DA SILVA	3.3.90.39.63	Outros	0,00	1.228,00	1.228,00
1269	1	27/04/2018	WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANT	3.3.90.39.14	Outros	0,00	8.535,00	8.535,00
3234	1	05/10/2018	WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANT	3.3.90.39.33	Outros	9.750,00	0,00	9.750,00
TOTAL DO TIPO						547.260,01	263.420,29	810.680,30
Saúde								
4131	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	190,94	190,94

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO - CNPJ:37464948/0001-08

REGISTRO DE RESTOS A PAGAR

(Lei 4.320, art. 92, Parágrafo Único)
EXERCÍCIO DE 2018
CONSOLIDADO

RESTOS A PAGAR NO PERIODO DE 01/01/2018 ATÉ 31/12/2018

Numer	UG	Data	Fornecedor	Cat Eco	Tipo de Credor	Não Processado R$	Processado R$	Total R$
Cod. Aplicação 001 001 Recursos Proprios do Municipio								
Saúde								
4123	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	434,19	434,19
4070	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	471,73	471,73
TOTAL DO TIPO						0,00	1.096,86	1.096,86
TOTAL						547.260,01	306.839,73	854.099,74
Cod. Aplicação 200 000 EDUCAÇÃO								
Ensino								
4147	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.07	Outros	0,00	113,70	113,70
4149	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.07	Outros	0,00	88,78	88,78
4031	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	3.230,68	3.230,68
3	1	02/01/2018	MARCOS ANTONIO ALVES 03319427	3.3.90.39.14	Outros	0,00	6.600,00	6.600,00
3564	1	30/10/2018	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	4.4.90.51.91	Outros	758,09	0,00	758,09
TOTAL DO TIPO						758,09	10.033,16	10.791,25
Não Vinculada								
3338	1	19/10/2018	CARLIONELSON ALMEIDA DOS SANT	3.3.90.30.17	Outros	0,00	0,81	0,81
4148	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.07	Outros	0,00	165,00	165,00
3717	1	28/11/2018	JAIR F. DA SILVA ME	3.3.90.30.07	Outros	0,00	2,00	2,00
4145	1	28/12/2018	JAIR F. DA SILVA ME	3.3.90.30.07	Outros	0,00	222,80	222,80
1031	1	05/04/2018	PELEGRINO & CIA LTDA EPP	3.3.90.39.33	Outros	7.400,00	0,00	7.400,00
TOTAL DO TIPO						7.400,00	390,61	7.790,61
TOTAL						8.158,09	10.423,77	18.581,86
Cod. Aplicação 220 000 ENSINO FUNDAMENTAL								
Ensino								
4151	1	28/12/2018	EMERSON SILVA NASCIMENTO	3.3.90.30.22	Outros	0,00	125,95	125,95
4036	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	7.257,43	7.257,43
TOTAL DO TIPO						0,00	7.383,38	7.383,38
TOTAL						0,00	7.383,38	7.383,38
Cod. Aplicação 300 000 SAÚDE								
Não Vinculada								
4056	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	789,05	789,05
TOTAL DO TIPO						0,00	789,05	789,05
TOTAL						0,00	789,05	789,05
Cod. Aplicação 310 000 SAÚDE-GERAL								
Não Vinculada								
3320	1	16/10/2018	CONTRACHAMAS COMÉRCIO DE EX	3.3.90.30.28	Outros	0,00	158,00	158,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO - CNPJ:37464948/0001-08

REGISTRO DE RESTOS A PAGAR

(Lei 4.320, art. 92, Parágrafo Único)
EXERCÍCIO DE 2018
CONSOLIDADO

RESTOS A PAGAR NO PERIODO DE 01/01/2018 ATÉ 31/12/2018

Numer	UG	Data	Fornecedor	Cat Eco	Tipo de Credor	Não Processado R$	Processado R$	Total R$
Cod. Aplicação 310 000 SAÚDE-GERAL								
Não Vinculada								
3321	1	16/10/2018	CONTRACHAMAS COMÉRCIO DE EX	3.3.90.39.17	Outros	0,00	387,00	387,00
4114	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	2.098,64	2.098,64
4066	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	11.687,44	11.687,44
4061	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.539,31	1.539,31
4111	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.042,06	1.042,06
TOTAL DO TIPO						0,00	16.912,45	16.912,45
Saúde								
3318	1	16/10/2018	CONTRACHAMAS COMÉRCIO DE EX	3.3.90.39.17	Outros	0,00	387,00	387,00
3319	1	16/10/2018	CONTRACHAMAS COMÉRCIO DE EX	3.3.90.30.28	Outros	0,00	132,00	132,00
8	1	02/01/2018	CORESS	3.3.71.70.01	Outros	420,90	0,00	420,90
9	1	02/01/2018	CORESS	3.3.71.70.01	Outros	51.638,48	0,00	51.638,48
983	1	02/04/2018	EMERSON A. BRASILEIRO TRANSPO	3.3.90.39.14	Outros	0,00	7.330,00	7.330,00
4170	1	28/12/2018	EMERSON A. BRASILEIRO TRANSPO	3.3.90.39.14	Outros	0,00	40,00	40,00
4064	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	1.231,98	1.231,98
4127	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	252,29	252,29
655	1	09/03/2018	MARCELO DA SILVA AFONSO	3.3.90.93.01	Outros	2.000,00	0,00	2.000,00
TOTAL DO TIPO						54.059,38	9.373,27	63.432,65
TOTAL						54.059,38	26.285,72	80.345,10
Cod. Aplicação 450 000 TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO								
Não Vinculada								
4082	1	19/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S	3.1.90.13.02	Previdencia Social	0,00	275,99	275,99
TOTAL DO TIPO						0,00	275,99	275,99
TOTAL						0,00	275,99	275,99
Cod. Aplicação 510 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL								
Não Vinculada								
3978	1	18/12/2018	LUIZ VIDAL GONCALVES	3.3.90.30.23	Outros	0,00	2.555,00	2.555,00
3987	1	19/12/2018	VALDEMIR ALVES DE SOUZA	3.3.90.30.21	Outros	0,00	108,00	108,00
TOTAL DO TIPO						0,00	2.663,00	2.663,00
TOTAL						0,00	2.663,00	2.663,00
TOTAL						609.477,48	354.660,64	964.138,12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO - CNPJ:37464948/0001-08

REGISTRO DE RESTOS A PAGAR

(Lei 4.320, art. 92, Parágrafo Único)
EXERCÍCIO DE 2018
CONSOLIDADO

TOTAL GERAL	609.477,48	354.660,64	964.138,12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

RESTOS A PAGAR PAGOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018

Data	Emp/Sub	Funcional	Elemento	Credor	VALOR
03/01/2018	04649	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.14.01	LIOSLANDIO MOREIRA DA SILVA	100,00
03/01/2018	04650	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.14.01	VIVIAN DA SILVA GOIS	100,00
08/01/2018	03561	08.244.0013.2064.0000	3.3.90.39.14	DANIELLE FERNANDA ALVES DE SOUZA-ME	1.975,00
08/01/2018	03562	08.243.0013.2253.0000	3.3.90.39.14	DANIELLE FERNANDA ALVES DE SOUZA-ME	2.000,00
08/01/2018	04336	08.122.0013.2081.0000	3.3.90.39.67	J. C. CASTILHO SERV. FUNERARIOS-ME	600,00
09/01/2018	04333	08.122.0013.2081.0000	3.3.90.39.67	J. C. CASTILHO SERV. FUNERARIOS-ME	600,00
09/01/2018	04381	04.122.0002.1128.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	54.318,21
09/01/2018	04535	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.39.21	R. M. SERPA ALESI ME	5.800,00
09/01/2018	04651	08.244.0013.2255.0000	3.3.90.39.12	EDENILDO GOMES DOS SANTOS	2.800,00
10/01/2018	03103	20.606.0003.2088.0000	3.3.71.70.01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMEN	2.653,83
10/01/2018	04532	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.39.96	MARCOS CASAS RAMOS	1.500,00
16/01/2018	00969	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	EMERSON A. BRASILEIRO TRANSPORTES ME	7.370,00
16/01/2018	04523	08.241.0013.2058.0000	3.3.90.30.15	ELIZABETE TEREZINHA ZANCHET- PAPELARIA PALA	300,00
16/01/2018	04530	04.122.0002.2008.0000	3.3.90.39.33	DULCINÉIA DE SOUZA OLIVEIRA-MEI	1.500,00
16/01/2018	04531	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.39.17	DANIEL SOUZA DE ALMEIDA 02437534113	600,00
16/01/2018	04533	10.301.0008.2045.0000	3.3.90.39.50	LABORATORIO DE ANAL.CLINICAS PIVETTA LTDA	940,00
16/01/2018	04533	10.301.0008.2045.0000	3.3.90.39.50	LABORATORIO DE ANAL.CLINICAS PIVETTA LTDA	1.626,00
16/01/2018	04534	10.301.0008.2045.0000	3.3.90.39.50	LABORATORIO DE ANAL.CLINICAS PIVETTA LTDA	1.619,00
16/01/2018	04614	04.122.0002.2008.0000	3.3.90.39.56	EDENILDO GOMES DOS SANTOS	1.250,00
16/01/2018	04620	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.39.47	FRANCIELE VIEIRA DA SILVA	350,00
16/01/2018	04645	08.244.0013.1154.0000	3.3.90.32.03	ADILENO M. BARBOSA & CIA LTDA	318,00
16/01/2018	04658	10.301.0008.2045.0000	3.3.90.39.50	LABORATORIO DE ANAL.CLINICAS PIVETTA LTDA	315,00
16/01/2018	04659	10.301.0008.2045.0000	3.3.90.39.50	LABORATORIO DE ANAL.CLINICAS PIVETTA LTDA	347,00
17/01/2018	04528	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.39.62	PAULA ANDREIA MONTEIRO FERREIRA 03075123129	1.910,00
17/01/2018	04529	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.39.62	PAULA ANDREIA MONTEIRO FERREIRA 03075123129	580,00
17/01/2018	04532	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.39.96	MARCOS CASAS RAMOS	1.500,00
17/01/2018	04602	08.243.0013.2059.0000	3.3.90.39.56	DONATO JUNIOR & CIA LTDA ME	103,16
17/01/2018	04604	08.122.0013.2081.0000	3.3.90.39.56	DONATO JUNIOR & CIA LTDA ME	183,23
17/01/2018	04606	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.39.56	DONATO JUNIOR & CIA LTDA ME	123,23
17/01/2018	04607	04.122.0002.2008.0000	3.3.90.39.56	DONATO JUNIOR & CIA LTDA ME	1.100,00
17/01/2018	04635	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.39.62	PAULA ANDREIA MONTEIRO FERREIRA 03075123129	520,00
18/01/2018	04006	26.782.0031.1081.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	34.216,17
18/01/2018	04522	08.244.0013.2068.0000	3.3.90.39.83	ELIZABETE TEREZINHA ZANCHET- PAPELARIA PALA	1.100,00
18/01/2018	04559	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	334,30
18/01/2018	04564	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	316,98
18/01/2018	04577	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	319,07
18/01/2018	04582	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	73,50
18/01/2018	04586	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	425,80
18/01/2018	04587	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	298,37
18/01/2018	04597	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	450,09
18/01/2018	04598	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	370,85
18/01/2018	04599	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	98,00
18/01/2018	04600	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	251,77
18/01/2018	04617	08.244.0013.2068.0000	3.3.90.30.07	COMERCIAL LUAR LTDA	406,52
18/01/2018	04618	08.243.0013.2253.0000	3.3.90.30.07	COMERCIAL LUAR LTDA	532,83

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

RESTOS A PAGAR PAGOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018

Data	Emp/Sub	Funcional	Elemento	Credor	VALOR
19/01/2018	04410	10.122.0012.2236.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	273,00
19/01/2018	04434	04.122.0002.2004.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	4.447,53
19/01/2018	04437	04.122.0002.2111.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	735,00
19/01/2018	04440	04.122.0002.2008.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	7.179,54
19/01/2018	04445	04.122.0002.2000.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	457,42
19/01/2018	04447	12.122.0007.2122.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	2.928,90
19/01/2018	04451	12.361.0007.2030.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	6.208,67
19/01/2018	04455	12.365.0007.2036.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	7.594,71
19/01/2018	04458	12.361.0007.2026.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	16.623,39
19/01/2018	04461	12.365.0007.2026.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	11.435,94
19/01/2018	04464	12.365.0007.2027.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	2.174,42
19/01/2018	04467	10.122.0012.2236.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	680,53
19/01/2018	04470	10.301.0008.2044.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.916,46
19/01/2018	04473	10.301.0008.2046.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.249,55
19/01/2018	04476	10.301.0012.2049.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	10.859,21
19/01/2018	04479	10.305.0011.2055.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	343,83
19/01/2018	04481	08.122.0013.2081.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.025,38
19/01/2018	04484	08.244.0013.2064.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.781,01
19/01/2018	04487	08.243.0013.2059.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.669,35
19/01/2018	04490	15.452.0006.2017.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.813,45
19/01/2018	04494	15.452.0006.2209.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.725,35
19/01/2018	04497	04.122.0004.2106.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	2.446,65
19/01/2018	04501	20.122.0003.2217.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	462,00
19/01/2018	04504	10.301.0012.2049.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.421,06
19/01/2018	04505	04.122.0002.2006.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	429,48
19/01/2018	04508	04.122.0002.1042.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	462,00
19/01/2018	04511	10.301.0008.2252.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	429,48
19/01/2018	04512	08.244.0013.2255.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	525,00
19/01/2018	04514	04.122.0002.2008.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	253,62
19/01/2018	04515	10.301.0008.2045.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.030,76
19/01/2018	04516	10.301.0008.2046.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.449,04
19/01/2018	04517	10.301.0012.2049.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	405,79
19/01/2018	04518	10.301.0012.2049.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	1.297,02
19/01/2018	04519	08.244.0013.2064.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	461,42
19/01/2018	04520	08.243.0013.2253.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	262,50
19/01/2018	04521	15.452.0006.2209.0000	3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PATRO	354,44
01/02/2018	01385	04.122.0002.2006.0000	3.3.90.35.04	VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIA	9.800,00
01/02/2018	04568	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	330,50
01/02/2018	04569	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	377,75
01/02/2018	04574	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	300,86
01/02/2018	04583	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	205,60
01/02/2018	04588	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	351,50
01/02/2018	04590	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	354,90
01/02/2018	04595	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	315,85
01/02/2018	04596	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	394,15
02/02/2018	00658	04.122.0002.2111.0000	3.3.90.39.79	LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA	10.000,00
02/02/2018	03106	26.782.0031.1081.0000	4.4.90.51.91	J N PRADO ME	21.094,00
06/02/2018	04231	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.30.10	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI ME	616,30
06/02/2018	04261	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.30.36	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI ME	3.878,00
06/02/2018	04263	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.30.36	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI ME	53,00
06/02/2018	04623	10.303.0010.2232.0000	3.3.90.30.09	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI ME	2.258,00
07/02/2018	04366	10.303.0010.2232.0000	3.3.90.30.09	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI ME	10.939,22
07/02/2018	04366	10.303.0010.2232.0000	3.3.90.30.09	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI ME	10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

RESTOS A PAGAR PAGOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018

Data	Emp/Sub	Funcional	Elemento	Credor	VALOR
09/02/2018	02645	04.122.0002.2008.0000	3.3.90.36.15	MARIA APARECIDA PERCEGUEIRA	937,00
09/02/2018	04525	17.512.0006.2211.0000	3.3.90.39.51	NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI-ME	1.000,00
09/02/2018	04546	04.122.0004.2106.0000	3.3.90.39.88	FRANCIELE VIEIRA DA SILVA	70,00
09/02/2018	04560	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	355,78
09/02/2018	04561	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.22	INGRID DOS SANTOS MATOS	308,52
09/02/2018	04562	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	133,83
09/02/2018	04563	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	377,97
09/02/2018	04565	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	73,70
09/02/2018	04570	17.512.0006.2211.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	67,41
09/02/2018	04573	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	238,10
09/02/2018	04575	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	183,90
09/02/2018	04579	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	138,40
09/02/2018	04580	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	76,77
09/02/2018	04581	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	141,04
09/02/2018	04585	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	98,09
09/02/2018	04589	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	90,43
09/02/2018	04591	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	77,76
09/02/2018	04592	12.365.0007.2036.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	80,33
09/02/2018	04594	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	50,95
09/02/2018	04601	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.30.22	INGRID DOS SANTOS MATOS	48,64
09/02/2018	04615	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.39.33	RONIVALDO FERREIRA DA SILVA	2.625,00
09/02/2018	04616	04.122.0004.2106.0000	3.3.90.39.63	RONIVALDO FERREIRA DA SILVA	555,00
09/02/2018	04619	04.122.0002.2008.0000	3.3.90.39.49	JOSE ODAIR FREITAS	1.705,56
09/02/2018	04648	04.122.0004.2106.0000	3.3.90.30.07	ADILENO M. BARBOSA & CIA LTDA	102,90
14/02/2018	02403	08.244.0013.2251.0000	3.3.90.30.17	EDENILDO GOMES DOS SANTOS	630,10
14/02/2018	03243	20.122.0003.2217.0000	3.3.90.39.19	JOSELEY VIRGINIO DE LIMA56867999115	110,00
14/02/2018	04025	12.361.0007.2030.0000	3.3.90.39.63	GRAFICA VALE EIRELI ME	45,00
14/02/2018	04603	17.512.0006.2211.0000	3.3.90.39.56	DONATO JUNIOR & CIA LTDA ME	103,16
14/02/2018	04605	12.122.0007.2122.0000	3.3.90.39.56	DONATO JUNIOR & CIA LTDA ME	123,23
15/02/2018	00969	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	EMERSON A. BRASILEIRO TRANSPORTES ME	7.370,00
26/02/2018	01385	04.122.0002.2006.0000	3.3.90.35.04	VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIA	9.800,00
26/02/2018	04646	08.243.0013.2253.0000	3.3.90.30.07	ADILENO M. BARBOSA & CIA LTDA	2.188,70
26/02/2018	04647	08.244.0013.2068.0000	3.3.90.30.07	ADILENO M. BARBOSA & CIA LTDA	2.253,10
01/03/2018	01574	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME	7.000,00
09/03/2018	03257	15.451.0006.1108.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	75.892,75
15/03/2018	00969	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	EMERSON A. BRASILEIRO TRANSPORTES ME	7.370,00
15/03/2018	01574	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME	6.855,16
16/03/2018	04558	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	199,10
16/03/2018	04566	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	429,10
16/03/2018	04567	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	443,57
16/03/2018	04571	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	66,75
16/03/2018	04572	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	246,55
16/03/2018	04576	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	168,20
16/03/2018	04578	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	125,30
16/03/2018	04584	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	466,05
16/03/2018	04593	12.306.0007.2025.0000	3.3.90.30.07	INGRID DOS SANTOS MATOS	54,14
20/03/2018	02242	04.122.0002.1128.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	89.093,13
22/03/2018	01385	04.122.0002.2006.0000	3.3.90.35.04	VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIA	9.800,00
22/03/2018	04381	04.122.0002.1128.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	13.568,35
09/04/2018	01574	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME	144,84
11/04/2018	01986	15.451.0006.1110.0000	4.4.90.51.99	S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	618,81
11/04/2018	01986	15.451.0006.1110.0000	4.4.90.51.99	S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	1.928,48
11/04/2018	01986	15.451.0006.1110.0000	4.4.90.51.99	S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	25.450,27
12/04/2018	04006	26.782.0031.1081.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	36.319,89
13/04/2018	00969	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	EMERSON A. BRASILEIRO TRANSPORTES ME	7.330,00
13/04/2018	01574	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME	7.000,00
24/04/2018	01385	04.122.0002.2006.0000	3.3.90.35.04	VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIA	9.800,00
24/04/2018	02242	04.122.0002.1128.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	8.128,33
25/04/2018	03257	15.451.0006.1108.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	51.130,34
15/05/2018	01574	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME	7.000,00
16/05/2018	01385	04.122.0002.2006.0000	3.3.90.35.04	VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIA	9.800,00
16/05/2018	03522	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.39.33	PONTUAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	18.349,00
17/05/2018	02070	15.451.0006.1110.0000	4.4.90.51.91	S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	59.575,24
17/05/2018	02070	15.451.0006.1110.0000	4.4.90.51.91	S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	16.779,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

RESTOS A PAGAR PAGOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018

Data	Emp/Sub	Funcional	Elemento	Credor	VALOR
13/06/2018	01574	10.302.0009.2235.0000	3.3.90.39.14	ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME	7.000,00
13/06/2018	04006	26.782.0031.1081.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	48.545,37
15/06/2018	01386	12.361.0007.1143.0000	4.4.90.51.91	J V COSTRUTORA -ME	7.294,56
15/06/2018	04057	12.361.0007.1143.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	18.460,45
20/06/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	49.195,53
22/06/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	1.434,10
22/06/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	36.724,62
22/06/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	32.335,13
22/06/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	20.449,07
26/06/2018	01386	12.361.0007.1143.0000	4.4.90.51.91	J V COSTRUTORA -ME	16.077,33
02/08/2018	03257	15.451.0006.1108.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	74.789,71
16/08/2018	04006	26.782.0031.1081.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	42.953,40
10/10/2018	03257	15.451.0006.1108.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	38.602,47
29/10/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	53.037,90
29/10/2018	00022	12.361.0007.1155.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	37.051,10
19/12/2018	03257	15.451.0006.1108.0000	4.4.90.51.91	PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI	54.970,96
TOTAL GERAL					1.342.493,56

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2018

RESTOS A PAGAR ANULADOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018

Data	Emp/Sub	Funcional	Elemento	Credor	VALOR
28/03/2018	04374	15.452.0006.1147.0000	4.4.90.52.48	DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	-55.430,00
31/12/2018	01054	10.301.0012.2049.0000	3.3.90.30.39	HRP COMERCIO DE PNEUS EIRELLI	-20,00
31/12/2018	01812	23.695.0004.1158.0000	4.4.90.51.99	J V COSTRUTORA -ME	-40.845,81
31/12/2018	02317	08.241.0013.1172.0000	4.4.90.51.92	J V COSTRUTORA -ME	-5.909,99
31/12/2018	02929	04.122.0002.2008.0000	3.3.90.39.39	AGNELO JOSE MELO SILVA ME	-1.943,33
31/12/2018	02935	08.243.0013.2060.0000	3.3.90.30.96	J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA ME	-255,40
31/12/2018	03258	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.39.96	PONTUAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	-1.255,00
31/12/2018	03522	15.452.0006.2017.0000	3.3.90.39.33	PONTUAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	-149.871,05
TOTAL GERAL					-255.530,58

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 1 of 5

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**3.396.221,13**	**3.616.574,19**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**2.169.013,27**	**2.536.011,12**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**2.169.013,27**	**2.536.011,12**
CONTA ÚNICA (F)	F	2.169.013,27	2.536.011,12
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		**344.316,25**	**162.927,79**
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		**0,00**	**65.677,40**
IMPOSTOS	P	0,00	65.677,40
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		**337.642,30**	**97.250,39**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	36.543,92	15.191,16
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	230.173,88	81.716,70
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	P	70.924,50	342,53
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		**6.673,95**	**0,00**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	P	6.673,95	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		**879.618,09**	**910.124,66**
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		**879.618,09**	**910.124,66**
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F)	F	877.898,31	877.898,31
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	705,78	3.898,12
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	F	1.014,00	28.328,23
ESTOQUES		**3.273,52**	**7.510,62**
ALMOXARIFADO		**3.273,52**	**7.510,62**
MATERIAL DE CONSUMO (P)	P	848,72	1.178,93
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	P	409,23	1.508,12
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	P	1.616,26	3.724,26
MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	P	399,31	1.099,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**9.070.901,06**	**9.883.484,98**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**518.823,39**	**605.980,55**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		**518.823,39**	**605.980,55**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	P	157.187,37	176.960,70
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	355.701,68	412.934,50
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	P	5.934,34	16.085,35
INVESTIMENTOS		**276.800,84**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		**276.800,84**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATI	P	276.800,84	0,00
IMOBILIZADO		**8.275.276,83**	**9.277.504,43**
BENS MOVEIS		**3.688.515,20**	**3.272.831,32**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	P	809.190,52	537.218,46
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	175.210,56	158.412,60
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	547.344,50	537.968,24
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	P	25.590,80	26.826,80
VEÍCULOS (P)	P	2.045.254,66	1.989.414,18
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	85.924,16	22.991,04
BENS IMÓVEIS		**4.773.954,71**	**6.025.293,39**
BENS DE USO ESPECIAL (P)	P	777.539,22	928.572,08

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**849.954,27**	**475.875,66**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**99.257,92**	**80.634,07**
PESSOAL A PAGAR		**0,00**	**4,50**
PESSOAL A PAGAR	F	0,00	4,50
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**99.257,92**	**80.629,57**
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	1.981,68
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	96.354,38	75.744,35
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	P	2.903,54	2.903,54
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		**321,95**	**11.894,23**
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		**321,95**	**11.894,23**
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	F	0,00	11.572,28
OUTROS EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	P	321,95	321,95
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		**584.481,90**	**267.777,94**
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		**584.481,90**	**267.777,94**
FORNECEDORES NACIONAIS	F	584.481,90	267.777,94
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**165.892,50**	**115.569,42**
VALORES RESTITUÍVEIS		**109.420,39**	**115.373,92**
CONSIGNAÇÕES	F	105.541,24	114.544,48
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	F	3.879,15	829,44
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**56.472,11**	**195,50**
DIARIAS A PAGAR	F	0,00	195,50
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR DO EXERCÍCIO	F	1.530,41	0,00
CONSÓRCIOS A PAGAR	F	54.941,70	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		**471.456,95**	**519.899,98**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**1.556,97**	**0,00**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**1.556,97**	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	P	1.556,97	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		**469.899,98**	**519.899,98**
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		**469.899,98**	**519.899,98**
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	P	469.899,98	519.899,98
TOTAL PASSIVO		**1.321.411,22**	**995.775,64**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**11.145.710,97**	**12.504.283,53**
RESULTADOS ACUMULADOS		**11.145.710,97**	**12.504.283,53**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**11.145.710,97**	**12.504.283,53**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-13.803.653,46	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-20.323.782,89	-20.323.782,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 2 of 5

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS DOMINICAIS (P)	P	366.687,67	415.105,79
BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	P	840.299,54	368.006,97
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	P	2.669.883,05	3.449.924,28
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	119.545,23	863.684,27
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-187.193,08**	**-20.620,28**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS (P)	P	-137.615,43	-20.620,28
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS (P)	P	-49.577,65	0,00
TOTAL		**12.467.122,19**	**13.500.059,17**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-699.999,96	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.707.199,98	-1.707.199,98
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	8.877.741,60	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	21.774.758,38	21.774.758,38
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	4.197.339,26	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	12.873.040,45	12.873.040,45
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	70.000,00	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-112.532,43	-112.532,43
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**11.145.710,97**	**12.504.283,53**
TOTAL		**12.467.122,19**	**13.500.059,17**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — PERÍODO —

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	3.048.631,36	3.446.135,78	PASSIVO FINANCEIRO (846.728,78)+ Restos não Processado(1.395.353,50)	2.242.082,28	2.881.921,83
ATIVO PERMANENTE	9.418.490,83	10.053.923,39	PASSIVO PERMANENTE	474.682,44	523.125,47
			SALDO PATRIMONIAL	9.750.357,47	10.095.011,87

THALES AUGUSTO DE ARAUJO SCHMITZ
CONTADOR
039.339.501-47

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

ELIANA NOGUEIRA LEAO DE MORAES
SEC. DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
018.040.251-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) —

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	**1.661.297,17**	**1.273.347,84**	**COMPENSAÇÕES**	**3.784.028,18**	**2.554.758,25**
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	1.275.620,79	1.271.741,64	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENT	80.000,00	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CO	384.070,18	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.704.028,18	2.554.758,25
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	1.606,20	1.606,20			
TOTAL	**1.661.297,17**	**1.273.347,84**	**TOTAL**	**3.784.028,18**	**2.554.758,25**

THALES AUGUSTO DE ARAUJO SCHMITZ
CONTADOR
039.339.501-47

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

ELIANA NOGUEIRA LEAO DE MORAES
SEC. DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
018.040.251-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 5 of 5

NOTA EXPLICATIVA

Há redução no saldo do Patrimônio do exercício em comento quando comparado ao exerc. do ano anterior.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) superaram as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) em virtude de ajustes no Ativo Imobilizado do ente.
Esses ajustes resultaram na **desincorporação de saldos advindos de exercícios anteriores.**
O procedimento teve como objetivo a regularização da conta do Imobilizado, com base nas orientações do comunicado nº 019/2018 de 26/06/18 do TCE-MT.

THALES AUGUSTO DE ARAUJO SCHMITZ CONTADOR 039.339.501-47	ALEXANDRE RUSSI PREFEITO 866.680.641-91	ELIANA NOGUEIRA LEAO DE MORAES SEC. DE ADMINISTRACAO E FINANCAS 018.040.251-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.777/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando que, em 20/02/2019, a Senhora Zenilda Alves apresentou o pedido de Revogação do Decreto nº 3.769/2019, através de Requerimento protocolado em 20/02/2019, em virtude de que **NÃO TOMARÁ POSSE** por motivos de que assumirá outro Concurso em outro ente,

DECRETA:

Artigo 1º - REVOGAR o Decreto nº 3.769/2019, que **NOMEOU, na data de 18/02/2019,** a Senhora **ZENILDA ALVES**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1363701-0 SESP/MT, no cargo de **AGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III - APOIO ADMINISTRATIVO NUTRIÇÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã, de acordo com as Leis Municipais nº 218/99, 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Fevereiro de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.776/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando os dispostos da Lei Federal 8080/90, o Artigo 1º da Lei 8142/90 e o Decreto Nacional nº 9.463, de 8 de agosto de 2018;

Considerando os dispostos da Lei Municipal 1.140 de 02 de Outubro de 2018, que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Saúde de Tabaporã;

Considerando a Resolução nº 001/2019 do Conselho Municipal de Saúde, de 08 de Fevereiro de 2019.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocada a **5ª Conferência Municipal de Saúde de Tabaporã/MT**, a realizar-se em Tabaporã/MT, no dia 27 de Março de 2019, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde deste Município.

Artigo 2º - A conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central – “Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS”, com os seguintes eixos temáticos:

I. Saúde como direito; II. Saúde Mental; III. Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); e IV. Financiamento adequado e suficiente para o SUS.

Artigo 3º - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, na sua ausência pela Secretária Municipal de Saúde, ou ainda pela Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde ou outro representante Legal.

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Saúde expedirá mediante resolução a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.

Artigo 5º - As despesas com a realização da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Tabaporã/MT ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Tabaporã e de outros recursos Estaduais ou Nacionais para a saúde.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 21 de Fevereiro de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, COM FORNECIMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE LINK DE INTERLIGAÇÃO VIA FIBRA ÓTICA E VIA RÁDIO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TABAPORÃ – MT.**

Repartições interessadas:

---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

----------PROCURADORIA JURÍDICA;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

PALMA COMERCIO DE MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 07.932.018/0001-70

Venceu os Itens:

Item	Qtd	Un	Cod Duralex	Cod. TCE	Complemento	Valor Un.
1	24	UN	98290	0002470	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **RADIO** VELOCIDADE DE **1,5 MBPS**	R$ 202,50
2	48	UN	98289	00011905	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **RADIO** VELOCIDADE DE **2 MBPS**	R$ 270,00
3	84	UN	98292	00011905	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **FIBRA** COM VELOCIDADE DE **03 MBPS**	R$ 405,00
4	60	UN	98295	00015988	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **RADIO** COM VELOCIDADE DE **03 MBPS**	R$ 405,00
5	36	UN	98291	0004734	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **FIBRA** VELOCIDADE DE **5 MBPS**	R$ 675,00
6	12	UN	98293	0002470	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **RADIO** VELOCIDADE DE **5 MBPS**	R$ 675,00
7	24	UN	98298	00010403	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **FIBRA** COM VELOCIDADE DE **06 MBPS**	R$ 810,00
8	12	UN	98296	397810-9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **FIBRA** COM VELOCIDADE DE **10 MBPS**	R$ 1.350,00
9	12	UN	98286	438579-9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET TIPO **FIBRA** VELOCIADE **15 MBPS**	R$ 2.025,00

Valor total Adjudicado: R$: 168.480,00 (Cento e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECI-**

ALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, COM FORNECIMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE LINK DE INTERLIGAÇÃO VIA FIBRA ÓTICA E VIA RÁDIO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TABAPORÃ – MT.

Repartições interessadas:

---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

----------PROCURADORIA JURÍDICA;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10 de Janeiro de 2019.

Empresas vencedoras:

PALMA COMERCIO DE MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 07.932.018/0001-70

Venceu os Itens: 01,02,03,04,05,06,07,08,09.

Valor Total ganho: R$: 168.480,00 (Cento e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais)

Valor Total da Homologação:

>>> R$: 168.480,00 (Cento e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 006/2019/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2019/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA, INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE), COM O OBJETIVO DE RECOBRIMENTO DE PARTE DA CÉLULA DO ATERRO SANITÁRIO, DO RECOBRIMENTO DA ENCOSTA DOS TALUDES DA REPRESA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E ÁREA INTERNA AO CERCAMENTO DO RESERVATÓRIO METÁLICO DE 3000 M3 DO BAIRRO VALENCIA, DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 08 de Março de 2019**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 20 de Fevereiro de 2019.

EDINEIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3.º QUADRIMESTRE DE 2018

CONVITE

O Prefeito Municipal de Tangará da Serra Fábio Martins Junqueira CONVIDA a população em geral a participar da audiência pública de apresentação do relatório de gestão fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2018, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º e no art. 54 da Lei nº 101/2000 (LRF).

A audiência será realizada no dia 28 de fevereiro de 2019 (quinta-feira), a partir das 15:00 horas no anfiteatro do Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho, situado na Avenida Brasil nº 377-E Centro, em Tangará da Serra - MT.

Respeitosamente,

Tangará da Serra – MT, 19 de fevereiro de 2019.

Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

EDITAL DE PREGÃO: 16/2019

PROCESSO: 18/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS E SOROLOGIA , PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSTANTES DO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 07/03/2019

HORÁRIO: 14:00 HORAS

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM

NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

EDITAL DE PREGÃO: 17/2019

PROCESSO: 19/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃODE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 08/03/2019

HORÁRIO: 08:00 HORAS

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2019

EXTRATO DA ATADEREGISTRODEPREÇOS Nº. 08/2019

PREGÃOPARA REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2019

Validade:12 (doze) meses.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATADA: NATALIA MAFALDA SCHIRADER 04818193127, com CNPJ sob o n° 29.988.928/0001-08 .

DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de horas maquinas e serviços de diárias de caminhão basculante, quilometro rodado de caminhão reboque, com motorista devidamente habilitado fornecido pela empresa contratada para atender a demanda do município de Terra Nova do Norte-MT**,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Seq.	Cód.TCE	Descriçãodo item	Unid	Quant	V. Unit	V. Total
1	184451	CAMINHÃO COM REBOQUE PRANCHA NO MIN	KM	8000	8,00	64000
2	192496	CAMINHÃO COM REBOQUE PRANCHA NO MIN	MINIMA	20	600,00	12000
3	203370	ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM POTENCIA	SERVIÇO	150	290,00	43500
4	219893	TRATOR DE ESTEIRA, NÃO INFERIOR A 15 TON	MINIMA	200	200,00	40000

EDITAL DE RESULTADO

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 206/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO 12/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS E SERVIÇOS DE DIÁRIAS DE CAMINHÃO BASCULANTE, QUILOMETRO RODADO DE CAMINHÃO REBOQUE E MÍNIMA DE CAMINHA REBOQUE, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO FORNECIDO PELA EMPRESA CONTRATADA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT.

EMPRESA VENCEDORA: NATALIA MAFALDA SCHIRADER 04818193127

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 65/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 65/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:* F. VACHILESKI &CIA LTDA**

***OBJETO* :O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS**

VALOR: 6.136,00

VIGÊNCIA: 20/02/2019 á 30/05/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 285

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 64.2019

EXTRATO DO CONTRATO: 64.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI ME**

OBJETO: **WEBSITE**

VALOR: **15.396,00**

VIGÊNCIA: 20/02/2019 Á 20/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **059**

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - PROCESSO Nº 011/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2019 de 02/01/2019, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e nos termos do Decreto nº 593 de 12/01/2010, alterado pelo Decreto nº 827 de 01/03/2013, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sob Nº 009/2019, relativo ao Processo de Licitação de Nº 011/2019, cujo objeto refere-se à Aquisição de 01 (um) Veículo Emergencial “Ambulância Tipo A”, Novo (0 km), de acordo com as características descritas no Termo de Referência do Anexo I do Edital do Pregão, para atender as Unidades de Saúde do PSF I, PSF II e Unidade de Urgência e Emergência, para remoção de pacientes em casos de internações ou altas hospitalares, atendimentos domiciliares, entre outros procedimentos ambulatoriais, de uso exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, na forma da proposta firmada com o Fundo Nacional de Saúde – FNS sob nº 5108301712271141523, com contrapartida do Município de União do Sul.

Data de Expedição do Edital: 20/FEVEREIRO/2019.

Data de abertura/julgamento: 07/MARÇO/2019.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço: Av. Curitiba nº 94 – centro – União do Sul - MT, ou pelo telefone (66) 0xx 3540-1283, ou acessando o edital completo pelo site: www.uniaodosul.mt.gov.br e/ou Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

CÉSAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 07/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 07/2019, com objetivo **“LOCAÇÃO DE VEÍCULO (ÔNIBUS) PARA TRANSPORTE ESCOLA PARA “VALE DE SÃO DOMINGOS/UNEMAT/UNOPAR/IFMT CAMPUS FRONTEIRA OESTE PONTES E LACERDA-MT” NO PERÍODO NOTURNO, E LOCAÇÃO DE VEÍCULO NO MÍNIMO 10 LUGARES PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA “VALE DE SÃO DOMINGOS/IFMT CAMPUS FRONTEIRA OESTE PONTES E LACERDA-MT” PERÍODO VESPERTINO.”**. teve como “VENCEDOR”, a empresa **M. P. BARBOSA TRANSPORTE-ME, inscrito no CNPJ: 07.86.344/0001-27, vencedor do item 01. No valor global de R$ 129,740,00, e a empresa ROBSON DE MELO CASTRO - MEI, inscrito no CNPJ: 20.237.969/0001-98, vencedor do item 02. No valor global de R$ 57.009,20**. Vale de São Domingos – MT, 20 de Fevereiro de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 210/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALINE NOGUEIRA ANDRADE PASSOS**
MATRICULA	84083
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	441957/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	07.03.2019 à 04.06.2019

SERVIDOR	**ANA JOANICE DA SILVA**
MATRÍCULA	2794
CARGO	Auxiliar Desenvolvimento Econômico Social
PROCESSO N°	7743/2005
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**16.11.1993/1998**
PERÍODO DE GOZO	03.04.2019 à 01.07.2019

SERVIDOR	**DANIELLE APARECIDA DOS SANTOS QUEIROZ**
MATRICULA	87199
CARGO	Técnico Desenvolvimento Econômico Social
PROCESSO N°	488443/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**29.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	07.03.2019 à 04.06.2019

SERVIDOR	**EVA NUNES DA SILVA**
MATRICULA	82307
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	450588/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	04.03.2019 à 01.06.2019

SERVIDOR	**GRAZIELLE MARIADNE TEIXEIRA**
MATRICULA	95812
CARGO	Assistente Social
PROCESSO N°	552373/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**21.08.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	04.03.2019 à 01.06.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 212/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**NÁDIA MARIA DE AGUIAR BARRETO**
MATRICULA	36080
CARGO	Agente Desenvolvimento Econômico Social
PROCESSO N°	550065/2018
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**01.05.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	06.05.2019 à 05.06.2019

SERVIDOR	**ROSILENE ANDRADE SILVA RODRIGUES**
MATRÍCULA	41509
CARGO	Fisioterapeuta
PROCESSO N°	319807/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.06.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	02.05.2019 à 30.07.2019

SERVIDOR	**ROGÉRIO LUIZ PARRA REGANIM**
MATRICULA	84445
CARGO	Médico - Intensivista
PROCESSO N°	304774/2015
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**04.06.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.03.2019 à 30.03.2019

SERVIDOR	**VERA LÚCIA LEITE**
MATRICULA	46566
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	45884/2010
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**12.07.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	29.07.2019 à 26.10.2019

SERVIDOR	**VERA LÚCIA LEITE**
MATRICULA	46566
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	261016/2014
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**12.07.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	27.10.2019 à 28.01.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 213/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo:

SERVIDOR	**MARINALVA FERREIRA MARINHO**
MATRICULA	34293
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	482702/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	07.03.2019 à 04.06.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 20 de Fevereiro de 2019.

‘ ‘/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 208/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 207/2019,** somente com relação à servidora, **MAURA DA COSTA BARBOSA,** matrícula nº **35076,** exercendo o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que concedeu **90 (noventa) dias de Licença Prêmio** referente ao qüinqüênio **17.12.2009/2014,** período de gozo a partir de **01.03.2019 à 29.05.2019.**

Onde se lê:

Período de gozo: 01.03.2019 à 29.05.2019;

90 (noventa) dias;

Leia-se:

Período de gozo 01.03.2019 à 30.03.2019.

30 (trinta) dias.

Paço Municipal “Couto Magalhães” Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 20 de Fevereiro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 012/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa TRAÇO ARQUITETURA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 04.553.072/0001-17. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos no art. 65, §1º, e 79, §5º. da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora do Contrato nº. 012/2017, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 575116/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar ao LOTE 02 e ao LOTE

03, bem como alterar o item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, o item 6.1 da CLÁUSULA SEXTA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 8.1 da CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, item 9.1 da CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, e o item 10. 1 CLAÚSULA DÉCIMA – DO SEGURO, o item 11.1 da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e o item 17.1 da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO, Contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia para CONSTRUÇÃO de sete unidades de CRECHES PROJETO PADRÃO TIPO 1 e 2 PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE, em regime de empreitada por preço global, conforme projetos Ministério da Educação e FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2 7271/2013, 4248/2013, 7849/2014 FNDE. VALOR GLOBAL: Fica aditado ao LOTE 02 valor de R$ 428.718,34 (quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e dezoito reias e trinta e quatro centavos) representado 20,73% (vinte inteiros e setenta e três centésimos por cento) do valo adjudicado, passando ao valor global de R$ 2.446.147,26 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos), e ao LOTE 03 o valor de R$ 400.618,72 (quatrocentos mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e dois centavos), representado 20,70% (vinte inteiros e setenta centésimos por cento), do valor adjudicado, passando ao valor global de R$ 2. 418.047,64 (dois milhões, quatrocentos e dezoito mil, quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). **UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. P/A: 1.501. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101.** VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, a partir da sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designada para este ato a Servidora KARIANA CRISTINA DE ARRUDA – CAU MT n. 90873-8, portadora da Cédula de Identidade RG N. 1340687-6 SSP/MT e inscrita no CPF N. 961.088.781-34.

DATA DE ASSINATURA: 15.02.2019.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

TRAÇO ARQUITETURA LTDA

Contratada

ERRATA PORTARIA 006/2019 – SMVO-VG/MT

A Secretaria Municipal de Viação e Obras, SMVO-VG, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto a PORTARIA 006/2019:

ONDE SE LÊ – **"T.P. nº. 03/2018** empresa Leão Marcondes - Construções, Locação e Manutenção de Máquinas Pesadas Ltda-EPP.

LEIA-SE - **"T.P. nº. 13/2018** empresa Leão Marcondes - Construções, Locação e Manutenção de Máquinas Pesadas Ltda-EPP.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras.

PORTARIA 0050/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

Várzea Grande, 20 de Fevereiro de 2019.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE: Tornar público a relação nominal de Coordenadores Pedagógico eleitos pro tempore, contemplando o disposto no EDITAL N°001/2019/GAB/SMECEL/VG/MT, publicado no Diário Oficial Eletrônico em 23 de janeiro de 2019, que dispõem acerca dos requisitos para a investidura no cargo.

Nº ORD	NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO	UNIDADE ESCOLAR	PERIODO
01	ALENIL ALMEIDA DE ARRUDA E SILVA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB MANOEL JOAO DE ARRUDA	05/02/2019 a 31/12/2019
02	ANDRENIZE FATIMA MARIO	COORDENADOR PEDAGOGICO	CMEI JOSE DE MENDONCA	05/02/2019 a 31/12/2019
03	CRISTIANE COSTA DE JESUS	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB ARY LEITE DE CAMPOS	05/02/2019 a 31/12/2019
04	DANUBIA DE ASSUNCAO LOPES	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB SALVELINA F. DA SILVA	05/02/2019 a 31/12/2019
05	DEBORA GOMES DO ROSARIO MESQUITA	COORDENADOR PEDAGOGICO	CMEI WILSON SODRÉ	05/02/2019 a 31/12/2019
06	DILVANIA ROSA RIBEIRO MOURA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB JOSE ESTEJO DE CAMPOS	05/02/2019 a 31/12/2019
07	EDNA RODRIGUES PARAGUASSU	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB EUNICE CESAR DE MELLO	05/02/2019 a 31/12/2019
08	FRANCISLENE DE CAMPOS COELHO E OLIVEIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB PROF. ANGELA J. BOTELHO	05/02/2019 a 31/12/2019
09	JOCILI ISABEL PEREIRA LEITE	COORDENADOR PEDAGOGICO	CMEI NAIR SACRE	05/02/2019 a 31/12/2019
10	LAURA DE CASTRO SULZBACHER	COORDENADOR PEDAGOGICO	CMEI NOSSA SENHORA DA GUIA	05/02/2019 a 31/12/2019
11	LAURA SIMONE DA COSTA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB PROF. EURAIDE DE PAULA	05/02/2019 a 31/12/2019
12	MARCIMEIRE DUARTE	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB APOLONIO FRUTUOSO DA SILVA	05/02/2019 a 31/12/2019
13	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS ROCHA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB ANTONIO JOAQUIM ARRUDA	05/02/2019 a 31/12/2019
14	NAIR ELIAS CARDOSO	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB SENHORA DIRCE LEITE DE CAMPOS	05/02/2019 a 31/12/2019
15	NISCHELLE MARIA PINHEIRO DAS FLORES E ANDRADE	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB LUIS REVELES PEREIRA	05/02/2019 a 31/12/2019
16	REGINA MARIA MOREIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB TEN. WALDEMIRO DELGADO BERTULIO	05/02/2019 a 31/12/2019
17	ROSIMEIRE FERREIRA PEREIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO	EMEB ANA ROSA DA SILVA	05/02/2019 a 31/12/2019

Registra-se. Publica-se.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 211/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	IVAN FIGUEIREDO DA SILVA

MATRICULA	92289
CARGO	Técnico de Enfermagem
PROCESSO N°	549272/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**20.03.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2019 à 29.06.2019

SERVIDOR	**KELMA KAROLINE VIEIRA LIMA**
MATRÍCULA	82218
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	492880/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	07.03.2019 à 04.06.2019

SERVIDOR	**LUZIMAR FERREIRA**
MATRICULA	29963
CARGO	Assistente Social
PROCESSO N°	531444/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.07.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	06.03.2019 à 03.06.2019

SERVIDOR	**MARIA DA GUIA RAMOS DA SILVA**
MATRICULA	32199
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	558263/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**11.11.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	06.03.2019 à 04.06.2019

SERVIDOR	**MARIA ELIZABETH SOARES FIGUEIREDO**
MATRICULA	32687
CARGO	Professor V a VIII
PROCESSO N°	247247/2014
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**28.02.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	11.02.2019 à 12.03.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 20 de Fevereiro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO N. 029, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

“NOMEIA NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros da **COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR**,composta pelos Representantes das Entidades abaixo:

Representantes dos Alunos:

Titular: *Maísa Fernanda Souza da Costa*

CPF: 039.816.921-79

Suplente:*Gabriely Cristina Borges Chube*

CPF: 707.214.941-45

Representantes dos Professores Municipais:

Titular: Aldamiro Ramos

CPF: 460.432.171-04

Suplente: Juliana Ferreira dos Santos Camargo

CPF: 025.540.231-74

Representantes dos Professores do Estado de Mato Grosso:

Titular: *Ana Cristina Freires*

CPF: 501.843.261-68

Suplente: Antonio Leo Rhoden

CPF: 536.542.909-20

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: *Adriana Amorim Leandro*

CPF: 929.893.491-20

Suplente: *Aparecida de Melo Carvalho*

CPF: 580.922.771-68

Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: *Nezildo Carvalho da Silva*

CPF: 010.750.191-09

Suplente:*Eudes da Mata Almeida*

CPF: 004.719.591-62

Representantes dos Pais:

Titular: Thalita Ferreirade Almeida de Melo

CPF: 049.276.231-73

Suplente: Rosiane Cardoso Chore

CPF: 021.936.181-94

Representantes do Poder Legislativo:

Titular: *Carlos Alberto Oliveira*

CPF: 496.231.171-91

Suplente: *Rosicler Fonseca Silveira*

CPF: 421.615.171-04

Representantes do Conselho do Fundo de Valorização da Educação Básica:

Titular: *Dirleni de Oliveira Ribeiro*

CPF: 922.891.851-91

Suplente: *Epaminondas de Matos Magalhães*

CPF: 005.157.981-26

Art. 2º - A função dos membros será considerada serviços públicos relevantes prestados ao Município, sendo exercida gratuitamente.

Art. 3º - Esta Comissão terá mandato de 02 (dois) anos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 084/2019.

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de **Pensão por Morte** em favor do Sr. **Antonio Carneiro Neto,** em decorrência do falecimento da servidora efetiva **Sra. Adnair Fernandes Leite**.”*

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 40, § 7º, inciso II e §8º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.° 41/2003, c/c Art. 7, inciso I; art. 28, inciso II, da Lei n.º688/2005 e art. 29, inciso I, da Lei Municipal nº 688 de 30 de setembro de 2005, que reestrutura o regime próprio de Previdência Social do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, com redação dada pela Lei Municipal nº 763/2007; E Decreto nº 013/2017 que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento da **Sra. ADNAIR FERNANDES LEITE,** brasileira**,** companheira**,** portadora do RG nº 356811 SSP/MT e inscrita no CPF nº 452.478. 381-49, servidora efetiva no cargo de Merendeira, Classe B, Nível 08, 30 horas, devidamente matriculada sob nº 35, lotada na Secretária Municipal de Educação; o equivalente a 100% (cem por cento) em favor do Sr. **ANTONIO CARNEIRO NETO,** brasileiro, companheiro, portador do RG nº. 0261048-5 SESP/MT, inscrita no CPF n.º 241.369.991-00, conforme processo administrativo do **PREVILA** sob **nº. 2019.07.00002P**, **a partir de 11/ 07/2017, data do óbito, até posterior deliberação.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **11 de julho de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 20 de fevereiro de 2019.

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

Gestora do PREVILA

Homologo:

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.088/2019

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Srª **PRISCILLA PETRONILIA ARAUJO,** casada, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. 000417395 SSP/ MT e CPF n. 921.638.741-68, efetiva no cargo de Técnica de Desenvolvimento Infantil **GRATIFICAÇÃO** de **40%** (quarenta por cento) sobre seu vencimento**, a partir de 18 de fevereiro de 2019**, pelas horas excedentes trabalhadas, nos termos que dispõe no Art. 3º, Inciso II - Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Parágrafo único – A gratificação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus a referida servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2019, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N. 087/2019

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **EDY SALIS LEITE,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 666.646 SSP/MT e CPF nº 595.929.581-49, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DE TRANSPORTE, SERVIÇOS E OBRAS DO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO,** Símbolo **C.C,2**, Símbolo CC-2, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 008/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 005, de 07 de janeiro de 2019, tendo como objeto a contratação de empresa para prestar serviços de suporte – hospedagem e armazenamento de página eletrônica ou site web, conforme termo de referência anexo**,** opina em efetuar a contratação da empresa: **M. P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI, CNPJ N. 14. 728.004/0001-08** , com valor de: **R$ 12.000,00 (doze mil reais)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1. 993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 20 de fevereiro de 2019 – ADRIELLI MOREIRA DA SILVA - PRESIDENTE C. P.L.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 005, de 07 de janeiro de 2019, tendo como objeto a aquisição de barras roscadas, porcas e arruelas, conforme termo de referência anexo**,** opina em efetuar a contratação da empresa: **CIMACO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI , CNPJ N. 08.881. 356/0001-93** , com valor de: **R$ 7.294,00 (sete mil duzentos e noventa e quatro reais)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 20 de fevereiro de 2019 – ADRIELLI MOREIRA DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N.085/2019

"**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**o servidor, **ALÉCIO DE SOUZA ARAGÃO,** brasileiro, residente e domiciliado a Rua Lino Bispo de Oliveira s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 001432694 SSP/MS e CPF n. 015.621.651-51, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **013/2019, 014/2019 e 015/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.089/2019

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Srª **WANDERLY FRANCISCO DA SILVA,** brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 729735 SSP/MT e CPF nº 908.004.431-87, efetiva no cargo de Técnica de Desenvolvimento Infantil **GRATIFICAÇÃO** de **40%** (quarenta por cento) sobre seu vencimento**, a partir de 04 de fevereiro de 2019**, pelas horas excedentes trabalhadas, nos termos que dispõe no Art. 3º, Inciso II - Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Parágrafo único – A gratificação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus a referida servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 04 de fevereiro de 2019, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N. 083/2019.

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Pensão por Morte** em favor da menor **Fabiola Maria Costa Silva,*** devidamente representada pela Sra. ***Vanda de Copacabana Vilasboas** em decorrência do falecimento da servidora inativa **Sra. Fabiana Ferreira da Costa**."*

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 40, § 7º, inciso I e §8º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.° 41/2003, c/c Art. 7, inciso I; art. 28, inciso I, da Lei n.º688/2005 e art. 29, inciso I, da Lei Municipal nº 688 de 30 de setembro de 2005, que reestrutura o regime próprio de Previdência Social do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, com redação dada pela Lei Municipal nº 763/2007;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento da **Sra. FABIANA FERREIRA DA COSTA**, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 001.613.845 SEJUSP/MS e do CPF sob n.º 799. 008.281-00, aposentada por invalidez no cargo de Técnica de Enfermagem, Classe B, Nível I, lotada na Secretária Municipal de Saúde, ato devidamente registrado pela Portaria nº 014/2018 de 23 de janeiro de 2018; o equivalente a 100% (cem por cento) em favor da menor. **FABIOLA MARIA COSTA SILVA**, portadora do RG nº 3103546-9 e CPF nº 069.756.091-01, devidamente representada pela Sra. **VANDA DE COPACABANA VILASBOAS,** brasileira, portadora do RG nº. 0806247-1 SESP/MT, inscrita no CPF n.º 474.680.331-53, conforme processo administrativo do **PREVILA** sob **nº. 2019.07.00001P**, **a partir de 04/12/2018, data de óbito, até posterior deliberação.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **04 de dezembro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 20 de fevereiro de 2019.

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

Gestora do PREVILA

Homologo:

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.090/2019

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Srª **EDNA JOSÉ DA COSTA,** brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 1879479-3 SSP/MT e CPF nº 026.933.401-79, efetiva no cargo de Técnica de Desenvolvimento Infantil **GRATIFICAÇÃO** de **40%** (quarenta por cento) sobre seu vencimento**, a partir de 15 de fevereiro de 2019**, pelas horas excedentes trabalhadas, nos termos que dispõe no Art. 3º, Inciso II - Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Parágrafo único – A gratificação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus a referida servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2019, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N. 086/2019

"CONCEDE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, da Lei Orgânica do Município, e considerando o requerimento protocolado em 15 de Janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo **MOACIR RODRIGUES PARABA,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 1235070-2 SEJSP/MT e CPF nº 938.159.991-20,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Auxiliar Administrativo, **licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, com inicio em 20 de Janeiro de 2019 e término em 20 de dezembro de 2020**, com fulcro nos Artigos 99 e 100 da Lei Municipal 424/1992;

Parágrafo Único - Expirado o Período da Licença a que se refere o Caput deste artigo, ou havendo sua interrupção na forma da legislação vigente, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 030, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"***DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT.***

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público em 21 de novembro de 2018, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso* do dia 22 de novembro de 2018 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

CONSIDERANDO a disposição do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1.988;

CONSIDERANDO ainda o disposto no "Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade" (Lei 424/1992), em especial o art. 16, que regulamenta a posse e exercício no cargo público;

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados os candidatos aos cargos elencados no Anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação, a comparecerem no Setor de Recursos Humanos no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, localizada na Rua Dr. Mario Correa, n. 205, Centro, no período das **07h30m às 11h30m** e das **13h30m às 17h30m**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação deste Decreto, para apresentarem os documentos exigidos, e posteriormente serem empossados no cargo público.

Art. 2º. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

Parágrafo único. É a partir do exercício que o servidor fará jus à percepção da remuneração pelo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 3º. A nomeação é realizada exclusivamente no Regime Estatutário, e **a** jornada de trabalho é aquela definida no Edital do Concurso.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO N. 030/2019

ELETRICISTA AUTOMOTIVO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
328230	WAGNEY PEREIRA CANDIA	16/08/1975	15,00	20,00	25,00	60,00	100,00	80,00	2

GARI

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
326639	ROSIMAR CARDOSO DA SILVA	19/03/1989	50,0	10,0	20,0	80,0	6

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
326855	ADAO ALESSANDRO DE MELO	16/09/1984	35,00	15,00	25,00	75,00	88,00	81,50	8
328866	KEBER DOS SANTOS	15/04/1987	40,00	0,00	25,00	65,00	95,00	80,00	9

PEDREIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
327974	CLAUDINEI CAMILO LEITE	14/03/1980	15,00	15,00	25,00	55,00	82,00	68,50	3

TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
324788	LUIS RICARDO DE LANA	20/02/1991	9,0	12,0	6,0	48,0	75,0		75,0	2

ZELADOR

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
328085	GUSTAVO RIBEIRO RAMOS	15/10/1988	45,0	5,0	25,0	75,0	7

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 20 de fevereiro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 030/2018/PREFEITURA DE SENADOR CANEDO-GO

COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 030/2018/PREFEITURA DE SENADOR CANEDO-GO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2019/PREFEITURA DE VILA RICA

ADESÃO Nº 001/2019

O Município de Vila Rica- MT, através da Pregoeira Substituta, Srª Samia Santos Araújo Tabosa designada pela Portaria nº. 433/2018, Conforme o Decreto nº 44787/08, art. 24,§ 1º torna publico que realizou adesão, como órgão não-participante (carona), à Ata de Registro de Preço **030/2018**, proveniente do Pregão Presencial nº 007/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Senador Canedo/GO, para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de implantação de sinalização viária vertical. A Empresa contratada será **FILGUEIRA E FILGUEIRA LTDA-ME** (08.992.911/0001-54)

Vila Rica / MT, 19 de Fevereiro de 2019.

SAMIA SANTOS ARAÚJO TABOSA

Pregoeira Substituta

Portaria nº 433/2018

LEI MUNICIPAL Nº 1.614/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com o Conselho de Segurança Pública de Vila Rica – MT (CONSEG) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Vila Rica-MT a repassar mediante Convênio com **o Conselho de Segurança Pública de Vila Rica –MT(CONSEG)**, – CNPJ 15.290.534/0001-77, com o objetivo de prestar auxilio financeiro no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) à Delegacia de Policia Judiciária Civil e a Unidade da Policia Militar, para custear as despesas com manutenção do referido CONSEG.

Art. 2º Ficam autorizadas, com o auxilio que trata art. 1º desta Lei, a execução de quaisquer despesas de manutenção decorrentes do desempenho das funções das referidas entidades, tais como: combustíveis, peças, consertos de veículos, alimentação, materiais de limpeza e expediente, reformas, instalação elétricas e outras, na quantia de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) mensalmente, para auxiliar a Segurança Pública no Município de Vila Rica-MT.

§ 1º - Os valores acima mencionados serão repassados mediante depósito em conta corrente em nome do Conselho de Segurança Pública de Vila Rica-MT(CONSEG), o qual repassará tais recursos, em partes iguais, aos referidos órgãos, conforme suas necessidades.

§ 2º - Não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, bem como com a Fazenda Estadual, Federal e Dívida Ativa da União; e com o Sistema de Seguridade Social (INSS e FGTS), conforme estabelece o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

§ 3º - O Conselho de Segurança Pública de Vila Rica-MT (CONSEG) deverá, por meio de seu Conselho Fiscal, prestar contas, mensalmente, até o 5º dia do mês subseqüente, dos valores repassados pela Prefeitura Municipal, conforme os valores de que trata o artigo 2º, desta Lei, anexando, nesta, os comprovantes, como: recibos, Notas Fiscais, extrato bancário e relatório das atividades executadas nas escolas sediadas no município.

§ 4º - A falta da prestação de conta no prazo estipulado ou a falta de comprovação da devida aplicação dos valores, e da contrapartida, implicará no bloqueio do repasse até a regularização da devida prestação de contas ou, no caso da não prestação de contas, devolução ao erário municipal dos valores repassados pelo município, atualizados monetariamente por índice oficial de correção.

§ 5º - O Conselho de Segurança Pública de Vila Rica-MT (CONSEG) deverá indicar o nome do responsável pela prestação de contas, junto a Secretaria de Finanças.

§ 6º - Como contrapartida o Conselho de Segurança Pública de Vila Rica-MT (CONSEG), deverá realizar palestras nas Escolas Municipais e Estaduais lotadas no município, tanto na zona urbana, quanto na zona rural, sobre Segurança Pública, incluindo nesta a segurança no transito.

Art. 3º – As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a conta do seguinte Programa de Trabalho:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 03.01 Gabinete do Secretario

Projeto Atividade: 2.114 - “Apoio as Polícias Civil e Militar”

Elemento de Despesas – 33.50.41 Contribuições

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 1.252/2014 de 05/11/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.615/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO FINANCEIRO AO CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE VILA RICA –MT (CONSEG),

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Vila Rica-MT A TRANSFERIR RECURSO FINANCEIRO no valor de R$ 26.560,00(vinte e seis mil, quinhentos e sessenta reais), repassados em conta única, destinado exclusivamente à aquisição de câmaras de videomonitoramento a serem instaladas em pontos estratégicos, nas ruas a e avenidas da Cidade.

§ 1º O Conselho de Segurança Pública de Vila Rica-MT(CONSEG) deverá, por meio de seu Conselho Fiscal, prestar contas, conforme o valore deste *caput,* anexando, nesta, as Notas Fiscais de aquisição dos equipamentos até 90 (noventa dias) após o recebimento do valor.

§ 2º A falta da prestação de conta no prazo estipulado ou a falta de comprovação da devida aplicação dos valores, implicará na devolução ao erário municipal dos valores repassados pelo município, atualizados monetariamente por índice oficial de correção e não aprovação de novos convênios.

Art. 2º – As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a conta do seguinte Programa de Trabalho:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 03.01 Gabinete do Secretario

Projeto Atividade: 2.114 - “Apoio as Polícias Civil e Militar”

Elemento de Despesas – 33.50.41 Contribuições

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, Senhor ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado Rua 04, nº 36, Setor Sul, nesta cidade de Vila Rica - MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 1614784 SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 328.086.071-72, vem por meio deste, CONVOCAR a empresa N.A VIANA EIRELI, para apresentar a proposta e a documentação para o Lote n° 07, referente ao Processo 009/2018 na modalidade Pregão Eletrônico n° 006//2018 para Ata de Registro de Preço n° 006/2018 sistema licitações-e n° 706464 dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Vila Rica / MT, 20 de Fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - UCMMAT

ALTERAÇÃO DE MEMBRO CHAPA: 11 "UNIDOS PELA UCMMAT".

COMISSÃO ELEITORAL - UCMMAT

ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO CONSULTIVO BIÊNIO 2019/2020

EDITAL N. 004/CE/2019

Art. 1º A COMISSÃO ELEITORAL, designada pela Resolução n. 001/2019, no uso de suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido de substituição de membro da **Chapa 11** "**UNIDOS PELA UCMMAT**", em virtude de força maior, tendo em vista que, o membro inicialmente apresentado está impossibilitado de exercer plenamente suas atividades legislativas por determinação judicial.

Art. 2º Fica substituída a Vereadora por Rondolândia/MT, **LIGIA NEIVA**, indicada para o cargo de Membro Efetivo do Conselho Consultivo, pelo Vereador do Município de Paranatinga/MT, **JOSEVAINE SILVA DE SOUSA**.

Art. 3º Portanto, a composição da **Chapa 11 "UNIDOS PELA UCMMAT"**, passa a vigorar da seguinte forma:

CHAPA: 11 "UNIDOS PELA UCMMAT"

DIRETORIA EXECUTIVA

CARGO	NOME	MUNICÍPIO
PRESIDENTE	EDCLAY LOPES COELHO	VILA BELA/MT
1º VICE-PRESIDENTE	VALDENICIO ANJOS DA SILVA (VAVÁ)	QUERÊNCIA/MT
2º VICE-PRESIDENTE	FLÁVIO VALÉRIO	JUARA/MT
3º VICE-PRESIDENTE	FÁBIO GAVASSO	SORRISO/MT
4º VICE-PRESIDENTE	GUSTAVO NOLASCO	BARRA DO GARÇAS/MT
5º VICE-PRESIDENTE	DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS	CÁCERES/MT
1º SECRETÁRIO	HENRIQUE CÂNDIDO DE MORAES	ALTO ARAGUAIA/MT
2º SECRETÁRIO	LEANI FRIEDRICH (NECA)	COTRIGUAÇU/MT
3º SECRETÁRIO	PAULO AUGUSTO	ROSÁRIO OESTE/MT
1º TESOUREIRO	ROGERIO MEIRA	JANGADA/MT
2º TESOUREIRO	ANTONIO AUGUSTO MIRANDA	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT
3º TESOUREIRO	RANIELLI PATRICK ARRUDA LIMA	DIAMANTINO/MT

CONSELHO FISCAL

CARGO	NOME	MUNICÍPIO
MEMBRO EFETIVO	ILSO PEREIRA	TABAPORÃ/MT
MEMBRO EFETIVO	FABIO DE ANDRADE AMORIM	NOVA LACERDA/MT
MEMBRO EFETIVO	EDEMIL PEREIRA SALDANHA	SANTO ANTONIO DO LESTE/MT
MEMBRO EFETIVO	LEANDRO MARTINS PINTO	ITANHANGÁ/MT
MEMBRO SUPLENTE	ELIAS BUENO	NOVA XAVANTINA/MT
MEMBRO SUPLENTE	WANDER SANTOS SOARES	NOVO MUNDO/MT

CONSELHO CONSULTIVO

CARGO	NOME	MUNICÍPIO
MEMBRO EFETIVO	JOSEVAINE SILVA DE SOUZA	PARANATINGA/MT
MEMBRO EFETIVO	ANTÔNIO CARMOS PINHEIRO	COMODORO/MT
MEMBRO EFETIVO	UANDERSON NARCISO	NOVA OLÍMPIA/MT

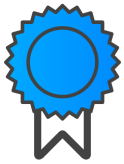
Art. 11. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se qualquer disposição em contrário.

Cuiabá/MT, 19 de fevereiro de 2019.

JOSÉ GERIVAN EVANGELISTA PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

KAUANNA MARIA MACHADO LIMA LIEDA REZENDE BRITO SECRETÁRIA MEMBRO

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Feb 20 22:31:35 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)